



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de março de 2012)**

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

ANO LXVII – SUP. “A” AO Nº 40 – TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^{3,4)}		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²⁾		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, defendo na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PS/C) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata ^(30,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,43) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁸⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁴⁾ Aníbal Diniz ⁽²⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(30,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,43)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁵⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,32) Lúcia Vânia ⁽¹³⁾ Mário Couto ⁽¹⁶⁾ Paulo Bauer ^(7,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) Flexa Ribeiro ^(6,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁵⁾
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarilo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(30,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. CSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 055/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nº's 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de março de 2012)		
1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de março de 2012	104	
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2012	129	
1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de março de 2012.....	167	
1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 7 de fevereiro de 2012.....	189	
1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de março de 2012.....	196	
1.2.4 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		
1.2.4.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de fevereiro de 2012.....		202
Ata da 2ª Reunião, realizada em 29 de fevereiro de 2012		208
Ata da 3ª Reunião, realizada em 7 de março de 2012.....		214
1.2.5 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR		
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2012.....		260
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2012.....		287
1.2.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012.....		310



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2012**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Março/2012**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal 01 a 31/03/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	8
Deliberativa Ordinária	13
Especial	2
Não Deliberativa	8
Total de sessões realizadas	31
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias

01 a 31/03/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Retirada pelo autor	Prejudicada	Total
PEC	1	-	0	0	-	1	0	2
PLC	3	6	1	0	2	0	0	12
PLS	0	16	2	0	1	3	1	23
PDS	2	26	0	0	0	0	0	28
PRS	1	0	0	0	0	0	0	1
MSF	2	-	0	1	-	0	0	3
Total	9	48	3	1	3	4	1	69

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 31/03/2012

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PLV	4	4

Quadro de Requerimentos*

01 a 31/03/2012

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	2
Audiência de comissão	9
Calendário especial	1
Congratulações, pesar e assemelhados	37
Criação ou alteração de comissão temporária	3
Desapensamento de matérias	2
Dispensa de parecer	1
Informações	30
Missão (em representação do Senado Federal)	16
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	6
Retirada de matéria	4
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	6
Urgência para matéria	2
Voto de aplauso ou semelhante	1
Total Geral	122

*No período de 01 a 31/03/2012 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 31/03/2012

	PRES REP	SF	CD	STM	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	6	1	9
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	16	-	-	16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	2	26	-	28
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	1	-	-	1
Total	2	19	32	1	54

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 31/03/2012**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	50	1	49
Art. 40 ⁽²⁾	4	-	4
Art. 43, I ⁽³⁾	6	-	6
Art. 43, II ⁽⁴⁾	5	-	5
Soma	65	1	64
Requerimento para retirada	1	-	-
Total Geral	66	1	64

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) ***

01 a 31/03/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	16

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Resenha Consolidada**Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/03/2012**

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	8
Deliberativa Ordinária	20
Especial	3
Não Deliberativa	18
Total de sessões realizadas	49
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias

02/02 a 31/03/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstituci onalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Total
PEC	1	-	0	0	1	0	-	0	2
PLC	4	10	2	0	0	0	3	0	19
PLS	0	32	2	1	6	0	6	1	48
PDS	3	112	0	0	0	0	0	0	115
PRS	3	5	0	0	0	0	0	0	8
MSF	3	-	0	0	0	1	-	0	4
Total	14	159	4	1	7	1	9	1	196

Quadro Geral de Medidas Provisórias 02/02 a 31/03/2012

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	6	6

Quadro de Requerimentos 02/02 a 31/03/2012

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	2
Audiência de comissão	24
Auditoria	1
Calendário especial	1
Congratulações, pesar e assemelhados	71
Criação ou alteração de comissão temporária	6
Desapensamento de matérias	4
Dispensa de parecer	1
Homenagem de pesar	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	50
Missão (em representação do Senado Federal)	28
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	11
Retirada de matéria	7
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	12
Urgência para matéria	2
Voto de aplauso ou semelhante	1
Total Geral	226

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/03/2012

	PRES REP	SF	CD	STM	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	11	1	14
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	32	-	-	32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	2	113	-	115
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	8	-	-	8
Total	2	42	124	1	169

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 31/03/2012**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	75	2	73
Art. 40 ⁽²⁾	4	-	4
Art. 43, I ⁽³⁾	10	-	10
Art. 43, II ⁽⁴⁾	8	-	8
Soma	97	2	95
Requerimento para retirada	2	-	-
Total Geral	99	2	95

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) ***
02/02 a 31/03/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	28

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 31/03/2012

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

1. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 52/2011	Altera o art. 40 da Constituição Federal para modificar o regramento de concessão de aposentadoria por invalidez permanente a servidor público.	Ana Amélia	12/03/2012

2. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 5/2012	Acrescenta o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.	Andreia Zito	20/03/2012

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

1. À sanção. Total: 4

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 3/2012	Altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema perto de você; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	06/03/2012
PLV 4/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	20/03/2012

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4**1. À sanção. Total: 4****Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 5/2012	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões e quinhentos e trinta mil reais), para o fim que especifica.	Câmara dos Deputados	21/03/2012
PLV 6/2012	Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	27/03/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 12**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 2****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 112/2009	Possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência.	Neilton Mulim	14/03/2012
PLC 46/2011	Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.	Sueli Vidigal	26/03/2012

2. Ao arquivo. Total: 3**Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 61/2011	Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.	Presidente da República	26/03/2012

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 140/2010	Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.	Gastão Vieira	22/03/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 12**2. Ao arquivo. Total: 3****Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 42/2011	Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.	Vicentinho	26/03/2012

3. À sanção. Total: 7**Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 89/2011	Cria os cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União; revoga dispositivos da Lei nº 10.333, de 19 de dezembro de 2001; e dá outras providências.	Superior Tribunal Militar	07/03/2012
PLC 122/2011	Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.	Presidente da República	07/03/2012
PLC 2/2012	Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo - FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.	Presidente da República	28/03/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 97/2010	Denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.	Vander Loubet	22/03/2012
PLC 99/2010	Denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais.	Rafael Guerra	22/03/2012
PLC 31/2011	Denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo.	Milton Monti	22/03/2012
PLC 50/2011	Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.	Luiza Erundina	22/03/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23

1. À Câmara dos Deputados. Total: 16

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 521/2011	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.	Eduardo Amorim	07/03/2012
PLS 142/2010	Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência".	Marisa Serrano	08/03/2012
PLS 303/2011	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica.	Eunício Oliveira	12/03/2012
PLS 61/2006	Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.	Valdir Raupp	16/03/2012
PLS 66/2010	Concede pensão especial aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano.	Marcelo Crivella	16/03/2012
PLS 154/2008	Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.	Serys Slhessarenko	21/03/2012
PLS 238/2008	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.	Flávio Arns	21/03/2012
PLS 427/2009	Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.	Rosalba Ciarlini	23/03/2012
PLS 370/2011	Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Vanessa Grazziotin	23/03/2012
PLS 379/2011	Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.	Eduardo Amorim	23/03/2012
PLS 406/2011	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência.	Ana Amélia	23/03/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23**1. À Câmara dos Deputados. Total: 16****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 16**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 461/2011	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.	Humberto Costa	23/03/2012
PLS 525/2011	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro-desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.	Ana Rita	23/03/2012
PLS 605/2011	Altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para incluir a prevenção de erros de medicação.	Rodrigo Rollemberg	26/03/2012
PLS 115/2007	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciante.	Paulo Paim	27/03/2012
PLS 430/2011	Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.	Ana Amélia	29/03/2012

2. Ao arquivo. Total: 7**Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 715/2011 Complementar	Altera o § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, para restringir o alcance das vedações nele previstas ao órgão ou Poder que deixar de observar os limites de despesa total com pessoal.	Eduardo Amorim	16/03/2012
PLS 248/2004 Complementar	Dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.	Paulo Paim	28/03/2012

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 183/2010	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem programas e eventos de artes marciais como instrumento de combate às drogas.	Magno Malta	16/03/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23**2. Ao arquivo. Total: 7****Retirada pelo autor. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 156/2008	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 11 de maio 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos Municípios e Estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	Antonio Carlos Valadares	08/03/2012
PLS 341/2011	Obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.	Lúcia Vânia	22/03/2012
PLS 170/2006	Altera o art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos.	Valdir Raupp	29/03/2012

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 152/2007	Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciante, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências.	Pedro Simon	27/03/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 28**1. À Câmara dos Deputados. Total: 2****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 66/2012	Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2012.	Comissão de Assuntos Econômicos	21/03/2012
PDS 67/2012	Aprova a programação monetária para o 4º trimestre de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	21/03/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 28
2. À promulgação. Total: 26
Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 586/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 224/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 255/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 257/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 263/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO PEDREIRA DO INSTITUTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 267/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 270/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 271/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTO ITUÊTO (ACAI) DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Ituêto, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 278/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OURO VERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 279/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 282/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 283/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO UNIÃO DE JOÃO PINHEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 28

2. À promulgação. Total: 26

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 301/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS MORADORES DA VILA CAMPANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quintana, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 305/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MORRO DA FUMAÇA - ARCOMF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 313/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE TOLEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 316/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TUPI AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 318/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 328/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 329/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 335/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 349/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONCÓRDIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 387/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 392/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 442/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 28**2. À promulgação. Total: 26****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 26**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 444/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012
PDS 445/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	21/03/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 1**1. À promulgação. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 7/2012	Autoriza a contratação de operação de crédito externo entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD) -, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiar o Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco.	Comissão de Assuntos Econômicos	28/03/2012

Matéria: Mensagem (sf). Total: 3**Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 137/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire.	Presidente da República	07/03/2012
MSF 3/2012	Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Presidente da República	07/03/2012

Rejeitada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 151/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.	Presidente da República	07/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122**Aprovada pela Mesa. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 100/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 176, de 2008, com o Projeto de lei do Senado nº 576, de 2011, tendo em vista regularem a mesma matéria. (O Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008 tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 457 e 546 de 2009; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 575, 682 e 713 de 2011)	Gim Argello	16/03/2012
RQS 101/2012	Requer, nos termos do artigo 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2012, com os Projetos de Lei do Senado nºs 151 e 505, de 2007 e nºs 99, 177, 307, 692 e 703, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria.	Walter Pinheiro	16/03/2012
RQS 13/2012	Requer, nos termos do art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS 703/2011 com os PLS 151/2007; PLS 505/2007, PLS 99/2011, PLS 177/2011; PLS 307/2011 e PLS 692/2011.	Ana Amélia	16/03/2012
RQS 28/2012	Requer que as Propostas de Emenda à Constituição nºs 9/2007, 77/2007, 8/2008, 9/2008, 11/2008 e 12/2008 passem a tramitar de forma autônoma, continuando as Propostas de Emenda à Constituição nºs 62/2007, 63/2007 e 71/2007 a tramitar em conjunto.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	16/03/2012

Deferida pela Mesa. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1329/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Senhora Ministra de Estado da Cultura sobre o repasse de verbas para a produção do Rock in Rio Brasil 2011.	Alvaro Dias	16/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122

Deferida pela Mesa. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1330/2011	Requer, com fundamento do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre o repasse de verbas feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a produção do Rock in Rio Brasil 2011.	Alvaro Dias	16/03/2012
RQS 1350/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Justiça acerca de investimentos destinados a reforma e construção de presídios no Brasil.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1388/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Cidades sobre as denúncias de uso do cargo público para promoção pessoal em evento no interior da Bahia.	Alvaro Dias	16/03/2012
RQS 1389/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia sobre destinação de recursos para patrocínio de eventos.	Alvaro Dias	16/03/2012
RQS 1442/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea "a". inciso I do art. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a Lei Federal nº 12.305/2010, que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, relativas a atual situação de reformas e construções dos aterros sanitários.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1443/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea "a", inciso I, do art. 215 e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações a Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente, relativas a atual situação de reformas e construções dos aterros sanitários, de acordo com o texto legal que especifica.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1464/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a arrecadação, desde 2004, por estado, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1468/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea "a", inciso I, do art. 215 e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre a distribuição de gás natural do estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1469/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea "a", inciso I do art. 215 e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, acerca da aplicação das políticas públicas no estado do Amazonas, a fim de diminuir os índices de desigualdade social e regional e distribuição de renda.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1470/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea "a" inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente, sobre o Plano Amazônia Sustentável - PAS e sua aplicabilidade na execução do Planejamento construído quando de sua formulação e criação.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1476/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o Programa REINTEGRA, aprovado por meio da Medida Provisória nº 540 de 2011.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1477/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia sobre a arrecadação e distribuição, por estado, dos encargos e tributos federais incidentes sobre a conta de luz.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1514/2011	Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia que preste informações relativas ao total de empregados terceirizados que prestam serviço hoje na Petrobrás, incluindo as suas Refinarias e subsidiárias, sua lotação, ou que já prestaram serviço na Entidade e afins, no período de 2003 a 2010, discriminando o montante ano a ano.	Aécio Neves	16/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122**Deferida pela Mesa. Total: 29**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1515/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde sobre a implantação de infraestrutura hospitalar pública realizada.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1516/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde sobre a implantação de UPAs e a cobertura do SAMU.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1517/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde sobre o financiamento nos últimos 5 anos para os Estados e Municípios; qual é a posição, entre os Estados, ocupado por Minas Gerais; e os critérios para definir alocação de recursos por bloco.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1538/2011	Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Cidades informações acerca do "Programa Minha Casa Minha Vida 1".	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1539/2011	Requer, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a aquisição de veículos não tripulados de vigilância - Projeto VANT do Ministério da Justiça/Polícia Federal.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1545/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações a respeito do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	16/03/2012
RQS 1546/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda a respeito do Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público na Atividade Bancária (PROES).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	16/03/2012
RQS 1548/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão relativas à Colônia Agrícola Catetinho/Granja do Ipê, localizada na região administrativa do Riacho Fundo II, Distrito Federal.	Rodrigo Rollemberg	16/03/2012
RQS 1551/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a manutenção de pontes e viadutos nas rodovias federais BR 040 e BR 381.	Aécio Neves	16/03/2012
RQS 1556/2011	Requerem, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações a cerca de tratados celebrados pelo Brasil sobre informações confidenciais.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	16/03/2012
RQS 1583/2011	Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Defesa, informações a respeito da convocação de brasileiros para a extração do látex na Floresta Amazônica durante a II Guerra Mundial.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1584/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Justiça, informações a respeito dos investimentos que serão realizados no âmbito do Programa Federal do Plano Estratégico de Fronteiras para aumentar a infraestrutura física e de pessoal nas fronteiras brasileiras.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 1585/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Previdência Social, informações a respeito dos benefícios pagos aos seringueiros, mais conhecidos como "Soldados da Borracha" que foram convocados pelo governo brasileiro a extrair látex na floresta quando do advento da II Guerra Mundial.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122

Deferida pela Mesa. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1591/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social acerca do impacto financeiro nas contas da Previdência Social advindo da aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 476, de 2008.	Comissão de Assuntos Sociais	16/03/2012
RQS 24/2012	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca das medidas tomadas pelo Governo Federal em relação às mortes de crianças indígenas das etnias kaxinawa e kulina de aldeias localizadas na região do rio Purus, no Estado do Acre, possivelmente vítimas de virose.	Sérgio Petecão	16/03/2012

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 104/2012	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 08 de março de 2012, para participar de diligência da Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte - CMABMONTE, no município de Altamira - PA.	Flexa Ribeiro	06/03/2012
RQS 105/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 8 e 9 de março de 2012, para cumprir diligência prevista no Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte - CMABMONTE, na cidade de Altamira - PA, destinada a conhecer os sítios das obras da usina e os trabalhos desenvolvidos nos municípios, assim como a realização de reuniões com as populações que serão impactadas pelas obras.	Delcídio do Amaral	06/03/2012
RQS 106/2012	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal licença para se ausentar da Casa nos dias 08 e 09 de março de 2012, na qualidade de membro da Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, integrando, como membro, a citada subcomissão, conforme deliberação aprovada por aquele Colegiado, em realizar diligência ao sítio de implantação de Belo Monte, com o objetivo de serem verificadas "in loco" as condições de implantação do projeto, e realizar reuniões com os representantes dos segmentos da área impactada.	Ivo Cassol	06/03/2012
RQS 107/2012	Requer, na forma do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 08 e 09 de março de 2012, para participar de reunião da Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, nos termos do Plano de Trabalho aprovado em 11 de maio de 2011 pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a realizar-se nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu, no Estado de Pará.	Aloysio Nunes Ferreira	06/03/2012
RQS 111/2012	Requer adiamento da votação do Requerimento nº 47, de 2012 a fim de ser feita na sessão de 18 de abril de 2012 (30 dias úteis).	Randolfe Rodrigues	06/03/2012
RQS 53/2012	Requer, nos termos regimentais, autorização para representar o Senado Federal na 38ª Conferência Anual da Eastern Economic Association, que ocorrerá em Boston, Estados Unidos, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se ausentará do País no período de 7 a 10 de março de 2012.	Eduardo Suplicy	06/03/2012
RQS 55/2012	Requer, nos termos do art. 55,III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40,§ 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 02 a 05, de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca.	Luiz Henrique	06/03/2012
RQS 56/2012	Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar do País, em missão política de interesse parlamentar, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, na República Theca, conforme convite expedido pela Embaixada daquele país.	Jarbas Vasconcelos	06/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 57/2012	Requer nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do país, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas repúblicas.	Aloysio Nunes Ferreira	06/03/2012
RQS 91/2012	Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição.	Sérgio Souza	06/03/2012
RQS 117/2012	Requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Laucides Oliveira, ocorrido no dia 07 de março de 2012.	Romero Jucá	07/03/2012
RQS 52/2012	Requer, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2008.	Antonio Carlos Valadares	08/03/2012
RQS 139/2012	Aditamento ao RQS 69/2012 - Realização de Sessão Especial	Ricardo Ferraço	13/03/2012
RQS 69/2012	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Sessão Especial pelo Plenário do Senado em homenagem ao lançamento, pela CNBB, da Campanha da Fraternidade 2012, com o tema "Fraternidade e Saúde Pública".	Ricardo Ferraço	13/03/2012
RQS 19/2012	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, em data a ser definida no segundo semestre de 2012.	Vanessa Grazziotin	14/03/2012
RQS 153/2012	Requer, nos termos do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que o Senhor Senador Eduardo Braga participe, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Audiência Pública a realizar-se na cidade de Manaus, no dia 27 de março de 2012 para discutir o tema: "Problemas apresentados pela população no serviço de telefonia móvel e fixa no Estado do Amazonas, bem como aferir a melhoria no sistema, conforme compromissos assumidos pelas concessionárias, em audiência ocorrida em novembro de 2011". Requer, ainda, que a Comissão seja assessorada por um servidor da Secretaria da referida Comissão para prestar assistência.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	15/03/2012
RQS 96/2012	Requerem nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Sessão Especial, a ser realizada em 20 de agosto de 2012, às 10:00 horas, destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do dia do MAÇOM.	Mozarildo Cavalcanti	15/03/2012
RQS 126/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 26 de março de 2012 em virtude de convite formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), quando participará do lançamento oficial do Word Congress on Justice, Governance and Law for Environmental Sustainability, a ser realizado em Nova Iorque, Estados Unidos, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 25 a 27 de março de 2012.	Rodrigo Rollemberg	20/03/2012
RQS 165/2012	Requer, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 20/2012, que solicita a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos 45 anos do Pólo Industrial de Manaus – PIM, comemorado no dia 28 de fevereiro, a ser realizada no próximo dia 07 de maio de 2012.	Vanessa Grazziotin	20/03/2012
RQS 171/2012	Solicita calendário especial para tramitação, em primeiro e segundo turnos, da PEC 5/2012.	Lideranças Partidárias e Mesa	20/03/2012
RQS 20/2012	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos 45 anos do Pólo Industrial de Manaus - PIM, comemorado no dia 28 de fevereiro, a ser realizada no próximo dia 16 de abril de 2012.	Vanessa Grazziotin	20/03/2012
RQS 173/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para desempenhar missão de representação, nos dias 26 e 27 de março de 2012, a fim de presidir audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito - ECAD, em São Paulo, e reunir-se com representantes da classe artística para colher subsídios com vistas à conclusão do relatório dessa CPI, no Rio de Janeiro.	Randolfe Rodrigues	21/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 174/2012	Requer, nos termos regimentais, licença dos trabalhos da Casa no dia 26 de março de 2012 para participar de audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito - ECAD, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.	Lídice da Mata	21/03/2012
RQS 514/2011	Requer, nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão temporária externa, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações, e outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da comissão.	Cícero Lucena	21/03/2012
RQS 214/2012	Requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010 - Complementar, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF.	Comissão de Assuntos Econômicos	27/03/2012
RQS 145/2012	Requer, nos termos do inciso I do art. 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão temporária, composta de cinco senadores titulares, e suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.	Humberto Costa	28/03/2012
RQS 204/2012	Requer, nos termos do art. 13, conjugado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como Representante Brasileiro no Parlamento do Mercosul, da sessão especial para a posse de novos parlamentares e da sessão preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, no dia 13 de abril de 2012, na cidade de Montevideú, Uruguai, e comunica, nos termos regimentais, que estará ausente do País nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2012.	Paulo Paim	28/03/2012
RQS 223/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 12 e 13 de abril de 2012, para participar da XXIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevideú, Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do país no período de 12 a 14 de abril de 2012.	Paulo Bauer	28/03/2012
RQS 224/2012	Requer urgência para o PRS 7/2012	Comissão de Assuntos Econômicos	28/03/2012
RQS 225/2012	Requer o adiamento da discussão do PLS 198/2008-Complementar por trinta dias.	Eduardo Braga	28/03/2012
RQS 232/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011 - CN, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 13 de abril de 2012, para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de sessão especial destinada à posse dos novos parlamentares argentinos e de sessão preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideú, Uruguai, e comunica, nos termos regimentais, que estará ausente do País no período de 12 a 16 de abril de 2012.	Roberto Requião	28/03/2012
RQS 233/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 12 a 14 de abril de 2012, para participar de sessão especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e de sessão preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, em Montevideú, Uruguai, no dia 13 de abril de 2012, e comunica, nos termos regimentais, que estará ausente do País nesse período.	Antonio Carlos Valadares	28/03/2012
RQS 112/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", nº. 12, do RISF, que o PLS nº. 111/2010 tramite, também, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Humberto Costa	29/03/2012
RQS 113/2012	Requer, nos termos do número 12, da alínea "c", do inciso II, do art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 554/2011 seja submetido, também, ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da comissão constante do despacho inicial.	Humberto Costa	29/03/2012
RQS 120/2012	Requer, nos termos do nº 12, da alínea "c", do inciso II, do art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2011 seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial.	Humberto Costa	29/03/2012
RQS 124/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2011 seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, além da comissão constante no despacho inicial.	Romero Jucá	29/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122**Aprovada pelo Plenário. Total: 43**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 129/2012	Requer tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242/2007, 467/2008, 481/2007, 701/2007, 105/2011 e 344/2011, todos complementares, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	29/03/2012
RQS 138/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Romero Jucá	29/03/2012
RQS 144/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, 12, do RISF, que o PLS nº 224, de 2004, seja remetido para análise da Comissão de Assuntos Econômicos.	Clésio Andrade	29/03/2012
RQS 148/2012	Solicita que sobre o PLS 224/2004 seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial	Acir Gurgacz	29/03/2012
RQS 152/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2011 seja apreciado também pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.	Acir Gurgacz	29/03/2012
RQS 220/2012	Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 90/2010 e 467/2008, ambos complementares, e este último já tramitando em conjunto com outras matérias, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	29/03/2012
RQS 99/2012	Requer, com fundamento no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006.	Valdir Raupp	29/03/2012

Encaminhada pela Presidência. Total: 36

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 94/2012	Requer, nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares de ROBINSON E MIRIAM CAVALCANTI, falecidos no dia 26 de fevereiro do 2012.	Humberto Costa	01/03/2012
RQS 95/2012	Requer, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do pastor Valtir Pereira da Silva, professor e escritor, e diretor de Seminário Teológico, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2012, em Vitória (ES), bem como o encaminhamento do referido voto à família do falecido e à sua Igreja.	Magno Malta	01/03/2012
RQS 98/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - SBPC, pela iniciativa de realizar mutirão de cirurgia plástica em 500 mulheres que foram mastectomizadas em consequência do câncer, a ser realizado entre os dias 05 a 09 de março de 2012, em vários estados da Federação, bem como seja encaminhado o referido Voto aos Senhores José Horácio Aboudib - Presidente da SBPC e Luciano Ornelas Chaves - Coordenador Nacional do Mutirão.	Vanessa Grazziotin	01/03/2012
RQS 103/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista paranaense Cândido Gomes Chagas, ocorrido no dia 5 de março de 2012, em Curitiba.	Alvaro Dias	06/03/2012
RQS 121/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e ex-deputado estadual Guilherme Xavier de Oliveira Neto, ocorrido no dia 06 de março de 2012.	João Vicente Claudino	07/03/2012
RQS 122/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Auditor e Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Piauí Jaime Amorim Júnior, ocorrido no dia 06 de março de 2012.	João Vicente Claudino	07/03/2012
RQS 132/2012	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à ministra CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA por ter sido eleita a primeira mulher presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, no dia 6 de março de 2012.	Vanessa Grazziotin	12/03/2012
RQS 135/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pela inauguração do memorial que leva o nome Professor Samuel Benchimol, no dia 6 de março de 2012, em Manaus - AM.	Vanessa Grazziotin	13/03/2012
RQS 136/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à engenheira MAGDA CHAMBRIARD pela sua indicação como nova diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).	Vanessa Grazziotin	13/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122

Encaminhada pela Presidência. Total: 36

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 137/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à policial Prícilla de Oliveira Azevedo, major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, por receber o prêmio que distingue mulheres com coragem ao redor do mundo.	Vanessa Grazziotin	13/03/2012
RQS 147/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do jornalista LAUCIDES INACIO DE OLIVEIRA.	Mozarildo Cavalcanti	14/03/2012
RQS 149/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Sr. Ariosto Lopes Braga por ter sido eleito Defensor Público no Estado do Amazonas, no dia 05 de março de 2012.	Vanessa Grazziotin	14/03/2012
RQS 151/2012	Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de louvor ao tenista Gustavo Kuerten, pela sua indicação para o Hall da Fama do tênis mundial.	Paulo Bauer	14/03/2012
RQS 157/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à COTRIBÁ - Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda, fundada em 21 de janeiro de 1911, pela passagem, no ano passado, dos seus 100 anos de fundação, bem como seja encaminhado o referido voto de homenagem ao Diretor Presidente Celso Leomar Krug.	Ana Amélia	15/03/2012
RQS 158/2012	Requer, nos termos do art. 215, inciso III, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da camarada Maria da Conceição Varela Marques, ocorrido no dia 14 de março de 2012, em Manaus.	Vanessa Grazziotin	16/03/2012
RQS 159/2012	Requer, nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de RUY PAULETTI, ocorrido em 18 de março de 2012.	Paulo Paim	19/03/2012
RQS 161/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações e Aplausos aos 27 anos do Jornal Diário do Amazonas, comemorado no dia 15 de março de 2012.	Vanessa Grazziotin	20/03/2012
RQS 162/2012	Requerem, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal RUY PAULETTI, ocorrido no dia 18 de março de 2012.	Pedro Simon	20/03/2012
RQS 164/2012	Requer, nos termos do art.218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do geógrafo e pesquisador Aziz Nacib Ab'Saber, ocorrido no dia 16 de março de 2012.	Eduardo Suplicy	20/03/2012
RQS 170/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar e condolências à família, pelo falecimento da Senhora Imelda Pereira Pedreira, matriarca da família Pedreira.	Vicentinho Alves	20/03/2012
RQS 175/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Natal ERNANI ALVES DA SILVEIRA, ocorrido no dia 17 de março de 2012.	Paulo Davim	21/03/2012
RQS 176/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Ouvidoria-Geral do Estado do Amazonas pelos quinze anos de sua criação.	Vanessa Grazziotin	21/03/2012
RQS 193/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao ex-deputado estadual Gláucio Bentes Gonçalves, que lançou no dia 09 de março de 2012 um livro de memórias de Parintins e Política do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	22/03/2012
RQS 194/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao artista plástico amazonense Moacir Andrade pelos 80 anos de dedicação à arte.	Vanessa Grazziotin	22/03/2012
RQS 200/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à TV Cultura do Amazonas por ter tido um projeto aprovado que é exibido em rede nacional, no programa "Nova Amazônia".	Vanessa Grazziotin	23/03/2012
RQS 205/2012	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do humorista FRANCISCO ANYSIO DE OLIVEIRA PAULA FILHO, ocorrido no dia 23 de março de 2012. Requer, ainda, sejam apresentadas condolências à família.	Eunício Oliveira	27/03/2012
RQS 207/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 23 de março de 2012, do humorista Chico Anysio, aos 80 anos.	Eduardo Suplicy	27/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122**Encaminhada pela Presidência. Total: 36**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 209/2012	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do humorista Chico Anyzio, ocorrido no dia 23 de março de 2012.	Inácio Arruda	27/03/2012
RQS 215/2012	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Pastor ETEVALDO ROCHA TRISTÃO, presidente de honra do Ministério Batista Betel, ocorrido no dia 25 de março de 2012, em Vila Velha, Espírito Santo.	Magno Malta	27/03/2012
RQS 216/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao jurista, professor, ex-ministro, ex-senador e cidadão do mundo Bernardo Cabral pelos 80 anos de idade, completados no dia 27 de março de 2012.	Vanessa Grazziotin	27/03/2012
RQS 217/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Escola Estadual Waldemiro Lustoza por ter sido eleita a melhor escola da Região Norte em projetos inovadores visando à conservação do livro didático, no dia 16 de março de 2012, em Curitiba.	Vanessa Grazziotin	27/03/2012
RQS 218/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao escritor amazonense Thiago de Mello pelo lançamento do livro "O menino irmão das águas".	Vanessa Grazziotin	27/03/2012
RQS 219/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Bairro de São José Operário por ter completado 32 anos no dia 19 de março de 2012.	Vanessa Grazziotin	27/03/2012
RQS 222/2012	Requer, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Manuela Wolter Tavares, ocorrido no dia 27 de março de 2012, no estado do Amazonas.	Alfredo Nascimento	27/03/2012
RQS 230/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à amazonense Jéssica Natália Santos por ter conquistado a primeira etapa da categoria Elite - Feminino na abertura da Copa Brasil de Sprint Triathlon, no dia 12 de março de 2012, em Garopaba (SC).	Vanessa Grazziotin	28/03/2012
RQS 231/2012	Requerem, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar e, de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do escritor e jornalista Millôr Fernandes.	Antonio Carlos Valadares	28/03/2012

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 163/2012	Requerem, em aditamento ao Requerimento nº 226, de 2011, seja prorrogado o prazo de funcionamento da respectiva Comissão Parlamentar de Inquérito até o dia 30 (trinta) de junho de 2012; e que sua previsão de gastos seja acrescida de R \$200.000,00 (duzentos mil reais).	Vanessa Grazziotin	20/03/2012

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 134/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas Congratulações à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) pelos 60 anos de sua fundação.	Lúcia Vânia	13/03/2012

Matéria: Requerimento. Total: 122
Rejeitada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 38/2012	Requer, nos termos regimentais, desapensamento, de forma agrupada, das seguintes proposições: a) PLS nºs 594, 613, de 2007, e 19, de 2008; b) PLS nºs 383, 401, 550, de 2007; e nº 253, de 2008; c) PLS nºs 71 e 201, de 2007; d) PLS nºs 202 e 426, de 2008; e) PLC nº 99, de 2007 e PLS nº 257, de 2007; f) PLC nºs 128, de 2007; e 74, de 2008; g) PLC nºs 198, de 2008; e 48, de 2009. Solicita, ainda, que sejam desapensados para ter tramitação autônoma, as seguintes proposições: PLC nºs 103, de 2007, 135, 165, e 172, de 2008; PLS nºs 192, 222 e 462, de 2007; e 280, de 2008.	Marcelo Crivella	06/03/2012
RQS 46/2012	Nos termos do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal, requer dispensa do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, sobre o Projeto de Resolução do Senado Nº 237, de 2008, de autoria da requerente.	Kátia Abreu	06/03/2012
RQS 116/2012	Requer o sobrestamento da apreciação da Mensagem nº 151, de 2011	Roberto Requião	07/03/2012

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 128/2012	Requer a retirada definitiva da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2011.	Ana Amélia	12/03/2012
RQS 181/2012	Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada definitiva do PLS 341, de 2011, que tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.	Lúcia Vânia	22/03/2012

Prejudicada. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 127/2012	Requer a tramitação em conjunto das seguintes matérias: PEC 52/2011 e PEC 5/2012.	José Pimentel	12/03/2012
RQS 1574/2011	Requer, nos termos do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por 3 (três) Senadores, destinada a representar o Senado Federal na 12ª edição do Fórum Social Mundial (FSM) - 2012, entre os dias 24 e 29 de janeiro de 2012, em Porto Alegre e Região Metropolitana.	Inácio Arruda	20/03/2012

Indeferida pela Mesa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1553/2011	Requer, com fundamento no art.50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre as suas atividades como consultor.	Alvaro Dias	16/03/2012

REQUERIMENTOS DE LICENÇA . Total: 66

(Sem ônus)

Arts. 13, 40, 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
34/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	01.03	Atividade Parlamentar
35/2012-M	Sérgio Petecão	13	01.03	Atividade Parlamentar
36/2012-M	Pedro Simon	13	01.03	Atividade Parlamentar
37/2012-M	Ricardo Ferraço	13	01.03	Atividade Parlamentar
38/2012-M	Renan Calheiros	13	01.03	Atividade Parlamentar
39/2012-M	Epitácio Cafeteira	43,I	09 a 19.02	Licença Saúde
40/2012-M	Cássio Cunha Lima	43,I	28.02	Licença Saúde
41/2012-M	Delcídio do Amaral	13	06.03	Atividade Parlamentar
42/2012-M	Maria do Carmo Alves	43,I	06 a 08.03	Licença Saúde
43/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	13	07 e 09.03	Atividade Parlamentar
44/2012-M	Anibal Diniz	13	08.03	Atividade Parlamentar
45/2012-M	Cícero Lucena	13	06.03	Atividade Parlamentar
46/2012-M	Waldemir Moka	13	10 a 17.03	Atividade Parlamentar
47/2012-M	Rodrigo Rollemberg	13	19 a 23.03	Atividade Parlamentar
48/2012-M	Ana Amélia	13	08.03	Atividade Parlamentar
49/2012-M	Cícero Lucena	13	14 a 16.03	Atividade Parlamentar
50/2012-M	Luiz Henrique	43,I	08 a 17.03	Licença Saúde
51/2012-M	Lobão Filho	43,II	29.02 e 01.03	Licença Particular
52/2012-M	Clóvis Fecury	13	28.02 a 06.03	Atividade Parlamentar
53/2012-M	João Ribeiro	13	08.03	Atividade Parlamentar
54/2012-M	Valdir Raupp	13	08.03	Atividade Parlamentar
55/2012-M	Cícero Lucena	13	08.03	Atividade Parlamentar
56/2012-M	Aécio Neves	40	09.03 a 15.03	Atividade Parlamentar
57/2012-M	Ciro Nogueira	13	19.03 a 21.03	Atividade Parlamentar
58/2012-M	Benedito de Lira	13	15.03	Atividade Parlamentar
59/2012-M	Pedro Simon	13	14 e 15.03	Atividade Parlamentar
60/2012-M	Magno Malta	13	15.03	Atividade Parlamentar
61/2012-M	Wellington Dias	13	13.03	Atividade Parlamentar
62/2012-M	Ricardo Ferraço	13	15.03	Atividade Parlamentar
63/2012-M	Sérgio Petecão	13	15.03	Atividade Parlamentar
64/2012-M	Ana Amélia	13	20.03	Atividade Parlamentar
65/2012-M	Armando Monteiro	13	15.03	Atividade Parlamentar
66/2012-M	Humberto Costa	13	15.03	Atividade Parlamentar
67/2012-M	Vital do Rêgo	13	15.03	Atividade Parlamentar
68/2012-M	Valdir Raupp	13	15.03	Atividade Parlamentar
69/2012-M	Renan Calheiros	13	15.03	Atividade Parlamentar
70/2012-M	Cristovam Buarque	13	20.03 a 27.03	Atividade Parlamentar
71/2012-M	Mário Couto	13	20 a 22.03	Atividade Parlamentar
72/2012-M	Luiz Henrique	43, I	17.03 a 05.04	Prorrogação licença Saúde
73/2012-M	Lobão Filho	43, II	20 a 22.03	Licença Particular
74/2012-M	Kátia Abreu	13	28.03 a 1º.04	Atividade Parlamentar
75/2012-M	Eduardo Lopes	13	21.03	Atividade Parlamentar
76/2012-M	Ana Amélia	-	-	Retirada do Requerimento nº 64-M
77/2012-M	Wellington Dias	43,I	06.03 a 08.03	Licença Saúde
78/2012-M	Ricardo Ferraço	13	22.03	Atividade Parlamentar
79/2012-M	Kátia Abreu	13	22.03	Atividade Parlamentar
80/2012-M	Francisco Dornelles	13	22.03	Atividade Parlamentar
81/2012-M	Clóvis Fecury	13	27.03 a 29.03	Atividade Parlamentar
82/2012-M	João Durval	13	27.03 a 29.03	Atividade Parlamentar
83/2012-M	João Capiberibe	13	28.03 e 29.03	Atividade Parlamentar
84/2012-M	Ciro Nogueira	43,II	07.04 a 10.04	Licença Particular
85/2012-M	Inácio Arruda	13	29.03	Atividade Parlamentar
86/2012-M	Blaio Maggi	13	26.03 a 30.03	Atividade Parlamentar
87/2012-M	Casildo Maldaner	40	30.03 a 07.04	Atividade Parlamentar
88/2012-M	Aécio Neves	43,II	29.03 a 02.04	Licença Particular
89/2012-M	Wellington Dias	40	30.03 a 05.04	Atividade Parlamentar
90/2012-M	Sérgio Petecão	13	29.03 a 04.04	Atividade Parlamentar
91/2012-M	Humberto Costa	13	01.04 a 10.04	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
92/2012-M	Magno Malta	43,II	10.04 a 16.04	Licença Particular
93/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	29.03	Atividade Parlamentar
94/2012-M	Vital do Rêgo	13	29.03	Atividade Parlamentar
95/2012-M	Armando Monteiro	13	29.03	Atividade Parlamentar
96/2012-M	Pedro Taques	40	24.05	Atividade Parlamentar
97/2012-M	Paulo Davim	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar
98/2012-M	João Durval	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar
99/2012-M	Benedito de Lira	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha 01 a 31/03/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 01 a 31/03/2012

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	-
Conjunta Solene	03
Total	03

Resenha Consolidada 02/02 a 31/03/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	-
Conjunta Solene	04
Total	04

Sessões Realizadas 01 a 31/03/2012

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	13/03/2012, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a entregar, às agraciadas, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.
Conjunta Solene	26/03/2012, às 17 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar os 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB.
Conjunta Solene	29/03/2012, às 10h30min (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nºs: - nº 69, de 2012, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008 (nº 445, de 2009, na Câmara dos Deputados), que "Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal"; e - nº 70, de 2012, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 270, de 2008 (nº 5, de 2012, no Senado Federal), que "Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional". (Emendas Constitucionais nºs 69 e 70, de 2012–Public. no DOU de 30/03/2012)

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 01 a 31/03/2012

Nº	Assunto
6/2012 (public. no DOU de 02/03/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União na mesma data, em Edição Extra, que "Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004".
7/2012 (public. no DOU de 23/03/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica".
8/2012 (public. no DOU de 27/03/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01 /2011-CN "que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 1º da referida Resolução, RESOLVE: Art. 1º Designar o Deputado ANDRÉ ZACHAROW, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30 de janeiro de 2012.
9/2012 (public. no DOU de 27/03/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01 /2011-CN "que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 1º da referida Resolução, RESOLVE: Art. 1º Designar o Senador LUIZ HENRIQUE, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga existente em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
10/2012 (public. no DOU de 27/03/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 554, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para a contratação e o acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002".
11/2012 (public. no DOU de 27/03/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 555, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, que "Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Rquette Pinto - A CERP, e dá outras providências".
12/2012 (public. no DOU de 27/03/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 556, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, que "Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências".
13/2012 (public. no DOU de 27/03/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 557, de 26 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2011, que "Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999".
14/2012 (public. no DOU de 27/03/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 558, de 5 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 2012, e republicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências".

**Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 31/03/2012**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
125/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012 (Medida Provisória nº 550, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 27 de março do corrente ano, que "Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências".
123/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 23, de 2012-CN (nº 95, de 2012, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2012-CN, que "Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00, para o fim que especifica". A matéria, publicada no DSF de 27/03/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
122/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Em face do disposto no artigo 3º da Emenda à Constituição nº 69/2012, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal, solicita de acordo com a proporcionalidade e as normas vigentes nessa Casa, a indicação de 22 (vinte e dois) membros, sendo 11 (onze) titulares e 11 (onze) suplentes, nos termos do artigo 10, e um membro titular e um membro suplente, na forma do 10-A, ambos do Regimento Comum, para integrar Comissão Especial Mista destinada a elaborar, em 60 (sessenta) dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na referida Emenda à Constituição nº 69/2012, cuja promulgação está prevista para o dia 29 de março do presente, às 10h30min, em sessão solene do Congresso Nacional.
120/2012-CN	Dep. Rose de Freitas – 1ª Vice-Presidente da CD, no exercício da Presidência	Comunica que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do Regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 29 do corrente, quinta-feira, às 10h30min, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das seguintes Emendas Constitucionais: - nº 69, de 2012, que "Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal"; e - nº 70, de 2012, que "Acréscena o art. 98 da Constituição de disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal".
119/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2012 (Medida Provisória nº 548, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 21 de março do corrente ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica".
117/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do Senador Valdir Raupp e do Deputado Henrique Eduardo Alves, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 14 de maio do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 46 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.
116/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2012 (Medida Provisória nº 547, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 20 de março do corrente ano, que "Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências".
114/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 561, de 2012, que "Altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001".
113/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 559, de 2012, que "Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. - CELGD e dá outras providências".
112/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foram designados, em sessão do Senado Federal realizada em 20 de março do corrente ano, os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CMO para o ano de 2012, conforme indicações das Lideranças.
111/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 19, de 2012-CN (nº 87, de 2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 1º Bimestre de 2012. A matéria, publicada no DSF de 21/03/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
110/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do TCU o Aviso nº 214-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão referente ao processo nº TCU 014.337/2011-8, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. A matéria, publicada no DSF de 20/03/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
109/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 560, de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00, para o fim que especifica".
108/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 07 de março de 2012, a Medida Provisória nº 560, de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00, para o fim que especifica". Nos termos do disposto nos § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a matéria foi encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
107/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 08 de março de 2012, a Medida Provisória nº 561, de 2012, que “Altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001”. Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 12/03/2012.
106/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a solicitação de informações sobre o cálculo da proporcionalidade dos partidos e blocos parlamentares na composição de Comissões permanentes e temporárias na Câmara dos Deputados, para fins de composição das Comissões Mistas.
105/2012-CN	Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-Geral da República	Comunica que em atenção ao Ofício PGR/GAB nº 148, de 28 de fevereiro de 2012, encaminha cópia do Ofício nº 12, de 2012, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que encaminhou informações sobre emendas parlamentares, solicitadas pelo Ofício OF/NPPS/PR/RS nº 376, de 2012, da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, referente ao Inquérito em epígrafe.
104/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional no dia 23 de abril do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 50 anos de fundação da Universidade de Brasília - UNB.
103/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 16 de abril do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Índio.
102/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal o Ofício nº 253/P, de 13 de março de 2012, na origem, que informa a decisão daquela egrégia Corte, que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029, com declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN, com eficácia ex nunc em relação à proclamação dessa inconstitucionalidade.
100/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Banco Central do Brasil o Aviso nº 5, de 2012-CN (nº 21/2012-BCB, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309, de 09/08/2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao exercício de 2011. A matéria, publicada no DSF de 06/03/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
99/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 4, de 2012-CN (nº 74-GP/TCU/2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2011. A matéria, publicada no DSF de 03/03/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
98/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 15, de 2012-CN (nº 67/2012, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010 (PL nº 774, de 2007, nessa Casa), que “Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Espiritistas Documentalistas e dá outras providências”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
97/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 02 de março de 2012, a Medida Provisória nº 559, de 2012, que “Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. - CELGD e dá outras providências”. Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 06/03/2012.
96/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2012 (Medida Provisória nº 545, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 06/03/2012, que “Altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Aduaneiro e o Fretista para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema perto de você; e dá outras providências”.
90/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 13 de março do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a entregar, às agraciadas, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Serão agraciadas as seguintes personalidades: - Sra. Presidente da República Dilma Vana Rousseff; - Sra. Ana Alice Alcantara Costa; - Sra. Eunice Michiles Maltz; - Sra. Maria Prestes (Maria do Carmo Ribeiro); e - Sra. Rosali Scalabrín.
89/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações da Senadora Vanessa Grazziotin e da Deputada Janete Pietá, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 13 de março do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agradecer as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.
88/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 14, de 2012-CN (nº 62, de 2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011. A matéria, publicada no DSF de 02/03/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
87/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012 (Medida Provisória nº 544, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 29/02/2012, que "Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências".
85/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012 (Medida Provisória nº 546, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 28/02/2012, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências".
83/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 3, de 2012-CN (nº 39/MF, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao quadriestrio de 2011. A matéria, publicada no DSF de 29/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha 01 a 31/03/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	-
Extraordinárias (REX)	-
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	01

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	-	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	-	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art. 106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	1					
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original						
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	1					1
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	4					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	4					
Mensagens CN (MCN)	2					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	2					
Ofícios CN (OFN)						
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias						
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)						
Emendas						
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	8					1

Resenha Consolidada

02/02 a 31/03/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	-
Extraordinárias (REX)	-
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	1

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	-	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	-	-

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	2					
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original						
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	2					2
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	8					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	1					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	7					
Mensagens CN (MCN e MSG)	5					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	5					
Ofícios CN (OFN)	16					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	16					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	1					
Emendas	10					
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	44					2

Resultados das Reuniões 01 a 31/03/2012

Reunião realizada em 27 de março de 2012 (Instalação e Eleição)

**Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão para o ano de 2012,
convocada para 27/3/2012, às 14h30min
(Iniciada às 14h58min e encerrada às 16h03min)**

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo então Presidente Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), e pelo Presidente eleito, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

EXPEDIENTE

1) OF. GLPMDB nº 030/2012, de 20 de março, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Romero Jucá (PMDB/RR), para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2013.

2) OF nº 093/PT, de 21 de março, do Deputado Jílmar Tatto, Líder do PT, indicando o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

3) Ofício nº 29/12-GLPSDB, de 26 de março, do Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, indicando o Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) para o cargo de Primeiro Vice-Presidente desta Comissão.

4) Of. nº 335/2 012/PSDB, de 27 de março, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) para o cargo de Segundo Vice-Presidente desta Comissão.

5) Ofício Leg. Nº 013/2012 GLPR, de 27 de março, do Senador Vicentinho Alves, Vice Líder do PR, indicando seu nome para o cargo de Terceiro Vice-Presidente desta Comissão.

6) Ofício nº 040/2012 - GLDBAG, de 27 de março, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

ORDEM DO DIA

O Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou instalada a nova Comissão para o ano de 2012 e informou a sua composição.

O Presidente fez breve discurso de despedida apresentando o Relatório de Atividades da CMO durante a sua gestão no ano de 2011, no qual destaca as Emendas de Iniciativa Popular; parabeniza a Secretária da CMO, Sra. Myrna Lopes Pereira, pelos trabalhos prestados à Comissão durante 23 anos e apresenta a nova Secretária, Sra. Maria do Socorro de L. Dantas. Elogiou os serviços prestados pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados através do seu Diretor, Sr. Wagner Primo Figueiredo Júnior, e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, através do seu Diretor, Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto. Prosseguindo, agradeceu os membros da Comissão de 2011 especialmente os parlamentares Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Senador Walter Pinheiro (PT/BA), Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Senador Aécio Gurgacz (PDT/RO) e o Deputado Gilmar Machado (PT/MG), que em foram, respectivamente, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Relator da Receita, e representante da Liderança do Governo na CMO.

Em seguida, propôs que a eleição da Mesa Diretora da CMO para 2012 fosse por aclamação, tendo os candidatos para os seguintes cargos:

Para Presidente: Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Para Primeiro Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB).

Para Segundo Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS).

Para Terceiro Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves (PR/TO).

Resultado: a proposta foi **aprovada** por unanimidade. O Presidente declarou eleita e empossada a Mesa Diretora da Comissão para 2012.

O Presidente eleito, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) assumiu a direção dos trabalhos, fez o pronunciamento de posse e convidou os Vice-Presidentes eleitos para compor a Mesa.

Questão de Ordem

O Senador Wellington Dias (PT/PI) levantou Questão de Ordem quanto à designação em 2012 de membros para a CMO que já a integraram em 2011, nos termos do art. 7º, § 1º, da Resolução nº 1/2006-CN. O Presidente recebeu a questão de ordem e esclareceu que a indicação dos membros titulares e suplentes da CMO é de competência dos Líderes Partidários das duas Casas do Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 7º da Resolução nº 01/2006-CN, alterada pela Resolução nº 03/2008-CN. A o

Presidente do Senado Federal cabe a designação dos membros da Comissão, mediante a indicação das Lideranças Partidárias (art. 9º do Regimento Comum).

Informou que encaminhará a questão de ordem ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, por ser de sua competência a decisão do assunto.

O Presidente informou as seguintes diretrizes gerais:

1) Conforme disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN, o dia 1º de abril, é o prazo final para a indicação das seguintes relatorias: Relator da Receita e os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2013, e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN.

2) O dia 1º de abril também é o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. Tendo em vista que dia 1º de abril é domingo, as indicações poderão ser feitas até o dia 3 do mesmo mês.

3) Solicitou a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão.

4) Inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14 h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

O Presidente convidou os membros e assessores a participarem da Palestra "Como funciona a CMO", que será realizada no dia 29 de março, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2, da Câmara dos Deputados, sob a direção da Secretária da CMO, Sra. Maria do Socorro de L. Dantas, e com a participação do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Sr. Wagner Primo Figueiredo Júnior, e do Diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto. Informou que a Secretaria da CMO encaminhará aos gabinetes dos membros um exemplar da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

O Presidente encerrou a reunião.

Brasília, 27 de março de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas 01 a 31/03/2012

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	14
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	40
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	13
REUNIÕES CONJUNTAS	11
TOTAL	78

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL**
CAE	3	2	3	8
CAS	-	5	2	7
CCJ	4	1	2	7
CE	4	2	-	6
CMA	-	2	3	5
CDH	-	8	2	10
CRE	3	4	2	9
CI	-	3	2	5
CDR	-	3	-	3
CRA	-	5	-	5
CCT	-	5	1	6
CMMC	-	-	-	-
TOTAL	14	40		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (***), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	2	-	2
CAS - Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	4	-	4
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1	-	1
CMA - Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	1	-	1
CMA - Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	1	-	1
CMA - Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20	-	3	3
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1	-	1
CRE - Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE+20	-	3	3
CI - Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	3	-	3
TOTAL	13		

(***) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
2ª reunião	CI (3ª), CMA (6ª)
3ª reunião	CRER+20 (1ª), CMARIO20 (1ª)
4ª reunião	CDH (6ª), CAS (5ª)
5ª reunião	CMA (7ª), CCT (3ª), CRE (8ª)
6ª reunião	CRE (9ª), CMA (9ª)
7ª reunião	CRER+20 (2ª), CMARIO20 (2ª)
8ª reunião	CDH (10ª), CAS (8ª)
9ª reunião	CCJ (7ª), CAE (7ª)
10ª reunião	CAE (8ª), CCJ (9ª)
11ª reunião	CI (7ª), CAE (11ª)
12ª reunião	CRER+20 (3ª), CMARIO20 (3ª)
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 11	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	1
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	1
Comissão de Educação – CE	2
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	7
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	4
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	1
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	2
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	3
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	3
TOTAL	25

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP	2
CAS - Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	2
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CMA - Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	1
CDH - Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1
CI - Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	3
TOTAL	10

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CRER+20 (CRE) e CMARIO20 (CMA)	3
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	2
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CMA, CCT e CRE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CRE e CMA	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CCJ e CAE	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos – CI e CAE	1
TOTAL	11

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	46

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												TOTAL
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	
PEC			1										1
PLS	10	15	3	9	3	6		3	3	5	4		61
ECD										1			1
PLC	4	3	1	57		2				1	1		69
PDS	1						1				60		62
PRS				1									1
RQS (SF)							6						6
EMEN PLEN			2										2
MSF	3						6						9
OFS "S"								1	1				2
AVS									1	1			2
TOTAL	18	18	7	67	3	8	13	4	5	8	65	-	216

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	30
PLC	60
PDS	60
TOTAL	150

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	1
PLS	31
ECD	1
PLC	9
PDS	2
PRS	1
RQS (SF)	6
EMEN PLEN	2
MSF	9
OFS "S"	2
AVS	2
TOTAL	66

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
6	14	7	13	3	26	8	12	4	5	9	-	107
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM												1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												1

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	105
Rejeitado	01
Prejudicado	01
TOTAL	107

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovado	1
TOTAL	1

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	2
Projeto de Decreto Legislativo	2
Projeto de Resolução do Senado	1
TOTAL	5

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 31/03/2012**Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas****REUNIÕES**

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	24
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	64
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	19
REUNIÕES CONJUNTAS	12
TOTAL ACUMULADO	119

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL**
CAE	5	3	3	11
CAS	-	8	3	11
CCJ	7	2	2	11
CE	7	3	-	10
CMA	-	7	3	10
CDH	-	11	3	14
CRE(***)	5	7	2	14
CI	-	5	2	7
CDR	-	5	-	5
CRA	-	6	-	6
CCT	-	7	1	8
CMMC	-	-	-	-
TOTAL ACUMULADO	24	64		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

(***) Vide retificação da resenha de fevereiro ao final deste relatório.

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	3	-	3
CAS - Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	4	-	4
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	2	-	2
CMA - Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	1	-	1
CMA - Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	1	-	1
CMA - Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20	-	3	3
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1	-	1
CDH - Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	1
CRE - Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE+20	-	3	3
CI - Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	5	-	5
CDR - Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN	1	-	1
TOTAL ACUMULADO	19		

REUNIÕES CONJUNTAS	
1ª reunião	CAS (2ª), CDH (2ª)
2ª reunião	CI (3ª), CMA (6ª)
3ª reunião	CRER+20 (1ª), CMARIO20 (1ª)
4ª reunião	CDH (6ª), CAS (5ª)
5ª reunião	CMA (7ª), CCT (3ª), CRE (8ª)
6ª reunião	CRE (9ª), CMA (9ª)
7ª reunião	CRER+20 (2ª), CMARIO20 (2ª)
8ª reunião	CDH (10ª), CAS (8ª)
9ª reunião	CCJ (7ª), CAE (7ª)
10ª reunião	CAE (8ª), CCJ (9ª)
11ª reunião	CI (7ª), CAE (11ª)
12ª reunião	CRER+20 (3ª), CMARIO20 (3ª)
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 12	

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	2
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	1
Comissão de Educação – CE	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	5
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	10
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	7
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	1
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	2
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	3
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	4
TOTAL ACUMULADO	39

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP	2
CAS – Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	2
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CMA – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	1
CDH – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher - CDHSPDM	1
CI – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	3
TOTAL ACUMULADO	10

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CRER+20 (CRE) e CMARIO20 (CMA)	3
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CMA, CCT e CRE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CRE e CMA	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CCJ e CAE	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos – CI e CAE	1
TOTAL ACUMULADO	12

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	61

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												TOTAL
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	
PEC			2										2
PLS	15	23	5	10	3	6		5	6	5	6		84
ECD			1							1			2
PLC	4	7	2	59		2	1			1	1		77
PDS	1	1					2				91		95
PRS				2									2
RQS (SF)							7						7
EMEN PLEN			2										2
MSF	7						7	1					15
OFS "S"								1	1				2
AVS									1	2			3
TOTAL ACUMULADO	27	31	12	71	3	8	17	7	8	9	98	-	291

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	42
PLC	62
PDS	91
TOTAL ACUMULADO	195

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	2
PLS	42
SCD	1
ECD	1
PLC	15
PDS	4
PRS	2
RQS (SF)	7
EMEN PLEN	2
MSF	15
OFS "S"	2
AVS	3
TOTAL ACUMULADO	96

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL ACUMULADO
6	25	10	19	16	39	17	17	10	10	12	-	181
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP												1
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSF												1
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM												1
CI - Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC												1
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												4

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	177
Rejeitado	03
Prejudicado	01
TOTAL ACUMULADO	181

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovado	3
Rejeitado	1
TOTAL ACUMULADO	4

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	4
Requerimento de Tramitação Autônoma	1
Projeto de Decreto Legislativo	2
Projeto de Resolução do Senado	1
TOTAL ACUMULADO	8

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES 01 a 31/03/2012

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

- **Dia 13 de março**

Finalidade:

Comparecimento do Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, a fim de discorrer sobre a Conjuntura Econômica Brasileira, conforme o art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, e o Art. 50, § 1º, da Constituição Federal.

Participante:

- o **Guido Mantega** – Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

- **Dia 29 de março**

Finalidade:

Discutir o impacto da conservação de alimentos na saúde pública.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS Nº 00019 / 2012, Senador Cyro Miranda

- RAS Nº 00022 / 2012, Senador Cyro Miranda

Participantes:

- o **Márcio Milan** - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS
- o **Fernando Cabral** - Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL
- o **Licínia de Campos** - Membro do Comitê Técnico do Serviço de Informação da Carne - SIC
- o **Vera Megumi Kawasaki** - Colaboradora da Sociedade Brasileira de Gastronomia e Nutrição - SGBAN
- o **Dirceu Barbano** - Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
- o **Ronnie Pizzi** - Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Engenheiros de Alimentos – ABEA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)

- **Dia 21 de março**

Finalidade:

Dar publicidade às avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no Ensino Básico.

Requerimento(s) de realização de audiência:

RCE Nº 12/2012, Senador Cássio Cunha Lima

Participantes:

- o **Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz** - Coordenadora da Diretoria de Currículo de Educação Integral - Secretaria de Educação Básica - MEC
- o **José Marcelino de Rezende Pinto** - Conselheiro Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
- o **Gustavo Ioschpe** - Especialista em Educação
- o **Neroaldo Pontes** - Ex-Secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba – PB

- **Dia 28 de março**

Finalidade:

O Sistema Educacional da Finlândia.

Requerimento(s) de realização de audiência:

RCE Nº 70/2011, Senador Roberto Requião

Participante:

- o **Titta Maja** - Conselheira em Comércio e Educação - Ministério das Relações Exteriores da Finlândia

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

- **Dia 22 de março**

Finalidade:

Debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo recentemente surgido no campo de Frade, operado pela empresa Chevron na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Participantes:

- o **Eduardo Santos de Oliveira** - Procurador da República do Ministério Público Federal
- o **Sílvio Jablonski** - Assessor de Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
- o **Rafael Jaen Williamson** - Diretor de Assuntos Corporativos da Chevron Corporation
- o **Marcelo Neiva de Amorim** - Coordenador de Atendimento de Emergências Ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

- **Dia 1º de março**

Finalidade:

Prestar esclarecimentos, em Audiência, sobre os atos da Polícia Militar na desocupação de terras: na Fazenda Sálvia-DF; na cidade de Brasileira-AC; na Bahia; e no Piauí.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00004 / 2012, Senador Paulo Paim
- RDH Nº 00005 / 2012, Senador Paulo Paim
- RDH Nº 00006 / 2012, Senador Paulo Paim
- RDH Nº 00003 / 2012, Senador Paulo Paim

Participantes:

- o **Rubens da Silva Pereira** - Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí
- o **Deolindo de Sousa Moura** - Estudante
- o **Alzenir Porto** - Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina - PI
- o **Major Rocha** - Deputado Estadual do Estado do Acre

- **Dia 12 de março**

Finalidade:

Debater sobre as possíveis causas do elevado número de suicídios de índios da etnia Karajás na ilha do bananal.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00024 / 2012, Senador Vicentinho Alves

Participantes:

- o **Leonídia Batista Coelho**
(em substituição a Nilomar dos Santos Faria - Secretário de Justiça do Estado do Tocantins).
- o **Antonio Alves de Souza** - Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI
- o **Marcos Terena** - Professor da Cátedra Indígena Internacional
- o **Iwraru Karajá** - Cacique da Aldeia Watau
- o **Cleso Fernandes de Moraes**
(em substituição ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira - Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI).
- o **Kohalue Karajá** - Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins

- **Dia 15 de março**

Finalidade:

Para debater a prevenção aos acidentes de trabalho e a saúde do trabalhador.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00010 / 2012, Senador Paulo Paim

Participantes:

- o **Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira**
(em substituição a Cid Roberto Bertozzo Pimentel - Coordenador da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho)
- o **Francesco Settineri**
(em substituição a Artur Henrique da Silva Santos Presidente da Central Única dos Trabalhadores)
- o **Luiz Antônio Festino**
(em substituição a José Calixto Ramos Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST)
- o **José Augusto** - Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores
- o **Cleber Pirola Ávila** - Diretor de Tecnologia e Sustentabilidade do Grupo Marfrig
- o **Adir de Souza** - Secretário Adjunto de Segurança e Saúde do Trabalho da UGT
- o **Luiz Carlos Prates** - Membro da CSP-Conlutas
- o **Luiz Carlos de Oliveira**
(em substituição a Paulo Pereira da Silva Presidente da Força Sindical).
- o **Célio Alves Elias** – Presidente do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Criciúma e Região
- o **Eduardo Azeredo Costa** - Presidente da FUNDACENTRO
- o **Darci Rocha** - Presidente da Confederação Nacional de Alimentos
- o **Vanderlei Carlos Sartori Junior**
(em substituição a Siderlei Silva de Oliveira Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:

Debater o Estatuto da Juventude.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00022 / 2012, Senador Paulo Paim

Participantes:

- o **Severine Macedo** - Secretária Nacional da Juventude da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República
- o **Tatiana Fátima Ribeiro**
(em substituição a Gabriel Medina - Presidente do Conselho Nacional da Juventude)
- o **Daniel Iliescu** - Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE
- o **Rosana Sousa de Deus** - Representante da Juventude da Central Única dos Trabalhadores
- o **Aldar Campos Braga** - Agente Sócio-Cultural da União Brasileira dos Estudantes Nacionais - UBEN
- o **Ângela Maria de Lima Nascimento** - Secretária de Ações Afirmativas da SEPPIR
- o **Manuela Braga** - Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES

- **Dia 22 de março**

Finalidade:

Debater o PLC 30/2007, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00020 / 2012, Senador Paulo Paim

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PLC Nº 00030 / 2007, Deputado Nelson Pellegrino

Participantes:

- o **Paulo Sérgio Costa da Costa** - Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil - FOJEBRA
- o **Rudi Cassel** - Advogado
- o **Bené Barbosa** - Presidente do Movimento Viva Brasil - ONG
- o **Marivaldo Pereira**
(em substituição a José Eduardo Cardozo - Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça)
- o **Pedro Delarue Tolentino Filho** - Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE
- o **Sérgio Torres** - Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça

- **Dia 26 de março**

Finalidade:

Debater o “Programa Ciência Sem Fronteira”, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de

garantir a participação dos negros nas bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pós doutorado no exterior.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00140 / 2011, Senador Paulo Paim

Participantes:

- o **Jorge Almeida Guimarães** - Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
- o **Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo**
(em substituição a Glaucius Oliva - Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ)
- o **Mário Theodoro**
(em substituição a Luiza Bairos – Exma. Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR)
- o **José Vicente** - Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares
- o **Ivair Augusto Alves dos Santos** - Coordenador do Centro de Convivência Negra da UNB
- o **Frei David Santos** - Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO

• **Dia 29 de março**

Finalidade:

Debater a política externa brasileira de direitos humanos: balanço de 2011 e prioridades para 2012.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00019 / 2012, Senador Paulo Paim

Participantes:

- o **Gilda Pereira de Carvalho** - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa
- o **Michelle Moraes de Sá e Silva**
(em substituição a Maria do Rosário Nunes - Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República)
- o **Camila Lissa Asano** - Secretário Executivo do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa
- o **Otávio Maia Chelotti**
(em substituição a Antônio de Aguiar Patriota - Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores - MRE)
- o **Daniela Hiche** - Membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos, Política Externa e Comunidade Bahá'í do Brasil
- o **Renata Gil** - Vice-Presidenta de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE)

• **Dia 5 de março**

Finalidade:

Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012) - 4º Ciclo - Temas da Agenda Internacional.

3º Painel - Análise da crise da União Européia: – Consequências para as relações comerciais Brasil-UE, em 2012; – Novo desenho político, comercial e institucional da região no pós-crise; – Situação da Itália, Espanha, Portugal e Grécia, e repercussões para a economia Brasileira.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE Nº 00001 / 2011, Senador Fernando Collor

Participantes:

- o **Yves Saint-Geours** - Embaixador da França no Brasil
- o **Creomar Lima Carvalho de Souza** - Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília
- o **Francisco Carlos Teixeira** - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- o **José Augusto Guilhon Albuquerque** - Professor do Centro de Estudos Avançados da Unicamp

• **Dia 12 de março**

Finalidade:

Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012) - 4º Ciclo - Temas da Agenda Internacional.

4º Painel - Meio Ambiente - Conferência Rio+20 - Agenda, Organização e Expectativas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE Nº 00001 / 2011, Senador Fernando Collor

Participantes:

- o **José Goldemberg** - Professor da Universidade de São Paulo - USP; Ex-Ministro de Educação; Ex-Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República; Ex-Secretário de Meio Ambiente da Presidência da República
- o **Luiz Alberto Figueiredo Machado** – Embaixador, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- o **Sérgio Besserman Viana** - Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ
- o **Eduardo José Viola** - Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB

• **Dia 19 de março**

Finalidade:

Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012) - 4º Ciclo - Temas da Agenda Internacional.

5º Painel - O Mundo Árabe I - Síria e Irã.

Síria: posição contrária da Rússia e China, no Conselho de Segurança da ONU a embargos ou outras sanções em face da probabilidade de sua transformação em intervenção armada. Irã: embargo europeu quanto à compra de petróleo anunciado para o 2º semestre e a resposta do governo iraniano de suspender o fornecimento à Europa, desde já.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE Nº 00001 / 2011, Senador Fernando Collor

Participantes:

- o **Paulo Cordeiro de Andrade Pinto** – Embaixador, Subsecretário-Geral Político III (África e Oriente Médio) do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- o **Márcio Scalercio** - Professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ
- o **Williams da Silva Gonçalves** - Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
- o **Jorge Muniz de Souza Morteau** – Professor, Bacharel em Geografia Política da Universidade de São Paulo - USP - Mestrando em Assuntos Iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã

• **Dia 26 de março**

Finalidade:

Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012) - 4º Ciclo - Temas da Agenda Internacional.

6º Painel - O Mundo Árabe II - Egito e Líbia

– Eleições no Egito. Irmandade Muçulmana e lideranças políticas. Repercussão na estabilidade política do Oriente Médio;

– Líbia – Exemplo negativo de intervenção militar, em face da ausência de liderança e os embates armados entre as diversas facções.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE Nº 00001 / 2011, Senador Fernando Collor

Participantes:

- o **Hussein Ali Kalout** - Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário IESB; Diretor de Assuntos Internacionais do Superior Tribunal de Justiça - STJ
- o **Mohamed Habib** - Professor Titular da Universidade de Campinas – Unicamp - Vice-Presidente do Instituto de Cultura Árabe
- o **Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto** – Professor, Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense - Coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da Universidade Federal Fluminense

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

• **Dia 22 de março**

Finalidade:

Inteirar a Comissão do andamento, cumprimento de cronogramas e prestação de contas da construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI Nº 00007 / 2012, Senador Pedro Taques e outros

Participantes:

- o **José Eduardo Sabóia Castello Branco** - Diretor-Presidente da VALEC - Engenharia, Construção e Ferrovias
- o **Mário Dirani**
(em substituição ao Sr. Jorge Ernesto Pinto Praxe - Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT)
- o **Juliana Pontes Monteiro de Carvalho** - Secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União - TCU

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

- **Dia 6 de março**

Finalidade:

Realização do 4º Painel - Tema: Logística Aeroportuária.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDR Nº 00006 / 2011, Senadora Ana Amélia e outros

Participantes:

- o **Fabiana Todesco** - Diretora do Departamento de Gestão do PROFAA da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR
- o **Tarik Pereira de Souza** - Gerente de Engenharia de Infraestrutura Aeroportuária de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- o **Walter Americo da Costa Souza** - Superintendente de Planejamento Aeroportuário e de Operações da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
- o **Victor Rafael R. Celestino** - Diretor de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias - SNEA

- **Dia 13 de março**

Finalidade:

Debater as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDR Nº 00014 / 2011, Senador Vital do Rêgo

- RDR Nº 00017 / 2011, Senador Vital do Rêgo e outros

Participantes:

- o **José Andrade Costa** - Superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil - BNB
- o **Jair Pereira Guimarães** - Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural do Estado da Paraíba
- o **João Rabelo** - Secretário Adjunto de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda
- o **Francisco Quintans** - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

- **Dia 1º de março**

Finalidade:

Analisar e debater a situação do escoamento da produção agropecuária das safras de 2011 e 2012 da Região Norte, através da BR 364, rota de transporte de produtos para o Porto do Rio Madeira, tendo em vista a precária situação desta rodovia federal, agravada com o transporte pesado de materiais para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira.

Requerimento RRA Nº 00005 / 2012, Senador Acir Gurgacz e outros

Participante:

- o **Jorge Ernesto Pinto Fraxe** - Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

- **Dia 8 de março**

Finalidade:

Analisar e discutir a situação das demarcações das reservas indígenas no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação e delimitação de novas áreas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA Nº 00004 / 2012, Senador Acir Gurgacz

Participantes:

- o **Giovana Acácia Tempesta** - Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção Territorial - FUNAI
(em substituição ao Sr. Marivaldo Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça – MJ, e ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI)
- o **José Ramalho de Lima** - Conselheiro e Segundo Tesoureiro da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia - FECOMERCIO
(em substituição ao Sr. Raniery Araújo Coelho, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia – FECOMERCIO)
- o **Tarso Gonçalves Vieira** - Advogado e representante do Sindicato dos Pecuáristas de Porto Velho – SINPEC
(em substituição ao Sr. Wesley Vilaça Melo, Presidente do Sindicato dos Pecuáristas de Porto Velho – SINPEC)
- o **Anaximandro Doudement Almeida** - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas - CNA
(em substituição a Exma. Sra. Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA)
- o **Cleber Buzatto** - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI
(em substituição ao Sr. Saulo Ferreira Feitosa, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário – CIMI)

• **Dia 22 de março**

Finalidade:

Avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, face aos altos níveis dos mesmos encontrados nos alimentos, conforme noticiou a ANVISA em Dezembro de 2011 em matéria veiculada na imprensa nacional; “Agrotóxico irregular aparece em 28% dos vegetais no Brasil”, Folha de São Paulo, 06/12/2011, avaliar os procedimentos adotados nos processos de reavaliação quando há indícios de riscos à saúde, bem como a possibilidade da criação do Registro Único de Agrotóxicos.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA Nº 00008 / 2012, Senador Acir Gurgacz

Participantes:

- o **Leandro Diamantino Feijó** - Coordenador de Resíduos e Contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária – MAPA
- o **Luís Eduardo Pacífico Rangel** - Coordenador-Geral de Agrotóxico e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária – MAPA
- o **Sergia de Souza Oliveira** - Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria - MMA
- o **Luiz Cláudio Meirelles** - Gerente-Geral de Toxicologia - ANVISA
- o **Karen Friedrich** - Tecnologista em Saúde Pública - FIOCRUZ
- o **Alécio Maróstica** - Presidente da Comissão de Grãos da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG/CNA
- o **Cleber Folgado** - Secretário-Geral da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida
- o **Kênia Godoy** - Coordenadora de Avaliação de Substâncias Químicas - IBAMA
- o **Daniela Buosi** - Diretora Adjunta de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador - MS
- o **Guilherme Luiz Guimarães** - Gerente Técnico e de Regulamentação Federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

• **Dia 14 de março**

Finalidade:

Debater em torno dos temas:

- 1) Licitação das faixas de 2,5 e 3,5 GHz e 450 MHz – novos serviços e tecnologias, grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e ampliação da oferta de banda larga – telefonia rural;
- 2) A adoção da telefonia celular de quarta geração no Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT Nº 00003 / 2012, Senador Eduardo Braga

- RCT Nº 00007 / 2012, Senador Vital do Rêgo e outros

Participantes:

- o **Paulo Bernardo** - Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério das Comunicações - MiniCom

o **João Batista de Rezende** - Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

• **Dia 21 de março**

Finalidade:

Discutir o “Plano Nacional de Banda Larga no país e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via internet, com ênfase na Região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT Nº 00006 / 2011, Senadora Angela Portela e outros
- RCT Nº 00007 / 2011, Senador Eduardo Braga
- RCT Nº 00004 / 2012, Senadora Angela Portela
- RCT Nº 00011 / 2012, Senador Flexa Ribeiro

Participantes:

- o **Cezar Alvarez** - Secretário Executivo do Ministério das Comunicações - MiniCom
- o **Caio Bonilha** - Presidente da Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS
- o **Marco Antonio Chico Preto** - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM
- o **Marcos Augusto Mesquita Coelho** - Gerente de Relações Institucionais da Telemar Norte - Leste da OI - OI
- o **Enylson Flávio Camolesi** - Diretor de Relações Institucionais da Telefônica do Brasil - TELEFÔNICA
- o **Leandro Guerra** - Diretor Executivo de Assuntos Institucionais da TIM - TIM
- o **Adhemar Palocci** - Diretor de Planejamento e Engenharia das Centrais Elétricas do Norte do País - ELETRONORTE
- o **Bruno Ramos** - Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- o **Ayrton Capella Filho** - Diretor de Estratégia Regulatória da Embratel - EMBRATEL

• **Dia 22 de março**

Finalidade:

Discutir “a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT Nº 00002 / 2012, Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros
- RCT Nº 00006 / 2012, Senador Eduardo Braga
- RCT Nº 00010 / 2012, Senador Gim Argello e outros

Participantes:

- o **Demi Getschko** - Membro do Comitê Gestor da Internet - CGI.br
- o **Bruno Ramos** - Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- o **Eduardo Levy** - Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL
- o **Milton Kaoru Kashikawa** - Diretor de Projetos e de Desenvolvimento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br
- o **Luiz Eduardo Ganz Viotti de Azevedo** - Sócio da Price Waterhouse Coopers - PWC

- SUBCOMISSÕES -

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CASEMP (CAS)

• **Dia 13 de março**

Finalidade:

Fundos de Pensões “AERUS” e homenagem póstuma ao advogado Castagna Maia.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 1, de 2012-CASEMP

Participantes:

- o **Manoel Lucena dos Santos** - Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC
-

(em substituição a Carlos Eduardo Gabas Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social - MPS).

- o **Ana Helena Reis Bedê** - Viúva do advogado Castagna Maia
- o **Graziella Baggio** - Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA
- o **Celso Klafke** - Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil - FENTAC/CUT

• **Dia 27 de março**

Finalidade:

Cotas para negros nos concursos públicos: experiências e novos caminhos.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 1, de 2012-CASEMP

Participantes:

- o **Georges Lamazière** - Diretor-Geral do Instituto Rio Branco - IRBr
- o **Carlos César D'Elia** - Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul - PGE/RS
- o **Júlio Evangelista Santos Júnior** - Coordenador da Coordenadoria de Igualdade Racial de Cubatão/SP
- o **Frei David Santos** - Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO
- o **Mário Theodoro** - Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
- o **Grace Maria Fernandes Mendonça** - Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União - AGU

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS - CASFGTSP (CAS)

• **Dia 22 de março**

Finalidade:

A distribuição do resultado financeiro do FGTS.

Participantes:

Paulo Eduardo Cabral Furtado - Assessor Especial do Ministro do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Flávio José Cavalcanti de Azevedo - Terceiro Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI

Jacy Afonso de Melo - Secretário Nacional de Organização da Central Única dos Trabalhadores - CUT

• **Dia 29 de março**

Finalidade:

A distribuição do resultado financeiro do FGTS.

Participantes:

- o **Jorge Fontes Hereda** - Presidente da Caixa Econômica Federal
- o **Abelardo Campoy Diaz** - Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA - CCJSSP (CCJ)

• **Dia 8 de março**

Finalidade:

Destinada a discutir os problemas atuais da segurança pública e as leis penais no país, além de buscar sugestões para contribuir com o trabalho de elaboração do anteprojeto e de iniciativas legislativas a serem tomadas por este colegiado.

Participantes:

- o **Gilson Dipp** - Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Presidente da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal

- o **Luiz Carlos dos Santos Gonçalves** - Procurador Regional da República da Procuradoria Geral da República da 3ª Região; Relator da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal
- o **Wantuir Francisco Brasil Jacini** - Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso do Sul; Presidente do Colegiado Nacional de Secretários de Segurança Pública
- o **José Mariano Beltrame** - Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro
- o **Diógenes Curado Filho** - Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso
- o **Antonio Nabor Areias Bulhões** – Advogado; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Emanuel Messias Oliveira Cacho** – Advogado; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Gamil Foppel El Hireche** – Advogado; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **José Muiños Piñeiro Filho** - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Luiza Nagib Eluf** - Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Marcelo André de Azevedo** - Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás - MPGO; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Marcelo Leal Lima Oliveira** – Advogado; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Marcelo Leonardo** – Advogado; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Técio Lins e Silva** – Advogado; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP
- o **Tiago Ivo Odon** - Consultor Legislativo do Senado Federal; Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE – CBABMONTE (CMA)

- **Dia 15 de março**

Finalidade:

Avaliar o estado atual do projeto da UHE Belo Monte e propor um plano de acompanhamento permanente da implantação da usina e do cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos.

Participantes:

- o **Carlos Nascimento** - Diretor-Presidente do Consórcio Norte Energia
- o **Ivan Dutra** - Consultor Legislativo do Senado Federal
- o **Nicias Ribeiro** - Secretário Extraordinário para Assuntos de Energia do Governo do Pará
- o **Adriano Rafael Arrepia de Queiroz** - Coordenador-Geral de Infraestrutura e de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER - CDHSPDM (CDH)

- **Dia 8 de março**

Finalidade:

Debater as políticas públicas do Ministério da Saúde para a saúde da mulher para os próximos anos, incluindo a saúde da mulher indígena.

Participantes:

- o **Ângela Maria de Lima Nascimento**
(em substituição a Luiza Bairos - Exma. Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR)
- o **Deurides Ribeiro Navega Cruz**
(em substituição a Antonio Alves de Souza - Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI)
- o **Claudia Araújo**
(em substituição a Esther Vilela - Coordenadora da Área técnica da saúde da mulher - Ministério da

Saúde)

o **Lia Zanotta**

(em substituição a Kauara Rodrigues - Assessora Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA).

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL - CISTAC (CI)

• **Dia 7 de março**

Finalidade:

Debater as Políticas Públicas voltadas à consolidação e ao desenvolvimento da aviação civil

Participantes:

- o **Juliano Alcântara Noman** - Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR
- o **Rogério Teixeira Coimbra** - Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR
- o **Respício Antônio do Espírito Santo** - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

• **Dia 12 de março**

Finalidade:

Audiência Pública para debater políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 1, de 2012 - CISTAC

Participantes:

- o **Cláudio Passos Simão** - Diretor de Aeronavegabilidade de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- o **George William Cesar de Araripe Sucupira** - Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves; Vice-Presidente do International Council of Aircraft Owner and Pilot Associations

• **Dia 26 de março**

Finalidade:

Debater o Plano Estratégico para a malha e sítios aeroviários federais.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 01/2012-CISTAC

Participantes:

- o **Fábio Faizi Rahnemay Rabbani** - Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- o **Luiz Kavumi Miyada** - Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
- o **Cláudio Jorge Pinto Alves** - Professor Titular do Departamento de Transporte Aéreo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA
- o **Rui Thomaz de Aquino** - Membro do Conselho Internacional de Aviação Executiva - IBAC
- o **José Henrique Gracioso Moraes** - Aeronauta

- CONJUNTAS -

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI) E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

• **Dia 1º de março**

Finalidade:

Prestar esclarecimentos acerca dos leilões dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI Nº 00005 / 2012, Senador Francisco Dornelles
- RMA Nº 00011 / 2012, Senador Jorge Viana
- RQI Nº 00006 / 2012, Senador Jorge Viana

Participantes:

- o **Wagner Bittencourt de Oliveira** - Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da

República - SAC/PR

- o **Antonio Gustavo Matos do Vale** - Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
- o **Marcelo Pacheco dos Guarany's** - Diretor Presidente de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO +20 E DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CRER+20 (CRE) E
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMARIO (CMA)**

- **Dia 1º de março**

Finalidade:

Debater o tema: "Comitês Facilitadores da Sociedade Civil dos Estados e a Rio+20".

Participantes:

- o **Simone Mamede** - Membro do Comitê Sul-matogrossense para a Rio+20
- o **Antonia Ozório da Silva** - Membro do Comitê Facilitador do Rio de Janeiro para a Rio+20
- o **Pedro Piccolo** - Membro do Comitê Facilitador do Distrito Federal para a Rio+20

- **Dia 15 de março**

Finalidade:

Debater o tema: "Conscientização das mudanças climáticas".

Participantes:

- o **Joe Valle** - Deputado Distrital da Câmara Legislativa do Distrito Federal
- o **André Lima** - Assessor Político do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- o **Padre Nelito Dornelas** - Assessor das Pastorais Sociais da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
- o **Sandra Zita Silva Tiné** - Superintendente de Educação Básica do Conselho Nacional de Secretários de Educação

- **Dia 29 de março**

Finalidade:

Debater o tema: "Consumo Supérfluo: como diminuí-lo?"

Participantes:

- o **Lisa Gunn** - Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC
- o **Vana Tércia Silva de Freitas** - Analista Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente
- o **Edson Franco** - Coordenador do Grupo Nacional sobre Decrescimento

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH) E
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS) E**

- **Dia 5 de março**

Finalidade:

Debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA) seja utilizado como critério para a contratação do empregado.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS Nº 00010 / 2012, Senador Paulo Paim
- RDH Nº 00017 / 2012, Senador Paulo Paim

Participantes:

- o **Moacyr Roberto Tesch Auversvald**
(em substituição a José Calixto Ramos - Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST)
- o **José Augusto** - Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores
- o **José Guilherme Carvalho Zagallo**
(em substituição a Ophir Cavalcante - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB)
- o **Noêmia Aparecida Garcia Porto**
(em substituição a Renato Henry Sant'anna- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da

Justiça do Trabalho - ANAMATRA)

o **Andrea Nice Silveira Lino Lopes**

(em substituição a Luís Antônio Camargo de Melo - Procurador Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho)

o **Zilmara David de Alencar**

(em substituição ao Exmo Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto- Ministro Interino de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego)

• **Dia 19 de março**

Finalidade:

Debater o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais - FUNPRESP.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH Nº 00030 / 2012, Senador Paulo Paim

- RAS Nº 00015 / 2012, Senador Paulo Paim

Participantes:

o **Álvaro Sólton de França** - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

o **Lucieni Pereira** - Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS

o **Pedro Delarue Tolentino Filho**- Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE

o **Zélia Pierdona** - Exma. Sra. Procuradora Regional da República da 1ª Região

o **Guilherme Feliciano** - Membro da Comissão Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

o **Antonio Augusto de Queiroz** - Assessor Parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP

o **Maria Lúcia Fattorelli** - Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida

o **Jaime Mariz de Farias Junior**

(em substituição a Carlos Eduardo Gabas, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social - MPS)

o **Moacir Meirelles** - Vice-Presidente da COBAP

o **Ricardo Pena Pinheiro**

(em substituição a Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda - MF).

o **José Barroso Filho**

(em substituição a Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros)

o **Fernando Zanele** - Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado - ANAPE

o **Allan Titonelli Nunes** - Presidente do Fórum da Advocacia Pública Federal

o **Celso Malhani de Sousa** - Membro da FENAFISCO

o **Gustavo Maia** - Vice-Presidente da UNAFE

o **Edison Guilherme Haubert** - Presidente do MOSAP

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE (CMA),
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)
E COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE)**

• **Dia 6 de março**

Finalidade:

Debater as providências que serão tomadas pelo Governo Brasileiro para a reconstrução da Estação Antártida Comandante Ferraz e retomada das pesquisas do Programa PROANTAR, comprometidas pelo incêndio na madrugada do dia 25 de fevereiro deste ano.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RMA Nº 00014 / 2012, Senador Rodrigo Rollemberg

- RCT Nº 00001 / 2012, Senador Eduardo Braga

- RRE Nº 00010 / 2012, Senador Mozarildo Cavalcanti

Participantes:

o **Celso Amorim** - Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Defesa - MD

o **Julio Soares de Moura Neto** – Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil/Almirante-de-Esquadra da Marinha do Brasil

- o **Marcos José de Carvalho Ferreira** – Exmo. Sr. Contra-Almirante da Marinha, Secretário da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (SECIRM)
- o **Luiz Antonio Elias** - Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
- o **Jefferson Simões** - Professor do Centro Polar e Climático da Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS
- o **Rosalinda Carmela Montone** - Professora Doutora da Universidade de São Paulo - USP

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE) E
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE (CMA)**

- **Dia 8 de março**

Finalidade:

Para discutir sobre os preparativos e ações desenvolvidas para a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE Nº 00009 / 2012, Senador Cristovam Buarque
- RMA Nº 00013 / 2012, Senador Rodrigo Rollemberg

Participantes:

- o **Sha Zukang** – Embaixador, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20
- o **Luiz Alberto Figueiredo Machado** – Embaixador, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores - MRE

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ) E
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)**

- **Dia 20 de março**

Finalidade:

Destinada a instruir a elaboração do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal ao Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQJ Nº 00099 / 2011, Senador Ricardo Ferraço
- RQJ Nº 00100 / 2011, Senador Acir Gurgacz e outros
- RQJ Nº 00101 / 2011, Senador Armando Monteiro
- RQJ Nº 00105 / 2011, Senador Ricardo Ferraço
- RQJ Nº 00106 / 2011, Senadora Marta Suplicy
- RQJ Nº 00004 / 2012, Senador Flexa Ribeiro
- RQJ Nº 00008 / 2012, Senador Eunício Oliveira
- RQE Nº 00004 / 2012, Senador Romero Jucá

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PRS Nº 00072 / 2010, Senador Romero Jucá e outros

Participantes:

- o **Marconi Perillo** - Exmo. Governador do Estado de Goiás - GO
- o **Raimundo Colombo** - Exmo. Governador do Estado de Santa Catarina - SC
- o **Renato Casagrande** - Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo - ES
- o **Cid Gomes** - Exmo. Governador do Estado do Ceará - CE
- o **Helenilson Cunha Pontes** - Exmo. Vice-Governador do Estado do Pará - PA
- o **Nelson Barbosa** - Secretário Executivo do Ministério da Fazenda - MF
- o **Paulo Skaf** - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
- o **Hamilton Dias de Souza** - Advogado
- o **João Cayres** - Representante do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique da Silva Santos
- o **Clóvis Panzarini** - Membro da CP Consultores Associados

- **Dia 21 de março**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS) nº 72 de 2010, que “estabelece alíquotas do

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE Nº 00004 / 2012, Senador Romero Jucá
- RQJ Nº 00099 / 2011, Senador Ricardo Ferraço
- RQJ Nº 00100 / 2011, Senador Acir Gurgacz e outros
- RQJ Nº 00101 / 2011, Senador Armando Monteiro
- RQJ Nº 00005 / 2012, Senador Ricardo Ferraço
- RQJ Nº 00007 / 2012, Senador Armando Monteiro
- RQE Nº 00009 / 2012, Senador Armando Monteiro

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PRS Nº 00072 / 2010, Senador Romero Jucá e outros

Participantes:

- o **Luiz Carlos Haully** – Secretário de Fazenda do Estado do Paraná
- o **Paulo Pereira da Silva** – Presidente da Força Sindical
- o **Aguinaldo Diniz Filho** - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit
- o **Luiz Aubert Neto** - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq
- o **Jorge Gerdau Johannpeter** - Conselheiro do Instituto Aço Brasil
- o **Michal Gartenkraut** - Professor
(representando o Sr. Luis Paulo Rosenberg, Economista e Consultor da Rosenberg & Associados), Professor
- o **Roque Carraza** - Jurista
- o **Heleno Taveira Torres** - Professor da Universidade de São Paulo - USP
- o **Tiago Cedraz** - Advogado

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) E COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

- **Dia 28 de março**

Finalidade:

Obter e discutir as informações vinculadas na imprensa sobre a situação da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI Nº 00014 / 2012, Senador Delcídio do Amaral
- RQI Nº 00016 / 2012, Senador Flexa Ribeiro
- RQE Nº 00006/2012, Senadores Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral

Participantes:

- o **Nelson José Hubner Moreira** - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel
- o **Jorge Queiroz de Moraes Júnior** - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da CELPA
- o **Ronaldo Romeiro** - Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará
- o **Helenilson Cunha Pontes** – Exmo. Sr. Governador em exercício do Estado do Pará
(em substituição ao Exmo. Sr. Simão Jatene - Exmo. Governador do Estado do Pará - PA).

MATÉRIAS APRECIADAS

(*) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa
T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (*)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 5/2012 - Acrescenta o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.	Aprovado o Parecer, favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação. (NT)	CCJ	07
PROJETOS DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 164/2003 - Altera os artigos 1º e 10 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências, incluindo a assistência psicológica no âmbito desses.	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto. (T)	CAS	14
PLS 248/2004 - Dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.	A Comissão aprova o Parecer, contrário. (NT)	CAE	20
PLS 24/2006 - Altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto. (T)	CAS	14
PLS 203/2006 - Dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAS	21
PLS 39/2007 - Acrescenta o art. 879-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do trabalho), para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista.	Aprovado o Parecer, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	21
PLS 196/2007 - Acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil.	Aprovado o Parecer pela rejeição. (NT)	CMA	06
PLS 311/2007 - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.	Aprovado o projeto, com a emenda nº 01-CCT. (T)	CCT	28
PLS 340/2007 - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.	Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 375/2008 e contrário ao PLS nº 340/2007 e PLS nº 92/2010. (NT)	CDH	06

Tramita em conjunto com

PLS 375/2008 - Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Tramita em conjunto com

PLS 92/2010 - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física.

PLS 677/2007 - Dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.	Aprovado o Parecer pela prejudicialidade dos Projetos. (NT)	CCT	28

Tramita em conjunto com

PLS 680/2007 - Proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito.

PLS 26/2008 - Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.	Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). (T)	CAS	14

O Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. (T)	CAS	21

PLS 119/2008 - Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".	Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009 com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CDH. Fica prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, assim como a Emenda a ele apresentada. (T)	CDH	29

Tramita em conjunto com

PLS 278/2009 - Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares.

PLS 154/2008 - Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	06

formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

PLS 238/2008 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH/CCT. (T)	CCT	07

PLS 406/2009 – Complementar - Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para condicionar a destinação de recursos públicos a entidades privadas à existência, em seus estatutos sociais, de regra que limite a permanência de seus dirigentes.	Aprovado o Parecer contrário. (NT)	CAE	27

PLS 427/2009 - Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.	O Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. (T)	CI	08

PLS 501/2009 - Institui o Dia Nacional da Poesia.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20

PLS 540/2009 - Institui o dia 25 de novembro como o Dia Nacional do Repentista.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20

PLS 26/2010 - Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial de Justiça.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20

PLS 61/2010 - Altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.	A Comissão rejeita o Projeto. (T)	CAE	20

PLS 209/2010 - Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.	Aprovada a Declaração de prejudicialidade do Projeto. (T)	CAE	27

PLS 258/2010 - Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).	Aprovado o Parecer favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA e nº 3-CMA. (NT)	CMA	06

PLS 314/2010 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para atualizar os limites de receita bruta empregados na definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte e na opção pelo Simples Nacional.	Aprovado o Parecer pela prejudicialidade. (NT)	CAE	27

PLS 54/2011 - Institui o ano de 2013 como “Ano Nacional da Atividade Física em Prol da Saúde”.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20

PLS 111/2011 - Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.	A Comissão aprova o Parecer favorável, com as Emendas n.º 01-CCT e 02-CCT. (NT)	CCT	07

PLS 141/2011 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a	CCJ	14

transmitida por veículo de comunicação social.	8-CCJ. (T)		
PLS 147/2011 - Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das despesas com medicamentos.	Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS. (NT)	CAS	21
PLS 152/2011 - Autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAS	21
PLS 220/2011 - Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (T)	CAS	21
PLS 263/2011 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (NT)	Aprovado o Parecer favorável, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE. (NT)	CE	06
PLS 318/2011 - Insere novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União.	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto. (T)	CAE	06
PLS 323/2011 - Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.	Aprovado o Projeto. (T)	CAE	27
PLS 331/2011 - Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância.	A Comissão aprova o Parecer, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE-CCJ. (NT)	CAE	20
PLS 370/2011 - Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (T)	CAS	07
PLS 379/2011 - Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.	O Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. (T)	CAS	07
PLS 406/2011 - Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar o	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CAS. (T)	CAS	07

atendimento às mulheres portadoras de deficiência.				
PLS 408/2011 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.	Aprovado o Parecer nos termos do Substitutivo que apresenta. (NT)	CDH	06	
PLS 423/2011 - Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores.	Rejeitado o Projeto. (T)	CRA	15	
PLS 430/2011 - Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.	Aprovado o Projeto. (T)	CI	15	
PLS 437/2011 - Inclua-se a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLS 460/2011 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CAS	07	
PLS 461/2011 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.	Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. (T)	CAS	07	
PLS 464/2011 - Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências.	Aprovado o Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. (T)	CCJ	14	
	O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.	CCJ	21	
PLS 475/2011 - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos.	Aprovado o Projeto na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). (T)	CAS	14	
	O Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. (T)	CAS	21	
PLS 482/2011 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CI	08	

relativos ao transporte coletivo.				
PLS 525/2011 - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro-desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. (T)	CAS	07	
PLS 549/2011 - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional.	Aprovado o Parecer favorável, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE. (NT)	CE	06	
PLS 582/2011 - Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CI	15	
PLS 587/2011 - Cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CDH	06	
PLS 592/2011 - Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.	Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CRA.	CRA	29	
PLS 593/2011 - Dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CDR	22	
PLS 605/2011 - Altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para incluir a prevenção de erros de medicação.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	14	
PLS 620/2011 - Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CDH	06	
PLS 626/2011 - Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CDR	22	
PLS 643/2011 - Institui o Dia Nacional do Cirurgião Cardiovascular.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLS 651/2011 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CE	27	

PLS 680/2011 - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRA	15
PLS 715/2011-Complementar - Altera o § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, para restringir o alcance das vedações nele previstas ao órgão ou Poder que deixar de observar os limites de despesa total com pessoal.	Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. (NT)	CAE	06
PLS 731/2011 - Altera os arts. 18 e 75 da Lei de Crimes Ambientais para elevar os limites das multas penal e administrativa.	Aprovado o Parecer favorável com a Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). (NT)	CMA	06
PLS 732/2011 - Altera o § 2º do art. 4º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para estender a todos os produtores rurais a dispensa de apresentação de certidões comprobatórias de quaisquer tributos e contribuições federais como requisito à obtenção de crédito junto a instituições financeiras que operam programas oficiais de incentivo ao crédito.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRA	15
PLS 737/2011 - Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade vigente.	Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 3-CRA.	CRA	29
PLS 764/2011 - Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CDR	22
EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ECD			
ECD 126/1998 (PLS 126/1998) - Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.	Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do PLS nº 126/1998 e das Emendas da Câmara dos Deputados oferecidas ao Projeto.(NT)	CRA	15
PROJETOS DE LEI DA CÂMARA – PLC			
PLC 117/2006 - Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.	Aprovado o Parecer favorável, com as emendas nº 1 e 4-CCT-CAS; com a Emenda nº 2-CCT-CAS nos termos da Subemenda nº 1-CAS e com a Emenda nº 3-CCT-CAS nos	CAS	28

	termos da Subemenda nº 2-CAS. (NT)		
PLC 97/2008 - Institui o Dia Nacional do Supervisor Educacional.	Aprovado o Parecer, favorável. (NT)	CE	20
PLC 57/2009 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado).	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	CAE	06
PLC 78/2009 - Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).	Aprovado o Projeto nos termos do Substitutivo. (T)	CDH	06
PLC 123/2009 - Institui o Dia Nacional do Guarda Municipal.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 176/2009 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança, alterando a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978.	A Comissão aprova o Parecer favorável, com as Emendas n.º 01-CCT e 02-CCT. (NT)	CCT	07
PLC 203/2009 - Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional da Música Popular Brasileira.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 204/2009 - Institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 205/2009 - Institui o dia 3 de novembro como o Dia Nacional do Quilo.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 210/2009 - Institui o Dia Nacional do Engenheiro Industrial Madeireiro.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 212/2009 - Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 216/2009 - Institui o dia 8 de julho como o Dia dos Trabalhadores em Massas Alimentícias.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 218/2009 - Institui o dia 9 de dezembro como o Dia Nacional do Frevo.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 223/2009 - Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 13 de maio como o dia da Polícia Militar.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 226/2009 - Institui o dia 26 de outubro como o Dia Nacional do Tropeiro.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 228/2009 - Institui o dia 8 de maio como o Dia Nacional do Turismo.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 232/2009 - Institui o Dia Nacional do Ouvidor.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 233/2009 - Institui o Dia Nacional da Educação	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20

Ambiental.				
PLC 234/2009 - Institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Alcool.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 238/2009 - Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 241/2009 - Institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.	Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CE. (T)	CE	20	
PLC 242/2009 - Institui o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 244/2009 - Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 4 de outubro.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 249/2009 - Cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 255/2009 - Institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 257/2009 - Fixa a data de 13 de dezembro como o Dia Nacional da Vaquejada.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 262/2009 - Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 264/2009 - Institui o Dia Nacional do Reggae.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 265/2009 - Institui o Dia Nacional da Fé Cristã.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 266/2009 - Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 274/2009 - Institui o Dia Nacional do Sociólogo.	Prejudicado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 276/2009 - Institui o Dia Nacional de Valorização da Família.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 277/2009 - Institui o Dia Nacional da Silvicultura.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 289/2009 - Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	
PLC 299/2009 - Institui o Dia Nacional do Jogo Limpo - fair play contra o Doping nos Esportes.	Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 01-CE. (T)	CE	20	
PLC 40/2010 - Complementar - Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.	A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	20	
PLC 70/2010 - Institui o Dia Nacional em Defesa da Orla Marítima.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20	

PLC 71/2010 - Institui o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 81/2010 - Institui o Dia Nacional do Maquinista Ferroviário.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 94/2010 - Institui o Dia Nacional das Etnias, a ser comemorado, anualmente, no último domingo do mês de fevereiro.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 97/2010 - Denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	06
PLC 99/2010 - Denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	06
PLC 100/2010 - Institui o Dia Nacional do Suinocultor.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 102/2010 - Institui o Dia Nacional do Profissional de Segurança Privada.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 103/2010 - Institui no dia 23 de fevereiro como o Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 112/2010 - Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 113/2010 - Institui o dia 27 de abril como o Dia do Trabalhador Doméstico.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 114/2010 - Institui o Dia Nacional da Ufologia.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 115/2010 - Institui o Dia Nacional da Aviação dos Corpos de Bombeiros Militares.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 131/2010 - Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional das Entidades de Segurança e Saúde do Trabalho.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 133/2010 - Institui o Dia Nacional do Médico de Família e Comunidade.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 140/2010 - Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	06
PLC 153/2010 - Institui o Dia do Aniversário do Buda Shakyamuni e o inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos Brasileiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 155/2010 - Institui o Dia Nacional do Securitário.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 167/2010 - Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e dá outras providências.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 177/2010 - Institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico	Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 01-	CE	20

precoce do retinoblastoma.	CE. (T)		
PLC 187/2010 - Institui o Dia Nacional da Umbanda.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 31/2011 - Denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto, com as emendas nº 01-CE e 02-CE. (T)	CE	06
PLC 42/2011 – Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAS	14
PLC 45/2011 - Institui a data de 28 de julho de 1823 como data de adesão do Estado do Maranhão à Independência do Brasil.	Rejeitado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 46/2011 – Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.	O Substitutivo ao PLC nº 46, de 2011, é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. (T)	CAS	07
PLC 50/2011 - Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	06
PLC 61/2011 - Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.	Aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CRA	15
PLC 75/2011 - Institui o Dia Nacional do Artesão.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 103/2011 - Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	20
PLC 110/2011 - Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE. (T)	CAE	20
PLC 130/2011 - Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	06
PLC 2/2012 - Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo - FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do	Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAE. (NT).	CAE	27
	Aprovado o Parecer favorável, com A Emenda nº 1-CAS. (NT)	CAS	28

Poder Judiciário - FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Aprovado o Parecer
favorável, com a
Emenda nº1-CCJ. (NT) **CCJ** **28**

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS

PDS 223/2008 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **28**

PDS 663/2009 - Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **28**

PDS 664/2009 - Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DA PARAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **28**

PDS 586/2010 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **07**

PDS 29/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FM CABANA 103,3 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **28**

PDS 55/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **28**

PDS 71/2011 - Disciplina o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional. **Aprovado o Parecer favorável. (NT)** **CAE** **27**

PDS 199/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **28**

PDS 224/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **07**

PDS 226/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO PESQUISA E CULTURA MIPIBUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte. **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **28**

PDS 255/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. para explorar **Aprovado o Projeto. (T)** **CCT** **07**

serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.			
PDS 257/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 260/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 263/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO PEDREIRA DO INSTITUTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 264/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE TAMANDARÉ DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 265/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à DIAS & NOVATO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 267/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 269/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 270/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 271/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTO ITUÊTO (ACAI) DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Ituí, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 278/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OURO VERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 279/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à COLINHAFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07

Catarina.			
PDS 282/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 283/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO UNIÃO DE JOÃO PINHEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 300/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 301/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS MORADORES DA VILA CAMPANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quintana, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 303/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE OESTE CATARINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 305/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MORRO DA FUMAÇA - ARCOMF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 306/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JARAGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado da Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 311/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 312/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 313/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE TOLEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 315/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 316/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TUPI AM LTDA. para explorar serviço	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07

de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.			
PDS 318/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 319/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 321/2011 - Aprova o ato que outorga permissão STAR RÁDIOFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 326/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 328/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 329/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 334/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 335/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 337/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 343/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE NOVO CRUZEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 349/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONCÓRDIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07

PDS 351/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO GRANDE RIO FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 353/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 355/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO BENTO DE CALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 362/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE DONA EMMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 374/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PRÓ DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE PARELHEIROS - ACCDIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 387/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 391/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 392/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07
PDS 403/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CAETÉ SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 407/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALETE/SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 422/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à NEUSA E LEMOS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28
PDS 428/2011 - Aprova o ato que renova a concessão	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28

outorgada à EMPREENDIMENTOS RADIODIFUSÃO CABO FRIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

PDS 441/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PAINENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	28

PDS 442/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07

PDS 444/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07

PDS 445/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	07

PDS 61/2012 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRE	29

PROJETO DE RESOLUÇÃO – PRS

PRS 45/2011 - Institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 01-CE. (NT)	CE	27

REQUERIMENTOS “SF” – RQS

RQS 53/2012 - Requer, nos termos regimentais, autorização para representar o Senado Federal na 38ª Conferência Anual da Eastern Economic Association, que ocorrerá em Boston, Estados Unidos, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se ausentará do País no período de 7 a 10 de março de 2012.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRE	01

RQS 55/2012 - Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 02 a 05, de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRE	01

RQS 56/2012 - Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar do País, em missão política de interesse parlamentar, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares thecos e brasileiros, na República Theca,	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRE	01

conforme convite expedido pela Embaixada daquele país.

RQS 57/2012 - Requer nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do país, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas repúblicas. (Autor: Senador Aloysio Nunes Ferreira)

Aprovado o Parecer favorável. (NT)

CRE 01

RQS 114/2012 - Requerem, nos termos do inciso II, do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra "a", do inciso III, do art. 235, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.

Aprovado o Parecer favorável. (NT)

CRE 22

RQS 115/2012 - Requerem, nos termos do inciso II, do art. 4 da Constituição Federal, e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra "a", do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.

Rejeitado o Parecer favorável. (NT)

CRE 22

EMENDAS DE PLENÁRIO – EMEN PLEN

EMEN PLEN NºS 3 E 4 APRESENTADAS À PEC 37/2011 - Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.

Aprovado o Parecer, contrário às Emendas nºs 3 e 4-PLEN (NT)

CCJ 07

EMEN PLEN Nº 2 APRESENTADA AO PLS 266/2011 - Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa.

Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN. (NT)

CCJ 07

MENSAGENS – MSF

MSF 04/2012 - Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2011.

A Comissão aprova o Parecer favorável, nos termos do PDS que apresenta. (NT)

CAE 06

MSF 01/2012 - Encaminha Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2012.

A Comissão aprova o Parecer favorável, nos termos do PDS que apresenta. (NT)

CAE 06

MSF 09/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de

Sabatina realizada.

CRE 22

Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.	(NT)			
MSF 11/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.	Sabatina (NT)	realizada.	CRE	22
MSF 13/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.	Sabatina (NT)	realizada.	CRE	29
MSF 14/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.	Sabatina (NT)	realizada.	CRE	29
MSF 16/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.	Sabatina (NT)	realizada.	CRE	22
MSF 17/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.	Sabatina (NT)	realizada.	CRE	29
MSF 26/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD), em apoio ao "Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco" (Expanding Opportunities, Enhancing Equity in the State of Pernambuco Development Policy Loan).	A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) apresentado. (NT)		CAE	28
OFÍCIO "S" (OFS)				
OFS 18/2008 - Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.	Aprovado o Parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)		CI	08

OFS "S" 49/2011 - Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO/ exercício 2010.	Aprovado o Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. (NT)	CDR	22
AVISO (AVS)			
AVS 103/2011 - Encaminha cópia do Acórdão nº 2.903, de 2011, referente ao monitoramento da auditoria operacional no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura (TC 005.269/2011-3).	Aprovado o Parecer, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	CRA	15
AVS 58/2009 - Encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - Promeso (TC 010.604/2009-0).	Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria. (NT)	CDR	22

Instalação de Colegiados e Eleições

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS – FGTS - CASFGTS

- **Dia 7 de março**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente da Subcomissão, Senador Cyro Miranda, e do Vice-Presidente, Senador Paulo Paim. Designada Relatora, a Senadora Marta Suplicy.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA – CMAGUA

- **Dia 6 de março**

Eleição do Presidente da Subcomissão, Senador Sérgio Souza.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS – Ofício “SF”
DIV – Diversos
AVS – Aviso
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Retificação do número de reuniões informado na Resenha da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, referente ao mês de fevereiro, publicada no DSF de 02/03/2012, Supl. "A" ao nº 18 – para incluir e computar a audiência pública realizada pela CRE no dia 27/02/2012.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

02 a 29/02/2012

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR TIPO DE REUNIÃO	
ORDINÁRIAS	10
EXTRAORDINÁRIAS	24
CONJUNTAS	1
TOTAL	35

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	REUNIÃO CONJUNTA * – COMISSÕES PARTICIPANTES	TOTAL**
CAE	2	1	-	3
CAS	-	3	X	4
CCJ	3	1	-	4
CE	3	1	-	4
CMA	-	5	-	5
CDH	-	3	X	4
CRE	2	3	-	5
CI	-	2	-	2
CDR	-	2	-	2
CRA	-	1	-	1
CCT	-	2	-	2
CMMC	-	-	-	-
TOTAL	10	24	1	

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES CONJUNTAS	
1ª reunião	CAS e CDH
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 1	

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES(**)	
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	1
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CDH – Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1
CI – Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	2
CDR – Permanente do Desenvolvimento do Nordeste - CDRDN	1
TOTAL	6

TOTAL GERAL DE REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES	6

TOTAL GERAL DE REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	41

(**) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	1
Comissão de Educação – CE	1
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	4
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	3
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	3
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	1
TOTAL	14

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CAS e CDH	1
TOTAL	1

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	15

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES 02 a 29/02/2012

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE)

- **Dia 09 de fevereiro**

Finalidade:

Prestar informações sobre as providências adotadas pelo governo brasileiro quanto aos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, bem como mostrar os resultados da 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas, realizada em Durban, África do Sul, que terminou em 11 de dezembro de 2011, em atendimento ao RRE nº 2/2012.

Participantes:

- o **Luiz Alberto Figueiredo Machado** – Embaixador Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores - MRE.

- **Dia 13 de fevereiro**

Finalidade:

Discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do país, especialmente no Estado do Amazonas, via o município de Tabatinga onde os haitianos estão vivendo em condições precárias e de grandes dificuldades.

Participantes:

- o **Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto** - Secretário Executivo do Ministério da Justiça – MJ
- o **Eduardo Ricardo Gradilone Neto** – Embaixador Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- o **Saul Nunes Bemergui** - Prefeito do Município de Tabatinga – Amazonas
- o **Rodrigo do Amaral Souza** – Ministro Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- o **Nilson Mourão** - Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre

- **Dia 27 de fevereiro**

Finalidade:

Relações do Brasil com os países Sul-Americanos - Venezuela; Bolívia (brasileiros proprietários de fazendas na fronteira); Paraguai (Brasiguaios) e Argentina (consequências para a economia brasileira de medidas adotadas por esse País). Posição do MERCOSUL em face da atual conjuntura em nosso subcontinente.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE Nº 00001 / 2011, Senador Fernando Collor

Participantes:

- o **Thomaz Zanotto** - Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
- o **Marilene Sguarizi** - Advogada
- o **José Botafogo Gonçalves** – Embaixador, Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI
- o **Darc Antonio da Luz Costa** - Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 31/03/2012

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	2011	4									
	2012	5									
	Total	9									

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	2011	20	127	127	112				1		Relatório Parcial aprovado em 21.12.2011
	2012	3	32	32	15				-		
	Total	23	159	159	127				1		
ECAD RQS 547/2011	2011	16	147	141	96						
	2012	1	-	-	3						
	Total	17	147	141	99						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	7	409	406	8						

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	2
CPI do ECAD (CPIECAD)	1
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	1
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	3
TOTAL	7

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL (CJECP)**• Dia 24 de fevereiro em São Paulo**

Finalidade:

Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Vida” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.

Participantes:

- o **Ricardo Garisio Sartori** - Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- o **Fernando Grella Vieira** - Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
- o **Luiz Flávio Borges D’Urso** - Presidente da Ordem dos Advogados de Brasil, Seção São Paulo

• Dia 23 de março

Finalidade:

Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Administração Pública” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.

Participantes:

- o **Henrique de Sousa Lima** - Representante da Controladoria Geral da União -CGU
- o **Antônio Davi** - Advogado da União
- o **José Robalinho Cavalcante** - Procurador da República
- o **Tércio Issami Tokano** - Advogado da União - Diretor Substituto do Departamento de Patrimônio e Probidade
- o **João Alberto Simões Pires Franco** - Defensor Público Federal
- o **Reynaldo Soares da Fonseca** - Desembargador Federal - Representante da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE
- o **Adalberto Jorge Xisto Pereira** - Desembargador Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros-AMB
- o **Luís Maximiliano Lael Telesca Mota** - Secretário-Geral Adjunto - Representante OAB/DF
- o **Cláudia Chagas** - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público
- o **Dermeval Farias Gomes Filho** - Promotor de Justiça do MPDFT - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público
- o **Mohamed Ale Hasan Mahmoud** - Coordenador Regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM
- o **Clayton Silva Germano** - Promotor de Justiça - Representante do CONAMP
- o **Crista Correa** - Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção
- o **Leonardo Araújo Marques** - Promotor de Justiça - Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais – CNPG
- o **Roberto Biasoli** - Representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional – DRCI

- o **José Ildomar Uberti Minuzzi** - Auditor Fiscal - Coordenador de Pesquisa e Investigação da Receita Federal – COPEI
- o **Marcos Martins Davidovich** - Procurador Federal - Representante da Comissão de Valores Mobiliários
- o **Thiago Bottino** - Coordenador da Escola de Direito da FGV
- o **Bolívar Steinmetz** - Delegado Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – DPF
- o **Sebastião José Lessa** - Delegado Representante da ADEPOL/Brasil
- o **Fernando dos Santos Carneiro** - Representante da sociedade civil

CPI do ECAD (CPIECAD)

- **Dia 26 de março em São Paulo**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Sandra Véspoli** - Autora do Livro “O Outro Lado do ECAD”
- o **Carlos Mendes** - Presidente do Sindicato de Compositores de São Paulo
- o **Marcello Nascimento** - Representante do ECAD
- o **Paulo Celso Lui** - Representante da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas.

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:

Exposição acerca dos fatos envolvendo a prisão de Vilberto Ataíde Frazão, em razão do crime de Tráfico de Pessoas.

Participantes:

- o **Luis Vanderlei Pardi** – Delegado de Polícia Federal

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:

Exposição acerca do objeto da Comissão

Participantes:

- o **Aparecida Gonçalves** – Secretária Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Secretaria de Política para as Mulheres.

- **Dia 27 de março**

Finalidade:

Debates sobre o objeto da Comissão.

Participantes:

- o **Meire Lucia Monteiro Mota Coelho** – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil
- o **Sonia Coelho Gomes Orellana** – Representante da Marcha Mundial de Mulheres
- o **Ana Carolina Barbosa** - Representante da União Brasileira de Mulheres

- **Dia 29 de março**

Finalidade:

Debate sobre a Violência contra a mulher no campo e contra a mulher indígena

Participantes:

- o **Sra. Carmem Foro** – Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura -- CONTAG.
- o **Sra. Maria Helena Azumezohero** – Representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI.
- o **Sra. Rosângela Piovizani** - Representante do Movimento das Mulheres Camponesas -- MMC.

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECp)	0
CPI do ECAD (CPIECAD)	0
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	1
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	0
TOTAL	1

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

- **Dia 05 de março em Manaus**

Finalidade:

Investigar fatos ligados ao suposto tráfico de haitianos para o Brasil.

Participantes:

- o **Paulo Abrão** - Secretário Nacional de Justiça
- o **Renato Zerbini Leao** - Coordenador Geral do Comitê Nacional para os Refugiados; Dr. Edmilson da Costa Barreto, Representante da Procuradoria da República do Estado do Amazonas
- o **Sergio Lúcio Fontes** - Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas
- o **Padre Gustot Lucien** - Pároco Haitiano
- o **Padre Gelmino Antônio Costa** - Pároco da Igreja São Geraldo, Manaus-AM
- o **Rinaldo Gonçalves de Almeida** - Coordenador do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho
- o **Dermilson Chagas** - Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Amazonas
- o **Dr. Audaciphal Hildebrando** - Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho
- o **Fernanda Alves dos Anjos** - Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Título e Qualificação
- o **Simon Seraphin** - Imigrante Haitiano
- o **Ketly Vibert Franceschi** - Presidenta da Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas
- o **Regina Fernandes do Nascimento** - Secretária de Assistência Social e Cidadania do Amazonas
- o **Alfredo Wagner Berno de Almeida** - Universidade do Estado do Amazonas – UEA Dra. Denise Reif Kroeff, Gerente de Projetos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia seis de março do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Clésio Andrade, João Ribeiro, Blairo Maggi e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, tendo falta justificada em virtude de estar cumprindo compromissos partidários, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Eunício Oliveira e Demóstenes Torres. O Presidente em exercício declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 2ª e 3ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 10 de 2012, de 15 de fevereiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.723/2011-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 09 de 2011. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1— Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado)”, tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão

terminativa. Em 7/2/2011, foi concedida Vista ao Senador Humberto Costa. Em 14/2/2012, o Senador Humberto Costa apresentou Voto em Separado, contrário ao Projeto. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Lobão Filho, designa o Senador Flexa Ribeiro relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do Voto em Separado pelo Senador Humberto Costa, usa da palavra o Senador Romero Jucá. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o relatório. Vencido o relator “ad hoc”, o Presidente em exercício designa o Senador Humberto Costa relator do Vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. A Comissão aprova o Voto em Separado, apresentado pelo Senador Humberto Costa, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 2— Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Jorge Viana, Relator da Matéria, Aloysio Nunes Ferreira, Kátia Abreu, autora da Matéria, Roberto Requião, Humberto Costa, Ana Amélia e Benedito de Lira. É solicitada vista pelos Senadores Humberto Costa e Flexa Ribeiro. O Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 3— Projeto de Lei do Senado nº 715 de 2011-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que “altera o § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, para restringir o alcance das vedações nele previstas ao órgão ou Poder que deixar de observar os limites de despesa total com pessoal”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 4— Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “cria o Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (CONACON) e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao

Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Armando Monteiro Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, é solicitada vista pelos Senadores Romero Jucá e Eduardo Suplicy. O Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5— Projeto de Lei do Senado nº 636 de 2011-Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório concluindo, preliminarmente, pela reatuação do Projeto, a fim de que seja alterado de complementar para ordinário. Após a leitura do relatório usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, concluindo, preliminarmente, pela reatuação do Projeto, a fim de que seja alterado de complementar para ordinário. Item 6— Mensagem (SF) nº 1 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “encaminha Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2012”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado. Item 7— Mensagem (SF) nº 4 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2011”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado. Item 8— Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente”, tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 9— Projeto de Lei

do Senado nº 270 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, autor da Matéria, e Vanessa Grazziotin, Relatora da Matéria. É solicitada vista pelos Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda. O Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 10— Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE, rejeitando a emenda apresentada pelo Senador Hélio Costa. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 11— Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a correção monetária dos bens e direitos, para fins de apuração do ganho de capital sujeito à incidência do imposto de renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora, para reexame. Item 12— Projeto de Lei do Senado nº 510 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre atividades de reciclagem”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 13— Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2011, terminativo, de

autoria do Senador Blairo Maggi, que “insere novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Blairo Maggi, autor da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 76 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 3, 4 e 5 de 2012: o Requerimento nº 3 de 2012, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu e de outros Senadores, requer a realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que “altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, com a presença dos seguintes convidados: Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos; Sr. Willen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Sr. Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR; Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e do Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – Abratec; o Requerimento nº 4 de 2012, de iniciativa do Senador Romero Jucá, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, nos dias 20 e 22 de março, para instruir a deliberação do Projeto de Resolução

do Senado nº 72 de 2010, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Exmo. Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Fernando Blumenschein, economista e coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas – FGV; Sr. Luis Paulo Rosenberg, economista e consultor da Rosenberg e Associados; Sr. Aguinaldo Diniz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT; Sr. Marco Pólo de Mello, Presidente Executivo do Instituto Aço-Brasil; Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Sr. Hamilton Dias de Souza, Advogado Constitucionalista; Sr. Clóvis Panzarini, Membro da CP Consultores Associados; Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; e Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; e o Requerimento nº 5 de 2012, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no país, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Antônio Delfim Neto, Economista; Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Artur Henrique, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; Exmo. Sr. Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; e Sr. Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, sob as bênçãos de Deus, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 2ª e 3ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no **Diário do Senado Federal**.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso do Tribunal de Contas da União.

AVISO Nº 10, DE 2012

De 15 de fevereiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC019723/2011-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado nº 09, de 2011.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Agora, entrando na pauta determinada para este dia, vamos começar pelo item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo;

2. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Na ausência do Relator, pergunto à autora se S. Ex^a se incomoda que eu nomeie um relator *ad hoc*?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, eu pediria ao Senador Armando Monteiro que pudesse relatar *ad hoc* o item 2, que é de autoria da Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Dornelles, com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Só para entender: já existe o parecer da Senadora Kátia Abreu, favorável ao projeto. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Existe a autoria da Senadora Kátia Abreu e um relatório do Senador Jorge Viana, contrário ao projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas existe algum parecer favorável ao projeto?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, não existe parecer favorável ao projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quer dizer, aqueles que desejam aprovar o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Têm que se manifestar contrário ao relatório, exato.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, começo o meu relatório lendo a Análise. Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Do ponto de vista constitucional, a matéria inscreve-se no âmbito da competência privativa, atribuída à União no art. 22, X, da Constituição Federal, para legislar sobre o regime dos portos. De outra parte, não se aplica a reserva fixada pelo art. 61, § 1º, em favor do Poder Executivo, sendo lícita a iniciativa parlamentar.

No mérito, contudo, impõe-se a necessidade de considerações de natureza institucional.

A Constituição Federal, no art. 21, XII, *f*, atribui à União a responsabilidade pela exploração dos portos, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão. Os serviços portuários, que se destinam essencialmente à movimentação de mercadorias, tanto no comércio interno quanto nas trocas internacionais, têm, portanto, natureza pública.

O caráter público desses serviços implica a realização compulsória de atividades de interesse da coletividade, assim como o compromisso com princípios fundamentais, entre os quais os de continuidade, universalidade, isonomia entre os usuários na sua operação e modicidade tarifária.

Os dispositivos constitucionais nesse campo foram disciplinados pela Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, a Lei dos Portos, que “dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências”.

O art. 4º dessa norma legal identifica os diversos tipos de instalação portuária segundo as modalidades de uso – público e privativo. Nesse último caso, são fixadas duas possibilidades, quais sejam: o uso privativo exclusivo, destinado à movimentação de “carga própria”; e o uso privativo misto, para movimentação de “carga própria e de terceiros”.

Complementarmente, o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008, que regulamentou a matéria, estabelece, entre outras regras, que o terminal de uso privativo, exclusivo ou misto, deve ter sua construção e exploração vinculadas e justificadas por sua carga própria.

Decorre desses dispositivos legais que a instalação de terminais privativos destina-se precipuamente à movimentação de carga própria, admitindo-se, adicionalmente, a movimentação de cargas de terceiros, de molde a permitir o aproveitamento econômico da capacidade ociosa desses terminais.

Diferentemente das instalações de uso público, os terminais privativos configuram-se como atividade econômica regida pelas normas do direito privado, para a qual não se aplica a vinculação aos mencionados princípios de continuidade, universalidade, isonomia e modicidade. Constitui prerrogativa das empresas privadas a faculdade de escolher os serviços que prestam, o que exclui, por exemplo, as atividades consideradas não lucrativas.

Nesses casos, incumbe ao Poder Público exercer tão somente sua função regulatória, estabelecendo, entre outros, requisitos relativos à segurança e à qualidade dos serviços prestados.

Desse ponto de vista, qual seja o do interesse público, não parece apropriado, como pretende o projeto sob exame, estender às instalações portuárias de uso privativo função idêntica àquela essencialmente reservada aos terminais de uso público. Como os terminais de uso privativo não estão sujeitos aos princípios gerais de interesse público, porque voltados para a movimentação de suas próprias cargas e, subsidiariamente, de algumas cargas de terceiros, haveria importantes assimetrias de custos de operação e de encargos regulatórios entre os terminais localizados nos portos públicos e os de uso privativo, caso se admitisse a indiscriminada movimentação de cargas de terceiros pelos portos de uso privativo.

Nesse sentido, se tornaria extremamente desigual a concorrência entre os operadores desses dois

modelos de terminais – o concessionário de um porto público e o operador privado de seu próprio porto –, com notórias desvantagens para os terminais públicos em relação aos de uso privativo. Não por acaso, portanto, é rara no mundo a circunstância da privatização total das atividades portuárias, só havendo registro dessa experiência em alguns portos do Reino Unido e na Nova Zelândia, segundo o estudo *Port Reform Toolkit*, do Banco Mundial, publicado em 2001.

No mencionado documento, especialistas afirmam que a grande maioria dos países considera a privatização total de portos, compreendendo a exploração e a operação a cargo do investidor privado e segundo seus próprios interesses, incompatível com os objetivos nacionais e regionais. São diversas as razões apresentadas para tal diagnóstico, entre elas as de que: (i) a privatização abrangente pode colocar em risco os benefícios macroeconômicos de grandes complexos portuários para a economia nacional ou regional; (ii) há risco de tratamento discriminatório entre clientes; e (iii) a privatização total pode comprometer a competição no ambiente econômico.

Voto.

Ante o exposto, voto pela rejeição do PLS nº 118, de 2009.

É esse o parecer do relator, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro, eu perguntaria a V. Exª se, em função da presença do Relator Jorge Viana no plenário desta Comissão, teria alguma restrição a repassar novamente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Nenhuma restrição. Eu faço com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado.

Dado por lido, passo a palavra ao relator original, para que possa discutir a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a gentileza do Senador Armando Monteiro, mas é por conta dessa situação que vivemos aqui todas as semanas. Eu estava na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, tinha obrigatoriamente que estar lá, onde sou titular, e, ao mesmo tempo, tinha que estar aqui no mesmo horário, onde sou relator desta matéria.

Peço desculpas. Eu estava inclusive discutindo essa matéria, que é muito cara ao Brasil e à própria proponente, Senadora Kátia Abreu. Já tínhamos adiado a apreciação do meu parecer em função inclusive de observações da Senadora de que gostaria de estar presente – não poderia ser diferente –, já que é proponente.

A matéria tem o mérito de debater, trazer para o debate um dos temas mais importantes do nosso País: os serviços na área portuária. Isso é prioridade hoje no nosso País, com é também a discussão que estamos fazendo dos aeroportos, enfim, toda a área que envolve a logística do País.

Como bem lido pelo Senador Armando Monteiro, a quem gostaria de agradecer a maneira eficiente e competente, alguns argumentos eu gostaria de trazer para apreciação.

A Constituição Federal é muito clara, no seu art. 21, sobre a competência da União de explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais ou lacustres. Isso é claro, é prerrogativa exclusiva do Governo, ou seja, do Estado brasileiro.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro. Acabei de colocar, Colega Senador Aloysio: mediante autorização, concessão ou permissão, como está inclusive ocorrendo nos aeroportos e como inclusive já está ocorrendo nos portos. É muito importante que fique claro isso. Hoje nós já temos.

A matéria em discussão é exclusivamente referente a portos de empresas ou de setores a terem o direito de fazer a logística de seus próprios produtos. O propósito da Senadora Kátia Abreu é no sentido de abrir a possibilidade de esses portos, para carga exclusiva, serem abertos a cargas de terceiros. Esse é o aspecto.

E, no meu ponto de vista, mesmo isso teria que vir a partir de um processo de concessão, atendendo ao que estabelece a Constituição.

O meu parecer tem um aspecto muito claro. É óbvio que hoje temos uma Secretaria de Portos, criada em 2007 – temos um plano nacional de logística portuária, que deve ser apresentado nos próximos 60 dias, que é uma demanda do País – e com ela temos que focar a nossa política de portos. Aliás, salvo engano, apenas dois ou três países deixam de ter o controle sobre um serviço tão importante como o de portos. Ou seja, a grande maioria dos países do mundo estabelece como algo importante o controle do estado na sua concessão, na licitação ou mesmo na permissão.

É óbvio que precisamos avançar na licitação para novas concessões, para que possamos atender à demanda crescente na área de cargas dos portos, mas, entendo que tudo aquilo que estabelece a própria Constituição estaria comprometido na hora em que os portos privados ficassem abertos, absolutamente abertos, a também trabalharem com cargas de terceiros. Aí, o sentido, o objetivo do porto privado perderia a razão,

e também todo um serviço de concessão que o Brasil tem estabelecido na sua legislação estaria comprometido. Daí o meu parecer contra o projeto da Senadora Kátia Abreu – que traz a matéria para o debate na Comissão adequada aqui no Senado –, que certamente é meritório, do ponto de vista da preocupação com a logística de carga portuária no Brasil.

Só para dar um exemplo, a movimentação de cargas nos portos brasileiros, portos públicos, em 1999, era de 132 milhões de toneladas. Em 2009, passou para 260 milhões de toneladas, com um incremento de 97%. Os terminais privados, que eram de 304 milhões de toneladas em 1999, passaram para 473 milhões de toneladas. Ou seja, um incremento de 56% no mesmo período, de 1999 a 2009. É claro que a exploração portuária de terminais de uso privativo foi instituída para possibilitar que usuários com grande volume de mercadoria construam e operem seu próprio terminal. Por exemplo: Vale do Rio Doce, Petrobras, Samarco e Gerdau. Mas a alteração proposta, de que esses terminais de uso privativo, como estabelece a legislação, possam ser operados para cargas de terceiros, desmonta todo o aparato que o Brasil construiu, e tem sofrido modificações com a Secretaria de Portos nos últimos anos, que tem mostrado eficiência nesse sentido. Atualmente, os conhecidos portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Suape, entre outros, são operados pela iniciativa privada. Já são operados pela iniciativa privada. Nós temos que melhorar esse serviço com novas concessões. Isso é um fato. Mas, certamente, não será modificando o estabelecido na legislação atual para a operação de portos privados que vamos resolver esse problema que é tão importante para a logística, que é deficitária no Brasil hoje, na área de portos também, como na parte rodoviária, ferroviária e aeroportuária.

Então, eu queria pedir a atenção dos colegas. É um tema da maior importância. Certamente, será um debate que põe os interesses do Brasil no primeiro plano, como inclusive é a intenção da Senadora Kátia Abreu. Mas eu queria concluir, dizendo que acho que não é um simples projeto. Esse projeto mexe, penso que de maneira inadequada, na estrutura portuária do Brasil, quando descaracteriza os terminais para carga exclusiva e privativa e abre a possibilidade de esses terminais concorrerem, de forma inadequada e injusta, com as concessões que são e que certamente serão feitas.

São as minhas ponderações iniciais. Daí é só complementar o que já está no relatório que foi distribuído e que usa os argumentos que eu apenas reforcei com essa minha intervenção. Mais uma vez, agradeço à Presidência da Comissão pela compreensão que teve

comigo, já que eu precisava ser relator de uma matéria tão importante e sobre a qual trago uma contribuição para que a Comissão possa melhor deliberar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Esta Presidência agradece ao Senador Armando Monteiro por ter declinado da relatoria.

Senadores, a Senadora Kátia Abreu, como autora, deseja falar. Logo após, o Senador Requião, o Senador Aloysio Nunes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria pedir um esclarecimento ao Relator, só para eu me situar melhor na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim. Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o seguinte, meu caro Senador Jorge Viana: o projeto que estamos examinando visa modificar um inciso no § 2º do art. 4º da atual Lei dos Portos. Esse art. 4º, aqui na legislação citada, página...

Art. 4º, aqui na legislação citada, página 29, ele trata da possibilidade, no seu *caput*, de particulares construírem, reformarem, ampliarem, melhorar, arrendar ou explorar instalação portuária.

E, § 2º, a exploração da instalação portuária – é claro que ela sempre se dará mediante concessão ou permissão – far-se-á sob uma das seguintes modalidades:

I – uso público;

II – uso privativo:

(...)

b) misto, para movimentação de carga própria e de terceiros.

Já está na lei hoje, a possibilidade de, no porto de uso privativo, se movimentar carga de terceiro. E aí que peço esclarecimento à autora.

A autora diz o seguinte: “misto, para movimentação de carga própria e de terceiros, independentemente do percentual de ambas as cargas.

Apenas essa modificação que ela introduz.

O que eu quero dizer é o seguinte: o uso do terminal construído para uso privativo para movimentar carga de terceiros já é permitido na legislação atual, a legislação da Lei 8.630, de 1993; já é permitido.

Então, eu queria perguntar à autora qual é o alcance dessa modificação que ela introduz, em que isso altera a situação de hoje. Contrariamente, no meu entender, ao parecer do Senador Jorge Viana, já é permitida pela legislação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Passo a palavra, então, ao relator, se deseja fazer esclarecimento. Logo após à autora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que a intervenção do Senador Aloysio é muito pertinente. De fato a lei é clara, ela estabelece que o terminal para carga privada pode sim ter operação de terceiros. Ele trabalha prioritariamente com carga que vem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Própria!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, a própria sim, mas estou falando na excepcionalidade dele, onde ele se amplia. Ele trabalha com o público também, e tem uma limitação – e aí tem que ter uma regulamentação disso, para que não se transforme em um terminal de carga que não é para carga exclusiva e própria. Com o projeto da Senadora Kátia Abreu, você tem nesse terminal, fica ilimitado o percentual de própria ou não. A pessoa pode ter 10% de sua carga própria e 90% abrir ao mercado; aí, com isso, você rompe o que está estabelecido na Constituição, não tem mais necessidade de você trabalhar as concessões estabelecidas.

Então, a diferença está em que o projeto da Senadora Kátia Abreu põe de maneira ilimitada a participação de carga de terceiros no terminal que foi criado e autorizado para carga própria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) (*Fora do microfone.*) Na lei atual não tem limitação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por isso que ela está fazendo a alteração.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Dados os esclarecimentos do nobre relator, eu passo a palavra, agora, à Senadora Kátia Abreu, que, como autora, possa complementar os esclarecimentos e fazer a defesa do seu projeto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos colegas senadores e senadoras a maior atenção, por favor, as minhas palavras; considerem as minhas palavras.

Desde que cheguei ao Senado eu fiz um compromisso comigo, de dedicar 70% do meu tempo à logística do meu País. Isso tenho feito pelo setor agropecuário, por todo o País, por todo o setor produtivo, eu tenho me dedicado com afinco às questões de hidrovias, ferrovias, estradas, portos, para que nós possamos levar o Brasil adiante, e sei que é o interesse de todos os senadores aqui.

Eu tenho trazido essa luta desde o primeiro que cheguei aqui, com relação aos decretos regulamentares de uma das melhores do mundo, que é a lei dos portos.

Então, eu gostaria que o Senador Jorge Viana pudesse por favor me dar a sua preciosa atenção nas argumentações que aqui colocou.

Bom, em primeiro lugar, a Constituição, no seu art. 21, antes da lei dos portos, vamos apenas observar dois artigos da Constituição Federal.

O art. 21, no seu Inciso XII, diz o seguinte: “Compete à União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão.”

Isso dá três oportunidades para ceder para o empresário, para uma pessoa jurídica explorar um porto. Autorização não significa que tenha licitação. A concessão sim, mas a permissão não.

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

(...)

f) os portos [ou seja: explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos] marítimos, fluviais e lacustres.

Agora vamos para o art. 175 da Constituição Federal: “Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.”

Ou seja, a concessão, sempre através de licitação, mas a permissão é totalmente ampla, e a Constituição assegura o direito dessas três condições: concessão, autorização ou permissão. Isso é o que diz a Constituição.

Agora vamos para a Lei dos Portos, Lei nº 8.630, de 1993. Há dois tipos de portos no País, o porto público e o porto privado. O porto público, só para lembrar aos colegas, são todos aqueles portos que eram estatais e foram privatizados no Governo Fernando Henrique, e que graças a Deus as licitações e as privatizações mostraram que esses portos avançaram, cada empresa investiu no seu terminal, desenvolveu o seu terminal, mas não podemos deixar de lembrar que esses empresários, quando entraram na licitação e a ganharam, já encontraram o porto pronto, eles já encontraram a curva do negócio em ascendência, porque Porto de Santos e Paranaguá, Itaquí e os demais, todos eles já eram portos que estavam na sua capacidade máxima de operação. Não é um empresário novo que vai chegar e fazer toda super estrutura para depois ainda alcançar a curva de rentabilidade através da sua clientela.

Não, não estou aqui criticando e achando ruim por aqueles que compraram com a licitação. Eles ajudaram o País, mas isso não lhes dá o direito de uma

reserva de mercado. A Lei dos Portos diz: você é um porto público. Isso significa que a administração é pública, mas que cada qual opera o seu terminal.

Qual é o segundo tipo de porto? Privado. Há duas modalidades de porto privado. A primeira é um porto que eu sou dona e que ele só transporta a minha carga. Quem são os empresários no Brasil que têm condições de ter um porto para exportar só a carga própria? Só duas: a Petrobras e a Vale do Rio Doce. Não existe outro empresário no Brasil que tenha um porto e que tenha camisa, gravata, cadeira, sapato, soja, milho ou qualquer coisa que seja para viabilizar o porto. Por isso que a segunda modalidade do privado é o privado misto, porque eu posso exportar as minhas gravatas, mas posso comprar sapato do Senador Lobinho e exportar junto com outros produtos nessa modalidade.

A Lei dos portos é clara. O que é uso privativo? Letra “a”: “exclusivo, para movimentação de carga própria” – Petrobras e Vale do Rio Doce; só, não existe outra no País. Letra “b”: “misto, para movimentação de carga própria e de terceiros”. A lei não disse que tem que ser preponderantemente gravata; que preponderantemente a carga tem que ser sua; que seja 80%; ou que a carga tem que ser similar. O que é ser similar? Eu vendo a gravata e, portanto, a linha que costurou a gravata tem que ser exportada junto comigo?

Isso é reserva de mercado. Nós estamos vendo nossos portos serem estrangulados!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB — SP) — O que muda o seu projeto, Senadora Kátia?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD — TO) — O óbvio. Eu só escrevo o óbvio, para impedir que a regulação destrua a letra “d” do projeto. O meu projeto só diz o seguinte: misto, para movimentação de carga própria e de terceiros, que já está na lei, independente do percentual de ambas as cargas.

Na verdade, o que o decreto fez?

Em 2008, a Antaq tinha uma resolução que foi condenada pelo Tribunal de Contas, que foi amplamente debatida com todos os servidores de carreira da Antaq, que era uma resolução que impedia os portos privados mistos. Naquela época, eu trouxe aqui no Senado, em audiência pública, quinze empresários do Brasil, inclusive Eike Batista, Bunge, Cargill, Odebrecht, Andrade Gutierrez, que tinham 15 bilhões para investir em portos. Naquele ano, o PAC tinha 2,5 bilhões. Então, por que não deixar e abrir as fronteiras do País?

Precisamos repetir D. João VI, e o que esse decreto faz, depois de muita luta, um compromisso do Jucá, da tribuna, diante de uma medida provisória, no sentido de que o decreto abriria os portos de novo. O Decreto veio piorado e diz o seguinte: o que é carga própria de

terceiros? “Aquela compatível com as características técnicas da infraestrutura e da superestrutura do terminal autorizado, tendo as mesmas características de armazenamento e movimentação.” O que é isso, gente? Quer dizer que se eu exportar soja só posso exportar, junto comigo, soja transgênica, por exemplo? Isso não existe. É uma restrição que se coloca justamente para impedir a competição e a concorrência e que novos portos possam ser construídos. Uma ressalva muito importante. Quando o Senador diz o seguinte: “Todos os portos do mundo são públicos.”

Confesso a V. Ex^a que adoraria que todos os portos do Brasil fossem públicos, que eu fizesse um condomínio e que, tranquilamente, chegasse e comprasse o meu apartamento. Não é assim que as pessoas pragmáticas fazem? Todos os empresários gostariam que o poder público fizesse a superestrutura, a infraestrutura do porto e licitasse os terminais. Mas é exatamente o contrário. O Governo brasileiro não tem dinheiro para fazer isso. Então, a iniciativa privada está entrando com seus próprios recursos para construção um porto novo. Não somos contra o porto público. É exatamente por falta de recursos brasileiros para investimentos é que não temos a condição de reservar, de fazer uma reserva, apenas para o porto público. Se o dinheiro brasileiro desse seria maravilhoso, nós já encontraríamos tudo pronto. Quero dar o exemplo do porto de Açu. É um dos maiores portos do Brasil, está inviabilizado. Foi construído por Eike Batista porque Eike Batista não tem carga própria que justifique a implantação de um porto. Agora, vamos até Açu, no Rio de Janeiro, conhecer o porto desse homem. O que ele fez no porto de Açu? Por que ele não pode exportar? Por que não tem carga própria, em 80%, que compatibilize a sustentação do porto?

Quero aqui lembrar mais uma coisa, Senador Tião Viana. Nós não estamos... Desculpe-me, sempre chamo o Tião de Jorge. Mais um detalhe, V. Ex^a disse, agora a pouco, que seria uma mudança radical na estrutura brasileira. Não é verdade, o porto de Pecem, no Ceará, já é privado-misto. Abriram exceções para esses portos por falta de condições de fechar um porto como o de Pecem, no Ceará. Mas o porto de Pecem já é operado na modalidade privado-misto. Então, abriram-se exceções para o Nordeste. Por que não podem ser abertas para o resto do País?

Outra questão: por que países pequenos, riquíssimos, que constroem os seus portos e depois licitam seus terminais? São costas muito pequenas. Estamos falando de 8 mil quilômetros de costas. Em que sere-mos prejudicados com isso em termos de segurança estratégica? Em nada. Temos de pedir, pelo amor de Deus, àqueles que querem construir portos. Mais um

detalhe: construir um porto privado-misto não significa que ele será operado pela autoridade portuária. Sou obrigada a cumprir toda a legislação. Todos os instrumentos fiscais, legais, da Receita Federal, da Marinha, da Capitania dos Portos, são obrigatórios para o porto privado-misto, minha gente. Não tem diferença nenhuma de operação. Então, é a desculpa do porto de Santos, especialmente da Abratec, que faz um *lobby* pesado contra a abertura dos portos no Brasil por interesse próprio.

Quero dizer que, se continuarmos crescendo 12% ao ano a movimentação de contêineres no Brasil, precisaremos, nos próximos seis anos, de outro Brasil portuário. Quero lembrar que no Brasil leva-se oito anos para fazer um porto; quatro anos para tirar a licença ambiental e quatro anos para a construção. É diferente da China, que em dois anos construiu o maior porto do mundo. Não fez um porto qualquer, na margem, juntou um arquipélago, fez uma plataforma a 30km da beira-mar, uma ponte, e tem o maior porto do mundo, que foi construído em dois anos.

Sr. Presidente, quando comparamos o porto de Rotterdam e os portos da China caímos no *ranking*. Perdemos duas posições mundiais nos últimos cinco anos. Teremos um apagão dos portos. Isso já foi votado em 2003 pelo Tribunal de Contas da União. Sabemos o que acontece no porto de Paranaguá, conhecemos o Porto de Santos, as filas quilométricas que são colocadas, especialmente no período de safra no Brasil. Só no ano de 2007, foram pagos mais de 150 milhões em multas de horas paradas pelos navios. Claro que quem paga isso é quem planta soja e algodão lá no Centro-Oeste brasileiro.

Nós não temos o direito de abrir mão de recursos privados. Já que não há recursos públicos para isso, não podemos abrir essa opção. Não é à revelia do Governo. O Governo tem regulação para isso. Tem a Antaq, que vai fiscalizar e regular a construção do porto. Agora, qual é o argumento? Os argumentos não procedem. Isso não é questão de segurança nacional. Os portos do mundo, os ricos... Todos permitem e fazem seus portos para que sejam licitados. E esse desvirtuamento, através de um decreto contra a Lei dos Portos, não coloca proporcionalidade de cargas, carga de terceiros e carga própria. Ponto, e mais nada.

Agora, desculpem-me, o cartel do porto de Santos, com toda a eficiência que o porto tem... Não quero criticar os empresários, mas reserva de mercado todo mundo quer, não é? É tão bom eu ser o único! De 1977 para cá, o crescimento desses portos foi de 10.000%. O porto de Santos aglutina, na América Latina, dois terços de toda a movimentação de contêineres do País. É claro que estão em uma situação de conforto. Cabe

a nós Senadores não permitir que isso aconteça. Não se trata de uma matéria de oposição, não se trata de uma matéria de base de governo, é uma matéria do Brasil. Estou só defendendo uma lei que foi votada por esta Casa. A Lei dos Portos é considerada uma das melhores do País.

Então, eu peço a reflexão de todos. E que nós possamos dar essa oportunidade para que os portos sejam ampliados como o Brasil merece, já que nós somos o 111º nos portos do mundo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Kátia Abreu, obrigado. Belíssima defesa do projeto.

Passo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Kátia Abreu falou em Paranaguá e em Santos.

Sobre Paranaguá, eu queria trazer à colagem e ao exame da opinião dos Srs. Senadores um episódio que se passou em meu governo. A Míriam Leitão, comentarista da Rede Globo, em rede nacional, em determinado momento, referindo-se ao porto de Paranaguá, disse que o porto estava falido e que nós havíamos perdido 264 milhões de toneladas de carga de soja. Percebiam o tamanho da bobagem: o Brasil produz 54 milhões de toneladas de soja, mais ou menos, ou pelo menos produzia quando eu era governador. E o Paraná exporta principalmente a sua própria soja pelo porto de Paranaguá. A nossa produção era de 10 milhões, 12 milhões de toneladas. Então, era uma mentira brutal. O mundo não produz 264 milhões de toneladas.

Posteriormente, na mesma linha da Senadora Kátia Abreu, numa véspera de eleição em que eu era candidato, o Pedro Bial mostra uma fila quilométrica de caminhões, dizendo: “É o estrangulamento do Brasil. Neste processo eleitoral, temos que discutir a privatização dos portos”. O filme dele era de dez anos atrás, era do governo do Lerner, e o porto de Paranaguá não tinha fila. As filas eram provocadas pelo pessoal da privatização, fazendo o porto funcionar no mercado *spot*, como se fosse a pedra de venda dos mercados das pequenas cidades do interior. Ou seja, colhiam suas safras e mandavam para o porto sem ter vendido ou agendado um navio para transportá-la. E na estrada, transformada numa espécie de silo, entravam no mercado *spot*, fazendo ofertas. Resolvi isso logisticamente. Passei a agendar por computador as cargas. Só aceitava caminhões que tivessem a carga vendida e agendada, e a fila acabou.

Mas fiquei nesse dilema da tese da privatização. Ora, Senador Lobão, o porto é a porta de entrada e de saída de um país. Quando a Senadora fala em per-

missão, a permissão é dada sim, mas o patrimônio é público, pode ser revogado a qualquer momento. E no momento em que forçavam a privatização do porto de Paranaguá era para transformá-lo num porto graneleiro, na mão das grandes *tradings*, duas ou três que comercializam grãos no Brasil. Então, a possibilidade de crescimento da economia com a multicarga desapareceria. Joguei pesado no porto público. O porto foi organizado. Hoje, ele exporta, por exemplo, levando em consideração o seu cais, três vezes mais rápido que o porto de Santos, e evitei a privatização porque ela prejudica profundamente a economia.

Sendo a porta de entrada e de saída de um país, o porto oferece a possibilidade de desenvolvimento de setores industrializados da economia do Brasil, e nós estamos com esse problema de uma forma radical. Em 1980 a Abimaq nos informa, Senador Armando, que o Brasil exportava mais que a Tailândia, a Coreia do Sul, a China e outros países; seu parque industrial era maior. Trinta anos depois, nós não chegamos a 15%.

Nós temos que estimular a multiplicidade, a especialização, sair da monocarga; e a privatização, já disse a Senadora Kátia Abreu, só é possível para empresas do porto da Petrobras e da Vale. Portanto, se feita, será feita com dinheiro público subsidiado, nós perdemos o patrimônio, perdemos a gestão do planejamento econômico indicativo sobre a possibilidade de crescimento dos Estados e das regiões. O projeto da Senadora Kátia não me agrada por isso, porque não atende aos interesses nacionais, da retomada do desenvolvimento e da industrialização. Privativa, estabelece monopólios de propriedade a custo, seguramente, do dinheiro subsidiado do BNDES, porque sem ser a Petrobras e a Vale, ninguém tem dinheiro para montar um porto neste País.

Portanto, estou fechado com a proposta do nosso relator, Senador Viana, e acho que isso atende basicamente ao interesse nacional. Pode não atender ao interesse do Eike; desculpe-me o Eike, mas ele perdeu já a Luma, que perca também o seu porto. (risos.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Requião.

O Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, dada a relevância e a polêmica do tema, eu quero me escusar com a autora e o relator, mas eu gostaria de pedir vistas a esse projeto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de propor aos colegas que nós pudéssemos fazer uma

audiência pública, que nós pudéssemos trazer pessoas que pensam a favor, que pensam contra, mas que esta Comissão pudesse ganhar esse tempo e fazer uma audiência pública antes de votar.

Eu não tenho os nomes aqui, neste momento, mas as instituições, as que lutam pela abertura dos portos, a Abratec, por exemplo, que é contrária a esse projeto, que defende os interesses de Santos. Então, a gente podia abrir para uma audiência pública para, posteriormente, com a sua coordenação, eu e o Jorge Viana elaborarmos os nomes para a participação na audiência pública; talvez quatro nomes...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) (*Fora do microfone.*) – ...porque esse é um tema importante para o país. De fato, a logística no Brasil é cara em todos os aspectos. Estamos vivendo uma mudança... Gente, é fato concreto, nós temos 34 portos públicos e 129 terminais de uso privado. Agora, tem como melhorar isso? O Governo está prometendo, em 60 dias, colocar um plano nacional de logística portuária. Essa audiência pública é importante trazer para ver onde nós podemos ganhar eficiência, para o Brasil ficar mais bem posicionado. Quando essa crise na Europa, nos Estados Unidos amainar o Brasil tem que estar mais bem posicionado, e essa é uma área estratégica.

Então, acho que para que não se tenha aqui um enfrentamento apenas no voto, porque como bem disse a Senadora Kátia Abreu, não pode ser uma matéria de Governo, de oposição; não tem nada disso, temos que pensar no País. Então, que possamos aprofundar um pouco mais isso. Eu concordo plenamente com esse encaminhamento. Esta Comissão é o espaço adequado para essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Independente disso foi concedido vista ao Senador Humberto Costa.

Perguntaria ao Senador Flexa: vista coletiva?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pois não.

Vista coletiva concedida e eu aguardo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, vai continuar a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, não vai continuar a discussão.

Aguardo o requerimento da Senadora Kátia Abreu, pedindo audiência pública e passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu não fiquei com nenhuma dúvida sobre isso, sobre essa matéria, bem esclarecida pelo relatório, sobretudo com a autoria, com a explicação didática da Senadora Kátia Abreu. É uma matéria absolutamente urgente, inadiável. Penso que com esses esclarecimentos estaríamos perfeitamente em condições de votar.

Para assegurar um futuro positivo a este projeto de grande relevância para o País, porque tudo o que a gente fala – desindustrialização, falta de competitividade –, tudo está vinculado à logística do nosso País, que é deficitária e cara.

Então, eu queria propor a V. Ex^a, já que a saída é vista coletiva e uma audiência pública, fosse incluído o nome do presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Wilen Manteli, para essa audiência pública.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ótima sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira, já não há mais discussão do projeto, mas pergunto a V. Ex^a se tem algum tema de ordem para discutir.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não, quero apenas fazer uma sugestão a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim, claro! Pois não.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, considerando que a matéria vai para uma audiência pública, eu queria sugerir a V. Ex^a a inclusão para participar desta audiência pública conjunta também da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que diz respeito à matéria.

Apresento a sugestão: um requerimento para que a Comissão de Desenvolvimento Regional possa também integrar essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Fico aguardando o requerimento de V. Ex^a para colocar em discussão dentro deste plenário. (*Pausa.*)

A assessoria me informa, Senador Benedito de Lira, que o seu requerimento tem de ser apresentado ao Plenário da Casa e não a esta Comissão. Tem que ser apresentado ao Plenário do Senado, para ser ouvido...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, farei esse requerimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para fazer reunião conjunta?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Para fazer a reunião conjunta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, acho que tem de aprovar nas duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, para ser ouvida a Comissão, que é o requerimento do Senador Benedito de Lira.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim, sim, apenas a reunião conjunta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, estou solicitando a reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Estou aguardando o requerimento de V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não é que ela vá para reunião conjunta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu estava inscrito para discutir o projeto da Senadora Kátia Abreu. Quero antecipar meu voto favorável, pois me preocupa muito a posição... O Governo, na questão do capital privado na infraestrutura, tem uma posição bipolar. Em determinado momento, é favorável, como foi agora na infraestrutura aeroportuária; em outro momento, como agora, o Senador Jorge Viana se coloca contrário ao projeto da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Nós vamos discutir isso em audiência pública, Senador. Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é, mas eu gostaria que até lá houvesse uma ação do Governo para que tomasse uma posição: é a favor ou contra o capital privado, para que o Brasil possa desenvolver-se mais rapidamente na infraestrutura e em todas as áreas. Eu, Senadora Kátia Abreu, vou não só votar, mas defender o projeto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Flexa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu penso que, para que déssemos a atenção adequada a essa matéria, eu vou sugerir – e obviamente tem de vir da Comissão de Infraestrutura – que também a Comissão de Infraestrutura esteja presente a esta audiência pública. Aí, faríamos um único debate.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Uma discussão ampla.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senão alguém vai propor que, logo após aqui, vá para lá. En-

tão, já fazemos a audiência pública em conjunto com a Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, pediria à Senadora Kátia que incluísse isso no seu requerimento.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ok.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim, Senadora Kátia.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de sugerir já quatro nomes: um nome sugerido pela Senadora Ana Amélia, que é Wilen Manteli, presidente da Associação Nacional; Luiz Antônio Fayet, que é consultor da CNA, mas de todas as grandes empresas do País e do próprio Governo, que também é a favor da nossa proposta; e os presidentes da Abratec e da Antaq, que são a favor do relatório do Senador Jorge Viana.

Ficariam quatro nomes até agora.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu quero fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Requião com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu quero fazer uma sugestão: o ex-superintendente do porto de Paranaguá, Eduardo Requião, que foi quem administrou o porto, acabou com a fila, viabilizou a multicarga e combateu duramente a privatização, dessa forma ajudando a economia do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, Senadora Kátia, alguma restrição?

A SR^a. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, irá incluir o nome sugerido pelo Senador Requião.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E gostaria então, para ficar equilibrado, mais um sexto nome a favor da matéria, três contra e três a favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, os usuários...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Os usuários, exatamente, Senador Cyro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Creio que seria interessante o Secretário Nacional de Portos participar dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Já está aqui o da Antaq.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Já está o da Antaq.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria de propor o presidente da CNI.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O presidente da CNI é uma boa sugestão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Já tem alguém representando a Antaq?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Já, o presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu queria insistir na Secretaria. A Antaq é um órgão regulador; a Secretaria é o órgão do Executivo que trata do tema, e a política de governo em relação aos portos...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então está acatado pela Senadora Kátia.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Está acatado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Srs. e Sr^{as} Senadoras, já que temos quórum qualificado, vamos passar ao exame dos projetos terminativos.

O relator do item 8, Senador Wellington Dias, solicita a retirada de pauta para reexame.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que também seja retirado de pauta o item 12.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Item 12.

Então, passamos ao item 9.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, peço para retirar de pauta também o item 11.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O item 14 também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Os itens 11, 12 e 14.

Passamos ao item 9:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 270, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto com Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto.

Peço aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que não se retirem durante a apreciação do item porque vamos votá-lo nominalmente. O projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado.

Com a palavra a relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero registrar que vou pedir vista desta matéria. Há uma nota contrária da Receita Federal. Como nós queremos discutir esta matéria e verificar a possibilidade de aprová-la, vou pedir vista para não encaminhar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador, é preciso que o relatório seja lido, para que a vista seja concedida.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes de ler o relatório, eu gostaria de fazer um apelo à sensibilidade do Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, um defensor da luta e dos direitos das mulheres.

Hoje é dia 6 de março, Sr. Presidente. Daqui a dois dias nós vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Ele não está com cara de muito sensível não.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Uma das nossas lutas é pela inserção da mulher no mercado de trabalho em condições iguais. Então, Senador Romero Jucá, o projeto do Senador Roberto Requião – tenho certeza absoluta – é porque a Receita Federal raciocina números, e de tanto raciocinar só números, não olhar o lado social, ela peca naquilo que é principal. Muitas vezes a base de arrecadação pode ser ampliada não com aumento de valor, mas com aumento de contribuição. O que o Senador Requião faz, Senador Jucá, e essa é a diferença da lei que temos hoje – a lei hoje prevê a possibilidade de dedução no Imposto de Renda, mas para o valor de um salário mínimo só – é ampliar para três.

É um projeto importante, ele pode elevar o nível de formalidade das empregadas domésticas e, assim, ampliar a própria receita da Receita Federal.

Li a matéria no jornal, ontem, Senador Requião, Presidente Senador Lobão Filho, mostrando que está diminuindo a cada mês o déficit da Previdência Social; e está diminuindo por quê? Porque estamos aumentando a base de contribuição. Esse projeto tem esse

objetivo. Aumentar cada vez mais. Empregada doméstica no Brasil não tem carteira de trabalho assinada.

Aprovamos, em Genebra, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, uma convenção específica sobre trabalhadora doméstica, para garantir à trabalhadora doméstica os mesmos direitos que têm os demais trabalhadores, só que é uma relação de trabalho diferenciada, porque enquanto um operário trabalha para uma empresa com 200, 300 empregados, a trabalhadora doméstica, na grande maioria das vezes, trabalha para uma funcionária pública, para uma trabalhadora igual a ela. Então, precisamos garantir um ambiente que valorize e reconheça o esforço duplo, tanto da trabalhadora em ter os seus direitos como da empregadora que, no caso também, é uma trabalhadora ou um trabalhador que está fazendo um sacrifício para formalizar esse trabalhador doméstico.

Enfim, digo isso, apelando a V. Ex^a, Senador Jucá: vamos votar em homenagem às mulheres porque, pela primeira vez, o Brasil tem uma Presidenta, e nós precisamos olhar para essa camada mais sofrida.

O projeto do Senador Requião, Sr. Presidente, como V. Ex^a disse, tem apreciação relativa. É o seguinte parecer:

PARECER Nº..., DE 2011

Da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, do Senador Roberto Requião, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.*

II – Análise.

Tratando-se de matéria relativa a tributo, sua apreciação por esta Comissão enquadra-se na competência explicitada no art. 99, IV, do Regimento Interno.

Estão atendidos todos os requisitos de ordem constitucional para a regular admissão e tramitação do projeto. A matéria enquadra-se na competência legiferante da União e do Congresso Nacional e não há restrição de iniciativa. Está atendida a exigência de lei específica e exclusiva de que trata o art. 150, § 6º, da Constituição Federal. A técnica legislativa adotada é adequada.

Segundo o autor, a proposição tem em vista aperfeiçoar e ampliar o incentivo criado pela Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, para a formalização do emprego doméstico, mediante a dedução, diretamente do valor devido do imposto de renda, da contribuição patronal relativa a um empregado. A medida, segundo ele, tem produzido efeitos benéficos, mas a limitação

do valor da dedução (considerada apenas em relação a um salário mínimo) e do tempo de aplicação impede seu pleno êxito.

O benefício instituído pela Lei nº 11.324, de 2006, que era temporário, está prorrogado até o exercício de 2015, ano-calendário 2014, pela Lei nº 12.469, de 2011.

Porque é isto: nós aprovamos recentemente, até 2015, porque se encerraria esse benefício de dedução este ano, e nós já prorrogamos, através de uma lei que nós aprovamos, essa possibilidade de dedução até o ano de 2015. Porém, em relação ao valor de um salário mínimo só. Mas o Senador pretende ampliar a dedução até três salários mínimos.

Esse benefício, como já mencionado, consiste na redução direta do valor do imposto a pagar de uma importância correspondente à contribuição patronal (12%) sobre um salário mínimo de um empregado doméstico.

O projeto em apreciação tem o declarado objetivo de ampliar e aperfeiçoar o incentivo. Coerentemente, propõe: o bônus, equivalente a 12% de um salário mínimo que é descontado diretamente do imposto a pagar, é substituído por dedução na base de cálculo de um valor equivalente a até três salários mínimos.

Considerando que, sobre a base de cálculo incide alíquota que pode variar de zero a 27,5%, no limite, o benefício pode chegar a 27,5 % de três salários mínimos.

Ressalte-se que esse seria o benefício “no limite”, mas que, na prática, a tendência seria que ele ocorresse “na média”. Na falta de estatísticas confiáveis, pode-se imaginar que essa média estaria por volta de um e meio salário mínimo como retribuição dos empregados domésticos, e uma alíquota de 15% para a média dos contribuintes empregadores, considerando como tal aqueles com renda suficiente.

Segundo a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Estudos Tributários 14 – Imposto de Renda das Pessoas Físicas no Brasil, disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/31IRPFnoBrasil.pdf>), para o ano de 2002, a alíquota média efetiva do imposto de renda para os contribuintes com renda superior a R\$ 2.500,00 variava entre 5,73% e 17,76%. Evidentemente, deve-se entender que entre 2002 e 2011 houve evolução no quadro de renda das pessoas físicas e também na própria tabela progressiva do imposto, mas, como parâmetro de aproximação, o dado se revela importante.

Ainda assim, a ampliação do benefício hoje existente seria significativa: de 12% de um salário mínimo para algo próximo de 15% de 1,5 salário mínimo.

O principal objetivo do autor, ou seja, a ampliação do incentivo, estaria sendo plenamente atingido. O deslocamento da dedução do valor do imposto devido

para a base de cálculo pode, teoricamente, produzir algum efeito redutor na progressividade do benefício, ao beneficiar diferentemente contribuintes segundo sua faixa de renda.

Entretanto, esse efeito é desprezível se consideradas as limitações que o próprio projeto impõe, bem como o grande incentivo que haverá para a formalização de empregadas domésticas. Recorde-se, ainda, que atualmente a dedução só é acessível aos declarantes do modelo completo, o que automaticamente a inviabiliza para os contribuintes de menor renda. Deve-se convir que os maiores empregadores domésticos estão entre as faixas de maior renda. O benefício deve adequar-se a essa característica, sob risco de não produzir o efeito esperado.

A aprovação do projeto exigirá a revogação do atual modelo de dedução, razão pela qual deverá ser apresentada emenda ao final.

E a emenda é somente, Senador Requião, para incluir na Lei 270, de 2011, o art. 2º com a seguinte redação: Art. 2º – Ficam revogados o Inciso VII do § 3º, do art. 12, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

É o parecer, portanto, favorável ao projeto, Sr. Presidente.

Eu e todas as mulheres brasileiras – e os homens também – consideramos o projeto extremamente meritório.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu perguntaria ao Senador Romero Jucá, antes de pedir vista, se poderia passar a palavra ao autor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A oposição da Receita e do Governo me faz lembrar a oposição que eu tive da minha receita, no Estado, quando fui Governador e resolvi reduzir drasticamente o imposto das pequenas empresas. Diziam: “Requião, você vai quebrar o Estado. Vai liquidar a arrecadação”.

Eu reduzi a zero o da microempresa; reduzi a 2% o da média empresa, e o resultado disso foi o aumento de arrecadação, porque as empresas entraram na formalidade e os pequenos empresários, capitalizados, contribuíram para o aumento do consumo e o incentivo ao consumo foi magnífico. E o incentivo à arrecadação foi magnífico.

Na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Paim já recebeu esse recado da Receita: “Por favor, Senador tire de pauta, encaminhe contra”. Ele se recusou fazer isso, e nós aprovamos por unanimidade.

Por que eu defendo esse projeto? Em primeiro lugar, porque nós temos uma Presidenta que valoriza extremamente as mulheres, e apenas 20% ou 22% das empregadas domésticas, segundo as pesquisas oficiais, estão formalizadas. E, não sendo formalizadas, Senador Jucá, não têm benefícios sociais, não têm aposentadoria, não têm acesso aos planos de saúde públicos. Se nós incorporarmos os 80% que estão na informalidade, nós compensamos a arrecadação de forma extraordinária. Mas poderia um fanático arrecador da Receita dizer: “mas você sobe o salário mínimo a três, passível de ser deduzido do valor sobre o qual se tributa”. Bom, mas depende de o empregador pagar três ou não. É até três. Então, o que eu vejo é que só trazemos benefícios. E nesse Governo, em que chamamos a Presidenta de Presidenta para valorizar a participação das mulheres, eu não me conformo que o Governo se oponha a um projeto como esse.

Nós vamos aumentar a arrecadação, garantir direitos das mulheres, garantir a formalização dos empregos. E não há contra-indicação porque, seguramente, não haverá decréscimo da receita. Se o Senador Jucá pede vistas, eu nada posso fazer, ele fala em nome do Governo. Mas que essas vistas pedidas sejam as regimentais, e que seja votada na próxima reunião. E o Governo alinha argumentos que considero absolutamente inexistentes e fracos em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Exatamente para não encaminhar contrariamente ao projeto e que peço vistas. Trarei na próxima semana. Vou pedir mais esclarecimentos à Receita, inclusive, o nível de prejuízo que a Receita registra para Estados e Municípios, tendo em vista a diminuição da arrecadação do Imposto de Renda. Eu quero quantificar isso. Na nota, não está quantificado.

Então, eu me comprometo com o Senador Requião e com a Senadora Vanessa, de trazer na próxima semana. Se não tiver esse dado na próxima semana, liberarei e encaminharei favoravelmente, inclusive, porque entendo que o projeto, em tese, é meritório. Mas eu preciso, efetivamente, esclarecer esses pontos que foram levantados pela Receita Federal.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Concedo vistas ao Senador Jucá.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho, Senador Jucá, que nós poderíamos patrocinar, se não vamos fazer uma audiência pública... Não, não! Patrocinar uma reunião com a equipe da Se-

cretaria da Receita Federal e uma reunião com a Secretaria Especial das Mulheres, para debater números.

O que arrecada a Receita Federal em relação ao trabalho doméstico é quase nada! É quase nada! Então, estamos tratando de números pequenos que nós queremos ampliar. Então, nós queremos esse debater, Senador Jucá.

Vamos fazer uma reunião de trabalho. Não é audiência pública, mas nesta semana ainda, para debater. Senador Roberto Requião, quem estiver interessado... V. Ex^a, para tentar aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Algum outro Senador gostaria de pedir vistas coletivas? *(Pausa.)*

Vistas coletivas ao Senador Cyro Miranda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria que ficasse claro que o Senador Romero Jucá não está se colocando como inimigo das domésticas do Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – E nem contra o projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E nem contra o projeto. Ele está atendendo um pedido equivocado da Receita Federal.

O SR. PRESIDNETE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, ele manifesta o desejo de acumular dados para poder discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para poder ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Claro.

Bom, ultrapassando o Item 09, o Item 10 da pauta. O relator solicita a retirada de pauta; O Item 11, o Relator solicita a retirada de pauta para exame; e Item 12, o Senador Flexa Ribeiro também pede a retirada de pauta.

Vamos, então, ao único item terminativo do dia, que é o Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2011 – Terminativo –

Inserir novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Aloysio Nunes

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações: 1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer pela prejudicialidade do Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quorum qualificado.

Com a palavra o relator.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor fez uma referência a ser o último, mas há o Item 14, que é um projeto importante. O Item 14 também é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O Senador Cyro Miranda havia pedido a retirada, mas agora está pedindo a inclusão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Permanece, então.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

Peço silêncio a esta Comissão para que o Senador Aloysio Nunes possa proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, esse é um caso em que tenho que lamentar profundamente o procedimento da Presidência da República e o desrespeito manifestado na apresentação de uma medida provisória que incorpora o texto do projeto do Senador Blairo Maggi.

Sou obrigado a dar como prejudicado o projeto, embora a providência proposta pelo Senador Blairo Maggi, mediante o Projeto de Lei nº 318, de 2011, seja uma providência com a qual concordo inteiramente, que vai na linha de dar novas isenções tributárias, aumentar a isenção tributária para estabelecimentos que cedem vagas ao Prouni, conforme o número de vagas oferecidas – proporcionalidade.

Acontece que essa providência, essa proposta foi incorporada por uma medida provisória, que atropelou uma iniciativa parlamentar. Perdeu-se a oportunidade de se prestigiar uma boa iniciativa parlamentar, de um dos melhores Senadores desta Casa, o Senador Blairo Maggi.

A Comissão de Educação já tinha se manifestado, já tinha votado um parecer favorável ao projeto, e ele estava se encaminhando para a aprovação, quando foi atropelado por uma medida provisória que, como de hábito, trazia dezenas de matérias englobadas na mesma iniciativa – um típico caso de Frankenstein: um número enorme de matérias na mesma medida provisória, entre elas aquela que era o objeto do Projeto de Lei nº 318, do Senador Blairo Maggi.

Por isso é que eu lamento ter que considerá-lo prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o autor, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, quero agradecer as palavras do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

De fato, o projeto que apresentei tinha como função regular as universidades que oferecem vagas no Prouni, porque a União dá isenção de impostos, mas não havia uma proporcionalidade; poderia a universidade receber cem por cento dos incentivos e oferecer uma única vaga. Quer dizer, não era justo conforme a lei original estava fazendo. Então, eu propus essa modificação.

Infelizmente, como disse aqui o Senador Aloysio Nunes, o Governo percebeu que havia essa lacuna na lei e mandou por medida provisória, assumindo a posição que eu estava apresentando como projeto.

Então, lamento. Fica prejudicado o meu trabalho. Porém, o alerta que fiz serviu para que o Governo fechasse essa porta de descontrole sobre o Prouni.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. Um projeto justo, meritório, moralizador. Infelizmente, foi baixada a medida provisória sem direito autoral. Devia ter dito isso na justificativa, registrado a autoria.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Direito autoral na medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – A Matéria está em discussão.

Declaro prejudicado o projeto nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a adequação de prejudicialidade e a votação é nominal. Quem vota com o Relator vota SIM à adequação de prejudicialidade do projeto.

Observação: se o autor do projeto está presente, o Senador Blairo Maggi, conta como *quorum*, mas não vota.

Então, partimos para a votação nominal.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A Srª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com dor no coração, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – São 14 votos pela prejudicialidade. Portanto, a Comissão aprova a adequação de prejudicialidade do projeto.

Passo à Secretaria para as providências legais. O último terminativo, Item 14.

Projeto de lei do Senado nº 76, de 2011, terminativo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu conversei com a Senadora Ana Amélia, que é autora do projeto e, como tem um substitutivo, gostaria de discutir esse substitutivo. Então, peço desculpas para retirar esse projeto, para que a próxima semana ele possa vir.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, o projeto está retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Cyro Miranda.

Retornamos à pauta original, aos projetos não terminativos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 57, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado) .

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Acir Gurgacz (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1) A Matéria ainda será apreciada pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;

2) Em 07/02/2012, foi concedida Vista ao Senador Humberto Costa;

3) Em 14/02/2012, o Senador Humberto Costa apresentou Voto em Separado, contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O relatório já foi lido pelo relator na primeira reunião, realizada em 07 de fevereiro, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Humberto Costa e pergunto ao relator se deseja fazer uso da palavra. O relator não está presente.

Pergunto ao Senador Humberto Costa, contrário ao projeto, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Gostaria simplesmente de ler o meu voto em separado.

Eu designo *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro e passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Bem, voto em separado.

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 57, de 2009, de autoria do Deputado Celso Russomanno, é composto de dois artigos:

O art. 1º inclui o inciso XIV no art. 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor, com o objetivo de impedir o fornecedor de serviços de cobrar adiantado do consumidor a mensalidade do serviço a ser prestado, seja o contrato de prazo certo, seja o de prestação continuada.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Na Câmara dos Deputados, a proposta foi aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor e pela Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização em decisão terminativa, com fulcro no art. 81, § 1º, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. Antes, porém, foi submetida à aprovação de Assuntos Econômicos, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 510, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral.

Nesta Comissão, o projeto foi distribuído ao ilustre Senador Acir Gurgacz, que apresentou relatório à sua aprovação, com uma emenda que veda a cobrança adiantada do Consumidor da mensalidade do serviço, cuja prestação ainda não tenha se iniciado, tanto no contrato de prazo certo, como de prestação continuada.

II – Análise

Em que pesem os argumentos apresentados pelo relator da matéria nesta Comissão, o Senador Acir Gurgacz, pela aprovação da proposta com a emenda que apresentou, há fortes argumentos que recomendam a rejeição *in totum* da proposta. A propósito, o Código de Defesa do Consumidor já contém regras protetivas, que contemplam a hipótese aventada na proposta, conforme preconiza art. 4º, inciso III, em que a:

“harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e a compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da CF), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores”.

Com efeito, o CDC traz como finalidade precípua a tutela do consumidor e o equilíbrio nas relações de consumo. Porém, muitas vezes, a viabilidade da prestação de um serviço exige o pagamento antecipado, como é o caso, por exemplo, das reservas de hotéis, de ônibus, a compra de materiais, etc., sendo impor-

tante analisar em cada caso concreto se a cobrança antecipada não configura vantagem manifestamente excessiva.

No caso dos serviços educacionais, certos custos administrativos se antecipam à execução do objeto contratual em si, como a emissão de carteira de identificação, formulários, materiais e apostilas, representando-se pela prestação conhecida como matrícula, que nada mais é que uma antecipação do pagamento total, aceita no costume e nas práticas de boa-fé. Esse exemplo mostra que seria da natureza de alguns serviços tal antecipação.

A exigência da vantagem manifestamente excessiva prevista no artigo 39, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor demonstra, segundo Antonio Herman de V. e Benjamin, aversão não apenas à vantagem excessiva concretizada, mas também em relação à mera exigência. Assim, basta que o fornecedor, nos atos preparatórios ao contrato solicite vantagem dessa natureza para que o dispositivo legal tenha aplicação integral.

Ressalte-se, por fim, que ao se especificar demais uma norma, corre-se o risco de obter efeito diverso daquele desejado, restringindo-se as hipóteses de aplicação que deveria ser de caráter geral. Nesse sentido, a aprovação do referido projeto traria o perigo do retrocesso nos direitos do consumidor.

Até mesmo o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça já se manifestou contrário à proposta, por intermédio da Nota Técnica nº 36, CCAJ/DPDC/MJ, quando da tramitação na Câmara dos Deputados.

Diante do exposto, resta claro que a inserção do inciso XIV ao artigo 39 do CDC, estabelecendo a vedação absoluta das cobranças antecipadas de obrigações futuras, com ou sem prazo determinado, implicaria no desequilíbrio nas relações de consumo e prejudicaria o próprio consumidor, pela inviabilidade da prestação de determinados serviços.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2009.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Abro a discussão e passo a palavra ao Senador Romero Jucá, para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero registrar a importância do voto em

separado do Senador Humberto Costa e dizer que o Projeto, da forma como está previsto, apesar de ser bem intencionado, termina criando uma série de dificuldades; eu poderia citar, por exemplo, a questão na indústria do turismo.

Nós temos parcelamento de pacotes pagos antecipadamente de pessoas que vão vigiar. Efetivamente, o turismo, inclusive interno, no Brasil, tem-se fortalecido por esse método. E, com a proibição desse pagamento antecipado, tudo isso iria por terra. É só para dar um exemplo, sem falar nas escolas e em outras questões.

Então, nós vamos acompanhar o voto do Senador Humberto Costa, sendo contrário ao Projeto, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, é preciso que os Senadores e Senadoras presentes estejam muito atentos. Quem votar SIM vota com a aprovação do Relator, Senador Acir Gurgacz.

Quem votar Não acompanha a tese do Senador Humberto Costa com a sugestão do Senador Romero Jucá.

Então, o voto não é nominal, quem votar “sim” permaneça como se encontra, quem votar “não” se manifeste. *(Pausa.)*

O “não” venceu; o projeto está rejeitado.

Vencido o relator, designo o Senador Humberto Costa relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o voto em separado apresentado pelo Senador Humberto Costa, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o voto em separado, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

Passamos agora ao Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, DE 2011 – Complementar – Não Terminativo –

Altera o § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, para restringir o alcance das vedações nele previstas ao órgão ou Poder que deixar de observar os limites de despesa total com pessoal.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Contrário ao Projeto.

Com a palavra o nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ilus-

tre Senador Eduardo Amorim apresentou esse Projeto de Lei nº 715, de 2011, com o objetivo de alterar um dispositivo muito importante na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele pretende que, quando a despesa total com pessoal de Poder ou órgão ultrapassar os limites definidos em seu art. 20, não se promovendo a redução nos dois quadrimestres seguintes, o mesmo Poder ou órgão será impedido, enquanto perdurar o excesso, de: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

De acordo com o texto legal vigente hoje, quando verificada a hipótese de excesso de despesa, a não-adoção das medidas corretivas importa nas mesmas proibições, mas com alcance mais amplo, aplicando-se ao ente político ao qual pertence o Poder ou órgão faltoso.

Na justificação, é assinalado que as sanções previstas no § 3º do art. 23 da LRF, ao se dirigirem hoje contra o ente político (Estado, Distrito Federal, Município), e não ao órgão ou Poder que lhe deu causa, representam uma distorção geradora de conflitos federativos e violadora do princípio da intranscendência das sanções, obrigando o apenado a praticar ato impossível, que refoge de sua competência e prejudica, em última instância, a população local.

Como exemplo, o autor aventa a hipótese de descumprimento do limite de despesa com pessoal pelo Poder Legislativo estadual, que impede o Poder Executivo de celebrar operações de crédito com instituições financeiras internacionais, a despeito de o Governador de Estado não dispor de “meios de impelir o outro Poder ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de grave violação ao Princípio da Separação dos Poderes”.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Por força do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a matéria, antes de sua apreciação pelo Plenário da Casa.

Como destacado na própria justificação do projeto, a modificação proposta na LRF visa a dar solução a conflitos resultantes da aplicação das sanções de seu art. 23, § 3º, aos entes políticos. A proposta é no sentido de que as vedações somente se apliquem ao órgão ou Poder que deu causa ao descumprimento dos limites para a despesa com pessoal.

Como fundamento para essa solução, é invocado o princípio da intranscendência das sanções, segundo o qual as penalidades pela inobservância das normas jurídicas não podem ser aplicadas a pessoas outras que não as infratoras.

Ainda que compreendamos as graves consequências que resultam da aplicação do preceito sancionador da LRF, consideramos haver um equívoco na justificação do projeto e na formulação dos fundamentos jurídicos nas decisões do STF sobre o assunto.

O conceito de personalidade jurídica é básico em Direito. Também o é a noção de que o Estado, como ente (e, portanto, dotado de personalidade jurídica), atua por meio de seus órgãos, que são estruturas despersonalizadas.

Cito Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*Direito Administrativo*, São Paulo: Atlas, 2011, p. 521):

Pode-se definir o órgão público como uma unidade de que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.

Na realidade, o órgão não se confunde com a pessoa jurídica, embora seja uma de suas partes integrantes; a pessoa jurídica é o todo, enquanto os órgãos são parcelas integrantes do todo. O órgão também não se confunde com a pessoa física, o agente público, porque congrega funções que este vai exercer.

Assim, não faz sentido falar em intranscendência das medidas restritivas de direitos para limitar o alcance de penalidades dirigidas contra um ente político, quando a conduta ensejadora da sanção é imputada a seus agentes no exercício das competências atribuídas aos órgãos que compõem.

Para fins externos à pessoa jurídica estatal (excepcionada a questão da responsabilidade penal), a conduta é atribuída ao ente público e é dele a responsabilidade por ela. Um exemplo típico de aplicação desse raciocínio é o da responsabilidade civil do Estado pelas condutas de seus agentes.

Quando se reconhece, por exemplo, a ocorrência de erro judiciário ensejador de indenização, a condenação não recai sobre o órgão judiciário que incorreu no erro, mas sobre o ente político (União, Estado ou Distrito Federal). Da mesma forma, por exemplo, os danos sofridos por particulares em um acidente provocado por condutor de veículo oficial do Senado Federal dão azo à indenização cujo pagamento caberá à União, pessoa jurídica de Direito Público, não a esta Casa Legislativa.

Ademais, os órgãos, como estruturas despersonalizadas, não são, a rigor, titulares de direitos. Portanto, não se pode falar, com propriedade, de restrição aos direitos do Poder Executivo ou de seus órgãos, bem

como do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário. Não por outra razão a Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs que as vedações do § 3º do art. 23 se aplicam ao ente político, que, aliás, é quem controla a liberação das verbas constantes da Lei Orçamentária. Não temos um orçamento imperativo, no Brasil.

Em casos excepcionalíssimos é conferido um tratamento “quase personalizado” a órgãos, mas para fins eminentemente processuais, geralmente na defesa de prerrogativas de um órgão em face de outros do mesmo ente político. É o que se dá em ações nas quais a questão jurídica controvertida envolve conflito entre os poderes (Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 1.557, DJ de 18.06.2004). Trata-se de situação em todo distinta daquela cogitada nos exemplos aqui citados, em que o conflito se dá entre dois entes políticos. Nos casos julgados pelo STF, o que se tem é uma lide entre a União e outro ente federado, no qual aquela recusa o seu aval à contratação de operações de crédito internacionais.

Outro problema decorrente da interpretação feita pelo STF refere-se ao próprio efeito dissuasório da medida punitiva, quando limitada nos termos das decisões da Corte. As proibições constantes do § 3º do art. 23 dizem respeito a circunstâncias que se verificam sobretudo no âmbito do Poder Executivo, que é o encarregado principal da gestão negocial do ente político. A contratação de operações de crédito e a obtenção de garantias são ocorrências verificadas tipicamente no âmbito do Poder Executivo. Então, só ele poderia sofrer essas sanções.

Mesmo a celebração de convênios que envolvem transferências voluntárias é apenas residual nos outros poderes, quando comparados ao Executivo. Desse modo, tudo leva a crer que a imposição dessas sanções apenas ao poder ou órgão descumpridor somente terá efeitos reais quando a inobservância das exigências da LRF se der pelo próprio Poder Executivo. Tanto a jurisprudência do STF quanto eventual mudança legislativa em sentido idêntico representam um incentivo à permanência de situações de violação dos limites para despesas com pessoal fixados para os Poderes da União.

Por imperfeito que seja o sistema vigente, um cenário em que apenas o poder ou órgão faltoso se sujeite às penalidades da Lei de Responsabilidade Fiscal é muito pior do que o da norma atual do ponto de vista da efetividade da punição. Não negamos que é o Poder Executivo que tem que lidar com maior extensão com as consequências na observância dos limites para as despesas com pessoal.

Contudo, não se pode ignorar o peso da responsabilidade política dos órgãos que derem causa às

sanções, sujeitas ao julgamento da opinião pública e, no caso do Poder Legislativo, ao teste das urnas. Se bem informada, a população sabe dar resposta às autoridades que a prejudicam de alguma forma quando, por excesso de gasto com pessoal de algum Poder, o Estado, o Distrito Federal ou o Município se vê impedido o acesso a linhas de crédito para realização de importantes despesas.

Se as consequências negativas previstas na lei de hoje deixarem de existir, esse controle social se verá arrefecido, já que a população não perceberá os efeitos concretos negativos da conduta injurídica do órgão ou Poder faltoso.

Tampouco podem ser desprezados os mecanismos de freio e contrapeso e os recursos políticos de que dispõe o Chefe do Poder Executivo nas negociações com os demais Poderes. Longe de serem reféns dos interesses corporativos de outros Poderes, governadores e prefeitos assumem um papel protagônico nessas relações, podendo se valer dessa posição para convencer os outros Poderes a observar os limites estabelecidos na lei, inclusive com eventuais vetos às leis orçamentárias e a negativa de liberação de verbas cujo dispêndio implicará no desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, no tocante à vedação do recebimento de transferências voluntárias, a Constituição Federal, no art. 169, § 2º, é clara ao preceituar que, decorrido o prazo estabelecido na lei complementar para adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os limites referidos.

Assim, tratando-se de transferências voluntárias, o interdito tem *status* constitucional, não apenas legal. É verdade que o art. 169 da Carta Magna não determina que os limites para despesa com pessoal sejam fixados por Poder ou órgão, mas também não vedam que a lei assim o faça. Isso foi, inclusive, reconhecido pelo próprio Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.238, de 2008, quando a Corte asseverou, *verbis*: “O art. 169 da Carta Magna não veda que se faça uma distribuição entre os Poderes nos limites e despesas com pessoal. Ao contrário, para tornar eficaz o limite, há de se dividir internamente as responsabilidades”.

Em síntese, entendemos que a modificação proposta para o art. 23, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal atua em desfavor dos mecanismos de controle de gastos instituído na referida Lei, que é uma conquista da sociedade brasileira.

Suas imposições aos agentes públicos precisam ser preservadas ou aprimoradas, e não abolidas ou mitigadas.

Pelo exposto, meu voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, contrário ao projeto.

Antes de dar prosseguimento à pauta, eu gostaria de ler os três requerimentos que foram apresentados a esta Presidência, de autoria dos Senadores presentes, Senadora Kátia Abreu, Senador Valdir Raupp e Senador Romero Jucá. Iniciamos pelo da Senadora.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta entre esta Comissão e as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, da autora deste requerimento, que altera a alínea “b” do inciso II do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

Na oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Wilen Manteli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP, Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá, Paraná; Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e o Presidente da Abratec – Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público. Senadora Kátia Abreu.

Volto a registrar que não haverá votação desses requerimentos; apenas a leitura deles. A votação será na próxima reunião desta Comissão.

Requerimento do Senador Romero Jucá.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública deste Órgão Técnico, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, nos dias 20 e 22 de março, para instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação,

nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior, com a presença dos seguintes convidados: Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Fernando Blumenschein, economista e coordenador de projetos da FGV; Luis Paulo Rosenberg, economista e consultor da Rosenberg e Associados; Aguinaldo Diniz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit; Marco Pólo de Mello, Presidente Executivo do Instituto Aço-Brasil; Paulo Antônio Skaf, Presidente da Fiesp; Hamilton Dias de Souza, advogado constitucionalista; Clóvis Pannzarini, membro da CP Consultores Associados; Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da CUT; e, finalmente, Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical. Assinado: Senador Romero Jucá.

Essa é apenas a leitura.

Por último, o requerimento do Senador Valdir Raupp, meu Presidente.

Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no País, com os seguintes convidados: Sr. Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Antônio Delfim Neto, economista; Sr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI; Sr. Artur Henrique, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; Sr. Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; Sr. Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo.

Justificativa.

O processo de desindustrialização tem se tornado um tema recorrente nas pautas de discussões entre economistas e o público em geral. O fenômeno da desindustrialização da economia brasileira começou a surgir nas décadas de 80 e 90, e de lá pra cá tem ganhado cada vez mais espaço nos estudos a respeito da matéria, que, segundo economistas, seria uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, ou seja, quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia.

No caso brasileiro, os economistas atribuem tal circunstância, notadamente, a uma significativa queda da participação da indústria de transformação na economia do País, cuja causa seria devido ao aumento da competição interna e externa, causado pela abertura comercial e financeira, a privatização em diversos segmentos industriais e a valorização da taxa real de câmbio.

Todavia, essa temática ainda é objeto de divergência entre economistas e segmentos do ramo, não havendo um consenso a respeito do processo, sendo certo somente a real ocorrência do processo de desindustrialização na economia brasileira. Dentro desse contexto, debater este fenômeno representaria mais um passo no estágio de desenvolvimento da economia brasileira, objetivando a análise da consequência das políticas macroeconômicas adotadas pelo País nos últimos 20 anos. Assinado: Senador Valdir Raupp.

Então, os três requerimentos vão à votação na próxima reunião desta Comissão.

Passamos, a seguir, ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 105, DE 2010

– Não Terminativo –

Cria o Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (CONACON) e dá outras providências.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Passo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Armando Monteiro.

O relatório é favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) –

Cabe a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômicos de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como sobre tarifas. A proposição enquadra-se, portanto, entre aquelas pertinentes à CAE.

Conforme ressaltado na Justificação do projeto, o art. 27 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, reconheceu a necessidade de uma lei de defesa dos usuários dos serviços públicos. A primeira iniciativa foi o Projeto de Lei do Senado nº 439, de 1999, do Senador Lúcio Alcântara, já remetido à Câmara, onde se encontra ainda pendente de deliberação. O projeto

visa municiar o usuário de serviços públicos de instrumentos eficientes na defesa dos seus interesses.

Contudo, como o projeto tem caráter mais geral, mesmo quando for aprovado, ele não será eficaz como instrumento para a defesa preventiva dos interesses dos usuários-consumidores. Como o setor elétrico é regido por uma intrincada rede de leis e regulamentos de difícil compreensão por parte do pequeno consumidor, não se pode esperar que ele compreenda satisfatoriamente os impactos de mudanças regulatórias.

Em sendo assim, o Senador Renato Casagrande apresentou proposição que procura instrumentalizar o consumidor cativo na defesa de seus interesses. Para tanto, propõe a criação do CONACON, com independência financeira, para evitar a indevida interferência das concessionárias de distribuição.

A independência financeira será possível graças à criação, pelo Poder Executivo, do Fundo de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, a ser alimentado com receitas decorrentes de multas aplicadas pela Aneel, da venda de publicações, material técnico, dados, informações de rendimentos, de doações, legados, subvenções e de parcela da taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica.

Essa autonomia permitirá que ele seja mais efetivo do que os conselhos de consumidores criados pela Lei nº 8.631.

Outro aspecto positivo da proposição é que o CONACON será criado virtualmente, sem impacto tarifário para o consumidor, haja vista que multas são pagas por concessionários e autorizados, e não pelos consumidores. Ademais, a taxa de fiscalização, outra fonte importante de receita desse Conselho Nacional, tem sido sistematicamente contingenciada e, há anos, não vem sendo gasta em sua totalidade. Assim sendo, a inclusão do CONACON entre os beneficiários da taxa de fiscalização não imporá qualquer aumento tarifário, pois bastará descontingenciar parte do valor que já é cobrado do consumidor.

Outra grande diferença diz respeito à forma de escolha dos conselheiros. No caso do CONACON, os conselheiros serão designados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal. No Conacen, os representantes serão eleitos pela Assembleia Geral, composta por conselhos de consumidores de energia elétrica de cada distribuidora.

Na proposta da CONCEN, muito ampliadas as atribuições do Conacen. Este poderá, entre outros, elaborar Plano Anual de Atividades de Metas, etc.

As fontes de recursos do CONACEN serão semelhantes às propostas para o CONACON. A diferença está em que não será mais necessário autorizar a

instituição de um Fundo de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos...

Em face do exposto, o meu voto é pela aprovação do PLS nº 105, de 2010, nos termos do seguinte substitutivo.

Vem todo o substitutivo que já foi aqui indicado e, portanto, é esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vista concedida ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero registrar que peço vistas porque existe uma nota que informa que estão se criando cargos e despesas que seriam privativos do Poder Executivo. Tendo em vista a questão da constitucionalidade, peço vistas para analisar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vistas concedidas.

Alguém pede vista coletiva?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Coletiva então.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vistas coletivas concedidas também.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, DE 2011 – Complementar – Não Terminativo –

Dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto, a fim de que seja alterado de complementar para ordinário.

Com a palavra o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Como esta matéria foi apenas distribuída para cá, também damos parecer sobre os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais brevemente.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto atende aos requisitos formais. De acordo com a Constituição Federal, compete à União legislar priva-

tivamente sobre política de crédito (art. 22, VII) e concomitantemente com Estados e Distrito Federal sobre direito financeiro e econômico (art. 24, I).

Ademais, conforme a Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional dispor, com a sanção do Presidente da República, sobre as matérias de competência da União, em particular sobre matéria financeira, instituições financeiras e suas operações (art. 48, XIII).

Por sua vez, a proposição não incide em qualquer das hipóteses de iniciativa legislativa privativas do Presidente da República elencadas no § 1º do art. 61, combinado com o art. 84, III e VI, da Constituição.

Em princípio, cabe ao CMN regulamentar a matéria, que seria uma minúcia pouco afeita ao *status* de lei. Entretanto, somos levados a concordar com a Senadora Lídice da Mata quando aponta certa inércia da autoridade monetária, que só tem reagido, e ainda assim insuficientemente, mediante pressões como a do Grupo de Trabalho sobre tarifas bancárias, referido na justificação do projeto. Posto isso, não há como questionar a legitimidade e a oportunidade da iniciativa.

Todavia, quanto à juridicidade e técnica legislativa, trata-se de matéria adequada à espécie normativa lei ordinária, posto que não se trata de matéria relativa à estrutura do sistema financeiro nacional, nos termos do art. 192 da Lei Maior, mas de aspectos normativos ordinários.

O ponto a analisar refere-se a se o projeto de lei deve ter *status* de lei complementar ou de lei ordinária. Para inserir as modificações que pretende no arcabouço jurídico existente, o projeto prevê regulação que poderia ser normatizada por resolução de natureza infralegal. Portanto, não afeta à estruturação do sistema financeiro.

Analisando a Lei nº 4.595, de 1964, o Supremo Tribunal Federal (STF) exala que apenas os dispositivos dessa Lei que se refiram à estruturação do Sistema Financeiro Nacional foram recepcionados como complementares.

Nesta linha, pode ser citado trecho do acórdão do STF no julgamento da ADIN nº 449, em 29 de agosto de 1996, que teve como relator o Ministro Carlos Velloso: “As normas da Lei 4.595, de 1964, que dizem respeito ao pessoal do Banco Central do Brasil, foram recebidas, pela CF/88, como normas ordinárias e não como lei complementar.”

Sendo assim, conclui-se que o projeto pode ser iniciado em qualquer das Casas do Congresso, como projeto de lei ordinária, o que facilita a tramitação. Como a Mesa do Senado Federal distribuiu apenas à CAE o projeto em análise, conclui-se que se pode ter a reautuação da proposição que tramitaria como

lei ordinária e poderia ser analisada pela CAE em decisão terminativa.

No mérito, a proposição consolida e tira a ambiguidade da legislação sobre o tema do direito do consumidor de serviços financeiros à amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil. Hoje, tal arcabouço encontra-se disperso em dispositivos do Código de Defesa do Consumidor e em resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Todavia, consideramos que há um equívoco no parágrafo único do art. 2º ao determinar que a taxa negociada não exceda a taxa de juros pactuada no contrato. Para se coadunar com a intenção da autora de defender o consumidor, a expressão correta a ser utilizada deveria ser a de que a negociação da taxa de juros a ser aplicada não seja menor do que a taxa de juros contratual, visto que se trata de uma taxa de desconto em que a taxa maior favorece o consumidor.

III – Voto

Diante do exposto, Sr. Presidente, esta relatoria vota por requerer ao Presidente do Senado Federal, preliminarmente, na forma do art. 133, V, *d*, do Regimento Interno, a reatuação do PLS nº 636, de 2011 – Complementar, a fim de que seja alterado de complementar para ordinário.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero apenas elogiar o relatório do Senador Armando Monteiro. Essa proposta, de autoria da Senadora Lúcia Vânia...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Lídice da Mata.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Lídice da Mata.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Lídice da Mata, perdão, ele procura fazer com que diversas leis dispersas que existem nesse tema sejam unificadas. Isso vem facilitar em relação ao consumidor, em relação às questões do Banco Central, às tarifas, à questão dos recursos financeiros. Eu acho que a legislação daqui e de lá dispersa.

Quero cumprimentar V. Exª por fazer com que haja uma legislação mais prática, mais eficiente e mais

entendível, inclusive, aos nossos consumidores. Essa é a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, que conclui, preliminarmente, pela reatuação do projeto, a fim de que seja alterado de complementar para ordinário.

Passamos, então, agora, para o Item 6:

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2012

– Não Terminativo –

Encaminha Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2012.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta.

Com a palavra o Exmº relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o relatório foi encaminhado no prazo correto, na forma correta.

Todas as previsões da política monetária foram definidas. Portanto, foi cumprida a legislação. O parecer é favorável. Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Romero Jucá.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

E, por fim, o último projeto:

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2012

– Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2011.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

O relatório, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Com a palavra o nobre Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, da mesma forma que no primeiro trimestre de 2012, para o quarto trimestre de 2011 foram cumpridos também todos os requisitos legais; a autoridade monetária cumpriu o encaminhamento da documentação necessária dos meios de emissão, das informações da política monetária e, portanto o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável nos termos do decreto legislativo apresentado.

Muito obrigado aos Senadores presentes e aos senhores e as senhoras presentes.

Eu declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2012, ÀS 12 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e trinta e três minutos do dia treze de março do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim Argello, Clésio Andrade, João Ribeiro, Blairo Maggi e Randolfe Rodrigues, e, ainda, dos Senadores Mário Couto, Walter Pinheiro, Cássio Cunha Lima e Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Roberto Requião, Luiz Henrique, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres e Kátia Abreu. A Presidência registra a presença do Ministro de Estado

da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Em seguida, declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositor o Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, a fim de discorrer sobre a conjuntura econômica brasileira, conforme o art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 50, § 1º, da Constituição Federal. Após a exposição do Exmo. Sr. Guido Mantega, usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Paulo Bauer, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mário Couto, Lindbergh Farias, Renan Calheiros, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, José Agripino, Romero Jucá e Walter Pinheiro. São submetidas e aprovadas pela Comissão as declarações de prejudicialidade dos Requerimentos nºs 1 e 2 de 2012-CAE, de iniciativa do Senador Alvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral** – Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 5ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com o comparecimento do Ministro de Estado da Fazenda, Ex^{mo} Sr. Guido Mantega, a fim de discorrer sobre a conjuntura econômica brasileira, conforme o art. 397, §1º do Regimento Interno do Senado Federal, e o art. 50, §1º da Constituição Federal.

Peço aos Senadores, Senador Pimentel e Senador Lindbergh, que acho que devem lá dentro, que conduzam o Ministro Guido Mantega aqui à mesa da Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas, meu caro Senador Cyro Miranda: a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Eu vou seguir à risca, como procuro fazer aqui, o tempo das interpelações, das réplicas, até por causa do avançado da hora. Peço também aos Senadores e Senadoras a compreensão, para que, efetivamente, todos falem e a gente tenha condição de promover uma audiência pública com bastante produtividade,

com muitas informações que, eu sei, os Senadores e Senadoras aguardam e a população, a comunidade como um todo também.

Também, para dar agilidade, nós vamos fazer perguntas de três em três, Senadores e Senadoras. Aí o Ministro responde, pegamos mais três, o Ministro responde dentro desses tempos estabelecidos.

Portanto, convido o Ministro Guido Mantega e os dois Senadores, Senador Pimentel e Senador Lindbergh, para acompanhá-lo.

Passo a palavra ao Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, que, como convidado, falará sobre a economia brasileira, a economia mundial, as perspectivas, as expectativas. Evidentemente, os Senadores e Senadoras poderão perguntar aquilo que entendam como importante, aproveitando a vinda, como convidado, do Ministro Mantega.

Com a palavra o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Economia e Finanças. Quero cumprimentar todos os participantes desta importante Comissão e agradecer ao convite que me foi feito para que eu tenha a oportunidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro, só quero anunciar a presença do Ministro Garibaldi Alves, que presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos e que nos honra com a sua presença.

Ministro Garibaldi, por favor.

É uma honra a presença do nosso ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. *(Palmas.)*

Desculpe, Ministro Guido Mantega. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu estava agradecendo à Comissão pela oportunidade que me dá de vir aqui para falar sobre economia brasileira.

Na verdade, eu queria falar sobre os desafios para o nosso crescimento econômico em 2012. Certamente, 2012 será um ano de desafios, uma vez que a crise internacional persiste. Na verdade, o ano passado já foi um ano difícil para a economia internacional. No primeiro semestre do ano, tivemos uma pressão inflacionária que vinha do aumento do preço das *commodities*, era uma pressão internacional, mas que podia contaminar a economia brasileira, que, em 2010, vinha de um período de forte crescimento. Então, nós tínhamos que combater essa inflação. Foi uma das tarefas do primeiro semestre.

E, no segundo semestre de 2011, tivemos o agravamento da crise internacional, vamos dizer assim, uma recaída da crise de 2008, que até hoje não foi solucionada nos países avançados. Desta vez, foi um problema da dívida soberana dos países europeus, e, no segundo semestre de 2011, isso causou bastante turbulência nos mercados, trouxe consequências para a economia mundial.

Mesmo assim, eu queria dizer que a economia brasileira conseguiu atravessar o ano de 2011 obtendo bons resultados econômicos.

Passando adiante, nós tivemos um crescimento de 2,7%, nosso PIB cresceu 2,7%, menos que 7,5%, de 2010, que foi um ano excepcional. Mas foi 2,7% acima desse patamar de 7,5%, para um ano complicado em que o Governo tinha que enfrentar a inflação e mais os problemas internacionais e ainda fizemos alguns ajustes. Foi um resultado satisfatório. Mas o mais satisfatório foi que esse crescimento se deu com uma forte geração de empregos, que é uma das prioridades maiores da sociedade brasileira.

Em 2011, foram gerados 1,9 milhão de novos empregos com carteira assinada na economia brasileira. Portanto, a população está sendo bem atendida no quesito emprego. De modo que o Brasil é um dos poucos países que está próximo do pleno emprego, enquanto vários países estão se defrontando com desempregos elevados – estou falando dos países europeus, estou falando dos Estados Unidos, que ainda têm um nível de emprego bastante elevado, e outros países. O Brasil tem esse privilégio de estar crescendo de uma maneira que continua gerando emprego e, ao gerar emprego, sobe – passando adiante – a massa salarial. A massa salarial cresceu 4,8%, em 2011, e ela é uma somatória do aumento do rendimento real com o aumento da população remunerada. Então, aumentou a população remunerada e aumentou o rendimento real dos trabalhadores empregados. Isso constitui uma grande diferença em relação ao que está ocorrendo em vários países. Por exemplo: vários países estão fazendo ajustes econômicos reduzindo os salários de seus trabalhadores ou reduzindo direitos de seus trabalhadores.

Nós pegamos os Estados Unidos, que é um dos países avançados que têm tido um resultado um pouco melhor, apenas um pouco melhor, e nós estamos vendo que a indústria automobilística americana tem alguma recuperação. E nós vamos ver que o que está na base dessa recuperação é a redução dos salários dos trabalhadores da indústria. Então, por exemplo, um trabalhador que, em Detroit – que é a sede da indústria automobilística americana –, ganhava US\$ 25/ hora agora está sendo empregado ganhando US\$ 15/

hora – de US\$ 25/ hora para US\$ 15/hora E assim eles estão fazendo ajustes das economias, estão diminuindo direitos previdenciários de vários países.

Portanto, o Brasil está em outra posição. Nós estamos enfrentando essa crise aumentando o salário dos trabalhadores e mantendo todos os direitos que os trabalhadores tiveram. Portanto, a nossa situação é bem diferente.

Outro fator importante, no qual tivemos êxito em 2011, que fortalece a economia é a solidez fiscal. Nós cumprimos a meta de *superavit* primário em 2011. Fizemos um resultado fiscal sólido que nos dá condições, se necessário for, de usar esse recurso fiscal para enfrentar problemas e dificuldades que venhamos a ter. Fizemos um *superavit* primário de 3.1%, no ano passado, e deveremos continuar fazendo esse mesmo resultado nos últimos anos. De modo que o Brasil é um País fiscalmente sólido. Ao contrário do que ocorre com os países europeus, que sofrem de uma situação fiscal deficiente – isso os enfraquece – o Brasil continua uma trajetória fiscal sólida.

Passemos adiante.

Essa situação fiscal nos leva a uma redução da dívida pública brasileira em relação ao PIB. O Brasil é um dos poucos países que está diminuindo a dívida em relação ao PIB. Fechamos 2011 com 36,5% do PIB. Portanto, o Brasil deve menos. O Estado brasileiro deve menos e nós sabemos que quem está menos endividado tem um poder de barganha maior, tem mais condições de enfrentar dificuldades.

Passemos adiante.

Os senhores podem ver que, no primeiro semestre do ano, os índices do IPCA mensal estavam, a partir de janeiro, 083, 080, 079, ou seja, em um patamar mais elevado. O Banco Central tomou várias medidas de restrição de crédito, encarecimento, etc., e, no segundo semestre, nós já temos taxas em um patamar mais baixo. Inclusive, ali já estão janeiro e fevereiro deste ano. Se compararmos janeiro e fevereiro deste ano com janeiro e fevereiro do ano passado, veremos que a inflação já está em um patamar menor. Portanto, podemos dizer que a inflação já está controlada no País, o que dá mais possibilidade de ação do Governo na política monetária e na política fiscal.

Passemos adiante.

As taxas básicas de juros, no primeiro semestre do ano passado, para enfrentar esse problema inflacionário, subiram. Depois, no segundo semestre, a partir de agosto, as taxas caíram e hoje, há dois dias, o Banco Central fez uma nova redução da taxa Selic. Portanto, o Brasil caminha para taxas de juros de patamares mais – vamos chamar assim – normais, mais semelhantes a países parecidos com o Brasil.

Passemos adiante.

O setor agrícola foi muito bem no ano passado. Tivemos um novo recorde de safra agrícola: 163 milhões de toneladas de grãos, o que significa que o Brasil vai bem em *commodities*.

Pode passar adiante.

Isso nos ajuda a ter um bom resultado comercial. É claro que nós preferiríamos ter tido um desempenho melhor na indústria, na exportação. Temos um saldo comercial fundamentalmente obtido com a indústria. Mas como a indústria vive um período particularmente difícil, nós temos que aproveitar e nos valer das *commodities*, que são competitivas no Brasil.

Com isso, no ano passado, nós fizemos um *superavit* comercial de US\$ 29,8 bilhões. Portanto, mesmo com as dificuldades da economia internacional, nós fomos bem no comércio exterior, no ano passado.

Passemos adiante.

Aumentamos as reservas em mais de US\$ 60 bilhões entre 2010 e 2011. Isso nos dá um lastro bom para eventuais problemas cambiais. O Brasil tem reservas elevadas, nunca esteve em um patamar tão elevado.

Passemos adiante.

A má notícia é que, em 2012, a economia mundial vai desacelerar, ou seja, mesmo as soluções que estão sendo dadas para os problemas da economia internacional que estamos vendo, como o equacionamento da dívida da Grécia, o equacionamento da dívida soberana dos países europeus: Itália, Espanha, etc., mesmo assim e fundamentalmente, a partir das políticas fiscais que estão sendo praticadas nesses países, a economia mundial vai desacelerar em 2012. Não só os países avançados terão um crescimento menor, como também os países emergentes serão afetados por essa desaceleração da economia mundial e terão também um crescimento menor. Vejam ali as curvas de crescimento da economia mundial: em 2010, foi 5%; em 2011, já caiu para 3,8%; em 2012, espera-se que seja 3,1%. Mesmo em países como a China e a Índia, que, em geral, são pouco afetados pelos problemas internacionais, suas economias também estão desacelerando. Portanto, há uma desaceleração mundial da economia.

Passemos adiante.

Uma das estratégias principais – talvez a maior e a única estratégia - dos países avançados para enfrentar suas crises é a expansão monetária. Eles estão praticando políticas de forte expansão, de emissão de dinheiro, nos Estados Unidos, na União Europeia, no Reino Unido, no Japão. Todos os países estão emitindo recursos com taxas de juros muito baixas. Essa é a principal estratégia desses países para enfrentar a crise. De fato, essa estratégia impede que os bancos

quebrem, porque vai dinheiro para os bancos, porém esse dinheiro não chega às mãos do investidor e do consumidor e, portanto, não recupera a economia. Essa estratégia é necessária, digamos, mas não é suficiente para permitir uma recuperação das economias, porque não há política fiscal que estimule a retomada do crescimento. Muito pelo contrário, a política fiscal que eles estão fazendo é uma política de ajustes, ajuste da dívida, redução de gastos, de investimentos, de salários. Tudo isso pode até melhorar as contas públicas, mas diminui o nível de atividade. Alguns países estarão em recessão em 2012 por causa disso.

Nós sofreremos as consequências dessa política monetária expansiva, porque vai sobrar dinheiro para os países emergentes mais sólidos. Virá recurso especulativo tentar ganhar dinheiro aqui. Como as taxas de juros lá são muito baixas – a remuneração é 1%, 1,5%, 2% -, eles vêm aqui buscar as nossas taxas que são 9,75%, vêm buscar negócios que existem no Brasil. Portanto, seremos alvos desse fluxo de capitais liberados pelos bancos centrais dos países avançados. Tomaremos as medidas para que isso não nos atrapalhe.

Passemos adiante.

Essa situação de 2011 e 2012 estabelece desafios para o Brasil em 2012. Como vimos, apesar de ter sido um ano difícil na escala mundial, o Brasil sai fortalecido de 2011, sai com condições de enfrentar esta crise em 2012 até com resultados melhores que os que tivemos em 2011. Agora, para isso, é preciso que haja uma ação muito forte do Governo, do Congresso, do setor privado, de todos os brasileiros para que possamos atingir esses objetivos.

Em primeiro lugar, o primeiro desafio: investimentos em infraestrutura. O Brasil tem de continuar aumentando os investimentos em infraestrutura, porque temos de reduzir os custos de logística. Tem de se aumentar a oferta, porque as nossas exportações e importações são cada vez maiores. O nosso movimento de comércio já atinge cerca de US\$500 bilhões por ano. Isso significa necessidade de portos, ferrovias, aeroportos, estradas. Então, temos de continuar aumentando a oferta disso.

Segundo, temos de reduzir o custo dessa logística, reduzindo o custo dos portos, ferrovias e aeroportos, para que as empresas brasileiras possam ser competitivas.

Temos de reduzir os custos de energia, energia elétrica, gás e petróleo.

Então, todos nós temos de estar empenhados para que isso se verifique.

Passe adiante.

O Brasil tem um grande programa de investimentos que já está em curso. Nos últimos anos, a taxa de

investimentos sobre o PIB era de cerca de 16%. Nós conseguimos chegar a algo em torno de 19%. E para atingirmos uma taxa ideal, temos que caminhar para algo como 24%. Este ano deveremos passar dos 20% com o percentual do PIB e temos que continuar, mas, para que isso aconteça, é preciso – passe adiante – que anualmente haja um crescimento da formação bruta de capital fixo e que ela seja maior do que o crescimento do PIB.

Ano passado, a formação bruta ou o investimento cresceu 4,7% no ano e, para este ano, o nosso desafio é um crescimento de 10,8%, como está colocado ali no gráfico. Para que isso se verifique – passe adiante –, é preciso que todos os programas que estão em curso se verifiquem.

O nosso PAC, que em 2012 possui R\$42,5 bilhões de recursos, tem que se viabilizar. Nós colocamos o recurso à disposição. Além disso – passe adiante –, nós temos o Minha Casa Minha Vida, que é o maior programa habitacional que já fizemos no País. Tem mais de R\$40 bilhões também para 2012 e tem que viabilizar todo esse investimento.

Passemos adiante.

Nós temos ainda os investimentos para a Copa do Mundo, que deverão perfazer R\$33 bilhões até 2014. Já estão em curso e têm que manter um ritmo elevado.

Passemos adiante.

Nós temos as concessões dos aeroportos, que foram, estão se verificando agora e deverão ajudar também nesse esforço.

Passemos adiante.

Bom, o outro desafio importante é que o Brasil continue mantendo um mercado consumidor dinâmico. Hoje o Brasil é um dos países que têm um dos melhores mercados consumidores, crescendo a taxas como as que os senhores estão vendo ali. Até 2010, esse é o crescimento do consumo varejista, que vinha alcançando uma média de quase 9% e, em 2011, cresceu um pouco menos, cerca de 6,5% e 7% e nós temos que continuar tendo essa taxa de crescimento do comércio.

Passemos adiante.

O aumento do salário mínimo foi importante este ano. Deverá injetar mais de R\$50 bilhões de recursos na economia brasileira, portanto, estimulando o crescimento.

Passe adiante.

Nós temos a consolidação da classe média como a classe dominante no País. Nós podemos ver, de 1998 até 2001, como se dá uma redução das classes D e E. Isso aqui é família, porcentagem de domicílios. Há uma redução da D e E e um aumento dos domicílios considerados da classe C. Esse é um segmento de 100

milhões de habitantes que tem capacidade de consumo e, portanto, de estimular a economia.

Passe adiante.

A desigualdade, no Brasil, está diminuindo e queria dizer que é um dos poucos países onde isso está ocorrendo, porque, na maioria dos outros países, a desigualdade está aumentando. O índice de Gini mensura exatamente isso. Mesmo em 2012 – esses dados são de 2011, na verdade –, está havendo uma diminuição da desigualdade, o que significa que os brasileiros mais pobres estão tendo a sua renda crescendo mais rapidamente do que a dos brasileiros mais ricos. Todos estão tendo aumento de renda, porém, os mais pobres estão tendo um crescimento mais rápido do que o aumento da renda dos mais ricos.

Passemos adiante.

Isso se deve também à ampliação do crédito. O crédito tem que continuar se ampliando no País nestes anos e nós temos que continuar reduzindo o custo financeiro. Nós chegamos ao final de 2011, início de 2012, com R\$2 trilhões de crédito no sistema financeiro nacional.

Passemos adiante.

O crédito que está aumentando muito é o habitacional, o que é saudável para a sociedade e significa que a população já está consumindo alimento, bens de consumo, está adquirindo carro, geladeira, televisão. E agora está adquirindo a casa própria. Então, o que mais cresceu foi o financiamento habitacional. Mais essa necessidade da população brasileira estará sendo atendida nos próximos anos.

Passemos adiante.

Temos os desembolsos da Caixa para isso. Vêm aumentando. A Caixa não é o único, mas é o maior financiador de habitações no País. Não tem nada a ver com o Minha Casa Minha Vida, habitações para quem pede financiamento para a Caixa. Nós temos números de R\$70 a R\$80 bilhões de desembolso por ano, emprestados pela Caixa para quem quiser adquirir a casa própria.

Pode passar adiante.

Bom, nós ainda temos vários desafios na área social. Embora tenhamos avançado – a pobreza está diminuindo no Brasil –, nós ainda temos um volume importante de pobres, cerca de 12%, que devem ser reduzidos. Então, as desigualdades regionais devem continuar diminuindo, e, portanto, há necessidade de continuarmos ampliando os programas sociais.

Passemos adiante.

Os programas sociais continuam se expandindo. Esse é o Minha Casa Minha Vida. Os desembolsos Minha Casa Minha Vida continuam se expandindo, com efeitos reconhecidos.

Passemos adiante.

Nós temos o Brasil Sem Miséria também, com vários programas aí, ajudando o Minha Casa Minha Vida nessa erradicação da miséria.

Passemos adiante.

A educação também é uma arma poderosíssima para redução da pobreza e para dar oportunidades aos brasileiros. Os senhores podem ver que, de 2002 a 2011, nós triplicamos os recursos orçamentários para educação. Sessenta bilhões contra R\$18 bilhões em valores reais, não nominais; valores reais já deflacionados. Portanto, é muito importante que continue havendo esse avanço nos gastos com educação.

Passemos adiante.

Políticas de saúde. A saúde duplicou os seus recursos de 2002 até agora, em termos reais.

Passo adiante.

A diminuição da pobreza é flagrante, assim como a redução da desigualdade. Mesmo entre os Brics... Porque os países avançados eu dou de barato. Os países avançados hoje estão concentrando renda. Os detentores de riqueza hoje, os 1% mais ricos estão ganhando cada vez mais; e os mais pobres, menos. Mas eu estou comparando aqui com os Brics, que são os países que têm condição social melhor. Mesmo entre os Brics, os senhores podem ver que o Brasil é o país onde os mais pobres têm aumentos mais expressivos de renda que os ricos. Portanto, no Brasil não há a concentração de renda que há mesmo nos Brics.

Passemos adiante.

Do ponto de vista da política fiscal, nós temos o desafio de continuar nessa trajetória de solidez fiscal, que já começou desde 1999, continuando a fazer superávit primário, continuando essa relação entre o fiscal e o monetário. Uma solidez maior fiscal permite a redução da taxa Selic mais rapidamente. Nós temos que continuar diminuindo a dívida pública com o percentual do PIB e continuar a reduzir tributos e desburocratizar o País.

Passemos adiante.

Entre os outros desafios, nós temos sempre que buscar manter a inflação sob controle. A inflação é uma questão de honra para o Governo. O aumento da inflação prejudica a população brasileira. Portanto, devemos buscar sempre as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, perseguidas pelo Banco Central.

Passemos adiante.

Nós temos que enfrentar hoje as dificuldades do setor industrial. O setor industrial brasileiro é o que mais está sofrendo a crise mundial. A crise mundial que começou em 2008 até agora não arrefeceu para o setor manufatureiro. O setor manufatureiro...

Parece que está havendo uma segunda sessão ali, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – O setor manufatureiro é o setor que mais sofre o encolhimento dos mercados mundiais. O setor de manufaturas não se recuperou de 2008; ele está encolhido. Isso faz com que os países que normalmente dependem das exportações para aumentar o seu PIB...

Os países asiáticos todos dependem muito de exportações, mas, além deles, há a Alemanha, o Japão e vários países avançados também dependem de exportações e estão todos desesperados para saber onde colocar seus produtos. Isso se traduz numa concorrência predatória. Eles vão buscar os poucos mercados que têm se expandido. O Brasil é um caso de mercado dinâmico, que está sendo ambicionado pelas exportações desses países todos. Então, isso causa um déficit comercial ao setor industrial brasileiro, ou seja, nós importamos mais manufaturados do que exportamos, e nos leva à valorização cambial do real, que coloca nossos preços mais altos do que os preços dos importados.

Passemos adiante.

Eu queria mostrar que essa situação não é nova. Essa situação das dificuldades da indústria não é nova e é generalizada. Os senhores estão vendo ali que desde 91 os países desenvolvidos mais a América Latina, mais a Europa emergente estão diminuindo a participação do produto industrial no seu PIB, enquanto a única região onde isso está aumentando é na Ásia. Na Ásia está aumentando a participação da produção industrial no PIB. É claro que a Ásia usa mão de obra muito barata, não há direitos sociais, previdência, etc, há muitos subsídios. Há uma série de instrumentos utilizados lá que nos levam a essa situação.

Vejam os senhores: essa situação ocorre antes mesmo da crise. Ela se agrava com a crise.

Passemos adiante.

Com a crise, então, há um travamento dos mercados e leva o Brasil a essa situação. Vejam: a parte vermelha são as exportações de manufaturados ano a ano, a parte azul são as importações. Se nós pegarmos 2006, veremos que em 2006 havia um equilíbrio entre importação e exportação; o saldo era praticamente negativo. A partir de 2007/ 2008, principalmente com o advento da crise, nosso déficit comercial vem se ampliando e está estimado, em 2012, em 94 bilhões de déficit, ou seja, nós vamos importar 186 bilhões de manufaturados e exportar apenas 92 bilhões.

Portanto, esse é um problema que temos de enfrentar e um problema difícil de enfrentar porque ele tem a ver com esse cenário mundial de desespero.

Passemos adiante.

É em função disso que o Governo põe em prática medidas de defesa comercial. A principal medida de defesa é a administração do câmbio. Somos partidários do câmbio flutuante, porém, não podemos fazer papel de bobos e nos deixar levar pela manipulação cambial que está sendo praticada nos países avançados, seja pelas políticas de expansão monetária, seja...

Há países que, na verdade, já praticam essa manipulação há muitos anos, mas, quando era um ou outro país, isso ficava diluído. Por exemplo, a China administra o seu câmbio pelo menos há vinte anos e mantém o câmbio desvalorizado. Para quê? Para baratear suas exportações. Até os Estados Unidos têm um contencioso com a China. Os Estados Unidos vivem brigando com a China. Dizem que eles não deixam valorizar a moeda chinesa e, com isso, perdem competitividade, e os Estados Unidos são o país com maior déficit comercial com a China.

Então, era um problema mais limitado, mas que se generalizou na medida em que vários países adotaram política de expansão monetária que faz com que suas moedas se desvalorizem. Quando, por exemplo, o FED, o Banco Central americano, emite muitos dólares, a moeda americana é ofertada e, portanto, perde valor no mundo. Quando o Banco Central europeu emite – como emitiu recentemente – um trilhão de euros, esse montante vai para o mercado e a moeda tende a desvalorizar.

Então, há uma briga entre eles – eles querem desvalorizar as suas moedas – e essa briga acaba refletindo em nós, porque nós também sofremos a nossa valorização.

Em função do desespero, temos tomado medidas para coibir as fraudes, colocando cada vez mais produtos na chamada linha cinza da Receita. A linha cinza é aquela em que, havendo suspeita de fraude, as empresas são obrigadas a fazer uma declaração de que há fraude naquele setor e a Receita coloca na linha cinza e não deixa entrar mercadoria sem um exame aprofundado dos produtos que estão entrando.

Nós estamos iniciando processos de salvaguardas de indústria que sofre prejuízos nítidos por parte da concorrência estrangeira que está fazendo *dumping*, reduzindo preços que levam essa indústria a encolher. Então, estamos iniciando vários processos de salvaguarda que são aceitos na OMC. Nós não queremos violentar os princípios da livre concorrência. Nós somos favoráveis à livre concorrência, mas não podemos

concordar que haja subsídios disfarçados ou que fraudes sejam cometidas e prejudiquem a nossa situação.

Então, estamos aumentando os grupos de inteligência da Receita, do Ministério do Desenvolvimento, cadastrando importadores, enfim, de modo a coibir parte desses problemas, dessas fraudes que estão sendo cometidas. Mas não é fácil, não é uma luta fácil, porque há uma enxurrada de mercadorias de vários setores que entram no Brasil.

Segue adiante.

Este é o volume de recursos monetários injetados pelos países avançados. Os senhores podem ver em bilhões de dólares. Já chegaram a mais US\$ 9 bilhões, em um período relativamente curto.

Passemos adiante.

Em função dessa questão cambial, que é uma das fundamentais, porque se há, digamos, uma valorização cambial hipotética de 30%, 40%, você está causando uma desvantagem para os produtos brasileiros de 30% a 40%. Então, entra uma mercadoria de fora com um preço 30%, 40% menor e disputa em situação de superioridade com o mercado brasileiro.

Essa questão cambial é muito importante e, em função disso, o Governo, por um lado, tem buscado convencer os nossos colegas no G20, os outros países, a não praticarem essa política ou Então, combiná-la com medidas que absorvam esse excesso de liquidez.

Enquanto não somos atendidos, temos tomado medidas que coíbem esse excesso de valorização. Eu não vou repetir, porque os senhores já estão familiarizados com várias delas, só mencionarei algumas tomadas mais recentemente.

Há dois dias, tomamos uma medida que cobra IOF para a tomada de empréstimo no exterior abaixo de cinco anos. O que está havendo é que bancos e empresas, tendo em vista a liquidez que existe lá fora e as taxas de juros muito baixas que lá ocorrem, estão tomando créditos emprestados. Então, nós estamos cobrando 6% de IOF de quem toma empréstimo abaixo de cinco anos. De modo que, quem quiser tomar empréstimo, tome empréstimo acima de cinco anos, que são empréstimos de longo prazo, são saudáveis, são para investimentos, mas coibindo empréstimos de curto prazo, que trazem dinheiro para o Brasil, trazem dólares e pressionam a valorização da nossa moeda. Tomamos várias medidas, estão todas aí, para que os senhores possam avaliar.

Passemos adiante.

A eficácia dessas medidas é inequívoca. Se nós não estivéssemos comprando o volume de dólares que estamos comprando nos últimos anos para chegarmos aos 355 bilhões, se nós não estivéssemos tomando essas medidas que diminuem a rentabilidade

das operações de arbitragem, de *carry trade*, nós já estaríamos hoje com o câmbio em R\$1,40 ou até menos do que isso. Se o Brasil estivesse com o câmbio a R\$1,40, toda a indústria brasileira já estaria quebrada, não teria condições de competitividade, não conseguiria exportar nada e não teria competitividade com as importações, que entrariam numa escala ainda maior do que a que está entrando.

Só para ver o efeito dessas medidas no período mais recente, os senhores podem ver que, em janeiro de 2011, o câmbio estava a R\$1,65. Já tinha estado mais baixo do que isso. Chegou a R\$1,55. Ficou neste patamar: R\$1,65. No segundo semestre do ano passado, nós aumentamos, com as medidas que foram tomadas. Portanto, o câmbio mudou de patamar, e hoje nós estamos com o câmbio em torno de R\$1,80. Essa é uma situação um pouco mais favorável às exportações brasileiras e à sobrevivência da indústria brasileira no Brasil. É claro que isso é necessário, mas não é suficiente. Outras medidas ainda têm que ser tomadas, e o Governo tem tomado medidas para fortalecer a indústria brasileira.

No ano passado, o programa Brasil Maior: desoneração, aumento de financiamento, redução de custo financeiro. A todo momento, estamos tomando medidas que dão um respaldo maior para a produção brasileira.

Passemos adiante.

Existem várias reformas em curso. Fizemos várias reformas, mas ainda há várias em curso no País que dizem respeito ao Congresso porque estão tramitando aqui com os senhores. É uma agenda que pode ser completada com outras reformas que os senhores venham a sugerir. As mais importantes são aquelas quatro mencionadas ali.

O ICM interestadual, uma homogeneização maior do ICM interestadual, porque, hoje, a guerra fiscal está recrudescendo e está dificultando o relacionamento entre os Estados. Vai acabar no Supremo. Nós temos a Resolução nº 72 para coibir estímulos que estão sendo dados à importação de produtos. É muito importante que a aprovemos. Nós temos o Fundo de Previdência Complementar, aprovado na Câmara e que vem, se já não veio, ao Senado, que é muito importante para dar uma solidez ao setor previdenciário brasileiro, no longo prazo, para impedir, por exemplo, que aconteça o que tem acontecido nos países avançados, que estão mudando as regras do setor previdenciário porque elas não suportam aquilo que foi estabelecido. E a desoneração da folha de pagamentos, que vai continuar. Nós já começamos, numa escala pequena, a fazer isso no Brasil Maior, e vamos retomar a desoneração da folha de pagamentos, porque eu acho que isso é muito importante para a competitividade da produção brasileira.

Sr. Presidente, eu acho que já me estendi demais e paro por aqui. Estou à disposição dos senhores para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega, pela brilhante exposição, trazendo temas que serão discutidos especialmente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a palavra para o primeiro orador inscrito. Vamos intercalar os partidos, que é o ritual que seguimos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Vou ser rigoroso no tempo, porque estão inscritos 19 Senadores. Portanto, vou ser muito rigoroso no tempo. Do contrário, esta reunião vai até a meia-noite. Eu passo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, por gentileza, qual é o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O tempo para a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como eu li aqui, o interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica se assim for o entendimento. Eu vou ser rigoroso no tempo porque nós não podemos estender esta sessão até o infinito.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, primeiro Senador inscrito, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente Delcídio, Sr. Ministro Mantega, eu poderia começar perguntando sobre o insucesso das previsões de V. Ex^a relativamente ao crescimento econômico do País, previsões sempre anunciadas com grande ênfase, mas sem a confirmação esperada. E há uma coincidência, porque os números da realidade estão sempre aquém dos números previstos por V. Ex^a. Certamente, implica dizer que o País desperdiça oportunidades preciosas de crescer mais exatamente porque não faz as grandes reformas, embora V. Ex^a elenque uma série de reformas que nós podemos considerar acessórias, já que as reformas de profundidade estão sendo esquecidas pelo Governo, como a reforma tributária e a reforma administrativa, ambas com uma relação direta com o pacto federativo, que tem de ser rediscutido urgentemente, já que há um desequilíbrio brutal em desfavor das unidades federativas, com uma afronta ao princípio da isonomia no que diz respeito à distribuição dos recursos arrecadados. Mas eu creio que outros colegas tratarão desses temas, que são essenciais. A mim cabe a tarefa mais desagradável

de fazer questionamentos certamente incômodos, que justificaram, inclusive, a apresentação de um requerimento para um convite a V. Ex^a a fim de que pudesse dar explicações ao Senado e ao Brasil sobre denúncias que foram veiculadas pela imprensa a respeito de Casa da Moeda, Banco do Brasil, Tesouro Nacional.

Eu vou procurar ser sucinto.

Em relação às denúncias sobre a Casa da Moeda, ouvimos explicações de V. Ex^a na TV dando conta de que irregularidades foram apresentadas, mas que não foram consideradas relevantes e, por isso, providências não foram adotadas num primeiro momento. Quando da demissão, a declaração também é comprometedor, porque V. Ex^a disse à imprensa que a demissão ocorreu por solicitação partidária; que a nomeação, portanto, teria sido também partidária; que o ex-presidente da Casa da Moeda foi demitido em razão de pressão política portanto.

As indagações são: V. Ex^a não tomou essas providências porque não considerou as irregularidades relevantes? V. Ex^a entende que a composição de uma equipe técnica para uma função eminentemente técnica pode ser indicação política? Isso não desqualifica a função, já que se trata de uma área sensível? Por que só no final de janeiro ocorreu a demissão? V. Ex^a, portanto, não acha temerário eximir-se da responsabilidade da indicação, aceitar essa submissão de ver um nome imposto para ocupar um cargo tão relevante?

Gostaria de saber também se as investigações foram realizadas, se já há resultado de investigações no que diz respeito a essas denúncias; se, quando da nomeação, não houve, por parte da Agência Brasileira de Inteligência, que é responsável pela análise da indicação de servidores públicos, o fornecimento de informações sobre investigações que já existiam envolvendo o nome do Sr. Luiz Felipe Denucci, já que o que se divulgou é que a Polícia Federal já o investigava.

Em relação ao Banco do Brasil, o enfrentamento havido entre grupos diferentes no seio do Banco do Brasil, que, da mesma forma, compromete a eficiência de uma instituição fundamental para o desenvolvimento econômico nacional.

O aparelhamento do Estado que chega na administração direta, indireta, autárquica, fundacional e instituições financeiras relevantes para o nosso desenvolvimento. Se V. Ex^a, como Ministro da Fazenda, não se sente incomodado com esse aparelhamento, muitas vezes o interesse político se sobrepondo ao interesse da eficiência técnica da qualificação profissional no exercício dessas atividades. Se foi aberta alguma investigação para apurar o vazamento de informações sobre a compra do Banco Postal pelo Banco do Brasil, em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro, por favor, concluindo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou correr mais do que o Ayrton Senna aqui, mas, infelizmente, só mais um instantinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Portanto, a investigação para apurar o vazamento de informações sobre a compra do Banco Postal. O caso é grave. Alguém se apoderou e divulgou criminosamente dados bancários sigilosos. Isso nos faz lembrar da quebra de sigilo bancário de um caseiro, que produziu a queda de um importante Ministro da Fazenda. A imprensa noticiou também que a Presidente Dilma pediu a V. Ex^a resolver essa questão do Banco do Brasil, e nós não tivemos mais notícias a respeito desse conflito havido. Há, portanto, uma história de vazamento de dados, movimentações atípicas em contas bancárias, dossiês, afastamento de diretores. É uma crise que há numa instituição importante, e nós gostaríamos de ouvir de V. Ex^a esclarecimentos a respeito.

O último conflito, Presidente, é no Tesouro Nacional. Consta que há servidores recebendo de R\$33 mil a R\$51 mil, em função da acumulação de remunerações. Isso causa constrangimento no Tesouro Nacional. Se V. Ex^a tem conhecimento disso e se há providências em andamento.

Para finalizar, para não dizer que não falei de outros assuntos mais construtivos, sobre a poupança, se há um receio, na opinião pública, de que o Ministro da Fazenda possa determinar medidas em relação à poupança: tributação ou alteração na remuneração da poupança.

Obrigado, Presidente, pela concessão dos segundos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O segundo orador inscrito é o Senador Suplicy. Cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; prezado Ministro Guido Mantega, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela maneira como tem conduzido a política econômica brasileira, conseguindo, numa circunstância de crise internacional, combinar o crescimento com melhoria na distribuição da renda a erradicação da pobreza absoluta.

Mas, para que possa aprofundar um pouco a sua exposição, faço algumas perguntas.

Primeiro, perguntaria como o Brasil se prepara para eventual desaceleração da economia chinesa; se os preços das *commodities* vierem a cair e vierem a

piorar o nosso balanço de pagamentos, quais seriam os mecanismos que iríamos utilizar.

Segundo, como o G-20 pode contribuir para a recuperação da economia global. O que o Brasil tem afirmado no G-20 em relação à crise internacional, se pode V. Ex^a nos dizer das palavras que ali foram pronunciadas tanto pela Presidenta Dilma quanto por V. Ex^a.

Terceiro, o que garante que, efetivamente, a economia vai crescer em 2012 mais do que em 2011, tendo em conta que a previsão em 2011 era que poderíamos ter crescido mais do que efetivamente aconteceu. Poderá a política fiscal ajudar mais com algumas modificações? E quais elas seriam?

Quarto, se não fossem as ações do governo no mercado de câmbio, mostradas por V. Ex^a, quanto estaria a taxa de câmbio hoje? Um dos economistas mais influentes, que inclusive criou o termo Brics, propôs na imprensa hoje que o Brasil deveria fazer um esforço para que a nossa taxa de câmbio passasse de 1,80 para acima de 2. Será isso viável e em que tempo?

Finalmente, um dos aspectos importantes que acontecem hoje do ponto de vista da competitividade da economia é a forma de transferência de renda que diversos países passaram a instituir dos anos 70 para cá e aumentando significativamente. Refiro-me à transferência de renda como o *earned income tax credit*, o crédito real por remuneração recebida nos Estados Unidos da América, o *family tax credit*, no Reino Unido e diversos outros países.

Coloco uma questão que, se não colocasse aqui, iriam me perguntar: “Mas como não perguntou ao Ministro Guido Mantega?”

Em verdade, como V. Ex^a tem conhecimento, eu avalio que poderemos avançar ainda melhor no aspecto do aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda e um dia chegarmos a uma renda básica incondicional, conforme prevê a Lei nº 10.835 – juntamente com o Então, Ministro Palocci, V. Ex^a e o Ministro Ciro Gomes... No caso foi o Ministro interino, Nelson Machado, que assinou por V. Ex^a, que era o Ministro do Planejamento, e foi sancionada pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004. A perspectiva é de um dia chegarmos a uma renda básica incondicional.

A única experiência no mundo em que, por 29 anos, há um caminho nessa direção, comprovou resultados positivos. Refiro-me ao Estado do Alasca, onde, depois de 29 anos de pagamento de um dividendo igual para todos os seus habitantes, hoje 700 mil, fez daquele Estado o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos, de tal maneira a causar um coeficiente Gini para o Estado do Alasca de apenas 0,40, quando o coeficiente Gini dos Estados Unidos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...é 0,49, dados de 2011.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado pela pontualidade de V. Ex^a, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Delcídio, o Ministro Guido Mantega abordou com muita precisão vários questionamentos que eu pretendia fazer. De modo que desejo apenas, Ministro, cumprimentar V. Ex^a pela exposição, pelo sucesso da sua gestão no Ministério da Fazenda.

Eu vou colocar uma única pergunta. Vai haver agora, nos dias 27 e 28 em Genebra, uma reunião da OMC, onde se vai procurar colocar como prática desleal de comércio, ao lado das salvaguardas e dos direitos compensatórios, o *dumping* cambial. Eu gostaria que V. Ex^a pudesse abordar esse problema. Como o Governo brasileiro pretende conduzir essa discussão do *dumping* cambial?

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, absolutamente objetivo nos questionamentos.

Para concluir este primeiro bloco, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – São três ou quatro?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos fazer quatro. É mais conveniente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Não, três em três.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Ministro Guido Mantega com a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

Em relação ao que disse o Senador Alvaro Dias sobre os insucessos nas previsões, de fato, a previsão para 2011 não foi acertada, e toda vez que se tem uma perturbação inesperada da economia, como tivemos o agravamento da crise, é natural que haja equívocos por parte de todos os analistas, e não só deste que vos fala aqui. Porém, se nós pegarmos o histórico das minhas previsões, desde que me tornei Ministro da Fazenda – posso lembrá-las de cabeça.

Em 2006 – vai fazer exatamente seis anos que estou neste cargo, em março de 2006 – a minha previsão era de que a economia ia crescer 4%, sendo que a maioria dos analistas dizia que ia crescer 2,5%, 2%.

Não sei qual era a sua previsão, se o senhor fazia previsão naquela época.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não faço previsão.

O SR. GUIDO MANTEGA – Felizmente, o senhor não tem que fazer previsão. Mas eu tenho que fazer previsão, para parametrar os dados do Orçamento etc., e foi 4%, exatamente 4%.

No ano seguinte, 2007, a minha previsão era de 5,5%. Confesso que errei, porque foi 6,1%.

No ano seguinte, 2008, a minha previsão era de 5,5% – isso está no PAC. Foi o primeiro PAC em 2007; está lá: 5,5%. Não sei se o senhor está lembrado. E o que aconteceu? Deu 5,1% em 2008. Houve a crise no terceiro trimestre – já começou a perturbar.

Em 2009, erramos fragorosamente porque o PIB foi de 0,3% negativos. Todos nós erramos, mas quem também poderia prever aquela crise internacional?

Com crise daquele jeito, a gente erra mesmo.

Em 2010, erramos para menos, porque voltamos aos 5,5% e foi 7,5%, está certo?

Então, as previsões dificilmente são precisas, são acertadas. Precisamos prever a direção e, mais do que isso, trabalhar em prol. Isso porque quando o Ministério da Fazenda estabelece um parâmetro não é só para fazer uma previsão, como fazem os institutos de economia e tal, mas é também para perseguir. Acharmos que há condições de a economia ir buscar aquele resultado. E aí diz: “Olha, esse é um desafio para nós, e nós vamos atrás”.

Em 2011, novamente tivemos fatores, digamos, excepcionais, uma inflação acima do comum e nós tivemos que dar uma freada na economia por causa disso, porque ninguém gosta de inflação. Tenho certeza de que o Senador também não gosta de inflação alta; ninguém quer inflação alta. Então, nós, no primeiro semestre, demos uma freada e, no segundo semestre, o recrudescimento da crise internacional atrapalhou um crescimento que poderia ser maior. Não fosse o segundo semestre... Todo mundo viu, a Europa ficou próxima de um *default*, e vários problemas. Isso deu uma freada na economia, nas expectativas, e acabamos crescendo menos.

Então, de fato também não previmos.

Agora estou prevendo 4,5% para 2012. É uma boa oportunidade para o Senador anotar e, daqui a um tempo, vai...

Deixei claro ali o seguinte: para atingirmos esses 4,5% temos desafios, que não só para o Executivo, são para o Executivo e para o Legislativo. O Congresso tem que nos ajudar a fazer aquelas medidas que estão lá, fazer as reformas. Sou favorável às reformas. Temos que fazê-las. Fizemos várias: reforma do setor elétrico,

reforma do setor de saneamento, do setor imobiliário. Nada disso estaria crescendo dessa maneira se as várias reformas não tivessem sido feitas. Mas, temos várias outras para fazer.

A reforma tributária é emblemática, e o senhor tem razão. Lembro-me da dificuldade que foi fazê-la no seu governo. É difícil fazer reforma tributária. Já tentei fazer o governo anterior. Quase conseguimos. Não foi possível. Estamos avançando por partes agora a partir de 2012.

Fizemos, na verdade, – estou olhando lá para um Senador que contribuiu muito para isso – a reforma tributária para as pequenas e médias empresas, que é o Simples Nacional. O Simples Nacional é uma grande reforma tributária. Então, tivemos avanços, mas não o que gostaríamos. Não fizemos, temos que fazer, e temos que fazer juntos, porque os senhores fazem junto conosco, e as outras reformas que estão ali estabelecidas.

Quanto às questões da Casa da Moeda, quero dizer o seguinte: não houve nenhuma denúncia de irregularidade, de denúncia formal, concreta, que não fosse investigada pelo Ministério da Fazenda, não só em relação à Casa da Moeda, como em relação a qualquer assunto. Desafio alguém a me mostrar alguma denúncia formal que foi feita e que não foi investigada, e vou dar exemplos concretos em relação à própria Casa da Moeda.

Em 2010, não lembro exatamente a data, vou procurar aqui... Em outubro de 2009, foi feita uma denúncia anônima ao Ministério Público. O Ministério Público acata a denúncia anônima sobre contratos de venda de equipamentos, máquinas, porque, nesse período, a Casa da Moeda sofreu uma grande modernização. Nesse período em que Denucci foi presidente, a Casa sofreu grandes transformações, modernizações, comprou equipamentos, passou a cunhar a nova moeda, essas cédulas novas que temos aí, começamos a vender cédulas para outros países. Portanto, foi feita uma denúncia no sentido de que poderia haver irregularidade em relação a essas compras que foram feitas.

O Ministério Público acatou a denúncia anônima, fez a verificação e, depois de um ano e pouco, arquivou esse procedimento sem ter encontrado nenhuma irregularidade.

O Ministério da Fazenda ficou sabendo disso alguns meses depois. Não ficamos sabendo quando o Ministério Público implantou essa denúncia. Alguns meses depois, foi comunicado que havia isso e o Ministério da Fazenda mandou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional investigar. Começou a investigar e, durante alguns meses, a Procuradoria fez uma investigação sobre o mesmo objeto, porque o Ministério

Público ainda não o tinha arquivado, e chegou à conclusão de que se deveria criar uma comissão de sindicância, que foi criada no início de 2011, para apurar esses mesmos problemas que lá estavam. Até hoje, não se detectou nenhuma irregularidade, nenhuma anormalidade em relação a isso.

Isso é uma denúncia que foi feita, que chegou ao conhecimento, formalizada, e que, portanto, levou o Ministério da Fazenda a tomar providências.

Recentemente, no início de 2012, a *Folha de S.Paulo* fez um artigo, no dia 31 de janeiro de 2012, em que dizia que havia uma denúncia, que haviam sido feitos depósitos na conta, não sei o quê e tal. No dia 2 de fevereiro, o Ministério da Fazenda constituiu uma comissão de sindicância. No dia 3 de fevereiro, a CGU solicita informações sobre essa mesma questão e, no dia 6 de fevereiro, o Ministério da Fazenda faz um ofício para o Ministério da Justiça, pedindo à Polícia Federal investigar essa apuração.

Portanto, esse é o procedimento do Ministério da Fazenda. Não se baseia em boatos, conversas e fofocas, mas em denúncias formais. Havendo denúncia formal, nós investigamos a denúncia formal. E desafio alguém a me mostrar que não investigamos alguma denúncia que tenha sido feita no Ministério da Fazenda.

Esse é um ponto.

Em relação à nomeação e à demissão, quero esclarecer como é que o Ministério da Fazenda faz nomeação. Mesmo quando há uma indicação política e como temos uma base aliada, em todos os países que possuem bases e cujo governo é de coalisão, a coalisão constitui o governo com membros da coalisão. Isso é absolutamente normal. Acredito que nos governos anteriores se fazia da mesma maneira. Mesmo havendo uma indicação de caráter político, passa por um crivo estritamente técnico. Eu não admito nenhum funcionário nos órgãos do Ministério da Fazenda que não tenha a qualificação técnica para cumprir essa função. E vou de novo ao caso do funcionário Denucci. Quem era o funcionário Denucci? Antes do funcionário Denucci, quero lhe dizer que, em 2008, quando houve a saída do anterior Presidente da Casa da Moeda, foram-me apresentados nomes de outras pessoas que poderiam cumprir. Eu recusei três nomes porque não tinham a qualificação técnica exigida para o cumprimento do cargo. Portanto, a qualificação técnica é imprescindível, e não abro mão dela e nunca abri em nenhum cargo das pessoas que estão nomeadas.

Quem era o cidadão Luiz Denucci? Eu olhei todo o *currículo* dele e conversei com ele. Havia trabalhado no Governo Fernando Henrique Cardoso em lugares de responsabilidade, tinha trabalhado na CVM, tinha trabalhado na Susep, tinha trabalhado no Banco Cen-

tral, no Banco do Brasil, tinha trabalhado na Brasilprev, Brasilcap, etc., então, tinha trabalhado em postos importantes, de responsabilidade.

Portanto, ele tinha um bom *curriculum*, e foi por essa razão que eu o nomeei como Presidente da Casa da Moeda. Fez um bom trabalho na Casa da Moeda. Hoje, a Casa da Moeda tem um faturamento muito mais elevado do que tinha no passado e dá lucro. O ano passado, ela deu mais de 500 milhões de lucro. Aliás, eu diria que todas as empresas que estão sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda estão dando lucro, têm um bom desempenho. Ela nunca teve um desempenho como esse. O parque produtivo foi modernizado, compraram máquinas novas, estamos imprimindo dinheiro para a Argentina, para outros países; portanto, do meu ponto de vista, o desempenho foi profissional, foi técnico e foi satisfatório.

Por que ele saiu de lá? A partir do ano passado, começou a haver pressões, começou a haver descontentamentos em relação ao desempenho dele. Aí, vinham alguns parlamentares dizer: “Não, mas ele não está tendo um bom desempenho; há problemas, dizem que ele está cometendo alguma irregularidade”. Eu falei: “Mas cadê a irregularidade? Tem prova? Tem alguma coisa? Alguém formalizou alguma denúncia?”. “Não, ninguém formalizou”. “Alguém vai formalizar?”. “Não tem formalização de denúncia”. “Então, não sei o que está havendo”. De qualquer forma, continuaram aquelas pressões, e aquilo começou a criar conflitos dentro da Casa da Moeda, dificultando o trabalho. Inclusive, o próprio Denucci começou a se sentir incomodado com esse clima, digamos, que foi criado em cima dele. Como ele já tinha completado um ciclo, ele vinha completando um ciclo, tinha plantado as novas máquinas, estavam funcionando, novos contratos e tudo o mais, eu comecei a pensar na sua substituição, que, no final, ele mesmo pediu. Ele tem uma carta, que já foi publicada, em que ele dizia: “Estou incomodando até a minha família, está chato, quero sair”. Nós esperamos completar o ano de 2011, porque a Casa da Moeda é uma empresa, tem um orçamento anual, tem que cumprir metas anuais, tem de fechar o balanço anualmente, e Então, nós esperamos. Já estávamos preparando tudo, inclusive buscando novos quadros, entrevistando novas pessoas, para que ele saísse. Ele ia sair no início de 2012, completado o exercício de 2011. Aí ficamos sabendo que a *Folha de S. Paulo* estava preparando uma matéria que traria denúncias contra o cidadão, denúncias, e aí apressamos sua demissão para que ele pudesse ter a liberdade de responder a essas questões fora da Casa da Moeda. Já ia acontecer isso, antecipou-se um pouco. Ele tem carta de 15 dias antes da demissão, pedindo para sair,

dizendo que ele já estava incomodado com tudo que estava acontecendo, e ele pediu. E assim ele saiu de lá.

Então, não dá para dizer nem que eu atendi a pressões para ele ficar, nem a pressões para ele sair. Ele foi dentro de critérios de racionalidade técnica, de eficiência técnica. Ele teve um bom desempenho. Depois, começamos a ter esses problemas, e todas as questões que foram colocadas foram investigadas, e continuam, porque agora essa nova... Não sei se nós podemos considerar isso uma denúncia, mas, agora, saiu no jornal, é considerado denúncia. Não dá para falar no corredor, “eu acho que não sei quê”, mas quando sai no jornal, a gente tem que investigar. O Ministério Público vai investigar, a Polícia Federal, e nós pedimos que isso ocorresse. Portanto, de nossa parte, as investigações todas serão feitas, levadas até o fim, ao cabo... A Polícia Federal já está no meio. Antes disso, não havia nenhum inquérito da Polícia Federal, não havia nenhum... Se havia, não foi comunicado ao Ministro, porque o senhor sabe como funciona: nós não temos acesso. Eu não estou sabendo. Antes disso, o que havia era uma multa da Receita Federal de um processo antes, lá atrás, de 2003. Antes de ser funcionário do Governo, ele tinha uma empresa privada. É uma multa que ele recebeu, que ele questionou, e está discutindo nos órgãos administrativos. Não foi para o Judiciário, está discutindo...

O senhor pergunta se não foi feita a verificação antes de ele entrar. Foi feita a verificação, apareceram essas questões, que não o impediram de assumir, porque uma discussão com a Receita, se paga ou não paga uma multa... Parece até que ele conseguiu eliminar ou diminuir essa multa, mas eu não posso entrar em sigilo, não posso questionar. Tudo isso foi, digamos, está sendo elucidado. Essa questão está tramitando.

Em relação ao Banco do Brasil, o que eu vejo é uma tempestade em copo d’água, porque nós temos duas instituições absolutamente sólidas. O Banco do Brasil e a Previ são duas instituições sólidas, que têm tido um desempenho excelente. Portanto, as equipes que lá estão têm um desempenho excelente.

Em 2009, quando houve uma contração forte do crédito, o Banco do Brasil teve um papel fundamental: aumentou o crédito, reduziu as taxas de juros... A equipe que está lá é considerada muito eficiente por todos. Ela conseguiu fazer isso e ainda ter um lucro bastante elevado. Ou seja, eu não sei o que se tem a dizer do Banco do Brasil. O Banco do Brasil é uma instituição de sucesso, que disputa com os bancos privados. Ele está em pé de igualdade, não tem nada a dever aos nossos grandes bancos privados, que, aliás, são respeitados no mundo todo. São eficientes e respeitados no mundo todo. Não tem nada a dever. Essa equipe

que está lá é uma equipe eficiente. O mesmo eu digo da Previ. O lucro do Banco do Brasil no ano passado foi de R\$12 bilhões, praticando juros menores, ou seja, no volume e com inadimplência caindo. Quer dizer, todos os indicadores são muito bons, sendo que – não vamos nos esquecer! –, no passado, o Banco do Brasil já chegou a dar prejuízos, prejuízos bilionários, que o Governo teve que cobrir. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Não vamos nos esquecer! Hoje isso é diferente, mudou.

A Previ a mesma coisa. É um fundo de pensão que, há três anos, por ter um super-resultado, não cobra contribuição dos seus contribuintes. Os contribuintes não pagam há três anos pelo resultado que dá.

Agora, apareceram essas fofocas. É uma realidade. Apareceram fofocas. Parecia que tinha gente disputando cargos. Eu não consegui detectar. Confesso que chamei todo mundo: “você está falando desse ou está falando daquele?” “Não, eu não falei nada. Não fiz fofoca.” Também não sei onde queriam chegar, porque não vão chegar a lugar nenhum, porque não é com fofoca que você vai disputar cargo. Quer dizer, não há disputa de cargo porque eles estão sob a nossa responsabilidade e nós não permitimos que isso aconteça.

Agora, causou certa perturbação e nós procuramos enquadrá-los todos. Não se detectaram responsáveis, porque, quando você tem um responsável, “bom, está aqui, foi ele que lançou a coisa”. Então, você vai lá, demite, etc. Mas não se detectou. Senão, teríamos feito.

Agora, o importante para mim é que essas instituições estão funcionando muito bem a serviço da República ou a serviço dos interesses dos contribuintes, dos que fazem parte da Previ.

Portanto, eu não sei que história é essa de investigação sobre o Banco Postal. Não há nenhuma investigação. Pelo que eu saiba, não há nenhuma investigação sobre o Banco Postal. O Banco Postal foi uma concorrência pública, foi disputado pelo Banco do Brasil, pelo Bradesco e por outros bancos. Foram feitos lances públicos e o Banco do Brasil recuperou o Banco Postal. O senhor sabia que há dez anos era o Banco do Brasil que tinha o Banco Postal. Houve uma disputa e ele perdeu. Dessa vez, houve uma nova disputa, e o Banco do Brasil ganhou por uma pequena margem. Se não me engano, são dois bilhões e trezentos, e foram 25 milhões de diferença. Eu não conheço nenhuma investigação sobre isso.

E, finalmente, em relação ao Tesouro, eu desconheço qualquer irregularidade que haja no pagamento de remuneração para os membros do Tesouro. Talvez o senhor possa depois dar-me mais elementos para que eu possa fazer uma investigação a respeito, mas eu não disponho disso.

Em relação à poupança, não temos nada a declarar. A poupança é uma instituição muito importante para o País, para os poupadores brasileiros e, por enquanto, com as taxas de juros que estão sendo praticadas, ela continua se viabilizando e viabilizando aplicações em outros mercados. Então, o Governo não está cogitando, neste momento, fazer alguma alteração na poupança.

Era isso, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, a réplica é concedida?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas algumas observações.

Primeiramente, cumprimento o Ministro, porque realmente não fugiu a nenhuma das questões postas. Isso não é regra; é uma exceção. Por isso, eu o cumprimento. Ele respondeu pontualmente.

Em relação à reforma tributária, num presidencialismo forte como o nosso, eu só acredito em reforma de profundidade se o Governo tomar a iniciativa. Portanto, cabe ao Ministro, juntamente com a Presidente Dilma Rousseff, tomar as providências para que ocorra a reforma tributária.

Em relação à reforma administrativa, evidentemente é muito mais uma questão administrativa; portanto, do Poder Executivo.

Relativamente à questão do Banco Postal, há uma denúncia – eu trouxe isto para que houvesse esclarecimento – de que alguém se apoderou de informações sigilosas, o que, evidentemente, é crime. Por isso, indaguei se houve alguma investigação.

Em relação à Casa da Moeda, V. Ex^a afirma que há investigação, mas, em relação ao Banco do Brasil, nós não podemos considerar apenas fofocas, porque houve realmente quebra de sigilo, uma vez que informações sigilosas do Coaf foram utilizadas. Ainda hoje, se não me falha a memória, vi rapidamente na imprensa que o próprio Governo mandou investigar. Portanto,...

O SR. GUIDO MANTEGA – Posso completar?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

O SR. GUIDO MANTEGA – Esqueci-me de responder isso.

De fato, foi aberta uma investigação no Banco do Brasil para ver se houve quebra de sigilo, se houve vazamento de informações sobre a movimentação daquele Vice-Presidente. Isso é verdade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. GUIDO MANTEGA – Isso foi dado a conhecimento público.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Portanto, não se trata apenas de fofocas da imprensa.

E, aproveitando, rapidamente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concluindo. Em relação à Casa da Moeda, há uma Adin, inclusive da Afrebras, relativa à cobrança de uma taxa de 0,03 a pretexto de manutenção de uma máquina denominada Sicobe, que organiza ou cadastra os volumes de bebidas, o engarrafamento de bebidas, sucos, refrigerantes, etc. Essa cobrança de 0,03 é, de certa forma, sem acompanhamento, sem fiscalização, e esses recursos vão à Casa da Moeda. Isso poderia ser inclusive origem de denúncias que surgiram durante esse período.

Eu estou colocando essa questão que me chegou há pouco – foi o Senador Cícero Lucena que me pediu que a apresentasse, porque ele viajou e não pôde comparecer –, mas o que há de concreto é isto: que se cobraria uma taxa a pretexto de manutenção da máquina, que esses recursos são destinados à Casa da Moeda e que não há uma fiscalização a respeito sobre o aproveitamento desses recursos. Aí se fala na existência de caixa 2.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, se o Ministro tem informação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Ministro, concluindo as ponderações do Senador Alvaro Dias e as respostas em sequência ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Dornelles...

O SR. GUIDO MANTEGA – Gostaria que o Senador me encaminhasse essa denúncia, porque será uma coisa formal...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Faremos isso, Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – ...para que eu possa mandar investigar, porque não tenho conhecimento dessa questão, dessa taxa que o senhor mencionou. Pode ser uma coisa nova, recente. Então, eu gostaria de tomar conhecimento. E lhe garanto que mandarei investigar e lhe darei o resultado, informarei o resultado disso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós vamos encaminhar formalmente, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega, agora para responder às perguntas do Senador Suplicy e do Senador Dornelles.

Só pediria, Ministro Guido... V. Ex^a é convidado. Não posso cometer a deselegância de controlar o tempo de V. Ex^a, mas...

O SR. GUIDO MANTEGA – Serei sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E eu, democraticamente, encerrei as inscrições.

O SR. GUIDO MANTEGA – É que o Senador Alvaro Dias fez um conjunto grande de colocações às quais eu tinha que responder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por isso eu o cumprimentei pela eficiência.

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado.

Senador, meu amigo, Suplicy, no G-20, nós temos discutido muito essa questão da recuperação da economia global. Aliás esse é o tema central das nossas discussões, desde que o G-20 se tornou ativo, no final de 2008, início de 2009. Nós nos entendemos numa série de questões. No início de 2009, entendemos que havia necessidade de subsídios fiscais, estímulos fiscais e tudo mais, mas a partir de 2010, 2011 mudou um pouco. Essa concordância deixou de existir e alguns passaram a se voltar mais para os ajustes fiscais. Então, hoje não há um consenso quanto aos estímulos econômicos que devem ser dados. Diria que os países emergentes têm essa posição mais parecida e todos acham que devemos continuar dando estímulos, embora fazendo os ajustes fiscais necessários. Os países europeus dão uma ênfase muito maior aos ajustes fiscais que são recessivos: corte de salários, corte de direitos trabalhistas, corte de demanda. Portanto não vão recuperar a economia. E o que nós temos dialogado...

O diálogo lá é bom, é importante. Nós nos reunimos pelo menos três vezes por ano e fazemos um diálogo franco e aberto. Então, tentamos convencê-lo de que fazer apenas esse ajuste fiscal não é suficiente. É preciso dar estímulo, estimular a demanda, estimular o investimento principalmente, coisa que nós fazemos aqui no Brasil. Nós fazemos uma política fiscal séria, responsável, mas ao mesmo tempo estimulamos o investimento, etc.

O Brasil tem chance de crescer em 2012 mais do que em 2010, porque uma parte do crescimento a menor de 2011 foi causada pela luta contra a inflação. Até o primeiro semestre do ano passado, nós diminuimos o crédito, nós encarecemos o crédito. O Banco Central tomou as chamadas medidas prudenciais, que exigiam mais capital dos bancos para financiamentos acima de 60 meses, acima de 36 meses aliás, o que inviabilizou financiamentos de 50 meses, 60 meses. Então, diminuíu o financiamento. Aumentou o compulsório, quer dizer, retirou recursos de circulação e aumentou a taxa de juros. De janeiro até julho, a taxa de juros

subiu no Brasil. O Ministério da Fazenda aumentou o IOF para operações de crédito ao consumo também. Então, foram medidas para dar uma segurada, porque a inflação que vinha de fora poderia se implantar no Brasil, e nós não queríamos que isso ocorresse. Mas nós já mudamos essa política. À medida que a inflação foi controlada, no segundo semestre, o comportamento foi o oposto disso. Voltamos atrás na questão das medidas prudenciais, quer dizer, relaxamos um pouco as medidas prudenciais. Então, de novo, você pode dar crédito a 60 meses com menos aporte de capital. Estamos incentivando o investimento, tomando medidas para que o câmbio fique menos valorizado, de modo a dar mais competitividade às exportações brasileiras.

Em agosto, fizemos o Brasil Maior, que aumenta capital de giro para as empresas, financiamento, mantivemos a redução do IPI e fizemos a redução do IPI em vários itens. Então, são medidas tomadas ao longo de 2011 que terão efeitos em 2012. Porque, você sabe, as medidas econômicas não têm efeito imediato. Principalmente medida monetária, que demora seis meses, sete meses. E o Banco Central começou a baixar os juros em agosto; devagar, foi baixando dentro do seu ritmo, mas agora já começa apesar dessa redução do ritmo. Finalmente, começamos 2012 com um salário mínimo que vai para R\$622, 14% a mais. Isso injeta mais de R\$50 bilhões na economia brasileira. Se a gente estava segurando, agora estamos soltando, de forma responsável. Vamos fazer o primário de qualquer maneira, mas a economia já está mais solta.

No final do ano, reduzimos o IPI para a linha branca; houve retomada do consumo, e mais as medidas de defesa comercial, de modo que seja o produtor brasileiro a ocupar este mercado que continua vigoroso. Então, nós temos um mercado vigoroso, situações monetárias mais favoráveis, o governo vai estimular o investimento, há grande confiança no Brasil. Então, investidores que querem fazer investimento no Brasil terão espaço porque o Brasil é um país atraente, e nós não taxamos investimento direto externo.

Então, com tudo isso, vamos ter condições, em 2012, mesmo com a crise internacional, de crescer mais do que em 2011.

Em relação aos programas de renda, o Brasil, o governo tem feito vários programas de renda que visam exatamente esse segmento da população. Não é igual ao programa americano, programa que foi praticado no Alasca, porém, é um programa muito eficaz, e nós podemos ver a sua eficácia em dois indicadores. A pobreza vem caindo de forma forte e está havendo crescimento da classe média. A classe média é a que mais cresce, quer dizer, há uma migração da classe de renda D e E para a classe média. Portanto, há uma

ascensão social do brasileiro. Se não é o mesmo método que o senhor pratica ou propõe, mas é um método que caminha para resultados semelhantes.

Curto e grosso, Senador Dornelles. A OMC está desatualizada em matéria de concorrência comercial. Essa é a verdade. Ela não percebeu essa mudança nos instrumentos de concorrência dos países que vêm usando muito mais câmbio do que no passado porque no passado se usavam mais subsídios diretos, indiretos. É aquilo que a OMC procura fiscalizar, só que os países já estão fazendo hoje um grande subsídio cambial. Para mim, é um subsídio cambial quando você desvaloriza sua moeda em 20%, 30%, isso é subsídio cambial que você está fazendo. A OMC até prevê que se examine isso e se remeta ao fundo monetário, que não tem mecanismo adequado para identificação. Então, temos que criar na OMC esta figura do *dumping* cambial, porque o outro *dumping* já existe, existem várias ações de *dumping* em curso de modo que o Brasil possa ser preservado. De certa forma nós estamos fazendo uma intervenção cambial que já é aceita no mundo todo. O fundo monetário acabou de fazer um relatório dizendo aos países emergentes que é para fazer *dumping* cambial sim; antigamente ele achava que isso era ruim. Então, ele admite isso e está praticando isso. Então, eu diria que nós devemos trabalhar, temos um bom representante na OMC, estamos, cada vez mais, tentando introduzir essa questão. Se nós conseguirmos, será uma grande vitória. Não é fácil, porque a OMC se move lentamente. E, hoje em dia, os grandes países estão todos praticando a guerra cambial. Talvez os Estados Unidos se sensibilizem, porque eles têm uma grande rivalidade com a China na questão cambial, gostariam que a China valorizasse a sua moeda. Talvez tenhamos chance de avançar nesse sentido.

Obrigado, Senadores.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, V. Ex^a me permite uma frase como direito a réplica?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Quero dar o meu testemunho de conhecimento do Professor e Ministro Guido Mantega. Eu o conheço desde os anos 70. Ambos fomos professores na Fundação Getúlio Vargas. Eu quero aqui dar o meu testemunho da seriedade de propósitos, da forma retilínea com que ele combina a sua vontade de conhecer cada vez mais a teoria econômica, a história da economia brasileira e a de outros países, bem como de procurar aperfeiçoar cada vez mais aquilo que todos desejamos para o Brasil.

É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Dornelles. (*Pausa.*)

Os próximos oradores inscritos: Senador Ferraço, Senador Blairo Maggi e Senador Armando Monteiro.

Senador Ferraço, cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Presidente, Senador Delcídio Amaral.

Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em uma de suas lâminas, V. S^a cita como uma de suas principais reformas, ou do Governo, a do ICM interestadual. Esse tema tem sido densamente debatido no Confaz. No Confaz, o Governo tem defendido a mudança de incidência do ICMS da origem para o destino. Quando o senhor fala em ICM ou em reforma do ICM interestadual, V. S^a está se referindo especificamente a esse tipo de mudança? É a primeira pergunta que faço a V. S^a.

Na mesma lâmina, V. S^a trata do Projeto de Resolução nº 72, subscrito e apresentado pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Naturalmente que também essa é uma proposta defendida e sustentada pelo Governo e pela equipe econômica do Governo. Mas eu quero me permitir chamar a atenção de V. S^a, até porque, na condição de relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, que iniciará, creio que em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima semana, audiências públicas fazendo o enfrentamento desse tema. Na verdade, a questão que se deve enfrentar é se tem o Senado competência para, através de projeto de resolução... O sentido é a fixação de alíquotas de ICMS, mas o que se deseja e até o que fundamenta o Senador Romero Jucá é que, na verdade, nós estaremos restringindo a autonomia dos Estados federados em concederem subsídios ou incentivos fiscais ou financeiros.

Em uma leitura rápida da Constituição Federal, em seu art. 155, nós observamos, Sr. Ministro, que esse tipo de mudança tem que ser feito por lei complementar, que exige quórum qualificado e que exige apreciação e manifestação das duas Casas, não apenas do Senado, também da Câmara Federal. Isso está absolutamente bem definido no art. 155 da Constituição Federal, § 2º, inciso XII. Portanto, o tema envolvido, Sr. Ministro, não é apenas de mera calibragem de alíquotas interestaduais para bem dividir as receitas do ICMS entre os Estados e o Distrito Federal; o que se quer é, na prática, utilizar a alíquota interestadual como instrumento para atingir finalidade diversa daquela para a qual foi concebida, ou seja, interferir com a concessão de incentivos e benefícios do ICMS.

Julgo, portanto, oportuno que a equipe de V. S^a possa fazer uma análise detida a respeito desse tema, até porque nós temos um conjunto de jurisprudências

no Supremo Tribunal Federal e nós poderíamos estar incorrendo na judicialização de mais um tema aqui em nossa Casa. Cito inclusive jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Adi 1.247, do Ministro Celso de Mello, que afirma:

“Os princípios consagrados pela Constituição da República em tema de ICMS justificam a edição de lei complementar nacional vocacionada a regular o modo e a forma, como os Estados Membros e o Distrito Federal, sempre após deliberação conjunta, poderão, por ato próprio, conceder e/ou revogar essas isenções”.

A exigência de lei complementar, lei nacional, cujo processo legislativo é mais complexo do que os das leis ordinárias, até porque fico com a impressão, Sr. Ministro, de que se considerarmos aqui estudos da Fundação Getúlio Vargas, que acabam de ser citados pelo Senador Eduardo Suplicy, onde S. Ex^a foi professor e V. S^a também, a própria Fundação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, concluindo, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A própria Fundação Getúlio Vargas atesta o acerto dos incentivos fiscais regionais em todos os quesitos, na desconcentração de renda, no equilíbrio das contas públicas e assim por diante. Ou seja, a nossa preocupação é que como fundamento para o volume de importações e se nós observamos o panorama do comércio exterior brasileiro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do MDIC, nós vamos observar aqui – e já concluo, Sr. Presidente – que o próprio Ministério atesta que o que tem levado à incidência ou à intensidade de importações é o campo e a taxa de crescimento.

Olha o que está escrito na página oficial do Ministério:

Do lado da importação, as compras de matérias-primas e intermediários representam 45.1% da pauta total e as de bens de capital 21.2%, demonstrando que a pauta brasileira de importação está fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva.

Portanto, é a própria indústria que está se valendo da importação para complementação do seu processo industrial. Pois bem, hoje, de 12 a 15 portos no Brasil estão importando. O Estado de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, por favor, concluindo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu vou encerrar, Presidente.

O Estado de São Paulo, Sr. Ministro, que não incentiva, já representa hoje alguma coisa muito próxima a 37% do total das importações do Brasil. Ou seja, vamos impedir que outros 12, que outros 15 portos possam ser atrativos para que somente o porto de

São Paulo possa concentrar atividade em torno do seu movimento. São Paulo não incentiva e já representa aproximadamente 40% de tudo aquilo que nós importamos no Brasil, e o que está sendo importado são produtos que são utilizados pela própria indústria.

Quero chamar a atenção de V. S^a para esses aspectos econômicos, mas quero chamar a atenção para a questão legal da violação ao art. 155, que não permite por resolução alterar-se incentivo fiscal; quero chamar a atenção para o art. 152, que veda esse tipo de discriminação, por procedência ou destino, e quero chamar ainda a atenção para a delegação que se pretende dar ao Confaz, essa sim, prerrogativa exclusiva, específica do Senado Federal em atribuir aquilo que é bem industrializado ou não, até porque – e já encerro de verdade, Sr. Presidente – há ainda, nessa mesma proposta, Sr. Ministro, uma tentativa de se criar uma excepcionalidade para operações com energia elétrica e com combustíveis líquidos ou gasosos derivados do não petróleo.

Eu queria perguntar se V. Ex^a tem conhecimento dessa tratativa aqui, do Senado, e estou aqui pedindo que V. Ex^a possa fazer uma consideração com observações acerca disso.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Eu quero passar a palavra agora ao Senador Blairo Maggi e, depois, ao Senador Armando Monteiro. Pelo adiantando da hora, vou fazer em bloco de cinco, porque, se não, nós vamos... Os próximos serão o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Cristovam Buarque.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Casildo, está encerrada a... Mas sempre V. Ex^a será... V. Ex^a é muito querido aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Não, mas aqui, Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Eu só estou perguntando a V. Ex^a se V. Ex^a pode me informar a ordem da minha fala. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – V. Ex^a é o décimo sexto.

Portanto, com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR - MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, bem-vindo à nossa Comissão. Cumprimento também o Vice-Presidente Lobão Filho; o Líder do PTB, que está à mesa, Senador Gim Argello; as S^{ras} Senadoras e os Srs. Senadores.

Ministro, eu fiz alguns contatos, alguns telefonemas para alguns empresários da área de exportação para sentir o que estão achando das medidas que o Ministério da Fazenda tem tomado nos últimos dias em defesa do câmbio. De maneira geral, as respostas são mais ou menos parecidas com uma que vou ler aqui para V. Ex^a. A resposta é a seguinte:

As medidas que o Governo tomou, principalmente com relação ao exportador, são bastante prejudiciais. O Governo, inicialmente, cobrou um IOF sobre operações em dólar no Brasil de até dois anos, nas linhas 2770 e 4131; depois, ampliou para operações de pré-pagamento no exterior de até dois anos também; e, agora, elevou a regra para operações de até cinco anos. Nós, como exportadores, vamos pagar 6% de IOF sobre as operações, ou seja, na tentativa de conter o especulador, que também traz dinheiro de pré-pagamentos para arbitrar no Brasil, o Governo aumentou o custo de captação do exportador em 6%, mais caro que o próprio custo do dinheiro, deixando as empresas exportadoras com uma única opção de mercado de curto prazo: o famoso e velho ACC. Em última análise, é como se o Governo estivesse forçando as empresas exportadoras a se financiarem com recursos de curto prazo, assumindo o risco de uma crise financeira. Se a crise vier, os bancos não renovarão as linhas de curto prazo, fazendo com que as empresas possam quebrar. Em síntese, quanto maior o prazo, menor o risco das crises cambiais.

Diante desse comentário, eu quero fazer uma pergunta ao Sr. Ministro...

O SR. GUIDO MANTEGA – Ninguém falou nada da subida do dólar?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR - MT) – Não, não. A subida é boa. Só que é como vou dizer logo em seguida também: R\$1,80 a que o dólar foi hoje, com 6%, significa R\$0,11. Então, na realidade, o dólar para o exportador que está buscando esse dinheiro é de R\$1,69. O Governo faz um esforço, sobe o dólar, porém a taxa cobrada faz com que o dólar seja menor para o exportador: ele pega menos reais líquidos na mão.

A pergunta que quero fazer a V. Ex^a é a seguinte. A exemplo do que fizemos no IOF, quando veio a medida provisória para cá, para que o Congresso aprovasse uma cobrança ou uma interferência de até 20%, 25% de IOF, nós negociamos com a Fazenda e deverá estar saindo agora, nos próximos dias - o senhor deve assinar esse decreto, junto com a Presidente Dilma. Uma vez comprovado o recurso usado na exportação, não será devido esse 1% que lá está estabelecido. Então, a minha pergunta é: nós não poderíamos pedir para a Fazenda desenvolver um mecanismo semelhante? Quer dizer, comprovado o embarque da mercadoria,

ao exportador seriam devolvidos os 6%. Cobra-se na chegada do dinheiro, sem problema nenhum, mas, com a mercadoria em cima do navio, com os BLs todos certinhos, a Fazenda devolveria o dinheiro para o exportador. Seria uma forma...

O SR. GUIDO MANTEGA – No PA?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – No BL mesmo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Na tomada.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Na tomada. Quer dizer, eu tomei o dinheiro e vou financiar. No momento em que eu exportar, colocar a mercadoria em cima do navio e comprovar o embarque correspondente do dinheiro que eu estou usando, a Fazenda devolve os 6%. Aí, sim, o dólar seria de US\$1,80 para o exportador e não de US\$1,69, conforme o custo que está estabelecido neste momento. Então, seria essa a pergunta que eu faria ao senhor.

Cumprimento-o pelas r–postas aqui dadas, claras, precisas, sem nenhuma dúvida. É o tipo de resposta de que nós gostamos e que todo o Brasil esperava de V. Ex^a. Encerra-se qualquer crise que havia neste momento pelas nuvens afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

O próximo Senador inscrito é o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Ministro Mantega, eu queria, primeiro, congratular-me com a exposição de V. Ex^a e com a forma como V. Ex^a tratou todos os temas na exposição, mas eu queria ater-me a um ponto que foi destacado na sua fala: a preocupação com o quadro da indústria no Brasil, que é grave, como V. Ex^a destacou. Houve um déficit na balança comercial de manufaturados de mais de US\$90 bilhões no ano passado.

Então, dentre as medidas que podem, no curto prazo, restaurar a competitividade sem que discutamos, por exemplo, uma agenda pró-competitividade que necessariamente é uma agenda de médio prazo, dentre essas medidas de curto prazo, uma medida que sem dúvida nenhuma se impõe é um movimento mais amplo de desoneração da folha de pagamento. E o que se constata é que o Plano Brasil Maior teve o mérito de iniciar esse processo de desoneração, mas ficou reduzido, cingiu-se a três setores basicamente – calçado, curtumes e...

O SR. (Não identificado) – Têxteis.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não. E confecções. Mas esse movimento...
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – E tecnologia, mas eu falo mais da área da indústria para o tratamento da manufatura. Lamentavelmente, setores como o têxtil, o de móveis e o setor de bens de capital não foram contemplados, porque com a tal alíquota compensatória, ou seja, reduzir a contribuição patronal na folha ao preço de se criar uma alíquota sobre o faturamento de 1,5%, esses setores entenderam que, ao final, não ganhariam nada. Então, há a necessidade de recalibrar essa alíquota no faturamento e há uma discussão de que esse patamar se situaria entre 0,8% e 1%, no máximo, para que esses setores tivessem algum ganho.

Então, eu queria ouvir de V. Ex^a, primeiro, uma consideração sobre isso, porque esses três setores estão sendo muito afetados nesse quadro que se abateu sobre a indústria brasileira. O setor têxtil tem um déficit que cresceu em termos geométricos, e o setor de bens de capital também vem sendo fortemente atingido.

A segunda questão, Ministro, segue um pouco a linha do que disse o Senador Blairo Maggi: há um temor de que essas medidas de proteção ao câmbio terminem produzindo um encarecimento do custo das operações internas, sobretudo para as empresas de médio porte. Por exemplo, o ACC já está mais caro, porque há uma pressão sobre essa linha. De outro modo, os bancos se utilizavam muito desse *funding* de linhas externas. Portanto, a maior tributação do IOF vai produzir um encarecimento das linhas, sobretudo para médias empresas, já que as grandes emitem bônus cujos prazos são superiores a cinco anos. Então, como vê V. Ex^a essa questão?

E eu queria também, a respeito do crédito, manifestar a nossa preocupação com a questão dos *spreeds bancários*, algo que se discute há muito tempo, e não evoluímos de forma significativa. Há a questão da desoneração, da redução da tributação sobre o crédito, mas há também questões mais sensíveis sobre a própria concorrência no sistema financeiro.

Para concluir, Ministro, uma preocupação, uma colocação sobre a questão da renegociação da dívida dos Estados.

Eu sou relator do PLS nº 334. Todos sabem que o IGP-DI e as taxas de juros que estão hoje imputadas a esses contratos são absolutamente inaceitáveis, dentro do novo quadro.

Então, pergunto: como V. Ex^a vê essa que – parece-me – é uma questão muito sensível hoje para os Estados?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O próximo inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu queria mudar um pouco a abordagem.

Os esclarecimentos do Ministro quanto a informações, às denúncias relativas à Casa da Moeda, à eventual disputa no Banco do Brasil são muito importantes, mas creio que o eixo da questão – nesse aspecto, quero fazer diferente dos colegas do PSDB – é o debate programático e, nesse sentido, quero me manifestar em relação à exposição do Ministro.

Ministro, na lâmina nº 14, cujo título é Políticas Monetárias dos Países Ricos Inundam de Liquidez os Países Emergentes, V. Ex^a faz uma perfeita análise de que os mercados emergentes – dentre eles, em especial, o nosso – foram inundados por US\$ 8,8 trilhões do total de ativos dos bancos centrais selecionados.

Nessa questão, V. Ex^a não destacou, não especificou, disse que o total desses ativos vai para as economias emergentes, notadamente a nossa. Em virtude da taxa de juros que praticamos, isso, obviamente, deve ser atrativo para esses ativos, mas não há um detalhamento de como esses recursos entram no mercado brasileiro.

No início de 2005, a taxa de câmbio era de R\$ 2,33; em 2006, o Governo isentou de Imposto de Renda os ganhos dos estrangeiros sobre a chamada dívida interna. Sete anos depois, mesmo com a inflação acumulada no período tendo sido bem menor que a inflação norte-americana, a taxa de câmbio está em cerca de R\$1,80.

Já foi dito aqui – não serei redundante – o quanto isso prejudica a indústria nacional. Em virtude dessa valorização do real, há, claramente, um alto ganho por parte do chamado capital especulativo, aquele que migra para os mercados emergentes, notadamente o nosso, em virtude da taxa de juros que praticamos. O próprio Ministério da Fazenda admite isso quando reajusta o IOF. Entretanto, a não tributação de Imposto de Renda nessa taxa permanece.

Assim, pergunto: o senhor não acha que poderíamos acabar com isenção de Imposto de Renda nesse capital que denomino especulativo?

Os capitais estrangeiros, claramente, ganham bilhões com os juros da dívida interna e com a taxa de juros que aqui praticamos, enquanto a maioria dos trabalhadores brasileiros paga 27,5% de Imposto de Renda, esses capitais não são tributados. Essa é a primeira pergunta que faço a V. Ex^a, se já não seria hora de fazermos a tributação desse capital.

A segunda pergunta que faço a V. Ex^a é relativa ao Imposto de Renda – e vou ser breve, porque meu tempo já está se esgotando em relação a isso. Que-

ro citar dados de uma recente reportagem feita pelo jornal *O Globo*, que, nessa reportagem, disse que, no Brasil, quem recebe mais de US\$ 25 mil por ano já está inserido na alíquota máxima de 27,5%. Nos Estados Unidos, para ser inserido nessa alíquota máxima, tem que receber US\$ 120 mil a US\$ 193 mil por ano. Eu pergunto se V. Ex^a não concordaria de que já é hora de adotar medidas mais concretas de redução dos preços dos tributos que pesam sobre os trabalhadores brasileiros.

Não posso deixar de falar desse fantasma, desse fenômeno que alguns chamam de desindustrialização, e eu queria, Sr. Presidente, rapidamente, destrinchar alguns dados sobre o nosso último Produto Interno Bruto, que claramente aponta que alguns setores da nossa economia ganharam: o agronegócio já, destacadamente, saiu ganhando no último balanço do nosso PIB; a indústria da construção civil; a indústria da mineração. Mas, claramente, os ganhos da nossa indústria de transformação, no último balanço do nosso PIB, são de 0,1%.

Então, esses dados dão conta de que nós estamos claramente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... insistindo no caminho da desindustrialização.

V. Ex^a já expôs isso, já foi perguntado aqui pelo Senador Armando Monteiro, mas pergunto a V. Ex^a, objetivamente: quais são as ações concretas de apoio à indústria por parte do Ministério da Fazenda do nosso País?

Por último, só para não dizer que não falei das flores, quero fazer uma última pergunta sobre a questão da crise envolvendo a Casa da Moeda.

V. Ex^a está com os méritos de quem foi demitido da Casa da Moeda. Com tantos méritos, não seria razão para mantê-lo, em vez de demiti-lo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu fiz circular aqui uma cartilhinha, um *folder* que eu junto com o consultor Waldery Rodrigues publicamos seis meses atrás cujo título é “A Economia está bem, mas vai mal”, em que a gente diz que a economia está bem hoje, mas a gente prevê tantos problemas daqui para frente que é possível que ela passe por turbulências como outras estão passando.

A sua apresentação me deixa com a satisfação de ver um Ministro capaz de fazer a economia estar bem. Mas me traz a preocupação, a sua apresenta-

ção, de não ver a preocupação de fazer a economia ir bem ao longo prazo. O exemplo disso é a Projeção nº 30, eu creio, das dificuldades do setor industrial. O senhor coloca quatro, e eu concordo com as quatro: o encolhimento do mercado mundial, a concorrência predatória, o déficit comercial e a valorização cambial. Mas são quatro dificuldades do presente. Eu não vejo, por exemplo, aqui a grande dificuldade da perda de competitividade da economia brasileira.

O Senador Armando Monteiro tocou no assunto, mas, ainda, a meu ver, na visão tradicional da competitividade com base na desoneração – que eu sou favorável e o Senador Armando também –, mas ainda pelo lado dos custos. E, pelo o que a gente vê hoje, a competitividade depende de duas coisas: depende da produtividade dentro do processo de produção e da criatividade da invenção de novos produtos. E, na sua apresentação, muito boa para a economia como ela está, não diz como ela deve ser. E aí vem minha pergunta: o Ministério da Fazenda tem uma posição clara sobre o novo Plano Nacional de Educação e sua repercussão na economia brasileira como instrumento de criação, de criatividade e de produtividade, ou o Ministério da Fazenda deixa que esse assunto da educação seja relegado e nada a ver com a nossa competitividade?

Eu lembro que a Coreia, nos últimos 20 anos, aumentou sua competitividade em 50%. Aliás, a Coreia do Sul aumentou sua produtividade em 60% e a competitividade ainda mais, pelos produtos que ela criou. A China aumentou a produtividade em 50% em vinte anos, e o Brasil, pelos dados que eu tenho tido, aumentou...

O SR. ARMANDO MONTEIRO – (PTB – PE) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Exatamente, Senador Armando, estagnada. Eu ia dizer que aumentou em 50%, mas eu acho que a palavra “estagnada” é melhor.

Com uma competitividade – e eu termino – estagnada, Ministro, nós podemos estar bem, mas nós não iremos bem. Eu não vejo como dar o salto sem o Ministério da Fazenda ter uma posição clara sobre o que vai ser a criação do sistema nacional de conhecimento, que nós não vemos como está sendo criado.

E o II PNA pode trazer a mesma consequência do primeiro – nada! – para a melhoria da economia brasileira como a economia nos tempos do capital conhecimento.

Minha pergunta é a posição do Ministério da Fazenda sobre o II PNA e sua repercussão na competitividade da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega, respondendo aos questionamentos do Senador Ferraço, Senador Blairo, Senador Armando Monteiro, Senador Randolfe e Senador Cristovam.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente. Começo pelo Senador Ferraço.

O Senador Ferraço entra numa seara bastante complicada que é a seara da guerra fiscal, dos problemas do ICMS, problemas de difícil resolução. Nós queremos lidar com duas mudanças no ICMS. Nós achamos que seria um avanço para o País, seria um avanço para a produção, se nós conseguíssemos homogeneizar o ICMS interestadual, de modo a reduzir as alíquotas do interestadual, que isso reduza a guerra fiscal. E se nós conseguíssemos reduzir o ICMS interestadual de importação, porque isso é algo que, neste momento, particularmente, é muito deletério, prejudicial à indústria brasileira. Estabelece subsídios para quem importa e não para quem produz aqui. Dá um subsídio de cerca de 10%.

É claro que isso não pode ser feito a seco, sem ver as consequências nos Estados. Então, a primeira medida: ICM mais para o destino do que para a origem, porque quando você diminui o interestadual, é isso que você está fazendo: aumentando no destino e menos na origem. Isso tem que compensar os Estados que têm vivido um pouco de guerra fiscal, porque não tinham outros instrumentos. E aí o o Governo se propôs a criar um fundo de compensações para esses Estados.

O segundo ponto é o interestadual para importações. Este, a meu ver, é mais deletério, porque a guerra fiscal é feita, hoje, um pouco por todos e no Brasil. Há um pouco de generalização. Mesmo os Estados das regiões mais ricas acabaram adotando e vão chegar a um paradoxo jurídico, porque vão pipocar aí ações de inconstitucionalidade que vão complicar a vida de todo o mundo.

Então, não vejo essas controvérsias jurídicas que o Senador mencionou, embora eu não seja um especialista no assunto. Talvez o Senador tenha mais conhecimento do que eu nessas controvérsias. O que eu sei, como Presidente que sou do Confaz, é que mudanças tributárias, estímulos dados no Confaz que não foram aprovados no Confaz são inconstitucionais e, portanto, sujeitos à ação do Supremo. E, lá no Supremo, já estão ações de inconstitucionalidade que já tiveram provimento, que já foram julgadas contra aqueles que as praticaram. E, se levadas adiante, levarão à criminalização dos responsáveis, dos governadores e dos seus secretários. É bom que isso fique claro.

O que eu tenho tentado evitar é justamente a judicialização. Nós estamos lidando com essa questão há alguns anos. Eu sou Ministro há alguns anos e estou tentando evitar isso, chegar a uma situação de composição, a uma saída boa para todo mundo, porque a União tem que procurar zelar para que todos os Estados tenham uma situação boa, favorável. E nós estamos chegando próximos da judicialização. Já chegou ao Supremo e já tem Adin. Então, me preocupa a judicialização. Não acho uma boa solução.

Eu acho que a melhor solução é a resolução desses problemas aqui no Congresso, aqui no Senado, que é o responsável pelo ICMS, é quem, digamos, legisla sobre isso. Não entendo esses conflitos, não sou especialista, mas temos que olhar, nós deveríamos agilizar a resolução dessa questão, a Resolução 72, de autoria do Senador Romero Jucá, que tem chances de prosperar em breve – digo em breve porque nós estamos muito preocupados com a situação da indústria e isso prejudica a indústria.

Existe um manifesto assinado por quase toda a indústria – 37 entidades o assinaram – para aprovar a Resolução 72, inclusive as centrais sindicais. Todas as centrais sindicais são favoráveis a isso.

Portanto, este é um momento em que nós não podemos dar moleza para os importadores. Que os importadores já vêm de fora com uma situação vantajosa perante os nossos produtos, tudo bem! Mas que nós aqui ainda reforçemos isso, vamos dar uma força para importador, não dá.

Por outro lado, reconheço que os Estados que há muitos anos praticam isso têm problemas a serem equacionados. Isso nós reconhecemos. O senador não era senador quando isso foi criado. O abacaxi caiu no seu colo agora, assim nós entendemos, assim como no do Governador Casagrande, com o qual falei ontem à noite a esse respeito e tenho feito várias reuniões.

Então, nós temos que encontrar uma saída para compensar esses Estados, porque eles têm outro caminho. Esse caminho de atrair importações que não serão utilizadas naquele Estado, que são só corredor para ir a outro Estado, até aumenta o custo do produto. E isso não dá para continuar. O Governo é contra isso aí. Agora, nós temos que permitir que o Espírito Santo faça investimentos que compensem. O Estado tem que ter outras saídas, outras vias de escape para isso.

Então, nós vamos marcar uma reunião. Até marquei uma reunião segunda-feira com o Governador Casagrande, porque a União pode conseguir gerar estímulos para que o Espírito Santo possa compensar aquilo que ele vai perder – e o que ele vai perder é só a eventual saída dessas empresas. De arrecadação não vai perder nada, já que não arrecada. Hoje não

arrecada, financia. Mas teremos que dar algumas compensações. Então, vamos mais uma vez discutir isso – não é a primeira vez que nós conversamos sobre esse assunto – de modo a achar uma solução para o Espírito Santo. Santa Catarina também tem o problema e, numa escala menor, Goiás. São esses três Estados que lidam com essa questão.

E a questão da guerra fiscal vai recrudescer, porque eu já vi o Estado de São Paulo entrar com medidas pesadas, recusando-se a aceitar os créditos de ICM que vêm de outros Estados, ou seja, vai ficar feio o negócio. Nós temos que buscar o entendimento, buscar uma composição. E o Governo Federal está aqui para isto: para ajudar.

O Governo Federal nem perde nem ganha diretamente com o ICMS. Não é nosso. Então, nós temos que buscar logo essa composição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente, eu peço réplica. Consulto S. Ex^a se posso fazê-lo neste instante.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com certeza, até para aproveitar a exposição do Ministro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ministro, em que pese evidentemente a legitimidade – e o primeiro compromisso de todos nós que estamos aqui é representar o nosso Estado, até porque o Senado é a Casa dos Estados, é a Casa, enfim, da Federação brasileira.

Em que pese a legitimidade da defesa que faço, como V. S^a disse, de um sistema que existe há 40 anos, confesso a V. S^a que me dá a impressão de que o Governo possa estar mirando numa direção e acertando em outra. Por quê?

De 85% a 87% do que o País importa neste momento são bens intermediários. Em 2011, 16% de tudo o que importamos foram combustíveis, máquinas e equipamentos e insumos. E insumos, máquinas e equipamentos, combustíveis para sustentar o crescimento econômico. Quer dizer, o grande motivador, o estímulo das importações é o crescimento e o câmbio.

Existem estudos que comprovam que, extraindo dessa avaliação o câmbio e o crescimento, os incentivos não representam 1% de tudo o que nós importamos. Vejam o caso de São Paulo.

São Paulo não incentiva. São Paulo, em 2009, importou 50,4 bilhões; em 2010, importou 68 bilhões; em 2011, importou 82 bilhões. Ou seja, de 2009 para 2011, São Paulo, que não incentiva, aumentou de 50,4 bilhões para 82 bilhões.

Então, podemos estar concentrando – e essa é a minha impressão – ainda muito mais essa base econômica no Estado de São Paulo. E não estamos apenas

nos referindo a receitas governamentais. Além das receitas governamentais, essa é uma atividade que implica dinamismo econômico em pelo menos 15 Estados da Federação. Talvez estejamos mirando numa direção, e o que podemos fazer é concentrar ainda mais o crescimento econômico, que já é muito concentrado em alguns Estados, sobretudo da Região Sudeste.

Insisto ainda naquela avaliação que fiz a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estamos muito próximos de consolidar a posição da inconstitucionalidade, como deseja o Governo, através de projeto de resolução. Incentivo fiscal se altera por lei complementar, e não por projeto de resolução.

Além disso, o art. 152 veda discriminação entre produto nacional e estrangeiro por origem ou procedência. O que se atribui aí é alíquota...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, concluindo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...por seletividade, por essencialidade. Isso sim me parece. Mas esse é um debate que teremos que enfrentar, porque me parece – já encerrando, Sr. Presidente, e agradecendo a resignação de V. S^a – que na prática o que nós precisamos é fazer uma diferença entre guerra fiscal e competição fiscal.

A competição fiscal é praticada e admitida pela OMC. O que nós precisamos é de um regramento mais objetivo, concreto e real no Confaz, para que os Estados possam manter as suas autonomias e fazer os seus incentivos, de modo que possamos, com regras, com limites, operar uma desconcentração do desenvolvimento no País.

É a reflexão que deixo para que V. S^a possa fazer com os seus técnicos.

Muito obrigado, Ministro. Muito obrigado, Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Guido... Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por enquanto é Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu gostaria de ser, mas ainda, infelizmente, não sou.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Perdoe-me, Presidente, mas nessa carona aí, o que estou pensando é que nós teríamos, como disse o Ferraço, que selecionar. Há produtos que nós importamos e, se vamos ter 4%, todos eles, nessa proposta... Há bens de capital e produtos que vão agregar valor à industrialização, é uma coisa. Agora essas quinquilharias, os que interferem muito no consumo no Brasil, há produtos que chegam diretamente aqui, Ministro, para

o consumo brasileiro. Quanto a esses, nós temos que olhar, temos que tentar taxar. Essa diferenciação, nós temos que encarar. E acho que Santa Catarina ficaria bem ainda. São maneiras de encontrarmos algum denominador, se não nós vamos partir para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não há nenhuma diferença de produto. Na verdade, se você importar um carro pelo Espírito Santo, você não vai pagar o ICMS. Então, ele fica mais barato. Se importar o automóvel por Recife, por Pernambuco, ele vai custar 10% a mais só porque ele entra por Pernambuco. Está certo? Então, não é São Paulo. Qualquer Estado terá uma desvantagem em relação ao produto. Então, está incentivando, está barateando o produto importado. Isso tem a ver com o câmbio? Não tem a ver com o câmbio. O câmbio é a mais. O câmbio é importante, mas isso também é importante, faz uma diferença de 10%.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas, Ministro, como é que você explica São Paulo não incentivar e um aumento tão grande como esse?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, eu só pediria... Nós temos aqui muitos inscritos, e os outros que estão questionando estão também sendo prejudicados. Pediria... Nós vamos fazer duas audiências públicas, dia 20 e dia 22, pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas o Ministro não virá aqui, e eu não posso perder esta oportunidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas virão pessoas que vão nos ajudar, inclusive, a encontrar essa solução que o Ministro acabou de dizer aqui. Aliás, perdão, dias 20 e 21 – não são dias 20 e 22. Dias 20 e 21, as duas audiências públicas.

Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Respondendo ao Senador Blairo Maggi, é uma luta difícil essa de manter o câmbio num patamar mais favorável para os exportadores brasileiros, no cenário em que nos encontramos. Não é fácil. Melhor seria um câmbio flutuante puro. Então, nós temos muitas vezes que tomar medidas que podem ter algum efeito colateral, como se dizem. É o remédio com o efeito colateral no próprio exportador. Mas, em geral, quando tomamos a medida. Por exemplo, a medida sobre 1% no mercado derivativo. Isso atingiu o exportador que faz o *hedge* natural. É verdade. Então, ele teve um prejuízo. Porém, como isso fez com que o câmbio subisse, ele se compensou. De qualquer forma, nós vamos reparar isso e vamos tirá-lo fora, porque já há um decreto para que ele não

pague nada. Ele vai se compensar o que ele pagou e não vai pagar nada.

Então, o que nós temos que fazer é... Muitas vezes, é difícil separar o joio do trigo. Você dá o tiro, acera o urubu, mas há um gavião passando do lado, e ele também leva um pouco.

Então, quando você restringe a tomada de crédito lá fora ou cobra IOF para o crédito de curto prazo, você pode prejudicar também algum exportador com isso. Então, nós temos que ver como podemos contornar. A gente tem buscado contornar, não deixando de tomar medidas. Se não tivéssemos tomado essas medidas, o câmbio estava 1,40.

Aí você ia ver se já não tinha quebrado, inclusive, o setor de *commodities*, porque não é o setor industrial. O setor industrial já estaria quebrado há tempos. O setor de *commodities* ia quebrar junto. Então, nós não podemos permitir isso. Agora, aperfeiçoar os instrumentos para acertar só aquilo que a gente quer acertar. Mas, muitas vezes, você deve dar um tiro de carabina 12, e alguns estilhaços acabam pegando. E nós vamos corrigindo. Está certo?

Eu sei que medida para pagamento antecipado incomodou alguns. É que está havendo hoje uma mistura. Tem gente pegando pagamento antecipado. Pagamento antecipado é uma das modalidades do exportador. Ele vai fazer uma exportação, ele pega um crédito antecipado. Só que, às vezes, ele fica um ano, dois anos três anos antes de realizar a exportação. É um capital de giro que ele pega. O volume nessa modalidade atingiu 50 bilhões. Aí eu falei: bom, há gente fazendo arbitragem também. Percebe? Então, o sujeito traz o dinheiro para cá, o exportador, legitimamente, traz. Só que, como ele só vai exportar daqui a três anos, ele pega o dinheiro e vai no mercado financeiro. Ele pegou o dinheiro a 1%, 2% e aplica a 9,75% ou sei lá quanto e ganha na arbitragem. É legítimo. Estou dizendo.

Mas temos sempre que buscar, Senador, as operações legítimas, que estão fazendo *hedge*, que estão financiando a produção. E vocês devem nos ajudar nisso, porque, primeiro, se faz a medida. Se não, não sai a medida. Faz-se a medida, e agora vamos estudar como eliminar o efeito colateral.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Ministro, só para complementar: cinco anos é um prazo bastante longo realmente para quem está no processo de exportação no dia a dia. Então, uma empresa normal, como disse o Senador, é muito difícil ela tomar empréstimos com cinco anos, com seis anos. Só uma empresa muito grande, com debêntures, etc....

A grande maioria dos exportadores foram atingidos nessa etapa.

O senhor tem toda razão, alguma coisa tinha de ser feita. Eu anotei no meu celular que no ano passado, no dia 22 de março, o Presidente Tombini esteve aqui e fez uma previsão: o dólar deveria em 1,67 um ano depois. Quase bateu aí se o senhor não tivesse tomado essas providências são relevantes, são importantes, mas precisamos achar uma saída para aquele que está exportando. Caso contrário, podemos ter problemas. Nós queremos emprego, queremos os impostos que isso gera, enfim. Não preciso dizer isso ao senhor, pois conhece bem melhor do que eu esse assunto.

O SR. GUIDO MANTEGA – Nós também queremos a mesma coisa. Então, vamos achar essas soluções para isentar o setor efetivamente exportador, que faz *hedge*, que faz operações não de especulação, para que ele não pague isso.

Então, nós vamos estudar juntos a maneira de fazê-lo.

Temos medidas para baratear o ACC, mas depois, ocasionalmente, eu posso lhe explicar quais são.

Vou me apressar um pouco porque tenho reuniões, inclusive com a Presidenta. É bom que eu não... Senão, vou ter de levar alguns dos senhores lá para dizerem que me seguraram aqui.

Senador Armando Monteiro, a preocupação com a indústria, com os *spreads*... Os *spreads* subiram muito no ano passado também em função das medidas restritivas de crédito que tomamos. Agora estamos num trabalho para que esses *spreads* sejam reduzidos. Eles vão ser reduzidos. O senhor pode ficar tranquilo. Nós também achamos absurdos os *spreads* que são praticados na economia brasileira.

A questão da renegociação da dívida dos Estados também é uma preocupação nossa. O problema é que a solução passa pela lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos estudando para ver se ela não passar...

Como houve aquela consolidação em 1997, estamos tentando estudar uma fórmula porque eu sou totalmente favorável a que nós possamos mudar os indexadores dessa dívida. O IGP-DI com 6, 7,5 e 9 não faz nenhum sentido nos patamares de hoje. Eu gostaria, por exemplo, que fosse Selic.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – O Senador Lindbergh propôs TJLP.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas o Senador Lindbergh é muito mais ousado do que eu. Então, ele já foi na TJLP. A Selic vai convergir para a TJLP, ouviu, Senador Lindbergh? Fique tranquilo! Isso vai acontecer. Então, isso é um objeto de preocupação e nós temos de dar uma solução a isso. Estamos estudando a situação.

Em relação à desoneração...

Eu pulei uma folha.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Desoneração da folha para aqueles três setores.

O SR. GUIDO MANTEGA – A desoneração da folha para mim, hoje, é uma das principais prioridades, dos principais instrumentos, que temos. Por quê?

O que está acontecendo no mundo? O pessoal está reduzindo o custo do trabalho. É assim que eles estão tentando sair da crise. Lá na China, o custo do trabalho já é bem baixinho, assim como na Coreia, etc. E aumentando a produtividade. Nos Estados Unidos, eles estão fazendo isso. Eu citei um exemplo aqui no início da minha fala de como eles estão baixando. Nos países europeus, vai acontecer. A Alemanha, em 2007, baixou o salário de todo mundo. Nós estamos aqui em outro momento. Aqui a gente não pode falar em baixar salário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Exatamente acorrido de cinco anos. Todo mundo está congelando salário. Não é o nosso caminho. É bom dizer porquê, se não, os trabalhadores vão... Não é; o nosso caminho é reduzir o custo e não o salário. O nosso desafio é reduzir o custo. E reduzir o custo é a contribuição do INSS de 20% patronal, porque aí não afeta o salário dos trabalhadores, e garantir a solidez da Previdência, evidentemente.

Então, eu queria lhe dizer que já está... Esta semana, estou me reunindo com cinco novos setores. Nós vamos mexer na alíquota e vamos ampliar. Então, é exatamente aquilo que o senhor está mencionando aqui. Vou mexer na alíquota da forma mais adequada.

Então, aquilo foi apenas um primeiro momento, um aperitivo, um ensaio. Foi um ensaio ali no ano passado. Agora nós estamos mais prontos, temos mais segurança e em breve o senhor vai ver um anúncio em relação a isso. Faremos um anúncio colocando mais setores dentro e com uma alíquota menor. Então, exatamente aquilo que o senhor falou aqui vai ter uma resposta positiva.

Eu acho que vou acelerar um pouco.

O Senador Randolfe Rodrigues fala do *tsunami* de dólares. Quer saber como esses ativos têm entrado. Existem várias portas de entrada. Nós as olhamos todo santo dia. Eu olho todo dia a movimentação nas várias portas. As principais portas são: mercado de renda fixa (aplicação em títulos do Tesouro, etc), mercado de renda variável (aplicações na bolsa), mercado de derivativos, antecipação de créditos para o setor exportador, que é o PA, o chamado PA, depois você tem ACC, que é a Antecipação de Contratos de Câmbio... Nós estamos olhando todas elas para ver.

E você tem simplesmente o saldo financeiro, que é diário. Diariamente, empresas ou instituições

financeiras vendem a sua posição ou compram outra posição. E nós ficamos olhando para ver de onde vem a coisa, porque eles mudam de estratégia. Você taxa uma porta e eles vêm por outra porta. Então, hoje quase todas estão taxadas. E nós não estamos permitindo que venha um fluxo muito grande para cá.

O que nós não taxamos até hoje é investimento externo direto. O investimento externo direto, que, no ano passado, representou US\$67 bilhões de entrada, é investimento, e como o investimento é prioritário para o País, nós queremos que continue vindo investimento. Então, não há taxação.

Tomada de crédito de empresas e banco no exterior. Dessa é que nós aumentamos a taxação há dois dias. Nós estamos estimulando que a tomada se dê a partir de cinco anos, porque aí é longo prazo. No longo prazo, tudo bem, uma empresa coloca uma debênture no mercado internacional, de cinco anos, seis anos, é normal, e aí ela não é atingida. Quem quer pegar dinheiro de curto prazo paga os 6%. É assim que nós temos.

Então, eu posso te dizer que todas as entradas estão vigiadas hoje. Não tem moleza nas entradas. E quando alguma se move, eu vejo... Por exemplo, mercado derivativo. Eu fico vendo posição vendida dos bancos, posição vendida dos não residentes, posição vendida do investidor brasileiro... Todo dia eu tenho todos esses dados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Caro Ministro, só uma questão: em 2006, houve a isenção do Imposto de Renda...

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu vou chegar lá. Vou chegar lá.

Em 2006, foi antes da minha entrada no Ministério, se resolveu atrair investimento estrangeiro para a dívida pública brasileira. As condições eram um pouco diferentes. A dívida brasileira não tinha a atratividade que tem hoje. O Brasil não tinha a mesma atratividade. Queria-se mais estrangeiro na dívida e se eliminou esse imposto de renda. Mesmo assim, não foi um grande fluxo. Hoje, os estrangeiros detêm menos de 10% da nossa dívida. Então, não é que houve um grande fluxo.

Mas o Senador tem razão que nós deveríamos pensar, principalmente se eu começar a ver um movimento grande. É que nós temos uma taxação sobre isso, que são os 6% sobre renda fixa. Se o cidadão quer comprar um título brasileiro que rende 8% ou 9%, ele vai pagar 6% de IOF. Então, ele já não tem essa maravilha de lucro que ele teve.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Ministério, então, pensa em restabelecer o imposto de renda sobre os ativos?

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, veja, eu tenho que mandar uma lei aqui; para Imposto de Renda, tem

que mandar uma lei. Mas se houver um movimento nessa modalidade, Então, vamos cogitar. Não é algo de que estejamos cogitando porque os seis por cento que colocamos já deu uma segurada. Quando começa a haver um movimento, então, essa é uma das possibilidades que estão em cogitação. Estaremos alerta olhando se isto aqui vier a ser importante. Com isso, com essas medidas todas, estamos evitando que haja um grande fluxo, como haveria. No ano passado, para o senhor ter uma ideia, entre janeiro e março do ano passado, entraram 36 bilhões na conta financeira; 36 bilhões em três meses de saldo financeiro. É uma enormidade para o Brasil. Imaginem que, há algum tempo, o Brasil tinha 15 bilhões de reserva; e agora entraram 36 bilhões em três meses. Foi aí que tomamos várias medidas de IOF e seguramos. Então, nós nunca vamos deixar criar uma bolha. Mesmo porque se você deixar... O empresário brasileiro às vezes quer se endividar porque está fácil, está barato, mas, quando muda o cenário, ele pode quebrar. Então, também não é interessante deixar um grande endividamento do banco brasileiro, do empresário brasileiro com moeda estrangeira porque amanhã isso pode desestabilizar o País. Então, estamos bastante vigilantes e essa questão de imposto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero só dizer, ministro, que, em relação a isenção de Imposto de Renda, há um projeto da Senadora Marinor Brito de que sou relator aqui na Casa; e, se for preciso acionar, estamos aqui.

O SR. GUIDO MANTEGA – É bom saber.

Quanto à desoneração, é uma grande pauta tributária que o Brasil vem avançando aos poucos, a gente tem procurado desonerar os produtos de consumo popular, mas temos também procurado desonerar os produtos de investimento porque é muito importante que o País prossiga nos investimentos. Temos corrigido a tabela do Imposto de Renda todo ano, e criamos em 2009 novas alíquotas para os segmentos de renda mais baixa. Então, de fato, diminuimos o Imposto de Renda para o segmento... Havia só duas alíquotas, 15% e 27%; criamos mais duas, de 7,5% e de 23,5%, se não me engano. Então, estamos também nesse caminho.

Mencionou questões da desindustrialização, e aí complementa aquilo que já disse para o Senador Armando Monteiro. A nossa preocupação hoje grande é com a questão do sofrimento da indústria. O Brasil não vai ficar sem indústria, nós não vamos abandonar a indústria, embora nós tenhamos um setor de *commodities* muito forte. País que só tem *commodities* não é um país forte, pode ser momentaneamente forte, mas depois, quando vir o cenário, nós temos que pensar

amanhã, nós precisaremos da indústria porque é a indústria que produz tecnologia.

Essa questão da produtividade, que foi mencionada. A produtividade da indústria foi fraca em 2011, mas em 2010 ela não foi fraca. E o que está acontecendo com a produtividade nos países avançados é muito simples entender. Como eles mandaram um monte de gente embora e eles começam a aumentar a produção, a produtividade subiu. Está certo? Então, eles reduziram o custo do trabalho. Como a produtividade é por trabalhador, em 2010, nós tivemos um aumento importante da nossa produtividade; havia trabalhador trabalhando três turnos. A economia cresceu bastante. Então, a queda da produtividade em 2011 se deu, em parte, por causa da queda da produção. A indústria só cresceu 1,6% em 2011, e essa é a razão. Então, crescendo mais... É claro que temos que reduzir custos, custo de infraestrutura, custo de energia; tudo isto está na pauta do Governo, reduzir custo financeiro, custo tributário, custo de energia, reduzir custo de infraestrutura. Essa é uma pauta permanente do Governo para aumentar a produtividade da produção industrial.

Vou acelerar um pouco.

O Senador Cristovam, meu amigo Cristovam, está preocupado com o futuro, mas eu posso lhe dizer: o que eu quis mostrar aqui, numa exposição limitada, porque não posso falar mais do que meia hora, é que o Brasil continuará a trajetória de desenvolvimento sustentável. Foi distribuída uma publicação mais abrangente sobre aquilo que eu falei para todos os senhores, que fala de desenvolvimento sustentável de 2011 a 2014 e que mostra com mais detalhes por que o Brasil vai continuar crescendo mesmo com essa crise internacional.

É claro, temos de nos preocupar com 2012? Temos de nos preocupar, porque há desafios que dizem respeito aos senhores aqui e a nós juntos, e nós temos de continuar trabalhando. Agora, o Brasil reuniu as condições para que nós possamos atravessar esse período com bastante sucesso, gerando emprego, dando condições melhores de vida para a população, com um mercado interno forte.

Você menciona o Plano Nacional de Educação, que, inclusive, foi reforçado e representará 8% do PIB numa data que não me lembro de cabeça. Mas eu me envolvi nisso, e você deve ter percebido que, na minha apresentação de economista, havia lá gasto com educação e gasto com saúde, e você deve ter reparado que os gastos com educação triplicaram em termos reais desde 2002: passaram de 19 bilhões para 60 bilhões em valores reais. Portanto, é uma prioridade do Governo.

Você tocou num ponto muito importante: avanço tecnológico. Esse, nós estamos atrasados mesmo.

Agora, é um esforço do Governo junto com o setor privado. O setor privado tem de ajudar, porque, nos outros países, se você olhar, o setor privado tem um papel fundamental. Nós temos criado linhas muito baratas de crédito no BNDES, na Finep, e temos de estimular o avanço de produtividade.

Então, está certa sua preocupação, e temos muita coisa a fazer nesse ponto.

Alguém comparou o Brasil com a Coreia. Olhem, eu não creio que a Coreia esteja melhor que o Brasil. A Coreia vai crescer menos que o Brasil em 2012, acho que cresceu 3,5 ano passado. Ela depende muito do mercado externo. De fato, ela tem uma produtividade elevada, mas ela depende do mercado externo. Acho que 40% do PIB dela é mercado externo. Como o mercado externo encolhe e ela não tem para onde entregar suas mercadorias, então, ela está numa situação... E ela não tem uma situação financeira como tem o Brasil. Portanto, o Brasil tem uma condição muito mais sólida do que a Coreia. Onde nós ficamos para trás em relação à Coreia é que, durante 20, 30 anos, ela investiu em educação e tecnologia e está colhendo os frutos disso. Mas isso não é tudo. Mesmo com isso, nós vamos ter um desempenho econômico melhor do que a Coreia nos próximos anos. O Brasil é uma das 10 maiores economias do mundo. Ano passado nos tornamos o sexto maior PIB do mundo e, quanto a nossa taxa de crescimento, entre as 10 maiores economias, somos a terceira que mais vai crescer este ano de 2012. Só vamos ficar atrás da China e da Índia entre as 10 maiores economias do mundo.

Portanto, com todas as dificuldades, estamos indo muito bem – é claro, com todo o esforço que temos de fazer e com a resolução de todos esses problemas que estão sendo levantados aqui pelos senhores.

Então, terminei.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, eu não tenho réplica, mas dois pequenos recados.

Primeiro, Ministro – e não precisa nem de resposta – é que de fato somos a sexta economia, mas não estamos conseguindo pagar o piso de R\$1.451 do professor. Claro que isso não é um problema específico do Ministério da Fazenda, mas de toda a Federação.

Segundo, acho que ninguém aqui pode duvidar de meu compromisso com a educação, mas eu me assusto com a possibilidade de aumentar muito dinheiro para a educação e jogarmos fora. A ideia dos 8%, dos 10% do PIB para a educação só trará resultados se mudarmos o sistema educacional brasileiro. Com esse que está aí, nós vamos jogar dinheiro fora.

Espero que o senhor controle melhor os recursos, não deixando de mandar dinheiro, mas fiscalizando que tipo de gasto nós vamos ter.

O SR. GUIDO MANTEGA – E eu espero que o Senador dê uma contribuição importante para que a gente possa mudar esse modelo, que é nacional e que depende muito de Estados e Municípios também.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, agora vamos para a etapa final da audiência pública.

Estão inscritos o Senador Paulo Bauer, a Senadora Ana Amélia, o Senador Cyro Miranda, o Senador Mário Couto e o Senador Lindbergh. Portanto, passo a palavra agora para o Senador Paulo Bauer por 5 minutos.

São os últimos inscritos, faltando ainda o Senador Walter Pinheiro.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Ministro, V. Ex^a fez uma exposição muito ampla de todas as questões relacionadas ao Ministério da Fazenda e à política econômica do País, e me chamou a atenção a informação que V. Ex^a nos passou sobre instabilidade externa e guerra cambial, que prejudicaram a indústria brasileira de manufaturados. Quando falamos de manufaturados, falamos de mão de obra – está implícito.

Santa Catarina, como V. Ex^a bem sabe, é um dos grandes Estados empregadores de mão de obra feminina na indústria de confecções e também na indústria têxtil. O que se fez no ano passado, com a edição da Lei do Brasil Maior, pretendeu contemplar a indústria de confecções frente à concorrência internacional, principalmente dos produtos chineses, dando a essas empresas a condição de pagarem impostos, especialmente as contribuições previdenciárias sobre faturamento e não sobre folha.

Eu tenho recebido informações do setor, em Santa Catarina, de que aquela providência, aquela sugestão, aquela lei não está contemplando as necessidades do setor, até porque as grandes empresas – setor de confecções – têm o seu próprio contingente de trabalhadores e, quando elas produzem, tanto o PIS quanto o Cofins elas devem recolher ao governo.

Outras empresas menores, que terceirizam essa produção, têm a vantagem de se creditar do valor que a pequena e que a média empresa paga dessas contribuições. Portanto, há uma clara e nítida desvantagem para o grande empregador, que precisa recolher esses tributos, e não tem, por isso mesmo, a condição de se incluir dentre as empresas beneficiadas pelo Brasil Maior.

Naturalmente, tendo em vista essa questão de a empresa manufatureira do Brasil estar perdendo mercado em relação ao mercado mundial, eu diria a V. Ex^a

que precisa o Ministério da Fazenda, efetivamente, no meu modesto ponto de vista, olhar essa questão, dando à indústria nacional algum benefício a mais, para que ela possa efetivamente continuar crescendo. Isso porque, se muitas matérias e reportagens são feitas falando da desindustrialização – e o Governo até pode contestar, porque nos macronúmeros isso não se confirma –, na verdade a indústria de confecções, a indústria têxtil, no Brasil, não está investindo, e faz muito tempo, Ministro. Ela é altamente empregadora, e o meu Estado tem uma triste lembrança. E não é do Governo atual, não é do governo anterior; é de vários governos.

Foi a destruição do setor moveleiro catarinense por conta da questão cambial que não se enfrentou adequadamente. Perdemos emprego, perdemos inteligência, perdemos conhecimento e tecnologias por causa disso, e hoje o setor moveleiro de Santa Catarina não é mais exportador; ele se vale do mercado interno, numa expressão bem menor.

Segundo aspecto que eu gostaria de colocar a V. Ex^a: a Resolução nº 72, aqui muito bem abordada pelo Senador Ferraço, vai trazer prejuízos incalculáveis para Santa Catarina. Eu já fui vice-governador do Estado, já fui secretário de Estado, Deputado Federal por quatro vezes e posso dizer a V. Ex^a... Desculpe, Ministro. Não é pessoal e nem é com relação ao Governo Dilma. Nós, catarinenses, estamos cansados de sermos contribuintes e não termos o retorno.

O fundo que V. Ex^a sugere, ou as compensações, não deve merecer, em Santa Catarina, completa aceitação, visto Lei Kandir, que nos impôs prejuízos dezenas de anos a fio, sem haver compensação pelas exportações que garantimos e asseguramos em favor do Brasil. Portanto, é necessário observar. Eu fui o relator da Lei do Simples quando Deputado Federal. V. Ex^a disse que foi a maior reforma tributária que se fez até hoje nos últimos tempos. Tenho muito prazer em mencionar isso.

Essa Resolução nº 72 vai causar problema, por exemplo, no Simples interestadual. Por quê? Porque lá a tributação é maior hoje do que a proposta no final daquele prazo de escalonamento da proposta do Senador Jucá. Por exemplo, nos fertilizantes, é mais interessante para o usuário, para o produtor rural comprar fertilizantes de um outro Estado, que foi o importador, do que comprar do seu próprio Estado, porque vai ter prejuízo se essa resolução for aprovada da forma como está proposta.

É preciso rever completamente isso, além de se discutir uma outra fórmula que não a simples compensação, porque a União é grande. Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina são pequenos, e o senhor sabe que

os pequenos nem sempre são lembrados, infelizmente, na hora da retribuição ao seu esforço.

Por fim, Ministro, deixo aqui um pedido. No ano passado, por quase três meses, a minha assessoria solicitou audiência ao seu gabinete. Não tive o privilégio e a condição de merecer o atendimento. Por isso, peço hoje diretamente a V. Ex^a. Terei muito prazer em visitá-lo um dia e conversar com o senhor, como contador, como tributarista, como homem de iniciativa privada e de um Estado desenvolvido, para trocarmos algumas ideias e contribuir com o trabalho que V. Ex^a realiza no Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Ministro Guido Mantega, endosso todas as palavras que os colegas Senadores disseram a respeito de sua exposição sobre economia. Começo fazendo-lhe um pedido, um pedido bem simples. Estamos há 40 dias do início da colheita do arroz e, até agora, não foi assinada a portaria de equalização para o arroz. Sem essa portaria, Ministro, não há possibilidade de usar os instrumentos de comercialização do produto, cuja safra começou há 40 dias. No ano passado, em fevereiro, isso já estava definido.

Essa portaria de equalização é assinada pelo seu Ministério da Fazenda e pelos Ministérios do Planejamento e Agricultura. Faço essa solicitação a V. Ex^a agora porque isso não interessa apenas ao Rio Grande do Sul, que é o maior produtor brasileiro, mas também à Santa Catarina, do Senador Casildo Maldaner, e a outras regiões produtoras do País.

Então, como é uma área, como V. Ex^a mencionou, que tem importância, o setor da produção rural, penso que seja relevante.

O senhor disse agora... Aliás, vou primeiro lembrar o que referiu o Senador Francisco Dornelles a respeito da reunião de Genebra e das questões de que o senhor e a Presidenta Dilma falam, que é a guerra cambial.

A China teve, em fevereiro, um déficit comercial de US\$31 bilhões. Isso não vai, de alguma maneira, provocar uma mudança de política cambial pela China, diante desse cenário? E isso poderia mudar a relação que estamos tendo com o país na questão do câmbio.

Estamos falando muito, Ministro Guido Mantega, em guerra cambial. Falamos agora, nesta Casa, em guerra dos portos. O Senador Ricardo Ferraço levantou a questão e estou agora num dilema, porque tivemos uma reunião com os governadores de Estados como Santa Catarina e Espírito Santo e outros que operam com essa isenção do ICMS na importação, e hoje há

um anúncio grande da Abece – Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior, mostrando uma outra face do problema.

Quero saber qual é a posição do Governo brasileiro a respeito dessa questão do Projeto de Resolução nº 72, porque ele tem que estabelecer um equilíbrio para que não se possa ajudar um setor e ajudar outro. Eu falo do meu Estado, que é exportador. O Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Presidente da Federação das Indústrias, Heitor Müller, tem interesse na aprovação do Projeto de Resolução nº 72, em função das características econômicas do meu Estado, que é exportador e já vive às turras com a Argentina, que levanta barreira todo dia em relação ao comércio bilateral.

Essa é a minha questão.

Agora, pontualmente, Ministro, achei muito interessante e nem precisei ter muito trabalho, porque já está alinhavado aqui o elenco de medidas. Eu só queria fazer um comentário, porque o senhor disse que o Brasil vai continuar tendo um desenvolvimento sustentável, assegurado. Reconheceu apenas um problema, levantado pelo nosso Senador Cristovam Buarque, nosso especialista e nosso dedicado sacerdote pela defesa da educação, que é a questão da inovação tecnológica. Eu penso que existem algumas dificuldades de gargalos da logística como energia – e aí ao seu lado está um especialista nesse setor –, a questão de transportes aeroviários, ferroviários e rodoviários, especialmente, e aquaviários. Não há um avanço significativo em relação a isso para assegurar, no futuro, no presente e em médio e longo prazo, a garantia de que teremos, sim, as condições de competitividade porque, quando não temos rodovias, há congestionamentos e custo operacional por isso. E agora, pontualmente, Ministro, faço-lhe as perguntas aqui alinhavadas. O que já foi feito já se sabe, mas o que vai ser feito poderá ser feito, e queria que V. Ex^a me confirmasse as questões.

Primeiro, prorrogação do IPI reduzido para a linha branca vai acontecer? Quando e como? E para quanto tempo?

Ampliação da lista de bens com IPI reduzido, incluindo outros eletrodomésticos, materiais de construção, bens de capital.

Ampliação da lista de setores desonerados pela folha de pagamento das empresas, incluindo autopeças, têxteis – que já foi mencionado aqui pelo Senador Paulo Bauer –, móveis e plásticos.

Redução da alíquota que incide sobre o faturamento dos setores cuja folha foi desonerada. Hoje ela está variando de 1,5% a 2,5%.

Aumento das tarifas de importação de bens industrializados para dificultar o ingresso das mercadorias da China e de outros países asiáticos. E, nesse

aspecto, para mim é surpreendente, porque a China tem uma relação social com os seus trabalhadores bem diferente da que temos no Brasil; se essa cláusula social não entra como argumento brasileiro para essas questões.

Nova redução do IOF para empréstimos concedidos a pessoas físicas.

E nova capitalização do BNDES, se isso está previsto.

E eu gostaria de mencionar a V. Ex^a, porque a gente vê sempre o BNDES envolvido, Ministro Guido Mantega, nas grandes operações – recentemente, houve aquela polêmica com Casino e Pão de Açúcar –, mas a gente não vê uma atuação do BNDES para financiar a micro e a pequena empresa, ou a média e a pequena empresa brasileira. Penso que o Banco, com sua *expertise*, poderia auxiliar enormemente. Estou aqui do lado do ex-Ministro e nosso colega Senador José Pimentel, e o novo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, trabalhou muito na Frente Parlamentar da Microempresa nessa área. Penso que o Governo teria um espaço, por meio do BNDES, como instrumento fomentador de crédito para atuar nas pequenas, e não só nas grandes operações, sobre as quais, às vezes, a gente vê notícias que não são muito agradáveis.

Muito obrigada, Ministro Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo orador inscrito é o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, vou ser bem breve. O nosso Presidente Delcídio sabe da minha praticidade. Primeiro, quero agradecer a presença de V. Ex^a e a presteza e a maneira como o senhor responde todas as perguntas. Eu vou eliminar aqui seis perguntas, para ser bem breve.

Primeiro, só voltando ao Projeto de Resolução 72, quando o senhor fala em guerra fiscal, nós chamamos de sobrevivência, porque os Estados, Ministro, por falta de uma política de desenvolvimento regional, tiveram que tomar essas medidas. É sobrevivência. Mas, após tantos anos, se o projeto de resolução passar como ele está, Estados como Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, o próprio Estado do meu Presidente, que, no gás, se não me falha a memória, terá uma perda de quase R\$4 bilhões, a coisa é complicada. Então, o que nós vamos pedir a V. Ex^a é que não pressione para que isso seja votado de afogadilho, que nos dê tempo de discutir e de encontrar formas conciliadoras, que não seja o melhor, mas seja o possível. Mas, se formos votar isso como o Governo está pressionando,

vai ser um desastre. E acho também que é meio difícil que possamos votar.

E, quando o senhor fala sobre o Confaz, o Confaz com unanimidade nunca será um instrumento que vai ser aproveitado. Já diziam antigamente que a unanimidade não é uma coisa muito inteligente.

E também quando se tomou a medida do IPI, dos 30% sobre carros importados, medida certa, mas faltou incluir o México. O setor reclama muito isso, que ficou desequilibrado. Agora, sim. Essa já foi.

Então, eu vou fazer uma única pergunta a V. Ex^a: no âmbito da Caixa Econômica, o que me preocupa, que sou presidente de uma subcomissão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o que o senhor pode nos dizer, o que está sendo feito com o dinheiro do trabalhador, depositado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Soube-se recentemente que parte do depósito, mais precisamente R\$2.96 bilhões, está sendo tungado pelo Governo para fazer superávit de dentro do ajuste fiscal anunciado pelo Governo. Ninguém explicou como o Fundo Curador está tirando quase R\$3 bilhões.

Além dessa tunga, o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço está sendo pessimamente aplicado, como mostrou o Estado de S. Paulo no domingo quando o fundo de investimento do FGTS, um projeto de infraestrutura, bancado pelo dinheiro do trabalhador, já teve perda de R\$369 milhões com ações de empresas incentivadas, muitas delas com dificuldades conhecidas de longa data, como a Celpa e o Grupo Bertin.

Ministro, com a TR mais 3%, o Fundo de Garantia perdeu, de 2003 a 2011, R\$97 bilhões. É dinheiro do trabalhador depositado pela indústria.

Então, deixo aqui para um comentário de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pela objetividade.

Senador Mário Couto; depois, Senador Lindbergh.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro Mantega, no início de sua fala, V. Ex^a falou sobre a imprensa brasileira, disse que a imprensa fala e o Governo averigua. Devia ser o contrário, Ministro, o Governo devia averiguar antes de a imprensa publicar. A imprensa tem ajudado muito este País, Ministro. A imprensa brasileira merece todos os nossos aplausos, de todos os brasileiros. Ai deste País se não tivéssemos a imprensa que temos.

Ministro, o PIB brasileiro foi pífio. A infraestrutura deste País é péssima. V. Ex^a não teve tempo de falar especificamente das áreas onde o povo brasileiro sofre.

O País, a saúde, a segurança, a educação, quem neste País, Ministro, pode dizer que temos boa saúde, ou bom atendimento na parte de saúde? Quem neste País pode dizer que a segurança de se andar na rua é tranquila? Quem neste País, Ministro, pode afirmar que não existe a praga da corrupção, da maldita corrupção?

É verdade. A Presidenta Dilma tem se esforçado, mas é muito, Ministro, são seis ou sete. A cada mês espoca um tumor, um tumor maligno neste País.

Os institutos, uns falam em 70 bi, outros, em 83 bi, a FIESP, em 60 bilhões de corrupção neste País.

A pergunta, Ministro, com todo respeito.

Eu não quero aqui dizer que nos governos anteriores não houve corrupção, mas a corrupção, notadamente, está desenfreada neste País. Depois, no final, vou dar até uma sugestão, com respeito.

Por exemplo, Ministro, no caso da Casa da Moeda. Denucci. V. Ex^a não conhecia Denucci? Denucci não foi contemporâneo de V. Ex^a? Por que V. Ex^a não demitiu o Presidente da Casa da Moeda quando recebeu notícias novas contra ele em dezembro de 2011, Ministro? Afinal, se V. Ex^a não conhece o Denucci, quem conhecia? Quem indicou politicamente esse senhor? Por que o Governo agora se omite em dizer que não conhecia, que não sabia? Eu gostaria que V. Ex^a respondesse.

Por último, Ministro, tem que ter um controle contra a corrupção neste País. É desastroso, Ministro. Se nós temos 39 ministérios, eu sugiro, na tarde de hoje, que se crie o quadragésimo. Vamos criar o Ministério de Combate à Corrupção neste País, Ministro. Porque não se aguenta mais. O povo brasileiro não aguenta. O quanto foi lesado do povo brasileiro! Isso aí é uma praga que deve atrapalhar inclusive a sua pasta, o seu ministério. Deve atrapalhar o crescimento do PIB, Ministro.

E vou ratificar, porque muitos poderão dizer: "Ah, mas não foi agora que se começou com tanta corrupção!". Mas agora está desenfreada, Ministro. Agora bateu recorde.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Agora é excessiva. Agora é mensal. Agora precisa se conter. Precisa se conter até para facilitar o trabalho de V. Ex^a. A economia é profunda e não dá tempo de discutir. Mas quero deixar este alerta em nome do povo brasileiro, da Nação brasileira. Será que o povo brasileiro aceita o que diz o Ministério de V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Mário Couto, concluindo, por favor.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou terminar. Já vou terminar. V. Ex^a quer que eu pare agora, eu paro, com respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, V. Ex^a conclua.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não, se V. Ex^a quer que eu pare agora, eu paro. Se V. Ex^a permitir a conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. V. Ex^a conclua.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero ter respeito por V. Ex^a e respeito pelo Ministro também. V. Ex^a até tirou o fio do meu raciocínio.

Voltou.

Mas o povo brasileiro, Ministro, deve perguntar: “Por que o feijão aumentou 68%? Por que a área de serviços e todos os setores crescem a uma média de mais de 10%? Por que o produto básico disparou? Será que essa taxa de inflação de que o Governo fala é real? Será que nós não estamos virando uma Argentina, que enganou tanto tempo o povo que hoje vive revoltada? Será que nós temos um futuro igual?”. Estou comentando com V. Ex^a o que se comenta nas ruas deste País. As minhas perguntas, Ministro, são as perguntas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ministro, veja como foi importante a sua vinda aqui. Havia tanta tempestade em copo d’água. Casa da Moeda, Banco do Brasil, Previ. Escutamos tanto aqui! O senhor respondeu ao Senador Alvaro Dias com tanta tranquilidade! Agora eu queria fazer um reparo à atuação da oposição.

A oposição, neste momento do País, tem que vir discutir as grandes questões, tem que sair da pequenez da arenga e discutir o que tivemos hoje à tarde nesta reunião: a situação do Brasil, a situação do mundo, a pressão sobre a nossa indústria. Sinceramente, desculpe, eu não quero... Impressiona que as principais lideranças da oposição não estejam aqui a fazer este debate.

No ano passado, o debate era outro, Sr. Ministro. Diziam que o Governo não iria cumprir, não teria uma política fiscal rígida. O Governo fez seu superávit primário, meta cheia. E agora pararam, calaram, porque os números estão aí.

Presidente, Senador Delcídio, a nossa relação dívida/PIB está 36,5%. Se você pega a Alemanha, 57,2%; Itália, 100%; Japão, 130%; O nosso déficit nominal para este ano que vem, a previsão é 1,2% do PIB. Estamos caminhando, daqui a pouco, para sermos superavitários.

Eu me lembro do debate sobre juros, que houve aqui no Senado Federal, quando o Banco Central, em agosto, baixou a taxa de juros de 0,5. Eu queria ver o debate sobre a indústria se nós não tivéssemos baixado a taxa de juros, se o Governo não tivesse feito o que fez naquele período, e com os números do crescimento também – a gente viu logo no terceiro trimestre a retração do nosso crescimento. Então, sinceramente chamo a oposição à responsabilidade, ao grande debate, a sair da arenga.

E, Sr. Ministro, não vou alongar-me, porque todos estamos muito cansados, já são quase 16h e ninguém almoçou. Mas o grande debate... Acho que, nesta reunião aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, o conjunto dos Senadores tocou na grande preocupação de todos hoje, que é com a indústria. Isso aqui está claro em todas as falas dos Senadores que participaram desta reunião aqui.

A pergunta que faço é mais global. A Presidente e o Ministro, claro, têm uma avaliação muito clara do que está acontecendo, *tsunami* monetário, competição global agressiva. Mas, Ministro, nós temos instrumentos para nos proteger de um *tsunami* tão grande como esse? Que outras medidas há de defesa cambial, medidas mais duras de controle de entrada de capitais? O que vamos ter para a indústria? Vai ter Brasil Maior II?

E aqui Senadores falaram sobre a produtividade, aumento da competitividade. Essa é a grande questão, porque o senhor apresentou aqui quatro páginas de medidas de defesa cambial desde 2008, e há uma certa sensação de que estamos tentando, estamos indo...Será que não estamos enxugando gelo? O Governo tem os instrumentos necessários para enfrentar uma pressão desse tamanho sobre a nossa indústria? Essa é a minha pergunta.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro, eu tenho mais três oradores inscritos que chegaram aqui: Senador Renan, Senador Eunício e o Senador Walter Pinheiro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu preciso ir embora. São 16h.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de consultá-lo se...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Da minha parte, Presidente Delcídio, não há nenhum problema. Da parte do Senador Eunício, também. Nós tivemos de sair e acabamos de chegar. Eu tinha uma preocupação e tive oportunidade de externá-la na semana que passou numa reunião que tivemos no Ministério da Fazenda, com os líderes partidários. Na oportunidade, o Ministro falou da necessidade de agendarmos a votação dessas reformas que precisam

rapidamente ser votadas. É a melhor resposta que o Senado tem de dar à Funpresp (Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais), à coisa do ICMS, do importado. E, na oportunidade, nós falávamos de duas questões sobre as quais gostaria de ouvir o Ministro aqui. Uma delas é essa coisa do indexador – até o Senador Armando Monteiro já fez essa pergunta – da dívida dos Estados. Há uma preocupação com relação a isso.

A outra questão na qual precisamos evoluir também inclusive aqui nesta Comissão é com relação à partilha dos impostos do comércio eletrônico. Levamos essas duas questões para o Ministro e, talvez fosse o caso, de mais uma vez ouvirmos o Ministro aqui, em poucas palavras. O Senador Lindbergh tem razão: nós já adiantamos muito essa discussão, mas eu queria só aproveitar a oportunidade e colocar essas duas questões.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, também na mesma linha, primeiro parabenizar o Ministro pela clareza não apenas de toda a exposição, mas de todas as respostas que lhe fizeram aqui nesta Comissão no dia de hoje.

Parabéns, Ministro, pela coragem de colocar as coisas com objetividade e com clareza para os Senadores.

Quero apenas secundar o Senador Renan Calheiros nas duas perguntas que fez, e não terei mais perguntas, agradecendo a presença de V. Ex^a e parabenizando-o, mais uma vez, pela forma como V. Ex^a respondeu a todas as perguntas feitas inclusive pela Oposição nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, sei que serão duas audiências públicas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na semana que vem, dias 20 e 21.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, quero manifestar uma preocupação que temos em relação à Resolução 72, de unificar no Brasil em função das características regionais que existem. Para encontrarmos um denominador, Ministro. Há uma preocupação muito forte sobre como vamos setorizar, talvez, para que não prejudiquemos, porque o comércio, por exemplo, subiu mais do que o setor produtivo no ano passado, no Brasil, em função dos importados.

Como é que a gente poderia equilibrar isso. Essa é uma preocupação que temos com muita profundidade. Apenas isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Assim como foi dada a oportunidade aos Senadores, eu também gostaria, até como membro da Comissão, de fazer uma intervenção, não é demorada, para aproveitar a presença do Ministro aqui, o que não é de todo dia, para esclarecer fatos que são importantes. Se me for dada a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino, nós estamos aqui, seguramente, há três horas e meia. Inclusive suspendemos, não abrimos mais as inscrições, exatamente porque o Ministro também tem uma audiência com a Presidenta da República.

Agora chegou o Senador Romero Jucá, que estava inscrito. Eu gostaria de, primeiro, passar a palavra ao Senador Romero, que já estava inscrito, para V. Ex^a, e o Ministro vai responder e encerrar a reunião, porque tem audiência com a Presidenta da República. Tive que tomar essa medida – todos os senhores me conhecem e sabem como conduzo as coisas –, mas estava impossível segurar o número de inscrições, senão iríamos até à meia-noite hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, não farei perguntas. Eu estava inscrito, acompanhei o início da reunião; depois, tive de me ausentar por conta das novidades, dos fatos que estou vivendo, mas acompanhei o andamento de toda a reunião e gostaria somente de parabenizar o Ministro Guido Mantega, em primeiro lugar, pela transparência com que respondeu aqui a todas as questões e dar um testemunho.

Já que estou falando hoje, como Líder do Governo, pelo último dia; na verdade, estou saindo hoje da Liderança do Governo, gostaria de dar um testemunho do trabalho do Ministro Guido Mantega em prol do Brasil.

Durante esses anos todos, tenho debatido, discutido, votado, acompanhado, participado, com o Ministro Guido Mantega, de discussões importantes da área econômica e votação de matérias aqui e, sem dúvida alguma, sou testemunha ocular do trabalho construtivo, do trabalho imperioso, do trabalho grandioso que o Ministro e a equipe fazem no sentido de apresentar esses dados que ele apresentou aqui, de fazer com que o Brasil saísse de uma crise e virasse uma referência em macroeconomia e em como encarar a questão da retomada do crescimento, dando lições a todo mundo.

Então, Ministro Guido Mantega, quero parabenizá-lo pelo trabalho. Aproveito para agradecer também a gentileza, a cortesia, o trato durante todo esse período e dizer que a gente continua aqui, trabalhando em prol do Governo e da base do Governo no sentido de fazer com que tenhamos a condição de melhorar cada vez mais o País.

Tive a condição hoje de ser indicado pelo Senador Renan Calheiros Relator do Orçamento de 2013. Portanto, estaremos juntos trabalhando nessa questão também, exatamente alocando recursos para que possamos fazer cada vez mais a retomada do crescimento e a geração de empregos em nosso País.

Era esse o testemunho que queria dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero. Registro a competência de V. Ex^a e todo esse trabalho que V. Ex^a executou com competência, com qualidade, com tirocínio, com percepção dos momentos que o nosso País enfrentou, não só no governo do Presidente Lula, como também no Governo da Presidenta Dilma. V. Ex^a honrou o governo do Presidente Lula e honrou o Governo da Presidenta Dilma. Sem dúvida alguma, agora, terá uma nova missão espinhosa, difícil, que é a relatoria do Orçamento Geral da União para 2013.

Portanto, eu não poderia deixar de registrar isso e também desejar ao Senador Eduardo Braga, o novo Líder do Governo, muito sucesso e que faça um bom trabalho, como V. Ex^a assim o fez.

Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Vou procurar ser rápido, Ministro.

Assim como o Senador Romero Jucá falou da eficiência na economia, a minha preocupação é com a competitividade do Brasil. Vamos ser exitosos ou não se formos competitivos ou não. V. Ex^a sabe disso muito mais do que eu. Quero ser pontual: o PIB de 2011, em relação a 2010, cresceu 2,7%. E o de 2010, em relação a 2009, cresceu 7,5%. Houve uma queda – claro, conhecemos as razões. Mas, para o crescimento do PIB de 2,7%, que foi um crescimento pequeno, os foguetes fundamentais que possibilitaram ainda esses 2,7 foram o agronegócio e o consumo das famílias. Aí é onde entra o consumo das famílias, que foi, em enorme medida – além, claro, de uma melhoria na renda das pessoas –, vamos dizer, fermentado pelos empréstimos consignados, pelos empréstimos ao consumidor, direcionados ao consumo, empréstimos dirigidos ao cidadão para que ele consumisse.

Muito bem. Tenho números oficiais que me mostram que o volume de crédito disponível na rede ban-

cária para o agente produtivo, para o empregador, para quem produz, em 2011, foi de 15,8 do PIB, e, em 2008, ou seja, no ano da crise, apenas 0,1 ponto percentual menor, 15,7. Ou seja, não houve aumento no fornecimento de crédito para o agente produtor, para capital de giro, para a empresa que produz, que gera emprego e que precisa ser competitiva para evitar a importação da China ou do Vietnã ou dos Estados Unidos. Ela não teve crédito. Houve crédito para o consumo, que possibilitou a compra e, inclusive, aumento de importações, mas não houve um crédito... Porque os números falam em 15,7 em 2008 e 15,8 em 2011, ou seja, foi congelado o nível de concessão de empréstimos, o empréstimo bancário para que as empresas tivessem giro e dinheiro para se modernizar não existiu. Então, a competitividade esteve fraturada nesse ponto.

Segundo ponto. Um país é competitivo na medida em que tem uma carga tributária civilizada, compatível com os níveis de competição que o Brasil tem que estabelecer com os seus concorrentes. Entre 2010, que foi um ano exitoso, um ano em que o PIB cresceu 7,5%, e 2011, um ano em que as vacas estiveram magras, com um PIB crescendo apenas a 2,7, a carga tributária entre 2010 e 2011 subiu 2,1 pontos percentuais, retirando dos agentes produtivos a capacidade de armazenar algo capaz de ser reinvestido na modernização do parque fabril, que é o grande problema deste País, o PIB industrial, que está em processo de queda.

Eu gostaria de conhecer as providências do Governo e o pensamento do Governo em relação a esses dois pontos: o crédito bancário para as empresas, independente do crédito ao consumidor, e o nível de impostos, a carga tributária crescente de um ano exitoso para um ano onde a economia apenas aterrissou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Senador Walter Pinheiro, concluindo.

Agora, ninguém fala mais.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, eu quero, de forma muito rápida, tocar em poucos pontos, até lembrando uma coisa que o Senador Romero sinalizou, assim como o Senador Renan, fruto da conversa que tivemos com o Ministro. Eu até queria inverter, Ministro, a frase que o Cristovam usa no seu livro. Eu diria que a economia vai bem, e aí a pergunta que o próprio Senador Lindbergh fez é: a nossa economia vai ficar bem? Porque, na realidade, a utilização do verbo ir ou estar, essa coisa de como a economia vai e de que forma ela está se movendo tem muito a ver com esses fatores que o Ministro levantou agora.

É verdade que nós tivemos esse consumo, principalmente das famílias que passaram, que mudaram

de faixa, ou daqueles que passaram também a consumir – a grande inclusão social neste País –, a geração de postos de trabalho, investimento local, esses foram componentes decisivos para a gente enfrentar o resultado da crise econômica que veio de 2008. É verdade que tivemos uma quebra em relação a isso, não só o problema do acirramento das questões envolvendo o mercado americano e o mercado europeu, a agressiva posição da China, uma maior dependência nossa da China, até para exportação, mas de *commodities*, e a necessidade de estimularmos essa questão do processo de industrialização interna. Componentes decisivos para esse novo cenário, para que a gente tenha a oportunidade de voltar.

Então, para isso, há até medidas que o Governo tem tomado. É verdade que, quando a gente acelera um pouco a mão no IOF, mexe-se em componentes de impostos. Mas, se isso não for feito, como é que vamos segurar a escalada de fora para dentro? A própria atitude corajosa do nosso Banco Central em baixar de dois dígitos a nossa taxa Selic...

Então, esse componentes todos se somam a medidas com as quais quero fechar, Senador Delcídio, que têm que ver com a gente, mas têm muito que ver com a Fazenda.

Então, por exemplo, as principais medidas em curso para que enfrentemos isso: ICMS estadual, ICMS para importados, a questão da dívida dos Estados, que é importante que coloquemos isso. Afinal de contas, na ponta, Estados e Municípios ainda são investidores até mais fortalecidos neste momento do que a própria iniciativa privada, para geração de postos de trabalho, para a economia local, com serviços, para que seja movimentada essa economia. A própria desoneração da folha de pagamentos, o novo regime automotivo, o Plano Nacional de Banda Larga, que fico contente, que, pela primeira vez na história deste País, essa área entre como estruturante. Todos achavam que essa questão de comunicação era algo periférico, ou para atender uma demanda de modismo de acesso à Internet. Isso é estruturante para a economia!

É por essas coisas que eu chegaria ao seguinte aspecto, Ministro: com relação a esse debate sobre a questão da Resolução 72, eu cobro de V. Ex^a primeiro o seguinte: nós acertamos até que teríamos uma reunião antes para a gente sentar com lideranças de Estados interessados sobre qual encaminhamento poderíamos dar. Acho que é fundamental discutirmos isso, até para que uma política seja adotada para o País inteiro, e não só uma resolução aplicada exclusivamente para resolver um problema localizado e que poderá continuar no mesmo rito natural que a gente conhece da água que corre sempre para o mar. Retira-se dali a questão do

Espírito Santo, e nós não vamos ter política para os outros Estados que signifiquem o estímulo a essa atividade em todos os Estados. Ou seja, botando o dedo na ferida nessa questão da guerra fiscal, ou nessa política de incentivos adotada no País.

Então, acho que seria importante que pudéssemos ter de V. Ex^a um pouco essa questão. E aí vai nesta linha: para ficarmos bem, vamos ter esse mecanismo de incidência local, incidência na indústria e um novo pulsar da economia através do consumo, porque o Senador Agripino lembrava o setor agropecuário, e eu lembro o setor de varejo. Em 2009 e em 2010, eu estava na Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. No Estado da Bahia, por exemplo, foi esse consumo, foi esse varejo, essas duas coisas que fizeram com que a gente inclusive segurasse o crescimento da economia em nosso Estado e enfrentasse efetivamente, com medidas consistentes, o que estava acontecendo no resto do mundo.

Portanto, nesse diapasão, o que vamos mexer nessas duas áreas: a questão do ICMS, para que tenhamos uma resposta nacional, e a própria resposta para o incentivo e o aquecimento à indústria, para que a gente continue gerando postos de trabalho e, consequentemente, aumentando o consumo para enfrentar essa crise que, de forma muito vigorosa, continua ainda nos atingindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Encerradas as inscrições, passo a palavra agora, finalmente, para o fatigado Ministro da Fazenda Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador. Estou revigorado pelo chocalatinho que o senhor me deu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E tem mais.

O SR. GUIDO MANTEGA – Aquele chocolate pequeno me revigorou e me permitiu seguir até agora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Espero que esse tenha sido produzido lá em Ibicarai, na Bahia, ou em qualquer outro solo brasileiro. Que não tenha vindo inclusive de fora.

O SR. GUIDO MANTEGA – Vou procurar ser bem objetivo na resposta.

Na verdade, acho que aqui 8 ou 10 Senadores me perguntam. Então, vou ter de ser bem objetivo, senão iremos até 17 horas.

Senador Bauer, em relação ao setor de confecções, posso lhe dizer que estamos na iminência de rever a alíquota de modo a que seja mais conveniente para o setor de confecções. Esta semana, estou discutindo com os vários setores. Então, faremos mudanças de modo a abranger mais setores e a rever a alíquota que

foi utilizada para a desoneração da folha e a alíquota que vai para o faturamento. Portanto, o senhor aguarde novidades. Essa é a resposta para a sua preocupação. Na semana que vem, vou tentar fazer o encontro consigo, para que o senhor possa colocar pessoalmente essas questões. Vamos marcar. A minha agenda não é fácil. A minha vida não é fácil.

Senadora Ana Amélia, hoje à tarde, vai haver uma reunião do Ministério da Fazenda com o Ministério da Agricultura, para fechar os números da portaria que define a equalização dos preços do arroz. A partir daí, estará definido. Já estava marcado, não porque a senhora cobrou, mas já está marcado e vamos ter a solução disso. De fato, a China apresentou um déficit de mais de US\$ 30 bilhões – saiu ontem na imprensa – que é preocupante, que mostra que essa crise ganha grande proporções. Se ela atinge a China, que é considerada a locomotiva da economia mundial, então, é de se preocupar, porque começa a atingir países emergentes também, não só os países avançados.

De qualquer forma, o Brasil é um dos países com menor exposição ao comércio exterior. Nós dependemos menos do comércio exterior que várias economias. É claro que, se a China encolher, teremos problemas, vamos diminuir as nossas exportações. Mas o Governo da China é muito determinado a cumprir os objetivos que tem. Se o pessoal não cumprir esses objetivos, parece-me que há algumas consequências drásticas. O crescimento não pode cair, porque eles precisam gerar mais de 10 milhões de emprego por ano, senão eles têm lá uma crise social aguda.

O que a China tem de fazer é reverter a sua economia e estimular o consumo interno. Não consegue exportar, vai ter de botar o pessoal para consumir. E isso eles já estão fazendo, já estão nessa direção.

Dessa questão da guerra dos portos, já falamos bastante. Temos discutir aqui a Resolução nº 72. Estou marcando uma reunião, Walter, na segunda-feira. Falei com o Casagrande e, segunda-feira, haverá uma reunião daquele grupo que combinamos, uma reunião de liderança. Está marcada.

A Senadora Ana Amélia me faz várias perguntas. A algumas eu não posso responder. Se falarmos que cai o IPI sobre determinado produto, imediatamente o consumidor para de comprar o produto. Então, se acontecer, eu não falo e, se não ocorrer, também não falo, porque, senão, dá pista contrária. Então, não posso falar para não prejudicar a produção. Está certo?

Quanto à linha branca, não sabemos, inclusive porque eu tenho de negociar com o setor. Quando se faz essa desoneração, isso é feito mediante um acordo de não demissão de trabalhadores, de nacionalização do índice do produto. Então, são cautelas que a gente

precisa ter. A gente não pode dar um benefício de graça, e os trabalhadores nos cobram muito essa questão. Está certo? O que lhes respondo: no momento, dura até o final do mês; quem tiver que comprar é bom que vá comprar porque não se sabe o que vai acontecer.

Sobre a folha, acho que já respondi. Nós estamos revendo. Vai haver novidades nesse campo. Para mim, é das desonerações mais importantes que temos de fazer. Respondem vários Senadores, como o Senador Agripino. Vários Senadores falaram da desoneração.

Então, acho que o Senador perdeu o início da nossa fala quando eu dizia que uma das reformas importantes é a desoneração da folha de pagamento porque os outros países todos estão reduzindo o custo do trabalho, e nós perderemos competitividade. O senhor falou em competitividade. Essa é uma preocupação importante. O Brasil tem que manter competitividade. Para isso, temos que reduzir tributo, temos que reduzir custos, e um dos custos que temos é a folha, não pelo que se paga ao trabalhador, mas pelos encargos do INSS. Então, vamos dar mais passos em direção a uma desoneração incorporando novos setores além daqueles quatro que foram incorporados no ano passado e mexendo na alíquota. Isso será realizado nas próximas semanas.

Então, respondo a ambos nesse sentido.

Vai haver uma elevação do Imposto de Importação para cem novos produtos, que foi o que nós negociamos no Mercosul. Lá negociamos cem novos produtos e agora estamos discutindo quais são os produtos. Nós convidamos os setores a nos apresentarem uma lista – setor de bem de capital, setor de calçados, setor de confecções. Todos que têm problema nos apresentaram para selecionarmos um pouco de cada. Então, isso vai entrar em ação.

Vai haver novos recursos para o BNDES? Haverá em ordem decrescente, mas não está definido ainda. O BNDES terá esse ano 145 bilhões disponíveis para financiar investimentos, sobretudo. Alguém aqui – não lembro quem foi – disse que ele precisaria financiar micro – foi a própria Senadora –, micro e pequena empresa. Está aumentando. É mais difícil financiar pequena e média do que grande. Nós criamos um importante programa de microcrédito, que está funcionando. O BNDES está se esforçando. Ele não tem capilaridade. É difícil para ele. Ele repassa aos bancos privados que preferem emprestar para grande e média empresa, mas nós estamos entrando – o Senador Agripino também tocou nesse assunto – com linhas de capital de giro, reforçando linhas de capital de giro, porque hoje o custo financeiro é muito elevado para capital de giro. Então, no ano passado, já tínhamos colocado 10 bilhões para capital de giro. Vamos reforçar essa

linha. Colocar mais no Banco do Brasil. Então, teremos mais capital de giro com juros menores. Então, já estou respondendo também a outras partes.

Eu concordo com o Senador Cyro Miranda quando ele disse que a guerra fiscal foi uma questão de sobrevivência. De fato, quando não havia nenhum estímulo regional, o jeito foi fazer a guerra fiscal, só que a guerra fiscal agora chegou a um ponto em que acaba sendo ruim para todo mundo, porque todo mundo vai fazer. São Paulo vai fazer, o Rio de Janeiro vai fazer. Então, não vai adiantar nada. O que nós temos de fazer é racionalizar, ter programa de desenvolvimento regional de modo a organizar melhor essa situação. O gás não vai ser taxado no destino, continuará sendo na origem. Senador, o gás continuará sendo taxado na origem, porque é um caso muito específico. É o gás da Bolívia que passa por Mato Grosso. Então, não tem sentido.

Eu também concordo que o Confaz, com unanimidade, ele fica engessado. O problema é mudar isso porque já foi aprovado. Pode ser que a gente consiga. O México já está sendo abrangido, só que nós não podemos meter-lhe um decreto, tem de ser uma negociação. A negociação está em curso, inclusive já veio o negociador mexicano para cá, o Ministro Pimentel está indo amanhã para o México, e, portanto, nós vamos mudar os termos do acordo automotivo mexicano para poder ajudar o IPI maior que nós fizemos.

Essas questões da Caixa Econômica eu não conheço em detalhes, Então, eu teria que me informar. Se eu pudesse mandar por escrito, para eu poder lhe esclarecer... Vou pedir à Caixa Econômica que mande as informações, porque eu sou responsável pela Caixa, mas não conheço também detalhes de tudo o que eles fazem lá dentro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu posso lhe colocar o Tesouro para responder a isso. (Onde está o meu assessor? Onde está o José?)

O Tesouro responde ao Senador sobre essa questão do Fundo de Garantia da Caixa Econômica indo para o Tesouro.

O senhor vai ter a resposta ainda hoje, do Tesouro.

Mário Couto pergunta sobre a questão se nós esperamos a imprensa fazer a denúncia. Não é correto isso. Pelo contrário: hoje, o Governo tem um aparato fiscalizatório muito grande. O aparato se constitui da CGU, Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Secretaria da Receita. A Secretaria da Receita avançou com todos os seus cadastros e todos os seus sistemas, de modo que hoje todos os sistemas tributários estão *on line*. Nós temos acesso à contabilidade das empresas; as empresas têm que entregar o balanço digitado. Portanto, diminuiu muito a sonegação.

Eu queria deixar muito claro aqui que uma das razões pelo aumento da arrecadação brasileira, que cresceu muito acima do PIB, é justamente porque nós estamos diminuindo consideravelmente a sonegação no Brasil. Consideravelmente. Então, isso se deve a esses sistemas cruzados. Hoje, a Receita tem sistemas de IPI, PIS/Cofins, tudo informatizado, e que cruza fornecedor com produto final. Portanto, perguntem às empresas se é fácil sonegar. É cada vez mais difícil. Lembrem-se de que, antigamente, se dizia – há não muito tempo – que, no Brasil, se sonegavam 50% do PIB. Ninguém mais fala isso. Desafio alguém a dizer isso. Perguntem aos empresários se dá para sonegar hoje. É claro, sempre se acha uma maneira. Porém, quero dizer que a sonegação caiu fortemente neste País. E a burocracia também, porque hoje há nota fiscal eletrônica, então, diminuiu-se o papel; a devolução dos créditos fiscais vai melhorar muito; o Imposto de Renda é todo informatizado, não há declaração em papel – o Brasil é um dos países mais avançados nesse quesito.

Então, eu diria: existem, sim... Existem as corregedorias internas. Por exemplo: lá na Fazenda, há a Receita, e ela tem a corregedoria da Receita, que fiscaliza a Receita e, todo mês, detecta alguma irregularidade, e há punição. Leiam o Diário Oficial para verem a quantas punições nós estamos procedendo diariamente. Procedemos diariamente. Então, o Governo... Esse Governo tem condições e fiscaliza cada vez mais.

As contas são abertas. O que gasta um Ministro? É só entrar na Internet e está lá escrito: o que gastou, diária, passagem, para onde foi. Sua vida hoje está aberta. O Tribunal de Contas nunca atuou com tanta veemência sobre todos os projetos do Governo. E a gente tem que explicar tudo e detalhar tudo. É claro, acaba com a corrupção? Não acaba. A corrupção continua. Talvez hoje a corrupção seja mais transparente porque ela seja mais detectável. No passado, não havia esse aparato, boa parte da corrupção ficava embaixo do tapete, ninguém descobria. Então, hoje a corrupção é muito mais detectável do que era...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Será, Ministro? Será que era para baixo do tapete, Ministro?

O SR. GUIDO MANTEGA – Bem, não sei se era em cima ou embaixo; sei que ela era menos detectável.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, quem foi que descobriu, ultimamente, as corrupções no Ministério? Foi o Governo ou foi a imprensa?

O SR. GUIDO MANTEGA – Que Ministério?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Em todos, quase todos os que saíram ultimamente, Ministro. Em quase todos os que saíram ultimamente, foi denúncia de imprensa, Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu falo do Ministério da Fazenda. No Ministério da Fazenda, não é denúncia de imprensa. No Ministério da Fazenda, nós temos investigação em todos os setores, de modo...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Hoje, a imprensa denuncia, e o Governo tira. Então, a imprensa não é aquilo que V. Ex^a começou falando.

O SR. GUIDO MANTEGA – A imprensa nos ajuda.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A imprensa está ajudando o País a combater a corrupção – essa é a grande verdade – e deve ajudar

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito bem. Acho que, além da imprensa, tem que existir um sistema institucional capaz de detectar e corrigir. Além disso, eu não conhecia o Denucci – não conhecia. Fui apresentado a ele pelo...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mas foi seu contemporâneo?

O SR. GUIDO MANTEGA – Foi o PTB.

Onde ele foi meu contemporâneo?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu estou lhe perguntando: foi seu contemporâneo?

O SR. GUIDO MANTEGA – Ele não foi. Ele trabalhou no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu não trabalhava. Pelo que eu saiba, eu não trabalhei nesse governo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Então, ele não foi seu contemporâneo?

O SR. GUIDO MANTEGA – Ele não foi meu contemporâneo em lugar nenhum. Posso afirmar que ele não foi, em lugar nenhum. Eu o conheci em 2008. Em 2008 foi quando o conheci e ele me foi apresentado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Por que quando começaram as denúncias V. Ex^a não o demitiu?

O SR. GUIDO MANTEGA – Porque as denúncias têm que ser fundamentadas. Não podemos pegar uma denúncia superficial.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Afastava, Ministro, até apurar.

O SR. GUIDO MANTEGA – Tem que apurar e dar direito de defesa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Afastava até apurar.

O SR. GUIDO MANTEGA – Isso aqui é uma democracia. Na democracia existem os mecanismos de defesa, investigação. Não pode ser leviana e superficialmente que se façam as coisas.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mas afastar, V. Ex^a devia.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senão acabamos afastando e condenando gente inocente. É regime de arbítrio que faz isso.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Afastar não significa condenar.

O SR. GUIDO MANTEGA – Então, não podemos cair nessa.

Em relação à questão que o povo brasileiro está sofrendo etc, olha, acho que nunca o povo brasileiro avançou tanto quanto nesses anos. A pobreza caiu pela metade. O brasileiro está ganhando mais em todos os aspectos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mas está devendo mais.

O SR. GUIDO MANTEGA – O brasileiro está virando classe média. É claro que ainda existem segmentos de pobreza que têm que ser atacados. Existem regiões mais atrasadas. Agora, nunca o brasileiro avançou tanto quanto nessa época. O Brasil é um dos poucos países que está diminuindo a pobreza, as desigualdades.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a considera, então, que essa é a explosão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Mário Couto, o tempo de V. Ex^a da réplica já se esgotou.

O SR. GUIDO MANTEGA – Ah, não é debate. Não pode ser assim.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a Então, me dá a réplica. Eu vou escutar o Ministro e V. Ex^a me dá o direito da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Mário Couto, o Ministro Guido Mantega está fazendo as explicações à pergunta de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Todos os Senadores e Senadoras respeitaram aquilo que está no Regimento da Comissão de Assuntos Econômicos. Peço a V. Ex^a que faça a mesma coisa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vou respeitar e quero que V. Ex^a me dê a réplica, pronto.

O SR. GUIDO MANTEGA – O trabalhador brasileiro hoje vive uma situação de quase pleno emprego, ou seja, comparado com o trabalhador americano, europeu está numa situação melhor. A maioria dos brasileiros têm emprego. Nós temos quase pleno emprego. Os índices de desemprego são os menores de toda a série histórica. Os salários cresceram, são os maiores. O salário mínimo cresceu não sei quanto. Portanto, francamente, não vejo onde se encontram essas questões que V. Ex^a mencionou.

Passando, acho que já chegamos aqui no Senador Lindbergh. Pergunta, objetivamente: se nós temos condições de segurar o tsunami? Temos. A resposta:

temos, sim, como segurar o tsunami. O tsunami não vai entrar aqui. Poderá entrar marginal e episodicamente, mas temos como segurar, impedir. Não vai ter bolha financeira. Não vai ter uma valorização excessiva do real, porque temos as medidas para isso.

O Senador Renan fala da indexação da dívida dos Estados, e estamos preocupados com isso. Chegamos a conversar isso. Vamos dar o encaminhamento, conforme eu já havia dito.

Também na questão do comércio eletrônico, que, aliás, está aqui com o Senador Delcídio, apoiamos uma solução para essa questão. O Governo apóia aqui.

Não chegou aqui ainda? Não, já está com o Senador. O projeto está com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele está na CCJ e a relatoria é do Senador Renan Calheiros.

O SR. GUIDO MANTEGA – Queria agradecer as palavras do Senador Romero Jucá. Dizer que o seu trabalho foi muito importante para a República brasileira. Ajudou muito o Ministério da Fazenda a enfrentar suas dificuldades e todos os desafios que tivemos aqui. Espero que continuemos a trabalhar juntos. Vamos continuar a trabalhar juntos, porque o seu trabalho é importante para nós e para o País.

Já respondi uma parte das questões do Senador Agripino. Nós temos que nos preocupar – cadê o Senador? – com a competitividade. De fato, o agronegócio, o consumo das famílias e o serviço puxaram a economia, mas ficou uma situação menos favorável à indústria.

Buscamos equilibrar o crédito da pessoa física e jurídica, nós diminuimos um pouco o crédito, encarecemos o crédito para a pessoa física e estamos aumentando o crédito para a pessoa jurídica, bem do ponto de vista daquilo que ele colocou aqui. Temos que atacar agora capital de giro. Vai aumentar o capital de giro. A carga tributária tem sido reduzida. Ano a ano nós estamos reduzindo a carga tributária. É que as pessoas veem o aumento de arrecadação e se confundem. O aumento de arrecadação é porque a atividade econômica é mais forte e a formalização avança. Isso faz com que todo mundo pague mais tributo. Portanto, estamos nessa direção.

O Senador Walter Pinheiro pergunta se a economia vai ficar bem. Eu digo o seguinte, Valter: nós temos as condições para que a economia continue crescendo. Nós criamos as condições, porque o Brasil, hoje, é um país sólido. É um país que tem fundamentos bastante sólidos fiscais, monetários. É um país que tem crédito, o crédito avança; tem mercado, o mercado avança. Tem vários desafios: aumentar a infraestrutura porque ela ficou atrasada no tempo; aumentar a produtividade e a competitividade; reduzir custo.

Mas está havendo muito investimento na geração de energia elétrica, muito investimento em ferrovia, muito investimento em postos, em aeroportos. Tudo isso está sendo objeto de ações do Governo, investimentos que vão ter resultados positivos. Então, o que temos de fazer é viabilizar isso, dar continuidade, fazer um trabalho conjunto do Congresso com o Governo, discutindo, discordando, se for o caso, de determinadas coisas, mas avançado. E acho que nós temos avançado porque o Congresso tem aprovado vários projetos que nós temos apresentado, inclusive, graças também ao Senador Romero Jucá, que nos ajudou a viabilizar vários projetos. Então, discutindo, questionando, dando sugestões, nós temos que continuar essa trajetória, na qual existem desafios. E, portanto, as certezas não são absolutas.

Mas existe grande chance e grande possibilidade de que essa trajetória não seja interrompida. Já temos vários anos de sucesso nas costas. Não vejo nenhuma razão para que esse sucesso não continue nos próximos anos. Temos que continuar gerando emprego, aumentando investimento, melhorando as condições de vida da população brasileira, dando mais crédito, dando eficácia às empresas brasileiras, aumentando a competitividade. Tudo isso está ao nosso alcance, mas depende do trabalho de todos nós para que isso se verifique, o trabalho do relator aqui, que tem dois ou três projetos, e de outros relatores que também têm projetos, e também do Governo, que tem que se esforçar, fazendo o seu trabalho.

Então, era isso que eu tinha a dizer. Agradeço muito a oportunidade que os senhores me deram de vir aqui para discorrer sobre economia.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A minha réplica está concedida, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A réplica está concedida a V. Ex^a. Dois minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, se viu muito na fala do Governo em relação à explosão do crescimento econômico. Não se está vendo isso, Ministro. Onde está a explosão do crescimento econômico?

Ministro, eu sou oposição e respeito o Governo. V. Ex^a, quando falou que o nosso governo escondia a corrupção debaixo do tapete, V. Ex^a ofendeu o meu governo. Não era isso não Ministro. Não era isso não! A diferença de corrupção do meu governo para o vosso governo é muito grande, com todo respeito a V. Ex^a, V. Ex^a como Ministro e eu como Senador da República.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu não falei do seu governo

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu lhe respeitei.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu falei no passado, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Então, você se referiu ao passado?

O SR. GUIDO MANTEGA – No passado...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – No passado, não existia isso, Ministro. Hoje, a explosão do crescimento é a explosão da corrupção, Ministro. E V. Ex^a tem que dizer à Nação brasileira: “Nós vamos combater, nós vamos corrigir!”. V. Ex^a não tem que ficar chateado. Isso é uma realidade do fato. O fato é o fato. Não se pode discutir um fato real e dizer que não é, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro, o senhor tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. GUIDO MANTEGA – O que eu disse é que, no passado, havia muito mais sonegação fiscal.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a está corrigindo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, havia muito mais sonegação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi o que ele disse.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Foi o que o Ministro Guido Mantega disse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Ministro falou exatamente isso.

Ministro, eu vou encerrar com o senhor. Concluindo, nós já vamos encerrar, porque nós já cumprimos o que o Regimento determina.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Presidente Delcídio, só queria quinze segundos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Supply, quatro horas de audiência!

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Houve uma manifestação do Governador Jaques Wagner a V. Ex^a sobre um empréstimo do BID e houve um problema de prazo. Eu fui o Relator da matéria e agradeço se pudermos tomar as providências para a renovação do prazo. Acredito que V. Ex^a poderá brevemente fazer isso. Já está a par.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Assim o faremos. Nós, inclusive, já encontramos a solução.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Era só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero, só para concluir, ler a carta do Sr. Ministro Guido Mantega enviada à Comissão de Assuntos Econômicos:

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente expediente para informar que me coloco espontaneamente à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de discorrer sobre a conjuntura econômica brasileira, conforme art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, § 1º, da Constituição Federal.

Só queria registrar, porque isso ensejou esta audiência pública e também registrar que, em virtude do comparecimento do Ministro Guido Mantega, gostaria de declarar prejudicados os Requerimentos de nºs 1 e 2, de 2012, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que foram lidos na Comissão em 7 de fevereiro de 2012.

Não tendo ainda sido apreciados, consulto se o Plenário está de acordo em, simplesmente, votar pela sua prejudicialidade.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E eu quero só registrar, Ministro, mais uma vez, que V. Ex^a nos orgulha. E orgulha o nosso Governo. V. Ex^a fez uma exposição aqui muito aguardada, com Casa cheia. Aliás, alguns Senadores e Senadoras que a gente não vê há um bom tempo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos estiveram presentes. Mais de vinte Senadores e Senadoras se inscreveram, e V. Ex^a foi claro.

Essa exposição, inclusive, imputo como talvez a melhor feita por V. Ex^a aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, pela objetividade, pela clareza e, acima de tudo, pela maneira como o senhor se posiciona: claro, didático, digno, decente e honesto com relação a todas as afirmações que faz.

Por isso, eu não tenho dúvida alguma, esta audiência pública foi um grande sucesso. O senhor tenha a certeza disso.

Nós temos uma grande pauta já discutida com V. Ex^a. O Senador Renan citou aqui o Projeto de Resolução 72, o *e-commerce*, do qual tenho a honra de ser autor, e sou o Relator do 72, do Senador Romero Jucá. Nós temos uma pauta extensa e tenha certeza de que o senhor terá aqui pessoas que vão trabalhar com o Ministério da Fazenda exatamente para que a gente vença esses grandes desafios na busca de um Brasil cada vez melhor.

Eu agradeço a todos os Senadores e Senadoras e especialmente a V. Ex^a e à sua equipe, que abrilhantaram mais esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 12 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e sete minutos, do dia quatorze de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Roberto Requião, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antônio, Flexa Ribeiro, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti e Clésio Andrade, e das Senadoras Marta Suplicy e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Jorge Viana, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira e Gim Argello. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010 Não Terminativo** Ementa do Projeto: Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências. **Autoria do Projeto:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria do Projeto:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, e 9-PLEN, e pela aprovação das Emendas nºs 4, 6, e 7-PLEN, da Emenda nº. 1-CCJ, e das subemendas às emendas nºs 1, 2 e 8-PLEN que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011 Terminativo** Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. **Au-**

toria: Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas que apresenta. Durante a discussão, os Senadores Roberto Requião, Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues apresentam sugestões ao Projeto, e o Senador Pedro Taques reformula o relatório, concluindo pela aprovação do Projeto e das Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2007 Não Terminativo** Acrescenta o art. 879-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do trabalho), para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, DE 2008 Não Terminativo** Cria Centros de Atendimento Integrado à Mulher – CAIM vítima de crime de estupro, tipificado no art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. **Autoria:** Deputado Eduardo Cunha. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2011 Terminativo** Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 284, do RISF. ITEM 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009 Não Terminativo** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas da CCJ nºs 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do substitutivo que apresenta, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais

emendas. Em 08/02/2012, foi recebida a Emenda nº 54, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que recebeu parecer contrário; Em 13/03/2012, foram recebidas as Emendas nºs 55 e 56, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que receberam parecer contrário; A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. REQUERIMENTOS APROVADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012-CCJ “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 99, de 2011– CCJ, aprovado em 23/11/2011, que na audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, seja substituído o nome aprovado do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. Robson Andrade, pelo do Sr. Carlos Velloso, Ex– Ministro do Supremo Tribunal Federal.” Autoria: Senador Armando Monteiro. Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012-CCJ “Requeiro a Vossa Excelência, em aditamento ao Requerimento nº 99 de 2011-CCJ, de realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, e nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, como convidado para a referida Audiência Pública.” Autoria: Senador Eunício Oliveira. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e trinta e nove minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 6 da pauta.

Item nº 1.

**EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010
– Não Terminativo –**

Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria das Emendas nº 1, 2, 3, 5 e 9 – PLEN: Senador Romero Jucá.

Autoria das Emendas nº 4 e 8 – PLEN: Senador Luiz Henrique.

Autoria das Emendas nº 6 e 7 – PLEN: Senador Alvaro Dias.

Relatoria do Projeto: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, e 9-PLEN, e pela aprovação das Emendas nºs 4, 6, e 7-PLEN, da Emenda nº. 1–CCJ, e das subemendas às emendas nºs 1, 2 e 8-PLEN que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, embora o meu relatório já esteja concluído, há possibilidade de aperfeiçoamento. Nesse sentido, o líder do Governo que assume hoje me fez um apelo que deixasse sua apreciação para a semana que vem, a fim de que ele pudesse ouvir rapidamente os ministérios envolvidos.

E apelo idêntico recebi da liderança do PT.

Portanto, queria pedir que marcássemos para semana que vem esta apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Mozarildo Cavalcanti, também recebi uma solicitação do novo líder do Governo aqui

no Senado Federal e, portanto, para aperfeiçoamento do projeto e para que façamos entendimento em torno desse projeto e dessas emendas tão bem analisadas por V. Ex^a, retiro a matéria de pauta, voltando na próxima semana, espero, com os entendimentos feitos por V. Ex^a e pelas lideranças que nos solicitaram esta decisão na manhã de hoje.

Está retirado de pauta, então, o item nº 1.

Peço a presença dos Senadores aqui na Comissão, porque, daqui a pouquinho, teremos matéria terminativa. Portanto, matéria terminativa necessitando da presença dos Srs. Senadores na Comissão de Constituição e Justiça.

O item nº 2 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2011, terminativo. O Senador Pedro Taques, que é o Relator, está chegando. S. Ex^a está numa audiência fora daqui, tratando de assuntos de interesse da Comissão e, obviamente, do Senado e da subcomissão que preside. Ele chegará daqui a pouco. Como é matéria terminativa – Senador Requião, V. Ex^a é o autor da matéria –, vamos aguardar um pouquinho.

Vou substituir essa matéria enquanto não chega o Senador Pedro Taques.

Aos Srs. Senadores que estão em outras comissões, a presidência informa que teremos matéria terminativa e importante nesta Comissão a ser votada daqui a pouco. Portanto, peço aos Srs. Senadores que compareçam à Comissão de Constituição e Justiça para tratarmos de várias matérias importantes na manhã de hoje.

O item nº 2 da pauta, nesse caso, vou sustar até a chegada do Senador Pedro Taques.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 39, DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 879-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do trabalho), para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: a matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria solicitar a retirada de pauta para fazer um reexa-

me de um aspecto do projeto, atendendo à solicitação do Ministério da Justiça.

Portanto, solicito a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirada de pauta do item 3, Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu apenas faço um apelo ao Senador Armando Monteiro, para que esse projeto possa retornar à pauta rapidamente, já que nós temos que demonstrar produção legislativa. Trata-se de matéria de interesse público e, certamente – já conversei com o Senador Armando Monteiro –, não é manobra protelatória...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não. Na próxima semana, eu me comprometo a trazer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu agradeço, então, ao Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para a Mesa tomar um posicionamento: Senador Armando, V. Ex^a retira. Como V. Ex^a é o Relator, pede prazo até a próxima semana.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, posso pautar essa matéria para a próxima semana?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, estará pautada para a próxima semana essa matéria. Portanto, retirada de pauta, a pedido do Relator, para revisão, com solicitação do Senador Alvaro Dias, que é o autor, para que voltemos a essa matéria na próxima semana.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 160, DE 2008

– Não Terminativo –

Cria Centros de Atendimento Integrado à Mulher (Caim) vítima de crime de estupro, tipificado no art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Autoria: Deputado Eduardo Cunha.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: favorável ao projeto, com três emendas de redação que apresenta.

Observações: a matéria será apreciada ainda pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O Senador Francisco Dornelles está fora e me pediu que eu retirasse a matéria de pauta até a chegada dele.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse é um projeto como outro ligado à violência contra a mulher, cuja discussão nós gostaríamos que fosse adiada, para que a CPMI pudesse incorporar e se pronunciar a respeito. Então, eu gostaria que fosse feito um adiamento, como foi feito num anterior, em relação à violência contra a mulher.

O projeto é excelente, mas foi pedido pela Comissão, e eu acho que seria correto que essas questões sobre violência fossem elaboradas depois de a Comissão se pronunciar sobre o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, regimentalmente, o Senador Dornelles pediu o adiamento até que ele chegue. Se ele chegar a tempo, nós começaremos com ele porque é o relator. Mas se não chegar, a matéria será retirada de pauta para reexame. No caso do projeto, que tem emendas anexadas, será feita a leitura do relatório pelo Senador Francisco Dornelles, depois, V. Exª poderá pedir vista ao processo. O.k?

Próximo item da pauta: item 5. Este projeto é terminativo, portanto, preciso da presença dos Srs. Senadores aqui na Comissão. É o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, terminativo, portanto, votação nominal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 464, DE 2011

– Terminativo –

Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

– Votação Nominal;

– Se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir a leitura do seu relatório.

Tem a palavra V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, alertando mais uma vez aos Srs. Senadores que esta votação será nominal, porque se trata de matéria terminativa nesta Comissão.

Senador Valadares tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O PLS, Sr. Presidente, de autoria do Senador Humberto Costa, determina as seguintes medidas:

a) prevê a possibilidade de suspensão cautelar das atividades do estabelecimento comercial envolvido na importação, venda, exposição à venda, venda a distância, distribuição, entrega para consumo, fabricação, estocagem, guarda do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais falsificado, corrompido, adulterado ou alterado;

b) considera como falsificado, corrompido, adulterado ou alterado o produto que apresente uma das seguintes condições: I) sem registro, quando exigível; II) em desacordo com a fórmula constante do registro; III) sem as características de identidade e qualidade admitidas para a comercialização; IV) com redução de seu valor terapêutico ou de sua atividade; V) com procedência ignorada; VI) adquirido de estabelecimento empresarial sem licença da autoridade sanitária competente;

c) prevê a decretação da medida cautelar pela autoridade policial que presidir o inquérito correspondente ou pela autoridade fiscal responsável pela atividade fiscalizatória, desde que identificados indícios suficientes sobre a existência do fato;

d) prevê a revogação da medida: I) em sede de inquérito policial, caso não seja indiciado indivíduo algum cuja atuação vincule o estabelecimento empresarial às práticas motivadoras da decretação ou caso o indiciado não tenha contra si instaurado inquérito policial; II) caso o procedimento fiscalizatório conclua pela não ocorrência de qualquer das práticas motivadoras da decretação;

e) determina a conversão da medida cautelar em suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial pelo período de seis meses a cinco anos, a ser aplicada pela autoridade judicial ou pela autoridade administrativa, respectivamente, nos casos de condenação penal do indiciado com decisão transitada em julgado e de conclusão do procedimento fiscalizatório pela ocorrência de alguma das práticas motivadoras da decretação da suspensão cautelar;

f) proíbe, durante a aplicação da medida cautelar ou da suspensão temporária referida, o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento empresarial por outro que desenvolva atividade similar, ainda que parcialmente.

Na justificação, o autor registra que a prolonga-da duração de processos administrativos destinados à apuração da responsabilidade de infratores e a virtual certeza de impunidade contribuem para o contínuo crescimento de práticas de pirataria e adulteração de medicamentos, cosméticos e correlatos em nosso País.

Sustenta que a medida cautelar administrativa prevista no PLS pretende contribuir para reduzir significativamente essas práticas, visto que será aplicada imediatamente, isto é, no momento em que as autoridades policiais ou fiscais identificarem indícios concretos da sua ocorrência.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de acordo com os arts. 91, I, e 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, decidir terminativamente sobre o projeto em exame.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, compete à União legislar sobre normas gerais de proteção e defesa da saúde, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre matéria de competência da União, nos termos dos arts. 24, XII, e 48, *caput*, da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, verifico – não obstante os nobres propósitos do autor – que, no âmbito penal, o PLS nº 464, de 2011, não inova ou aperfeiçoa a legislação sobre o tema.

As condutas ilícitas previstas no art. 1º do PLS estão tipificadas no *caput* e §§ do art. 273 do Código Penal, que tipificam os atos de falsificar, corromper, adulterar, alterar, importar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender, distribuir ou entregar a consumo produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, incluindo os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos, os cosméticos, os saneantes e os de uso em diagnóstico.

Segundo a lei penal, tais condutas citadas podem ensejar – além das sanções de multa, pena privativa de liberdade e fechamento do estabelecimento – medidas cautelares no âmbito do inquérito policial e do processo penal, entre as quais a suspensão do exercício de atividade de natureza econômica ou financeira, quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais (art. 319, VI, do Código de

Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011).

Portanto, a interdição cautelar de estabelecimento envolvido em falsificação de medicamento, em sede de inquérito policial, como proposto no PLS, já é admitida por nossa legislação. Ocorre, todavia, que, diversamente do previsto no projeto sob exame, a lei penal exige ordem judicial para que a medida seja adotada, visto que restrições a direitos fundamentais devem observar o devido processo legal, nos termos do art. 5º, LIV, da Constituição Federal.

A suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial proposta pelo PLS, no caso de condenação penal transitada em julgado, também me parece desnecessária, uma vez o art. 773 do Código de Processo Penal já prevê a medida de segurança de fechamento de estabelecimento durante a execução da pena.

Por sua vez, no âmbito administrativo, as medidas previstas no projeto estão parcialmente previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que não só elenca as infrações e as sanções respectivas, como também estabelece o procedimento e prevê a suspensão cautelar das atividades do estabelecimento envolvido com a falsificação de medicamentos e cosméticos.

Nesse sentido, o art. 10, inciso XXVIII, da referida lei considera infração sanitária os atos de fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública. E o inciso IV do mesmo artigo prevê como infrações sanitárias os atos de extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar tais produtos contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

O § 4º do art. 23, por seu turno, prevê a suspensão cautelar das atividades do estabelecimento, durante o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, no prazo máximo de noventa dias. Além disso, a condenação definitiva pode ensejar o cancelamento do registro, da autorização para o funcionamento da empresa e da licença do estabelecimento (art. 35), tornando-se desnecessária a suspensão temporária das atividades do estabelecimento proposta no PLS.

Do exposto, no que se refere ao mérito, entendo que o projeto deve ser aprovado, na forma de substitutivo que contemple tão somente as medidas que visam a aperfeiçoar a legislação sobre o tema, de forma a:

a) prever a suspensão das atividades do estabelecimento durante o tempo necessário à realização de testes, provas, análises e demais providências requeridas, e não apenas por noventa dias, como determina o art. 23, § 4º, da citada lei;

b) proibir, durante a aplicação da medida cautelar ou da suspensão temporária referida, o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento empresarial por outro que desenvolva atividade similar, ainda que parcialmente.

Em observância às normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, relativas à elaboração, redação e alteração de lei, o substitutivo promove alterações na Lei nº 6.437, de 1977, que trata das infrações à legislação sanitária federal, a fim de evitar a edição de lei esparsa sobre o tema.

Voto

Do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2011

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 23.

.....
§ 5º O prazo de interdição de estabelecimento estabelecido no § 4º não se aplica na hipótese de apuração de falsificação dos medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes previstos no inciso XXVIII do art. 10.

§ 6º Enquanto perdurar a interdição do estabelecimento prevista no § 5º, é vedado o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento ao qual ela foi imposta, por outro que desenvolva atividade similar, ainda que apenas parcialmente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

A matéria vai entrar em discussão e, em seguida, vamos para a votação nominal aqui na Comissão. Portanto, peço a presença dos Senadores que estão em outras comissões ou nos gabinetes, que compareçam à Comissão, pois vamos colocar a matéria em discussão e, em seguida, em votação.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação, e em votação nominal.

Senador José Pimentel? (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Senadora Marta Suplicy? (Pausa.) Ausente.

Senador Pedro Taques? (Pausa.) Ausente; avisou que está chegando. A Senadora Marta Suplicy teve que sair.

Senador Jorge Viana? (Pausa.) Ausente.

Senador Antonio Carlos Valadares? Voto conhecido o do Relator.

Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota com o Relator.

Senador Eduardo Lopes? (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Senador Pedro Simon? (Pausa.) Ausente.

Senador Romero Jucá? (Pausa.) Ausente.

Senador Vital do Rego? (Pausa.) Ausente.

Senador Renan Calheiros? (Pausa.) Ausente.

Senador Luiz Henrique? Está convalescendo.

Senador Francisco Dornelles? Justificou que está atrasado.

Senador Sérgio Petecão? (Pausa.) Ausente.

Senador Aécio Neves? (Pausa.) Ausente.

Senador Aloysio Nunes Ferreira? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes vota “sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Gim Argello? *(Pausa.)*

S. Ex^a está ausente.

Como vota o Senador Magno Malta? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Randolfe vota “sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy? *(Pausa.)*

S. Ex^a está ausente.

Como vota a Senadora Ana Rita? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

S. Ex^a está ausente.

Como vota o Senador Lindbergh Farias? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Braga? *(Pausa.)*

S. Ex^a está ausente.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Lobão Filho? *(Pausa.)*

S. Ex^a está ausente.

Como vota o Senador Waldemir Moka? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota a Senadora Lúcia Vânia? *(Pausa.)*

S. Ex^a está ausente.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Cícero Lucena? *(Pausa.)*

Como vota o Senador José Agripino? *(Pausa.)*

Ausentes.

Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Clésio Andrade? *(Pausa.)*

O Senador Clésio Andrade estava aqui agora. O Senador saiu da sala.

Aprovada a matéria, à unanimidade dos Senadores presentes.

O Substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para serem tomadas as providências cabíveis.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – V. Ex^a não computou meu voto, porque não fui chamado. Eu queria saber se meu nome consta ou não da lista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me, Senador. Temos de ver se o erro foi meu ou da Secretaria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Suprimiram meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Inclusive, o seu nome está marcado aqui. A culpa foi da Mesa, da Presidência. Peço desculpas a V. Ex^a. Eu já chamava a atenção da assessoria, mas a culpa foi desta Presidência. Votávamos o item 7, Senador Benedito de Lira. Vamos computar o voto de V. Ex^a. V. Ex^a vota com o Relator? Como vota V. Ex^a?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, fica computado o voto de V. Ex^a, com as desculpas da Presidência.

Vamos ao próximo item da pauta. Tendo em vista que o Senador Pedro Taques ainda não chegou aqui, Senador Requião, vou passar ao item 6 da pauta, que é não terminativo.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 96, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações (Volume III).

Autoria: Mesa do Senado Federal.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto; no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas da CCJ nºs 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do Substitutivo que apresenta, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais Emendas.

Observações: – No dia 14/02/2012, foi concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, nos termos regimentais;

– No dia 08/02/2012, a matéria foi retirada de pauta, para a análise das emendas, a pedido do Relator.

– No dia 8/2/2012, foi recebida a Emenda nº 54, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, dependendo de relatório.

– No dia 13/3/2012, foram recebidas as Emendas nºs 55 e 56, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, dependendo de relatório.

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, para proferir parecer sobre as Emendas nºs 36 a 56 e 54 a 56.

Senador Benedito de Lira, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 14 de dezembro do ano pretérito, esta Comissão, reunida para discussão e votação do meu relatório, na Comissão de Constituição e Justiça, naquela oportunidade, após a leitura do relatório, iniciava-se a Ordem do Dia. Consequentemente, a matéria foi suspensa naquele momento. É evidente que, no ano passado, não houve mais tempo para que voltássemos a discutir esse

projeto, que é da maior importância para a vida administrativa do Senado Federal.

Com a retirada de pauta, Sr. Presidente, foram agregadas ao projeto diversas emendas, de diversos Senadores, tratando também dos diversos assuntos relacionados à administração da Casa, que forçou este Relator a fazer uma complementação do voto já emitido no relatório inicial, cuja leitura passo ao conhecimento de V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Em virtude da necessidade de apreciar as emendas oferecidas ao Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, após a leitura do respectivo relatório, submeto hoje à apreciação dos membros deste colegiado a complementação do voto que proferi no último dia 14 de dezembro.

Antes disso, Sr. Presidente, devo fazer alguns registros. O primeiro deles é que, embora esteja há pouco tempo no Senado, tenho longa trajetória de vida política, especialmente no Poder Legislativo. Na verdade, ao assumir o mandato de Senador, no começo desta legislatura, já trazia comigo experiência parlamentar de décadas acumuladas, tanto no plano estadual quanto no plano federal. O segundo é que estou longe de ser neófito no tema da reforma administrativa do Senado, pois acompanho a matéria desde as primeiras discussões acerca do projeto de resolução sob exame, apresentado pela Mesa Diretora, como a materialização do desejo de aqui implantar a modernização de gestão, o aumento da transparência e o corte de despesa. Registro, ainda, que a análise deste projeto nunca se restringiu à percepção isolada de um ou outro Senador. De fato, a proposição já nasceu plural. Foi proposta pelo conjunto dos membros da Comissão Diretora, com base nas sugestões oferecidas por diversos Senadores e servidores e nos estudos técnicos da Fundação Getúlio Vargas.

Além disso, foi objeto de duas subcomissões específicas e de várias audiências públicas até receber os relatórios minuciosos daqueles que me precederam nesta árdua, mas dignificante tarefa: os Senadores Tasso Jereissati e Ricardo Ferraço. Envolveu, também, intensa participação do conjunto dos demais Senadores, seja daqueles que se engajaram nos trabalhos das referidas subcomissões, seja dos que apresentaram as 88 emendas voltadas a aperfeiçoar o texto, 34 delas perante a Mesa do Senado Federal e 54 no âmbito desta Comissão. Catalisou, ainda, o envolvimento nos debates da quase totalidade dos servidores: efetivos,

comissionados, ocupantes e não ocupantes de funções de confiança. Trata-se, portanto, do resultado do esforço coletivo de construção do melhor regulamento administrativo possível para esta Casa.

Esse é, sem dúvida, o objetivo das emendas apresentadas, que me obrigaram a lançar novo olhar sobre o texto do projeto, tendo sempre por horizonte o espírito original de mudança. Essa análise resultou tanto na reafirmação de algumas convicções quanto na retificação de outras.

Estou ainda mais convencido, por exemplo, quanto ao acerto da estratégia adotada desde o princípio, qual seja: priorizar a área fim; reduzir despesas eliminando hipertrofias e superposições; e restringir a designação de funções comissionadas para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento previstas na estrutura.

Aprofundou-se, também, minha convicção quanto à necessidade de racionalização dos contratos de prestação de serviço, de controle dos gastos, de transparência da gestão e de interação com a sociedade. Reafirmou-se, por fim, a certeza de que a busca do consenso constitui a melhor garantia de êxito para a almejada reforma, no sentido em que implica o comprometimento e a corresponsabilidade de todos os partícipes. Em outras palavras, somente o consenso pode viabilizar a concretização do desejo de aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados pelo Senado Federal, em nome do fortalecimento do Poder Legislativo e, por conseguinte, da democracia brasileira.

Ciente disso e fiel ao compromisso de entregar ao Senado Federal a estrutura organizacional necessária para a eficiência da gestão pública, entendo por bem acatar, no todo ou em parte, a maioria das emendas apresentadas.

Esclareço, porém, que o critério para a aprovação dessas emendas foi o crivo da razoabilidade do seu conteúdo em relação aos objetivos originais do projeto, que propõe mudanças na estrutura da Casa, com o enxugamento de órgãos e funções e a racionalização dos procedimentos.

Por isso, entendo relevante a preocupação trazida pelo Senador Ciro Nogueira quanto à possível solução de continuidade nas atividades dos gabinetes dos Senadores, Lideranças partidárias e membros da Mesa, com o corte de funções e com a redução do número de servidores efetivos lotados naquelas unidades. Tem razão o eminente autor da emenda quanto ao esforço adicional que a redução acarretará na carga de trabalho dessas unidades.

Contudo, não parece razoável manter inalterada a situação atual dos gabinetes, seja porque a redução de quadros atinge todas as áreas da Casa, seja

porque nem todas essas funções estão de fato ocupadas. Assim, em vez das 7 funções pleiteadas para os gabinetes dos Senadores, demais membros da Mesa e Lideranças na Emenda nº 36 e dos 13 cargos em comissão para os demais membros da Mesa na Emenda nº 37, sugiro adotar 5 e 8, respectivamente. Do mesmo modo, em vez da lotação de 7 servidores efetivos em cada gabinete como requer a Emenda nº 38, proponho a lotação de 5.

Estou convicto de que esses números atendem às necessidades dos gabinetes e afastam qualquer perigo de solução de continuidade em suas atividades.

Julgo conveniente, também, acatar a Emenda nº 39 do Senador Gim Argello, no que tange ao desmembramento do Serviço de Pesquisa e Atendimento ao Usuário, com a criação de um serviço de pesquisa voltado a apoiar as atividades finalísticas da Casa. Acato, igualmente, a proposta de supressão do art. 4º do projeto de resolução, que trata da transferência da Biblioteca do Senado Federal para outro local, deixando que a Comissão Diretora defina a melhor forma de distribuição dos espaços físicos da Casa.

A proposta de dotar a estrutura do Senado com um serviço de fonoaudiologia, como existe na Câmara, é defendida em duas emendas do Senador Mozarildo Cavalcanti (a 25 e a 40), numa do Senador Waldemir Moka (a 31) e noutra do Senador Valdir Raupp (a de número 43). Acolho as emendas porque parece correto o argumento de que a existência desse serviço possa ajudar a prevenir e tratar precocemente os distúrbios da voz dos Senadores, assim zelando por um dos nossos instrumentos de trabalho mais preciosos.

Defendo, porém, que o quadro de especialistas da Casa se restrinja a dois profissionais da área, que obviamente devem ser selecionados por concurso público.

Também me parecem razoáveis os argumentos defendidos na Emenda nº 41, de autoria do Senador Romero Jucá e vários outros, que apontam a importância da manutenção do Programa Interlegis, cujo trabalho beneficia o processo de integração e modernização do Poder Legislativo brasileiro em cerca de 4.000 Municípios. Lembram os autores da emenda que o Interlegis não é um órgão, mas um programa decorrente de acordo de empréstimo firmado entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que torna complicado tanto sua submissão a uma secretaria qualquer quanto sua extinção.

No primeiro caso, porque daria ensejo aos procedimentos de fiscalização e auditoria do BID, o que afronta os interesses nacionais; no segundo, porque causaria prejuízos diplomáticos à imagem do País, além de privar o Legislativo brasileiro de importante instrumento de replicação de boas práticas. Por isso,

acato a emenda e sugiro o estabelecimento de vínculo direto entre o programa e a Comissão Diretora, na expectativa de que a execução do programa ocorra a contento, inclusive com a realização plena de seu orçamento e o cumprimento das obrigações contraídas junto ao BID.

O crescente volume de trabalho da Ouvidoria-Geral do Senado, conforme dados apresentados pelo Senador Flexa Ribeiro, na Emenda nº 42, justifica o reenquadramento do órgão quanto à alocação de cargos comissionados. O novo posicionamento decerto permitirá ao Senado lidar com o aumento da demanda por ouvidoria e oferecer resposta rápida aos problemas apontados.

O Senador Francisco Dornelles, por meio de duas emendas (44 e 54), e o Senador Gim Argello, por intermédio da Emenda nº 53, buscam promover ajustes nas competências da Advocacia do Senado, para permitir o assessoramento jurídico aos diversos órgãos colegiados da Casa. Além disso, pretendem garantir a alocação de várias funções para a Advocacia, bem como assegurar aos advogados do Senado todas as prerrogativas previstas no regime do estatuto profissional.

Efetivamente, é importante promover ajustes nas competências da Advocacia do Senado, para permitir que ocorra o assessoramento jurídico das comissões da Casa, especialmente das comissões parlamentares de inquérito. No que diz respeito ao aumento das funções comissionados do órgão, entretanto, não me parece que, tendo em vista os cortes que foram feitos nas demais unidades da Casa, isso seja possível.

A Emenda nº 46, também da lavra do eminente Senador Francisco Dornelles, propõe novo enquadramento hierárquico e estratégico para a estrutura do Prodasen, órgão indiscutivelmente relevante para todas as unidades da Casa.

Com o autor da emenda, partilho a certeza de que o reenquadramento trará benefícios substanciais para a gestão da tecnologia da informação em todos os níveis da organização. Entendo, ademais, que o impacto financeiro desse ajuste é bastante reduzido, vez que a proposta apresenta estrutura racional e enxuta.

Sendo assim, tenho por bem alterar o substitutivo nesse ponto, de modo a incluir na estrutura do Senado Federal a Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (Prodasen), retirando do texto a disciplina sobre o departamento da Secretaria-Geral de Administração, incumbido de tratar dessa matéria na versão anterior.

Quanto à Emenda nº 47, que cuida de racionalizar as restrições ao desvio de função, permitindo que, sem agredir as exigências legais, possa a administração conciliar as situações existentes e otimizar a força de

trabalho da Casa, acolho parcialmente a ideia, buscando, essencialmente, preservar a possibilidade de que seja possível o exercício de Consultores Legislativos na Consultoria de Orçamento e vice-versa.

Idêntica acolhida merece a Emenda nº 48, mais uma do Senador Dornelles, que retoma a forma de organização das Consultorias e restaura o número de cargos efetivos da Consultoria Legislativa, permitindo que essas unidades fundamentais de assessoramento exerçam, de forma adequada e sem solução de continuidade, as suas funções institucionais. Essa proposta, vale dizer, prestigia a atividade finalística do Senado Federal – que é a produção legislativa – sem importar aumento imediato de despesa. De fato, a expansão do quadro de consultores, definida recentemente pela Resolução nº 61, de 2010, constitui salvaguarda para o bom andamento do processo legislativo e só será implementada na medida da necessidade da Casa e da disponibilidade orçamentária para a contratação no futuro.

As Emendas nº 49, nº 50, nº 51 e nº 52, todas de autoria do Senador Sérgio Petecão, abordam aspectos relacionados ao papel da Polícia Legislativa na estrutura do Senado Federal, que discutiremos um a um. A primeira das emendas – retomando os termos de emenda anterior (a de número 23, da lavra do Senador Vital do Rêgo) – propõe inserir o titular da Polícia do Senado no Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, medida que parece sensata diante do tipo de atribuição do órgão. Por isso, acolho de bom grado essas contribuições, incorporando a mudança proposta no texto do substitutivo.

Acolho parcialmente, nos termos do substitutivo, a Emenda nº 50, que propõe ligeiras alterações nos dispositivos referentes às atribuições da Polícia do Senado e respectivos técnicos da especialidade de Policial Legislativo, assim retomando os termos da Emenda nº 24, do Senador Vital do Rêgo. Deixo de efetuar, conforme pleiteado, a alteração da nomenclatura do cargo, vez que os impactos dessa mudança devem ser estudados com mais vagar.

Já a Emenda nº 51, que recupera, na prática, os termos da Emenda nº 26, do Senador Gim Argello, trata dos aspectos discutidos anteriormente, além de propor o reposicionamento do órgão, estabelecendo vinculação direta entre ele e a Mesa Diretora. A princípio, essa vinculação pode parecer estranha, visto que coloca no mesmo patamar de órgão superior de assessoramento unidades tão díspares quanto a Consultoria Legislativa, a Advocacia, a Secretaria de Gestão do Conhecimento e a Polícia. Todavia, o olhar mais atento revela a pertinência desse reposicionamento. Para isso, basta imaginar a seguinte hipótese:

um técnico do órgão recebe ordens expressas e em sentido contrário de dois Senadores a respeito da forma de lidar com determinada situação. A quem ele deve obedecer? A um deles? A nenhum? Ao administrador da Casa? Não parece mais razoável que ele recorra diretamente à Comissão Diretora para resolver o conflito? Por isso, acolho as emendas, conforme redação pelo substitutivo.

Em contrapartida, não vejo como acatar a Emenda nº 52, que estabelece exigência, que estabelece exigência de nível superior para ingresso em todos os cargos da Polícia do Senado – tanto os de Analista quanto os de Técnico – e disciplina a forma de realização do respectivo concurso público. Trata-se, sem dúvida, de matéria alheia ao escopo da alteração que se faz, neste momento, no regulamento administrativo, que talvez possa ser objeto de futuro plano de carreira e de edital de concurso público.

Registro, aqui, que, ao analisar o tema, deve-se dar especial ênfase à necessidade do provimento, por concurso público, e da ampliação do quantitativo do cargo de nível superior já existente, de Analista Legislativo, na Polícia. Trata-se, parece-me de consequência do *status* constitucional dado à atividade.

Por último, entendo por bem efetuar três registros. Em primeiro lugar, retifico o juízo proferido quanto ao acolhimento da Emenda nº 33, de autoria do Senador Dornelles, mantendo integralmente seu espírito, que torna expressa a proibição do nepotismo nas unidades administrativas do Senado.

Cabe, apenas, adaptar a redação do dispositivo ao que consta do entendimento jurídico que resulta de atos normativos respectivos ao tema, como decretos presidenciais, além de acórdãos e súmulas jurisprudenciais.

Efetivamente, a proposta original de S. Ex^a podia dar margem a interpretações que, certamente, não eram aquelas colimadas por ele, levando à flexibilização da vedação do nepotismo, além do que determinou o Excelso Pretório ao editar a Súmula Vinculante nº 13.

A redação original da Emenda, efetivamente, poderia dar margem à desaconselhável reedição da polêmica ocorrida quando o Procurador-Geral da República propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal, a Reclamação nº 6.838, contra o Ato nº 7, de 2008, da Comissão Diretora do Senado Federal. A querela acabou equacionada pela revogação desse Ato e pela edição do Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, que determinou a aplicação, à Casa, de normas similares às que aqui propomos.

Em segundo lugar, proponho ajuste no número dos Assistentes Técnicos para atender às comissões

permanentes e temporárias da Casa, de forma a viabilizar esse assessoramento.

Em terceiro lugar, ressalto a necessidade de retificar a cláusula de revogação do projeto de resolução, de forma a excepcionar da revogação a Parte I do atual Regulamento Administrativo, uma vez que a matéria não foi objeto de apreciação ao longo da tramitação do projeto.

Com essas alterações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, busco articular amplo acordo entre todas as forças políticas da Casa, para, no melhor exercício da atividade parlamentar, permitir a aprovação da matéria no seu desenho possível no momento, sem prejuízo de seu aperfeiçoamento posterior, inclusive quando de seu exame pela Comissão Diretora.

Com relação à Emenda nº 55, da lavra do Senador Francisco Dornelles, referente à reestruturação do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, apresentada após a publicação do meu parecer sobre as demais emendas, registro que, apesar da importância do tema, estou opinando pela sua rejeição, pela necessidade de se fixar um termo de apreciação das sugestões de alteração do texto.

Comprometo-me, entretanto, a encaminhar a proposta à Comissão Diretora, com destacado subsídio para a decisão daquele Colegiado, que é o responsável por encerrar a instrução da matéria.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de solicitar uma retificação no substitutivo já divulgado pela Comissão, por um erro material. O Quadro 1.5, descritivo dos cargos em comissão dos gabinetes dos líderes de partidos, reproduziu o Quadro 1.3, relativo aos cargos em comissão dos gabinetes dos demais membros da Mesa. Na verdade, não há alteração no Quadro 1.5, que mantém o mesmo quantitativo do relatório que foi apresentado a esta Comissão no dia 5/12/2011.

Concluo, então, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas-CCJ nºs 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do substitutivo a seguir, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais emendas.

Essa é a complementação do voto, Sr. Presidente, ao voto anterior lido aqui na Comissão no dia 14 de dezembro do ano pretérito.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Ex^a, Senador Ricardo.

Senador Benedito de Lira, em relação às emendas 54 a 56 V. Ex^a deu parecer contrário? Desculpe. As últimas emendas que entraram. Tem parecer de V. Ex^a contrário ou favorável? São as que V. Ex^a disse que não acatava para remeter à Mesa?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Um momentinho.

Foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Rejeitadas, então, as Emendas 54 a 56. Em discussão a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu já tinha protocolado aqui na minha complementação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k, Senador Benedito de Lira, obrigado pelo relatório.

Pela ordem de inscrição, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, tendo em vista as profundas mudanças feitas entre o primeiro e o segundo parecer do Senador Benedito, eu peço vista para que possamos fazer uma avaliação detida e o mais rápido possível e, se Deus quiser até a próxima semana, oferecermos um estudo detalhado, inclusive cotejando as diferenças entre a proposta apresentada pelo Senador Benedito, a proposta por mim apresentada e considerando ainda os trabalhos que foram desenvolvidos na Subcomissão, não apenas deste mandato, mas do mandato anterior, que teve o apoio e o trabalho do Senador Tasso Jereissati, do Senador Pedro Simon, do Senador Eduardo Suplicy e tantos outros.

Por isso mesmo, peço vista para que possamos aprofundar o enfrentamento dessa questão.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, da mesma maneira, gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida ao Senador Ricardo. Tendo em vista que o Relator alterou significativamente o relatório anterior, eu obviamente vou atender à solicitação do Senador Ricardo Ferraço porque se enquadra na interpretação que a Mesa dá ao Regimento nesse sentido de que, havendo alteração do relatório, temos condição de conceder vista ao processo.

Então, concedida vista coletiva ao Senador Ferraço, Senador Suplicy e Senador Randolfe...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sérgio Petecão, Senador Armando Monteiro.

Vista coletiva. A matéria está com vista coletiva, Srs. Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voltando ao item 2 da pauta, trata-se de matéria terminativa, que requer a presença dos Srs. Senadores.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 141, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Autoria: Senador Roberto Requião.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

– *Votação Nominal;*

– *Se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Matéria terminativa, Senador Requião, portanto, a votação será nominal.

Tem a palavra o Senador Pedro Taques para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhor autor do projeto, Senador Requião.

No relatório que apresentamos, está como substitutivo. Penso que tenha sido um equívoco da minha parte, e quero consertar isso; são emendas, e não substitutivo, uma vez que aqui não houve modificação de mais de 50%.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa leu emendas substitutivas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, mas eu quero, de público, me penitenciar pelo meu equívoco aqui. O projeto é do Senador Requião, a quem cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aatoria do Senador Requião, relatoria de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

Sr. Presidente, este projeto não trata, de forma alguma, porque seria inconstitucional, de cercear o direito à informação, não se trata de censurar a imprensa, porque a imprensa deve ser livre, deve colaborar, pois é imprescindível, para a democracia, para o Estado democrático de direito. A liberdade de imprensa deve ser ressaltada, cultuada por todos nós. Agora, liberdade rima com responsabilidade. Daí a Constituição da República, no art. 5º, inciso V, falar do direito fundamental à resposta. Este projeto trata apenas do direito de resposta.

Sr. Presidente, tendo em conta a importância desse projeto do Senador Requião, nós fizemos reuniões com a Associação Nacional dos Jornalistas, a ANJ, com a Abert, duas reuniões com essas entidades, colhemos subsídios dessas instituições que, parte deles, restaram incorporados a este projeto, a este relatório, que passo a ler.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 141, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que “dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social”.

O projeto é dotado de 13 artigos, sendo o art. 1º indicativo do objeto da lei e do seu âmbito de aplicação. O art. 2º assegura o direito de resposta ou retificação, gratuito e proporcional ao agravo, ao ofendido em matéria divulgada em veículo de comunicação social, cujo conteúdo atente contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica, independentemente do meio de veiculação utilizado. É feita exceção no caso de meros comentários realizados por usuários de Internet nas páginas eletrônicas de veículos de comunicação social. Ainda segundo esse mesmo artigo, a retratação ou retificação espontânea impedirá o exercício do direito de resposta, embora não prejudique a ação de reparação por dano moral.

O art. 3º estipula o prazo decadencial de sessenta dias para o exercício do direito de resposta ou retificação, a ser exercido mediante correspondência com aviso de recebimento e de forma individualizada, em face de todos os veículos de comunicação que tenham divulgado o agravo original. A titularidade para o exercício desse direito também poderá ser conferida ao representante legal do ofendido incapaz, ou da pessoa jurídica, assim como ao cônjuge, descenden-

te, ascendente ou irmão do ofendido ausente do País ou falecido antes do decurso do prazo decadencial.

O art. 4º, da lavra do autor do projeto, trata da forma e duração da resposta e retificação, no que diz respeito ao destaque, publicidade, periodicidade e dimensão da matéria, conforme o agravo tenha sido veiculado na Internet, em mídia escrita, televisiva ou radiofônica, dentro de apenas um ou em mais de um Município ou Estado. Esse mesmo artigo também considera inexistente a resposta ou retificação fora dos moldes estabelecidos no projeto.

Nos termos do art. 5º, se o veículo de comunicação não divulgar a resposta ou retificação dentro de sete dias, poderá o ofendido demandá-lo em juízo, no seu próprio domicílio ou, se assim o preferir, no lugar onde o agravo tenha tido maior repercussão, em ação de rito especial a ser instruída com as provas do agravo, o pedido de resposta ou retificação não atendido, bem como com o texto da resposta ou retificação a ser divulgado, ficando estipulado o prazo máximo de trinta dias para o processamento da ação, na qual não caberá cumulação de pedidos, reconvenção, litisconsórcio, assistência e outras espécies de intervenção de terceiros. Ainda segundo os termos desse mesmo artigo, será possível que a resposta ou retificação seja feita pessoalmente pelo próprio ofendido.

Sr. Presidente, o art. 6º confere ao juiz o prazo...
(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acionei a campainha para ouvir V. Ex^a. Não estou conseguindo ouvi-lo por causa das conversas laterais. As assessorias, hoje, estão...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nem eu estou conseguindo me ouvir. Vou começar a falar um pouco mais alto, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não, V. Ex^a pode manter o tom de voz.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir silêncio para as assessorias, para que possamos ouvir V. Ex^a. Essa matéria, inclusive, é terminativa e exige votação nominal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O art. 6º confere ao juiz o prazo de vinte e quatro horas para proferir o despacho de citação, a fim de que o de-

mandado, em igual prazo, apresente as razões da não divulgação da resposta ou retificação ou, em três dias, ofereça contestação em que se limitará a demonstrar a veracidade das informações divulgadas, observadas as seguintes variantes: tratando-se de calúnia, somente se permitirá a prova da verdade se houver sentença penal condenatória transitada em julgado; tratando-se de difamação, a prova da verdade será admitida se o ofendido for servidor público e se a ofensa disser respeito às suas funções ou se o ofendido for órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública. Fora desses casos, admitir-se-á a demonstração da veracidade das informações divulgadas sempre que o ofendido permitir a respectiva prova. Contudo, se o agravo consistir em injúria, não se admitirá a prova da verdade.

Segundo o art. 7º, o juiz fica autorizado a fixar, em vinte e quatro horas após a citação, independentemente da resposta do demandado, a data e demais condições para a veiculação da resposta ou retificação, a ser feita em prazo não superior a dez dias, desde que se convença do receio da ineficácia do provimento final ante a sua demora. Nesse mesmo artigo, o autor também admite a divulgação da resposta ou retificação em edição extraordinária ou na edição seguinte à da ofensa, se esta tiver sido divulgada por veículo de mídia impressa de circulação periódica, podendo a medida antecipatória ser reconsiderada a qualquer momento. Além disso, prevê-se que o juiz possa impor multa diária ao réu, bem como outras medidas de apoio para a efetivação da tutela específica, inclusive a suspensão das atividades do veículo de comunicação, que, todavia, não poderá exceder a noventa dias.

Consoante o art. 8º, são estabelecidas diversas condições perante as quais não será admitida a divulgação de resposta ou retificação, sendo que, à vista do art. 9º, o juiz terá trinta dias para prolatar a sentença, processando-se a ação durante as férias forenses, não se aplicando a suspensão de prazos pela superveniência delas, a fim de ser assegurada a efetividade do direito de resposta ou retificação.

O art. 10 prevê o cabimento de recursos sem efeito suspensivo nos processos submetidos ao rito de que trata o presente projeto, cabendo ao art. 11 estatuir que a gratuidade da resposta ou retificação não se estende às custas processuais nem exime o autor dos ônus da sucumbência, os quais incluem os custos com a divulgação da resposta ou retificação, caso haja reforma em definitivo da decisão que tenham determinado a divulgação, publicação ou transmissão da matéria respectiva.

O art. 12 não permite a dedução de pedido de reparação de danos cumulados com a ação de direito

de resposta, mas admite que tais ações sejam intentadas em concomitância, porém separadamente, sendo que a multa cominatória diária prevista no projeto não prejudicará o direito à indenização ou reparação.

Por derradeiro, o art. 13 trata da cláusula de vigência, com previsão para a entrada em vigor da lei em que for convertido o projeto na data da sua publicação.

Sustenta o autor da matéria, em sua justificativa, que o propósito do seu projeto de lei é oferecer rito especial e célere às respostas a ofensas veiculadas pela mídia, as quais eram submetidas aos ditames da Lei de Imprensa até a declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da sua incompatibilidade com a Constituição Federal. Desse modo, formou-se um vácuo no ordenamento jurídico que necessita ser preenchido com um novo marco normativo.

Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de ressaltar aqui o exercício da democracia participativa, o exercício da democracia dialógica, em que nós, legisladores, possamos abrir o diálogo com aquelas partes interessadas.

Assim, ressalto que, em razão da relevância da matéria, foram realizadas duas audiências com representantes da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – Abert e da Associação Nacional de Jornais – ANJ. Esta, inclusive, encaminhou sugestões para a regulamentação do tema.

Ao projeto não foram oferecidas outras emendas. Análise.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade encontram-se atendidos, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e processual, conforme art. 22, I, da Lei Fundamental da República. A matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional (art. 48, da Lei da República), não viola cláusula pétrea e não há reserva temática a respeito, portanto não ofende o art. 61, § 1º, da Carta da Federação. Por fim, atende-se a competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea d, do Regimento Interno do Senado Federal.

O mérito é adequado à intenção do projeto. De fato, como consequência da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130, em 30/04/2009, não há – não há, repito – no nosso ordenamento jurídico suporte normativo específico que permita ao jurisdicionado valer-se de adequado regramento disciplinando as relações da mídia com a sociedade, de forma a assegurar-lhe o direito de resposta às ofensas que considere tenham sido assacadas contra a sua pessoa. Tal situação prejudica o pleno exercício do direito previsto no art. 5º, inciso V, da Constituição.

Aqui, Sr. Presidente, estamos atendendo às determinações do art. 5º, V, da Constituição na necessidade de regulamentação do direito de resposta.

E continuo: surgido na França, no século XIX, o direito de resposta, como prolongamento do próprio direito de imprensa, existe em diversos países e é reconhecido como parte do desenvolvimento democrático de uma Nação.

O direito de resposta francês se baseia no ato de contestar acusações, opiniões ou juízos de valor, garantindo que a simples menção ofensiva no meio de comunicação origine ao ofendido o direito de veicular sua resposta.

Com grande influência em diversos outros países, os procedimentos semelhantes ao do modelo francês foram adotados na Áustria, na Grécia, na Finlândia, na Espanha, na Itália e em Portugal, só para citar os exemplos mais notáveis de legislação nesse sentido.

No direito brasileiro, a expressão contida no inciso V do art. 5º da Lei Fundamental da República nos permite a ideia de um direito expressivo que não se resume em sanear incorreções pontuais na matéria ofensiva.

Pelo contrário, caso essa fosse a intenção constituinte, a garantia fundamental não seria denominada “direito de resposta”, mas sim “direito de retificação”, mais adequado a uma interpretação restritiva que sirva apenas para correções de imprecisões nas publicações, como ocorre, por exemplo, no direito alemão.

Pensamos, ressalte-se, que o direito de resposta reforça o próprio direito público à informação, ao ponto que garante à sociedade a plena ciência sobre fatos e versões envolvidas, veiculando informações do meio jornalístico e as versões do interessado sujeito da reportagem ou publicação. É também consequência para a garantia da liberdade de expressão e de imprensa, já que pretende evitar o uso irresponsável de tais conquistas democráticas, que não pertencem a apenas uma entidade individualmente considerada, mas a toda a sociedade brasileira.

No entanto, em que pesem os incontáveis méritos da proposição em exame, da lavra do Senador Requião, entendemos que alguns ajustes no texto original contribuem para o melhor atendimento dos objetivos de salvaguardar e concretizar o direito de resposta sem prejudicar a liberdade de expressão – repito, Sr. Presidente: sem prejudicar a liberdade de expressão, que é um direito fundamental que todos nós devemos respeitar e, mais do que isso, defender.

No *caput* do art. 3º, opinamos pela alteração do marco inicial para contagem do prazo decadencial de exercício do direito de resposta ou retificação, que passará da data da última divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva para a primeira.

Essa alteração é pertinente, se levarmos em consideração o próprio marco de ocorrência do dano, que será a primeira ofensa, além de considerar as publicações veiculadas na Internet, que podem permanecer disponíveis por vários anos.

Não nos parece que uma matéria que seja veiculada por 30 dias ocasione 30 danos ao ofendido. Ao contrário, o dano será apenas um, e a quantidade de veiculação deverá ser utilizada apenas para se aquilatar a extensão da ofensa.

Além disso, por regular o exercício de um direito especial, a lei pretendida deve contemplar um prazo razoável que garanta ao ofendido a opção de seu uso, mas não estabelecer uma prerrogativa absoluta em detrimento dos outros sujeitos de direito. Por esse motivo, parece razoável o marco inicial da primeira publicação, somado ao prazo decadencial de 60 dias.

Ademais, no texto do art. 4º, incisos II e III, e no § 1º, com a premissa de resguardar a efetiva proporcionalidade entre a ofensa e a resposta ou retificação, própria da previsão constante no inc. V do art. 5º da CR, optamos por retirar do texto os acréscimos, a nosso juízo, injustificados na duração do exercício do direito em relação à duração da ofensa (inc. II e III) e substituir a palavra “idêntico” por “proporcional” (§ 1º), para que tenhamos a mesma leitura, o mesmo sistema, a mesma gramática, o mesmo símbolo, a linguística, o que se encontra na Constituição. Ponderemos que essas modificações resguardam os objetivos da norma constitucional, impedindo excessos e eventuais arbitrariedades judiciais por ocasião do julgamento dessas ações.

Na parte final do *caput* do art. 5º, preferimos aprimorar sua redação, com respeito àquela trazida pelo autor, para evitar uma possível interpretação de restrição ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, substituindo a locução “o ofendido poderá demandá-lo em juízo” por “resta caracterizado o interesse jurídico para a propositura da ação judicial”.

Essa modificação não altera o objeto do dispositivo e restringe a possibilidade de controle concentrado de constitucionalidade da norma, haja vista que o texto original poderia ser impugnado em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, como já ocorreu no tocante à lei que trata do mandado de injunção e do juízo arbitral.

No art. 6º, preferiu-se retirar as limitações de matérias defensivas a serem introduzidas na contestação com vistas a impedir um esvaziamento do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inc. LV, da Lei Fundamental), presentes em todos os processos administrativos e judiciais – mesmo nos especiais, que é o caso deste aqui tratado.

No *caput* do art. 7º, primando-se pela segurança jurídica, optamos por inserir a redação já consagrada no art. 273 do Código de Processo Civil, que trata da tutela antecipada – isso, Sr. Presidente, para que nós tenhamos um sistema na legislação nacional; não criarmos expressões diferenciadas daquelas que se encontram no procedimento maior, que é o Código de Processo Civil.

Assim, para o deferimento de medida liminar na ação especial de direito de resposta, deve haver “prova inequívoca capaz de convencer sobre a verossimilhança da alegação”.

Como dito, esse requisito é próprio das tutelas de urgência e acaba garantindo maior legitimidade às decisões judiciais. Caso fosse mantido apenas o requisito do perigo da demora, correr-se-ia o risco de facilitar demandas judiciais desprovidas da devida sustentação jurídica.

O texto do § 1º, por seu turno, mereceu um reparo pontual de redação para lhe outorgar maior concordância e adequação técnica, substituindo-se a locução “cuja circulação seja semanal, quinzenal ou mensal” por “cuja circulação seja periódica”.

No § 4º do mesmo artigo, preferimos deixar de detalhar previsões exemplificativas para preservar o poder geral de cautela do magistrado, retirando da normatização as medidas específicas a serem determinadas pelo juiz e registrar apenas a possibilidade de determinar as medidas “cabíveis para cumprimento da decisão”. Para assegurar a coerência interna, o § 5º foi excluído.

Isso, Sr. Presidente, porque, na sistemática judicial, nos julgamentos judiciais, esses tipos fechados, com números fechados, um rol taxativo impede o decantar da jurisprudência, e é bom que o juiz tenha esse poder geral de cautela, para que inovações possam surgir.

Já na parte inicial do *caput* do art. 8º, para maior exatidão e clareza do texto, em vez de se dizer que “será recusada a divulgação”, entendemos, salvo melhor juízo de S. Exª o autor, ser de melhor redação consignar que “não será admitida a divulgação”.

Objetivando maior adequação técnica com a própria lei, na parte final do referido *caput*, optamos por não prever um rol extenso de possibilidades de recusa ao exercício do direito de resposta pelas empresas de comunicação social.

Desse modo, as únicas escusas contempladas dizem respeito à disparidade entre a resposta ou retificação com as informações contidas na matéria a que se pretende responder e a ausência de enquadramento nas hipóteses do § 1º do art. 2º do PLS da lavra do Senador Requião.

Essa opção se justifica porque, no § 1º do art. 2º do PLS, já estão disciplinadas, em tese, as hipóteses em que será cabível o exercício do direito de resposta. Por isso, apenas as pretensões que fogem às suas possibilidades devem ser descartadas.

Por fim, uma vez que é no caso concreto que se pode melhor visualizar as circunstâncias específicas, assinalamos, no art. 10, que os recursos interpostos contra as decisões poderão ser recebidos no duplo efeito, deixando para o poder geral de cautela dos julgadores a análise acerca da atribuição ou não do efeito suspensivo.

Primando pela segurança jurídica, ficaram estabelecidas como condições para a concessão do referido efeito suspensivo: I) decisão colegiada prévia, II) plausibilidade do direito invocado e III) urgência na concessão da medida.

Substituímos, portanto, a impossibilidade absoluta de concessão do efeito suspensivo pela possibilidade de sua concessão, que fica condicionada aos mesmos requisitos constantes na Lei de Mandado de Segurança (art. 15, Lei nº 12.016/09) somados ao da decisão colegiada.

Nós trouxemos da Lei nº 12.016, de 2009, o seu art. 5º para cá, sempre para que tenhamos a mesma sistemática a fim de que não haja microsistemas dentro da legislação processual.

Essa discricionariedade provida de segurança jurídica, ao passo que evita abusos possíveis no caso concreto, mantém a regra do efeito prioritariamente devolutivo.

Quanto aos demais dispositivos da proposição, comungamos do entendimento do autor e não oferecemos reparos.

O exame da juridicidade, aliás, revela que a proposição contém todos os atributos capazes de inovar a ordem jurídica.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 141, de 2011, da lavra de S. Exª o Senador Roberto Requião, e, no mérito, por sua aprovação com as emendas que ofertamos.

E, mais uma vez, queremos tratar, queremos fazer referência, já encerrando, Sr. Presidente: este projeto não toca na liberdade de imprensa. Aqui não se trata, como não poderia ser, porque seria inconstitucional se isso fizesse, de qualquer limitação de conteúdo, muito menos de censura prévia à manifestação de imprensa, que deve ser livre no Estado democrático de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Para discutir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, para discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, inscrevem-se o Senador Requião, o Senador Demóstenes e o Senador Randolfe.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, este projeto não é novo, eu já o havia apresentado em 1966. E ele foi aprovado à unanimidade pelo Plenário do Senado. Mil novecentos e noventa e seis!

Ele foi provado à unanimidade pelo Plenário do Senado, depois se perdeu nos escaninhos da Câmara Federal.

Mas, com a liquidação da Lei de Imprensa, providenciada pelo Supremo Tribunal Federal, o projeto vem calhar à fiveleta. Presidente, para que V. Ex^a tenha uma ideia, nós últimos três anos, a Presidência do Senado enviou à imprensa 148 cartas para corrigir erros e acusações descabidas ao Senado da República. Sequer uma delas foi publicada.

Nós estamos garantindo a liberdade absoluta de comunicação e de opinião. O projeto simplesmente trata de contrabalançar a provável, possível e frequente irresponsabilidade, abrindo uma perspectiva de direito de resposta num rito rápido, num rito sumário com a avaliação do juiz. Um direito de resposta que não seja igual àquele que o Brizola conseguiu da Rede Globo: 5 anos depois de a ofensa ter sido realizada.

Nós temos que, de certa forma, conter a irresponsabilidade. E as emendas do Senador Taques foram todas apropriadas.

Eu faria só uma consideração. Aliás, já conversei com o Senador anteriormente. O Senador Demóstenes me levanta, e eu concordo com isso, a possibilidade de a modificação feita no art. 7º, que visa adequar ao Código de Processo Penal, vir a criar um litígio dentro do processo quando diz que “o juiz, nas 24 horas seguintes à citação, tenha ou não se manifestado o responsável pelo veículo de comunicação, conhecerá do pedido e, havendo prova inequívoca capaz de convencer sobre a verossimilhança da alegação e justificado o receio de ineficácia do provimento final, fixará desde logo a data e demais condições para veiculação da resposta ou retificação em prazo não superior a dez dias”.

Ora, o art. 7º do meu projeto diz o seguinte: “O juiz, nas 24 horas seguintes à citação, tenha ou não se manifestado o responsável pelo veículo de comunicação, conhecerá do pedido e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, fixará desde logo a

data e demais condições para veiculação da resposta ou retificação em prazo não superior a dez dias”.

Eu acho que é mais apropriado. Se falássemos em prova, Senador Pedro Taques, seria absolutamente razoável, mas eu tenho medo de critério de prova inequívoca, que, *mutatis mutandis*, é quase uma sentença de trânsito em julgado, a prova cabal e definitiva. E ela não previne o dano possível, feito antes do julgamento final de um processo. Nós estaríamos protelando o direito de resposta.

Conversei com V. Ex^a e se V. Ex^a concordar em adotar a versão original, eu não teria nenhum reparo a fazer às pertinentes modificações feitas através das emendas. E espero que, desta feita, como o projeto calha à fiveleta na ausência – como diria o Celso Antônio Bandeira de Mello, nosso amigo e grande jurista e administrativista brasileiro –, que seja aprovado à unanimidade e que não seja freado na Câmara Federal. Que a Câmara, com a mesma velocidade e pertinência do Senado, aprove, acabando com esse risco incrível que sofremos todos os cidadãos brasileiros com prováveis e possíveis irresponsabilidades da imprensa.

Eu gostaria da sua manifestação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques tem a palavra como Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Pedro Taques, só para fazer uma observação, se V. Ex^a permite, que até se tornaria econômico.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Na realidade, V. Ex^a, através do projeto apresentado pelo Senador Requião, acaba com a insegurança jurídica, inclusive para os veículos de comunicação. O direito de resposta está mantido em qualquer hipótese, mas não está regulamentado. Isso faz com que qualquer juiz possa dar qualquer decisão, uma vez que o tema é aberto. Como é um tema de direito privado, não se pode vedar ao Poder Judiciário a sua apreciação.

Então, tanto o Senador Requião quanto V. Ex^a fizeram ajustes necessários, para que haja o direito de resposta e para que, ao mesmo tempo, permaneça o direito de crítica, o direito de as emissoras e os periódicos divulgarem as matérias que entenderem adequadas.

Quanto ao art. 7º, quero dizer que prova inequívoca qualquer jurista sabe o que é. Mas a lei sempre diz “prova”, porque o juiz pode fazer a livre apreciação das provas. Nenhum juiz dará, em caráter liminar, uma decisão que não tenha lastro. Nenhum juiz dará uma decisão contra uma emissora de TV, um jornal ou um

periódico qualquer se a prova não for boa. Mas, ao se dizer “prova inequívoca”, estamos criando um novo conceito legal. Por isso, eu sugeriria a V. Exª que retirasse a palavra “inequívoca”. É óbvio que o juiz só vai deferir se a prova for inequívoca. Mas eu tiraria essa palavra, para evitar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E, em vez de se dizer “e justificado receio”, podemos dizer “ou justificado receio”. Assim, ficaria a forma lavrada pelo próprio Senador Pedro Taques. Eu abro mão da minha, porque a dele está mais completa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pronto! O.k! É verdade. Se o Senador Pedro Taques concordar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para que se manifeste sobre as ponderações do Senador Demóstenes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, agradeço aos Senadores essas contribuições.

Sou daqueles que preferem os substantivos aos adjetivos. O sujeito é mais importante que o predicativo do sujeito. Por isso, aqui, a palavra “inequívoca” não altera o substantivo anterior. Concordo com essa modificação.

O Senador Requião sugere a retirada da conjunção “e”, para adotar a conjunção alternativa “ou”. Concordo com essa modificação também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – As modificações atendem a V. Exª, Senador Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muito. Está perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Assim, ficam atendidos o Senador Demóstenes Torres e o Senador Requião.

Tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Requião e...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... o Relator, Senador Pedro Taques.

Esse é um instrumento fundamental para a liberdade de imprensa, porque liberdade de imprensa é diretamente proporcional à responsabilidade. A palavra “responsabilidade” vem do latim e significa “dar resposta com habilidade, dar resposta no momento certo”. Então, em uma democracia, liberdade combina e dialoga com responsabilidade. Por isso, considero que esse é um instrumento não existente no nosso

ordenamento jurídico que vem a dar uma contribuição fundamental nesse sentido.

Quero partir, então, da premissa do Senador Pedro Taques: o fundamental aqui é o sujeito, ou seja, a matéria; o fundamental aqui é o conteúdo do sujeito, que é muito bom. Poderiam ser feitos alguns ajustes, mas esses ajustes poderiam acarretar um pedido de vista da matéria.

Mas, da mesma forma como o Senador Demóstenes apresentou sugestões – e V. Exª as acatou, Senador Pedro –, eu queria dialogar com V. Exª sobre alguns dispositivos sobre os quais, creio, V. Exª poderia me esclarecer. Posso estar completamente equivocado em relação à interpretação disso.

Minha primeira preocupação diz respeito ao art. 11, que determina que “a gratuidade da resposta ou retificação divulgada pelo veículo de comunicação não abrange as custas processuais nem exime o autor dos ônus da sucumbência”. Minha preocupação se refere à expressão “não exime o autor dos ônus da sucumbência”. Vejamos. O Senador Requião é caluniado no Jornal Nacional; liminarmente, consegue o direito de resposta no Jornal Nacional. No julgamento posterior de mérito, o Senador Requião perde. Ele vai ter que pagar o ônus da sucumbência da inserção do espaço do Jornal Nacional, que, salvo melhor juízo, são R\$350 mil em 30 segundos. Então, parece-me que estaríamos penalizando, depois do julgamento do mérito, aquele que foi atendido pelo direito de resposta. Essa é a minha preocupação e não sei, se a interpretação do Relator é a mesma, como poderemos fazer para ajustar esse dispositivo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, a ideia aqui é nós trazermos uma construção que existe desde 1965 na Lei de Ação Popular. É gratuita a ação popular, mas, se houver má-fé, ele tem que pagar. Aqui é para evitar ações temerárias contra os meios de comunicação, porque, muitas vezes, essas ações podem ser utilizadas com fins também políticos, partidários...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E o ônus da sucumbência faz parte do sistema processual nacional; aquele que perdeu vai ter que arcar com isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Pedro Taques, permite-me uma sugestão?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, diante dessa argumentação, que acho que é perfeita, poderíamos deixar no art. 11: “a gratuidade da resposta ou retificação divulgada pelo veículo de comunicação, em caso de ação temerária, não abrange as custas processuais nem exime o autor do ônus da sucumbência”. Porque aí vai na direção do que V. Ex^a pretende fazer e também do que o Senador Randolfe deseja estabelecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Com essa contribuição do Senador Demóstenes...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Aliás, essa expressão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, muda para a redação proposta pelo Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Em caso de ação temerária.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vejo que, se nós acrescentarmos essa vírgula – em casos de ações temerárias –, você não muda a parte final nem exime o autor do ônus da sucumbência...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exato.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas traz algo interessante para o artigo, para evitar essa utilização política, partidária, de perseguições, porque temos realidades diversas. Nós estamos falando de uma lei que é nacional, e, em determinados Estados, os meios de comunicação são dominados por grupos políticos. Isso é fato. Não podemos dourar a pílula aqui.

Então, penso que esse acréscimo de nenhuma forma prejudica o todo, mas a questão da isenção do autor, não exime o autor do ônus da sucumbência, fica mantido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Consulto V. Ex^a, para que a Mesa possa incorporar o texto de V. Ex^a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a incorpora as sugestões ao texto neste instante?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está incorporado, então, ao texto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Senador.

Tenho mais uma questão, Senador Eunício...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – No mesmo artigo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Esse dispositivo, para mim, está resolvido com a emenda agora apresentada pelo Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sugestão incorporada pelo Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Sugestão incorporada pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senão teria que votar em separado a emenda, por isso é sugestão e incorporação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. A minha preocupação, e aí é para dialogar com V. Ex^a, que é professor de Direito Constitucional – aliás, tive a honra de ser seu aluno, e o professor sempre sabe mais do que o aluno; o aluno dificilmente supera o mestre...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Existem controvérsias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, falando em controvérsia...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi em casa que ensinou a ele isso? Pedro, foi em casa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Você não é filho adotivo dele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já define assim... É uma honra ser definido assim, como adotivo de Taques...

Mas vejam só. O § 3º do art. 2º define que “a retratação ou retificação espontânea, a que sejam conferidos os mesmos destaque, publicidade, periodicidade e dimensão do agravo, impede o exercício do direito de resposta, mas não prejudica a ação de reparação por dano moral”.

A minha preocupação, nesse dispositivo que diz, claramente, que fica impedido o direito de resposta, minha dúvida e questionamento nesse dispositivo, eminente Relator, é se esse ponto não seria inconstitucional por estar atingindo um direito fundamental presente no art. 5º, que é o direito de resposta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. O art. 5º, Inciso V, da Constituição fala que a resposta tem que ser proporcional ao agravo. Se o objetivo do art. 5º, Inciso V já restou atingido, penso que não exista nenhuma inconstitucionalidade em a legislação, aqui, estabelecer este impedimento se o direito já foi atingido.

Imagine, o direito previsto no art. 5º, Inciso V, é o direito fundamental à resposta. Isso já foi saciado, esse direito já restou auferido pelo seu sujeito, que é

Portanto, Sr. Presidente, esses são os pontos essenciais que considero no projeto preencher esse vácuo no ordenamento jurídico brasileiro, e, a meu ver, valoriza a liberdade de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Vou colocar a matéria em votação.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação a matéria, votação nominal.

Vou começar pelo...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu queria pedir, pois tenho compromisso agora, se possível, para adiantar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. V. Exª será chamado.

Senador Mozarildo Cavalcanti, como vota V. Exª?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques? É voto conhecido, é voto de Relator.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Parabenizando o autor e o Relator, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Mozarildo, só pergunto se V. Exª se repete o mesmo voto para as emendas apresentadas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k. Então, “sim”. “Sim” duas vezes.

O Senador Antonio Carlos Valadares já votou.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, com o Relator, acompanhando o voto do Relator, reforçando os argumentos de Valadares em relação ao autor, Requião, e também as correções, muito oportunas, dos nossos colegas Senadores Demóstenes e Randolfe, que foram acatadas pelo nosso Relator.

Então, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria que está sendo votada é a matéria principal. As emendas eu vou pedir depois a votação...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já compute meu voto nas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ressalvadas as emendas, que já têm o voto do Senador Mozarildo e do Senador Inácio.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, permita-me uma observação: não há emenda. O Relator acatou as propostas e incorporou-as ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, as emendas de Relator.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ah, as emendas do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – As emendas de Relator. Não são as emendas que foram... Senador Requião, para deixar claro: as sugestões foram incorporadas ao texto, portanto, não foram emendas. Inclusive eu disse ao Senador Demóstenes que não iria colocar como emendas, e, então, teríamos que votar em separado. Apenas as emendas do Relator apresentadas no relatório original.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto com o Requião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota com o Relator – e com o autor, obviamente.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

O Senador Roberto Requião é o autor.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

O Senador Mozarildo Cavalcanti já votou.

O projeto está aprovado à unanimidade dos presentes.

Eu consulto aos Srs. Senadores se concordam em repetir a votação do projeto para as emendas apresentadas pelo Senador Pedro Taques no projeto original. *(Pausa.)*

Todos de acordo? *(Pausa.)*

Aprovado o projeto e as emendas, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Eu tenho aqui dois requerimentos sobre a mesa, antes de concluir. O primeiro é o do Senador Armando Monteiro, que solicita a substituição do nome do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Robson Andrade, pelo do Sr. Carlos Velloso, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal. O segundo requerimento é de autoria do Senador Eunício de Oliveira, que, na semana passada, incluiu o Governador Cid Gomes, mas não citou para os Anais. Assim, ao fazer a Ata, não constava o nome do Governador Cid Gomes.

Estou apresentando um Requerimento de Aditamento, de nº 99, para incorporação do nome do Governador Cid Gomes como convidado para a referida audiência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Desculpe, Presidente, se estou interrompendo V. Ex^a. É para lembrar o requerimento da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso, na sequência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado. Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para o mesmo tema.

Então, vou colocar esses dois requerimentos em votação.

São os seguintes os requerimentos apreciados:

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012-CCJ

“Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 99, de 2011– CCJ, aprovado em 23/11/2011, que na audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, seja substituído o nome aprovado do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. Robson Andrade, pelo do Sr. Carlos Velloso, Ex– Ministro do Supremo Tribunal Federal.”

Autoria: Senador Armando Monteiro.

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012-CCJ

“Requeiro a Vossa Excelência, em aditamento ao Requerimento nº 99 de 2011-CCJ, de realização de audiência pública para discutir o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, e nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, como convidado para a referida audiência pública.”

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos, que passam a fazer parte da documentação.

O Senador Valadares faz um requerimento e eu quero apenas fazer uma ponderação. S. Ex^a pede uma audiência pública sobre a matéria do Funpresp (Fundo de Pensão dos Servidores Públicos Federais).

Essa matéria, Senador Valadares, está em regime de urgência e será discutida aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, hoje é dia 14; se V. Ex^a aceitar, poderíamos fazer essa audiência pública na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O problema é que na próxima semana – exatamente sobre isso quero ponderar com V. Ex^a

– teremos aqui uma audiência pública durante toda a terça-feira com os governadores sobre a Resolução nº 72 e, na próxima quinta-feira, na sequência, teremos outra audiência pública, ambas conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, não temos prazo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O que temos no dia 27?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No dia 27 temos uma outra audiência pública já anteriormente marcada. Então, teremos três audiências públicas na sequência. Eu não imaginava que essa matéria estivesse em regime de urgência e pedi a V. Ex^a que apresentasse o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a poderia então aprová-lo sem marcar data, porque pode acontecer de haver uma vaga nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, eu me comprometo com V. Ex^a a, em havendo uma vaga, colocar a matéria. Se eu fizer a aprovação desse requerimento, essa matéria ficaria impedida de entrar em pauta, e eu não posso impedir entrar em pauta uma matéria que está em regime de urgência; não tenho amparo regimental. Gostaria muito de atender a V. Ex^a nesse pedido, mas não tenho amparo regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Os interessados poderão fazer esse pedido de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e na Comissão de Assuntos Sociais, onde haverá uma audiência pública com esse objetivo. Será mais prático.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, lá haverá mais prazo, já que aqui nesta Comissão o prazo dessa matéria já se esgotou.

Peço desculpa a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tudo bem. Agradeço a V. Ex^a.

Vamos tentar. Eu não sou membro, mas outros Senadores poderão fazer esse requerimento lá nas duas outras comissões. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu que agradeço a V. Ex^a pela compreensão da retirada do requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os senhores; mais uma vez, à assessoria. Que Deus abençoe a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às doze horas e trinta e três minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e doze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Taques, com a presença dos Senadores Lindbergh Farias, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Pedro Taques) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **Reunião Trabalho Assunto / Finalidade:** Reunião de trabalho. **Resultado: Reunião realizada. REQUERIMENTO APRECIADO: REQUERIMENTO Nº 01, de 2012 – SSPJ** Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Subcomissão de Segurança Pública na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, com a finalidade de averiguar a situação atual encontrada naquele Estado em decorrência da Greve dos Policiais Militares, bem como intermediar uma solução pacífica para o movimento grevista. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado: Rejeitado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às treze horas e doze minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Pedro Taques**, Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira Reunião da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bom-dia aos Srs. Senadores, bom-dia a todos que aqui se encontram, inicialmente quero agradecer aos Srs. Senadores pela oportunidade de marcarmos esta reunião de afogadilho. Esta reunião não se encontrava marcada, mas ontem entrei em contato com todos os membros da Comissão e todos concordaram que fizéssemos esta reunião na manhã de hoje.

Qual é a ideia – isso eu queria dividir com os senhores – desta primeira reunião da Subcomissão? Os acontecimentos atuais do Estado da Bahia penso que estejam a merecer um debate desta Subcomissão, uma vez que no cronograma de trabalho, no projeto que elaboramos ano passado, um dos tópicos foi exatamente este: a reestruturação da polícia, o problema da letalidade policial, isso num viés repressivo. Nós nos propusemos a debater esse tema.

Ouso sugerir que pudéssemos, nesta reunião, tratar especificamente deste tema da Bahia, tendo em conta três enfoques que eu gostaria de debater com os senhores, sem prejuízo, é óbvio, da contribuição de S. Ex^{as}.

O primeiro: o que nós, como membros da Comissão de Segurança, como Comissão de Segurança do Senado, podemos fazer hoje para resolver ou ao menos tentar ajudar o que está a ocorrer na Bahia?

O segundo enfoque: o que podemos fazer para evitar que a questão da Bahia se propague por outras unidades federadas, e nós aqui representantes da Federação, uma vez que existem notícias de que esses movimentos podem estar relacionados a uma grande atuação das associações policiais para que a Câmara dos Deputados notadamente possa aprovar a chamada PEC 300.

Num terceiro enfoque, existe um projeto de lei do Senador Aloysio que trata exatamente disto: para regulamentar a Constituição, conforme determinou o Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento dos Mandados de Injunção n^{os} 708 e 712, que mandam aplicar aos servidores públicos a legislação do direito de greve da iniciativa privada. Infelizmente, o Congresso Nacional, por motivos que todos nós conhecemos, há 22 anos, ainda não regulamentou esse dispositivo constitucional que trata do direito de greve dos servidores públicos.

O projeto do Senador Aloysio, o PLS n^o 710, de 2011, foi protocolado no dia 30/11/2011 e, no seu art. 17, trata especificamente do que estamos aqui a debater: serviços públicos essenciais; e o seu art. 34 proíbe

a greve de membros das Forças Armadas, policiais militares e bombeiros. Isso está no art. 34 desse projeto de lei da lavra de S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes.

Assim, esses são os temas, sem prejuízo, é óbvio, do debate dos Srs. Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Com a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres e, depois, ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro, quero louvar a iniciativa de V. Ex^a em nos convocar para esta reunião tendo em vista o que está acontecendo no Estado da Bahia e, anteriormente, o que já aconteceu no Estado do Ceará. Obviamente, o Senado não tem o condão de interferir em qualquer Estado da Federação, uma vez que respeita o espírito republicano e respeita a autonomia dos Estados. Todavia, V. Ex^a, com a sabedoria que lhe é peculiar, verificou que isso é muito mais do que um problema interno da Bahia. É um problema que ganhou feição nacional, que anteriormente já vinha sendo discutido aqui com algumas PECs, inclusive a chamada PEC 300, que trata da questão salarial, e que foi um problema negligenciado ao longo dos anos.

Muito bem. Em minha opinião, os policiais militares, os civis e todos os demais segmentos do funcionalismo público, especialmente da Polícia, têm o direito de fazer as suas reivindicações. Têm o direito, inclusive, de buscar, junto àqueles que ofereceram propostas demagogicamente, o cumprimento dessa demanda. Só que entendo que uma greve armada, além de tudo, é uma covardia. Independentemente de o governador ser do PT, do PSDB ou do PCdoB, de onde quer que seja, greve armada não pode acontecer.

Vejo aqui os policiais civis pedindo autonomia. Até chego a comentar isso: como você dá autonomia para alguém que vai se transformar numa espécie de instituição armada?

Então, quero crer que, na medida em que nós interferirmos num processo de negociação ou fizermos uma intervenção em algo semelhante, poderemos dar a impressão de que estamos incentivando esse tipo de movimento.

Mas, já conversando com V. Ex^a anteriormente, sei que a proposição é absolutamente outra, ou seja, constituir uma comissão para uma visita *in loco*, conversar com as autoridades para saber o que efetivamente está acontecendo, sem querer interferir em processo de negociação ou outra intervenção qualquer que seja, para que nós aqui tenhamos soluções para apresentar eventualmente, no futuro, como o projeto

sábio da lavra do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e sem prejuízo de outros projetos, outras propostas que possam aqui aparecer.

Alguém já tinha escrito isso no mês de dezembro, que a greve em Fortaleza, mal gerenciada, poderia desencadear um processo nacional. Então, é um temor que tenho. Por quê? Porque todos têm demandas reprimidas, salarialmente. E quero repetir aqui que apoio esse tipo de reivindicação, acho que é salutar, já enfrentei isso como Secretário de Segurança Pública. Agora, apenas considero totalmente incabível a situação da Bahia e de outros Estados quando o policial passa a usar máscara como se fosse delinquente, quando ele usa da sua arma para intimidar inclusive as autoridades que negociam com ele e também quando, na omissão do trabalho, propicia que o banditismo tome conta das cidades, que haja saques, que haja mortes, que haja ofensa ao patrimônio, à dignidade, inclusive à sexualidade das pessoas, à dignidade sexual.

Então, Sr. Presidente, parabenizando e concordando com a proposta que V. Ex^a já havia discutido conosco, acho que seria conveniente que nós constituíssemos, sim, sem uma conotação de ofensa ao governador do Estado, aos poderes instituídos do Estado da Bahia, que constituíssemos essa comissão para uma visita, para o diálogo, claro, antevendo que isso poderá acontecer em outras unidades da Federação, para que tenhamos já, da próxima vez, uma proposta de trabalho tendente a fazer com que as tensões sejam minimizadas.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Demóstenes, mas, por honestidade intelectual, o Senador Randolfe que fez o primeiro pedido para que esta reunião se desse. Então, quero dividir as homenagens com o Senador Randolfe.

A preocupação de V. Ex^a é absolutamente certa, mas eu queria ponderar com os Srs. Senadores que o art. 34 da Constituição fala em intervenção.

Muito bem. Os incisos III e IV do art. 34 da Constituição, ao meu juízo, nesse caso da Bahia, restaram, esses dois incisos, ofendidos. Incisos III e IV do art. 34 da Constituição.

Inciso III, grave perturbação da ordem pública.

Em 13 dias, parece-me que quase 100 cidadãos morreram na Bahia, sem contar outros tipos de crimes.

Inciso IV. Existe um poder da Unidade Federada, a Bahia, o Poder Legislativo daquela unidade federada que está impedido de exercer as suas atribuições. Imagine se tivéssemos as Forças Armadas fazendo greve, movimentos grevistas, se isso fosse possível constitucionalmente, e invadissem o Congresso Nacional. Uma das funções da República estaria violada.

Então, quanto a esse tema – e V. Ex^a tocou bem no ponto –, é importante que o Senado da República possa se posicionar, porque aqui, como todos sabemos, estão os representantes da Federação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Inclusive, se for o caso, ação interventiva por parte do Procurador-Geral da República. Podemos provocar o Procurador, para que analise essa questão, bem lembrada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Pedro Taques, as homenagens são a V. Ex^a, porque V. Ex^a preside esta Comissão e soube sentir o momento.

Graves acontecimentos ocorrem na Bahia, e, na verdade, o tema que envolve a Bahia deixou de ser só um tema de repercussão local e passou a ter repercussão federal.

O notório deslocamento de tropas federais para lá já dá a dimensão nacional, que o tamanho requer lá. Então, na verdade, esse tema, de fato, necessita o debate nesta Comissão. E um debate em que, parece-me, têm que ser observados – estamos observando e foi assinalado pelo Senador Demóstenes e pelo Senador Pedro Taques – os aspectos constitucionais que cercam os acontecimentos da Bahia.

O que rege a Constituição Federal é que as Polícias Militares devem ser regidas pelos princípios de hierarquia e disciplina, e o que foi destacado pelo senhor em relação ao art. 34.

Mas eu gostaria de trazer, para reflexão desta Comissão, os aspectos que, no meu entender, são os causadores desses acontecimentos na Bahia, anteriormente no Ceará e – não nos esqueçamos – anteriormente no Rio de Janeiro! Houve uma greve dos bombeiros militares no Rio de Janeiro no ano passado. Em seguida, aconteceu no Ceará.

Então, parece-me que há uma primeira causa de tudo isso, que é a condição do sistema de segurança nacional, que me parece ser uma condição concreta de sucateamento do sistema de segurança pública nacional.

Ora, quando tem uma greve de policiais em um Estado e ela se alastra como se estopim de pólvora fosse, parece-me haver uma razão a mais do que a condução inadequada do movimento em um dos Estados.

Veja: parece-me que a razão que motiva é a condição desses trabalhadores de segurança pública no Brasil todo. Dos policiais civis, dos bombeiros militares e dos policiais militares. O próprio Comandante-Chefe das forças militares na Bahia, o Governador do

Estado, ontem, em seu depoimento público, falou do salário do policial militar na Bahia, que não é superior a dois mil reais.

Então, veja: isso na Bahia... Fazemos uma pesquisa sobre o salário dos policiais militares no Brasil todo, em especial no Norte/Nordeste, vamos ver que essa condição está na raiz das mobilizações que acontecem por todo País.

Por isso, por aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro; pelo que ocorreu no Ceará e agora na Bahia e que pode acontecer, daqui a pouco, seja em São Paulo, seja no Amapá, seja no Amazonas ou em qualquer outra unidade da Federação, é que esta Comissão tem que se antecipar.

E me parece que temos de nos antecipar de três formas: primeira, resguardando a Constituição, como aqui bem foi assinalado pelo Senador Demóstenes e por V. Ex^a. Junto a isso, evitando que ocorra o pior!

Pelas informações que eu tinha, parece-me que a situação, de ontem para hoje, já se acalmou, mas as informações que eu tinha de ontem é que estava na iminência de haver uma tragédia lá em torno do local onde os grevistas estão. Então, por conta disso... Isso, por si só, já motivaria um deslocamento da Comissão para ir lá para ouvir os grevistas, para ouvir as autoridades do Governo e para buscar construir, ajudar em uma mediação.

Terceiro aspecto, que considero central e penso que é decorrente da diligência que estamos requerendo aqui. Estamos requerendo uma diligência desta Comissão de Segurança Pública. Por objeto do nosso requerimento, estamos solicitando uma diligência à Comissão de Segurança Pública até os acontecimentos na Bahia. Como decorrência dessa diligência, creio que esta Comissão tem que se debruçar para debater o que considero que é uma grave crise que existe em todo o País, no nosso Sistema de Segurança Pública. Essa crise passa pelo debate da PEC 300, que já foi apreciada por esta Casa; essa crise passa pela forma com que o Governo Federal tem tratado a questão da Segurança Pública e da valorização dos policiais militares, dos bombeiros militares, das polícias civis em todo o País.

Penso que temos que ir a uma análise dos acontecimentos, mas não somente dos acontecimentos, porque os acontecimentos são decorrentes das causas que, no meu entender, estão no tratamento, na condução com que é tratada a Segurança Pública em todo o País e na forma como é tratada a valorização dos trabalhadores da Segurança Pública em todo o País. Parece-me que aí está a causa, e está aí o tema sobre o qual deve se debruçar esta Comissão.

Dessa forma, considero importante aprovarmos a diligência, termos o deslocamento e, sequencialmente, discutirmos a situação da crise que atinge as polícias militares e os bombeiros militares, porque... Vamos nos colocar no outro lado, no lado do policial militar, no lado de um policial militar que todo dia sai de casa e que tem equipamento sempre inferior aos equipamentos da criminalidade, carros sempre inferiores aos carros que tem a criminalidade e um salário muito menor do que recebe qualquer agente do tráfico organizado, qualquer agente do crime organizado.

Enfim, creio que é importante nós partirmos dessa perspectiva da situação, da condição dos policiais para fazermos, para termos aqui uma reflexão e, assim, uma ação por parte desta Subcomissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Randolfe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tenho que me retirar, porque tenho que ir ao Supremo Tribunal Federal, e queria dar uma opinião, se me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sou a favor da diligência, mas penso que a diligência, primeiro, não pode significar intermediação de negociação entre governo e grevista, ao contrário do que pensa o meu nobre colega Parlamentar, por quem tenho o maior respeito, o Senador Randolfe. Acho que não podemos entrar nisso.

E não podemos também, como já vai dizer o Senador Aloysio – e concordo inteiramente com ele –, dar a impressão de que estamos nos solidarizando ou com grevista ou com governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse é o ponto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Acho que temos que ir lá, sim, verificar a situação, porque tudo isso que disse o Senador Randolfe aqui é verdade. Há a questão salarial, há a questão da unificação das polícias, há a condição das condições de trabalho, etc.

Penso que temos uma comissão permanente, que V. Ex^a preside, com parlamentares respeitáveis; podemos fazer uma comissão suprapartidária – aliás, aqui cada um pertence a um partido –; e fazer lá uma reunião de constatação, de investigação, de ver quais são essas situações, sem a característica de enfrentar o Governo ou de solidarizar com o Governo ou coisa semelhante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Não há divergência. Perfeito acordo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Demóstenes, se V. Ex^a me permite, vou passar a palavra ao Senador Aloysio, ao Senador Armando e, ato contínuo, vou ler o requerimento do Senador Randolfe para que possamos analisá-lo, se V. Ex^a assim entender.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é muito difícil para eu discordar, é muito raro isso acontecer do Senador Demóstenes Torres e também do meu querido amigo Randolfe, mas discordo dessa diligência. Porque o que vamos fazer lá? Houve uma série de cautelas. Não vamos dar ideia de que vamos nos solidarizar com os grevistas, mas também não podemos dar ideia de que estaremos a favor do Governo, não podemos acenar com uma hipótese de anistia. Enfim, o que nós vamos fazer lá? Creio que o melhor é ficarmos aqui, porque a ida à Bahia, nessas circunstâncias... Primeiro nós não fomos convidados para ir lá, ninguém nos convidou; segundo, foi desrespeitado; terceiro, por mais que sejam republicanas e zelosas as atribuições do Senado e as atribuições do Governo na Bahia, que seja a proposta ou a motivação dos nossos companheiros que pretendem realizar essa diligência, isso vai ter uma leitura objetiva. Chegam lá uns Senadores de vários partidos na Bahia para se inteirar da situação, imediatamente isso é um fato político. E, em uma situação tensa, uma situação em que, às vezes, uma palavra mal colocada pode levar ao resultado desastroso, creio que é mais prudente ficarmos por aqui.

Queria lembrar aos meus colegas que a nossa ida lá poderia, por exemplo, colocar na cabeça dos grevistas a ideia da anistia. E por quê? Porque, ainda no final do ano passado, o Senado aprovou, por atacado, anistia para oito episódios semelhantes a esses que estamos verificando na Bahia. Por atacado! Houve uma primeira proposta de anistia para o Rio Grande do Norte, depois entrou Alagoas, entrou isso, entrou aquilo, entrou bombeiro no Rio de Janeiro, e acabamos aprovando por atacado, com pouquíssimas manifestações contrárias, dentre as quais a minha.

Então, a ida dos Senadores pode dar essa idéia: “Olha vamos ter anistia por aí. O Senado votou sem maior exame, por que não vota a nossa?” O que complicaria muito a situação do Governo. Do Governo que coloca como ponto essencial dos limites da sua negociação, dos seus entendimentos, a não concessão da anistia.

Segundo lugar, poderá dar a ideia também de que o Senado está ávido por votar a PEC 300, desde que

a Câmara o aprove. Não é? Coisa que não é unânime entre nós, pelo contrário.

Então, penso que devemos ficar por aqui e examinar – lembrou V. Ex^a a questão de um projeto de lei relativo à greve dos servidores públicos.

A Constituição, como todos sabemos, garante o direito de greve a todos os trabalhadores brasileiros. Os trabalhadores da iniciativa privada já têm a sua lei, já o servidor público não tem uma lei. Passamos pelo vexame de ver o Supremo Tribunal Federal legislando no nosso lugar, estendendo aos servidores públicos as disposições relativas à lei em vigor para a iniciativa privada, por omissão que dura 22 anos!

Penso que passou da hora de abordarmos essa questão, sem prejuízo da discussão a respeito da condição profissional, da eventualidade de unificação de polícias ou não. Penso que essa questão precisa ser enfrentada.

Há pouco tempo correu por aí a notícia de que haveria greve de juízes, greve de juízes, titulares de um poder. Greve! Não tem cabimento uma coisa dessa. Temos que nos debruçar sobre a questão naquilo que é de nossa competência resolver. Não vamos aumentar o salário dos policiais da Bahia, não vamos assumir o comando nem decretar intervenção federal. Então, fiquemos por aqui discutindo na linha sugerida por nosso querido Senador Randolfe, mas abordando aquilo que está no âmbito da nossa competência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Aloysio.

Quero registrar, com muita alegria, a presença do Deputado Federal Cabo Juliano, do PSB do Estado do Mato Grosso. Seja bem-vindo, Deputado.

Senador Aloysio, as palavras de V. Ex^a nos fazem, mais uma vez, chegar à conclusão de que segurança pública não pode ter envolvimento político-partidário, notadamente num ano eleitoral, como nós estamos a viver.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente e colegas Senadores, quero me perfilar aqui na linha do que o Senador Aloysio Nunes coloca. Parece-me que, pelas características que o movimento assumiu na Bahia, de clara afronta e desrespeito aos princípios, vamos dizer, legais – e há um momento que é marcado hoje por um clima de grande radicalização –, não tem sentido essa presença nossa, nesse momento. É um motim que pode inclusive dar margem a uma série de interpretações, e, como disse o Senador Aloysio, nós podemos ser instados, por exemplo, a termos que nos pronunciar sobre temas absolutamente

sensíveis, como essa questão de anistia, de PEC nº 300, etc. Então, me parece uma imprudência que nós pudéssemos estar agora no meio dessa confusão com uma comissão do Senado.

Agora, essa crise que evidentemente eclodiu na Bahia com essas características, mas que já vem se repetindo, ela nos coloca, ela sinaliza para esta Comissão a necessidade de darmos absoluta prioridade à discussão de todos os temas pertinentes a essa matéria. Portanto, a única coisa que ela nos traz é dar um sentido maior de urgência a que esta Comissão possa oferecer propostas, sugestões e iniciativas para o enfrentamento dessa questão, que é, como nós reconhecemos, tão inquietante e tão séria em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Armando.

Passo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, quero concordar com os argumentos do Senador Aloysio Nunes e do Senador Armando Monteiro. Creio que não é pertinente a nossa ida à Bahia neste momento.

O Senador Randolfe sabe – e o Senador Aloysio inclusive na época foi contra – que fui o autor do projeto de anistia do caso dos bombeiros do Rio de Janeiro. Era uma saída pacificada que tínhamos construído ali. Faço questão de diferenciar, porque, veja bem – não podemos legitimar esses métodos que estão sendo tomados lá, na Bahia, e aqui não é nada de governo de PT, nada disso, eu quero deixar completamente distante –: pararem ônibus, homens armados, colocarem as pessoas para fora, criarem um clima de chantagem com o povo, de terror, porque é isso que está existindo lá. Vou dizer uma coisa: eu, como pai, como cidadão, fiquei indignado com essa história de ter criança lá dentro, isso não é razoável, Senador Armando Monteiro. Eu, em qualquer luta que tivesse na minha vida, nunca colocaria um filho meu, uma criança lá dentro desse jeito. Então, sinceramente, estou muito preocupado em legitimarmos esses métodos. A luta pela questão salarial é válida, sabemos que esse é um debate que temos que entrar, temos que procurar resolver – esse é um problema nacional –, mas legitimar esse método... O que está acontecendo na Bahia pode ter consequências imprevisíveis para o Estado democrático de Direito, para os vários Estados da nossa Federação.

O Senador Pedro Taques, quando me ligou ontem, eu disse: porque a gente está aqui como Senador, a gente assiste e vai acompanhando. Eu fiquei um pouco revoltado também, Senador Aloysio Nunes, e aqui estou falando na condição de quem tem relação lá, no Rio de Janeiro, de quem apoiou esse movimento dos bombeiros e tudo e de quem propôs esse projeto de

anistia. Quero, de antemão, dizer o seguinte: nesse caso, com esses métodos, não vou votar em anistia alguma! Já quero deixar claro, se vier algum projeto aqui, o meu voto, até porque quero dizer que eles perderam o apoio de uma pessoa que apresentou um projeto semelhante em outro momento, em outra circunstância histórica.

Creio que, na verdade, estamos passando de todas as medidas e sei que a ideia do Senador Randolfe sempre é das melhores, é tentar, mas penso que uma visita nossa à Bahia poderia ter interpretações que não fossem o desejo desta Comissão. Por isso, associo-me ao Senador Aloysio Nunes e ao Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado Senador Lindbergh.

Permita-me, Senador Randolfe, vou fazer a leitura do requerimento e, antes da votação, passo a palavra a V. Ex^a.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Subcomissão de Segurança Pública na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, com a finalidade de averiguar a situação atual encontrada naquele Estado, em decorrência da greve dos Policiais Militares, bem como intermediar uma solução pacífica para o movimento grevista.

Pondero com o Senador Randolfe Rodrigues se não seria o caso – e quero dividir isso com os Srs. Senadores – de apenas uma diligência da Comissão lá, para que pudesse este Senador ou estes Senadores elaborar um relatório para dar conta a esta Comissão, sem esse poder, sem essa incumbência ou atribuição que, aliás, não encontra amparo, ao menos falando de forma superficial, na Constituição.

O requerimento é esse, vou ouvir o Senador Randolfe e, em seguida, vou colocá-lo em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parece-me que não há acordo na proposta do Senador Taques.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O problema, se me permite, é a interpretação que isso pode dar. Vamos chegar em um ambiente confuso, um ambiente tenso, carregado... E chega lá uma Comissão do Senado. Qual é a interpretação que isso vai ter? Seguramente não será uma interpretação unívoca e, muito provavelmente, não será uma interpretação correspondente à nossa intenção. Um gesto cujas consequências podem escapar ao nosso controle. Por essa razão é que, mesmo dessa forma, Presidente, eu manteria a minha posição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Senador Aloysio, Senador Lindbergh e Senador Armando Monteiro, a minha interpretação é que, em momentos de grave crise, que é o que acontece, eu acredito que deva ter o acompanhamento de representantes do Parlamento Nacional.

Meu querido Lindbergh, permita-me, não há desconexão dos acontecimentos da Bahia com o que ocorreu no Rio de Janeiro. É sequência de uma crise que afeta a segurança pública em todo o País e temos que dar uma resposta a essa crise da segurança pública. Eu penso assim: a causa – quero insistir na causa – mobilizadora dos acontecimentos da Bahia foi a mesma que mobilizou os acontecimentos do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nossos amigos bombeiros não usaram armas e não fizeram dessa forma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas estão tão desvalorizados quanto os da Bahia. Estão desvalorizados, estão com os salários tão desvalorizados...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte rápido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O tempo que V. Ex^a quiser.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Concordo com o Senadores Armando Monteiro e Senador Aloysio Nunes que, naquela hora em que apresentamos o projeto, já foram contra. Foram dizendo: “Olha, estamos aqui abrindo um precedente”. Agora, entendo essa posição. Continuo mantendo a minha posição. Agora, não comparemos os nossos bombeiros no Rio, que fizeram movimentos ali, nunca usaram armas, nunca amedrontaram a população, nunca aterrorizaram, com o que essa turma está fazendo. O movimento, a base é salarial, mas vamos legitimar isso? Colocar armas em punho de motoristas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Lindbergh, a causa é a mesma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Não quero também, como o governo do Estado não está fazendo e nem a Secretaria de Segurança Pública, ninguém está aqui fazendo acusações, mas o aumento de homicídios...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Semana que vem pode ter nova greve dos bombeiros do Rio. Estaremos juntos. Na semana que vem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Olha, estou lhe dizendo uma coisa: do jeito que está acontecendo esse episódio em Salvador, estão perdendo apoio de aliados. Falo isso sinceramente, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Então, Lindbergh, vamos, inclusive, para dizer que

eles estão errados. A ideia de ir é inclusive para dizer: olha, começa por aí. É até para apurar os fatos. Como é que eu ia acreditar na crise dos bombeiros do Rio de Janeiro na versão passada pelo Governador Cabral? A versão do Governador Cabral é que eram bandidos os bombeiros do Rio. E não são! Eu não posso acreditar na versão que o governador de plantão me dá, seja do Rio, seja da Bahia, seja de onde for.

Esta é a motivação do requerimento: eu quero checar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Têm imagens. É a força das imagens.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sim, teve força de imagem contrária à greve lá do Rio de Janeiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não é a palavra do Governador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– As mesmas imagens que temos visto em relação à Bahia me mostraram em relação ao Rio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Não existe isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

A mesma criminalização que fizeram da greve no Rio de Janeiro foi feita em relação à Bahia.

Senador Taques, só para concluir, acho que temos de colocar em apreciação o requerimento - eu me submeterei a ser derrotado, não tenho nenhum problema em relação a isso - e quero só dizer que entendo o argumento do conjunto dos colegas, mas tenho uma compreensão distinta em relação a esse acontecimento.

Quero insistir: esta Comissão é fundamental para um tema que é um barril de pólvora neste País. Nós vivemos – reitero – uma grave crise no sistema de segurança pública. Não se trata somente da PEC 300. Não podemos aceitar, seja em relação a um bombeiro militar do Rio de Janeiro, seja em relação a um policial da Bahia, que tenham vencimentos, em alguns casos, inferiores a R\$1.500,00. Estamos entregando esse profissional de segurança pública na mão do crime. Aquele que tem a responsabilidade de nos proteger será um refém do crime. Então, temos de ter esse debate e um acompanhamento por parte desta Comissão.

Enfim, entendo as argumentações feitas pelos colegas. Creio, Senador Taques, que o encaminhamento, lógico, é submeter ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim.

Vou colocar o requerimento em votação.

Aqueles Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Senhores, os Senadores Aloysio Nunes e Armando Monteiro fizeram sugestões de levantamento desses projetos. Solicito à Secretaria que faça o levantamento desses projetos, para que nós, no menor prazo possível, possamos colocá-los em apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça.

Quero dar uma informação aos Srs. Senadores: na quinta-feira, agora, o Colégio de Secretários de Segurança Pública do Brasil comparecerá ao gabinete do Presidente Sarney, entregando um relatório a respeito da segurança pública no Brasil. Pediram-me uma audiência. Como Presidente da Comissão, quero convidar os membros desta Comissão para que, se assim entenderem, possamos recebê-los. Na quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos, está marcada audiência com o Presidente Sarney. Seria muito interessante se nós todos pudéssemos recebê-los.

Quero também dar conta à Comissão de que já entrei em contato com o presidente da comissão especial de juristas que está a elaborar um novo Código Penal, o Ministro Dilson Dipp, para que possamos ouvir a comissão, ainda no mês de fevereiro, para saber a que ponto anda o trabalho que eles estão elaborando.

Algum Senador gostaria de se manifestar sobre outros temas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A audiência com os Secretários será na...?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT –

MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 12 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2012.

Às doze horas e vinte e oito minutos do dia treze de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quin-

ze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Delcídio do Amaral, Pedro Taques, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Pedro Simon, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Magno Malta e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 1**). Logo após, o Senhor Senador Cássio Cunha Lima requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 2**). Neste momento, o Senhor Senador Randolfe Rodrigues requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 3**). Prosseguindo, o Senhor Senador Cássio Cunha Lima requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 4**). Logo após, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 5**). **Item 65: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 9/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Pedro Taques, que requerem “...nos termos regimentais, a criação no âmbito desta Comissão de Grupo de Trabalho, composto por três Senadores, com a finalidade de realizar estudos, para análise e posterior sugestões, referentes ao Piso Salarial dos professores quanto aos reflexos orçamentários nas contas dos Estados e as formas de financiamento para futuros reajustes. No momento em que o país discute as consequências do novo Piso Salarial dos professores, esta casa tem a importante missão de apontar os benefícios que a valorização da profissão de professor, entre outras ações necessárias à educação, trará às futuras gerações. Para aprofundar a análise e reflexão de tão importante assunto, peço apoio aos nobres pares para a aprovação desta proposição”. O Requerimento é aprovado.

A Presidência designa os Senadores Cássio Cunha Lima, Ana Amélia e Cristovam Buarque para compor o Grupo de Trabalho e representar a Comissão na reunião com o Procurador-Geral da República, aprovada no Requerimento nº 10/2012-CE, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima (ver Item 02 Extra-Pauta).

Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 10/2012-CE (Aditamento ao Requerimento nº 9/2012-CE), de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que requer "... nos termos regimentais, que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte solicite ao Procurador-Geral da República que apresente Reclamação ao Supremo Tribunal Federal, com base na alínea 'I', do inciso I do art. 102, da Constituição Federal, fundado no inciso II do art. 129, também da CF, para assegurar o cumprimento, pelos Municípios, Estados e Distrito Federal da decisão do STF, na ADI 4167, pela qual a Corte julgou Constitucional a lei que fixa o Piso Nacional do Magistério". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 3: Requerimento nº 11/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer "... na forma do disposto no § 1º do art. 397, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja a Ministra de Estado da Cultura, Senhora Ana de Hollanda, convidada a prestar informações no Plenário desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre matéria do jornalista Jotabê Medeiros que denuncia favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) em nota técnica do Ministério da Cultura ao Ministério Público Federal com atuação perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 4: Requerimento nº 12/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que requer "... nos termos dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir 'A ideia de publicizar as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no Ensino Básico', com a presença dos seguintes convidados: Neroaldo Pontes, Professor; César Callegari, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Gustavo Loschpe, Especialista em Educação e José Marcelino de Rezende Pinto, Conselheiro Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 5: Requerimento nº 13/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Edu-

cação, Cultura e Esporte – CE, para instruir parecer ao PLS 328 de 2010, de autoria do ex-senador Alfredo Cotait que 'dispõe sobre o mandato de dirigentes de clubes, federações, confederações e outras entidades esportivas que recebam subvenções, verbas e quaisquer outros recursos do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal, inclusive os de publicidade e propaganda'. A lista de convidados para debater o tema será encaminhada oportunamente". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2008; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2010; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2009; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2009; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2009; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 205, de 2009; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 228, de 2009; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 2009; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 2009; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 241, de 2009; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 242, de 2009; Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 244, de 2009; Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 2009; Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 262, de 2009; Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 266, de 2009; Item 17: Projeto de Lei da Câmara nº 276, de 2009; Item 18: Projeto de Lei da Câmara nº 277, de 2009; Item 19: Projeto de Lei da Câmara nº 299, de 2009; Item 20: Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2010; Item 21: Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2010; Item 22: Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2010; Item 23: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2010; Item 24: Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2010; Item 25: Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2010; Item 26: Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2010; Item 27: Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2010; Item 28: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2011; Item 29: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2011; Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2011; Item 31: Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2011; Item 32: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2011; Item 33: Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2011; ; Item 34: Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2011; Item 35: Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2011; Item 36: Projeto de Lei do Senado nº 643, de 2011; Item 37: Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2009; Item 38: Projeto de Lei da Câmara nº 212, de 2009; Item 39: Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 2009; Item 40: Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 2009; Item 41: Projeto de Lei da Câmara nº 223, de 2009; Item 42: Projeto de Lei da Câmara nº 226, de 2009; Item 43: Projeto de Lei da Câmara nº 234, de**

2009; Item 44: Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 2009; Item 45: Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 2009; Item 46: Projeto de Lei da Câmara nº 247, de 2009; Item 47: Projeto de Lei da Câmara nº 249, de 2009; Item 48: Projeto de Lei da Câmara nº 257, de 2009; Item 49: Projeto de Lei da Câmara nº 265, de 2009; Item 50: Projeto de Lei da Câmara nº 289, de 2009; Item 51: Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2010; Item 52: Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2010; Item 53: Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2010; Item 54: Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2010; Item 55: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2010; Item 56: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2010; Item 57: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2010; Item 58: Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2010; Item 59: Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2010; Item 60: Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2010; Item 61: Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2010; Item 62: Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2010; Item 63: Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2011; Item 64: Projeto de Lei da Câmara nº 274, de 2009. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Roberto Requião**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **Senador Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Presidente Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Baluarte dos tucanos do bico vermelho.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – E dos amarelos.

Sr. Presidente, extrapauta, quero requerer à Mesa e ao Plenário que possamos nos dirigir ao Procurador-Geral da República, com vistas a propor uma ação, perante o Supremo Tribunal Federal, de reclamação para que Estados e Municípios, conhecendo a posição contrária de V. Ex^a, possam cumprir a decisão do próprio Supremo Tribunal Federal na ADI 4167. O que nós queremos é que Estados e Municípios possam respeitar o piso salarial que foi fixado por esta Casa congressional e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal.

Desta forma, com base no que está previsto na alínea “I” do inciso I do art. 102 da nossa Constituição Federal, que a Comissão de Educação do Senado possa estabelecer audiência com o Procurador-Geral da República para que ele, usando as suas atribuições legais, possa propor reclamação ao Supremo para cumprimento da decisão já citada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, sobre a Mesa, um requerimento do Senador Cristovam Buarque:

Requeiro, nos termos regimentais, a criação no âmbito desta Comissão de Grupo de Trabalho, composto por três Senadores, com a finalidade de realizar estudos, para análise e posteriores sugestões, referentes ao piso salarial dos professores quanto aos reflexos orçamentários nas contas dos Estados e as formas de financiamento para futuros reajustes.

No momento em que o País discute as consequências do novo piso salarial dos professores, esta Casa tem a importante missão de apontar os benefícios que a valorização da profissão de professor, entre outras ações necessárias à educação, trará às futuras gerações.

Se pudéssemos fundir as duas propostas, incluiríamos na proposta do Senador Cristovam a audiência com o Procurador e, ao mesmo tempo, designaríamos um grupo, que poderia ser o Senador Cássio Cunha Lima, o Senador Cristovam e a Senadora Ana Amélia.

O Senador Cristovam concorda?

Com a palavra, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu concordo. Agora, o requerimento feito pelo Senador Cássio me parece tão importante e mais urgente que o meu – se eu tivesse pensado, eu teria feito como o

dele, embora sejam complementares – que, se o meu diluir a proposta dele, eu retiraria o meu.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não dilui e não há benefício de ordem. A reunião pode ser feita imediatamente, o que não impede que a Comissão continue trabalhando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – De acordo, Senador? (Pausa.)

São os seguintes os requerimentos apreciados:

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº 09/2012 – CE **– Não Terminativo –**

“Requeiro, nos termos regimentais, a criação no âmbito desta Comissão de Grupo de Trabalho, composto por três Senadores, com a finalidade de realizar estudos, para análise e posteriores sugestões, referentes ao Piso Salarial dos professores quanto aos reflexos orçamentários nas contas dos Estados e as formas de financiamento para futuros reajustes. No momento em que o país discute as consequências do novo Piso Salarial dos professores, esta Casa tem a importante missão de apontar os benefícios que a valorização da profissão de professor, entre outras ações necessárias à educação, trará às futuras gerações. Para aprofundar a análise e reflexão de tão importante assunto, peço apoio aos nobres pares para a aprovação desta proposição”.

Autoria: Senadores Cristovam Buarque e Pedro Taques.

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 10/2012 – CE (Aditamento ao Requerimento Nº 09/2012 – CE) **– Não Terminativo –**

“Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte solicite ao Procurador-Geral da República que apresente Reclamação ao Supremo Tribunal Federal, com base na alínea “I” do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, fundado no inciso II do art. 129, também da CF, para assegurar o cumprimento, pelos Municípios, Estados e Distrito Federal da decisão do STF, na ADI 4167,

pela qual a Corte julgou Constitucional a lei que fixa o Piso Nacional do Magistério”.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Coloco em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque com o adendo do Senador Cássio Cunha Lima. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovados.

Peço, então, à Secretaria da Comissão que agende imediatamente a reunião com o Procurador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Supply com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu não sou membro desta Comissão, mas sou autor de proposição que está na ordem do dia, o projeto de lei que propõe o Dia Nacional de Doenças Raras, 29 de fevereiro, pela sugestão de inúmeras entidades relacionadas e preocupadas com o tema, que atinge cerca de 15 milhões de brasileiros hoje.

O Senador Mozarildo Cavalcanti argumenta que, como não houve audiência pública para tratar do assunto previamente, não poderia dar parecer favorável.

Então, proponho, Sr. Presidente, que seja...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um esclarecimento: a audiência pública foi proposta e aprovada?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – A audiência pública estava no projeto de lei, na sua justificativa, com o nome de todas as pessoas. Sei que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas ela não foi aprovada pela Comissão?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não chegou a ser apreciado o requerimento da audiência pública. Por isso, a minha sugestão é que seja retirado de pauta o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti para outra oportunidade e que possa ser apreciado o requerimento.

E, tendo em vista que o número de pessoas indicadas, doze, é um pouco exagerado, proponho-me a dialogar com essas doze pessoas que se propuseram a colaborar para que elas possam sintetizar em quatro pessoas os representantes para que, então, possa haver audiência pública sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Supply, na forma do Regimen-

to, não sendo V. Ex^a titular da Comissão, não poderia fazer o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O Senador Paulo Paim subscreveu a apresentação do requerimento como titular.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E há um entendimento nosso, nas primeiras reuniões da Comissão, que é regimental, de que os requerimentos só podem ser votados com a presença do autor.

No entanto, como V. Ex^a sabe, sou avesso a complicar as coisas em detrimento do debate. Minha proposta, então, é que sobrestemos a votação desse processo e, na próxima reunião, o Senador Paim estará aqui para propor audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Vicente com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, como Relator, solicito de V. Ex^a a retirada de pauta do item 31 e do item 46.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na forma do Regimento, V. Ex^a será atendido.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, tenho um requerimento extrapauta para o qual eu queria solicitar, da mesma forma como solicitou o Senador Cássio Cunha Lima, avaliação da Comissão. Seria um requerimento de convocação da Ministra da Cultura. Digo que seria porque, conforme entendimento com o senhor e com os demais Senadores, estou de acordo, caso haja consenso de todos os Senadores, que seja convertido em convite.

Trata-se, na verdade, de um requerimento convocando ou convidando a Ministra da Cultura para vir até esta Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal em virtude de notícia veiculada ontem pelo jornalista Jotabê Medeiros, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

A notícia completa, com documentos, dá conta de que, em recente processo movido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad),

que é uma entidade de direito privado, este último, o Ecad, teria recebido, posteriormente, um comunicado por parte do Ministério da Cultura, comunicado que vai para o Ministério Público Federal, e, na verdade, segundo a denúncia que consta da notícia de ontem, esse comunicado é, concretamente, uma real peça de defesa do Ecad diante do processo movido contra o Conselho de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. Esse processo do Ministério da Cultura, assinado pela Diretora de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura, Sr^a Marcia Regina Vicente Barbosa, e pelo Coordenador-Geral em Regulação e Direitos, Sr. Cristiano Borges Lopes, segundo a notícia, é uma das peças mais explícitas de defesa do Ecad.

Ou seja, há uma ação do Conselho de Defesa Econômica movida contra uma entidade de direito privado, que, segundo uma denúncia que chega, é subsidiada ao Ministério Público Federal, e informações vão no sentido da defesa de uma entidade de direito privado por um órgão que é da Administração Pública direta, que é um Ministério que teria a responsabilidade de regular, e não de assumir um lado nessa relação com entidade de direito privado.

Por essas razões que exponho é que considero necessário convidar a Ministra para vir aqui; para falar também sobre a política cultural do Governo, mas especificamente para esclarecer para nós esse ocorrido envolvendo o Ministério da Cultura, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, sendo esse último entidade de direito privado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É o seguinte o requerimento:

ITEM 03

REQUERIMENTO Nº 11/2012 – CE

– Não Terminativo –

“Requeiro, na forma do disposto no § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja a Ministra de Estado da Cultura, Senhora Ana de Hollanda, convidada a prestar informações no plenário desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre matéria do jornalista Jotabê Medeiros que denuncia favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) em nota técnica do Ministério da Cultura ao Ministério Público Federal com atuação perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)”.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão o requerimento de convite do Senador Randolfe. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

O Senador Randolfe e a Secretaria da Comissão agendarão a data possível da vinda da Ministra.

A Secretaria entrará em contato com a Ministra e com o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mais algum requerimento?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima, para apresentar outro requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Trata-se de outro requerimento extrapauta, que propõe a substituição de uma audiência pública que foi aprovada nesta Comissão, que tinha por escopo discutir o Projeto de Lei nº 341, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que obrigava “as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”.

No entanto, a autora da proposição protocolou, perante a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, no último dia 9 de março, requerimento para retirada do projeto em tela.

Para manter a mobilização que já havia sido feita em torno de especialistas em educação, o requerimento versa, portanto, no sentido de que possamos aproveitar a data já agendada e ampliar a discussão no que diz respeito a “publicizar as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no ensino básico”.

Então, estaremos apenas ampliando, na verdade, o campo do debate.

É este o requerimento que ora apresento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como diria o nosso inefável Senador Bernardo Cabral, V. Exª faz um pedido de reprimenda do requerimento da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Que assim seja.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Que assim seja.

É o seguinte o requerimento apreciado:

ITEM 04

REQUERIMENTO Nº 12/2012 – CE – Não Terminativo –

“Requeiro, nos termos dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir “A ideia de publicizar as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no Ensino Básico”, com a presença dos seguintes convidados: Neroaldo Pontes, Professor; César Callegari, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Gustavo Ioschpe, Especialista em Educação, e José Marcelino de Rezende Pinto, Conselheiro Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores contrários se manifestem. *(Pausa.)*
Aprovado.

Temos outro requerimento extrapauta, do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 05

REQUERIMENTO Nº 13/2012 – CE – Não Terminativo –

“Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para instruir parecer ao PLS 328 de 2010, de autoria do ex-Senador Alfredo Cotait, que ‘dispõe sobre o mandato de dirigentes de clubes, federações, confederações e outras entidades esportivas que recebam subvenções, verbas e quaisquer outros recursos do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal, inclusive os de publicidade e propaganda’. A lista de convidados para debater o tema será encaminhada oportunamente.”

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, esse é um projeto em que tenho condições de fazer o parecer totalmente favorável, nem precisava de audiência. Eu gostaria até de ter sido o autor. Ele proíbe a reeleição dos dirigentes de times de futebol, federações, confederações. Sou totalmente favorável.

Entretanto, acho que é um tema tão oportuno, diante dessas discussões sobre Copa, Presidente da CBF e tudo isso, que vale a pena o Senado prestar

um serviço, debatendo o assunto nesta Casa. Por isso meu requerimento de uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador, remeto à nossa comissão de pauta, da qual V. Ex^a faz parte, para o agendamento da sua audiência.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, como não é matéria de votação, peço para retirar de pauta o item 32, do qual sou Relatora. O autor é o Senador Rodrigo Rollemberg. Já foi acertado com o autor. Só retirar de pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A intenção, já manifestada pela Comissão, é, como não temos quórum hoje nem para votação, que esses recursos todos sejam sobrestados – não é o seu caso, que é autora do requerimento, mas os outros não estão presentes – e que resolvamos isso na próxima reunião.

Mas parece que os recursos de protelamento estão sendo utilizados em quantidade enorme. Todas as propostas que têm parecer contrário estão com recurso para sobrestamento. Eu, pessoalmente, preferiria que tudo fosse discutido e que os argumentos fossem colocados, no caso, por exemplo, do seu parecer, que é contrário, não é, Senadora? Ou não?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O autor pediu para fazer modificações, então, como sou Relatora...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está bem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que é de boa prática, de bom respeito ao autor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Claro, daí sim.

Então, não havendo mais matéria e não havendo quórum em função da cerimônia feita no plenário do Senado, com a presença, inclusive, da nossa Presidente Dilma Rousseff, fica transferida a votação para a próxima terça-feira.

Renovo a solicitação de presença dos senhores titulares da Comissão, porque são 68 projetos a serem votados.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 8:30 HORAS.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e doze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente em exercício da Subcomissão, nos termos do artigo 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, inicia-se a reunião de instalação da Subcomissão Temporária de Aviação Civil – CISTAC. Presente a Senhora Senadora e os Senhores Senadores: **Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Flexa Ribeiro, José Pimentel**. Registra-se a presença dos Senadores, não-membros desta Subcomissão, **Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin e Ricardo Ferraço**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a sessão. A Presidente comunica que o Senador Vicentinho Alves e o Senador Vital do Rêgo, foram indicados para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A Presidente comunica que a eleição de Vice-Presidente da Subcomissão será realizada posteriormente. É aberta a votação para Presidente da Subcomissão. É feita a leitura do Programa de Trabalho da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. Usam da palavra os Senadores Vicentinho Alves, Blairo Maggi, Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin. É realizada nova votação para Presidente da Subcomissão em decorrência de erro de procedimento. Após a votação, são designados escrutinadores os Senadores Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. A Presidente comunica que, em escrutínio secreto, fica eleito, Presidente da Subcomissão, o Senador Vicentinho Alves, com 3 (três) votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Subcomissão Temporária de Aviação Civil – CISTAC, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação

Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do presidente e do vice-presidente da subcomissão.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para presidente, Senador Vicentinho Alves; para vice-presidente, Senador Walter Pinheiro...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidente, meus cumprimentos a V. Exª e à Senadora Vanessa.

Eu fiz um contato com o Senador Walter Pinheiro e a ideia é que ele seja o relator da subcomissão e que o vice-presidente – ainda não fiz o contato – seja o Senador Eduardo Braga, do Amazonas. É possível fazemos a modificação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim. Vamos solicitar à Secretaria que faça a retificação e vamos já colocar a chapa.

Para presidente, o Senador Vicentinho Alves; para vice-presidente...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, poderemos colocar o Senador Vital do Rêgo, que também é do PMDB e já se manifestou? Eu ainda não fiz o contato ainda com o Senador Eduardo Braga. É possível?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – No lugar de Eduardo Braga.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Vital do Rêgo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Atendendo ao pedido dos membros da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, vamos ler novamente a chapa que estará em votação: para presidente, Senador Vicentinho Alves; para vice-presidente, o Senador Vital do Rêgo.

Declaro aberto o processo de votação que será feito em escrutínio secreto, informando às Srªs e aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação devidamente rubricadas para serem preenchidas pelo votante após a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Solicito ao Senador Vicentinho Alves para proceder à votação. *(Pausa.)*

Comunico aos Srs. Senadores que a eleição será apenas do presidente, uma vez que o vice-presidente não se encontra na Casa. *(Pausa.)*

Enquanto esperamos os Srs. Senadores para a votação, eu vou ler o programa de trabalho da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil.

Objetivos:

A aviação cumpre um papel fundamental em um País de dimensões continentais como o Brasil. Trata-se não apenas do principal modo de transporte de passageiros em grandes distâncias, mas igualmente de fator de integração nacional, transporte de cargas de maior valor agregado e importante segmento gerador de empregos diretos e indiretos.

O setor está em processo de transformação acentuada nos últimos anos, caracterizada pela liberação da aviação comercial doméstica e internacional, ampliação do acesso a camadas da população com menor renda, transferência de competências do comando da Aeronáutica por órgãos civis, concessão de aeroportos à iniciativa privada e introdução do controle de tráfego aéreo por meio de satélites.

Nesse contexto, a criação, no âmbito da Comissão de Infraestrutura da Subcomissão temporária sobre Aviação Civil, demonstra o compromisso do Senado Federal com essa importante área da economia brasileira.

O que se pretende é realizar uma avaliação abrangente do estado atual da aviação brasileira em todos os seus segmentos, de modo a contribuir para a formulação de uma política pública democrática e inclusiva para o setor e, principalmente, para a reformulação da legislação existente.

Portanto, nesse momento, peço ao Senador Vicentinho Alves fale da proposta apresentada a esta Subcomissão.

Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo pelo trabalho e dizer que a Comissão de Infraestrutura espera um resultado altamente positivo, uma vez que V. Exª conhece profundamente a área e poderá ser um grande colaborador do Congresso Nacional para os órgãos que agora se instalam para tratar a questão da aviação civil.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, como V. Exª acaba de ler, o Brasil é um País continental e a aviação tem um papel importantíssimo em um país como o nosso. A aviação transporta pessoas, riquezas, enfim, o desenvolvimento nacional e também tem um papel de integração deste País.

Portanto, neste momento, é bastante apropriado que esta Subcomissão, o Senado Federal, a Comissão de Infraestrutura, tão bem presidida por V. Exª, neste instante, demonstre para o Brasil que o Senado está sintonizado com o momento atual e com as necessi-

dades de avanço de uma regulamentação adequada para a aviação no País.

Vamos, por exemplo, ouvir, como já foi lido aqui, a Secretaria de Aviação Civil, a Anac, o Decea, a Infraero, o Cenipa, a aviação geral, a aviação de táxi aéreo, a aviação comercial, a aviação regional. Também vamos ouvir o Sindicato Nacional dos Aeronautas e as associações.

Quero, inclusive, cumprimentar os aviadores que aqui estão. Em seguida citarei os nomes. Também iremos tratar, em audiências públicas, de manutenção de aeronaves, formação de recursos humanos, concessão de aeroportos.

Aqui, Presidenta Lúcia, estão presentes pilotos de várias companhias do Brasil, colegas e amigos, Pedro Bisa, da TAM, Comandante Pedro Bisa, Comandante Luís Cláudio, da TAM, Comandante Vieira de Melo, da TAM, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas João Henrique, Comandante Aguirres, da GOL, Carlos Seixas, da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil, Comandante Milton Arantes, que é um bom Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos. Inclusive ontem nós estivemos numa boa reunião lá na Anac com a grande maioria dos táxis aéreos do Brasil. E muita coisa nós vamos tratar aqui, inclusive no que diz respeito ao eminente Senador Blairo Maggi.

Por exemplo: carga horária de trabalho. O que é de companhia aérea não pode ser táxi aéreo. Nós vamos desmembrar tudo isso. O regulamento hoje é geral. Um táxi aéreo que pode pegar um fretamento de Goiânia para Brasília, pode pegar de Goiânia para Miami, mas a carga horária o impede no meio do caminho. Isso está equivocado.

Então nós teremos uma carga horária de trabalho para a aviação de companhia e também para as outras aviações. Vamos desmembrar.

Também precisamos organizar e facilitar a vida, porque hoje existe uma carga altíssima de taxas aeroportuárias para as empresas de táxi aéreo. Para a senhora ter uma ideia, os impostos de um táxi aéreo são de 9% e a carga aeroportuária é de 12%. Aí eles recorrem à Anac para diminuir, e a Anac diz: não, uma parte da taxa é nossa, a outra é do Decea, a outra é não sei de quem. Quer dizer, está havendo sobreposições.

Queremos também definir qual é a ação efetiva da Anac, da Sac, do Decea e da Infraero.

Então é nesta Subcomissão que nós vamos legislar e contribuir com o Governo Federal e a Presidenta Dilma no sentido de regulamentar e colocar cada um com a sua ação efetiva sem sobreposições.

Para se ter uma ideia, Senador Blairo, uma empresa de táxi aéreo instalada em Marabá vai tratar os seus assuntos em São Paulo. Se for de Imperatriz, ali

ao lado, vai tratar em Recife; de Santarém vai tratar no Rio de Janeiro.

Ora, se nós temos cinco regiões no País, a empresa de táxi aéreo que está na Região Norte vai tratar em Belém; quem estiver instalado na Região Nordeste vai a Recife; aqui no Centro-Oeste, se for de Goiânia ou de Cuiabá, em Brasília; quem estiver no Sudeste, em São Paulo; e quem estiver no Sul, em Curitiba. Eles invertem, deslocam um empresário de Santarém, Senador Blairo, para tratar da sua empresa no Rio de Janeiro. Veja como está a falta de programação.

Tudo isso nós vamos ajustar. Precisamos observar a aviação internacional também, o que está ocorrendo na América e na Europa. De modo que esta Subcomissão, que tem o prazo de um ano... Neste período, depois de ouvir todos os segmentos envolvidos, juntamente com a nossa equipe, os consultores, os Senadores e Senadoras que participam desta Comissão, nós queremos dar uma grande contribuição ao País no sentido de apresentar à Presidenta Dilma.

A nossa ideia é de não termos nenhum projeto de lei, Presidente, porque pode atrasar muito e, chegando à Câmara, todo esse trabalho pode ser descaracterizado. A ideia é apresentar à Presidenta Dilma, ao final, um projeto que diga respeito à regulamentação da aviação como um todo: as empresas, os táxis aéreos... desde ultraleve, que ocupa o espaço aéreo, passando por aviação em geral, por táxi aéreo, por regional, por companhia e pelos seus profissionais e aviadores, além da questão de manutenção.

O Brasil precisa urgentemente investir na formação de jovens aviadores, porque já se trata de importar mão de obra para a aviação no País. Não podemos nos submeter a isso. Eu sempre digo que o que temos de melhor é apresentar no futebol os craques que são brasileiros; na aviação, também. Precisamos fazer com que o Governo Federal invista na formação de aviadores para que a gente possa acompanhar esse mercado superaquecido da aviação no Brasil. É louvável aqui se registrar que tudo isso ocorreu porque a economia brasileira avançou, vem avançando e continua agora no Governo da Presidente Dilma. De modo que precisamos investir muito na formação de profissionais para que não precisemos importar. A burocracia, diminuir. Para se ter uma ideia, Senador Blairo, V. Ex^a, que conhece bem a aviação, um piloto de King Air C-90 tem que se deslocar para tirar seu certificado nacional; o do B-90, mesmo avião, mesmo motor, mesmo combustível, só muda o painel, porque um é horizontal e o outro, vertical, tem que fazer outro certificado. Na América não é preciso; é o certificado multimotores. Por que lá pode e aqui não? São entraves burocráticos que nós precisamos destravar na regulamentação, e vamos

fazer isso. Vamos procurar dar nossa modesta contribuição como aviador, como cidadão brasileiro, como Senador da República para que possamos avançar. E precisamos avançar muito. O Código Brasileiro do Ar é de 1986, Sr^a. Presidente, quer dizer, superdefasado. De lá para cá, quanto já se avançou? E o Senado Federal demonstra que hoje há a preocupação, o zelo, o comprometimento com a organização da aviação do Brasil. Muito obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, cumprimento V. Ex^a., nossa Presidente da Comissão, Senador Vicentinho, Senadores e Senadoras aqui presentes. Gostaria, Senador Vicentinho, de cumprimentá-lo pela iniciativa da formação desta subcomissão que está sendo instalada hoje para tratar do assunto da aviação de maneira geral no Brasil.

Eu já me dou por satisfeito por ter provocado essa discussão quando apresentei projeto de lei no sentido de nós alterarmos, fazermos algumas modificações no trabalho dos aviadores. Foi um tema polêmico; de todos os temas com que nos envolvemos no Senado, foi o que mais me originou *e-mails*, comentários nas redes sociais. Vi que os profissionais da área não gostaram muito que mexêssemos nisso.

Procurei o Senador Vicentinho, que me disse que cuidaria desse assunto porque era da área. De fato, é um aviador não antigo, porque bastante moço ainda, mas um aviador experiente. Eu até disse ao Senador Vicentinho: se esse negócio incomoda tanto, não há problema. Eu quis fazer alguma coisa para começarmos uma discussão. E também a sociedade precisa entender que a entrada de um projeto de lei, a provocação de um projeto de lei não significa que vai virar lei; significa que vai gerar uma discussão. E o início dessa discussão surgiu por aí.

E o Senador Vicentinho me disse que eu não precisaria retirar esse projeto de lei porque ele estava conversando com a categoria e que então iríamos aproveitar esse momento em que a categoria se mobiliza para combater ou discutir esse projeto, e vamos propor então uma discussão mais ampla sobre a aviação civil no Brasil. Acho que está muito bem colocado, e vejo, pelos nomes que V. Ex^a colocou aqui, que tem representantes dos pilotos e das categorias que estão aqui. Quero me colocar à disposição para o que for possível, Vicentinho, para ajudá-lo e ajudar esta comissão também para que a gente encontre mecanismos para que os aviadores tenham boa proteção, mas para que também os consumidores, aqueles que transitam pelo Brasil afora, também tenham boas condições.

Eu não sei se, às vezes, é falta de organização das companhias ou alguma coisa parecida. Já aconteceu comigo, por exemplo – são estas coisas que fazem com que, no futuro, quando você tem uma posição de poder mexer em alguma coisa, você queira mexer, porque você já sofreu com isto já também –, num voo entre Cuiabá e Manaus, há muito tempo, este problema: chegando a Manaus, não conseguimos fazer o pouso, porque o tempo não estava bom; a aeronave foi deslocada para Santarém; chegando a Santarém, venceu o horário da tripulação, eles desceram do avião e nós ficamos lá. Esse tipo de coisa, Senadora, é que precisamos compreender. Têm serviços inadiáveis em todas as áreas.

Eu queria dizer aqui que jamais a minha proposição foi no sentido de prejudicar alguém. Pelo contrário, quero que aproveitemos esta oportunidade e façamos a discussão que tiver de ser feita. Eu estou aqui para ajudar e para participar da formulação de uma nova política, já que temos agora como defensor dessa bandeira o Senador Vicentinho, que conhece muito bem aviação e tem no seu círculo de amizades pessoas que lidam com esse assunto, vivendo dele.

Então, era esta a minha colocação: parabenizá-lo e me colocar à disposição de V. Ex^a para ajudá-lo nesse processo.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, eu estava cometendo uma injustiça e quero me redimir.

Efetivamente, na melhor das intenções, o projeto do Senador Blairo, que será também incluído na subcomissão – e continuaremos debatendo isto –, foi um despertar para todo esse outro contexto da subcomissão. Portanto, quero aqui parabenizar o meu líder, o meu amigo, o Senador Blairo, e dizer que os aviadores do Brasil têm por ele muito respeito. É claro que o debate é sempre salutar e a intenção dele foi sempre a melhor. Será também incluído o seu projeto na subcomissão para discutirmos de uma forma mais ampla.

Como eu disse, vamos desmembrar a questão de carga horária em relação à companhia aérea, a taxi aéreo e à aviação geral. Para a senhora ter ideia, os taxis aéreos estão sofrendo muitas enormes, absurdas, pelo Ministério do Trabalho, porque a regra de carga horária é a mesma da companhia. Não podemos ter isso. Por exemplo, aqui, tem um comandante da Gol, que é o amigo Aguirres, e o que ele mais conhece é a questão da fadiga de aviadores, de tripulação. Nós já iniciamos, naquela audiência pública, essa discussão

e a Anac já está fazendo audiência pública por Internet para discutir a questão da fadiga, do excesso de carga de trabalho. Para se ter uma ideia, naquele acidente da TAM em São Paulo, todo mundo só colocou defeito nas manetes, no avião, na tripulação etc; e esqueceram que a população vinha bocejando e o bocejo já significa fadiga. Se observarmos, a grande maioria dos acidentes é por fadiga na tripulação. Excesso de trabalho, excesso de hora voada. Temos de conciliar tudo isso.

Portanto, eu queria fazer essa justificativa ao nosso líder e amigo, o Senador Blairo. Tudo começou com esse projeto do amigo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Senadora Presidente Lúcia Vânia, cumprimentando o Senador Vicentinho pela tempestividade e pela oportunidade do requerimento, está me parecendo que talvez pudéssemos incluir também nesta subcomissão um acompanhamento de todo o processo de concessão dos aeroportos brasileiros, assim como o acompanhamento de toda conjuntura do programa de trabalho da Secretaria Nacional de Aviação Civil. Acho que é fundamental observamos com atenção tudo que está relacionado às boas condições de trabalho dos nossos profissionais de aviação, mas acho que esta Comissão poderia também aprofundar os seus trabalhos fazendo uma investigação, uma avaliação dos desdobramentos de todo o processo de concessão, que eu estou saudando com enorme entusiasmo.

Para além da disputa ideológica, dos conflitos, acho que o Brasil precisava de uma decisão como essa. Está correta a Presidente Dilma, fez o que tinha de fazer. O que desejamos é que esses aeroportos possam, de fato, dar a oportunidade aos usuários brasileiros e à economia brasileira, que sejam novos tempos, com melhor competitividade.

Sugiro ao Senador Vicentinho que possamos incluir essa pauta de infraestrutura. Acho que isso poderia dar a esta Subcomissão um alento maior, para além de uma audiência apenas. O tema da estrutura aeroportuária, aeroviária no Brasil é muito complexo. Parece-me que em apenas uma reunião talvez não consigamos. O que estou sugerindo é que possamos ampliar o debate além disso, para aprofundarmos, com a boa iniciativa do Senador Vicentinho e o acolhimento desta Subcomissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidente, também quero cumprimentar o Senador Vicentinho pela iniciativa.

Já tive oportunidade de conversar com ele, já participamos juntos de uma outra subcomissão, eu, como Presidente e ele como vice, que trata de assuntos regionais.

A aviação é um tema extremamente extenso. S. Exª listou aqui, obviamente, audiências públicas, mas, a partir das audiências, serão esses os temas que serão trabalhados. Assim eu compreendo, Senador Ferraço.

Entre os temas listados, temos a aviação regional. Já combinamos que esse debate será feito junto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e com as Subcomissões da Amazônia e Nordeste. Reputo esses com os maiores problemas para a aviação, porque as regiões que mais precisam, Senadora, são aquelas que possuem uma infraestrutura mais precária e exatamente por essa razão os preços são caríssimos. Para ir a uma cidade do interior do meu Estado, pagamos mais caro que de Manaus a São Paulo. Ir para os Municípios do interior de avião, na minha região, não é uma opção, mas o único modo. Esse é o meio de se transportar doentes e tudo mais.

Já combinamos, eu e o Senador Vicentinho, que vamos trabalhar esse tema juntos.

Para concluir, gostaria de falar sobre o projeto do Senador Blairo que trata da jornada de trabalho dos pilotos, dos aeronautas.

Tenho conversado, porque tenho contato muito próximo com vários deles, e ele têm demonstrado muita preocupação. Já venho conversando com o Senador Blairo há muito tempo e o objetivo é debater. Que todos eles fiquem tranquilos porque absolutamente nada que prejudique a categoria o Senado aprovará, muito menos o Senador Blairo proporá. Já houve uma conversa com os aeronautas, muitas outras acontecerão, o debate será intensificado.

De fato, trata-se de uma profissão diferenciada e que exige um tratamento diferenciado. Ficou provado, depois de alguns meses de investigação, aquilo que vários pilotos me disseram logo após aquele desastre da Air France, do avião que caiu no mar: os pilotos dormiram. Os pilotos estavam estressados. Não estavam acordados, confiaram em excesso na máquina e não estavam acordados quando se depararam com uma formação meteorológica importante que causou o desastre.

Fiquemos tranquilos – assim como o Senador Walter Pinheiro -, porque o debate será levado em bom tom.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço à Senadora Vanessa.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O item 13, que se refere à concessão de aeroportos, tão bem colocada pelo Senador Ricardo Ferraço – é louvável a preocupação dele –, aqui está como uma sugestão de roteiro. É claro que não está fechado. Poderemos ampliar e melhorar. E nós vamos acatar a sugestão do Senador Ricardo Ferraço, no sentido de aprofundar bem a questão da privatização de aeroportos.

O modelo é bom. Da minha parte, eu aprovo 49% do consórcio, sendo parte o Governo Federal, o povo brasileiro, 51% a iniciativa privada. Mas vou sugerir durante o andar da Comissão no sentido de que nós tenhamos um modelo completo, que não fique só nos grandes aeroportos, que também quem privatize os grandes seja como... Não é o mesmo modelo das telas, porque não houve essa participação de 49%. Até li uma matéria do Senador Lindbergh nesse sentido. Mas que também venha a atingir os médios e pequenos aeroportos. Precisamos fazer uma coisa completa no País, um modelo para atender a todos.

Então nós vamos discutir muito isso. A preocupação do Senador Ricardo Ferraço é louvável...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que estou propondo, Senador Vicentinho, é que, como no avião, nós tenhamos duas asas. Numa asa nós poderemos aprofundar e detalhar as boas condições de trabalho dos profissionais da aviação brasileira e numa outra asa poderemos aprofundar o debate em relação à estrutura aeroviária do País, sobretudo com relação a esse modelo de concessão que foi licitado essa semana.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Nós precisamos, Presidente, exatamente disso e cuidar também das empresas. A galinha dos ovos de ouro não pode morrer. Então temos que fazer uma coisa equilibrada.

Só para finalizar, nós temos um caso específico na cidade de Araguaína, no Estado de Tocantins. A Anac multou o Governo do Estado, e ali está presente o eminente amigo Secretário de Infraestrutura Alexandre Ubaldo, em R\$800 mil sobre o aeroporto de Araguaína. A reforma do aeroporto já está concluída, já temos o laudo, estamos agora aguardando a desinterdição do aeroporto. Mas olhem a falta de cuidado. O aeroporto de Araguaína é administrado pela Prefeitura de Araguaína, e o Estado foi multado em R\$800 mil. Então são detalhes que o burocrata...

Primeiro um ente federado multar o outro em R\$800 mil... Você está deixando de construir uma es-

cola, um posto de saúde, uma creche, uma ponte. Eu acho que a força do diálogo seria melhor para se encontrar uma solução. Se multar em R\$800 mil a prefeitura, ela se inviabiliza, deixa de receber recursos.

Nós temos que ter muito cuidado com relação à burocracia brasileira. Com isso nós vamos procurar facilitar mais a vida também dos entes federados com relação aos aeroportos no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Comunico aos Srs. Senadores que houve um engano da Secretaria no sentido de colocar para votar dois membros da base do Governo. Então nós temos que fazer uma nova votação para não incorrer nesse erro. Pediria aos Srs. Senadores membros da Comissão que voltassem às urnas para fazer a votação.

Encerro a presente sessão dizendo ao Senador Vicentinho da alegria da Subcomissão de Aviação Civil em contar com a sua colaboração para um tema extremamente importante que vai enriquecer os trabalhos desta Comissão.

Sugiro a V. Exª que solicite à própria Secretaria o acompanhamento de toda a discussão que será feita nessa área, no sentido de que possamos publicar toda a discussão que irá gerar esse projeto que será sugerido à Senhora Presidente da República.

Portanto agradeço. Quero que V. Exª conte com esta Presidência e com a Vice-Presidência, na pessoa do Senador Blairo Maggi, que me acompanha nesta Comissão, e tenho certeza de que vamos obter bons resultados.

Acredito que a sugestão do Senador Ferraço seja extremamente importante. Esse episódio que terminou com as concessões que foram feitas na semana passada precisa ser acompanhado, fiscalizado, para que nós possamos aprimorar o sistema.

Acho que esta Subcomissão poderá debruçar-se sobre o tema e obter, com isso, um resultado positivo e uma colaboração efetiva da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal ao Executivo.

Portanto, quero agora convidar o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Vanessa para fazerem a contagem dos votos.

O Senador Vicentinho deve votar. *(Pausa.)*
Vote, Flexa!

O Senador Walter Pinheiro deve votar. *(Pausa.)*
Senadora Vanessa, para contagem dos votos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já acabaram os votos?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está encerrando. *(Pausa.)*

Senador Flexa, fique aí para contagem dos votos.
Vou declarar o resultado da votação.

Votaram três Srs. Senadores, três votos “sim”. Está eleito, portanto, o Senador Vicentinho como Presidente da Subcomissão de Aviação Civil.

Encerro a presente reunião e convoco as Srs. e os Srs. Senadores para uma nova reunião, que se realizará a partir deste momento e em que vamos apreciar a pauta já distribuída antecipadamente para os Srs. Senadores.

(Iniciada às 08 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 37 minutos.)

**COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRAESTRUTURA – CI
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA
SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC**

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Vicentinho Alves, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, com a presença dos Senhores Senadores: **Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da primeira Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica que a primeira parte da Reunião tem por finalidade a Eleição do Vice-Presidente desta Subcomissão. E que foi registrado, até o momento, o nome do Senhor Senador Vital do Rêgo. O Presidente lamenta a ocorrência de acidente com avião da CTA, taxi aéreo do Amazonas. Usa da palavra o Senador Eduardo Braga, que apresenta sugestão de que as reuniões desta Subcomissão ocorram às segundas-feiras às dezessete horas. O Presidente declara aberto o processo de votação para Vice-Presidente desta Subcomissão. Encerrada a votação, é designado escrutinador o Senador Eduardo Braga. O Presidente comunica que, em escrutínio secreto, fica eleito Vice-Presidente desta Subcomissão, com 3 (três) votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma Abstenção, o Senador Vital do Rêgo. O Presidente convida o Senador Eleito Vice-Presidente a ocupar seu lugar à Mesa. Usa da palavra o Senador Vital do Rêgo. É designado Relator desta Subcomissão o Senador Eduardo Braga. Usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Passa-se à segunda parte da Reunião, quando é apreciado, item único extrapauta, o **Requerimento nº 1/2012-CISTAC**, de

autoria do Senador Vicentinho Alves, que “Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates, para discutir políticas públicas para a Aviação Civil brasileira, conforme roteiro abaixo, sendo que as datas e os convidados serão definidos oportunamente: 1ª Audiência – Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); 2ª Audiência – Secretaria de Aviação Civil (SAC); 3ª Audiência – Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); 4ª Audiência – Empresa Brasileira de Administração Aeroportuária (INFRAERO); 5ª Audiência – Centro de Investigação de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA); 6ª Audiência – Aviação geral; 7ª Audiência – Táxis aéreos; 8ª Audiência – Aviação comercial; 9ª Audiência – Indústria das linhas aéreas (visão internacional) – IATA; 10ª Audiência – Aviação regional; 11ª Audiência – Sindicato Nacional dos Aeronautas e Associações; 12ª Audiência – Manutenção de aeronaves; 13ª Audiência – Formação de recursos humanos; 14ª Audiência – Concessões de aeroportos; 15ª Audiência – Belém-PA; 16ª Audiência – Manaus-AM; 17ª Audiência – Recife-PE; 18ª Audiência – Goiânia-GO; 19ª Audiência – São Paulo-SP; e 20ª Audiência – Porto Alegre-RS.” Aprovado. O Presidente comunica que os dois itens de requerimentos que constavam na segunda parte da pauta desta reunião foram integrados nesse Requerimento extrapauta, também de sua autoria. O Presidente convoca os Senhores Senadores para a próxima Reunião desta Subcomissão a realizar-se na segunda-feira seguinte, cinco de março de dois mil e doze, às dezessete horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)
– Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião.

Se os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

De início, antes de votarmos a escolha do primeiro vice-presidente, convido para fazer parte da Mesa, e já designado por esta presidência, o eminente colega Senador Eduardo Braga. Iremos trabalhar com afinco nesta Subcomissão no sentido de darmos a melhor contribuição para o nosso País com relação à regulamentação da aviação geral no nosso País. Portanto, V. Ex^a está convidado a fazer parte da Mesa.

Em seguida, temos por finalidade a eleição do vice-presidente da Subcomissão. O nosso candidato, único, é o Senador Vital do Rêgo da nossa querida Paraíba.

Declaro, portanto, o processo de votação em aberto. Em seguida, iremos efetuar o escrutínio.

Porém, antes do escrutínio, Senador Eduardo Braga, a respeito daquele acidente com a empresa de táxi aéreo do Estado de V. Ex^a, CTA – Táxi Aéreo, do Amazonas, queremos aqui lamentar e nos solidarizar com toda a família enlutada, do Comandante Antônio; mais um aviador que morre, falece nas asas dos seus ideais.

Portanto, fica aqui registrada nesta Subcomissão a nossa solidariedade através de V. Ex^a, que representa tão bem os amazonenses no Senado Federal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, eu queria inclusive aproveitar esta oportunidade para destacar que, lamentavelmente, esses últimos meses, janeiro e fevereiro, têm sido de acidentes e incidentes na Amazônia no que diz respeito à aviação. Tivemos vários acidentes no Estado do Pará e, no Estado do Amazonas, além do acidente que aconteceu no dia de ontem, com falecimento inclusive do piloto, na semana anterior tivemos outro acidente no Município de Envira. Graças a Deus, não houve vítimas fatais. Os passageiros, lamentavelmente, ficaram gravemente feridos, mas não houve vítimas fatais, o que mostra, efetivamente, que esta Subcomissão é absolutamente oportuna diante do desafio que estamos tendo na aviação civil e comercial neste País, principalmente na aviação regional, onde estamos devendo uma política nacional para resgatar déficits de investimentos e estruturação de uma regulamentação sobre a matéria.

A propósito, Sr. Presidente, no momento em que fazemos esse registro de pesar pelo acidente ocorrido no dia de ontem, eu gostaria de propor a V. Ex^a e ao nosso querido Vice-Presidente, o Vitalzinho aqui presente, que as nossas reuniões da nossa Comissão pudessem acontecer no dia de segunda-feira à

tarde, se for do agrado de V. Ex^{as}, tendo em vista que quarta-feira é um dia pesado, com várias Comissões se reunindo. Eu presido a CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) e inclusive terei que me ausentar para abrir a reunião daquela Comissão. Gostaria de poder sugerir, portanto, o dia de segunda-feira à tarde para as reuniões da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– E o horário, Senador? Qual seria ideal?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Dezesseis horas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu poderia sugerir 17h, em função de que venho de mais longe? Se puder ser às 17h, para nós, seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR –

TO) – O senhor estando de acordo, a Presidência também está.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Eu queria me posicionar. Não quero me antecipar ao escrutínio...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Como o Senador Eduardo Braga terá de se ausentar, como Presidente da CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia, vamos apurar a eleição de V. Ex^a, candidato...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Estou ansioso.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Em seguida, concedo a palavra a V. Ex^a.

Convido o Senador Eduardo Braga para fazer o escrutínio.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB)

– Estou ansioso, como faço há 23 anos, esperando a apuração, desde vereador. É mais uma eleição na minha vida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– E mais uma eleição em que V. Ex^a será vitorioso.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Amém.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Por unanimidade.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Graças ao apoio dos eleitores, como V. Ex^a, Senador Vicentinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Três votos para o Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Obrigado, Senador Eduardo.

Encerrada a votação, convido o Senador Vital do Rêgo, Vice-Presidente eleito por unanimidade desta Subcomissão, para fazer parte da Mesa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vou pedir licença, até por estar em presença de Eduardo, que também tem assento à Mesa, na condição de Relator, para, rapidamente, em menos de três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Só para concluir, está eleito V. Ex^a como Vice-Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Presidente.

Em três minutos, quero dizer da minha satisfação em fazer parte desta Comissão. Por ser presidente de uma frente, no Congresso Nacional, em defesa da aviação regional, criada por mim e por V. Ex^a, ainda como Deputados Federais, por ter hoje, dentro dos temas que abraço neste Senado, a aviação geral como um dos prioritários, quero dizer que nós ainda não acordamos, e os incidentes e os acidentes de que Eduardo falou agora há pouco, no Amazonas ou no Rio Grande do Sul, principalmente na aviação regional, e as tragédias que já aconteceram na aviação comercial ainda não nos fizeram acordar para a necessidade de regulamentação nova da aviação geral.

Nós estamos sob uma égide de uma série de regras e normas atrasadas do Brasil dos anos 40 para trás, há 40 anos. Então, essas regras mudaram com o novo Brasil que se descortinou na área econômica.

As pessoas tiveram mais acesso, as pessoas começaram a voar mais, as pessoas começaram a substituir, assim como, lá no meu interior, a tração animal foi substituída pela moto, hoje, muitas vezes, o transporte rodoviário foi substituído pelo transporte aéreo. E aí, nem o Congresso Nacional nem os governos tiveram a atenção de evoluir com uma legislação que pudesse proteger o comerciante, aquele que é empreendedor, e proteger principalmente o cliente.

Eu me sinto muito feliz em estar com V. Ex^{as} na condição de Vice-Presidente, até porque sob o comando de um aviador como V. Ex^a é há mais de 30 anos, desde quando não sequestrou, mas, de forma amorosa, fugiu com sua esposa no seu monomotor, e até hoje convive com ela – e muito bem casado. Vocês sabem que ele fugiu – naquela época se chamava fugiu – com a noiva no monomotor dele, já pilotando. As histórias de Vicentinho eu sei porque eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E o cabra correndo atrás dele.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sim, e com um medo danado do sogro, que passou um ano sem falar com ele.

Mas voltando, Vicentinho, sob o comando de V. Ex^a, que eu tenho como um irmão, tenho certeza de que a grande contribuição que V. Ex^a dá...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Eu gostaria – só um minuto, Senador Eduardo – que pudéssemos aprovar por maioria o requerimento que se encontra sobre a mesa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Já tem o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Já está assinado. Obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Então, Senador Vicentinho, V. Ex^a tem uma contribuição muito importante a dar ao Estado de Tocantins, a nosso Governador Siqueira Campos, e somos fraternos amigos, no âmbito federal, federativo.

V. Ex^a tem obrigações com o Tocantins em todos os setores do seu Estado, mas talvez o que mais tornará V. Ex^a realizado no mandato de Senador vai ser entregar para a Presidenta Dilma um novo modelo de aviação geral no Brasil, na condição de Presidente desta Subcomissão. Acho que essa é uma tarefa que devemos abraçar como ideal do comandante, ideal dos apaixonados, como eu, pelo tema.

Por isso, concordo com o Eduardo na proposta da segunda-feira, porque é um dia em que nada vai nos atrapalhar, abaixo de Deus e de algum incidente ou acidente, estaremos aqui, como sempre fazemos todas as segundas-feiras, às 17h.

Quero objetivar o cumprimento dessas audiências da melhor forma possível. Quanto mais rápido enfrentarmos esse problema, menos vítimas no espaço aéreo brasileiro, menos injustiça nos aeroportos. Hoje somos muito mal tratados pelas empresas aéreas. Somos muito relegados pelo poder econômico. Essa Comissão vai dar um choque muito interessante, republicano, neste setor.

Por isso, me congratulo com V. Ex^a e digo que estou muito bem acompanhado, tanto por V. Ex^a quanto pelos Senadores Eduardo, Valter Pinheiro e Flexa Ribeiro e por todos os colegas suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito obrigado, caro amigo Senador Vital do Rêgo.

Essa Subcomissão, e tenho o prazer de tê-lo como Vice-Presidente, o Senador Eduardo Braga como relator e os demais Senadores citados por V. Ex^a como membros, vem efetivamente com o compromisso de contribuímos com o nosso Governo, com a Presidenta Dilma, com o nosso País no sentido de termos uma legislação eficiente para o momento da aviação no País.

Bem colocado por V. Ex^a, o último grande planejamento de aviação no País foi na década de 60, efetivamente. O Código Brasileiro do Ar é de 1986, porém, antes da Constituinte. De lá para cá, a aviação avançou muito, o país cresceu economicamente, o mercado de trabalho hoje para os nossos aviadores é fantástico.

Essa Subcomissão tem vários assuntos que vamos discutir pontualmente. Por exemplo, precisamos que o Fies chegue também para os jovens se tornarem aviadores no País. Precisamos trabalhar nesse sentido, criarmos uma legislação.

Há dias, e falo de outro assunto – táxi aéreo –, eu estava em uma reunião na Anac com diretores e o Presidente da Anac e disse a eles sobre o problema gravíssimo que é a falta de presença da Anac nas regiões do País, o que poderia gerar inclusive acidentes. Olhem os acidentes na Amazônia. Por que isso? Vou explicar. Antes, os táxis aéreos da Amazônia se dirigiam a Belém, o I Comar, para tratar dos seus assuntos. Hoje, se V. Ex^a tem um táxi aéreo em Santarém, vai ter que tratar do seu assunto no Rio de Janeiro; se tem um em Marabá, tem que ir a São Paulo; se tem um em Imperatriz, ao lado de Marabá, tem que ir a Recife. Olha o embaralhamento que fizeram e a falta de articulação! A Anac, estando presente na fiscalização e no controle mais assíduo, na ponta, promoverá uma fiscalização melhor.

Temos que reordenar esta questão da atividade de cada instituição. Há muita sobreposição, Senador Vital, de competências entre SAC, Secretaria de Aviação Civil, entre Anac, entre Infraero, entre Decea.

Nós precisamos, numa legislação, definir... Inclusive, vai ser bom, porque cada órgão desses virá, aqui, para nos expor os seus problemas, as sobreposições e as suas sugestões.

Nós vamos colher, de cada setor da aviação, desde a questão de manutenção, dos profissionais, da aviação de um modo geral. Precisamos tratar, inclusive, de regulamentar, porque se ocupa o espaço aéreo... Por exemplo, o ultraleve é um fato. Precisamos regulamentar a aviação de ultraleve, porque está ocupando espaço aéreo. Se um pássaro derruba um avião, imaginem um ultraleve, que, inclusive, ocupa uma pista.

Portanto, precisamos regulamentar essa aviação, os aviadores, a aviação geral, o táxi aéreo, a aviação regional – V. Ex^a tem um cuidado especialíssimo nesse aspecto – e a aviação de um modo geral.

Vamos ouvir a Associação de Transportes Internacionais, a IATA, também para vermos como está a questão da aviação internacional.

Vamos ter cuidado, numa legislação, com relação ao combustível.

Eu quero informar aqui, nesta subcomissão, que o voo doméstico tem um combustível mais caro que o voo internacional. Então, a empresa internacional, hoje, tem certo privilégio em relação à empresa nacional.

Então, nós precisamos regulamentar tudo isso numa legislação, organizando cada setor da aviação.

Carga horária de trabalho. Nós não podemos ter uma carga horária... A mesma carga horária da aviação de companhia não pode servir para a aviação de táxi aéreo. Não é a mesma, não é o mesmo modelo.

Hoje, a legislação é geral. As empresas de táxi aéreo estão quebrando por causas trabalhistas.

Então, precisamos, para cada setor da aviação, de um modelo de carga horária de trabalho, de modo que a gente tenha uma atenção especial pelos profissionais dessa área, porque são eles que promovem todo esse círculo, que se torna, aí, a nossa aviação.

Sabemos, e V. Ex^a colocou com muita maestria, que a aviação transporta riquezas deste País e faz um papel importante de integração, desde os catalinas, do nosso Pará, do Senador Flexa.

Os catalinas tiveram um papel importante na aviação dos nossos rios, da Amazônia, integrando este País aos DC3 e aos dias de hoje, na aviação moderna

Precisamos facilitar a vida dos aviadores deste País. A burocracia está muito grande em cima dos nossos aviadores.

Para você ter uma ideia, um piloto de um avião *king air* C90, aqui, no Brasil, tem de ter um modelo de carteira de habilitação, e o B90, que é a mesma aeronave – motor, etc e tal –, só a disposição de painel muda, tem de ter outro certificado, enquanto que, nos Estados Unidos, é apenas um para a mesma aeronave, de multimotores

Isso, colocamos também já na Anac e a Anac também tem esse tipo de conhecimento.

Outro problema gravíssimo, Senador Flexa, colocado, inclusive, nesta reunião, por um proprietário de táxi aéreo lá do seu Estado, o Pará: as taxas que um táxi aéreo paga, as taxas aeroportuárias. Eles pagam em torno de 12% e os impostos, nove, ou seja, as taxas são mais caras que os impostos da empresa.

As empresas estão morrendo com ações trabalhistas, com carga tributária altíssima e eles sem saber onde tratar o assunto, porque quando vão à Anac, a Anac diz o seguinte: “Desses 12, a nossa parte é apenas “x”. A outra é do Decea, a outra é da Infraero”. Quer dizer, a regulamentação do setor não está, assim, organizada nesse aspecto.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte? (Pausa.)

V. Ex^a já se antecipa, com conhecimento de causa, uma série de problemas que iremos enfrentar e para que, certamente, se apresentará uma solução no relatório que haveremos de votar. E, viajando na sua avaliação, e vendo cada vez mais pertinente a presença desta Comissão para regular o setor, eu tomei-me – e agora com a presença do Senador Flexa que é outro apaixonado por esse tema – de uma pre-

ocupação para passar a V. Ex^a antes de concluirmos o nosso trabalho hoje.

Nós vamos funcionar às 17 horas nas segundas-feiras. Estamos em um ano de profundas transformações no País. Estamos nos preparando para a Copa do Mundo; estamos com a aviação geral, pelo menos bastante atrasada, em que pese o sucesso das concessões de aeroportos que aconteceram há pouco, mas ainda há muito que fazer, pois não se resolve o problema apenas com o ato de concessão, então, seria muito oportuno, Presidente Vicentinho, que nós entregássemos ao País um relatório, com bastante brevidade, que possa estabelecer soluções a partir deste. Por isso eu indago a V. Ex^a. Porque, estamos aqui com 19 reuniões a cada segunda-feira, isso vai nos tomar quatro meses, e nós temos uma eleição no meio. A partir de agosto, o Congresso, dentro de um calendário eleitoral, vai funcionar com uma menor, digamos assim, funcionalidade, porque todos nós vamos estar envolvidos, parte com as nossas obrigações aqui e parte com as nossas obrigações nas nossas bases. Eu sugeriria a V. Ex^a, não agora, mas depois de uma reflexão com a assessoria, que resolvêssemos esse assunto entre Belém e Manaus, ou então vai ter de colocar os dois... Vamos ter de resolver esse assunto entre Belém e Manaus, colocando os dois... Vamos ter de resolver... Flexinha não pode ficar sem Belém. Eu vou a Belém e a Manaus.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Acho que V. Ex^a tem visão...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Mas é claro, são 23 anos nessa luta. Você acha que eu não sei no que você está pensando?

Vamos lá, vamos resolver: uma pauta para Belém e outra pauta para Manaus e está resolvido o problema. Até porque ambos, tanto Flexa quanto Eduardo são merecedores, e são dos dois maiores Estados da Federação, e que sofrem muito com isso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu explico depois o motivo da necessidade das duas cidades.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Está aprovado.

Qual é a ideia que eu passo para V. Ex^a, Senador Vicentino: é que estude com a assessoria, melhor do que ninguém V. Ex^a sabe, tecnicamente a fusão de alguns itens aqui em reuniões, para que a gente possa, a cada segunda-feira, ter dois temas, ter dois convidados, se puder. Se os assuntos forem tão estanques...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Acho complicado, porque, eu viria, mas a quantidade de trabalho que nós temos aqui para duas reuniões por

semana; a segunda-feira já nos caberia. Se o senhor conseguir juntar, quando possível, temas para que nós entregássemos esse relatório ainda no primeiro semestre ou no segundo período depois das audiências públicas, casaria muito com as soluções que a Presidente está cobrando da SAC, cobrando da Infraero, cobrando dos setores, e aí nós estaríamos, digamos assim, *pari passu* com essa coisa.

Eu deixo essa iniciativa, eu vou pedir licença para sair. Com o meu voto, em qualquer situação, já... Obviamente, sou co-piloto de V. Ex^a nesta Comissão. Só assumo o manche quando V. Ex^a estiver cansado, e V. Ex^a é incansável. Deixo isso como sugestão. Mas concordo com qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Antes de V. Ex^a sair, eu coloco em votação o requerimento acrescentando Manaus e mantendo Belém.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Antes de V. Ex^a colocar em votação, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Primeiro, com relação à proposta de V. Ex^a, Presidente, de que fizéssemos as audiências às segundas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – É a sugestão do Senador Eduardo Braga, aprovada pelo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu me preocupo, porque às segundas-feiras... A nossa rotina é nos deslocarmos daqui às quintas-feiras. No nosso caso, vamos ao interior dos nossos estados às sextas-feiras e sábados, retornamos aos domingos e às segundas-feiras atendemos no nosso escritório nas capitais, no meu caso em Belém. E não temos vôos para chegarmos aqui, vindos de Belém, às cinco horas, a não ser que saíamos de Belém pela madrugada. O ideal seria se houvesse um vôo no início da tarde para chegarmos aqui às cinco horas, mas não existe esse vôo. Ou saímos às 06 horas da manhã, ou vamos chegar aqui às 20 horas, à noite.

Se fosse o caso, poderíamos fazer essa audiência nas quintas-feiras à tarde, porque apesar de a sessão ser deliberativa, não é costume haver essa sessão deliberativa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu sugiro uma conversa. Que nós não deliberemos a data da reunião agora. Outrossim, já deliberamos, mas com essa contra-argumentação. Em Direito, chamamos contrarrazões de Flexa.

Vamos nos juntar, até porque é uma comissão de cinco...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Senador Flexa, para não perdermos a oportunidade da próxima semana, eu gostaria de propor que na próxima segunda-feira V. Ex^a faça um sacrifício e a gente realize a reunião. Aí, já estaremos com a presença do Senador Eduardo Braga, do Senador Vital, de V. Ex^a e a nossa; dos demais membros. Então, redefinimos essa outra data, pelo menos para não ficarmos em aberto na próxima semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Há outra observação que eu gostaria de fazer no requerimento, com o apoio do nosso Vice, Senador Vital do Rêgo.

Ainda ontem, nós fizemos uma audiência pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a questão do sistema aeroportuário, da segurança aeroviária; e estavam presentes o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana e outros vários Senadores. Eu também estava presente e abordamos a questão da segurança aérea.

Nos últimos 20 dias, na Amazônia ocorreram cinco acidentes, com mortes. Inclusive, no último sábado faleceu um deputado estadual do Pará, um jovem de 39 anos, Deputado Alessandro Novelino.

Anteontem, em Manaus, o Senador Eduardo Braga também comentou que um avião foi decolar e em seguida teve uma pane, causando acidente com morte. Então, alguma coisa não está correta.

A Anac tem dito... Não é de agora que eu venho me referindo a isso, desde 2010 e 2011, quando a Anac fez referência a fechar os escritórios regionais, retirar seus funcionários e anotar as reclamações dos usuários pela Internet, devido à deficiência de quadro funcional e de recursos, porque as taxas cobradas dos usuários que vêm na tarifa o Governo Federal usa para fazer superávit primário. Não é só da Anac, não; é da Aneel, da Anatel, são todas. Eles repassam 20% de tudo o que arrecadam e o resto fica para o Tesouro.

Então gostaria, Presidente, Senador Vicentinho, que nós déssemos ênfase – com certeza não vão abordar em todos esses assuntos – especial para a questão da segurança de voo, principalmente na nossa Amazônia. Ali ou nós viajamos pelos rios, porque as estradas são precárias, ou usamos aviões. E não há fiscalização.

O Presidente do Sindicato dos Aeronautas tem dito que a Anac não fiscaliza, não tem pessoal, os aeródromos são interditados porque não têm a menor condição de pouso. Temos aqui manutenção de aeronaves. Essa é uma questão de segurança, prevenção de acidentes... Mas eu gostaria de ter uma audiência aqui em que pudéssemos tratar da segurança de voos na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – RO)

– No Item V nós podemos tratar disso. Está exatamente dentro disso, Senador. É o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. Esse é um tema que abrange exatamente a questão de segurança de voo. Também podemos tratar esse assunto com relação ao Decea, que é o Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Podemos tratar desse assunto na formação de recursos humanos, na audiência sobre manutenção de aeronaves.

V. Ex^a mencionou um tema importantíssimo. Eu tinha citado isso antes de V. Ex^a chegar.

Dias atrás, estivemos na Anac, alertando para esses problemas na Amazônia. Não tem cabimento, Senador Flexa, o proprietário de uma empresa de Belém ter que se deslocar para São Paulo nem de Santarém para o Rio de Janeiro ou de Marabá para São Paulo nem de Imperatriz para Recife. Desmontaram toda uma estrutura. Todo o Norte era dirigido para Belém, o Nordeste, para Recife, o Centro-Oeste, para Brasília, o Sudeste, para São Paulo, e o Sul, se não me falha a memória, para Curitiba. Não, para Porto Alegre.

Resultado: falta exatamente o que V. Ex^a acabou de citar, que é a presença da Anac nessas regiões, a presença de pessoas para fiscalizar embarque, documentação, tripulação, enfim, para estar presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Anac, se não me engano, tem dois funcionários para fazer essa fiscalização em toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – RO)

– O avanço da informática, da internet é importante, contribui, mas não é o único requisito. Nós precisamos ter pessoas nessa região.

E facilitar... Ora, se você está em Santarém ou em Belém, para se deslocar para São Paulo, você pensa duas vezes. E vai deixando. Deixa uma manutenção aqui, deixa outra coisa ali.

Então nós vamos fazer uma legislação... A ideia é contribuir com o Governo da Presidenta Dilma e com o País no sentido de elaborar uma legislação eficiente. Hoje, no País, observamos que todos os setores da economia estão se organizando. O agronegócio, através da CNA e da eficiente Presidente, nossa colega, Senadora Kátia Abreu, está se articulando no sentido de apresentar um projeto para o agronegócio no País. E nós vamos nos articular no sentido de apresentar um grande projeto para reorganizar a aviação no País como um todo, desde a formação, como eu disse aqui, de jovens

Fies. Nós podemos ter o Fies para atender os jovens, para se tornarem aviadores. Não precisamos estar falando em importar aviadores de outro país.

O que temos de craque neste País é no futebol e na aviação. Os melhores aviadores estão aqui, no País.

Nós precisamos cuidar também da questão do combustível. Não dá, no Brasil, para ter um combustível mais caro no voo doméstico do que no voo internacional. Por que isso? Vamos ver o que podemos fazer para contribuir nesse aspecto.

Enfim, nós queremos... Inclusive, apresentamos esse requerimento, que coloco em votação.

Se os senhores estiverem de acordo... *(Pausa.)*

Aprovado.

E no sentido...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só precisamos alterar...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Belém já está.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E como fica Manaus?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Em seguida...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senão o Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – ...décimo sexto, Manaus, e segue a sequência. A Assessoria já...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, são vinte.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Serão vinte. Serão vinte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No décimo sexto entra com Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Então, com isso... Preocupou-me muito com a proposta do Senador Vital, embora ele tenha tido de ausentar-se, no sentido, Senador Flexa... Aqui tivemos o cuidado de fazer segmento por segmento. Na medida em que juntamos, poderemos perder-nos na discussão.

Por exemplo, quando tratarmos com a Anac, queremos ouvir os problemas dela, porque eles também querem de nós uma legislação que lhes dê condições de atuar melhor. Também não podemos sacrificar a Anac; nós precisamos dar-lhe condições de legislação.

Quando chamarmos aqui a SAC, Secretaria de Aviação Civil, também vamos querer ouvi-los em que se estão sobrepondo as funções. Há muita sobreposição de função – da Anac, Infraero, SAC. Enfim, sei a preocupação do Senador Vital, mas quero insistir em que cada item desse requerimento seja de forma individual, porque depois, no contexto geral, aí, sim, vamos condensar tudo isso, com muito equilíbrio, porque a ideia nossa aqui é fazer um trabalho no sentido de chegarmos ao final com um resultado positivo para o País. Por sinal, essas audiências últimas, que vamos

realizar pelo País, inclusive começando por Belém, é para nós ouvirmos... Depois de ouvidas todas essas instituições, vamos ouvir aquelas pessoas mais isoladas do nosso País.

Por exemplo, às vezes há um aviador, um proprietário de táxi aéreo, que está lá em Belém ou lá em Santarém e que corre para lá para dizer o que eles têm de problemas e sugestões. Às vezes, em Recife...

De modo que, depois que colhermos todas essas informações através das audiências públicas pelo País, vamos sentar e, aí sim, elaborar um bom projeto, para a regulamentação da aviação no País como um todo. Esse é o nosso propósito.

Agradeço a V. Ex^a e espero contar com a costureira atenção e dedicação que V. Ex sempre tem no exercício do mandato nesta Comissão.

Poderemos contribuir muito com o nosso País, Senador Flexa.

Na pauta, há dois itens que transferimos para esse requerimento ora aprovado. E acrescentamos a cidade de Manaus, passando para o vigésimo item – na sequência, Manaus. Devido à importância, será a última.

Poderemos fazer, num final de semana, Belém e Manaus. Ponha em décimo sexto. Numa viagem só, fazemos a região Norte e a Amazônia.

Eu submeto a aprovação desse requerimento nessas condições aos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, que será realizada na segunda-feira próxima, dia 5, às 17h.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 5 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia sete de março de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos **Senadores Walter Pinheiro**,

Vital do Rêgo, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Senador, não-membro desta Subcomissão, **João Capiberibe**. O Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 2ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os Senhores expositores **Juliano Alcântara Noman**, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; **Rogério Teixeira Coimbra**, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; e o Prof. **Respício Antônio do Espírito Santo**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O Presidente comunica que a presente Reunião destina-se a debater as Políticas Públicas voltadas à consolidação e ao desenvolvimento da aviação civil, em atendimento ao Requerimento nº 1/2012–CISTAC. O Presidente registra a presença do Senhor **Georges Ferreira**, representante da Associação Brasileira de Taxis Aéreos – ABITAER, da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves – APA, e da Associação Brasileira de Aeronaves Experimentais – ABITAEX. O Presidente concede a palavra ao expositor **Rogério Teixeira Coimbra**, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. O Presidente registra a presença dos Senhores **Paulo de Tarso**, **Roberto Barbosa** e **Marcelo Andrade**, representantes do Sindicato Nacional dos Aeroviários nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais, respectivamente; e do Senhor **Francisco Lira**, membro do Conselho Internacional de Negócios da Aviação – IBAC. O Presidente concede a palavra ao expositor **Juliano Alcântara Noman**, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. O Presidente registra a presença do Deputado Federal **Dr. Grilo (PSL/MG)**, Líder do PSL; do Senhor **Luiz Carlos Alves de Queiroz**, Presidente do Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS; e do Senhor **Valdonez Sobreira de Lima**, Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento do ITERTINS. Usa a palavra o Senador **Ivo Cassol**. O Presidente concede a palavra ao expositor **Prof. Respício Antônio do Espírito Santo**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Usa a palavra o Senador **Eduardo Braga**. O Presidente registra a presença do Senhor **Carlos Modena**, Auditor do TCU. Usa a palavra o Senador **Vital do Rêgo**, que solicita, à Secretaria desta Subcomissão, material – de audiências públicas, projetos legislativos e notícias – referente a aviação civil. Essa solicitação é acolhida pelo Presidente. O Presidente concede a palavra ao **Deputado Federal Dr. Grilo**. O Presidente convoca os Senhores Senadores para a próxima Reunião des-

ta Subcomissão, a realizar-se no dia doze de março, segunda-feira, neste Plenário, às dezessete horas, com os convidados: **Cláudio Passos Simão**, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência nacional de Aviação Civil – ANAC; e **George William Cesar de Araripe Supcira**, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice-Presidente do *International Council of Aircraft Owner and Pilot Associations*. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às catorze horas e quatro minutos, lavrando eu, **José Alexandre Girão Mota da Silva**, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Bom dia a todos, Senadores, Senadoras e ilustres visitantes.

Havendo número legal, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura. Porém, antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 2ª Reunião e aprovação da mesma.

As Srs. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Convido para tomarem assento à Mesa os Srs. **Juliano Alcântara Noman**, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR); **Rogério Teixeira Coimbra**, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR) e o Prof. **Respício Antônio do Espírito Santo**, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Prof. **Respício** é um conhecedor profundo, Senador **Eduardo**, da questão da aviação. Inclusive a imprensa nacional, a Rede Globo, procura sempre se orientar aqui no assunto de aviação com o Prof. **Respício**. Está presente o nobre Relator, Senador **Eduardo Braga**, e quero apresentá-lo aos ilustres convidados.

A presente reunião destina-se a debater as políticas públicas voltadas à consolidação e ao desenvolvimento da aviação civil em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2012.

Informo, para o melhor andamento dos trabalhos, que vou conceder o tempo necessário a cada convidado, inicialmente, de 10 minutos, havendo a possibilidade de ser prorrogado.

Primeiramente, quero fazer uma leitura do que pensamos, Senador **Eduardo**, sobre a regulamentação econômica do transporte aéreo, que vai se referir

basicamente nesta audiência de hoje à Secretaria de Aviação Civil.

A aviação civil no Brasil sempre foi objeto de grandes intervenções estatais, sendo que, a partir da década de 1960, essa importante atividade econômica passou a integrar os planos governamentais para a defesa e integração nacional, o que é considerado por muitos como o último grande programa de planejamento estratégico voltado para a indústria da aviação civil brasileira.

Assim, desde a década de 1960, as reformas regulatórias do setor representaram uma política associada a mecanismos de desenvolvimento regional com forte incentivo ao incremento da indústria aeronáutica brasileira, com a criação, inclusive, da Embraer que, ao final dos anos 1960, início dos anos 1970, foi marcada por uma regulação que controlava a competição entre as empresas aéreas.

Até o final dessa fase ocorreu a criação dos dois grandes marcos regulatórios do setor: a criação da Lei do Aeronauta, em 1984, que é a Lei nº 7.183/84, e a criação do Código Brasileiro de Aeronáutica, que é a Lei nº 7.565, de 1986. Portanto, se observamos as datas, o planejamento para a aviação na década de 1960, a Lei do Aeronauta, de 1984, e a Lei do Código Brasileiro de Aeronáutica de 1986, concluiremos como já bastante defasadas com relação à aviação brasileira.

Essa política apenas seria flexibilizada a partir da década de 1990, o que ficou conhecido como a fase de flexibilização e liberalização da aviação comercial, que viu a diminuição da influência militar dentro do cenário da indústria da aviação, o que culminaria com o encerramento das atividades do Ministério da Aeronáutica e com a criação do Ministério da Defesa, no final da década de 1990, o que sinalizava a entrega da administração da aviação civil, até então coordenada pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), que era subordinado à Força Aérea Brasileira.

Então, o DAC foi entregue a um órgão civil, o que aconteceu com a criação da ANAC, de acordo com a Lei nº 11.182, de 2005. Desde então, a intervenção estatal observada dentro da indústria da aviação civil, especialmente no caso do transporte aéreo regular, vem acontecendo por meio das autoridades anticarregos, contra monopólios, etc., como a Secretaria de Direito Econômico, vinculada ao Ministério da Justiça, e a Secretaria de Acompanhamento Econômico, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem desenvolvido um papel importante no sentido de combater a cartelização do setor.

Em 2007, seria criada a então Secretaria de Aviação Civil, cujos membros estão aqui presentes, com a função de coordenar e supervisionar os órgãos

e as atividades do sistema, ademais de assessorar o Ministério da Defesa e assuntos da Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária Civil, de Infraestrutura de Navegação Aérea Civil, bem como para assessorar o Conselho Nacional de Aviação, Conac, sendo que, em 2011, foi criada a atual Secretaria de Aviação Civil, a SAC, que adquire o *status* de Ministério, passando para a sua atribuição, entre outras, a de formular, coordenar e supervisionar políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuárias e aeronáutica civil, devendo, dentro do que for uma atribuição conjunta, articular ações junto ao Ministério da Defesa, pois cabe à Força Aérea Brasileira controlar o tráfego aéreo, por meio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, o DCEA; investigar acidentes aeronáuticos, cujas funções pertencem ao Centro Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, o Cenipa.

Portanto, entre tantas atribuições que precisam ser atendidas dentro de um ambiente no qual o setor da aviação cresce em nível de dois dígitos por ano, será importante que a Secretaria de Aviação Civil possa nos ajudar a esclarecer vários pontos.

Vou deixar os nossos questionamentos – tenho aqui uma série deles a fazer – para o final, depois de ouvirmos os convidados e de ouvirmos o nosso ilustre Relator, Senador Eduardo Braga.

Registramos também a presença do Professor Comandante Jorge Ferreira, que representa a Associação Brasileira de Táxis Aéreos, ABTAer, Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Associação Brasileira de Aeronaves Experimentais, ABTAex.

Sejam todos bem-vindos!

Concedo a palavra ao Sr. Juliano Alcântara Norman, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

V. S. dispõe de 10 minutos.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NORMAN – Bom dia a todos.

Senador, eu e o Rogério acabamos dividindo a apresentação, até para ficarem complementares as informações. Se eu pudesse sugerir que ele começasse, acho que a parte dele fala um pouco do arranjo institucional, tem uma introdução que considero interessante. Se puder fazer uma inversão, eu falo na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pois não. Então concedo a palavra ao Sr. Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

É importante ressaltar que nesta Comissão teremos o Professor Respício como contraponto para nos aprofundarmos nos problemas e tentarmos encontrar um caminho melhor para a Secretaria de Aviação Civil.

Portanto, Professor Rogério Teixeira com a palavra.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite para participação nesta audiência e cumprimentar os membros da Mesa na pessoa do Senador Vicentinho Alves, Presidente desta Subcomissão. É um prazer estar aqui dividindo esta Mesa com Juliano Noman, meu colega de SAC (Secretaria de Aviação Civil), Prof. Respício, figura carimbada do setor, com grande conhecimento do setor, que com certeza tem muito a contribuir com todos os debates.

Vou tentar me ater a esses dez minutos, apesar da apresentação ser um pouco extensa. Então, vou precisar passar alguns *slides* de forma rápida, mas fico à disposição para ser interrompido a qualquer momento em que eu passar qualquer ponto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para contribuir. Acho que seria importante ouvirmos todas as explicações, dando o tempo necessário para que eles fizessem a apresentação completa, até porque teremos uma sequência de audiências públicas e a Secretaria de Aviação Civil tem a oportunidade, nesse momento, de fazer as colocações. E depois, teremos vinte audiências públicas sem a possibilidade de retorno da Secretaria de Aviação Civil.

Portanto, seria interessante que ele não pulasse ou suprimisse nenhuma parte da sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito oportuno, Senador Eduardo Braga. As ponderações de V. Ex^a serão acatadas pela Presidência e vamos ouvir na íntegra.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Eu agradeço, então, a disponibilidade de tempo e prometo também não me alongar demais e de toda forma ficar à disposição para o debate no final, porque acho que normalmente é a parte mais rica das audiências.

Então, passando rapidamente. Primeiro, tentei trazer alguns dados do setor para falar um pouco sobre modelos de exploração aeroportuária, processo de concessões. Depois, sobre qualquer outro tema que seja de interesse e tenha ficado fora da apresentação estamos à disposição para esclarecer.

Passando um pouco rapidamente o arranjo institucional, acho que já foi feito, de certa forma, um resumo, um breve histórico disso, mas eu me ative aqui basicamente às mudanças com relação à criação da Secretaria de Aviação Civil, pois é uma mudança recente e foi criada a menos de um ano, em 2011.

É uma secretaria com *status* de ministério e vinculada à Presidência da República, com funções claras de formulação de políticas públicas e planejamento, com

um papel muito forte de coordenação governamental que eu vejo como fundamental em um setor onde há diversos atores envolvidos, tanto públicos quanto privados, e onde um elo que não funcione bem às vezes pode comprometer toda uma cadeia que precisa funcionar bem, para bem atender o passageiro, o serviço de carga e toda logística do País que se vale do modal aéreo e da questão de planos de outorgas de infraestrutura aeroportuária.

Vinculada à secretaria temos a Infraero, que é uma operadora aeroportuária pública. Acho que todos os presentes conhecem. É a operadora, hoje, de 66 aeroportos, de um total de 720 públicos. Mas esses 66 correspondem a aproximadamente 97% do volume de passageiros e 99% do volume de cargas. Então, é uma operadora aeroportuária que tem uma relevância maior do que sugere o número de aeroportos frente ao total.

Além disso, temos a Agência Nacional de Aviação Civil, uma agência independente vinculada à secretaria, com um foco em regulação técnica e econômica e em fiscalização da prestação de serviços aéreos. E uma parte que, no histórico de desmilitarização do setor, não migrou para o lado civil e não é hoje vinculada à secretaria, à sua regulação ou à provisão desses serviços, é a parte de aviação militar e controle de tráfego aéreo, que continua vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do comando da Aeronáutica e mais especificamente do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e é o provedor e regulador do serviço de controle do tráfego aéreo.

Então, esse é um pouco do desenho do arranjo institucional que temos hoje dentro do Poder Executivo, para fazer frente às questões da aviação civil.

Passamos um pouco do histórico, que é notório e desperta muito do grande interesse que a aviação civil ganhou e tem a ver com o grande crescimento da aviação civil. Acho que há diversas formas de mostrar esse crescimento, mas em qualquer métrica que se utilizar para acompanhar o crescimento da demanda de transporte aéreo sempre aparecerão grandes números. É sempre um crescimento, nos últimos anos, bastante expressivo e que em grande parte é um problema bom. Muitos dos problemas de pressão sobre a infraestrutura vêm disso.

Eu entendo que vêm de algo bom, que é do crescimento do setor, da inserção de novas classes sociais como usuárias ou clientes do transporte aéreo agora. E todo esse crescimento tem dois principais *drivers*. Um deles é, naturalmente, o crescimento da renda e melhoria da distribuição da renda; e outro, uma queda de preços nas passagens, que vêm sendo observados consistentemente nos últimos anos em função de várias políticas setoriais da aviação civil.

Passando, por favor.

Aqui é um gráfico que tenta mostrar um pouco do que falei de tarifa aérea média e taxa de ocupação. A linha azul aqui mostra a evolução desde 2002 da tarifa aérea média no Brasil. Então, dá para verificar que, em 2004, que foi o ponto mais alto, tinha uma tarifa média de R\$547,00 e, em 2011, fechou em R\$256,00, um decréscimo bastante expressivo e que tem possibilitado todo esse crescimento do setor, ao passo que a taxa de ocupação vem tendo um aumento também. O *load factor* das aeronaves vem aumentando e fechou, em 2011, acima de 70%. A tendência que a gente enxerga na SAC é de continuar um crescimento – apesar de não ser um crescimento, como a gente fala no setor, de dois dígitos, mas um crescimento consistente também na taxa de ocupação das aeronaves.

Passando um pouco outro gráfico que tenta mostrar a participação por empresa no mercado de transporte aéreo doméstico, creio que fica bem clara, nos últimos anos, uma predominância muito forte de TAM e GOL, quase um duopólio em determinados momentos, mas já é possível verificar que, nos últimos anos, principalmente de 2008 para cá, a participação dessas duas empresas vêm caindo apesar de as duas empresas, em termos absolutos, estarem crescendo. Todos esses anos as empresas cresceram em termos absolutos. O que tem acontecido é que as empresas menores, em termos de *market share*, têm crescido num ritmo mais acelerado do que essas duas maiores, o que a gente entende que é bom no sentido de que, quanto mais desconcentrado o setor, conseguiremos ter maior concorrência e conseguiremos absorver os ganhos advindos de um setor que tem maior concorrência.

O próximo *slide* é basicamente uma lupa, na parte debaixo daquele primeiro, porque, às vezes, pela escala do gráfico, não dá para ver o crescimento dessas empresas pequenas e, com essa lupa, a gente enxerga, principalmente, as empresas Trip e Passaredo com um grande crescimento acima da média, que tem levado essa diminuição da concentração de mercado, de desconcentração desse *market share*.

Passando o próximo, onde a gente tenta mostrar o HHI, um índice de concentração de mercado comumente utilizado para se medir isso, é possível verificar um aumento da concentração de mercado a partir de 2004, com o término das operações regulares da Vasp e o início de uma crise na Varig. Acho que 2008 foi o auge da concentração de mercado no País, com a ampliação da frota da Webjet de três para 11 aeronaves, após a aquisição da empresa pela CVC; a entrada em operação da Azul; expansão das operações da Trip, com a venda de 20% das suas ações para a Skywest. Foram alguns fatores que fizeram essa inflexão e co-

meçaram a desconcentrar esse mercado. Hoje a gente tem um índice – que já foi 0,43 – de 0,33. Creio que ainda não é um índice bom. É uma tendência boa. Eu trouxe ali informação do índice de concentração de mercado nos Estados Unidos, que é de aproximadamente 0,1. Então, acho que ainda temos o que evoluir em termos de desconcentração de mercado, de maior concorrência no setor, mas acho que a tendência verificada nos últimos anos é positiva.

Passando um pouco, então, para uma visão geral do transporte aéreo regular no País, hoje temos 130 aeroportos servidos por serviço de transporte aéreo regular. Isso corresponde, considerando um raio de 100 quilômetros em volta desses aeroportos, a 62% dos Municípios e a 79% da população atendidos por transporte aéreo regular.

Este é um dos grandes desafios da Secretaria: aumentar esse nível de atendimento. É um foco na aviação regional. Que tipos de incentivos podem ser dados é uma discussão bastante presente, e o Senado Federal sempre tem mostrado interesse e contribuído com essa agenda de aviação regional.

O próximo *slide* tenta mostrar um pouco a distribuição das rotas no País. Talvez a legenda tenha ficado pequena, mas a lógica desse gráfico, o pano de fundo é a densidade demográfica. Quanto mais escura a cor de fundo no mapa do Brasil maior é a densidade demográfica, ao passo que as linhas são as rotas de transporte aéreo regular. E, quanto mais grossa é a linha, maior é o volume de assentos por semana ofertados.

Então, naturalmente, como esperado, há certa sobreposição: onde há maior densidade demográfica há uma maior oferta de serviços de transporte aéreo, e o nosso desafio, pela dimensão do País, é tentar interiorizar mais isso, atender mais às áreas em que hoje a gente vê certo espaço e que não são adequadamente atendidas.

Aqui, uma visão dos 66 aeroportos administrados pela Infraero, onde, também, na mesma lógica, quanto maior é a bolinha que representa o aeroporto, maior é o movimento de passageiros que são processados nesses aeroportos. Então, também, de certa forma, podem-se verificar, ao longo do litoral, em Brasília, nos grandes centros, os aeroportos com maior volume, e a região Norte, a região da Amazônia Legal, principalmente, onde se tem um volume menor de passageiros sendo movimentados nesses aeroportos.

E, aqui, um gráfico que acho interessante também, que tenta mostrar o número de aeroportos servidos por transporte aéreo regular ao longo do tempo e o número de rotas servidas.

Acho que o interessante é que, ao longo do tempo, vê-se certa correlação que, nos últimos anos, princi-

palmente desde 2009 para cá, descolou-se no sentido de que houve um crescimento pequeno. Apesar de ter havido um crescimento no número de cidades servidas nesse período, o número de rotas cresceu bastante. Então, vai haver um detalhamento disso, mas é alguma coisa em que existia certa correlação muito forte, que tem diminuído nos últimos anos.

Aqui, certo comparativo naquela linha que coloquei, entre aeroportos e rotas. Em 1999, tínhamos 182 aeroportos servidos por transporte aéreo regular e, hoje, esse número caiu para 130, ao passo que o número de rotas, mesmo com essa redução, aumentou. Não aumentou tanto, mas aumentou de 837 para 840, e acho que uma dinâmica interessante de se ver é que não se trata simplesmente da redução de 52 aeroportos que eram operados e que não são mais, ou do acréscimo de três rotas que eram operadas e que não são mais, mas de que existe uma dinâmica muito forte nesse setor. Então, falando-se de aeroportos com voos regulares, desses 182, que eram servidos em 1999, 109 continuam sendo servidos hoje; 73 deles eram servidos em 1999 e deixaram de ser servidos; e outros 21 não eram servidos e passaram a ter serviço.

Então, não se trata só de subtrair ou de somar. Existe uma dinâmica de substituição nesse setor. Com rotas, então, essa dinâmica se mostra mais forte. Então, das 837 rotas servidas em 1999, 414 continuam sendo servidas hoje, 423 eram servidas e deixaram de ser servidas, e 426 rotas não eram servidas à época e hoje são servidas, o que mostra uma dinâmica de mercado que, principalmente a partir dos anos 90, com o processo de desregulamentação do setor, que foi citado aqui pelo Presidente, começou a acontecer de forma mais forte.

Aí, passando um pouco como... Esse *slide* é bastante ilustrativo e acho que serve como certa introdução para falar um pouco das concessões de aeroportos. Vou ater-me um pouco a isso daqui para frente, vou narrar um pouco do processo, da lógica do processo, dos resultados.

Mas esse *slide* tenta mostrar as possibilidades jurídicas de modelos de exploração de aeródromos e o cenário atual, que a gente tem hoje no Brasil. Acho que é um primeiro esclarecimento, porque costuma gerar confusão o conceito de aeródromo público e de aeródromo privado.

O Código Brasileiro de Aeronáutica faz essa distinção de aeródromo público e aeródromo privado, que diz respeito à propriedade do aeródromo – um aeródromo de propriedade pública ou de propriedade privada.

Então, hoje temos 28 aeroportos aeródromos militares, que são de interesse exclusivamente militar e que são objeto de política de defesa, que não aten-

dem à aviação civil. E temos hoje 3.610 aeródromos civis, sendo que esses se dividem em públicos... São 720 aeródromos públicos, como eu tinha dito, e 2.890 aeródromos privados.

Aeródromos privados aqui são aeródromos de propriedade privada, em que não há exploração comercial, por restrição do próprio Código Brasileiro de Aeronáutica, que não permite a exploração comercial de aeródromos privados. Aeródromo público, independentemente de ter uma gestão pública ou privada, tem uma afetação de patrimônio, é objeto de política pública de transporte, é um aeródromo aberto ao tráfego, independente da gestão ser pública ou privada. E entre os públicos, que estes são os principais objetos de política pública do setor, existe uma divisão entre as possibilidades jurídicas existentes de exploração direta pela União.

Hoje, a União explora 87% desses aeródromos. E as possibilidades de exploração pela União são ou por meio da Infraero, aqui já considerado 62, levando-se em conta o cenário pós-concessões. Seriam 62 que respondem por 67% do tráfego, quase 68%; o Comando da Aeronáutica explora 21 aeródromos públicos, mas que não respondem nem por 0,01% do volume de passageiros, percentual de tráfego. São dados de 2011.

Os quatro aeródromos concedidos – São Gonçalo do Amarante, na verdade, alguns em processo de concessão, os últimos três, Brasília, Viracopos e Guarulhos – correspondem a 28,6% do tráfego. Aqui ainda há um detalhe na legislação, ainda há previsão tanto de concessão comum, regida pela Lei nº 8.987, quanto de concessão patrocinada, chamada PPP. E ainda há, no CBA, a possibilidade de exploração de aeródromos públicos por meio de autorização. Hoje não existe essa figura no cenário de aeroportos no Brasil.

O outro lado é a maior quantidade de aeródromos públicos – 633 –, mas com representatividade menor em termo de percentual de tráfego. São os aeródromos que estão nas mãos de Estados ou Municípios por meio de convênios de delegação feitos pela União, que é a titular da exploração da infraestrutura aeroportuária por força da Constituição Federal, mas que tem a possibilidade de delegar sua exploração em vários aeroportos, como se tem visto.

Os Estados e Municípios, por sua vez, podem explorar esses aeródromos por meio de uma gestão pública, o que geralmente se dá por meio de uma secretaria ou departamento ou, às vezes, uma empresa pública, a exemplo do que faz a União com a Infraero. Ou há também a possibilidade jurídica de terceirização de serviços, concessão da mesma forma, autorização da mesma forma. Essas são, mais ou menos,

as possibilidade jurídicas que temos na legislação de exploração de aeródromos no Brasil.

Passando para o cenário das concessões, vou falar um pouco sobre esse processo bastante intenso que vivemos nos últimos anos e que representa um paradigma bastante importante na história da aviação civil brasileira. Tivemos, em primeiro lugar, a concessão de um aeroporto Wingfield, que é o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, um aeroporto com a premissa de substituir o Aeroporto Augusto Severo, que hoje serve a região de Natal. A tendência é que se torne uma base aérea. Hoje, ele tem uma operação compartilhada, mas tende a ser exclusivamente militar.

Então, tivemos esse processo. O leilão da concessão foi em 22 de agosto de 2011, o contrato de concessão já está assinado, o processo já está correndo.

E temos em curso o processo de concessão dos aeroportos de Guarulhos, de Viracopos e de Brasília, três aeroportos extremamente significativos. Para a malha aérea, representam um percentual muito grande de passageiros; de carga, então, um percentual maior ainda.

Tivemos no dia 6 de fevereiro – acho que todo mundo acompanhou, a mídia foi bastante presente nesse processo todo – o leilão dessas concessões, que está em processo de homologação. No final, vou falar um pouco sobre em que pé estamos com relação a esse processo.

Falando um pouco sobre algumas características dessas três concessões e sobre algumas perguntas que sempre surgem. Às vezes, é interessante explicar a lógica das decisões que o Governo Federal tomou em relação a esse processo. Em primeiro lugar, quais serão as principais obrigações das concessionárias?

As obrigações principais são realizar todos os investimentos necessários para a ampliação da capacidade do aeroporto – terminal, pista, pátio; a parte dentro do complexo aeroportuário que não foi objeto de concessão foram as torres de controle –, de forma a atender o crescimento da demanda de passageiros e aeronaves, incluindo Copa e Olimpíadas – aí não é para a Copa e as Olimpíadas, mas inclusive Copa e Olimpíadas. Acho que o maior problema que temos é o problema de hoje, é o passageiro que não está sendo atendido da forma que precisa ser em função de diversos fatores, mas um deles é a saturação de infraestrutura.

Outra obrigação é cumprir com indicadores de *performance* operacional, qualidade e conforto previstos no contrato de concessão com padrões internacionais. E aqui vale um comentário: a lógica dessas concessões não é uma lógica como já aconteceu em outros setores regulares no Brasil, que foram conce-

didos. Tem uma lógica de um cronograma de obras a ser seguido. O trabalho é muito mais com gatilho de demanda e uma qualidade de serviço que o concessionário tem de entregar ao passageiro, aos demais clientes do aeroporto, não só o passageiro.

O Poder Público, dessa forma, deixa a decisão com relação à melhor forma de atender isso, e nem sempre a melhor forma é obra, é mais metro quadrado de terminal, às vezes é tecnologia, uma gestão de bagagem, um processamento de passageiro, alguma coisa que otimize isso e que, às vezes, sairá mais barato, atenderá melhor do que mais metros quadrados, mais expansão de terminal, de pista, de pátio, que, em muitos casos, realmente é necessário, mas não é a saída para todos os problemas.

Falo um pouco sobre qual será o papel da Infraero. A Infraero, como foi amplamente noticiado, será sócia minoritária das concessionárias, detendo 49% do capital social. Se puder clicar nesse *link*. Às vezes, é um pouco confuso esse desenho para as pessoas. Acho que alguns esclarecimentos também são importantes. Um é que, por mais que eventualmente, e é o que normalmente acontece em leilões de concessão, os proponentes sejam organizados em consórcios, o consórcio que ganha, seja quantas empresas estejam presentes nesse consórcio, não tem todas suas empresas sócias da Infraero. A Infraero tem uma sócia, chamada no contrato de concessão de acionista privado, que é uma SPE, constituída por essas empresas consorciadas. Esse acionista privado é uma pessoa jurídica que detém 51% da concessão, e a Infraero tem 49% da concessão. Já havia sido preestabelecido um acordo de acionistas com proteção de direitos minoritários normais.

Viram-se muitas notícias confusas no sentido de qual seria o papel da Infraero nisso, mas não tem nenhum papel da Infraero no sentido de ser o gestor ou ter algum poder de interferir no dia a dia, na operacionalização das concessões. É basicamente direito de proteção do minoritário, o que se vê quando a Eletrobras é sócia de alguma SPE que ganha uma concessão no setor elétrico e por aí vai. Esses dois acionistas são os únicos dois acionistas da concessionária que a SPE celebra contrato de concessão com a ANAC, que, por força de lei, é o poder concedente da infraestrutura aeroportuária brasileira.

Outra confusão comum é que não são os dois acionistas – acionista privado e a Infraero – os responsáveis pelo pagamento da outorga, nem outorga fixa, nem outorga variável. A concessionária, esta SPE, figura verde debaixo, é a responsável por isso. Então, não é, na verdade, o aporte de capital desses dois sócios que, necessariamente, faz frente a esses paga-

mentos. O próprio fluxo de caixa dessas concessões, quanto melhor for o fluxo de caixa desses aeroportos, menos necessidade de financiamento para esse fim, de capital próprio para esse fim. Então, tentamos fazer essa distinção de quem tem cada papel nesse modelo societário que foi desenhado para essas concessões.

Voltando para a parte de tarifas. Tem sempre aquela discussão: vai haver aumento de tarifas? É sempre uma preocupação natural e legítima de se, com a concessão...E em muitos lugares do mundo realmente se viu isto, com a concessão ou, em alguns países, privatização, houve um aumento de tarifas. Uma premissa dessa discussão é que não haja aumento da tarifa aeroportuária para os passageiros.

Aqui uma distinção cabe ser feita. Muitos modelos de privatização ou concessão que redundaram em aumento de tarifas tinham um modelo de regulação, um modelo contratual posto desde o início baseado em custos, onde a tarifa acaba sendo um *output* da equação econômica financeira feita por esse modelo. No nosso caso, não é uma regulação por custo. O custo, na verdade, a tarifa foi definida como os níveis iniciais hoje presentes nos aeroportos de categoria 1, essas são as tarifas. E as regras de reajuste e revisão são claras no contrato: reajuste por IPCA, descontado de fator X. Um eventual aumento de custo por parte do concessionário não implica aumento de tarifa.

A exceção com relação a isso – e não é uma novidade feita exclusivamente para as concessões dos aeroportos – é a criação da tarifa de conexão. Essa tarifa de conexão, criada pela MP 551, é válida para todos os aeroportos da rede, não apenas para as concessões. É uma tentativa de corrigir uma distorção existente no modelo de tarifas vigente até a edição da MP, que é que o fluxo de passageiros em conexão não é remunerado. Esse fluxo de passageiros em conexão gera custos para o aeroporto. No nosso caso, ele dispara gatilhos que obrigam o concessionário a investir para atender bem esse passageiro – há o processamento de bagagem, saguão, toda uma logística para fazer esse processamento –, mas isso não era remunerado. O aeroporto que recebia um passageiro em conexão não tinha essa remuneração. Em um cenário em que temos quase um monopólio na exploração da infraestrutura aeroportuária, isso é menos distorcivo, apesar de ainda assim ser distorcivo, porque um aeroporto da rede não está recebendo essa tarifa, mas o aeroporto de origem também é dessa rede e, então, ele está recebendo. A partir do momento em que você começa a ter operadores diferentes, os aeroportos que têm uma estrutura mais de *hub*, um fluxo de passageiros em conexão maior, tendem a ser penalizados no sentido de que têm uma obrigação de investimento para isso

e não têm nenhuma remuneração para isso. Então, a ideia é corrigir essa distorção, e corrigir essa distorção para toda a rede, não apenas para os *players* concedidos. A tarifa foi fixada em até R\$7, mas todas as tarifas são tarifas-teto, a possibilidade de descontos é sempre facultada, a negociação com as empresas, enfim. São R\$7 por passageiro em conexão, tarifa a ser paga pelas empresas aéreas.

Com relação aos empregados da Infraero – isso foi também uma premissa desde o início das discussões. É natural haver essa preocupação, são pessoas que estão trabalhando lá e se dedicando há muitos anos. Foi montada no Governo uma mesa de negociação com os sindicatos, tivemos inúmeras reuniões, e chegou-se a um termo, a um acordo com os sindicatos com relação a vários itens, mas acho que o principal é que não haverá demissões: ou os empregados permanecerão na Infraero ou migrarão para a concessionária e, no caso de migrarem para a concessionária, terão um período grande de estabilidade dentro da concessionária. Esta foi uma preocupação que o Governo teve durante todo o processo: de fazer isso discutindo com os empregados, com os sindicatos, e acho que conseguimos chegar a um termo bem sucedido.

Outra pergunta que surge naturalmente e que aumentou principalmente depois do leilão, com os ágios bastante significativos que nós vimos: para onde vão os recursos arrecadados com as concessões? Essa arrecadação vai ser direcionada para o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), um fundo criado junto com a Secretaria que vai destinar recursos para projetos de desenvolvimento e fomento da aviação civil. O objetivo principal é garantir que os demais aeroportos do sistema aeroportuário nacional também se beneficiem desses recursos advindos da iniciativa privada, especialmente o sistema de aviação regional, que, como eu disse antes, é uma das prioridades do Governo.

A lógica disso é que, ao se tirar da rede três aeroportos que são responsáveis por uma grande fatia da receita da rede... Nós, aqui no Brasil, por vivermos num país continental com várias regiões que não têm condições financeiras de ter aeroportos ou onde os aeroportos não têm condições de ser sustentáveis, não podemos nos dar ao luxo de conceber uma concessão pensando só no equilíbrio daquele ativo, precisamos pensar sempre no equilíbrio da rede como um todo.

Este *hyperlink* também mostra um pouco como é que seria esse fluxo de dinheiro.

Temos a Infraero e o parceiro privado como sócios dessas concessionárias; os recursos dessas concessionárias, de pagamento, de contribuição ao sistema, são encaminhados para o FNAC para que sejam feitos investimentos em outros aeroportos. Da mesma forma,

os dividendos da Infraero – ela vai receber 49% dos dividendos, correspondentes à sua fatia nessa sociedade – também vão ser canalizados para investimentos em outros aeroportos da rede Infraero.

E uma grande mudança é quanto ao fato de que hoje a Infraero, como empresa pública responsável por todos esses investimentos em aeroportos, faz todos esses investimentos com 100% de capital próprio. Quanto a essas concessionárias, na verdade, a tendência, como em qualquer empresa privada, é elas se alavancarem por meio de financiamento. Estimamos – um número comum em setores de infraestrutura – um financiamento de 70% dos investimentos. Então, acaba que existe uma necessidade de aporte de capital próprio menor e uma alavancagem por meio de financiamento, o que vai permitir um maior volume de recursos à disposição da SAC e à disposição do Governo federal para aplicação nos demais aeroportos da rede, em regiões onde há menos recursos e muita carência e que precisam ser atendidas da mesma forma.

Por fim, o papel da ANAC.

A ANAC tem a responsabilidade de regular e fiscalizar os aeroportos concedidos, garantindo, dentre outros, segurança sempre – acho que para todos os envolvidos na aviação esse é sempre o pilar, sempre a prioridade número um na aviação civil –, monitoramento da qualidade dos serviços e também o papel de regulação tarifária, sempre responsável pela modicidade tarifária, até mesmo por força da Lei de Concessões. Isso não é uma faculdade ter ou não; é uma obrigação legal das agências reguladoras, a ANAC inclusive.

Então, passando um pouco para o processo.

Ao tocar todo esse processo de concessão desses três aeroportos, a tentamos dar uma ênfase muito forte para a transparência, e aí nós tivemos audiências públicas e consultas públicas, no período de setembro e outubro de 2011 – realização pela ANAC, como poder concedente. Há, inclusive, previsão legal para isso na lei da ANAC.

O objetivo dessa transparência é sempre recolher subsídios para os processos decisórios da Agência, assegurar aos agentes e usuários o encaminhamento dos pleitos e sugestões, identificar quais os aspectos relevantes. Acho que ninguém pode ter a pretensão de que faz uma minuta e aquilo é perfeito, não está sujeito a retoques. Acho que sempre o está. As contribuições sempre ajudam quem está no processo a enxergar alguma coisa que não tinha enxergado, a repensar algum ponto que não tinha repensado. Então, tivemos um nível bastante significativo de contribuições. Fora o processo formal de audiências e consultas públicas – tivemos duas audiências presenciais, em São Paulo e em Brasília, e o processo de consulta nesse período –,

tivemos inúmeras reuniões com sindicatos, associações de empresas, de usuários, de direito do consumidor, enfim, estivemos recebendo bastante gente na SAC, na ANAC, podendo aprimorar esse processo.

Acho que vale destacar que, na consulta pública, recebemos mais de 700 manifestações, e todas elas foram respondidas individualmente. Na fase seguinte, de solicitações e esclarecimentos ao edital, recebemos, aproximadamente, 1,4 mil solicitações, todas elas respondidas individualmente. Acho que é um processo de transparência social mesmo, que dá bastante trabalho, mas que com certeza se paga. Acho que os benefícios são muito maiores do que os custos associados a estar dando essa transparência. Acho que é obrigação de todo agente público estar dando satisfação das suas ações para a população, para todos os interessados.

Então, passando, finalmente, ao dia do leilão.

No dia 6 de fevereiro tivemos o leilão, que foi organizado com a ANAC, juntamente com a Bovespa. Foram três horas de leilão. Foi um leilão bastante concorrido. Tivemos 11 consórcios formados por 28 empresas nacionais e estrangeiras. Para os três aeroportos, foram apresentadas 22 propostas. E foi um formato de leilão... Foi uma disputa pelos três aeroportos na forma de leilão simultâneo, porque a ideia era maximizar a concorrência em um cenário em que havia uma decisão de que quem ganhasse um aeroporto, o vencedor de um aeroporto não podia ser vencedor de outro. A empresa podia participar dos três, mas não podia levar mais de um, até com o foco de tentar incentivar a maior concorrência entre aeroportos. Então, foi tomada essa decisão. E, decorrente disso, veio o desenho de leilão simultâneo, de forma a maximizar essa competição, maximizar o retorno para o Governo desses ativos.

E aí, passando um pouco, um por um, o resultado do leilão.

No Aeroporto de Guarulhos, a maior oferta foi apresentada pela Invepar, com a operadora ACSA. Foi uma oferta de R\$16,2 bilhões, com ágio de 373%. E pode-se ver aqui, com as demais propostas, que ágios altos não foram uma exclusividade dos vencedores. Acho que a gente teve uma concentração de várias propostas com ágios bastante elevados. Acho que mostra o grande apetite do setor privado por aeroportos no Brasil; mostra uma percepção até internacional de que o Brasil hoje é um país sólido, um país em que vale a pena se investir; que cada vez mais o País vem demonstrando uma segurança jurídica para investidores, então, mais uma vez, é um caminho. Ainda temos muito a trilhar, mas acho que estamos nesse sentido de ser atraentes para investimentos, melhor do que já estivemos anos atrás.

Então, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Aqui é uma figura do projeto de referência que foi utilizado para precificação do ativo, para modelagem do leilão; o desenho de planejamento de crescimento do aeroporto. O lance mínimo era de R\$3,4 bilhões, e a oferta vencedora, como foi dito, acabou sendo acima de R\$16 bilhões. O grupo vencedor do leilão é formado pela Invepar, com 90%, e o operador aeroportuário da África do Sul ACSA, com 10%. É um prazo de concessão de 20 anos. E aí temos os dados de investimentos, número de passageiros e projeção para esses aeroportos.

Já Viracopos foi a que teve menos propostas apresentadas. Ainda assim, quatro propostas – a mesma quantidade de propostas apresentadas para São Gonçalo do Amarante. A Triunfo, UTC Participações, com o operador Egis, foi quem apresentou a melhor proposta, com o ágio de 159%.

Passando o próximo *slide*.

Um equivalente também com o projeto de referência de expansão do Aeroporto de Viracopos. Acho que aqui vale um destaque para a projeção de passageiros que esse aeroporto tem: ele tem uma capacidade de crescimento acima dos outros dois leiloados; então, a expectativa é que, ao final dos trinta anos de concessão – esse também é o aeroporto com maior prazo de concessão –, o número de passageiros, que em 2011 foi 7,5 milhões, chegue a quase 90 milhões de passageiros. É um número bastante expressivo. Acho que hoje só há um aeroporto no mundo – o Aeroporto de Atlanta – que processa essa quantidade de passageiros.

O Aeroporto de Brasília, por sua vez, foi o que teve os maiores ágios. Na parte de viva voz do leilão, que seria a segunda parte do leilão, houve uma competição bastante acirrada. A empresa Engevix, com o operador Corporação América, fez uma oferta R\$4,5 bilhões, com ágio de 673%, que acabou sendo o maior ágio.

Da mesma forma, vemos que vários apresentaram ágios elevadíssimos. Não foi uma avaliação de que o valor desse ativo é bastante alto e exclusiva do vencedor. Acho que os demais operadores, os demais investidores também estavam enxergando bastante potencial, e o ágio, de forma geral, foi bastante elevado.

Passamos o equivalente do projeto de expansão do aeroporto de Brasília, onde também a projeção de crescimento de passageiros em 2011 foi de 15,3 milhões, e a projeção, ao longo dos 25 anos de concessão, é de chegar aos 51 milhões. Então, acho que todos os aeroportos, com esse crescimento expressivo de demanda esperada, mostram esse potencial do nosso mercado e o enorme desafio que a gente tem pela frente.

Por fim, falando um pouquinho dos próximos passos, no dia 6 de fevereiro foi a sessão pública do leilão; no dia 17 de fevereiro, houve a publicação da habilitação, por meio da Comissão de Licitação; de 23 a 29 de fevereiro, foi o período em que foi aberta a vista dos documentos de habilitação apresentados. Estamos no prazo, vencendo hoje – o prazo foi de 1 a 7 –, para interposição de recursos, com previsão da homologação do resultado no dia 20 de março e, em 4 de maio, assinatura do contrato.

Esse é um processo – acho que todo mundo acompanhou – em que, dada a urgência de investimentos, dada a proximidade de grandes eventos que são de grande relevância para o País, em que a celeridade é um dos fatores prioritários para a gente. Lógico, sem abrir mão da transparência, como foi dito, de todo esse processo legal e de transparência social, temos tentado trabalhar com a maior seriedade possível para fazer frente a esses investimentos e adequar toda infraestrutura para o bom atendimento dos passageiros no menor período possível.

Então, a partir da celebração do contrato, há um período de transição, que é bastante detalhado no contrato. A Infraero administra conjuntamente por um período; depois, invertem-se os papéis. Acho que aqui, basicamente, o recado é que se trata de uma estrutura em operação, diferente de São Gonçalo do Amarante, uma operação complexa, não sendo razoável pensar que, em um dia, se desliga um botão de operador e, no outro dia, liga-se o de outro e que as coisas vão ocorrer bem. Acho que a preocupação com relação à transição, se será suave, é fundamental para que nesta transição não haja nenhum prejuízo para passageiros, para as empresas aéreas, para operadores de cargas, para nenhum dos clientes dos aeroportos.

Alguns exemplos de obras previstas no plano de investimento para esses concessionários até a Copa: em Guarulhos, um novo terminal de passageiros, com capacidade para, pelo menos, sete milhões de passageiros por ano, mais ampliação de pátio, estacionamento, acesso viário. Em Viracopos, a mesma coisa: um novo terminal de passageiros até a Copa, com capacidade para, pelo menos, 5,5 milhões de passageiros e toda a estrutura adjacente – pátio, estacionamento, acesso viário. Para Brasília, também um novo terminal de passageiros, com capacidade para, pelo menos, dois milhões de passageiros por ano e as demais obras de infraestrutura que devem acompanhar esse crescimento.

Então, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos e perguntas.

Desculpe-me se eu tiver passado demais do meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Na realidade, esta Subcomissão é bastante técnica. Portanto, é importante ouvirmos, com clareza, o que pensa cada setor da aviação. No caso específico desta audiência pública, estamos tratando sobre a Secretaria de Aviação Civil.

Antes de anunciar o próximo orador, quero registrar a presença e cumprimentar o Paulo de Tarso, o Roberto Barbosa e o Marcelo Andrade, que são representantes do Sindicato Nacional dos Aeroviários dos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais. Cumprimento também Francisco Lyra, membro do Conselho Internacional de Negócios da Aviação (Ibac). Portanto, sejam todos bem-vindos.

Com a palavra o Sr. Juliano Alcântara Noman.

V. S^a dispõe do tempo necessário para sua explanação.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NORMAN – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Professor Respício, Senador Vicentinho, Rogério, é um prazer estar aqui, agradeço a oportunidade, é muito importante para nós. Acho que uma das boas coisas que a gente tira da aviação e do fato de ela estar sempre na mídia é a participação constante de todos, a participação constante da sociedade; isso é parte da nossa cultura e tem de estar sempre sendo renovado mesmo. Acho que não é a primeira vez, o Senador Eduardo falou que serão mais vinte audiências ao longo do tempo. Então, fiquem, por favor, à vontade. A gente tem um problema de agenda, mas compatibilizamos, e é muito importante para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– No caso específico da SAC é esta aqui, as outras são com a ANAC e com outros segmentos.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NORMAN – Entendi.

Vou falar um pouquinho agora das ações, vou tentar resumir – tentarei fazer uma apresentação concisa – as principais ações para mostrar para onde estamos indo lá na SAC do ponto de vista de aeroportos. Excluí da apresentação, especificamente na parte de investimentos, investimentos da Infraero para a Copa, se assim não fizesse seria mais uma série de *slides*, a apresentação ficaria muito longa. Além disso, com a notícia de que a Infraero virá, acho que teremos um fórum específico para tratar disso.

Tentei resumir a apresentação em duas grandes frentes, uma relativa à gestão aeroportuária e a outra relativa a investimentos. Na parte de gestão, vou falar um pouquinho do que foi a criação da Conaero, do porquê de sua criação, de seu objetivo, de algumas ações já tomadas em seu âmbito; vou falar um pouqui-

nho das autoridades aeroportuárias, que são as autoridades locais que ficam em cada aeroporto; vou falar um pouquinho das autoridades e do CGA, que é um centro de gerenciamento que costumamos dizer que é o braço operacional das autoridades aeroportuárias; vou falar um pouquinho de um projeto específico, que é o projeto Eficiência de Aeroportos, como ele está, quais foram os resultados alcançados até então e a nossa agenda para o futuro; na parte de investimentos, vou falar do Profaa-2011, do que foi o Profaa, da parte de investimentos que esteve a cargo da Secretaria de Aviação Civil desde a sua criação; e um pouquinho do Fundo Nacional de Aviação Civil, que veio com a SAC, que é um instrumento novo; vou falar um pouquinho da mudança de escopo e de como a gente pretende fazer do fundo um instrumento necessário para viabilizar os investimentos e a expansão da infraestrutura.

Pode passar.

Vou falar um pouquinho da parte de gestão aeroportuária, do que a gente sempre tem em mente quando fala de gestão aeroportuária.

Trata-se de gerir melhorias no processo de gestão e administração aeroportuária sem nunca esquecer segurança operacional, proteção contra atos ilícitos, prestação adequada de serviços. Para resumir: processar as pessoas de forma célere, adequada, com o conforto necessário, mas, obviamente, sem esquecer as funções essenciais de segurança que também precisam ser observadas ali. Não podemos olhar para um lado e esquecer o outro lado, é preciso sempre estar balanceando isso, essa é uma preocupação nossa.

Outro ponto importante é sempre coordenar as ações dos órgãos. Não adianta cada órgão agir individualmente. Claro que cada órgão tem sua competência específica, tem sua atividade-fim, seu objeto, mas as ações no aeroporto precisam ser coordenadas, porque ali está um grande sistema, um grande organismo.

A lógica individual não funciona dentro do aeroporto, só com ela a gente não resolve o problema. Não adianta você ter um serviço ou uma parte do serviço sendo prestada de uma maneira ou sendo mais bem prestada do que outra, porque a sensação como um todo se prejudica, a sensação geral de estar no aeroporto, de ser processado, de embarcar e desembarcar. Então, as ações precisam ser coordenadas, sempre visando o desenvolvimento da aviação civil.

Vou falar um pouquinho da Conaero.

A Conaero foi instituída por decreto no ano passado, um decreto da Presidenta. É a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias, que tem o grande objetivo de reunir no mesmo fórum todos os atores que têm algum papel ou que têm papéis relevantes dentro do aeroporto. Claro que, por ser um decreto do Exe-

cutivo, estão ali nominalmente inscritas entidades do Executivo, são todos os ministérios da administração direta que têm alguma ligação ou alguma competência ligada à atividade aeroportuária. Obviamente que o decreto prevê a participação de outros entes, como atores privados e empresas aéreas, eles só não são nominados porque não são membros diretos da administração. O objetivo é você criar um fórum de debate e discussão de forma que se enxergue o aeroporto como uma coisa sistêmica, um grande conjunto, não simplesmente a soma de ações individuais. A gente sabe que, para fazer processamento ou qualquer processo que tenha mais de um interlocutor, não se pode simplesmente agir individualmente em cada um deles, é preciso olhar sistemicamente.

A Conaero se vale de comitês técnicos, e esses comitês têm o objetivo de estudar profundamente pontos específicos, aspectos pontuais da norma, da legislação. Eles se debruçam sobre certos aspectos, fazem o assessoramento da comissão.

A comissão tem como um de seus grandes objetivos dar as diretrizes para as autoridades aeroportuárias. Acho que outro papel é, aos poucos, definir grandes padrões de operação e não simplesmente a ideia de que cada aeroporto é um mundo, é uma coisa totalmente diferente. É preciso respeitar as peculiaridades, respeitar as especificidades, mas também sabemos que, se você quer embarcar para o exterior, fazer um processo migratório, não é recomendável ter num aeroporto um processo A e em outro aeroporto um processo de outra maneira totalmente diferente, não é bom nem sob o aspecto da segurança. Então, trata-se também de ter normas e diretrizes transparentes e padrões para que a gente tenha previsibilidade no fluxo e possamos nos programar.

As autoridades também se valem de grupos técnicos – vou falar um pouquinho da atividade dos comitês técnicos da Conaero adiante. São agentes da Conaero: Ministério da Fazenda, por conta da Receita Federal; Ministério da Justiça, por conta da Polícia Federal; Ministério da Agricultura; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento – vou falar do Ministério do Planejamento e da Casa Civil de forma separada; a ANAC não é um membro da administração direta, mas, por ser o regulador e fiscalizador do setor, não faria sentido ter uma Comissão de Autoridades Aeroportuárias sem a presença da ANAC –; a própria Secretaria de Aviação Civil, que tem o papel de fazer a secretaria executiva da Conaero e tem esse grande papel de coordenação e articulação; Ministério da Defesa, por conta do controle do espaço aéreo – por mais que estejamos falando de atividade aeroportuária, há um elo, querendo ou não as atividades de navegação e de controle

interferem no aeroporto. Ter isso em sincronia e fazer as ações coordenadas é importantíssimo para o bom funcionamento do setor.

Volto um pouquinho para falar do Ministério do Planejamento e da Casa Civil. Esses são os dois agentes que não têm uma ligação direta com o aeroporto, não têm serviços prestados diretamente nem pelo próprio Ministério nem por alguma entidade vinculada, mas foram colocados aí justamente para que se tenha no mesmo fórum todos aqueles agentes do governo, todos aqueles agentes do poder Executivo capazes de resolver problemas.

Por exemplo, o Ministério do Planejamento: eventualmente você tem um grande plano de investimento, e isso passa por orçamento da Polícia, passa por orçamento do Ministério da Saúde, passa por orçamento do Ministério da Fazenda. Então, como fazer isso, como viabilizar isso? O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está aí para ajudar nesse processo.

Outro exemplo: algum problema pontual de recursos humanos. Como você faz uma estratégia de recursos humanos, como cria uma carreira específica eventualmente? O Ministério do Planejamento já está no fórum, participando das discussões. Acho que isso mostra a importância da Conaero e qual é seu objetivo final. É um fórum para resolver os problemas, para endereçar os assuntos, para termos os aeroportos funcionando da melhor maneira possível.

Casa Civil – só para completar – é o interesse direto da Administração. Acho que a criação da Secretaria de Aviação Civil, ligada à Presidência da República, já demonstra que a aviação civil é, se não a prioridade máxima, uma das grandes prioridades do Governo. Casa Civil está ali para acompanhar e reforçar esse entendimento e essa prioridade que é dada aí na agenda do Governo para a aviação e para o setor de aeroportos.

Aí são os componentes da Autoridade Aeroportuária. Aí, mais uma vez, são os componentes nominados. Então, vocês vão ver que há sempre um contraponto àqueles membros da administração direta lá na Conaero. Então, Receita Federal; uma secretaria dentro do Ministério da Fazenda; Polícia Federal ligada ao Ministério da Justiça; Vigiagro; Anvisa, ANAC, mais uma vez – por ser o regulador e fiscalizador, ela participa e deve participar nos dois processos –; a Infraero, como sendo o operador. E aí a Infraero tem um papel, dentro do desenho que foi criado, de coordenar a Autoridade Aeroportuária, por ser o grande operador aeroportuário do País hoje. Mesmo com as concessões, continuará sendo o maior, conhece os aeroportos de norte a sul e entende, também, por ser Governo, como estão as pautas, quais são as prioridades, como está a agenda.

Então, por tudo isso, a Infraero está nominada como coordenadora da Autoridade Aeroportuária. Isso não tem um papel hierárquico, no fim das contas, então a Infraero não é... Aqui, mais uma vez, o fórum não é um fórum de hierarquia, em que um manda no outro; é um fórum de colaboração, de coordenação e de juntar esforços para um bem comum.

O operador do aeroporto – está até destacada a cor, porque, em grande parte dos aeroportos, a própria Infraero é o coordenador e o operador, mas agora, com o ambiente de concessões, haverá uma figura do próprio operador do aeroporto e da Infraero como coordenadora da Autoridade e, obviamente, o Decea, que é Departamento de Controle do Espaço Aéreo, também participando. E aí, claro, mais uma vez, cada aeroporto tem sua especificidade, cada aeroporto tem sua pata específica, tem seus problemas específicos, então, também cada aeroporto cria a sua pauta. Mas, de qualquer maneira, estão todos aí envolvidos e, sempre que preciso, eles serão chamados e colaborando aí para o bom funcionamento do aeroporto. No fim das contas, acho que é esse o objetivo.

Falando aqui um pouquinho agora dos comitês técnicos já criados pela Conaero e um pouquinho do que eles estão fazendo.

Temos um comitê que é um Comitê de Indicadores de Desempenho. Vou repetir aqui uma máxima que é muito usada: aquilo que você não consegue medir você não consegue controlar. Então, se você não controla, você não administra. Então, precisamos ter aí uma métrica, uma maneira, uma metodologia, uma forma de medir e de ter indicadores de desempenho nos aeroportos. Até percebemos que alguns aeroportos e alguns atores dentro dos aeroportos, de forma individual, procuram fazer suas medições, mas, mais uma vez, acho que são ações louváveis, são ações importantes, mas, para olhar o todo, você não... Acaba que uma ação específica e uma medição específica não resolvem. E também ter metodologias distintas para medir e para criar os indicadores, isso também é um problema, porque passamos a não conseguir comparar os aeroportos. Então, o comitê está se debruçando em estabelecer uma metodologia, estabelecer quais serão os indicadores, como eles serão medidos, e acompanhar até a implementação, pelo menos nos principais aeroportos, que têm autoridades aeroportuárias hoje.

Dentro desse comitê também estamos fazendo, preparando a contratação de uma pesquisa de satisfação – é como tenho chamado – feita por uma entidade que é a ACI, que é uma entidade de aeroportos, que faz uma grande pesquisa ao redor do mundo. Então, há uma metodologia em que você mede, e aí você tem uma nota final para o aeroporto. São 36 indicadores,

mas, no fim das contas, isso se resume a uma nota final, que é uma nota de satisfação geral do usuário. Acho que é uma coisa que a gente também precisa ter aqui. E outra grande vantagem é que a gente consegue comparar não só os nossos próprios aeroportos, mas os nossos aeroportos com os aeroportos do mundo, para entendermos onde estamos, se estamos muito longe, onde estamos bem, onde não estamos e, a partir daí, ter mais subsídios para agir.

Um comitê é o Comitê de Integração de Sistemas. Acho que falar em ganho de eficiência, falar em previsibilidade, falar em padrão operacional sem falar em sistema, fica faltando um elo, fica capenga mesmo. Então, é um comitê que está estudando como fazer integração de sistema. O que é isso? Sabemos que a polícia tem uma série de informações, a Receita Federal tem uma série de informações, o aeroporto tem uma série de informações, empresas aéreas, um monte de outras informações, mas essas informações ficam com cada um, elas ficam pulverizadas, elas não se falam, muitas vezes até se sobrepõem. Então, você tem um problema para o passageiro, que presta a mesma informação, todo o tempo, para uma pessoa diferente; você tem o problema em que um poderia se valer da informação do outro; e você tem o problema de que você não otimiza até mesmo suas ações. Então, na medida em que você tenha os sistemas integrados e você tenha as informações até de forma antecipada, você pode programar a sua fiscalização, fazer ações proativas e tornar o aeroporto um ambiente de mais eficiência, com mais celeridade.

É um pouco isso o que o comitê está fazendo. Estamos organizando. Já preparamos um plano para a implementação disso, agora estamos só finalizando a discussão sobre se vamos partir para a contratação de uma solução já pronta ou se vamos fazer algum desenvolvimento, como vai ser isso, mas a ideia, o desenho, o esboço está pronto. Devemos levá-lo para apreciação do Conaero na próxima reunião.

Outro comitê, que é Comitê de Operações Especiais, esse é o comitê que visa fazer o planejamento conjunto das ações, pensando em grandes eventos, e não só grandes eventos, mas todos aqueles períodos de sazonalidade, de alta demanda. Então, por exemplo, final de ano, há uma sazonalidade, há uma especificidade na operação, e, portanto, precisamos nos programar para aquilo e fazer uma ação específica para que os aeroportos funcionem bem. Quanto antes o fizermos, quanto antes nos planejarmos, e, mais uma vez, fazendo o planejamento de forma coordenada com todos os órgãos, acho que melhor é o resultado, melhor para todos.

Esse comitê tem tratado... Tratou do fim do ano, olhou o Carnaval, está fazendo agora reuniões específicas sobre a Rio+20. Também já começamos as reuniões para a Copa do Mundo e Copa das Confederações. E, além dessas, ainda temos as reuniões específicas com relação ao encontro lá da juventude, que vai ser com o Papa, no ano que vem. Então, é um comitê que está se preparando para os grandes eventos.

Além disso, o comitê ainda estuda uma metodologia para a gente unificar as nossas formas, as nossas métricas de capacidade, como medir capacidade. Então, é um pouco tudo isso que está sendo feito aí no Comitê de Operações Especiais.

O Comitê de Desburocratização em Gestão de Pessoas, esse vem como objetivo de a gente olhar um pouco para dentro, cada órgão. Aí muitas vezes é um trabalho de cada órgão mesmo, mas, inserido no contexto do aeroporto, a gente mostra como é importante ter esse senso crítico. A gente sabe que muitas normas são antigas. Elas fizeram sentido no passado, dentro de uma conjuntura, e talvez hoje elas já não façam sentido. Talvez elas precisem ser reinventadas ou ajustadas. Eventualmente, até pode haver uma norma que a gente não tinha no passado. Então, o que o comitê está fazendo é isto: um trabalho, órgão a órgão, de rever suas normas, tentar ver o que pode ser feito, o que não pode ser feito.

Posso dar um exemplo já até concreto, que foi a eliminação da DBA, que é aquele papelzinho que, quando chegamos ao aeroporto, quando chegávamos dos voos internacionais, tínhamos que preencher e entregar à Receita Federal. Então, isso já foi tratado dentro do comitê, e a ideia foi retirar aquilo. As informações a Receita Federal está obtendo diretamente das empresas aéreas, então o passageiro não precisa ficar preenchendo aquilo. A ideia é um pouco esta mesmo: vamos rever a conjuntura, vemos rever o que nós temos. Os sistemas avançaram tanto, então ainda precisamos ter algumas normas do jeito que elas estão concebidas?

Além disso, o comitê começou um trabalho na parte de gestão de pessoas. E aí é um ponto bem sensível e importante. Quando pensamos em Polícia Federal, quando pensamos em Receita Federal... Poxa, mas a Receita Federal, muitas vezes, tem aquele foco... Falando aqui em Imposto de Renda. Então, o pessoal se prepara para aquilo, tem uma série de treinamentos para aquilo, desenvolve a carreira voltada para um assunto específico dentro da Receita. Dei a Receita como exemplo, mas estou falando de todos os atores ali do aeroporto. Polícia, a mesma coisa. Então, há muita repressão a crimes e tal. Assim como são essas áreas, devemos também, então, ter uma carreira, ter

uma forma específica de treinamento; eventualmente, separar a carreira, dentro da Polícia, dentro da Receita, para aquela pessoa que cuida de aeroporto, que cuida de fronteira, que faz aquele processo ali. Então, ter treinamento específico para aquilo, desenvolver a carreira, ter um plano até de progressão de carreira, isso é um estudo que está começando. Mas a ideia é termos aí um grande plano de gestão de pessoas, que não passa, simplesmente, por contratar mais pessoas, mas, eventualmente, por melhorar a gestão, criar uma carreira, ter aí um plano de recursos humanos mesmo.

Tirei como exemplo aí, do Comitê de Operações Especiais, o plano para o final do ano. Vou falar bem rapidinho aí do plano e um pouquinho do que foi, de qual é o ganho de fazermos esse planejamento dentro da Conaero. No fim das contas, no fim do ano ele está aí. Todo ano ele acontece e todo ano tem uma característica. Um ano chove um pouco mais que o outro, mas as características são bem parecidas. E até percebíamos que os agentes se planejavam, de alguma maneira, mas cada um se planejava olhando individualmente, olhando para o seu serviço. Esse planejamento não era coordenado, não era unificado. Muitas vezes até, os órgãos não sabiam do planejamento do outro. No fim das contas, nós víamos boas ações se perderem ou não produzirem o resultado desejado, simplesmente porque o planejamento não era coordenado. Então, fizemos, pela primeira vez, um planejamento unificado para todos os agentes públicos envolvidos. Isso é importante.

Vou falar um pouquinho da experiência. Nós vimos, no planejamento, por exemplo, que um órgão falava: "Olha, eu vou reforçar muito a operação no aeroporto A; no B eu não vou reforçar muito porque, para mim, sob o meu ponto de vista, não tem tanto ponto ou não...". E aí vinha outro órgão com uma informação diferente: "Olha, mas vai acontecer tal coisa no fim do ano, vai ter tal ação". Então, é importante, na verdade, envolver um com o outro. Essa troca de informação, esse ambiente colaborativo foi importantíssimo. Fizemos um plano de ação unificado envolvendo todos os agentes públicos, um plano específico com os agentes públicos envolvidos.

Os três grandes eixos foram: pessoal, investimentos e informação ao passageiro. Além disso, fizemos uma grande ação preparatória com os agentes privados, principalmente companhias aéreas, envolvendo questão de aeronave reserva, reforço na escala de serviço, não realizar ou evitar a prática de *overbooking* – usei o termo que todo mundo usa, mas, na verdade, sabemos que é um assunto bem específico, e não vou me ater a ele. Conversamos com as empresas: "Vamos evitar essa prática, não vamos fazer *overbooking*, esta

é uma época em que os voos estão muito cheios, as pessoas querem se encontrar com as suas famílias, querem passar o Natal juntas. Qualquer contratempo, qualquer problema que vocês tiverem, a dificuldade de reacomodação é muito grande. Vamos ser proativos e evitar possíveis problemas”.

Bem, eu trouxe um pouquinho dos dados do fim do ano, como número de passageiros da rede Infraero em dezembro, em que tivemos 15,5 milhões de passageiros passando pelos aeroportos da rede Infraero. No ano anterior, 14,7 milhões; 12,5 milhões em 2009; 9,9 milhões em 2008. Um crescimento muito grande. Se vocês repararem, aquela setinha indica o que queremos dizer: o setor vem crescendo. No fim das contas, o que processamos em dezembro esperamos processar diariamente nos aeroportos, mais ou menos em maio, alguma coisa entre abril e maio. Foi só um exercício para mostrar o crescimento do setor, mas, em dezembro, 15,5 milhões de passageiros. É um volume muito grande, muito maior do que no ano anterior.

O crescimento de 8% no percentual de partidas também mostra como estamos crescendo, e crescendo constantemente. No fim do ano passado, foi bem maior do que no fim do ano anterior, e assim sucessivamente, já que no fim de 2009 foi a mesma coisa.

Vamos para os dados de atrasos. Os atrasos da rede Infraero, em 2011, no mês de dezembro, ficaram em 13,11% acima de 30 minutos, e os atrasos acima de 60 minutos na casa de 4%; em 2010, foram 21% os voos atrasados acima de 30 minutos. Então, caímos de 21% para 13%. Relembrando: mesmo tendo o setor crescido, mesmo tendo mais partidas e mais passageiros nos aeroportos.

Pode passar.

Os cancelamentos, a mesma coisa, a tendência é de queda. Passamos de 5,51% para 3,55%. E aí tentamos tirar alguns dias. Por exemplo, o dia de maior movimento em 2009, 2010 e 2011 é aquele que antecede a saída para Ano Novo, 28, 29 de dezembro, depende se o Ano Novo é em um sábado, um domingo ou uma sexta-feira, enfim, mas é sempre aquela saída para o Ano Novo. Os atrasos, em 2009, no dia de maior movimento, ou seja, o dia mais cheio nos aeroportos, teoricamente, ficaram em 22,5%; em 2010, em 17,5%; e em 2011, 7,4%. Então, crescemos e também processamos mais e com mais qualidade os cancelamentos, da casa de 6,8%, 6,9%, caíram para 3,1%.

Pode passar.

E aí o dia de maior atraso, independentemente do número de partidas. O dia com maior número de atrasos em 2009 teve 32,2% de atrasos e 5% de cancelamentos. Em 2010, 42% de atrasos e 4,3% de cancelamentos; em 2011, nosso pior dia foi o dia 15,

com 29,5% de atrasos e 4% de cancelamentos. O problema foi basicamente de meteorologia. Tivemos um dia muito crítico, que foi o dia 15. No dia 22, também tivemos um problema em Congonhas, mas foi mais localizado. De qualquer maneira, mesmo o nosso pior dia, o dia com maior número de atrasos, foi, ainda assim, melhor do que em outros anos. Em comparação com 2010, saímos de 42% para 29,5%.

O que eu posso concluir é que o setor tem crescido, mas tem crescido com qualidade. Eu acho que a ação coordenada veio para ficar. Ela é muito importante para absorver, mesmo nos dias de chuva. Se todos os órgãos se falam, se você tem um ambiente colaborativo, a informação flui muito mais rápida, todos se preparam, reforçam equipes, enfim, e você consegue tratar melhor o fato, mesmo quando o aeroporto fecha e você tem um problema que não há como evitar, tem que esperar reabrir, mas aí você consegue tratar aquela demanda represada, vamos dizer, com mais facilidade. E isso, no fim das contas, se reflete em voos mais pontuais, em menos cancelamentos, em uma aviação mais dentro da normalidade, que é o que queremos.

Vou falar um pouquinho do Projeto Eficiência nos Aeroportos, do que nós fizemos. Obviamente, com o setor crescendo como está, nós temos que falar em investimentos, temos que crescer em infraestrutura. Eu acho que isso é ponto, isso está dado, e estamos desenvolvendo uma série de ações nesse sentido. Mas existe também uma percepção de que podemos aproveitar melhor a infraestrutura existente, podemos ser mais eficientes, podemos tratar com mais celeridade, seja simplificando os processos, seja reforçando equipes.

E como vamos fazer isso? De forma individual? Cada um com suas ações? Não, não é isso. Vamos fazer de forma coordenada, porque o aeroporto é um grande sistema. Não adianta o *check-in* ser bem feito se a imigração está devagar, porque acaba engargalando, acaba sendo um ponto de desgaste, e assim sucessivamente, em qualquer elo da cadeia. O que nós fizemos foi empacotar um projeto que visa perseguir o roteiro do passageiro no aeroporto, tanto no embarque como no desembarque, e fazer, de modo conjunto, olhando sistemicamente todos os processadores, e buscar ações pontuais, ações de curto prazo mesmo, para a melhoria de processo. No fim das contas, é rever os processos e tentar melhorar, a fim de processar mais passageiros por hora, mais passageiros por minutos, com uma produtividade melhor. Estamos falando em ganhar capacidade, sem fazer grandes investimentos.

Para o passageiro, isso é mais conforto, é mais previsibilidade, e se reflete em voos mais pontuais. E nós ganhamos fôlego para que os investimentos acon-

tenham e terminem, para que a infraestrutura cresça, uma coisa que é imprescindível.

Bom, o projeto foi empacotado. Os participantes, SAC, ANAC, Infraero, Receita, Polícia, Anvisa, AOC, que é uma entidade dos aeroportos, lata, que é a associação das empresas internacionais, Snea, enfim, todo mundo que tem alguma interface no processo, no caminho do passageiro, seja no embarque ou no desembarque. Escolhemos o aeroporto de Guarulhos para fazer um projeto piloto. Nem preciso falar muito por que Guarulhos, mas por ser o maior aeroporto, aquele que tem maior pressão de demanda, aquele, talvez, em que a sensação de escassez de infraestrutura seja mais latente, e é, evidentemente, onde podemos ter uma complexidade maior na operação e onde também podemos medir, ver os ganhos e o potencial do projeto, se o projeto faria mesmo sentido ou não, e quais seriam os ganhos.

Fechamos em oito grandes macroprocessos: *check-in*, processo de segurança, que é passar pelo raio X, imigração, embarque, desembarque, emigração, restituição de bagagem e aduana, na parte de desembarque.

Pode passar, por favor.

Isso é um pouquinho do que foi feito. Fizemos treinamento de pessoal, preparação física das áreas, uma parte muito grande de gestão de fila mesmo, tentando otimizar a gestão de fila para que as pessoas não fiquem esperando. Muitas vezes, eu acho que é falta de informação. Então, você faz uma gestão e consegue ganhar na utilização.

Isso é um resumo do que fizemos, é importante falar, sempre com medições – como era antes e como ficaria depois –, para sabermos exatamente o quanto cada ação contribui para a melhoria do processo, o que também é importantíssimo para não ficarmos atirando em uma direção que não ganha produtividade.

Pode passar.

Aí, também, um quadro que resume o que foi o resultado do projeto em Guarulhos. Esse projeto foi feito e ficou pronto, vamos dizer assim, foi o dia do nosso *turn key*, o dia em que viramos a chave do aeroporto como um todo, foi de 19 para 20 de dezembro; desde o dia 20 de dezembro que a implantamos todas as melhorias, em todos os processos, e aí foi um pouquinho do que vimos de ganho de tempo. Então, de ganho de produtividade, o ganho médio de 28 passageiros processados, a mais, por hora, e isso como um todo. Em alguns setores ali, por exemplo, Receita Federal, tivemos um ganho de 93%. Então, isso mostra que conseguimos ser mais eficientes, mais produtivos. No fim das contas conseguimos extrair mais da nossa infraestrutura existente; penso que isso é importante

para o passageiro. No fim das contas, se puder falar um pouquinho do projeto, acabávamos percebendo que, como se tinha uma volatilidade muito grande nos tempos de processamento, em cada um dos canais, não vou nem falar de algum específico, podia-se chegar numa hora do dia e ter um processo bem azeitado. Duas horas depois, o processo está demorando três vezes mais do que demorava. No fim das contas, o que acontece é que não tínhamos um padrão. Quando a volatilidade é muito grande, você não tem um padrão. E se você não tem um padrão, não tem previsibilidade. No fim das contas você acaba ficando ali, para resolver alguma coisa na hora, no dia a dia. Não é isso que queremos e esperamos.

Um dos ganhos do projeto é implementar padrões de comportamento, os procedimentos operacionais padrões para a podermos ter previsibilidade na ação e, com isso, conseguir planejar o uso da infraestrutura e fazer com que o planejamento, na prática, aconteça da forma adequada.

Pode passar, por favor.

Trouxe um pouquinho da planilha, o que é o *check list*. Não somente fazer um esforço concentrado, não somente pegar durante um mês e mobilizar todo mundo, fazer treinamento, mas precisamos que isso seja perene e que essas melhorias permaneçam, e, até mais que isso, que as pessoas continuem repensando os processos para que eles sejam cada vez melhores. Então, criamos uma série de *check in*, tanto para ver a aderência àquelas sugestões dadas, como para que sempre tenha alguém olhando, revendo, revisitando e medindo os processos.

Isso foi um exemplo do dia 1º de fevereiro, do *check list* operacional. Temos um nível de aderência ou não ao que está projetado para cada uma das áreas fazer. Trouxe a título de exemplo e a idéia é replicar o projeto nos aeroportos da Infraero.

Em fevereiro de 2012, fizemos um primeiro diagnóstico, formatamos o processo, definimos em quais aeroportos iríamos implantar o projeto, iniciar a replicação, porque não adianta replicar indiscriminadamente em todos ao mesmo tempo, porque a capacidade de fazer bem feito vai se reduzindo. Então, elegemos Galeão e Confins.

Segunda-feira foi a reunião de *quick Office*, foi o início do projeto no Galeão.

Ontem, eu estava lá em Confins para o início do projeto no aeroporto de Confins. A idéia é a de que esse projeto dure de três a quatro meses e, já em julho, iniciarmos nos aeroportos Santos Dumont, de Congonhas e de Fortaleza, que são aeroportos de muito movimento e expressão, mas também são os aeroportos que abrigarão a Copa das Confederações.

Então, estamos aproveitando o projeto para fazer algumas medições e ajudar no planejamento da Copa das Confederações, e, obviamente, Copa do Mundo. A nossa meta final é, até dezembro de 2013, ter 12 aeroportos com o projeto implementado. Isso envolve uma rotina de acompanhamento na autoridade aeroportuária, uma rotina de governança.

O projeto é, basicamente, assim... Quem vai cuidar disso, no final das contas... Fazemos um esforço conjunto, implementamos as soluções e, ao mesmo tempo, treinamos a autoridade aeroportuária, treinamos o CGA para que ele toque o projeto e continue com o projeto dali para frente. Então, isso envolve criar toda uma estrutura de governança dentro das autoridades aeroportuárias, o que está sendo feito.

Pode passar.

Vamos falar, agora, um pouquinho na área de investimentos do Profaar.

Em 2011, a SAC foi criada e, ao longo do ano, o Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos, esse é o nosso fundo de investimentos nos aeroportos de interesse estadual; esse fundo estava com o Ministério da Defesa até a criação da Secretaria de Aviação Civil e foi passado para a secretaria ao longo do ano.

Para os senhores terem uma ideia, tivemos um limite orçamentário de 70 milhões. Esse orçamento ficou 100% disponibilizado em dezembro; foi mesmo um processo de transferência das ações, não tivemos um ano inteiro de planejamento, mas, mesmo assim, firmamos 18 convênios com dez Estados da Federação.

O objetivo é reforma, ampliação e construção da infraestrutura aeroportuária de interesse estadual; ou, então, só para explicar um pouquinho a dinâmica, no começo do ano, ou ao longo do ano, os Estados informam quais são as suas prioridades e aí, dentro da limitação de recursos, faz-se a priorização dos investimentos. Mas isso tem que estar casado, isso é basicamente uma escolha, uma discussão conjunta, mas, no fim das contas, uma questão de priorização estadual. O desempenho orçamentário do programa, mesmo com a transferência, mesmo com esse ano de transferência do fundo para a secretaria, com essa questão do orçamento e da liberação dos recursos, conseguimos empenhar 83% do limite orçamentário disponibilizado. Isso foi um avanço muito grande. Nos outros anos, a execução, na média, ficava na casa de 20%, 25, 30, no máximo. Mas agora o programa está com a Secretaria de Aviação Civil; no fim das contas ele é um subconjunto, vamos falar assim, do que é o FNAC, do que é o Fundo Nacional de Aviação Civil. Então, o Profaar compõe o Fundo Nacional de Aviação Civil a partir de agora.

Pode passar.

Eu vou falar agora um pouquinho do FNAC, aproveitando o gancho.

Tivemos a criação do FNAC, que terá mais recursos do que somente os recursos do Profaar; os recursos das concessões, do valor pago pela concessões comporá o FNAC. Têm outros recursos, os recursos da lei... Enfim, outros recursos, não vou me ater aqui, mas a ideia foi ampliar o escopo, foi de que o FNAC tivesse mais recursos, mais capacidade de investimento, para que possamos investir na capacidade. Mas, mais do que isso, o que estamos fazendo na secretaria é rever o escopo do fundo, porque, no fim das contas, o que percebemos no dia a dia é que o investimento do Profaar é engessado, é limitado à infraestrutura mesmo, a obra. E, muitas vezes, não é isso que o aeródromo precisa. Muitas vezes, outras ações, por exemplo, capacitação ou a compra de um equipamento, já resolveriam o problema do aeroporto, já dariam condição de receber voos regulares e aí se desenvolver.

Aproveitando esse momento do FNAC, a ideia é rever um pouco isso, é regulamentar o FNAC, ampliando o seu escopo para permitir, por exemplo, investimentos em equipamentos. E aí vou dar um exemplo clássico e que todo mundo aqui conhece, que é a questão de caminhão de contraincêndio. Via Profaar, hoje, a gente não pode investir, não pode comprar o equipamento, mas via FNAC, a ideia é poder, por exemplo, não somente o caminhão de contraincêndio.

Fazer capacitação eventualmente também não adianta, é um grande problema que enfrentamos. O Estado e o Município precisam estar preparados também para receber aquele investimento, para receber aquela obra, porque o que vemos é que as obras são concluídas e, por falta de gestão, por falta de conhecimento mesmo da gestão, do dia a dia, aquela obra se deteriora ou não se reverte em melhora de infraestrutura, não cumpre requisitos básicos de segurança e aquilo, no fim das contas, não tem o efeito prático desejado, não se reverte em um aeródromo apto a receber voos regulares, por exemplo. A ideia não é somente investir em obra, mas fazê-lo também, obviamente. Mas, eventualmente, isso vem acompanhado de plano de capacitação ou coisa do tipo.

Além disso, queremos não mais fazer o plano, não mais olhar simplesmente para o ano calendário. Então, a dinâmica que vem sendo feita no Profaar é você começar o ano, o Estado fala a suas prioridades, você escolhe ali, corre. Muitas vezes você não contempla um sítio aeroportuário inteiro, porque o limite de recursos não permitiu e aí você faz pequenas intervenções nos sítios. Isso não completa, vamos dizer assim, o aeroporto, isso não o deixa apto para receber voo; vira o ano e começa de novo todo aquele planeamen-

to, toda aquela corrida – vamos colocar como se fosse uma grande corrida –, no fim das contas, pelo recurso.

Então, a ideia é parar um pouco, fazer um planejamento plurianual, planejamento de curto e médio prazo, porque olhamos os aeroportos priorizados para que eles sejam olhados como um todo, e aí fechamos todos os investimentos, por mais que naquele ano – vamos falar aqui de 2012 – não tenhamos recursos para investir em todo o sítio, mas já faz um compromisso plurianual e nos outros anos. Todo mundo tem previsibilidade, todo mundo sabe como vai acontecer o desenvolvimento daquele sítio, e a Prefeitura, os Estados podem também se preparar para receber aquele aeroporto da maneira adequada. Então, a ideia é fazer, a partir deste ano, já planos plurianuais, e não simplesmente plano para contemplar o orçamento do ano corrente.

Obviamente que isso não é uma iniciativa isolada, o Governo Federal não quer fazer isso sozinho. Então, estamos fazendo uma série de reuniões com os Estados para compatibilizar, para alinhar as prioridades, para entender o que os Estados querem, o que os Estados esperam.

Já estamos há duas ou três semanas tendo reuniões com os Estados, segunda-feira houve reunião com o Amazonas; já falamos com uma série de Estados; hoje à tarde temos reunião com outros Estados; então, a ideia é fazer Estado a Estado essa reunião. Temos um plano, um plano que seja conjunto, que as duas partes estejam sabendo qual será o desenvolvimento, aí não há assimetria de informação, aí não há incerteza, o ambiente fica estável, e a gente pode fazer um planejamento que seja realmente efetivo.

No fim das contas, acho que a gente precisa fazer com que o recurso seja usado de forma efetiva para que a gente tenha uma rede de aeroportos no País que atenda a todo mundo. É um pouco o que o Rogério falou: ampliar o atendimento à população servida por aeroportos e, obviamente, a aviação regular virá se a infraestrutura estiver adequada.

Então, como resultado disso tudo, estamos definindo os aeroportos que serão contemplados no plano de investimentos de 2012, que será um plano plurianual. Nossa ideia é já fazer um plano plurianual, então, vai ser 2012, 2013, 2014, o tempo que for necessário para que a gente contemple aeroportos como um todo, e não partes do aeroporto.

Acho que, bem resumidamente, é isso.

Obrigado.

Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Obrigado, Juliano.

Antes de conceder a palavra ao eminente Senador Ivo Cassol, vou apenas registrar a presença do eminente Deputado Dr. Grilo, Líder do PSL e Deputado Federal por Minas Gerais. Seja bem-vindo.

Cumprimento também o companheiro, amigo, ex-Prefeito da nossa querida Ponte Alta do Tocantins, do nosso Estado, hoje Presidente do Instituto de Terras do Tocantins, o advogado Dr. Luizinho, e também o companheiro Waldonez, assessor de planejamento.

Sejam todos bem-vindos.

Numa Subcomissão como a nossa, o parlamentar, o Senador tem acesso à palavra a qualquer momento.

Portanto, V. Ex^a esta com a palavra, Senador Ivo Cassol.

Acaba de chegar o eminente Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É uma alegria. Antes que o terceiro palestrante use a palavra, como tenho compromisso, em função da agenda dos Senadores... Muitas vezes a imprensa fala que os políticos não fazem nada. Eu queria que eles estivessem na nossa pele para eles verem o que é de terça-feira a quinta-feira aqui e o restante no Estado, participando de eventos, formaturas, cultos, e aí de nós se não estivermos presentes! Portanto, aqui a gente trabalha muito, não aparece o serviço, mas estamos na ativa diuturnamente.

Eu só queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, especialmente com o Dr. Juliano e o Dr. Rogério, enquanto estamos discutindo aqui a questão da aviação civil no Brasil, nesta Subcomissão, para colocar um fato que tenho não ouvido de pessoas, mas tenho sentido na pele. Já entrei em contato várias vezes com a Infraero, já usei a tribuna do Senado e lasquei o cacete em cima da Infraero. Fui procurado pelo assessor, pelo Solimar, e ele foi atencioso, mas, da maneira como está sendo perpetuado o tratamento, da maneira como a Infraero trabalha e a Secretaria de Aviação, é um desrespeito com os nossos cidadãos, um desrespeito total.

Por que falo isso? Fui governador por dois mandatos, fui prefeito por dois mandatos, e sou muito igual ao próprio ex-Governador e Senador Eduardo Braga, nós somos muito práticos nas nossas ações, especialmente quando você vai direto ao encontro do atendimento público. O que nós precisamos neste País é parar de inventar moda quando se tem condições de executar algo. A exemplo disso, os voos que saem de Porto Velho, os voos que saem do Acre, do Mato Grosso, chegam aqui em Brasília, e nós ficamos, no mínimo, de 40 minutos a 1 hora aguardando a бага-

gem. Muitas vezes você vem só com a mala de mão, mas muitas vezes não tem jeito.

Aproveitei a semana do Carnaval para fazer cirurgia de varizes, acabou infeccionando porque era para eu ter ficado lá e não fiquei, vim para cá, e, por duas vezes consecutivas, já retornando ao que aconteceu no passado, chego ao aeroporto e, infelizmente, as malas não estão à disposição porque estão passando nos raios X. Tudo bem. Então, já que estão colocando como regra passar nos raios X, eu queria saber por que impera tanta incompetência no sistema de aviação brasileiro. Porque tem dinheiro. O que custa botar um aparelho de raios X em Porto Velho? Gente, pelo amor de Deus! O que custa colocar aparelho de raios X em Cuiabá?

Não. Aí deixa um aparelho de raios X aqui em Brasília, um para atender a todo mundo. Parece que colocaram dois agora depois que eu gritei, esperneei e fui para a tribuna. Isso para mim, que sou Senador, imaginem para as outras pessoas! Como eu cheguei e estava operado, pedi para dois carros... Olhem o absurdo! Mandeí dois carros, um carro meu, particular, e o carro do Senado, dois motoristas para me buscar, um assessor para ficar e pegar a bagagem e outro para me levar para casa, com minha esposa, para o apartamento. E aí fui deixar o tíquete para o segurança, o guarda da Infraero, e ele falou que não podia repassar para outro e que não podia entrar. E falou que culpada era a companhia.

Eu gostaria que a Infraero e a Secretaria de Aviação assumissem os compromissos que cabem a elas. As companhias têm pisado na bola? Têm. E o que a Infraero faz? O que a Secretaria de Aviação faz? Metem a caneta e metem a multa. Mas quando a Infraero comete o erro e ainda por cima tenta culpar as companhias, isso é um absurdo! Não estou aqui divulgando para as companhias não, porque eu também não aliso não. Mas é um absurdo! Resultado: depois de uma confusão que eu fiz na segunda-feira à noite, veio a moça da Gol e ficou junto com meu assessor para que pudesse pegar minha mala, pudesse pegar as coisas que estavam junto com as da minha esposa. Depois de quarenta e poucos minutos, fui liberado.

Quer dizer, pelo menos se tivesse um tratamento, já que estamos com os aeroportos superlotados, a situação de infraestrutura está precária, está vindo a Copa do Mundo, e nós vamos passar vergonha... Não adianta dizer que não, porque nós vamos passar vergonha sim! Vamos passar vergonha em questão de hotel, vamos passar vergonha em questão de aeroportos, vamos passar vergonha em tudo! Vamos tentar diminuir isso em nível nacional, mas é inevitável. Agora, com a gente, no dia a dia nosso, o desrespeito, a pessoa já

chega cansada... Sabem quantas horas é de viagem de Porto Velho até aqui? Duas horas e meia. Você tem que estar no aeroporto no mínimo uma hora antes. Para despachar a mala, tem que chegar ao aeroporto pelo menos quarenta e cinco minutos, uma hora antes. Quer dizer, já está com três horas e meia. Aí, depois disso, você ainda fica mais uma hora para esperar a mala, sem contar que não tem um banco para você sentar dentro da sala que você vai pegar a bagagem.

Então, o que precisa ser feito? Tem que fiscalizar? Eu concordo que tem que fiscalizar. Então, se não tem estrutura, que se faça por amostragem. Mas, para você criar regras, primeiro você tem que criar condições. E o que acontece? Criam-se muitas regras aqui, não há condições, não há pessoal e não há sequer um aparelho de raios X a mais. Em vez de colocar um aparelho a mais aqui em Brasília, coloquem um em Cuiabá, coloquem um em Porto Velho, coloquem um em Rio Branco do Acre. Passem as malas de todo mundo e, se pegar bandido, traficante, meta a taca nos caras.

Agora, o que não podemos é tratar todo mundo que vem desses Estados fronteiriços como se fossem todos bandidos. Então, é por isso que eu quis só aproveitar essa oportunidade e mostrar para os dois secretários que representam a Secretaria de Aviação a minha indignação como usuário do sistema de aviação regional e como cobaia – como cobaia, entendem? – dessas novas experiências a que somos todos os dias, infelizmente, submetidos. Vejo isso com tristeza, e eu gostaria que vocês tomassem providências, não para que resolvam o meu problema. Não quero, não. Quero que resolvam o problema das pessoas. Das pessoas. Só isso que eu peço para vocês.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas é isso que a gente está discutindo e vai discutir cada vez mais nesta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Senador Ivo, as palavras de V. Ex^a têm alta relevância e a sua fala está muito atual, principalmente com a questão da Infraero e dos aeroportos.

Nós deveremos ter uma atenção muito especial com a fala do Prof. Respício, que é uma referência no País em aviação. E é importante para quem conhece aviação, inclusive os membros da SAC e o pessoal que está no plenário, é uma referência para a mídia nacional, Globo, Estadão, enfim, todos os jornais e televisão.

Portanto, Prof. Respício, a presença de V. S^a, como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conhecedor profundo da área de aviação, engrandece o debate nesta audiência pública.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO

– Muito obrigado, Senador Vicentinho Alves. Cumprimentando V. Ex^a, agradeço o convite em estar aqui para contribuir mais uma vez com o Congresso, com o Senado Federal, e cumprimento ainda o relator da Subcomissão, Senador Eduardo Braga, e o Senador Ivo Cassol. Estendo meus cumprimentos a todos, senhores e senhores aqui presentes.

A aviação civil é um grande conjunto de atividade de setores, subsetores de negócios. Inseridos na aviação civil estão o transporte aéreo regular e não regular, comercial, aviação geral executiva, aerolevantamento, aviação aerodesportiva, aviação agrícola, aviação experimental, escolas de formação de aviadores, de comissários, de mecânicos, trabalhadores em geral, até mesmo as faculdades de ciências aeronáuticas – a ANAC tem um pezinho lá –, os fabricantes de aeronaves, os fabricantes de peças, equipamentos e sistemas para aviação; a infraestrutura aeroportuária, o espaço aéreo, infraestrutura aeronáutica, fora vários e vários outros setores, segmentos e atividades que compõem esse grande universo chamado aviação civil, que é tão apaixonante.

Aqui nós vimos a palestra do Rogério e Juliano, que já conheço há tanto tempo e é sempre uma alegria estar junto dos dois, em que abordaram os principais pontos sendo trabalhados nas suas respectivas secretarias na SAC. A Clarice, colega deles da SAC, se estivesse aqui, com certeza, também teria apresentado pontos da Secretaria ao seu comando, relativa à navegação aérea – não sei exatamente se é esse o nome.

Dessa forma, o que nós constatamos, da apresentação do Rogério e do Juliano – e, se a Clarice estivesse aqui, seria da mesma forma – que de todas essas atividades e setores que eu elenquei aqui da aviação civil, eles só pegaram dois: transporte aéreo comercial e infraestrutura aeroportuária. Todos os outros não foram matéria, não vimos nenhum número da aviação geral executiva, um único número com relação ao número de trabalhadores do setor, um único número a respeito da aviação aerodesportiva. Não estamos falando especificamente de Copa, Senador, mas alguém aqui tem alguma dúvida de que os tantos estrangeiros que estarão aqui vão querer aproveitar um voo de parapente, de asa delta, de planador, de balão? Tudo é aviação aerodesportiva! Será que nós estamos fiscalizando essa atividade? Os senhores já imaginaram um acidente com um *very VIP* estrangeiro durante a Copa do Mundo em uma dessas atividades aqui no Brasil? Qual seria a repercussão internacional de alguma coisa dessa natureza acontecendo no Brasil durante uma Copa do Mundo, durante uma Olimpíada?

As apresentações do Rogério e do Juliano, para mim, foram perfeitas. Perfeitas! Dentro do que lhes foi pedido para fazer aqui. Não vi, desculpem-me Rogério e Juliano, nada de política pública na apresentação de vocês. Nada! Eu vi de operacional. O que a Secretaria está fazendo na questão operacional. Um pouco na questão tática e zero de estratégia. Zero de longo prazo! Até de médio prazo, eu rapidamente escutei uma ou outra palavra do Juliano com relação a isso, e mesmo assim, com relação ao Profaa e FENAC. Mas não vi nada de política pública mesmo. Não vi nada de traçar caminhos. Fazendo um paralelo com a intermodalidade, eu não vi nenhum pavimentar de estrada com relação ao futuro da aviação no Brasil. Não vi nada a respeito do que está se fazendo com relação à capacitação dos profissionais que poderão vir a atuar no setor. Nada! E sei que pelo menos a ANAC tem um programa de incentivo com relação a piloto e etc. Por que eu não fui colocado aqui eu não sei.

Então, como mudar esse quadro? Como mudar essa situação? O que nós constatamos sempre, e não é só aqui e também não considero um erro, mas um adormecimento das nossas autoridades, é que 99,9% das atenções da aviação civil sempre estão voltadas para quem desfila no tapete vermelho do Oscar. Quem desfila no tapete vermelho do Oscar? São as empresas aéreas, são os principais aeroportos e, quando dá algum problema, o espaço aéreo. O restante é marginal, inexpressivo, caminha pelas próprias pernas, quem sabe, um dia, quando der tempo, nós aproveitamos esses cinco minutos que faltam aqui no final para nós falarmos a respeito disso. Ou seja, é tudo para o lado, tudo marginal.

Não estou dizendo que é esquecido, estou dizendo que nunca está no *Top Five*. Por quê? Por que ninguém nunca fala nada. Se estivesse na agenda de preocupação, se estivesse na agenda de política pública, estariam falando, pelo menos apareceria um ou dois *slides* aqui falando sobre o crescimento do número de aeronaves da aviação geral executiva, do crescimento do número de operações *offshore* com os helicópteros biturbinas de grande porte. Estariam falando a respeito da necessidade de capacitação de mecânicos. Por que nada disso é falado?! Por que nunca ninguém levanta isso? Será que esses dados não existem? Bem, se não existem, nós temos um grande problema aqui. Aí já não é esquecimento, aí já é realmente “vamos botar de lado, porque isso não interessa”.

Se nós observarmos o anuário da Agência Nacional de Aviação Civil, vemos que são sempre pautados em cima da GOL, TAM, Avianca, Azul, etc, etc. A Associação Brasileira de Aviação Geral teve que produzir o próprio anuário, porque o sistema o governo não

produz. Ele não quer saber da aviação geral executiva: “Depois a gente conversa. Agora não.”

E com relação à formação de pessoal? “Daqui a pouco a gente conversa. Agora não.” Vamos perguntar sobre o investimento em aeroporto a pista, o pátio da Copa... e o nosso dia a dia? O dia a dia não existe? Todos esses outros setores que eu citei aqui – citei, se não me engano, quase 20 setores –, nós só tratamos de dois e de um terceiro, quando dá problema; os outros, é melhor não colocarmos nem em *slides*.

Então, tem alguma coisa errada com a política pública brasileira no setor. Não tem nada de errado com o Rogério, não tem nada de errado com o Juliano, tem de errado com a política pública do setor. Não estão fazendo política pública. Colocando outro parêntese aqui, quando a nova SAC, a SAC 2.0, foi criada – nós já estamos na USB 3.0, acho que vamos promover vocês para SAC 3.0... quando a SAC 3.0 foi criada, eu pensei assim comigo: graças a Deus, ótimo, uma esperança para a política pública do setor de médio e longo prazo, porque vão acabar com o Conac! Não, o Conac continuou. Para quê? Não me perguntem. O Conac, com todo respeito aos ministros que já participaram e participam do Conac, não faz absolutamente nada. O Conac (Conselho de Aviação Civil) só se reúne quando tem algum grande problema. Um acidente aéreo de grandes proporções: o Conac corre para se reunir.

Então, a minha esperança era: vão acabar com o Conac e a SAC (Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República) vai tomar as rédeas da situação. Não, nada aconteceu. O Conac continuou e continuou a fazer nada, e a SAC não tomou as rédeas da situação com relação ao macroplanejamento, à formulação e à elaboração de políticas públicas para o setor de aviação civil. Para o setor de transporte aéreo comercial eles estão fazendo política pública sim, estão fazendo muitas coisas interessantes. Para o setor de infraestrutura aeroportuária estão fazendo políticas públicas, estão fazendo coisas muito interessantes, que nós vimos aqui, por isso estou enaltecendo a apresentação dos dois. Mas, tinha que ter outro secretário, secretário de outros assuntos que não sejam os três primeiros. Aí tirava o Juliano, o Rogério tirava a Clarice e assumia um terceiro secretário. Tirar no sentido de que não caberia a vocês tratarem dessas faixas aqui. Já que ninguém trata, alguém tem que tratar. Se não são vocês, alguém tem que fazer isso. Então, vocês não são os culpados, mas alguém que desenhou o projeto na Secretaria da Aviação Civil 3.0 é que está errado, e mantém o erro. Então, alguma coisa tem que ser feita. O Legislativo tem que entrar na história. O TCU tem que entrar na história – Carlos Molina aqui presente, nosso colega; muito obrigado, Carlos.

O TCU tem que entrar na história. Tem alguma coisa que acontecer com o Brasil porque o Brasil depende de aviação, depende da Aviação Civil. Todos esses setores que eu falei aqui. Ele não depende só da Azul, ele não depende só da TAM, ele não depende só da Infraero, ele não depende dos novos concessionários, ele não depende do Profaa (Programa Federal de Auxílio a Aeroportos). Ele depende de todos esses setores, de todos esses segmentos aqui.

O que estamos fazendo de política pública com relação à aviação agrícola? Ninguém sabe. Num país do agronegócio, o que temos de política pública com a aviação agrícola?

A aviação agrícola é tanto aviação como o Ministério da Agricultura. Qual é a integração da Secretaria de Aviação Civil, da ANAC, com o Ministério da Agricultura? Talvez nem a Secretaria nem a ANAC saibam responder direito, porque, às vezes, quando sobra tempo, no final do expediente, às oito e meia da noite, ele pensa na Aviação Agrícola: “Ah, não, vamos deixar para amanhã, porque estou indo embora”. Porque nunca nada é falado. Quantas aeronaves nós temos em aviação agrícola? Qual a idade média dessa frota? Quantos pilotos nós temos? Temos propriedades compartilhadas na aviação agrícola? Assim como nós queremos colocar na Aviação geral executiva? Sim? Não? Nós temos empresas ou nós temos só o fazendeiro com a sua própria aeronave que de vez em quando empresta para o fazendeiro que é amigo, que é vizinho?

Isso é Aviação Civil. Tem que ser criada uma quarta secretaria, além da do Juliano, além da do Rogério, além da Clarice, para tratar, pelo menos numericamente, da maior parte da Aviação Civil no Brasil. Pelo menos numericamente, se não em importância da mídia, do tapete vermelho do Oscar, mas pelo menos em questão de número de setores, essa secretaria vai ser maior.

Então, novamente reforço: o Juliano não está errado, o Rogério não está errado, eles vieram apresentar o que eles estão fazendo nas suas respectivas secretarias, mas está faltando dentro da SAC uma estrutura que contemple o restante da Aviação Civil. Isso precisa ser corrigido de forma, em minha opinião, urgente. Se a SAC nasceu errada, ela precisa ser consertada, para o bem de todos nós.

O Senador Ivo Cassol, que estava aqui presente, fez um pronunciamento muito interessante, porque ele se viu na posição de passageiro. Ele não se viu na posição de Senador. É isso que acontece com todos nós. Quando estou viajando num avião, qualquer que seja, sou passageiro, não sou professor da UFRJ,

ninguém sabe o que eu faço, e tenho que ser tratado como tal, como cliente.

Eu gostaria de levantar aqui... Sei que vários das senhoras e dos senhores conhecem esse documento, o Decreto nº 6.780, de fevereiro de 2009, ainda do Governo do Presidente Lula, que foi a Política Nacional de Aviação Civil, da qual eu tive a honra de participar, com metodologia um tanto quanto rápida demais para o meu gosto. Nós preparamos um documento de sei lá quantas páginas, depende da fonte, depende do parágrafo, etc, mas vinte páginas na minha fonte, no meu espaçamento. O documento foi preparado em um dia. As discussões foram de um dia. Então, na minha opinião, a metodologia está errada. Eu externei isso na época, o Rogério era o coordenador do grupo em que fiquei, de regulamentação... Eu externei isso ao Rogério. Ele nada podia fazer, porque aí ele foi ordenado: "ah, você tem que conduzir aquele grupo assim, assim e assado. Período de trabalho: das nove da manhã até as seis da tarde. Pronto, acabou". Foi passado para ele isso. Então ele também não teve culpa, mas a metodologia estava errada. Um dia para discutir... Vou ler o título do documento: "A Política Nacional de Aviação Civil". Um dia!

O segundo dia não foi de discussão, mas de apresentação do que cada grupo tinha tentado fazer em um dia.

Então, vou ler... Apesar dessa correria toda, algumas coisas interessantes nasceram do documento. Então, vou ler pelo menos esses pontos interessantes que talvez nos ajudem a reformatar, a modernizar a Secretaria de Aviação Civil. Vamos lá.

"Item 2.6. No mesmo sentido, o marco regulatório da aviação civil, em todos os seus segmentos, deve ser desenhado de maneira a buscar maior eficiência econômica, novamente sem prejuízo da segurança e observados os interesses estratégicos do País."

Agronegócio não é um interesse estratégico do País – nós concluímos –, porque a aviação agrícola é esquecida. Então, ele não é interessante estrategicamente para o País.

Dentro do Item 3.5, "Desenvolvimento da aviação civil": "Estimular a gestão eficaz e a consolidação de ambiente institucional e regulatório favorável ao desenvolvimento da aviação civil".

Observem o termo. É "da aviação civil", não "do transporte aéreo comercial". É "da aviação civil". Então, pega desde a base da formação até o último ponto que vocês puderem imaginar: "da aviação civil".

"Promover o desenvolvimento da aviação civil mediante a cooperação entre os elos do sistema, garantindo-lhes que seus planejamentos sejam abordados de forma integrada."

Integrada? Está faltando o 4º Secretário para fazer isso.

"Acompanhar o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil por meio da avaliação e divulgação permanente de indicadores".

Não tem indicador da aviação agrícola, não tem indicador da aviação aerodesportiva, não tem indicação da aviação experimental, não tem indicação para nada. Só tem indicador de *performance* e desemprego para a TAM, para a Gol, para o novo concessionário, porque são eles que desfilam no tapete vermelho do Oscar. Os outros devem ser todos considerados "patinhos feios", porque não tem indicador para nada.

"Incentivar a integração da aviação civil com os setores do turismo e do comércio".

Dentro desse comitê especial da Conaero com relação aos grandes eventos tem profissionais que já foram para o exterior e operar copa do mundo, sendo convidados para atuar junto com vocês?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A gente tem... A gente tem...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO – Vocês operaram Copa do Mundo no exterior?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A gente tem ido conversar com eles.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO – Têm ido aonde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Londres, por exemplo. Eles estão planejando...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO – Não, Londres é Olimpíadas. É coisa diferente. Copa do Mundo é Copa do Mundo e Olimpíadas são Olimpíadas. Grandes eventos, mas diferentes. São públicos diferentes, são perfis diferentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O consórcio que operou Londres é exatamente o mesmo que fez a consultoria na África do Sul, fez a consultoria na Copa de Atlanta...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO – Sim, mas os brasileiros que foram para lá e operaram Copa do Mundo... Porque sentiram na pele as coisas que aconteceram lá fora. Eu não estou falando do comitê organizador. Até mesmo se você for falar com o comitê organizador, você tem que falar com o comitê organizador local da Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Sim, mas esses sempre tratam a respeito de delegação, família Fifa, very VIP. Eles não tratam dos torcedores. Estou preocupado com o torcedor, não estou preocupado com árbitro, não estou preocupado com o Bill Gates, não estou preocupado com o Blatter, estou preocupado com o torcedor, que é o povão daqui e o povão de lá de fora que vêm assistir. Não estou preocupado onde o jato da Fifa vai pousar. Esse tem

garantido o espaço para ele pousar. Não estou preocupado com ele. Não estou preocupado onde, no meio-fio do aeroporto, vai parar o carro blindado do Fulano de Tal, que é convidado. Não estou preocupado, ele vai ter lugar para parar, mais ou menos, depende do aeroporto, não é, Lira?

Continuando, na política de Aviação Civil. Estimular o investimento privado na construção e operação de aeródromos. Só por meio de concessão ou de outros institutos? A falta da política pública bem direcionada é que deixa esses institutos, por enquanto, esquecidos.

Promover a intermodalidade dos transportes, buscando a constante integração do planejamento do setor de aviação civil com os dos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário. Aí é brincadeira! Intermodalidade nos nossos aeroportos? É piada.

Por fim, estimular o desenvolvimento da aviação geral. Bem, pelo menos pelo Profaa nós vemos alguma coisa e, mesmo assim, aqui falado, no curto e no médio prazo e não no longo, com relação aos aeroportos. Se pudermos prover a infraestrutura, o serviço virá. Você vai me desculpar, Juliano, mas não acredito nisso não. Se você não tiver uma política para estimular durante algum tempo determinada ligação, fica difícil. E olha que eu sou super liberal, você me conhece.

Se os Estados Unidos têm um programa de serviços aéreos essenciais subsidiado pelo Governo Federal... Vou repetir. Os Estados Unidos têm um programa oficial de serviços aéreos essenciais subsidiado pelo Governo Federal. "Ah, eles têm isso porque são um país continental". É um país pobre e continental. A Irlanda também tem, é pequenininha. A Escócia também tem, é pequenininha, programa de serviços aéreos essenciais. O Orçamento da União, o orçamento não sai do dinheiro da passagem do pessoal da ponte aérea não, sai do Orçamento da União, porque é um programa de preocupação do Governo para estimular a integração e tem regra a ser seguida, não é qualquer um que recebe o recurso, é lícitado, não é pelo primeiro que aparece, não é a empresa aérea que chega: "Olha, tem uma ligação de A para B que eu não consigo manter, mas é muito importante". Não é a empresa aérea que pleiteia nada, é o Governo Federal que já vem com os pares de cidades prontos, com a demanda pronta, com a aeronave adequada. É o Governo Federal que faz isso. Porque o Governo Federal para e estuda o que é melhor para a sociedade. Não é a empresa que põe um pé à frente e fala: "Governo, tenho um problema lá. Vou ter que segurar 40 postos de trabalho, 25 não sei de quê, pagar não sei quanto de imposto". Não é ela que faz isso. É o Governo Federal que estipula tudo.

E detalhe: para os senhores terem uma ideia, uma das ligações nos Estados Unidos de serviço aéreo es-

sencial ocorre durante o inverno e no Alasca. E sabe qual é a aeronave utilizada, porque o governo federal diz que tem que ser aquela aeronave? É um 737-700, com 136 assentos, subsidiado pelo governo. Então, não tem essa também de aeronave até 30 assentos, não, e todo mundo pode participar. O táxi aéreo pode participar, a empresa regional pode participar, a empresa de grande porte pode participar, porque é ela que vai ter o 737-700, 800 ou o que for definido pelo governo como necessário. Não há restrição de quem vai participar, não. Basta estar cumprindo as exigências da política que foi traçada, ou seja, ser um operador, ter certificado na FAA, etc., ter os índices de segurança assim, assado, etc., etc., etc., provar toda a capacidade técnica de operação.

Continuando aqui na política de aviação civil, há mais um item que seria o último para eu ler: "Promover regulamentação adequada para cada tipo de serviço". É o que estamos tentando fazer aqui. Estamos tentando dar uma colaboração no sentido de dizer que o que está sendo apresentado aqui está ótimo, mas o governo está esquecendo – não é o Rogério que esquece, não é o Juliano que esquece, não é o Marcelo, da ANAC, que esquece – o resto da aviação civil inteira. Precisamos consertar isso.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)
– Merece palmas mesmo.

Olhem, já agora na primeira reunião, quero registrar aos ilustres convidados, a todos que participam aqui e a todos que nos assistem que esta Comissão já começa com 100% de frequência de todos os seus membros titulares. Portanto, os Senadores que se dispuseram a participar desta Comissão demonstram efetivamente as suas preocupações com relação à aviação no País.

É importante registrar a presença nesta Comissão, que é composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, do Senador Walter Pinheiro; Senador Vicentinho Alves; Senador Vital do Rêgo, nosso Vice-Presidente; Senador Eduardo Braga, nosso Relator; Senador Flexa Ribeiro. Também esteve aqui o Senador suplente Ivo Cassol e o Senador João Capiberibe, do Amapá.

Queremos chegar ao final desta Comissão e apresentar, segundo o nosso Relator, o nosso Vice-Presidente e os demais membros, um bom projeto para o nosso País. Iremos, com certeza, chegar ao final com essa meta.

Portanto, concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Eduardo Braga, ex-Governador do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Quero agradecer ao nosso Presidente as palavras de incentivo e de motivação em torno da Comissão.

Senhores convidados, Sr. Presidente, meu caro, dileto e querido Senador Vital do Rêgo, membro titular e Vice-Presidente desta Comissão, quero dizer a todos os senhores e às senhoras aqui presentes que esta Comissão talvez seja, Sr. Presidente, uma das últimas esperanças que eu, como amazonense, como amazônida e como representante público daquela região, possa ter para tentar sensibilizar o Governo brasileiro para muitas das coisas que o Prof. Respício Antônio do Espírito Santo acabou de levantar. Efetivamente, precisamos compreender que a aviação civil no Brasil não é representada apenas por aquilo que o professor resolveu chamar – entre aspas – de “tapete vermelho”. Venho insistindo nisso há muito tempo.

Fui Governador do Amazonas, como disse o Presidente, durante quase oito anos. E, naqueles quase oito anos, pude vivenciar experiências dramáticas de um povo que é brasileiro, que adora o nosso País, que guarda talvez uma das maiores reservas que este País possui – talvez o maior patrimônio do povo brasileiro seja exatamente a biodiversidade e a floresta amazônica; já vendemos nossas participações nas empresas públicas. E aquele povo que lá vive olha para a aviação de uma forma diferente de quem vive na região desenvolvida do Brasil. Bem ou mal, quem vive no Sul, no Sudeste e até mesmo no Centro-Oeste, em parte dele, tem alternativas de comunicação e de mobilidade com um prazo razoável de horas que não seja pela aviação aérea. Na Amazônia, a aviação pode representar se você vai viver ou morrer, pode representar se você vai ter como pagar o salário dos funcionários públicos de um determinado Município ou se não vai pagar, porque, pasmem, existem inúmeros Municípios na Amazônia que não têm banco, onde o pagamento do servidor público, o pagamento do funcionário do comércio, do prestador do serviço depende da aviação geral que leva para lá recursos em espécie.

Portanto, um País de dimensão continental e com uma desigualdade econômica e social como o Brasil não pode ter a sua aviação civil apenas voltada para o tapete vermelho, repetindo a analogia feita pelo professor.

Presidente, parece-me tão clara e tão óbvia a solução para o problema e, ao mesmo tempo, não consigo entender por que não a adotamos. Quero, portanto, fazer esse registro como preliminar na condição de Relator.

Segundo, quero lamentar profundamente não ter podido, Senador Vital, assistir à apresentação do Rogério, se assim me permite chamá-lo, e do Juliano.

Eu tinha muito, mas muito interesse em poder ouvir a apresentação de V.S^{as} para não fazer perguntas redundantes. Mas presido a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, cuja sessão deliberativa funciona exatamente no mesmo horário que começou esta aqui. Então, lamentavelmente, não pude acompanhar a apresentação do Rogério e do Juliano, que foi, inclusive, elogiada pelo nosso convidado, o Prof. Espírito Santo, aqui presente. Portanto, se eu fizer alguma pergunta a V. S^{as} que já tenha sido respondida, perdoem-me, pois foi em função da minha ausência.

Primeiro, quero fazer uma constatação: creio que essa combinação entre um processo de concessão *versus* a formação de um fundo nacional de aviação civil que vise à implementação de modernização da infraestrutura de aeródromos que continuarão sob a gestão pública para um segundo passo me parece importante. Mas me parece também que ainda está, Sr. Presidente, muito pouco regulado e muito pouco clara a forma como isso será feito. Vou dar apenas, Sr. Presidente, algumas dimensões desses números.

A modalidade licitada para a concessão, Senador Vital – V. Ex^a que tão bem conhece o orçamento da República – foi feita de forma onerosa. Portanto, é uma concessão em que quem deu maior valor ganhou a licitação.

Estava fazendo um pequeno cálculo ainda há pouco. Na licitação de Guarulhos, pelo que foi apresentado aqui pelo Rogério, houve um lance mínimo estabelecido pelo Governo de 3,4 bilhões. Ganhou a licitação a empresa que apresentou uma oferta de R\$16,2 bilhões, com, portanto, um ágio de 373,5%.

Agora, Sr. Presidente, não são apenas R\$16,2 bilhões que vão para o Fundo Nacional de Aviação. Além disso, 10% da receita bruta anual serão anualmente depositados no Fundo Nacional de Aviação Civil.

Ora, sabemos o quanto é a receita de um aeroporto como Guarulhos e o quanto a iniciativa privada vai aumentar essa receita, porque sabemos que existem números e serviços que estão com a demanda reprimida. Um exemplo claro e notório é o estacionamento em Guarulhos. Ainda há pouco o Professor citava a deficiência de estacionamento que enfrentamos nos aeroportos.

No caso de Viracopos, Sr. Presidente, a empresa vencedora ganhou com um ágio de 673%, um lance mínimo de 1,5 bilhões... Aliás, perdão, Brasília. No caso de Viracopos, foram 159%, com uma oferta de 3,8 bilhões contra um lance mínimo estabelecido de 1,5 bilhões. E com um adicional de 5% da receita bruta de contribuição para o Fundo de Aviação Civil.

Já Brasília, foram os 673% de ágio, tendo como lance mínimo 582 milhões e a oferta vencedora foi de

451 bilhões com uma contribuição variável de 2% da receita.

Somados esses recursos, somente esses recursos, estamos falando de um aporte inicial no Fundo Nacional de Aviação de R\$24,5 bilhões mais o percentual de receita anual bruta.

Portanto é claro, é óbvio que não falta dinheiro para se estabelecer uma política de aviação neste País. O que falta, a meu juízo, é uma visão global e um planejamento que seja inclusivo na aviação.

E a aviação civil brasileira... Lamento não ter participado, porque o Rogério apresentou números sobre a aviação regional, apresentou números do incremento de passageiros, etc. E vemos, ao contrário do que se anuncia na aviação civil, na aviação regional, um retrocesso. E somos obrigados a concordar com o Professor. A aviação geral executiva, o dito táxi aéreo, na realidade, vem substituindo, em função da inexistência de uma aviação civil comercial, regional abrangente, inclusiva, ela vem substituindo essa aviação que deveria ser. E ela é tratada como algo de somenos importância na aviação, quando é essencial. Na nossa região e no meu Estado, meu caro Senador Vital, o número de acidentes que têm ocorrido na região amazônica é explosivo. E não me digam que é por falta de segurança no voo. Não é não. É em função da precariedade da operação, da falta de investimento e da falta de uma política de planejamento.

Anotei aqui alguns dos itens levantados pelo professor: aviação geral e executiva, onde entra o táxi aéreo, aviação esportiva, aviação agrícola e – eu anotei aqui, obviamente –, aviação regional.

Eu gostaria de ouvir – a primeira pergunta vai exatamente nesse sentido –, primeiro, como está sendo definido o plano de investimento dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil pela SAC? Qual é o critério que está sendo estabelecido para a aplicação desses recursos? R\$24,5 bilhões de aporte inicial mais, obviamente, o percentual sobre a receita bruta. Primeiro, qual é o critério?

Segundo, é forçoso reconhecer que um plano de integração e de inclusão aeroviária no País precisa ser implantado. E não será implantado sem subsídio. De novo, o que disse o professor é absolutamente verdadeiro. Assim como os Estados Unidos possuem o Alasca e, para poder viabilizar a aviação no Alasca, é preciso estabelecer subsídio, não precisa fazer subsídio para voar para Los Angeles. Não precisa fazer desoneração para voar para Orlando, mas para voar para o Alasca precisa. O Alasca está para os Estados Unidos como a Amazônia está para o Brasil.

E qual é a lei de subsídio que nós temos? Nós tínhamos, no passado, essa lei de subsídio, foi mal

usada por alguns, e aí nós estamos fazendo a seguinte situação: porque tem alguém que é corrupto, acabamos com o benefício, em vez de punir o corrupto. E aí você pune quem? O cidadão comum, que paga imposto que necessita da aviação, que necessita do tratamento fora do domicílio, que não tem como encontrar a solução para os seus problemas.

A integração comercial, cultural, turística, etc., acontece via aviação e ele está sendo penalizado porque alguém, num determinado momento da história do Brasil, utilizou-se dos benefícios de forma indevida. E esse alguém, muito provavelmente, ou vive na Vieira Souto, ou vive hoje num dos condomínios mais ricos do Estado de São Paulo, enquanto a Mara, o José, o Antônio e o Raimundo continuam matando pium, contraindo malária, pegando dengue no interior da Amazônia, e os outros estão no ar-condicionado e no tapete vermelho, andando em Boeings e em jatos executivos.

É essa mudança que nós precisamos ouvir com relação à SAC. Ou nós temos um plano de integração e inclusão com uma proposta de benefícios e de subsídios, subsídios esses que não podem ser apenas ditos, como foi dito pelo representante das grandes empresas numa reunião a que V. S^a estava presente, na Comissão de Meio Ambiente e Controle. Ali, o representante das empresas disse: “Não, é porque o Brasil tem o combustível aéreo mais caro do mundo.” Eu disse: Poxa, pode ser até verdade, mas o Brasil também tem o pior atendimento nas empresas da aviação civil.

O espaço que temos para ao passageiro dentro da aeronave no Brasil é o espaço por centímetro quadrado mais caro que o mundo paga e, no entanto, as tarifas aéreas brasileiras diminuíram. E diminuíram na média, porque todos os senhores sabem que, se não comprar a tarifa na promoção, na nossa região, na região amazônica...

O Senador Jorge Viana chegou ao ponto de apresentar uma carta, na última reunião, em que ele, como Senador da República, comprando uma passagem para ir a Rio Branco, cobraram, Brasília/Rio Branco/Brasília, R\$6.600,00. Em qualquer Senado da República de qualquer país, isso já era motivo de fazer uma comissão parlamentar de inquérito. No Brasil, ficamos no requerimento, ficamos no ofício, ficamos no protesto. Enquanto isso, brasileiros que não têm a voz do Senador continuam respondendo sobre isso.

Então, qual é o plano, qual é o programa que a Secretaria de Aviação Civil tem para a inclusão e subsídio da aviação nas regiões isoladas do Brasil? Precisamos saber qual é o plano, qual é o programa e quando ele vai ser implementado. Isso para nós, talvez, seja tão ou mais importante do que resolver os problemas que naturalmente estão se resolvendo. Porque, onde tem o

tapete vermelho, onde tem o holofote do Jornal Nacional, onde tem o holofote do telejornal, etc., a Infraero se mobiliza, a ANAC se mobiliza, a SAC se mobiliza, os governos se mobilizam. Mas onde está a Maria, o Antonio e o José, lá no final da Amazônia, não temos essa mobilização.

Então, a segunda pergunta é: Qual é o plano de integração, de inclusão, de subsídio para a política aeroviária brasileira na aviação civil que possa incluir as questões regionais efetivamente?

Quais são os aeroportos polos nessas regiões? Como foram definidos os aeroportos polos? Quais os planos de alternativa de voo? E aí entra um aspecto importante: hoje, para você fazer uma alternativa de voo no Estado do Amazonas, não temos um aeroporto alternativo, Sr. Presidente, durante a noite, no Amazonas. Se V. Ex^a estiver voando de Brasília para Manaus e, porventura, o Aeroporto Eduardo Gomes estiver fechado, com certeza o Ponta Pelada estará fechado, porque a distância de um para o outro é praticamente nenhuma – obviamente, ambos estarão fechados, em 98% das vezes os dois estão fechados –, V. Ex^a terá que alternar ou para Boa Vista, no Estado de Roraima, ou para Santarém, no Estado do Pará, ou talvez para Belém do Pará, ou para Rondônia, em Porto Velho. Se a aeronave de V. Ex^a não tiver combustível, que Deus o ajude. Como Deus não lhe deu asas, vai ficar difícil.

Essa é a realidade de quem voa para aquela região e para quem voa na aviação geral, que é muito pior do que a aviação civil comercial.

Portanto, qual é o plano para que tenhamos melhores alternativas de voo e de aeródromos de segurança para a Amazônia e para o Amazonas?

Por fim, para não me estender, a pergunta é: qual é o estudo para a promoção de algo que me pareceu inclusive extremamente interessante, colocado também pelo nosso professor, com relação à regulamentação adequada para cada tipo de serviço da aviação? É preciso que, no planejamento geral da aviação civil, tenhamos uma regulamentação adequada para cada tipo de serviço. Até porque, em determinado tipo de serviço, o Brasil já se tornou o segundo maior do mundo. Por exemplo, em rotas de helicópteros em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, temos uma frequência de voo quase igual ou maior do que cidades como Nova Iorque e outras cidades de países desenvolvidos.

Portanto, qual é, hoje, a política e a regulamentação adequadas para cada tipo de serviço que, hoje, a SAC tem pela frente?

Eu me reservo, Sr. Presidente, na qualidade de relator, para que, no final das exposições e das indagações dos demais Senadores, se eu tiver alguma pergunta a fazer, eu possa formulá-la aos senhores

convidados. Aproveito, desde já, para dizer que tenho acompanhado as apresentações do Rogério e do Juliano, sempre dedicados, são pessoas jovens que representam o futuro deste País. Sempre me entusiasmo quando vejo jovens ocupando já cargos de comando, porque acho que é na juventude que temos a ousadia e a coragem de enfrentar grandes desafios. Mas é também na juventude que temos que ter a intrepidez de não nos acomodar diante de determinadas situações.

Portanto, quero aqui fazer uma ressalva de que todas essas colocações críticas, ácidas, não são em relação às pessoas do Rogério e do Juliano. Ao contrário. Acho até que a Presidenta Dilma tomou uma decisão importante ao criar a SAC e tirar da Infraero e da ANAC a discussão específica como estava sendo feita. Mas também creio que essa colocação de que, na estruturação da ANAC, talvez uma das questões apresentadas no relatório final seja a da reestruturação da SAC, para melhor atender à política de aviação civil no Brasil.

Por fim, antes que esqueça, apenas para perguntar muito provavelmente ao Rogério. Veja: na viação geral, na Região Amazônica há um pleito com relação ao fechamento dos escritórios da ANAC, que lamentavelmente trouxe mais problemas e mais complicações para a aviação geral na nossa região. E tem trazido e acarretado dificuldades burocráticas e aumento do custo operacional de empresas que já têm grandes dificuldades para sobreviver diante da realidade do mercado brasileiro nessa questão. Gostaria de ter também um comentário com relação a isso.

Muito obrigado.

Peço escusas ao Presidente por ter me alongado, mas creio que não fiz nenhuma participação em cada uma das apresentações e o fiz apenas agora, ao cabo das apresentações de todos os senhores e senhoras convidados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Senador Eduardo, nobre Relator, o tempo foi exatamente o necessário para as colocações de V. Ex^a, importantes, inclusive. Muito importantes.

Eu, porém, antes de ceder a palavra ao Vice-Presidente, Senador Vital do Rêgo, quero registrar uma presença ilustre no nosso meio, o Dr. Carlos Modena, auditor do TCU, que aqui se encontra, muito focado também na questão da aviação com relação ao Tribunal de Contas da União.

Quero só dizer ao Juliano e ao Rogério que não se aborçam, não, nem se sintam assim incomodados, porque esta Comissão é bastante técnica. Nós vamos esmiuçar tudo. E, ao final, no planejamento, nós vamos oferecer várias legislações em cada... Por exemplo, temos um problema seriíssimo em relação à carga de

trabalho. Ela é geral. E o aviador de companhia não pode ter a mesma carga ou horário de trabalho que outro de táxi aéreo ou de helicóptero. Então, temos que ter legislações específicas nessa área de trabalho.

Ao final, queremos efetivamente, todos nós, contribuir com o nosso País e com o Governo, naturalmente, da nossa Presidenta Dilma.

Com a palavra, o eminente Vice-Presidente, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Seu copiloto, Senador Vicentinho.

Srs. representantes da SAC, da Presidência da República, Professor Espírito Santo, aqui presente, primeiro quero fazer minhas as palavras do meu queridíssimo Relator, Eduardo Braga. Eu poderia ficar aqui calado, mas a paixão que tenho pelo assunto me move. Num dia de quarta-feira, eu, pelo menos, tenho de estar presente em cinco comissões na Casa. Tenho de me multiplicar. E somente a um homem Deus deu esse dom da onipresença. Ele esteve conosco, e há dois mil anos sentimos saudades dele. Mas fiquei aqui e, daqui a pouquinho, serei chamado na Comissão de Constituição e Justiça para relatar um projeto.

Este é um assunto que nos apaixona. Apaixonou-me como Deputado Federal. Fui presidente da Comissão Parlamentar em Defesa da Aviação Regional. E, hoje, ao lado desse piloto Vicentinho Alves, estamos aqui discutindo talvez como última instância parlamentar legislativa um gargalo de infraestrutura, uma necessidade nacional que se apresenta há muitos anos, e somente agora o Governo da Presidenta Dilma está abraçando, com a criação da SAC, de forma incompleta ainda. Já chegamos a essa conclusão. Mas, com a criação da SAC, estamos dando alguns passos importantes.

Por força desta dificuldade de estar ao mesmo tempo em todos os lugares, fui privado de ouvir Rogério e Juliano. E, de antemão, Senador Vicentinho, eles sabem que essa é nossa obrigação. Embora jovens, estão aqui para representar algo que é prioridade ou deve ser encarado como prioridade nacional. Por nós, do Senado, sim. Espero que pelo Governo também.

Vi nessa apresentação números que me impressionam. Em 1998, transportávamos 50 bilhões de passageiros por ano; em 2010...

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Cinquenta milhões.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Bi.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Não, milhões.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Milhões. Em 2010, 95. Dobrou. Simplesmente dobrou.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Só um esclarecimento: está escrito bilhões porque a métrica aqui é passageiros/quilômetro, de forma que uma linha mais longa conta mais que uma ponte aérea, que é uma métrica comum no setor. Aí é bilhões, mas não é passageiro. É passageiro *versus* quilômetro.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A leitura é a referência porque dobrou; independentemente de milhões, o quantitativo *versus* passageiros/quilômetro dobrou.

No quadro quatro, em 2002, tínhamos uma taxa de ocupação – estou fazendo esta releitura para sedimentar o meu raciocínio. No quadro quatro, tivemos uma taxa de ocupação de 56,8%, taxa de ocupação de aeronaves: 56,8%. Agora, em 2011, 71,6%. Houve um incremento gigantesco de taxa de ocupação de aeronaves.

O quadro dez trata de uma visão geral do transporte aéreo, e eu vejo uma concentração muito forte nas cidades do Sudeste e do Sul do País e absolutamente rara no Nordeste e Norte do País. Eduardo falou agora há pouco.

Esse mesmo quadro se evidencia no *slide* 12. Aí vem a grande constatação da nossa ineficácia. Este quadro 12 é terrível, porque mostra que em 1999, Eduardo, nós tínhamos 182 aeródromos e aeroportos; em 2011, esse número caiu para 130. Quer dizer, com a explosão da demanda, com o crescimento da taxa de ocupação, hoje somos servidos, inversamente proporcional ao crescimento, por 130 aeródromos ou por aeroportos no País. Caíram de 182 para 130. E não houve aumento do número de rotas. Foi o fim do subsídio. Você poderia dizer: caiu o número de sedes, de aeroportos, mas as rotas continuam, não permaneceram 840.

Esse conjunto de quadros que rememorei para os senhores acrescidos ao que o Eduardo falou e pediu de otimização das rotas também está aqui no quadro 12. Vê-se uma concentração completa das rotas no eixo Sul e Sudeste e um deserto lá na região Norte e Nordeste do País. Com esse quadro eu quero já perguntar aos senhores.

O fim do subsídio levou aqueles que lembram muito o almirante daquele navio Costa Cruzeiros italiano a abandonar o mercado, abandonar o barco: na hora em que ele encalhou, ele pulou fora de forma bandida. Essas empresas, com o fim do subsídio, muitas que estavam lucrando de forma irregular, como o Eduardo colocou agora... Pagamos todos nós como resultado disso. Explosão do consumo, custo de passagem. Tem uma equação, e aí, vou pedir, Presidente Vicentinho, que todas as matérias por meio de um despacho de V. Ex^a, todas as matérias alusivas a aviação civil que

correm na CDR, na Comissão de Desenvolvimento Regional, e na Comissão de Meio Ambiente e Controle possam vir a esta comissão em forma informativa para conhecimento do relator.

Aqui várias comissões estão tratando da matéria da aviação regional como – digamos assim – última instância. Não estou preocupado com a Copa nem com as Olimpíadas. Não estou preocupado. Se o que move a mídia, se o que move alguns são os grandes eventos, não estou preocupado com isso; estou preocupado porque há dois anos, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Aviação Regional, estive com o Ministro Nelson Jobim em diversas reuniões tratando de uma matéria que ia ser encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional e nunca veio, que é a reestruturação do setor da aviação civil em geral. Há mais de dois anos cobramos isso aqui. Se os acidentes estão acontecendo, se as coisas estão acontecendo, devemos fazer o *mea culpa*. Imagino que agora, com a presença dos senhores aqui, com a atividade do Senado na discussão dessa tese...

O Senado está muito preocupado com isso, porque hoje nós dependemos, Professor, da aviação. Dependemos dela. Hoje a aviação, para nós, é algo comum, corriqueiro. Não é mais como o sonho do homem do campo da Paraíba que via o avião só no ar. Hoje ele voa. Na semana passada, voei com um homem de 72 anos, que estava voando pela primeira vez. Vi a alegria dele. Lamentavelmente, não estamos preparados para essa explosão do consumo; não estamos. Vivemos num oligopólio irresponsável.

A minha primeira pergunta é: como a SAC vê a presença do capital estrangeiro no País para aprimorar a competitividade?

Da forma como está, não pode continuar. Não somos tratados como cidadãos. O senhor, certamente pelo seu visual, pode até ser, mas pelo meu, não. Somos tratados como mercadoria exploratória por essas duas empresas chamadas TAM e Gol. E veja que nós do Senado somos transportados, via aérea, pelo menos duas vezes por semana. Penso que o Eduardo, como eu, duas vezes por semana. E para o Eduardo é pior, porque ele vai lá para cima, para mais longe ainda. Nós somos, de forma... Não me lembro de um adjetivo agora, mas deixa pra lá. Nós somos maltratados. Somos muito maltratados. Eu queria saber por quê. Por quê? Porque eles navegam em céu de brigadeiro. Eles navegam – repito – em céu de brigadeiro. Não há competitividade. Chegam ao ponto de combinar feirão juntos, de combinar e anunciar feirão juntos, porque não há regulação que possa exprimir competitividade para o setor.

É a primeira pergunta.

O Eduardo colocou, com muita propriedade, que o Fundo Nacional de Aviação Civil, o ex-Profaa, vai administrar algo em torno de 24,5 bilhões. O que é que o Profaa, ou o Fundo, vai fazer para manutenção dos aeródromos? Há 720 aeródromos no Brasil. Dos 720, um sem-número está em situação irregular.

Minha outra subpergunta a essa pergunta é: na composição que votamos aqui, do Fundo, era para instalação; eu quero falar da manutenção desses aeródromos. Há uma superposição de competência e de governança.

O Estado do Amazonas – vi uma matéria nesse sentido – está querendo devolver os aeródromos, as prefeituras estão querendo devolver os aeródromos no Amazonas.

Na Paraíba, nunca vimos um centavo do Profaa para manutenção dos aeródromos, que são muito bons, que interligam o Estado com o Nordeste Inteiro, como Patos, Souza, Cajazeiras e Guarabira. Há aeródromos de que ninguém nem ouviu falar, de passar um técnico do Governo, um técnico das estruturas governamentais antigas, e que operam de forma precária. O prefeito não sabe se é dele, o Estado não aparece para tomar conta, e, simplesmente, ele passa a ser, na visão do Governo, um clandestino, somente visto por GPS. Ali tem uma pista, quando as pessoas se perdem, para pousar ali.

Então, a minha pergunta: Como o fundo vai instrumentalizar essa manutenção desses aeródromos? Como anda esse projeto de que falei? Jobim disse que estava quase pronto, entusiasmado, tinha até um técnico que se chamava Fernando, com quem conversei muito. Era Fernando Soares, até o nome lembro, de tanto conversar com ele. E quando vem?

Eu queria muito ouvir – e depois eu vou pedir cópia dessa reunião – as respostas que os senhores vão abordar na 4ª Secretaria, no que vai ficar para aquilo que os senhores não trouxeram e que o Professor Espírito Santo colocou como uma necessidade.

Também caímos nesse mesmo erro, professor. Minha culpa, minha máxima culpa. Ainda bem que o senhor chegou para abrir os nossos olhos. Caímos também nesse erro, tamanha é a opressão.

Os senhores que estão chegando agora devem ter atenuado as suas responsabilidades, porque é uma represa muito antiga de problemas na aviação em que ninguém se entendia no Brasil. Até a criação da SAC, não se sabia quem era quem, não se sabia o que era competência da Infraero e o que era competência do DAC, era uma salada de siglas e com ineficácia total.

Deixou chegar a 95 milhões de pessoas voando, quase 100 milhões, e começamos a ficar sufocados na aviação comercial, ficarmos esquecidos.

O senhor foi muito verdadeiro, sobre as diversas outras atividades aéreas do Brasil que precisam ser regulamentadas. O que está acontecendo com isso?

Não me refiro ao Professor, não faria isso, estou milhões de anos luz atrás da sua competência. Queria ouvi-los, até para formalizar um novo raciocínio a respeito da matéria.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Primeiro a solicitação do eminente Senador Vital do Rêgo, um amigo, com relação a...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A requerer a transcrição. Desculpe-me, Sr. Presidente. A solicitação foi feita para requerer à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Vamos acrescentar mais.

Solicito ao Secretário Alexandre que, além das audiências públicas, das matérias que acontecem nas audiências públicas do Senado, que acrescentemos também os projetos de lei que tramitam no Senado, para que possam chegar às mãos do nosso relator e de todos os membros desta Comissão.

Ali está presente o nosso Consultor do Senador, Dr. Vítor, que vai trabalhar conosco. É importante, Vítor, o seu contato com o nosso Relator, Senador Eduardo Braga, assim como os demais que estão aí nesse trabalho, que, por intermédio da Biblioteca do Senado, colhamos diariamente as notícias na mídia do País sobre a aviação de um modo geral, para que nos sintonizemos também sobre as notícias do País.

Portanto, essa parte fica com o Dr. Vítor e a outra com o Alexandre.

Vamos ficar bem antenados.

Consulto aos Srs. Senadores, porque aqui está presente o Deputado Grilo, de Minas Gerais, desde o início da nossa reunião e fez uma solicitação a esta Presidência para fazer uso da palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Deixe-o falar. Um grilo falante. Não podemos deixá-lo sem falar.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – O Relator, Senador Eduardo, está de acordo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Portanto, Deputado Grilo, V. Ex^a tem a palavra.

O ano está avançando, os Senadores têm que se ausentar. Quanto tempo? Cinco minutos? Dez minutos?

O SR. RODRIGO GRILO (PSL – MG) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Pois não. Fique à vontade.

O SR. RODRIGO GRILO (PSL – MG) – Na Câmara, nós somos mais breves. Boa tarde a todos, boa tarde, Sr. Presidente Vicentinho Alves, boa tarde, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores presentes, aos ouvintes da Rádio Senado, aos Telespectadores da TV Senado, boa tarde.

Pedi essa concessão até porque é um tema que acompanhamos durante um longo tempo. Sou de Minas Gerais e advogo para o Sindicato Nacional dos Aeroviários desde o ano 2000. Advoguei até praticamente a data que tomei posse aqui na Câmara dos Deputados. Olhamos com preocupação toda essa discussão do setor aéreo. Quando começamos a discutir isso, trazemos as experiências pessoais que temos. O Senador, agora há pouco, deixou claro que, quando chega a Brasília, espera 40 minutos para que a bagagem chegue até ele. E aí pedimos licença para fazer exatamente esse questionamento: qual é a política pública para os trabalhadores que estão ali prestando seu serviço? No caso, percebemos que houve uma terceirização.

Quando falamos em aviação, muitas vezes pensamos só nas duas grandes empresas e esquecemos o que é que foi feito de fato. Essas empresas criaram as terceirizadas, e essas terceirizadas, esses trabalhadores ficam à margem da legislação, ou buscam ficar à margem da legislação, prejudicando os direitos adquiridos pelos trabalhadores.

E aí vem um segundo questionamento: qual é a participação dos trabalhadores na elaboração dessas políticas públicas? Eu questiono: os aeroviários estão sendo ouvidos na elaboração das definições do que é que vai ser feito? Os aeroportuários também estão sendo ouvidos? Qual é a participação dos aeroviários na ANAC? Qual é a participação deles, de quem vive o problema? Nós questionamos isso.

Será que vamos continuar admitindo que, na aviação, um trabalhador que presta serviço, que carrega a bagagem não seja tratado como aeroviário? Esses trabalhadores das empresas terceirizadas, qual é a política de Governo com relação a eles? Será que vamos continuar admitindo isso? E quando ouvimos essa discussão aqui, até nos questionamos: quantos aeroportos existem no Brasil? Porque, quando ouvimos isso aqui, parece que existem, no máximo, dez aeroportos no Brasil e, quando vamos pesquisar, realmente, o que acontece, ficamos espantados com a falta de discussão com relação aos aeródromos e aos aeroportos, nas pequenas cidades.

Eu sou de Minas, como eu disse anteriormente, e ficamos questionando: qual é a política pública para cidades do interior? Em Governador Valadares,

Juiz de Fora, rotineiramente não conseguimos descer nessas cidades exatamente por condições climáticas e por falta de instrumentos. Quer dizer, qual foi o investimento nesses aeroportos? E aí vem até um outro questionamento: e as outras cidades? Outro dia, eu estava na cidade de Formiga – tem um aeródromo lá, é uma cidade de aproximadamente 70 mil habitantes –, que merecia ter um tratamento diferenciado. E qual é a visão para essa cidade? Quando desci nessa cidade, tivemos um problema: voou uma pedra e amassou a aeronave.

E quem acompanha isso? O que estamos fazendo para reduzir esses problemas? Aí vem essa questão. O aumento no número de acidentes será que não é pela falta de investimento? Isso quando estamos falando de Minas Gerais. Aí vamos questionar: e lá no Amazonas? Aí eu questiono: e se estivermos dentro desse voo, chegarmos à cidade de Manaus, e, se não houver teto, ficarmos nessa situação? O que vamos fazer? Acho que temos de começar a pensar e realmente mudar essa visão da aviação.

Uma coisa que nos preocupa muito... Quando o Dr. Juliano estava fazendo sua explanação, ele apontou as ações que estão em andamento e, entre essas ações, colocou as prioridades estaduais e federais e a definição dos aeroportos que serão contemplados no Plano de Investimento de 2012. Aí questionamos: ainda não está pronto o que vai ser feito em 2012? Já não deveríamos estar olhando para o próximo ano? Quando isso será definido? Enquanto isso, estamos arriscando nossas vidas, a vida de nossas famílias, por uma falta de investimento e por uma falta de política pública para o setor. É o que vemos realmente. E eu questiono, até com relação aos aeroviários – uma categoria que sempre acompanhei –, o Decreto 1.232, de 1962. O que estamos fazendo para atualizar e trazer à realidade de hoje? Vai mais este questionamento: qual é a posição do Governo com relação aos trabalhadores? Não podemos esquecer que, quando se fala de aviação, não se fala apenas dos aeronautas, há outras categorias envolvidas. Então, quando tratamos desse assunto, temos de tratar da carga horária dos aeroviários, dos aeroportuários, temos de ver todos os fatores e as pessoas que estão envolvidos nesse problema. Por fim, vai aquele questionamento... Dr. Juliano, mais de uma vez, falou que houve um ganho médio de 28 passageiros a mais por hora. Foi uma constatação... E aí questionamos: e a qualidade? Como fica a qualidade e o atendimento para esse passageiro? O que vemos é um grande descaso dessas empresas e uma inércia de quem deveria fiscalizar isso. Acho que é um desrespeito! Muitas vezes, até a forma como as empresas nos tratam quando cancelam voos do

nada e sem explicação alguma, quando adquirimos uma passagem de uma empresa e ela manda para a outra, sem nenhum respeito com o passageiro. Penso que são fatores que precisam ser verificados. Fica esse questionamento de qual será a participação do trabalhador na elaboração dessas políticas públicas.

Agradeço a compreensão. Peço desculpas, porque muitas vezes não usamos os termos técnicos adequados, e agradeço ao Senador Vicentinho Alves por essa deferência de me permitir participar desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Parabéns, Deputado Grilo. V. Ex^a demonstrou conhecimento e muita competência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, apenas para acrescentar, gostaria de ouvir um pouco a respeito do passageiro portador de necessidades especiais, com relação à aviação civil.

Se um passageiro precisa embarcar ou desembarcar em cadeiras de rodas, fora do *finger* – e isso acontece inúmeras vezes, principalmente nos voos que chegam do norte e nordeste nos grandes aeroportos. Não sei se Rogério ou Juliano já tiveram a oportunidade de ver o desembarque ou o embarque em cadeira de rodas fora do *finger*. Se já tiveram oportunidade de ver, é uma das coisas mais desumanas que se vê hoje em uma aviação dita moderna. Portanto, gostaria de ouvir alguma com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Bom... Como eu serei o último a colocar os questionamentos, antes, Senador Eduardo, nobre Relator, quero sugerir, já em razão e em função da fala do Deputado Grilo, que V. Ex^a apresente na próxima reunião desta Subcomissão um requerimento para que possamos acrescentar também uma audiência pública com os aeroviários, porque temos com o Sindicato Nacional dos Aeronautas, que está aqui na décima primeira, que também acrescente para ouvirmos os aeroviários de forma específica.

Mas quero aqui dizer também que, se a Secretaria de Aviação Civil, que se propõe a ser a grande coordenadora do processo de aviação, quiser participar como membro, pelo menos para ouvir, para estar presente em todas essas audiências públicas que virão pela frente, acho importante, ouviu Juliano? É importante, porque vocês também vão observando cada segmento da aviação que vamos ouvir através de audiência pública.

É importante registrar – eu, como aviador, com mais de 30 anos que voo, sou piloto, filho de aviador, já perdi um irmão em aviação, exerci a profissão na Amazônia por muitos anos e tenho um relacionamento fantástico com os aviadores deste País – que não

é normal o que está ocorrendo com o volume de acidentes aéreos, principalmente na região Norte do País.

Por exemplo, no dia 25 de fevereiro, ocorreu um acidente lá no Estado do Amazonas, do Senador Eduardo Braga. O piloto Diego e o passageiro Wesley, de 20 anos, sobreviveram; não houve morte, mas houve o acidente.

No Pará, apenas no mês de fevereiro deste ano, quatro acidentes com aeronaves foram registrados; no total, sete pessoas morreram em dois acidentes; os outros dois tiveram apenas ferimentos.

No dia 8 de fevereiro, um bimotor King Air PT-AFD, caiu na Baía do Guajará, com quatro pessoas a bordo. Todas sobreviveram; mas foi um acidente. Porque às vezes são acidentes que não foram noticiados pela mídia por não terem tido mortos.

No dia 16 de fevereiro, os ocupantes de outro bimotor não tiveram a mesma sorte. O avião bimotor modelo Baron, de prefixo PT-LOU, caiu a poucos metros da pista do aeroporto de Cametá, nordeste paraense. A aeronave fazia transporte de valores. No avião estavam Eduardo da Silva Campos, de 52 anos – quase da minha idade – piloto de aeronave; Carlos Eduardo Arruda, 42 anos, copiloto; Antônio Maia da Cunha e Deminedson Monteiro Barbosa, seguranças da Prosegur. Todos morreram.

No dia 22 deste mês, um helicóptero de patrulhamento do grupo aéreo do Pará fez um pouso forçado em um terreno na rodovia BR-316, próximo à alça viária. Quatro pessoas estavam a bordo da aeronave, entre eles o delegado da Polícia Civil Éder Mauro; uma vítima ficou ferida.

Mais acidentes. Isso o que nos chega bem recentemente.

No último sábado, 25, o Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos registrou o desaparecimento de um avião. Segundo informações do órgão, a aeronave teria saído do Aeroporto Brigadeiro Protásio de Oliveira, aeroclube, em Belém, pela manhã, e foi encontrada destruída pouco tempo depois. Os três ocupantes do avião, Deputado Alessandro Novelino, o piloto Roberto Figueiredo e o assessor parlamentar Augusto dos Santos, todos morreram na hora.

Mais recentemente, no Piauí, o piloto maranhense Eduardo Buick morreu agora, dia 6, quando voava da cidade de Teresina para a cidade de Paranaguá, ambas no Piauí. Morreram ainda o ex-Deputado e ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Xavier Neto, e o Conselheiro Substituto, Jaime Amorim Júnior. O avião monomotor explodiu.

Portanto, a aviação não é para isso. Alguma coisa está errada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para complementar, houve mais um acidente no Estado do Amazonas, desta feita na cidade de Manaus, num Caravan, e lamentavelmente o piloto veio a falecer. Portanto, além dos já mencionados, mais esse.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Precisamos – ouviu, Rogério? – a Secretaria de Aviação Civil precisa efetivamente cuidar da aviação como um todo. Como disseram aqui o respeitado Prof. Respício e os Senadores – esse é um propósito dos senhores –, precisamos melhorar isso. Esta Subcomissão haverá de contribuir nesse sentido.

Agora vão as nossas perguntas.

As nossas perguntas são bastantes técnicas, talvez V. S^{as} – o Juliano e o Rogério – não tenham condições de responder de imediato. Não se constriam. Depois, façam por escrito. Porque às vezes são perguntas que dizem respeito a outro setor que não o de vocês, viu Rogério? Então, fique à vontade. Não se sinta na condição de responder de imediato. Depois, faça por escrito, que me dou por satisfeito.

Considerando que a frota de aviação geral opera mais de 12 mil aeronaves, sendo 1.379 executivas – que é uma das preocupações inclusive do Professor –, movidas a turbina ou não, que operam em 3.500 aeródromos brasileiros, comparados a 130 servidos por Unitas, eu queria perguntar o seguinte: aeronaves regulares, como fomentar o desenvolvimento econômico que a aviação geral propicia? Que política pública da SAC já foi colocada com relação a esse crescimento da aviação? Quais são exatamente essas políticas públicas para o setor da aviação voltada, primeiro, à aviação geral? Porque vimos aqui apenas exposição sobre aeroportos. Só sobre aeroportos. Não vimos, como disse o Professor Respício, nada além disso. E precisamos tratar da aviação num contexto geral. Portanto, o que a Secretaria de Aviação Civil tem para nos dizer, real e tecnicamente, sobre a aviação geral? Sobre a aviação de táxis aéreos?

Para vocês terem uma ideia, Juliano e Rogério, um proprietário de táxi aéreo, para cuidar de seus assuntos de Santarém, tem que se dirigir sabe aonde? Ao Rio de Janeiro. O que trabalha com seu táxi aéreo em Marabá tem que ir a São Paulo. Ao lado de Marabá, em Imperatriz, tem que ir a Recife. Ora, olha a falta de presença da ANAC nessa... Por que não, no Amazonas, Belém ou Manaus? No Nordeste, Recife; no Centro-Oeste, Brasília; no Sudeste, São Paulo; no Sul, Porto Alegre? Como era antes. Baralharam tudo. Você já imaginou a falta de presença de fiscalização, de pessoal? Se eu tenho um táxi aéreo em Santarém, eu tenho que me deslocar. Às vezes, eu nem sei ir

até lá. Dificultou tudo neste País. Então, precisamos reordenar isso.

Com relação às políticas públicas para a aviação de helicópteros, de asas rotativas, o que a Secretaria efetivamente tem a nos dizer sobre isso? Aviação experimental, que é uma realidade em nosso País? Ocupa espaço aéreo, ocupa pista. Nós precisamos tratar desse assunto. Aviação agrícola, o agronegócio, como disse o Professor... Aliás, parece que minhas perguntas foram elaboradas pelo Professor Respício, assim como pelos colegas Senadores e pelos que participaram. Todos nós queremos saber sobre aviação agrícola, sobre a questão de manutenção de aeronaves, sobre a formação de mão de obra. Ora, no Brasil, eu costumo dizer que se nós temos dois assuntos em que somos craques, um é o futebol e o outro são os aviadores. Os aviadores do Brasil são os melhores do mundo, Senador Eduardo. Precisamos, efetivamente... Por que não o Fies para atender a juventude, formar aviadores que entrarão nesse mercado aquecido, e nós pararmos de falar em importar mão de obra neste País? Precisamos incentivar nossos jovens a se formarem e serem bons aviadores. O que nós temos para os nossos pilotos, para facilitar a vida dos pilotos? A ANAC está fechando, segundo o Senador Eduardo, nosso Relator, postos de atendimento para facilitar a vida dos nossos pilotos.

Com relação aos nossos mecânicos, que também fazem parte do contexto? Com relação aos comissários? Com relação aos controladores? Com relação aos gestores? Com relação aos aeroviários? Com relação à indústria aeronáutica propriamente dita? Precisamos verificar tudo isso, sobre a Embraer, sobre a indústria paulista de aeronáutica, etc. Nós temos também em Feira de Santana a Paradise, que é uma indústria aeronáutica. Nós precisamos ouvir sobre isso, o que a SAC tem nesse contexto todo. Nós precisamos ouvir da SAC sobre os aeronautas, sobre os aeroviários, sobre os aeroportuários...

Precisamos ouvir também da SAC – por isso que eu digo, são perguntas técnicas, complexas e que, talvez, os senhores, hoje, não tenham condições de responder de pronto, mas, fico satisfeito, em seguida – também com relação ao desenvolvimento da malha aeroportuária, criação e ampliação de aerovias, a implantação do sistema de navegação via satélite, etc.

Precisamos falar sobre linhas aéreas regulares, o que tem efetivamente para nos colocar.

Aeroportos, nós já estamos satisfeitos na explanação, mas, agora, precisamos ampliar tudo isso.

Quero fazer outra pergunta: como a SAC tem se preparado para combater e fiscalizar o que tem sido considerado a desnacionalização da indústria da aviação? O que vem ocorrendo com o caso da LAN Chi-

le/TAM, Latam, onde empresas têm alterado as suas sedes para adquirirem benefícios de ordem tributária, e mesmo trabalhista, em outros países. O que a SAC está fazendo para evitarmos essa situação? Essas parcerias nada mais estão do que correndo da carga tributária brasileira para buscar lá e termina, inclusive, ao final, tirando a mão de obra nacional.

Outra pergunta: qual a posição da SAC quanto a política de céus abertos, como já foi até ventilado aqui, que vem sendo aprimorada pela organização da aviação civil internacional desde a década de 40, 50, e que prevê a abertura comercial dos céus? Isso implicaria, no caso, a possibilidade de empresas estrangeiras – como já foi colocado – estabelecerem a quantidade de operações que pretendem empreender para o Brasil, ou mesmo a situação da liberação de uma navegação de cabotagem na qual as empresas estrangeiras realizariam vôos entre cidades brasileiras para o transporte de passageiros. Isso quer dizer o seguinte: uma empresa internacional vir ao Brasil e passar a executar, inclusive, vôo doméstico. O que a SAC tem, efetivamente, nesse sentido?

A Secretaria vem acompanhando a tramitação do PL nº 6961, de 2010, que trata da alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica? É uma pergunta.

Quais são as perspectivas para o cenário da aviação brasileira nos próximos dez ou 20 anos? Se a Secretaria já tem, além da questão dos aeroportos, incluído tudo isso.

Outra pergunta: em uma cidade como Los Angeles, do porte de São Paulo, operam mais de 20 aeroportos e, em Miami, seis grandes aeroportos. Quantos aeroportos serão criados nas próximas décadas? Porque estamos falando muito dessa questão dos leilões, etc., mas isso é muito pouco para o crescimento do País. O País estava avançando de forma fantástica na economia. Então, haverá aeroportos apenas concessionados ou poderão existir terminais de passageiros 100% privados? Qual é a política da ANAC nesse sentido para o futuro? Porque daqui a alguns dias São Paulo vai precisar de muito mais aeroportos; Brasília, etc.

Como a Secretaria orienta os trabalhos da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil? Logo em seguida vou fazer uma colocação em relação ao Tocantins, e aí é importante isto tudo.

Outra pergunta: quais são as atribuições exclusivas da Secretaria da Aviação Civil, da ANAC, da Infraero? Porque nos parece que há sobreposições de responsabilidades, e às vezes a gente questiona a ANAC e ela diz: “olha, falta uma legislação clara.”

Portanto, vamos apresentar a legislação clara, logo este ano ainda, ao final; o relator, o vice-presidente e os demais membros. Então, precisamos contribuir

nesse sentido, claramente a função de cada instituição. Por exemplo, outra pergunta: a Secretaria tem estimulado os Estados a elaborar seus planos aeroviários? Foi colocado aqui até de forma superficial, mas precisamos avançar muito nesse sentido.

Vou dar o exemplo do Tocantins. No Tocantins temos, se não me engano, cinco aeroportos homologados. São cinco aeroportos, são 139 cidades. O avião vai sair de Palmas para a região Sudeste, aí ele faz um plano, Senador Vital e Senador Eduardo, para a cidade de Indianópolis, em que é homologado, e não vai para lá, ele vai para Arraias, ele vai para Taguatinga, ele vai para Combinado. Se, Deus o livre, acontece um acidente, o serviço de salvamento vai lá para Indianópolis, que é o que está no plano de voo.

Vou dar outro exemplo. Um amigo nosso, avião, fez um plano para Quirinópolis, e deu uma carona para um amigo dele. O amigo dele pegou o celular, ligou em Quirinópolis, "olha, vou chegar aí no aeroporto, vocês me recebem e tal", fez aquela festa. O plano era para Quirinópolis, mas ele foi lá para Britânia, em que não era homologado. Chegaram ao aeroporto os parentes, os amigos, e cadê o passageiro ilustre? Acionaram, e foi aquela confusão.

Então, precisamos de um plano estadual, como disse o Senador Eduardo Braga.

Precisamos de um aeroporto alternativo para Manaus. Essa preocupação é prioritária, até porque a distância do voo sem escala para lá já consome muito combustível, e a Amazônia, às vezes, fecha rápido, é uma região de muita CB, muita térmica. Portanto, precisamos ter todo esse cuidado.

Estamos com um problema, Juliano e Rogério, e aí é com relação ao Aeroporto de Araguaína. Vou cuidar aqui da minha paróquia. Há um bom tempo o aeroporto já foi reformado; foi feito um laudo da reforma; o 6º Comar já aprovou a reforma da pista, do estacionamento e da estação de passageiro, o Governo do Estado cumpriu direitinho. O 6º Comar aprovou. A ANAC, não. Quem está certo? O 6º Comar, que é especialista, é a aeronáutica, ou a ANAC? O que a ANAC está exigindo? Está exigindo que lá se faça *groove*, aquelas ranhuras na pista. Ora, numa cidade em que às vezes a temperatura dá mais de 40º, 50º, vai virar quebra-molas.

Quer dizer, cada região do País tem uma forma específica de construir aeroportos, e Araguaína, depois de Palmas, é a cidade primeira na economia do Estado, é importantíssima. Lá, opera a Trip, lá opera a Sete, lá opera a Passaredo. E o aeroporto está fechado há mais de quatro, cinco meses. Pensem o caos que está lá! E está pronto.

Agora, há as exigências da burocracia da ANAC, que não afeta na questão da segurança de voo. Garanto aos senhores que lá não existe nem um terço do problema do aeroporto do Acre e do Rio Branco, em que afunda a pista, inclusive, e está liberado, através de um Notam.

Quer dizer, nós precisamos resolver, é urgente esse problema. O 6º Comar aprovou. Se a ANAC exige mais outro assunto, que libere com restrições, através de um Notam, mas que não cometa esse absurdo, porque tudo que foi colocado para o Governo do Estado, a empresa contratada realizou. Agora, há mais exigências. Eles não compreendem a sintonia com uma cidade importante no Estado. É como se em Goiás fechasse um aeroporto... Em Goiás, há o aeroporto de Goiânia, e temos Anápolis, por exemplo. Quer dizer, não pode ocorrer isso. Já estivemos "n" vezes na ANAC, e o 6º Comar aprovou a reforma.

Você entendeu, Juliano? Cuide com atenção, com carinho disso aí! Isso está afligindo a todos nós, tocantinenses. Libere, através de Notam, com restrições, mas que libere. Já foi feito. Agora, exigir *groove*, ranhuras, em Araguaína, cidade em que às vezes dá 50º de calor? Vai desmanchar tudo... Nunca vi exigência dessa forma. Não há restrição de cabeceira, como Congonhas. Então, cada caso é um caso, não é verdade? Exigir *groove* em Araguaína?! Para com isso! Não tem sentido.

Então, eu quero transmitir isso aqui. Ontem, eu tentei falar com o Diretor Marcelo Guaranis, nosso amigo, mas não nos atendeu. Eu ia dizer a ele: "Não faça isso, Marcelo, a reforma está pronta, o aeroporto é importante para o Estado. É um Estado, é uma região...se você vir o caos, é a associação comercial se articulando, é maçonaria, é todo mundo! Então, o Notam libera com restrição e eu espero que a Secretaria superior à ANAC tome essas providências e ouça o 6º Comar, a qual inclusive estamos subordinados a região de Tocantins, nosso Estado.

Portanto, com essas considerações, encerro os meus questionamentos, agradecendo, antes da conclusão, a presença dos senhores, do Prof. Respício.

Na próxima segunda-feira, por solicitação do relator, nós vamos ter a ANAC e teremos o contraponto com o comandante Sucupira, que também é um conhecedor.

Então, em cada audiência pública, vamos ter um contraponto no porte do Prof. Respício, um craque.

Na próxima reunião, Senador Eduardo, Relator; Senador Vital, nosso Vice-Presidente; e demais membros, nós vamos ter o Diretor Cláudio Passos, diretor de aeronavegabilidade da ANAC; o Araripe Sucupira, Presidente da Associação dos Pilotos e Proprietários

de Aeronaves e Vice-Presidente da International Council of Aircraft Owner and Pilots Associations.

De agora em diante, as nossas reuniões ocorreram sempre às segundas-feiras. Hoje foi em caráter excepcional, até atrapalharmos a agenda do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, o Senador Eduardo, mas foi em função dos nossos amigos da Secretaria. O Rogério e o Juliano só poderiam estar aqui na data de hoje. O Tribunal de Contas da União sempre que puder estar presente vai ser uma honra e um prazer. Da mesma forma o Prof. Respício. Nós não vamos sumir daqui para a frente, vamos somar, acho que você tem muito a contribuir com o nosso relator, não é Senador Eduardo? Prof. Respício, um bom conselheiro. Prof. Georges é outra sumidade na área de aviação, conhecedor profundo e que tem nos ajudado muito e a quem sou muito grato. Assim também como os consultores e toda a equipe, os secretários da Comissão de Infraestrutura, comandados pelo amigo Alexandre.

Então, os senhores estão à vontade para responder aos questionamentos que forem possíveis e os que não forem, depois...

Alexandre, depois das notas taquigráficas prontas, sempre vamos usar como regra distribuir para os palestrantes – isso depois de três, quatro dias –, os Senadores, o relator e vai estar aberto no *site* da Subcomissão... ou é da Comissão? Vai ser publicado no *site* da Subcomissão e todos terão acesso às notas taquigráficas de cada audiência pública.

Vamos começar com o Rogério. Pois não.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Em primeiro lugar, ainda nas preliminares, eu acho que foi feita ressalva a todas as críticas e acho que não é necessário. Acho que ninguém vem aqui com a pretensão de não receber críticas. Uma das grandes funções é receber críticas e aprimorar com isso. É receber alguns *inputs*, alguns anseios, tanto aqui como na Câmara, as duas Casas legislativas que representam o povo brasileiro. É muito ouvindo os Parlamentares que a gente consegue aprimorar e ter uma sensibilidade às vezes maior do que é mais importante ou não, do que é prioritário ou não.

Complementando, a aviação civil, como foi falado aqui desde o professor Respício e todos os Senadores que o seguiram, é um universo muito grande, então, é um grande desafio quando recebemos convite para uma audiência pública, seja aqui no Senado, seja na Câmara dos Deputados, é montar uma apresentação pensando: qual será que é o foco? Já que não dá para falar da Aviação Civil inteira, qual será o foco de atenção? Isso varia ao longo do tempo, naturalmente, dependendo da conjuntura tem uma prioridade ou

outra. Então, até peço desculpas por alguns pontos que são atenção de preocupação, poderiam ter sido mais focados e não foram, mas vou tentar, na medida do possível, do que conseguir esclarecer aqui agora, fazer alguns esclarecimentos, tentando, ao mesmo tempo, não me imiscuir nas competências da ANAC – que é agência reguladora independente e, principalmente nessas questões de segurança, tem um papel muito próprio e precisa ter uma certa independência preservada – e também, sem tentar entrar na área de responsabilidade da Secretaria de Aeroportos, que o Juliano, acho que na sequência, vai tentar também, da mesma forma, trazer alguns esclarecimentos.

Então, vou tentar sintetizar aqui o que entendo que foram as principais colocações. Acho que a primeira, se fosse para sintetizar a minha leitura da manifestação do professor Respício, foi uma questão de qual abrangência está sendo dada para a atuação da SAC. Está muito focada na avaliação que foi feita no chamado tapete vermelho da aviação, que tem maior foco, maior repercussão na vida de passageiros de transporte aéreo regular, repercussão de mídia, enfim. Realmente, é inegável que essa é uma área de foco e, na apresentação, com certeza, isso foi mais área de foco do que isso se demonstra na realidade.

Também não tenho a pretensão de dizer que o professor Respício está equivocado e que todas essas áreas citadas recebem atenção da política pública da mesma forma que outras. Acho que é uma agenda que está em construção. Há algumas outras ações, sim, em curso, vou tentar falar de algumas delas aqui. Outras coisas realmente a gente está devendo e tem que correr atrás do prejuízo. Acho que, para citar um exemplo, a gente tem um histórico no Brasil – e aí não estou falando de algum órgão ou setor específico – de que intermodalidade é uma deficiência, o Governo nunca, historicamente, tem um passado de olhar com a devida atenção para intermodalidade, é uma agenda da qual estamos tentando começar a correr atrás agora. Estamos entrando em alguns fóruns específicos voltados para tratar intermodalidade no âmbito do Ministério dos Transportes e a SAC está começando a entrar nesses fóruns para trazer essa discussão junto, tentando entrar nessa discussão enquanto se discute trem de alta velocidade, de que forma isso precisa interagir com política pública para aeroportos, rodovias, acesso viário, estacionamento, todas essas questões. Mas, antes de tudo, apesar de estamos correndo atrás, o reconhecimento de que temos um passivo de não dar a devida atenção para intermodalidade.

Parte de capacitação, foi uma parte muito citada. Essa tem sido um dos principais focos da Secretaria de Aviação Civil. É uma pena que hoje a Clarice, que

é a Secretária de Navegação, área responsável por tocar esse projeto de capacitação de recursos humanos, não esteja aqui. Talvez numa outra oportunidade seja aberta essa discussão específica de capacitação.

Existe um projeto bastante grande. Uma das coisas que com certeza estarão presentes na fala do Juliano é que com a mudança do escopo de recursos para investir que a SAC tem disponível, que antes era o Profaa, que era um recurso que, por lei, era de certa forma, carimbado para investimento, infraestrutura, algumas coisas bem específicas e não abria algumas possibilidades mais amplas, como formação e capacitação de recursos humanos, com a MP 551, que trouxe para o Fundo esses outros recursos, aumentou-se também o escopo e uma das principais prioridades está sendo desenvolvida na SAC, por conta dessa terceira Secretaria – por assim dizer – é uma política de formação e capacitação de recursos humanos. Aí, não tenho como entrar demais nos detalhes, não é a pasta da qual cuido, mas acho que numa eventual convocação para discutir esse tema especificamente, acho que seria um prazer estar aqui para discutir isso.

Há outros pontos citados bastante recorrentes. Um foi citado na fala do Prof. Respício, sendo praticamente um ponto de unanimidade na fala dos Senadores. Concorde com todos e sou testemunha de que isso não é uma cobrança de hoje. O Senado Federal, há muito tempo, tem uma preocupação específica com a aviação regional. Esse é outro ponto que, apesar de não ter sido diretamente o foco da minha apresentação, apesar de eu ter trazido vários números de diagnóstico de como esse setor vem-se desenvolvendo, tem sido um foco bastante prioritário para nós, na SAC. Por mais que tenhamos vivido, nos últimos meses,... A SAC, uma Secretaria ainda se estruturando, sem carreira própria, contratando pessoal, já nasceu com muita cobrança, o que tem um lado ruim, mas, no fim das contas, creio que a cobrança nos impulsiona a conseguir dar maior atenção para esses setores. Uma cobrança muito forte e que tem ganhado uma expressão bastante relevante dentro da SAC e na própria Presidência da República é a questão da aviação regional.

Então, por mais que tenha havido esse foco por parte da minha Secretaria, especificamente na estruturação dessas concessões, uma das três diretorias existentes lá tem como principal atribuição... Inclusive foi mencionado um histórico de discussões com o Dr. Fernando Soares, que, na época, trabalhava na Secretaria de Aviação Civil no Ministério da Defesa. Muita gente estava nessas discussões, a equipe que hoje está lá executando esse trabalho, e temos avançado bastante. Ainda estamos nesse processo de... Estamos tentando definir – penso que muito na linha do

que foi falado pelo Prof. Respício – o *modus operandi* de incentivo à aviação geral nos Estados Unidos. Deve partir do governo definir quais são as nossas prioridades: o que queremos ter atendido; de que forma; qual é o incentivo que consideramos suficiente para potencializar isso.

Então, no plano de incentivo à aviação regional, penso que o foco nº 1 é a adequação de infraestrutura. Temos discutido com associações, como a própria Abetar – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional –, que é sempre muito enfática ao dizer que o que eles precisam para operar em mais localidades é infraestrutura adequada. Então, acho que essa adequação de infraestrutura é o principal foco de incentivo à aviação regional, mas não é o único. Estão sendo discutidas várias outras questões de incentivo ao transporte em si e não apenas à adequação de infraestrutura. Essas questões precisam ser discutidas com muito cuidado. Há diversas formas de mostrar como isso é feito pelo mundo. As lições de como isso foi feito no Brasil nos são muito preciosas, assim como os erros que foram cometidos, para eventualmente não cairmos nos mesmos erros. Qual é a fonte de recursos para isso?

Acho que realmente o FNAC, com essas novas mudanças, com os novos recursos, terá condição de ser um fundo que atinge um escopo muito maior e de uma forma mais efetiva. Acho que o nosso problema não será falta de recurso para esse tipo de coisa, mas creio que vários cuidados têm que ser tomados. Vemos, às vezes, os números, e eles sempre são elucidativos, mas houve época em que tivemos uma quantidade de cidades atendidas por transporte aéreo irregular superior à que temos hoje, como foi mostrado na minha própria apresentação, e, eventualmente por uma questão, às vezes, de uma política pública de subsídio que não foi bem desenhada, determinada empresa aérea pousava em determinados aeroportos e decolava sem deixar nenhum passageiro nem pegar nenhum passageiro. Estava simplesmente gastando mais combustível, tendo mais custo, para, com isso, receber recurso público de subsídio como forma de um desenho de política pública malfeito que não se adequava efetivamente a trazer a possibilidade de mais passageiros estarem voando, de mais cidades estarem sendo atendidas, de uma aeronave estar pousando e decolando sem pegar ninguém nem deixar ninguém.

Então, todo o cuidado que está sendo feito nesse estudo é no sentido de desenvolver uma política pública de aviação regional que realmente seja efetiva, que realmente não seja alguma coisa que eventualmente mude algum número e que faça parecer a nossa realidade mais bonita. Mas quem está na ponta, quem

sofre com a falta de acesso, quem sofre com todos esses problemas de logística, de dificuldade de deslocamento talvez não esteja percebendo esse ganho.

Temos trabalhado na questão de priorização, levando em conta várias bases de dados. Há uma base de dado que achamos muito importante para considerar isso, porque, por mais que os recursos realmente tenham aumentado – e entendo que eles serão, sim, suficientes para se fazer a política de que precisamos –, todo Município do Brasil gostaria de ter uma linha aérea de transporte regular, gostaria de ter um aeroporto – se não me engano, temos mais de 5 mil Municípios – e naturalmente não é razoável pensar nisso.

Então, está sendo feito um estudo usando dados do Regic e do IBGE, onde se veem quais são os Municípios polarizadores, quais são os que, de certa forma, já atendem não só o próprio Município como alguns adjacentes, tentando trabalhar dessa forma com priorização.

Estamos utilizando ainda a base de dados de um estudo feito pela própria Habitare, que tentou priorizar isso, a base de dados de estudos feitos pelo Ministério do Turismo sobre Municípios com potencial turístico e, ao fim, todo um trabalho de construção, que é um trabalho inicial e um pouco mais teórico, um pouco mais de escritório.

A fase que estamos vivendo neste momento, como já comentaram, temos reunião hoje à noite, é que estamos conversando com cada um dos Estados para tentar saber se as nossas priorizações – em princípio, o que os dados mostram e a visão federal nunca são tão específicas, nunca mostram tão de perto do problema quanto a visão estadual e municipal –, tentando debater com os Estados se realmente aquilo atende, corresponde às suas prioridades, para tentar fazer uma priorização que atenda efetivamente às necessidades de todos os envolvidos, de todos os entes federativos, que eventualmente até são administradores dos aeroportos.

Com relação à questão das concessões, a esse fluxo de recursos que passarão a vir agora ao FNAC e ao acompanhamento disso, para onde vai, a gente já tem na MP 551, de forma mais abrangente, a destinação, mas a regulamentação desse fundo está sendo gestada dentro da SAC, o decreto que vai disciplinar a aplicação desses recursos. Isso está tendo acompanhamento do Tribunal de Contas da União no próprio acórdão que este aprovou – se não me engano, foi o segundo estágio dessas três concessões. Foi determinado à SAC que encaminhasse o plano de ação disso para acompanhamento do TCU. É o que está sendo feito. Estamos encaminhando, esta semana, esse plano de ação ao TCU para esse acompanhamento e vamos

ter aí, com certeza, muito mais possibilidade de atender às necessidades com todos esses recursos que estão sendo direcionados.

Com relação à questão de concorrência como forma de melhorar a prestação de serviço, pois foi dito que muitas vezes os passageiros sofrem com um atendimento que não é adequado e, às vezes, em decorrência de uma falta de concorrência, porque a concorrência sempre traz uma preocupação maior de cativar o seu cliente – num mercado onde se tem muita concorrência, tem-se que estar preocupado em tratar o seu cliente bem, porque senão ele não volta, vai ao concorrente –, acho que uma das prioridades que temos, e também foi um dos assuntos da apresentação, é trazer um ambiente regulatório que aumente a concorrência.

Temos percebido, como falei, um ganho de desconcentração de mercado, mas que ainda está muito aquém do que consideramos ideal, de aonde a acreditamos que precisa chegar. Muitas vezes, nas nossas apresentações, quando a gente vem representando o Governo, para fazer algumas apresentações, mostramos algumas medidas tomadas que entendemos bem-sucedidas, que estão apresentando resultados. Penso que, às vezes, é o reconhecimento de algum trabalho que foi feito, mas não é, de forma alguma, uma tentativa de dizer que tudo está bem. Não. Sabemos que temos muito caminho para andar, que esse setor tem muito que evoluir e é o que estamos perseguindo com isso.

Um outro ponto que penso trazer uma relação com esse gancho de concorrência, talvez pulando um pouco a ordem cronológica das questões formuladas, diz respeito à questão de céus abertos, qual é a posição da SAC com relação à política de céus abertos. Esse tema é bastante polêmico. Em diversos seminários a que comparecemos, quem é do setor há muito tempo já assistiu a muitos debates calorosos sobre esse tema, na minha opinião, muitas das divergências que se tem sobre qual é a posição sobre céus abertos diz respeito ao próprio conceito de céus abertos. O que percebi, ao longo desses anos, é que cada pessoa tem um conceito de céus abertos na cabeça. Um entende que céus abertos é uma não limitação de frequência, outro entende que céus abertos é uma possibilidade de cabotagem, e outro entende que céus abertos é uma possibilidade de... Na verdade, não existe uma definição legal para céus abertos que se possa dizer: a definição correta é esta. Então, o que se tem é uma negociação de acordos sobre serviços aéreos que o Brasil faz, que tipicamente são acordos bilaterais, que têm uma tendência de serem mais multilaterais e podem ser mais ou menos liberais em vários pontos – liberdades do ar, regime tarifário, número de frequ-

ência, capacidade, capacidade ou não de *codeshare*. E, quanto mais liberal esse acordo desenhado entre os países, mais ele é chamado de céus abertos. Mas acaba que céus abertos, por si só, é um termo não preciso muitas vezes. Então, vou tentar não falar de céus abertos, mas falar da posição da SAC com relação a alguns pontos específicos.

A própria política nacional de aviação civil e algumas resoluções do Conar trazem diretrizes para essa negociação de acordos, no sentido de ampliar nossa capacidade de troca de serviços aéreos, por todos os ganhos que isso tem com outros países em termos de balança comercial, melhora de acesso. Mas não temos hoje, nem temos posição, no sentido de firmar qualquer acordo nesse sentido, algum acordo que permita cabotagem, que são as chamadas oitava e nona liberdades do ar. Na verdade, nem sétima liberdade do ar a gente tem e nenhum acordo sobre serviços aéreos e nem está em diretriz nenhuma alguma negociação com autorização no sentido de se permitir cabotagem.

É um esclarecimento que acho fundamental. O que se tem tido, cada vez mais, é a negociação de serviços aéreos, em que não se limita quantas frequências a empresa brasileira ou estrangeira vai operar por semana entre esses dois países, mas sempre resguardado que não é possível nem a empresa brasileira, no país em que chega, fazer um voo doméstico lá, nem a empresa estrangeira, ao pousar aqui, fazer esse voo doméstico no Brasil.

Outro ponto que vou tentar resgatar nas minhas anotações refere-se a capital estrangeiro. Se não me engano, há mais de dez projetos de lei tramitando nas duas Casas legislativas. Sobre esse ponto, o Código Brasileiro de Aeronáutica traz uma limitação de 20% das ações ordinárias do capital com direito a voto para capital estrangeiro. Nós acompanhamos os PLs que tramitam na Câmara e no Senado. Temos vários com proposta de aumentar o limite para 49%, alguns, inclusive, e com proposta de aumentar o limite para 100%.

O Poder Executivo encaminhou, se não me engano, no final de 2010, um projeto de lei de alteração Código Brasileiro de Aeronáutica. Nesse PL do Executivo, havia a previsão de aumento para 49%.

Outro ponto é que achamos que qualquer medida que incentive a concorrência é uma medida bem-vinda. Todos os cuidados, todas as salvaguardas, obviamente, têm que ser tomadas, inclusive de reciprocidade que é um dos pontos presentes no PL do Executivo.

Agora, outra distinção importante que, às vezes, também é confusa, com relação à disposição de capital estrangeiro, assim como a de céus abertos, é a confusão que às vezes se faz com relação a liberar capital estrangeiro é a mesma coisa que liberar cabotagem.

Na verdade, são institutos distintos. Ao se falar em aumento de capital estrangeiro ou não limite de capital estrangeiro, está-se falando em quem pode ser, em última análise, numa cadeia societária, o proprietário de uma empresa área brasileira, pessoa jurídica brasileira que gera empregos no Brasil, paga tributos no Brasil, ao passo que, falar em cabotagem, é a permissão de que empresas estrangeiras, com CNPJ de fora, com empregados de fora, pagando tributos fora, operem em voos domésticos no Brasil. E, muitas, vezes isso aconteceria em regimes concorrenciais que não são simétricos e em uma condição que eventualmente poderia ser desfavorável às empresas aéreas brasileiras.

Cabotagem é um ponto sobre o qual a gente ainda não tem condição, não está maduro para tocar neste momento. Uma discussão já mais madura seria sobre capital estrangeiro. E ainda que a SAC ou a ANAC tivessem uma posição favorável, não existe autorização legislativa para isso. O Código Brasileiro de Aeronáutica é taxativo no art. 216, no sentido de que a operação de linhas aéreas domésticas é exclusiva de empresas aéreas brasileiras.

Outra questão levantada foi a dos 720 aeródromos no Brasil, eventuais situações irregulares, eventuais necessidades de investimento. Eu vou tentar separar um pouco a necessidade de investimento, que é como isso tem a ver com investimentos do Profaa, em última análise, do FNAC. Acho que o Juliano pode esclarecer com mais propriedade que eu.

Com relação à regularização, o que temos hoje, na verdade, o histórico, ao chegar à SAC, começamos a fazer um levantamento sobre a situação de cada um dos aeródromos do Brasil e, desses 720 aeródromos públicos, o que constatamos é que mais de 200 estão sem nenhum instrumento de ligação. Eles são operados eventualmente por Estados ou Municípios, mas não houve no passado um instrumento formal de delegação. Juridicamente é uma situação que está à margem, apesar de que muitos deles operacionalmente estejam ok, estão homologados pela ANAC, constam no cadastro de aeródromos públicos, mas um trabalho que está sendo feito lá agora, após esse levantamento, é um trabalho de regularização de todos os 720 aeródromos públicos, até porque sem o instrumento jurídico adequado não conseguimos nem ter meios para cobrança necessária, meios para o operador fazer investimentos e já nos deparamos com situações em que o operador do aeroporto quer fazer investimentos, mas tem receio de, como ele não tem essa outorga formal, ser depois cobrado por um tribunal de contas, por alguém, por estar fazendo investimentos em um ativo que não é formalmente atribuído a ele. Então, é

um outro trabalho que a diretoria de outorgas vem desenvolvendo, de regularização de tudo isso.

Com relação às questões de acidentes aéreos e segurança de voo, acho que seria até leviano da minha parte fazer qualquer comentário prognóstico, nem é minha área de especialização e nem é área de atuação tão focada, esse é um assunto que é muito mais tocado na ANAC, dentro da SAC. A secretaria menos afeta a esse assunto é a Secretaria de Política Regulatória e vou me permitir não fazer comentários sobre essa questão, simplesmente para não correr risco de falar coisas equivocadas e ser leviano em alguma afirmação minha.

Se tiver eventualmente pulado algum ponto, continuo à disposição. Não sei se o Juliano tem ...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Antes do Juliano, acredito que as minhas perguntas vão contribuir com o Relator, mas não há necessidade de responder agora para não avançarmos no tempo, mas vai ficar registrado nas notas taquigráficas e vocês, Rogério e Juliano, assim que puderem retornem para esta subcomissão as respostas que vão, com certeza, contribuir com o Relator. Estavam ficando seis perguntas que considero importantes e me perdi nos papéis.

A secretaria está elaborando um plano de outorga aeroportuária que será objeto desse plano. Há alguma intenção de eleger aeroportos federais para Estados e Municípios? Esta é a primeira pergunta. Segunda pergunta: a Infraero poderá receber recursos do Fundo Nacional de Aviação ou financiará aeroportos deficitários apenas com recursos de dividendos das concessões? Terceira: o aeroporto de São Gonçalo do Amarantes também contribuirá para o Fundo Nacional de Aviação? Quarta: como as concessionárias aeroportuárias farão obras de acesso viário que estão fora das dependências dos aeroportos? Precisamos, nesse contexto, ver a questão extra-aeroportos. Quinta: haverá sanção para descumprimento dos indicadores fixados pelo Conaero? Sexta: por que não há nas autoridades aeroportuárias ninguém responsável ou, se tem, pela administração dos táxis? Existem aeroportos em que há uma desordem total com relação ao atendimento ao usuário de táxi nesses aeroportos, como Brasília, Rio de Janeiro, onde vemos noticiários. Aliás, já transmitem até a questão de máfia dos taxistas no Galeão. Então, o que temos para organizar a questão dos taxistas nos aeroportos brasileiros?

Então, essas seis perguntas ficam e logo depois das notas taquigráficas os senhores podem responder por ofício, para contribuir com o nosso Relator.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Só uma complementação, porque algumas têm respostas mais diretas. Primeiro, a possibilidade da Infraero receber

recursos do FNAC, sim. Uma das razões de ser disso é que, ao retirar esses três aeroportos da rede Infraero, estamos retirando aproximadamente 40% das receitas e 20% dos custos. Isso naturalmente gera um desequilíbrio e a Infraero, para continuar com equilíbrio econômico-financeiro, com a possibilidade de investir nos demais aeroportos, se isso seria uma necessidade, em muitos casos, e até fazendo um gancho com a questão de concessões, viés FNAC, e a colocação que foi feita – tinha me esquecido de comentar – com relação à modalidade que foi escolhida para a outorga, para ser a variável do leilão: quem paga mais por esse direito de explorar o aeroporto por tanto tempo.

Penso que nesse sentido, sim, com essa opção e com esses 25 bilhões, aproximadamente, fora outros recursos que o FNAC vai ter. Sim, vamos ter recursos para fazer frente a várias políticas públicas de que precisamos. Foi um ganho enorme. E eu acho que, nesse sentido, essa foi uma decisão acertada, porque na época da discussão das concessões foi levantado porque não se faz a concessão pela menor tarifa.

Creio que há alguns pontos fundamentais. Primeiro, porque como nós temos a necessidade de interiorizar o desenvolvimento do País, e a aviação é fundamental para isso, como foi colocado, com muita propriedade, pelos Senadores, não podemos nos dar ao luxo de pensar só na aviação – usando o termo que o Respício colocou – de tapete vermelho do Oscar, e sim temos de pensar no País todo, e o País precisa de recursos para isso. E, em última análise, se a opção tivesse sido feita por menor tarifa, o que teríamos, em paralelo a esses ágios enormes, seriam deságios de tarifas. Eles que estariam dispostos a cobrar tarifas mais baixas nesses aeroportos e o que aconteceria é que seriam beneficiados os usuários desses aeroportos exclusivamente e não os usuários de toda a rede. Ao passo que temos esses aeroportos como alguns dos mais congestionados, Guarulhos, principalmente, temos uma política de tentar ao máximo desconcentrar o tráfego, de não deixar o tráfego sempre concentrado num aeroporto só. Você vai trazer cada vez mais incentivos, porque esses aeroportos que vão estar com as tarifas mais baratas vão ser mais ainda para onde as empresas querem voar. Então, você vai estar trazendo incentivo para que as empresas queiram mais e mais voar para os aeroportos que têm capacidade mais saturada e, cada vez menos, para os aeroportos que precisariam, sem esse recurso, de uma tarifa maior para se manter. Então, seria mais caro voar para onde queremos incentivar que as empresas voem e mais barato voar para onde elas já voam, para onde elas já têm todo incentivo.

Então, essa modalidade de concessão, que, em termos de regulação econômica pura, em teoria, em muitos casos, é melhor, é mais aplicável, para o nosso universo, para o nosso País, para o nosso setor aeroportuário não se mostra a mais adequada.

Com relação aos recursos do leilão de São Gonçalo do Amarante, da mesma forma eles vão ser direcionados para o FNAC. E aí um esclarecimento que é válido tanto para o recurso de São Gonçalo do Amarante quanto desses três: esse valor de outorga é pago ao longo dos anos. Então, são parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA. Os 16 bilhões da contribuição ao sistema de Guarulhos serão pagos em vinte parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA. A mesma coisa vale para os outros três aeroportos, cada um com o seu prazo de concessão.

Com relação ao acesso viário, a obrigação de investimento das concessionárias, até por possibilidade de jurisdição, é fazer acesso viário só até onde é o limite do sítio aeroportuário. Daí entram questões municipais, estaduais. E estamos bastante avançados nessas discussões no caso do ASGA, em São Gonçalo do Amarante, que provê essa infraestrutura. A mesma coisa para infraestrutura de energia elétrica, de água, esgoto. Para toda a infraestrutura básica de que o aeroporto precisa, há uma negociação. Até o limite do sítio, é uma responsabilidade do Poder Público, e dali para dentro é uma responsabilidade do concessionário, por ser objeto do contrato de concessão que ele assinou.

Acho que as demais perguntas serão mais afeitas à Secretaria de Aeroportos, então acho que eram esses os esclarecimentos adicionais.

Obrigado.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Bom, vou tentar juntar um pouquinho da fala de todos e tratar de alguns grandes temas. Espero poder responder a todas as perguntas, eventualmente se ficar alguma coisa, eu falo depois, encaminho para o senhor. Por favor, me interrompam, também vou tentar aqui me ater especificamente a alguns temas, não invadir, vamos colocar assim, as atribuições específicas da ANAC, nem as da Infraero. Mas, eventualmente, nos assuntos que a SAC, como grande coordenador do sistema, está acompanhando, então eventualmente posso falar, mesmo que por alto, mas aí espero esclarecer os senhores.

Vou começar pela questão do desenho institucional. Acho que o Respício está coberto de razão. Chegamos à SAC já criada, na verdade, e nem o Ministro nem nenhum de nós da SAC tem a pretensão de achar que o desenho institucional é sedimentado, perfeito e, eventualmente, abarca todas as questões.

Estamos hoje – e inclusive ontem ficamos lá até tarde – discutindo exatamente uma proposta para reorganizar esse desenho. Vou dar um exemplo bem claro aqui. Rogério comentou que a Clarice, Secretária de Navegação Aérea – Respício também já a conhece do setor –, está à frente do projeto que cria um grande plano de capacitação para o setor nos seus mais diversos níveis: pessoal de manutenção, pilotos, todos os níveis, enfim, inclusive passando até por quem administra o aeroporto.

Mas podem dizer: mas na Secretaria de Navegação Aérea? Infelizmente, o desenho institucional feito num primeiro momento foi esse. Identificamos a necessidade. Não nos prendemos simplesmente ao desenho. Acho que temos que atacar os assuntos, independente do desenho. Por isso, numa distribuição de tarefas, a Clarice acabou pegando isso. Mas esse, certamente, é um dos assuntos que será tratado na proposta que pretendemos fazer do redesenho institucional.

E aí é até importante captar um pouco, porque algumas coisas, realmente, pelo menos não estavam na minha cabeça e foram ditas aqui. Então, já anotei para tentarmos já contemplar nessa proposta e aí termos um desenho institucional da SAC que atenda, efetivamente, a todos os anseios e possa atacar todas as preocupações.

Acho que todos os Senadores acabaram falando e tocando em uma preocupação muito grande de como utilizarmos os recursos do FNAC. Essa também não é uma preocupação só dos Senadores. É uma preocupação extremamente legítima. Iniciamos aí uma frente e estamos nos preparando para usar o recurso. Falei um pouquinho na apresentação, mas acho que agora vou falar um pouquinho mais.

Essa é uma preocupação, inclusive, até do próprio TCU. Foi um dos questionamentos durante o processo de concessão. O Tribunal de Contas disse que o desenho teoricamente faz sentido, mas precisamos efetivar esse recurso. Não adianta só ficar na teoria e o recurso não chegar à ponta da linha, porque aí o subsídio não se concretiza. Enfim, não vamos atingir nossos objetivos.

Acho que um pouco do que falei, o que planejamos para o FNAC é ele seja muito mais do que simplesmente um órgão que repassa recursos para fazer obra. Então, o FNAC vai contemplar esse grande plano de capacitação. É de onde virão os recursos para podermos levar a capacitação a todos os setores, indiscriminadamente. Temos conversado sobre isso. A Clarice, a gerente do processo – até nem fico aqui muito confortável para falar dos detalhes –, acho que poderíamos fazer uma discussão com ela, o que seria extremamente frutífera.

Mas a ideia, a demanda e o pedido de todos é que contemplemos exatamente todos os setores, todos os elos da cadeia, que ninguém fique de fora. Não tem por que focar em a ou b. O setor crescendo, a questão de mão de obra afeta a todos. Para uns, talvez o problema seja um pouco maior que os outros; mas é uma preocupação de todos. E isso é que vai garantir o crescimento ao longo dos anos da aviação. Ela não pode parar por falta de capacitação, seja de piloto ou de qualquer área.

Incluindo nessa capacitação, pensamos muito no setor produtivo. E aí falo um pouquinho do plano da malha aeroportuária, que foi citada aqui: como está o plano de desenvolvimento dos aeroportos? Qual é a nossa ideia? É atacar aeroportos? Então, num primeiro momento, fizemos um grande levantamento, identificando as cidades polos, os polos regionais. Esse foi um trabalho inicial da SAC. Fechamos ali as portas e fizemos um estudo inicial, para termos uma primeira proposta para discutir. Mas a ideia é exatamente identificar polos e cidades que possam ser polarizadoras, para que se possa direcionar o recurso para uma localidade e, obviamente, maximizar o uso daquela infraestrutura. Não teríamos recurso e não seria nem eficiente simplesmente investir em todas essas localidades, em todos os aeroportos. Haveria uma sobreposição muito grande. Então, a ideia é maximizar, obviamente focar. Aí é onde estão os maiores ganhos. Isso foi feito para o País inteiro, mas obviamente olhando as regiões.

Num segundo momento, e aí temos conversado com os Estados, de uma maneira geral, para entender o que eles esperam, como eles enxergam. Para nossa surpresa, já nos encontramos com seis ou sete Estados tratando especificamente disso. Os planos mais ou menos casam. Alguns Estados, eventualmente, trazem mais aeroportos do que identificamos no primeiro momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Os que a gente já fez? Vou tentar, de cabeça. Já fizemos com o Pará, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, hoje à tarde, Tocantins ainda não, mas temos um calendário, um calendário. Paraná, sexta-feira agora, já está agendado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Se me permite. Esse estudo que vocês já fizeram poderia ser encaminhado à Comissão, para que pudéssemos ter a informação sobre qual o estudo inicial que a SAC tem com relação a essa questão?

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Senador, não vejo problema, só gostaria de fazer algumas ressalvas: foi uma primeira minuta, ainda não validada, ainda não considerada como estudo final, justamente

porque precisamos dos *inputs* e de fazer toda essa discussão, que, inclusive, não vai parar nos Estados. Temos feito muito com as empresas também, eles estão estudando o mercado sob a ótica deles, mas é também uma ótica muito importante. Então, vou eventualmente conversar com o Ministro, mas, enfim, creio que não tem problema nenhum encaminharmos todas essas primeiras ressalvas, que é uma primeira minuta. O nosso medo só é gerar uma expectativa ou frustração, que é ainda preliminar e não definitiva. Sabemos quão sensível são essas questões, então, se eu puder encaminhar, mas também pedir aos senhores a questão de tratar isso reservadamente, ainda como um estudo preliminar, não tem problema nenhum.

Bom, no plano, uma parte muito importante é priorizar os aeroportos, entender como podemos evoluir nessa malha e fazer os investimentos; mas o plano não é só isso, o plano passa por um problema, os senhores já falaram aqui, administrar, gerir um aeroporto não é uma coisa tão simples assim. Existe uma série de questões, principalmente as questões ligadas à segurança, um detalhezinho fecha um aeroporto, causa um transtorno muito grande. Então, a nossa conversa com os Estados vai além de, simplesmente, definir os investimentos onde serão, passa por entender a estrutura, o que o Estado pensa do ponto de vista de gestão – e aí temos as mais diversas soluções, para os diversos problemas. Nossa ideia é também fazer um pouco essa transferência de tecnologia e de soluções entre um Estado e outro. Temos tentado catalogar soluções para endereçar quando o ponto for comum entre os Estados.

E aí temos um plano em vista, que a gestão do aeroporto também seja sustentável ao longo do tempo, porque senão a gente, de tempos em tempos, vem aqui para rediscutir os mesmos aeroportos, os mesmos problemas de gestão. Eu acho que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu queria fazer uma observação sobre a sua colocação. Veja, na Amazônia, não sei se isso também está acontecendo no Tocantins, mas no Amazonas, pelo menos, estamos tendo um grave problema com relação à questão de urubus e os aeroportos, em função de uma deficiência de investimentos na destinação dos resíduos sólidos, sejam orgânicos, sejam inorgânicos, etc. A ponto, para que os senhores tenham uma ideia, de estarmos tendo no Aeroporto Internacional de Manaus, capital, várias ocorrências registradas de problemas dessa ordem. Acho que a sua Secretaria precisa fazer uma ação de transversalidade urgente, com o Ministério das Cidades, senão daqui a pouco até os aeroportos das capitais vão começar a ser interditados por problemas com os urubus. Isso em Pa-

rintins, segunda cidade mais importante do Estado do Amazonas, que está operando só à noite. Já tivemos, no passado, Tefé interrompida, que também ficou operando só à noite. Daqui a pouco não vamos ter mais nada operando no Amazonas e em outros Estados da Amazônia, em função dessa situação. Esse é um problema grave. Belém também, com o mesmo problema.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – É isso mesmo, por isso a discussão com o Estado é tão importante, porque uma série de assuntos são endereçados e aí a tentamos dividir um pouco as responsabilidades; eventualmente assuntos que passam pela nossa esfera, mas interferem diretamente na aviação. Por exemplo, a invasão mesmo da cidade, às vezes a cidade vem rodeando os sítios. Isso não acontece por acaso, tem uma lógica, mas também a gente tem que proteger, as cidades vêm invadindo, invadindo os sítios e, num dado momento, o sítio fica condenado, não tem como expandir, a pista com uma série de restrições de operação. A ideia é olhar o todo para que possamos fazer um investimento que seja sustentável e perene ao longo do tempo. O senhor está certo, essa realmente é uma preocupação e é um pouco parte do que temos conversado com os Estados. Então, tratando do investimento, tratando da gestão – tem e aí eu apoio – acho que o plano de capacitação vem para dar apoio à melhoria de gestão, também é entender um pouco o que as cidades querem, o que os Estados querem. Um Estado eventualmente quer pegar todos os aeroportos e tratar como sua administração os aeroportos de interesse regional, como eles falam, de interesse local; outros Estados já não querem, por falta de capacidade; enfim, por uma série de outras razões.

Estamos exatamente fazendo esse ponto e contraponto e traçando soluções para cada um. Mas a ideia é que tenhamos um plano acordado com cada um dos Estados. Isso passa um pouco por apoiar os Estados na construção dos seus planos aeroviários estaduais. Temos dado macrodiretrizes ainda. A Secretaria foi criada há pouco tempo. Então, temos criado com alguns Estados. Uns Estados estão mais avançados; outros, menos, mas temos tentado ajudar nas diretrizes para os planos aeroviários estaduais.

Sempre achamos que é uma ferramenta de planejamento: Pô, faz-se um plano, e esse negócio fica na gaveta! Não é verdade. O plano aeroviário estadual, especificamente, que é no que eu atuo no dia a dia, é um instrumento muito importante. A gente só investe recurso do Profaa, falando se o aeroporto tiver sido contemplado lá, ou seja, se o Estado tiver olhado para aquilo, feito algum estudo em cima. Então, é uma ferramenta importante e a gente precisa que os planos

sejam aprimorados. Muitos deles são da década de oitenta, enfim.

Penso que o desenvolvimento da malha passa por um olhar conjunto, um olhar sistêmico. Não é só obra, é bem mais do que isso. Obviamente, o Rogério já até comentou, a gente tem tratado também essa questão da delegação. Como fazer a delegação, modernizando o instrumento. O instrumento tem de ter parâmetros e obrigações do ponto de vista de gestão, porque muitas vezes o Estado ou o Município vem querendo o aeroporto, simplesmente para se valer do recurso para fazer o investimento. Mas a ideia agora é que isso seja balanceado com uma contrapartida de gestão, de administração. E, no caso de não poder, e a gente entende que alguns Estados não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Juliano, perdoe-me. Eu queria fazer uma observação.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – É claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Na Amazônia, a questão da gestão aeroportuária é muito complexa. Não entendo por que não se cria, na questão da Amazônia, com a Aeronáutica, que tem uma expertise na região, está certo, a obrigação de eles operarem os aeroportos estratégicos que a Infraero não tem interesse de fazê-lo. É impressionante. Quer dizer, a Infraero não faz porque não é lucrativo; a Aeronáutica não assume porque não é da competência. E aí ficam os Municípios, que não têm a menor expertise, não têm recursos humanos preparados, não têm técnica com relação à questão, sendo obrigados a improvisar operações aeroportuárias sem o menor conhecimento técnico, nem nada.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Senador, acho que estamos alinhados. Temos até discutido uma solução um pouquinho diferente, mas bem nessa linha mesmo, não só na questão de operar, mas construir aeroportos na região da Amazônia é por si só uma logística específica, diferente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mas o tempo que a Comara leva para construir um aeroporto, dá para fazer a volta ao mundo, está certo, pelo menos umas vinte ou trinta vezes. Além do que, eles destroem as cidades, sem nenhuma responsabilidade; usam e abusam da condição da necessidade do aeroporto. Eu posso citar, pelo menos, o caso de Eirunepé; posso citar o caso de Humaitá; posso citar o caso de São Gabriel da Cachoeira, posso citar vários casos em que a Comara levou quatro anos para fazer um aeroporto, com um custo discutível e com um efeito colateral urbano desastroso, porque eles simplesmente não voltam consertando aquilo que destroem. E há uma dificuldade muito grande na negociação com relação a isso, a que a SAC precisa estar atenta.

O custo de construção estabelecido pela Comara, lamentavelmente, tem um desvio acima do mercado e obviamente há uma consequência de efeitos colaterais urbanos muito danosos, porque lamentavelmente eles não recuperam aquilo que eles destroem.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Agora, pensando a questão de administração e operação, temos conversado com a Infraero, uma vez que a Infraero pode se valer dos recursos do FNAC. Eventualmente, a Infraero pensar numa estrutura, talvez não exatamente no mesmo modelo que tem, e opera grandes aeroportos...

Temos estudado como fazer, seja via Infraero seja outro, mas a Infraero é só mais uma possibilidade, e aí sim eles passarem a assumir. E, eventualmente, fechar essa conta passa a ser uma questão de equilibrar via fundo também.

Mas é isso mesmo, a discussão é essa mesma. Acho que não é só investir, estamos alinhados nesse sentido. Tão ou mais importante do que simplesmente fazer a obra é o dia seguinte, quando a obra fica pronta. E aí?

Araguaína é um exemplo. A gente consegue, vai lá, o investimento acontece, chega ao seu final e, eventualmente, tem um outro problema, um outro contraponto, uma outra burocracia que impede aquele aeroporto, vamos dizer assim, de ser incluído na rede ou na malha de aeroportos.

Então acho que é com isso que a gente tem que acabar. A ideia é...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – E o conflito de instituições. Por exemplo, o Comar aprovou, já a ANAC não. Então como é que nós vamos ficar?

Uma cidade como Araguaína, Juliano, só complementando, é como se lá no Pará fechasse Santarém por cinco meses e Marabá por cinco meses. Araguaína para nós está nessa mesma coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E o grande problema é que o nível de exigência que eles fazem para um aeroporto secundário...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Desnecessário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...é como se fosse para Guarulhos ou para Congonhas.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Não, Congonhas, que é um aeroporto que tem restrição de tamanho...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – É absolutamente inaceitável determinados níveis de exigência que a ANAC hoje faz para aeródromos que são secundários, às vezes até terciários.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E no entanto eles fazem um nível de exigência que é incompatível com a operação do aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Nós não temos problemas de cabeceira. Nós não temos problema de tamanho de pista, porque é diferente de Congonhas, onde você tem uma série de restrições. É importante haver em Congonhas. Mas em Araguaína? Pelo amor de Deus!

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – É isso mesmo. Então acho que um pouco do plano é esse. Aí tentando também encaixar algumas questões. A questão da acessibilidade, não é? É uma questão que é regulada pela agência, a questão do pessoal com necessidades especiais. A ANAC regula isso, com a Resolução 09. Eu sei porque é um compromisso de revisar isso que a ANAC tem e a SAC está acompanhando, mas a gente também pode ajudar no sentido de que o FNAC está aí. A ideia do FNAC também é comprar equipamento? Então vamos comprar equipamentos contra incêndio, mas também, eventualmente, vamos comprar um equipamento que seja adequado e que possa fazer com que o passageiro... Se você não tem o Gate, não é? Se você não tem a ponte de embarque, então que pelo menos o embarque seja feito da maneira...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu acho que essa é uma solução prática e objetiva.

Veja, hoje a forma como essas cadeiras de roda são embarcadas e desembarcadas, é porque lamentavelmente eu não quis fotografar, achei que seria até um desrespeito para com o portador de necessidades especiais. Mas é impressionante. Colocam dois trilhos com uma corrente, engatam isso numa cadeira de roda e a pessoa é tracionada por essas correntes para cima ou para baixo, porque não tem como carregar as pessoas nas escadas, portanto elas descem por um trilho com correntes, com o risco até de acontecer um acidente, como aconteceu agora nesse parque de diversões, de um elo desses arrebentar e uma pessoa com oitenta, com noventa anos ou com quinze ou com dez, mas que é paraplégico ou que é tetraplégico ou que tem deficiência de locomoção, quer dizer, não entendo porque não se faz uma plataforma. É tão simples, um custo baratíssimo num mercado em que se investem bilhões de reais.

E outra coisa. Tenta arrumar uma cadeira de roda para atender um passageiro em Guarulhos em horário de pico, ou em qualquer outro aeroporto brasileiro importante. Aqui mesmo em Brasília.

Senador, tente encontrar uma cadeira de rodas, no horário de pico, no aeroporto de Brasília. V. Ex^a vai descobrir que é impossível. E pior, em Guarulhos, há uma área onde há uma cadeira de rodas presa com cadeado, com uma placa: “É direito do deficiente ter acesso. Portaria da ANAC, número tal.” Mas ninguém tem a chave do cadeado. Quer dizer, são coisas hilárias da ineficiência da gestão.

Nós estamos aqui desde as 9 horas da manhã. São 13 horas e 38 minutos. E coisas simples, que eu não consigo entender como nós não somos capazes de resolver. Se o gestor do aeroporto tivesse o mínimo de sensibilidade e de competência, ele resolveria, porque é inadmissível. Nós estamos falando de coisas complicadas, difíceis etc., mas têm coisas que se houvesse política, gestão e o mínimo de eficiência já estariam resolvidas e nós não precisaríamos ficar aqui tantas horas debatendo, enquanto as pessoas estão lamentavelmente sofrendo esse tipo de humilhação e constrangimento nos aeroportos brasileiros.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Acho que um outro ponto importante seria identificar eventualmente novos sítios, não é? Por quê? Porque eventualmente algum aeroporto chega ao limite, você precisa ter um novo sítio e, se você não fizer esse planejamento agora, daqui “x” anos quando você precisar, a cidade já se desenvolveu e, enfim, gera todos os problemas que já sabemos.

Quando você olha em um primeiro momento, um País com 720 aeródromos, você pode até pensar: poxa, 720 é um número considerável. Vamos desenvolver esses 720, eventualmente você não precisaria, mas quando você vai, no caso a caso, e essa é muito mais no caso a caso mesmo, você vê que eventualmente existem lugares em que o sítio está realmente condenado.

Então, investir naquela estrutura pode não ter o custo/benefício adequado. Alguns lugares do aeroporto está tudo bem, mas ele só vai servir até um certo momento, então você precisa de um novo para garantir a expansão. Essa é mais uma frente que temos feito, temos identificado, e já identificamos alguns casos de localidades em que nós devemos identificar e mapear alguns sítios. É até bom, é uma grata surpresa saber que isso não é uma coisa só nossa, que não é uma coisa que ninguém tem feito. Os próprios Estados também tomam essa iniciativa.

Então, quando procuramos estar em tratativas com os Estados, eles eventualmente já avançaram na identificação em um sítio ou nos ajudam no ponto de vista do plano do desenvolvimento estratégico do Estado, porque não adianta você colocar o aeroporto de um lado e aquela cidade estar se desenvolvendo

toda para um outro, enfim. Isso deve seguir alguma lógica, mas é uma outra ação. Foi uma coisa aqui comentada aqui como estamos fazendo. E isso não só para as grandes cidades e grandes capitais, para cidades pequenas também ...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Juliano, só para contribuir nessa direção. Caruaru, no Estado do Amazonas. Presidente, Caruaru tem 1.200 trabalhadores que trabalham em Urucu, no Campo da Petrobras. Esses trabalhadores precisam ter deslocamento aéreo. Como o aeroporto está condenado pelo avanço urbano e por problema também de urubus, etc., hoje esses trabalhadores estão sendo levados por barcos chamados expressos de alta velocidade.

Já tivemos três acidentes graves, um deles com perdas de vidas. Aí o sistema de segurança da Petrobras, como a Petrobras tem ações na bolsa de valores e isso tem problemas... Agora, qual é a solução? Ou resolve o aeroporto ou a Petrobras simplesmente vai permitir vai demitir 1.200 pais de família no Município de Caruaru.

Você tem ideia do que isso significa para Caruaru? É a mesma coisa que toda a indústria automotiva de São Paulo demitisse todo mundo porque não tinha onde colocar o automóvel. É mais ou menos a mesma proporção. O que a inexistência de um aeroporto nesse planejamento pode causar no desenvolvimento e na empregabilidade das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Juliano, vou pedir sua compreensão. O Professor Respício vai ter que voltar para o Rio, às 15 horas.

Solicitaria que ele fizesse as considerações finais e depois voltaria a palavra a você.

Portanto, o Professor Respício para as considerações finais e, logo após, o senhor está liberado desta grande contribuição que deu a esta Subcomissão.

Muito obrigado, Professor.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Agradeço, Senador. Muito obrigado também, Juliano, pelo aparte.

Foi muito importante poder estar aqui debatendo, contribuindo de alguma forma, e vejo que transparência e publicidade são absolutamente necessárias nesse setor, assim como em qualquer outro.

Então, talvez além da quarta Secretaria, na Secretaria de Aviação Civil, e quem sabe uma quinta, que vou falar rapidamente agora, nós estejamos precisando de uma diretoria, não sei como seria a designação, de comunicação lá ultra-eficiente, porque se o Senador do Amazonas, que é Relator aqui da Subcomissão, não sabe o que vocês estão fazendo com relação ao seu Estado sobre aviação, tem alguma coisa errada.

Então, ...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

Para o senhor ter uma ideia, creio que aconteceu uma reunião entre o Estado do Amazonas e a Secretaria esta semana, se não me engano ontem ou na segunda-feira, porque no avião que eu vinha para cá, vinha todo o pessoal do governo do Estado para conversar com eles na segunda-feira.

Quer dizer, deve ter uma falha na comunicação do SAC de não estar repassando mesmo que sejam as preliminares, pois as preliminares são excelentes, já que vão construindo passo a passo todo o conceito, o que é absolutamente fundamental. E dar a ampla publicidade e transparência com relação a todo mundo, não só com relação ao Legislativo, mas todo mundo, absolutamente todo mundo.

Então, questões conceituais com relação aos serviços aéreos essenciais precisam ser muito bem definidas. Quando vejo o Rogério falando de aviação regional, quase confundindo o serviço aéreo essencial com aviação regional... Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. Serviço aéreo essencial, como é feito nos Estados Unidos, na Europa, em outras regiões e em outros países, não depende da aviação regional, são dois segmentos diferentes. Um é absolutamente necessidade; o outro é uma atividade econômica qualquer, aliás, é dentro da aviação civil. Um é uma necessidade do país; o outro é uma atividade econômica, um segmento, assim como é o transporte não regular, assim como é o táxi aéreo, assim como é isso e aquilo outro. Um é um derivado direto de uma política de integração social, econômica, cultural, etc. O outro, não; o outro é uma segmentação de uma atividade econômica, de um perfil de um determinado tipo de ligação, aeronave, etc., etc., etc.

Então, acho absolutamente fundamental conceituar muito bem as coisas, porque o serviço aéreo essencial não é aviação regional. Aviação regional não é serviço aéreo essencial. São duas coisas diferentes.

Com relação àquilo que foi levantado aqui pelo Senador Eduardo Braga, novamente vem a falta da política. Por que não se ter uma política de incentivo à indústria nacional para projeto e construção dos ambulifts, que são os equipamentos de elevação para as pessoas com mobilidade reduzida? Por que não se ter um programa de incentivo à indústria nacional? Podemos virar até exportadores do negócio. O negócio é muito caro, o negócio é importado... Será que não temos alguma forma de promovermos a nacionalização disto? Tenho certeza absoluta de que temos engenheiros ultracapazes de simplificar esses equipamentos que produzimos aqui no Brasil. E olha que temos muita necessidade disso, não é pouca não. E todos sabemos disso.

A quinta Secretaria é a de Recursos Humanos, porque é absolutamente – desculpem o termo – inadmissível – não é para vocês dois, não – se ter uma estrutura onde os recursos humanos estão sendo tratados como a aviação agrícola, é mais alguma coisinha que encaixamos direto na Secretaria da Clarice, ela é legal, ela é competente. Isso é um absurdo! Recursos humanos são a base e o fundamento de tudo na vida, de qualquer atividade econômica, de qualquer governo, de absolutamente tudo. E está sendo tocado por uma pessoa que, por mais boa vontade que tenha, não é do setor.

Então, o desenho da organização está errado. Muito errado. Não está pouco errado. Está muito errado. A ideia é boa? Louvável, excelente. Onde vocês assinarem, eu assino em branco, eu apoio. Agora, tem alguma coisa muito errada nessa estrutura. Está funcionando? Está. Mas tem vácuos monumentais. Não são poucos. São monumentais. E que precisam ser corrigidos rapidamente. Mas não é responsabilidade de vocês, isso é lógico.

Estranho muito, e várias vezes aqui foi colocado que estudos da Abetar estão sendo utilizados para subsidiar alguma coisa com relação a programas e planos da aviação regional.

Com relação à concessão dos aeroportos, não vi o Snea sendo chamado com os estudos do Snea; não vi a Abag sendo chamada com os estudos da Abag; não vi o Snetta sendo chamado com os estudos do Snetta; não vi os Sindicados dos Aeronautas e dos Aeroviários com os estudos deles com relação às concessões. Eu não vi nada. Eu não vi a lata sendo consultada para participar, para ter estudo embasando a concessão.

É óbvio que vocês leram muitas coisas. Mas oficialmente como vocês colocam a fundamental importância dos estudos da Abetar para traçar política regional, vocês me desculpem, mas eu acho estranho para caramba! Só falando assim. Por que uma associação é tão privilegiada para ter um peso em determinados estudos e as outras não são? Quando se tem a vertente da necessidade de política pública em cima dos outros setores. Fica muito difícil entender isso, muito difícil mesmo.

Com relação a essa falta de diálogo, eu também continuei não vendo nada. É justamente isso. Novamente, vocês não têm culpa. Não é da área de vocês. Mas a falta dessa quarta secretaria, agora da quinta, com relação aos recursos humanos, é gritante. Isso tudo, desde os acidentes aqui levantados pelo Senador e também ressaltados pelos outros Senadores que estavam aqui presentes, isso é a área da ANAC, é a área da Cenipa. Concorde. Mas há que se ter uma política pública guiando isso. Senão, a gente vai ficar

eternamente verificando o que aconteceu. Nós temos que ser preventivos. Existe a prevenção? Existe. Mas deve-se ter uma política pública muito detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Se cada acidente fosse com companhia aérea, seria um caos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Exatamente. Estaria em todos os jornais, estaria na CNN, lá no exterior e tudo o mais.

Agora, fica difícil não ver como é que esses estudos todos, além da não publicidade, não estão indo para os outros setores. Como nós preparamos os nossos garçons? Há escola de garçom? Há. No Senac. O Senat está envolvido no projeto da Clarice? Serviço Nacional de Aprendizado em Transportes. Olhem o “t” aí. Se o Senac está no comércio, o Senai está na indústria, por que não o Senat não estar presente na aviação, formando grande parte dessa mão de obra que as pessoas não sabem que existe? É o carregador de mala, é o que opera o *loader*, é o que opera o *push-back*, é isso, é aquilo outro. Essas pessoas aprendem como? São contratadas porque já operaram antes? Mas elas tiveram início em algum lugar. Onde? Foi na escolinha da Varig? Foi na escolinha da Sata? Nós precisamos substituir, porque não existe mais Varig, não existe mais Sata, não existe mais Rio Sul.

Então, precisamos ter uma coisa muito mais abrangente, um guarda-chuva muito maior, muito mais consistente para que, daqui a 20 anos, nós não estejamos aqui nesta mesma bancada falando as mesmas coisas. O que mais se repete com esse segmento que é esquecido por “n” administrações é que toda vez se volta e fala a mesma coisa. Hoje é o Juliano, é o Rogério, é o Senador Vicentinho, é o Respício. Daqui a 20 anos serão outras quatro pessoas aqui, para falar da mesma coisa. Não há como. Não há como nós continuarmos dessa forma.

Então, volto a tocar no ponto da necessidade de nós termos um novo desenho na Secretaria de Aviação Civil, com atribuições muito bem definidas. Os recursos humanos não podem ser um apêndice de uma secretaria, muito menos de uma secretaria que não tem nada a ver com recursos humanos em questão de formação, de capacitação. Há que haver outra secretaria, pelo menos, lidando com todos esses pontos que a secretaria de vocês não consegue lidar, porque não foi dada essa incumbência a vocês. Então, isso é problema organizacional, estrutural.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Senador Vicentinho, a todos os Senadores que estavam aqui presentes, às senhoras e aos senhores. E espero sempre poder, no máximo possível da minha capaci-

dade, colaborar com esta Casa. Eu gosto muito de estar aqui presente.

Obrigado, Senador.

Desculpem-me, pois preciso sair, pois uma parte da aviação não vai ficar me esperando, como passageiro, no aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Nós que agradecemos. Volte sempre. É um prazer tê-lo conosco. *(Palmas.)*

Com a palavra o Juliano, para as considerações finais.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN – Vou continuar aqui e depois então faremos alguns comentários sobre a fala do Respício.

Por fim, outro grande assunto que vale a pena esclarecer um pouquinho é a questão da Copa do Mundo, colocada pelo Respício. Nossa preocupação é, sim, nos prepararmos com antecedência. Não acho que vamos passar vergonha, de jeito nenhum, muito pelo contrário, surpreenderemos, assim como foi no fim do ano, quando o caos estava anunciado e o fim do mundo estava aí, mas tudo, graças a Deus, correu bem. Ainda temos muito a fazer. Quando a gente diz que as coisas estão melhorando, não quer dizer que estejam perfeitas, de maneira nenhuma. O Senador disse bem que não podemos nos acomodar, e não estamos acomodados. Mas, dentro da Copa do Mundo, criamos um comitê, temos todos os grandes agentes públicos ali envolvidos, pessoas de fora, o comitê faz interlocução com toda a organização da Copa, já olhando também a autoridade olímpica, a organização para as Olimpíadas, apesar de que vai ser ainda dois anos para frente, mas já nos preparamos olhando para isso.

Temos conversado e identificado em outros países quem já teve a experiência, como trataram isso. Em Londres, eles têm grande experiência nisso, estão tratando as Olimpíadas de agora. Mais uma vez, discordo do Respício, infelizmente, ele saiu. Concordo em parte, mas também discordo. Realmente, Copa do Mundo e Olimpíadas não são a mesma coisa, mas também não são exatamente coisas diferentes. Existem várias similaridades, muito da dinâmica de recebimento das pessoas, cerimônia de abertura, muitas coisas são parecidas, mas também há diferenças. Então, a gente tenta olhar para tudo e para todos e não simplesmente ficar excluindo; não podemos nos dar a esse luxo. Se ele só está preocupado com o torcedor, acho que é legítimo; nós também estamos preocupados com o torcedor, mas estamos preocupados com toda a dinâmica do evento, tudo o que vai passar pelos nossos aeroportos. A gente não pode simplesmente olhar para a, b ou c. Mas estamos fazendo isso. Estamos conversando com o pessoal de Londres. Eles, como falei, prestaram um

assessoramento muito grande à África do Sul, estão fazendo as Olimpíadas, e prestam também assessoramento a outro evento, que é a Eurocopa, a Copa da Europa. Quando é em outros países, eles fazem a preparação, já estão fazendo a preparação para a Eurocopa, que vai ser em dois países do leste europeu, esqueci quais agora. Então, a ideia é fazer, estar com eles e ter assessoria, aprender com eles como fazer, para ter bons eventos, eventos tranquilos.

Além disso, estamos conversando também com o governo americano, a experiência deles em grandes eventos é uma coisa absurda, até porque tudo nos Estados Unidos é muito grande, não só a experiência com relação à Copa do Mundo, não só a experiência com as Olimpíadas de Atlanta. Para vocês terem uma ideia, um evento da Nascar lá, no fim do ano, movimenta muito mais do que abertura de Copa. Então a experiência deles não pode ser desprezada. Estamos num acordo de cooperação, já está até assinado, com o governo americano; estamos fazendo troca de experiências para tentarmos, tentarmos não, fazermos uma Copa do Mundo bem tranquila, as Olimpíadas bem tranquilas, todos os eventos bem tranquilos.

A semana da juventude com o Papa é um evento bem grande também, vai ser um excelente desafio para nós e já estamos olhando para ele.

Acho que, do ponto de vista de Copa do Mundo, era isso.

Acho que o Respício tem razão, essa parte de comunicação é muito sensível, muito delicada, temos muito que fazer com isso. Realmente temos que comunicar. O único ponto... Não é porque o Respício ou uma pessoa não sabe que uma coisa está acontecendo que essa coisa não está acontecendo. O erro está em comunicar o acontecimento e não simplesmente afirmar que ele não está acontecendo.

A lata participa de todos os eventos, não tem nenhum de que a lata não participe oficialmente; o Snea, a mesma coisa. Inclusive nas nossas audiências, independentemente das reuniões, a gente pede e eles têm feito isto constantemente, eles falam oficialmente nas audiências, eles se inscrevem e têm registradas, em todos os processos, as participações de todos eles. As reuniões são oficiais, a gente só não transmite pela televisão, mas elas são todas oficiais. Então, a Abetar é dia 8, está marcado para o dia 8, vamos estar lá com eles mais uma vez discutindo, é importante, sim. Não acho que temos que ouvir só o Estado, nem só o Município, nem só a empresa. Temos que fazer a junção de tudo isso, porque é daí que vamos ter um plano efetivamente consistente e eficiente.

Acho que, do ponto de vista das considerações gerais, é isso aí, o Respício tem toda a razão. E vou até

me permitir, conheço, tenho contato com o Respício, ele comentou de brasileiros que tiveram experiência com grandes eventos, então, obviamente, vamos também procurá-lo e procurar essas pessoas. Todas as experiências são extremamente bem-vindas.

Acho que era isso, Senador.

Eu me coloco à disposição. Acho que alguma coisa ficou para trás. A gente quer esclarecer todos os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Juliano e Rogério... Antes de lhe conceder a palavra, Rogério, para sua fala final, penso que muitos dos assuntos aqui colocados os senhores têm de olhar com atenção, elaborar um documento e encaminhá-lo a esta Subcomissão no sentido de, efetivamente, detectar os problemas e apontar soluções, inclusive para legislações, porque a intenção nossa com relação à Secretaria de Aviação Civil é a de contribuir.

Esse é o foco.

Dúvida na gestão, de idoneidade moral, de comprometimento, nenhuma; nós não temos. O que queremos é contribuir com a SAC, como vamos contribuir com a ANAC, como vamos contribuir...

Ao final, no planejamento geral, claro que queremos sugerir legislações para cada instituição no sentido de nós termos, por exemplo, no caso específico da Secretaria de Aviação Civil, um modelo fantástico. Nós queremos aprimorá-lo.

Portanto, vamos ficar aguardando, por parte de vocês – Rogério, Juliano, por parte da Secretaria de Aviação Civil – um relatório de tudo o que os senhores, com calma, vão elaborar, com auxílio das notas taquigráficas, e um apontamento. “Olha, nós sugerimos que a Subcomissão apresente tais legislações para melhorar. Por exemplo: essas outras secretarias vão onerar um pouco mais o custo da secretaria, mas é um custo/benefício altíssimo.” Nós precisamos de uma secretaria de recursos humanos, nós precisamos avançar também. Não ficar apenas nos três, que acrescente, pelo menos, mais duas secretarias. Aí, sim, nós poderemos apresentar em nosso relatório uma sugestão à Presidência da República no sentido desse acréscimo. É um dos itens, por exemplo.

Com a palavra o Rogério, para concluir.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Eu queria só um esclarecimento final com relação ao último ponto colocado pelo Respício, porque acho que vale um contraponto. Acho que muitas das críticas a gente tem que levar para casa e estudá-las. Quanto a algumas, acho que cabe um esclarecimento no sentido de se defender e esclarecer o que tem sido tocado.

Foi feita uma crítica no sentido de que foi mencionado, está sendo aproveitado um estudo da Abetar.

É um caso pontual. Ninguém disse que isso se restringe à Abetar, mas, se for uma de aviação regional, a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional tem interesse. Elaborou um estudo que está sendo considerado, mas um ponto em que tenho grande tranquilidade de falar é que a SAC tem recebido todos os interessados, não só por meio dos procedimentos formais que existem, que foram citados, de audiência pública e de consultas públicas, mas inclusive reuniões presenciais.

Foi questionado se a lata e a Snea foram ouvidas, então menciono, até pegando o gancho do que foi perguntado, se a SAC acompanhava o PL 6961, se não me engano, que consolida 33 PLs sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica e, nesse sentido, para formar a posição que Governo vai defender no Legislativo, foi até uma diretriz do Ministro, e assim foi feito. Foram marcadas reuniões, não só as que são provocadas, onde recebemos as entidades, mas nós provocamos e recebemos, para saber os interesses.

Vou falar de algumas que lembro e, com certeza, têm outras mais. Recebemos o Snea, o Snet, a Abetar, a Jurcaib, a Lata, Sindicato dos Aeronautas, Sindicato dos Aeroviários, Entidades de Consumidor, Entidades de Aeroportos, Sindicato dos Aeroportuários, a própria ABAG, que é a Associação Brasileira de Aviação Geral, e o Sr. Lira, que estava aqui presente e que é uma pessoa extremamente competente, representante da ABAG, esteve lá em duas ou três reuniões comigo, pessoalmente, tive o prazer de ter essas discussões com ele.

Então, um ponto do qual não tenho receio de dizer é que nós temos sido abertos a receber sugestões de todas as entidades que se propõem a contribuir com a construção do processo e estaremos abertos sempre. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem, Rogério.

Já agradecemos a presença dos Secretários Rogério e Juliano, que vieram dar uma grande contribuição a esta Subcomissão, que estará sempre à disposição da Secretaria de Aviação Civil, naquilo que a Secretaria achar e entender que deva contribuir para aprimorarmos e elaborarmos um bom planejamento para a aviação de um modo geral no País. Estaremos sempre abertos. Sejam sempre muito bem-vindos.

É importante ressaltar que esta Subcomissão parece-me muito atual, porque a frequência dos Senadores é 100%, já estamos das 9 horas às 14 horas, são cinco horas, debatendo apenas assuntos da SAC.

Na segunda-feira, vamos debater assuntos da ANAC, e assim serão 20 audiências públicas até o segundo semestre, para depois o nosso relator, o emi-

nente Senador Eduardo Braga, apresentar um relatório no final desse trabalho.

Esperamos, reafirmando, dar uma grande contribuição ao Governo da Presidenta Dilma e ao nosso País.

Portanto, antes de encerrar a presente reunião, convoco os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 12 março, neste plenário, às 17 horas, com os convidados Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC –; e o Sr. George William Cesar de Araripe Sucupira, Presidente da Associação dos Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice– Presidente da International Council of Aircrafts – Associação Internacional de Pilotos, para ser mais claro.

Portanto, com os nossos agradecimentos aos ilustres convidados e aos demais participantes desta audiência pública, encerramos essa reunião.

Boa tarde.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE MARÇO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia seis de março do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Lauro Antônio, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Ana Rita, João Durval, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves. Justifica a ausência o Senador Wellington Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 06/2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, aprovado em 16/03/11, que propõe a “realização de um ciclo de debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil”, sendo que nesta data será realizado o 4º Painel, que tem como tema: “Logística Ae-

roportuária". A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Doutora Fabiana Todesco, Diretora do Departamento de Gestão do PROFAA da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR); Senhor Victor Rafael R. Celestino, Diretor de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); Senhor Tarik Pereira de Souza, Gerente de Engenharia de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); e Senhor Walter Américo da Costa Souza, Superintendente de Planejamento Aeroportuário e de Operações da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO). Após a exposição dos convidados, usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, os Senadores Vital do Rêgo, Cássio Cunha Lima, Lauro Antônio, e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e seis minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que nossos convidados já se encontram na Casa, gostaria de convidá-los para que possamos iniciar a nossa audiência pública.

Antes, gostaria de fazer alguns comunicados, levar ao conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores comunicados e convites.

O Ministro de Estado da Integração Nacional e o Presidente do Ipea convidam para a solenidade de assinatura do acordo de cooperação técnica visando à promoção de edições regionais da Conferência para Desenvolvimento e das Conferências Estaduais de Desenvolvimento Regional.

A cerimônia será realizada no dia 13 de março de 2012, às 15h, no auditório do Ipea.

A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste realizará visita técnica a Sergipe, no dia 19 de março de 2012, das 8:30 às 13h, conforme convite e cronograma encaminhados aos gabinetes das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Esta será a quinta visita, que terá como tema Bacia de Irrigação, Canal Xingó, Turismo e Cultura.

Além do convite que fora encaminhado para os gabinetes de S. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazê-lo também pessoalmente.

A Senadora Vanessa, por exemplo, que é um dos mais brilhantes membros desta Comissão, até agora

não compareceu em nenhuma. Eu gostaria que V. Ex^a fizesse um esforçozinho, saísse da região Norte e fosse à região Nordeste. Senadora Ana Amélia, que também é uma expoente da maior qualidade nesta Comissão, também gostaríamos que V. Ex^a pudesse deixar o Sul e fosse ao Nordeste para que possamos fazer esta reunião da melhor qualidade no Estado de Sergipe. O nosso anfitrião está maravilhosamente preparando tudo para recebê-los. O Senador Cássio, mais jovem integrante desta Comissão, deverá ir, porque mora na Paraíba e os nordestinos se juntam nesses momentos.

Está feito o convite aos eminentes Senadores que aqui se encontram.

Vou fazer um apelo aos demais para que possamos ter uma bela reunião, porque os assuntos são da maior importância para a região e para o Brasil.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 6/2011, CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, que propõe a realização de um "Ciclo de Debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil".

Concedo a palavra à Senadora Vanessa.

V. Ex^a pediu a palavra?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu ia falar, Sr. Presidente, sobre essa observação, o convite gentil que V. Ex^a fez à Senadora Ana Amélia e a mim, intimando o Senador Cássio, que, sendo do Nordeste, terá que estar...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Para o Senador Cássio, não é um convite, é uma determinação, porque ele é nordestino e tem que ajudar a resolver os problemas do Nordeste.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Nordeste tem uma tradição muito maior de organização, de unidade entre as bancadas do que tem o Norte e a Amazônia. Então, estamos preparando também as condições necessárias para que possamos ajudar os Estados da Amazônia. Hoje, fizemos um café da manhã lá no meu gabinete, foram vários Senadores de vários Estados do Nordeste, a Comissão estava lá, nossa assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Do convite de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que foi o convite sim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu também lamento, aproveito, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está vendo, ela está com preconceito, o Sul e o Nordeste.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou passar toda a responsabilidade para a equipe técnica da Comissão.

Mas, enfim, acho importante isso, que, independente de sermos ou não de cada região, somos desta Comissão de Desenvolvimento Regional, temos essa grande tarefa de fazer e de alavancar no Brasil uma proposta mais audaciosa de desenvolvimento regional na busca da equidade, da igualdade.

Quero dizer que vou fazer um grande esforço para ir a Sergipe.

Não pude ir à sua bela e linda Alagoas, mas foi fazer um grande esforço para ir a Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não tenho prestígio para ter V. Ex^a lá no meu Estado.

Meu estado é pobre e é pequeno.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O senhor também não pode ir ao Amazonas no ano passado, mas esse ano o senhor vai.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – No Amazonas estou me preparando, exatamente, quando V. Ex^a me convidar, quando for fazer uma grande reunião no Amazonas eu estarei presente. É uma obrigação minha.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas, considerando que já foram dadas as explicações iniciais, eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa os nossos palestrantes.

O primeiro painel foi realizado no dia 04/05/2011, teve como tema: A importância da logística para o desenvolvimento regional.

O segundo painel foi realizado em 28/06/2011, teve como tema: Inclusão digital como fator de desenvolvimento regional.

O terceiro tema foi realizado em 18/10/2011, teve como tema: A guerra fiscal e o desenvolvimento regional.

Na presente audiência, realizaremos o quarto painel, com simples debate, que tem como tema: Logísticas aeroportuárias.

Convido a Dra. Fabiana Todesco, da PROFAA, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O nosso segundo convidado é o Sr. Tarik Pereira de Souza, Gerente de Engenharia de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil.

Nosso terceiro convidado é o Sr. Walter Américo da Costa Souza, Superintendente de Planejamento Aeroportuário de Operação de Empresas Brasileiras de Infraestrutura Aeroportuária, Infraero.

O nosso quarto convidado é o Sr. Victor Rafael Celestino, Diretor de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Gostaria de dar algumas informações antes de começarmos a nossa reunião propriamente dita.

Nossos convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. e pelo Srs. Senadores.

A palavra aos Srs. Senadores e as Sras. Senadoras serão concedidas na ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de 03 minutos e assegurando igual prazo para resposta do interpelado.

Gostaria de informar aos nossos convidados que cada um dos senhores irá dispor de 15 minutos para fazer a sua explanação.

Sei perfeitamente que cada um tem uma capacidade extraordinária de síntese, por isso que nós estamos estabelecendo o período de 15 minutos, para evitar que nós entremos na Ordem do Dia.

Logo em seguida abriremos o debate e cada um dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras farão a interpelação aos senhores e senhoras por 03 minutos e os senhores terão um prazo idêntico para resposta.

Concedo a palavra a Dra. Fabiana Todesco, Diretora do Departamento de Gestão do PROFAA, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

A senhora tem 15 minutos para fazer a sua exposição.

A SR^a. FABIANA TODESCO – Primeiramente, queria agradecer a V. Ex^a, Senador Benedito de Lira, Presidente desta comissão e as Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, pelo privilégio e o prazer de estar presente nessa comissão e poder debater um assunto como logística aeroportuária com foco no desenvolvimento regional.

Na verdade, gostaria de fazer uma apresentação que é bem simples e apresentar um pouco como a Secretaria está desenvolvendo o trabalho com foco no Fundo Nacional de Aviação Civil, como ela está enfrentando os desafios que envolvem esse crescimento do setor. Por um lado é um benefício, é muito bom para o setor, mas exige da infraestrutura aeroportuária de navegação aérea e um planejamento adequado para o setor.

Posso fazer em pé?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Fique a vontade.

A SR^a. FABIANA TODESCO – Então, continuarei em pé.

Pode passar.

São dados estatísticos com base nos aeroportos administrados pela Infraero. Nós sabemos que a Infraero tem uma participação no mercado de transporte

de passageiros entre 95% a 97%. Então, utilizando os dados dela como base, é uma boa referência para visualizarmos o crescimento que tem ocorrido no setor de transporte aéreo brasileiro.

Observa-se, entre 2003 e 2011, um crescimento de 12,3% ao ano. Esse crescimento tem sido significativo. Entre 2003 e 2009, o crescimento era em torno de 10% ao ano. Só entre 2010 e 2011, observa-se 16% de crescimento em transporte de passageiros.

Nesse caso, nós estamos falando de embarque, desembarque e conexão. Esse é um dado utilizado pelos estudos para cálculo da necessidade de infraestrutura aeroportuária.

Como se observa, é muito bom, mas há um desafio por trás disso.

Pode passar.

De uma forma bem simples, a Secretaria de Aviação Civil foi criada no ano passado, e uma das razões para isso foi enfrentar esse crescimento, planejar e aumentar esse crescimento em transporte aéreo no Brasil. Ela está estruturada, abaixo da Secretaria Executiva, em três secretarias. A secretaria de Aeroportos, da qual eu faço parte, tem três departamentos. Os departamentos também foram estruturados pela competência, para fazerem frente a esse planejamento e esses investimentos necessários no setor. No caso, nós temos o Departamento de Gestão de Aeroportos, que faz um trabalho em conjunto com a Infraero para melhorar a qualidade da prestação do serviço, que, nesse caso, tem o Conaero. Há o departamento do qual sou diretora, que é o Departamento de Gestão do PROFAA, que também está passando por uma reformulação, e o departamento de Planejamento e Estudos, pela necessidade de planejarmos uma forma com embasamento bem técnico do ponto de vista social, do meio ambiente, todos os pontos que são importantes para desenvolvermos o setor.

Há também a Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil, que possui três departamentos. O Departamento de Plano de Outorgas, que é o departamento responsável pela celebração dos convênios e delegação na administração dos aeroportos com Estados e prefeituras e no planejamento de outorga como um todo no País, na administração dos aeroportos.

Há outros departamentos. Departamento de Serviços Aéreos, que tem uma relação muito forte com a Beta e outras entidades e órgãos com foco no desenvolvimento da aviação regional de forma a fomentar e ampliar o atendimento do serviço no interior dos Estados.

E a Secretaria de Navegação Aérea Civil, que tem uma relação muito próxima com o Comando da Aeronáutica por meio do Decea. Também no foco na infraestrutura aeronáutica civil.

Pode passar.

Com base nessas competências, existem vários trabalhos que estão sendo desenvolvidos na Secretaria de Aviação Civil. Citando aqui um dos principais com relação ao tema desta Comissão, pela diretriz da política nacional de aviação civil que foi aprovada por meio de um decreto, em fevereiro de 2009, nós estamos desenvolvendo, trabalhando no plano aeroviário nacional, dentro do plano aeroviário nacional; no momento, um foco maior na parte da aviação regional.

O nosso foco tem sido com relação à infraestrutura aeroportuária. Depois de muitas conversas, até com a própria Beta, com as empresas aéreas e com o setor, entre o *ranking* de prioridades de investimento de uma política pública que o Governo precisa fazer frente, para fomentar o transporte aéreo no interior dos Estados, envolve a questão de adequação da infraestrutura aeroportuária às recomendações e regras estabelecidas pela Anac e pelo Decea, que são regras de segurança importantes de serem atendidas e desenvolvimento até a ampliação de sua capacidade em infraestrutura e da sua capacidade de operar novos voos. Então, estamos encarando isso como prioridade no nosso planejamento. Temos tido até reunião com o Sr. Celestino com relação a isso.

Na parte de gestão aeroportuária, há todo um trabalho da Conaero com foco nos aeroportos em que, hoje, há maior movimento de passageiros. É uma política mais do transporte aéreo nacional. Hoje, meu foco se dá na parte de planejamento para a aviação regional.

Identificamos também pela Secretaria de Aviação Civil, junto com o setor, a necessidade de pessoal qualificado disponível para o setor. Observamos que há a necessidade de escolas, de formação. É preciso incentivar a formação de pilotos, de bombeiros para os aeródromos, de mecânicos e de vários outros profissionais. Observamos também uma necessidade muito grande de políticas públicas na capacitação dos funcionários – não dos usuários –, das pessoas que trabalham e que estão envolvidas com a aviação civil.

Na outra área, na parte da navegação aérea, existe um trabalho da Secretaria de Aviação Civil, em coordenação com o Decea, de investimentos também em infraestrutura aeronáutica e até na questão de preservação do entorno do aeroporto, para que os Municípios não criem obstáculos de tal forma a reduzir a operação de um aeroporto. As operações de um aeroporto vão muito além do sítio aeroportuário, de onde o aeroporto está construindo. Os impactos operacionais dele vão muito além disso. Há uma regra de fora que tem de ser respeitada para não haver impacto na operação de uma aeronave nos procedimentos de pouso e de decolagem.

A base de tudo isso é o processo de planejamento e de estudos. Como fonte de recursos para implementarmos essas políticas, há o Fundo Nacional de Aviação Civil. O principal objetivo é falar um pouco do Fundo. Isso ainda está em construção, mas já podemos dar uma ideia de como estamos trabalhando na questão da regulamentação e da gestão desse recurso.

O Fundo foi criado junto com a lei da criação da Secretaria de Aviação Civil. Na época, no processo de criação da Secretaria, observou-se a necessidade de a Secretaria gerenciar um fundo, os recursos que o próprio setor gera, de tal forma a fazer retornar esses recursos para o setor, para fomentá-lo e desenvolvê-lo. Então, ela passou por nova mudança, por uma alteração, com a MPV nº 551, em 2011. Foi para o Fundo a receita do Adicional da Tarifa Aeroportuária (Ataero), que, agora, é de 35,9% sobre as tarifas; parcela da Tarifa de Embarque Internacional – essa era uma lei de dívida imobiliária; esse era um recurso que o setor gerava e que ia para o Tesouro, mas que, agora, virou receita do Fundo, com foco para ser aplicado no desenvolvimento e fomento da aviação civil –; as outorgas da infraestrutura aeroportuária, que têm sido citadas pelos jornais; rendimentos de aplicações financeiras e outros recursos que lhe forem atribuídos.

Qual é a destinação? Dentro do escopo da destinação que a lei estabelece, ela estabelece para o Ataero uma destinação específica de investimento em infraestrutura aeroportuária. Tirando essa especificidade, a finalidade específica do recurso como um todo está na lei: fomento e desenvolvimento da aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil. Dentro desse escopo amplo, estamos trabalhando e pensando em investimentos na elaboração de estudos, planos e projetos. Estamos pensando em projetos até de engenharia de obras, para fazer uma parceria com o Estado, para ajudar os Estados e as prefeituras na elaboração e na contratação desses projetos de engenharia. Sabemos que, muitas vezes, os Estados, na insegurança de não saber se aquele projeto vai virar ou não, obra no futuro, não preparam, não contratam o projeto de engenharia, e, quando temos o recurso da obra, não temos o projeto. Então, queremos fazer um planejamento integrado, em que participaremos de todo o processo.

Quanto a investimentos em infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, há um escopo bem amplo, tudo que envolve um aeroporto e os equipamentos de navegação aérea, de forma a adequar os aeroportos às regulamentações da Anac e do Decea, nos requisitos de segurança; capacitação de recursos humanos, como já havia comentado, e sistemas de segurança, facilitação, mensuração e operação. São sistemas que

são utilizados no mundo lá fora, nos aeroportos de grande processamento de passageiros e que estão trabalhando de forma a ter um trabalho conjunto da informação que seja disponibilizado para a empresa aérea não ter que gerar uma informação para a Polícia Federal, para a Receita, informações diferentes. Um sistema integrado que não onere as empresas aéreas. E outros investimentos que forem sendo identificados como importantes e necessários para o setor, dentro daquela finalidade de desenvolvimento e fomento da aviação civil.

Nós estamos trabalhando... Todos esses itens passam por um processo de planejamento, que gera os planos de investimentos.

Próximo.

Falando de forma concisa, o estudo e o planejamento não estão prontos. Estamos trabalhando no âmbito da Secretaria de Aviação Civil. Em que fase nós estamos? Estamos trabalhando numa metodologia, estamos agora em reuniões com os Estados para discutir, dentro do conhecimento que os Estados possuem – eles têm um conhecimento maior das especificidades, de regiões importantes com relação a outras que muitas vezes não identificamos, até por dentro da política do Estado, o desenvolvimento de alguma região, e estamos trabalhando em conjunto com o Estado neste momento.

Estamos realizando reuniões com todos os Estados da Federação do Brasil, discutindo justamente essa questão, com foco no desenvolvimento da infraestrutura portuária no interior dos Estados. Essa é uma política separada com relação à política de desenvolvimento dos aeroportos das capitais e dos aeroportos que atendem as capitais. São equipes separadas, temos toda uma estrutura lá na Secretaria, que agora está com foco nessa parte, uma preocupação grande nossa de aplicarmos o recurso do Fenac nesse desenvolvimento, na adequação da infraestrutura aeroportuária. Como o Tarik depois vai colocar, as recomendações que existem por parte da Anac nessa área.

Esse trabalho será discutido tanto no âmbito do governo federal quanto com o governo dos Estados, com as empresas aéreas. Consideramos as empresas aéreas uma excelente fonte de informação, porque são elas que fazem todo o planejamento delas de operação, elas que operam nos aeroportos, têm conhecimento muito grande com relação às necessidades, elas identificam onde deve haver expansão de um pátio... São várias informações com que as empresas aéreas têm contribuído. Eles nos entregaram um estudo, que foi elaborado junto com o Ministério do Turismo e, agora, vamos também passar por uma sessão de reuniões com eles nesse processo de elaboração desse pla-

nejamento, que tem como foco a definição do escopo em um planejamento de investimento plurianual, para os próximos anos, e qual vai ser a prioridade de investimento.

Essa é a fase em que estamos no âmbito da Secretaria de Aviação Civil.

Eu gostaria de trazer esse recado para V. Ex^{as} de que estamos preocupados e temos, sim, todo o interesse de investir e fazer parcerias com os Estados e Municípios com relação aos aeroportos no interior do País.

Muito obrigada.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço à Dr^a Fabiana pela sua exposição.

Em seguida, concedo a palavra ao nosso convidado, Dr. Victor Rafael, que terá o mesmo tempo para fazer a sua exposição.

Com a palavra V. S^a.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, distintos colegas da Mesa, estou aqui para falar em nome do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, especialmente no que tange à questão da aviação regional.

Então, vou trazer para os senhores um apanhado rápido.

Sr. Presidente, eu me preparei um pouco mais além do tempo de 15 minutos, mas vou fazer o maior esforço para manter o tempo que V. Ex^a nos deu.

Só coloque no modo de apresentação, por favor. Se entrar em “janela”, “tela cheia”, fica melhor. “Janela”, modo de “tela cheia”, mais abaixo.

Pode passar o próximo.

O SNEA, hoje, representa 10 empresas que, em dezembro de 2011, ainda mantinham operações de transporte aéreo regular, uma frota de 452 aeronaves.

Pode passar o próximo, por favor.

Os senhores observam, a partir da estabilidade monetária, estabilidade obtida aqui na década de 90, o *boom* que houve do crescimento da nossa aviação.

É muito relevante que, em 97, a aviação regional tinha uma frota maior do que a aviação doméstica e internacional.

Isso, obviamente, ocorreu até que houve a crise da Rússia, do dólar, e as empresas de aviação regional, de uma forma geral, a maior parte daquelas que foram criadas nessa época não existem mais. Mas existe hoje, também, e é relevante demonstrar para os senhores, um desejo do segmento empresarial de persistir investindo, então, os senhores podem ver que a projeção de crescimento até 2014 é de atingirmos

próximo de 600 aeronaves em toda frota nacional até aquela data.

Pode passar, por favor.

Os senhores observem, também, que desde 2005 a oferta do transporte aéreo tem crescido de maneira sistemática e, obviamente, respeitando certa sazonalidade.

Pode passar o próximo.

Nem sempre a demanda tem a mesma sazonalidade. Isso demonstra aos senhores que o risco do transporte aéreo é bastante elevado, ou seja, as empresas aeroviárias precisam antecipar sem ter condições adequadas de prever qual é essa demanda, de maneira a atender à sazonalidade e ao próprio crescimento da demanda, mas essa é a realidade com que convivemos no nosso setor.

Pode passar, por favor.

Hoje, o transporte aéreo já é uma realidade nacional. A inclusão de todas as regiões do País no transporte aéreo é uma realidade.

Nós temos 53%, ainda, no Sudeste, mas os senhores podem observar que em todas as outras regiões o transporte aéreo cresce sistematicamente.

Pode passar.

De uma forma geral, é um mercado altamente competitivo. Os senhores podem observar que não existe mais a concentração excessiva do transporte aéreo em uma única empresa ou em poucas empresas.

Existe um grande número de empresas que estão disputando esse mercado, o que o torna mais interessante, inclusive, para o usuário.

Pode passar, por favor.

A expectativa do crescimento que nós tínhamos...

Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aquele quadro ali...

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Por favor, pode voltar?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor falou que não há concentração.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Não, há concentração cada vez menor.

A senhora pode observar que tem uma quantidade grande...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tem 40,2, 36,3 e o resto são nove, cinco, quatro.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – A última estatística da Anac, Senadora, mostrou que 25% do mercado, hoje, estão divididos entre as demais empresas e que 75% ainda permanecem nas duas maiores empresas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como o Presidente já determinou que depois da exposição a gente pergunte, então...

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria chamar a atenção para aquele percentual ali.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Pois não. Mas isso vem crescendo de uma maneira sistemática, ou seja, está cada vez mais diminuindo a concentração e o mercado, se tornando cada vez mais competitivo. Essa é uma realidade.

Por favor, o próximo.

A expectativa que nós tínhamos no início de 2011 era de um crescimento explosivo do segmento.

De fato, como já foi apresentado pela Dr^a Fabiana, o transporte aéreo cresceu cerca de 16% em 2011. Isso significa quase ter triplicado desde 2002.

No entanto, existe uma séria preocupação de como vai ser o comportamento do transporte aéreo nesse ano de 2012, em particular, dado as incertezas econômicas que ainda persistem.

O próximo, por favor.

De uma maneira geral, com o crescimento da oferta, tem-se observado uma queda sistemática das tarifas das empresas aeroviárias: desde 2003, praticamente 7,5% ao ano de queda da tarifa média.

A tarifa média, hoje, está em torno de R\$265,00, pela última estatística da Anac, e o Yield médio, e este Yield as empresas aéreas utilizam esse instrumento para medir justamente o retorno de uma determinada rota aérea, este Yield, hoje, está na faixa de 0,33. E do que depende este Yield? Este Yield depende das leis de mercado, obviamente, da demanda e da oferta, mas ele depende muito, e aí talvez seja o ponto mais importante que eu gostaria de deixar para os senhores hoje, do custo envolvido nessa operação aérea, do tamanho da aeronave que é possível operar naquele aeroporto e da etapa média, ou seja, qual é a distância entre essas duas cidades.

Pode passar, por favor.

Os custos das empresas aéreas, eles, isso é um dado do anuário da Anac, estou usando só dados públicos, não são dados exclusivos do Snea, mas o custo das empresas aéreas, dividido dessa forma, demonstram que têm alguns custos muito significativos. Em particular, o custo de combustível corresponde a 32% dos custos totais da empresa aérea. Em termos de custo operacional, são 40%. Mas existem alguns custos também que parece ser irrelevantes, como as tarifas aeroportuárias e tarifas de navegação, que correspondem a 5%, mais são importantes que os senhores considerem que a margem das empresas aé-

reas, a margem líquida de lucro, é a menor da cadeia produtiva do transporte aéreo, e normalmente ela é da ordem de 5%. Então, se estamos falando em aumento de tarifas aéreas, isso compromete diretamente a margem das empresas.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, agora vou demonstrar para os senhores, rapidamente, quais são as nossas preocupações em relação ao que precisa ser feito para que o *Yield* continue caindo. Ou seja, quais são os gargalos, os obstáculos que precisamos de certa forma vencer para que consigamos aumentar a oferta e permitir que o *Yield* continue caindo. Então, o combustível seria o primeiro. Eu vou passar muito rapidamente, Presidente, tem vários *slides* que vão deixar, mas pode passar o próximo, por favor, é só a forma como o combustível é determinado. Então, nós utilizamos o preço do petróleo do Golfo do México e usamos o transporte até a refinaria – pode passar –, só que, de fato, após o preço *Plate*, que é o preço utilizado no Golfo do México, existe uma série de outras taxas e tarifas que são colocadas em cima do preço do combustível que tornam o preço do combustível de aviação no Brasil o mais caro do mundo, segundo a lata.

Pode passar, por favor.

De certa forma, o preço pago pelas empresas aéreas no Brasil é 18,5%, no mínimo, a mais do que é pago pela empresas internacionais, além disso, internacionais, digo, operando fora Brasil, no Brasil elas pagam isso também pelo combustível, mas as empresas domésticas, que são as nossas, do Snea, além da diferença dos 18,5, nós pagamos o ICMS, que chega, em alguns Estados, a 25%. Então, se os senhores considerarem essa diferença mais o ICMS, o nosso combustível, realmente, é muito caro.

O próximo, por favor.

Alguns Estados já tomaram a iniciativa de fazer algum tipo de legislação incentivando a redução do ICMS, obviamente respeitando as resoluções do Confaz. Então, o que se busca normalmente é uma redução da base de cálculo de forma a respeitar as alíquotas existentes. Isso, é importante que os senhores considerem, é uma forma de garantir que rotas aconteçam e que tenham sustentabilidade. Não necessariamente ainda estamos em um nível suficiente para redução significativa dos preços na aviação regional.

Próximo, por favor.

Em relação às tarifas aeroportuárias e de navegação aérea.

Próximo, por favor.

As tarifas aeroportuárias estão sendo sistematicamente aumentadas por conta das diversas resoluções e legislação que tem sido colocada de maneira obvia-

mente a viabilizar o processo de concessão aeroportuário, que é muito bem recebido pelo Snea como uma maneira de permitir o rápido investimento e crescimento da capacidade. No entanto, é uma preocupação nossa, que essas tarifas não subam excessivamente ao ponto de inviabilizar rotas, principalmente a ligação da aviação regional com os aeroportos centrais.

O próximo, por favor.

Em relação às tarifas de navegação aérea, elas vinham decrescendo um pouco menos do que o Yield, é verdade, mas com a recente legislação que foi liberada agora ano início de 2012, nós vamos ter aumento de até 150% das tarifas de navegação aérea. Isso certamente vai criar um obstáculo logístico bastante importante em determinadas regiões do País.

O próximo, por favor.

Em relação à infraestrutura aeroportuária.

O próximo, por favor.

Eu não vou me alongar muito, obviamente que os outros distintos colegas vão falar um pouco dos aeroportos centrais da Infraero.

Pode passar, por favor.

Isso também vai ficar registrado, mas é só a capacidade restrita dos aeroportos da Infraero.

Pode passar, por favor.

Mas, em relação aos aeroportos regionais, como já foi manifestado pela Dr^a Fabiana, a Abetar fez um estudo, que está com a Secretaria de Aviação Civil, sendo analisado, e foram identificadas, então, as necessidades de investimento nos aeroportos regionais. Em 175 aeroportos. A Secretaria de Aviação Civil pretende estender para 209.

Pode passar, por favor.

A realidade é que, na maior parte dos aeroportos, hoje, temos um problema sério de adequação da infraestrutura; seja a questão básica, como a pista, a cerca patrimonial, mas, principalmente, a questão de bombeiros.

Então, a Resolução nº 115, de 2009, limita. E, aqui, os senhores podem identificar; a Senadora pode identificar. Há vários aeroportos no Sul. Então, não é só Norte e Nordeste. Vários aeroportos no Sul, até mesmo no Sudeste, hoje, são limitados por conta dessa resolução, que exige um nível de adequação e de investimentos, obviamente.

É relevante mencionar que, no Amazonas, hoje, nove aeroportos estão ameaçados de perder o voo de transporte regular. É um processo que está em andamento com a Anac. Nós temos trabalhado bastante para evitar isso, mas eles vão demandar investimentos a partir de uma isenção temporária que a Anac vai colocar. E, se esses investimentos não ocorrerem ao

longo de 2012, eles não serão fechados, mas terão perdido o Transporte Aéreo Regular até o final do ano.

Pode passar, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Pode voltar, por gentileza.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...Em Caxias do Sul, Chapecó; Carajás também aparece. Barreira 700, aquela frequência. O que é 700?

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Nessa Resolução nº 115, Senadora, é estabelecido que, com até 700 movimentos no trimestre, é possível que o aeroporto opere com níveis abaixo de Corpo de Bombeiros. É justamente, eu diria, o ponto ideal. A partir do momento em que a oferta vai permitir que o serviço seja melhor, que é em torno de 700 movimentos, dá aproximadamente quatro frequências diárias. Quatro pousos e quatro decolagens. Então, nesse ponto, há um impedimento de se continuar o crescimento, e aí se tem...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É semestre?

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – É trimestral. Isso está na Resolução nº 115 da Anac. Está estabelecido, mas nos colocamos à disposição para prestar mais esclarecimentos sobre isso. Tivemos que estudar muito essa resolução, para poder vencer esse obstáculo.

Próximo, por favor.

De forma geral, então, quais são os principais óbices para o crescimento da aviação regional e o consequente aumento da oferta e redução das tarifas? Os custos maiores, principalmente do combustível; a questão da jornada dos tripulantes, em que é preciso ter o cuidado de identificar as necessidades, peculiaridades da aviação regional. Finalmente, a questão da governança desses aeroportos regionais, porque existe um ciclo natural, um ciclo político, que faz a alternância do poder municipal; fazer também uma alternância na gestão dos aeroportos. Isso traz uma descontinuidade de planejamento e de investimentos.

Próximo, por favor.

Eu gostaria de apresentar para os senhores, muito rapidamente, nos dois minutos que eu tenho, o caso da Trip Linhas Aéreas na região da Amazônia Legal.

Por favor, próximo.

Hoje, a Trip opera 32 destinos na Amazônia Legal. São 37% da frota da empresa e 26% da malha nacional.

Próximo, por favor.

Para viabilizar esses aeroportos, a Trip – e não só a Trip; estou usando um case, mas todas as empresas têm que fazer isto – vêm fazendo, sistematicamente, investimentos nesses aeroportos, que são investimen-

tos não reembolsáveis. É necessidade. Como existe uma necessidade de viabilizar o aeroporto para que o transporte aéreo seja viabilizado, então esses investimentos são feitos. Que tipo de investimento? Assistência técnica, fornecimento de material de inspeção – detentores manuais, tapete de borracha –, formação de agentes de proteção da Aviação Civil, formação de gerentes, fornecimento de passagens aéreas para os treinamentos e elaboração de todo o manual – os programas, tudo que é necessário para que o aeroporto funcione.

Próximo, por favor.

Esses são um exemplo. Foram 25 aeroportos, só no caso da Trip, desde fevereiro de 2008, e esses são os exemplos na Amazônia Legal. São 16 aeroportos que receberam diversos investimentos da empresa para permitir a continuidade.

Próximo, por favor.

De uma forma geral, a Trip, hoje, é uma empresa bem amazônica. Mais de 50% da oferta da Trip é na região da Amazônia Legal. Isso tem se mantido, de maneira geral, e até crescido um pouco.

Próximo, por favor.

Ao mesmo tempo em que essa oferta está crescendo, a tarifa média está decrescendo mais rapidamente que a média nacional. Então, desde agosto de 2008 até hoje, a oferta na região amazônica praticamente aumentou 4 ou 5 vezes, 386% de passageiros transportados, e a tarifa média, que é o Yield, que nós medimos, foi reduzida em 36%. Considerando que a média nacional é de 7,5% ao ano, a média nacional seria 22,5%. Então, foi além da média nacional.

Próximo.

As conclusões a que chegamos, já com o nosso tempo vencido.

Próximo.

Os principais desafios para o crescimento sustentável da aviação regional, em particular na Amazônia Legal, com continuidade do aumento da oferta e a redução do Yield, seriam na opinião do Snea, a redução do custo de combustível. Esse é inevitável porque existe uma tendência... Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone.*)

Qual é o peso no mercado internacional do combustível sobre a composição dos custos finais das companhias aéreas?

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Eu não tenho essa informação, mas posso buscá-la e trazer para a senhora. Hoje, no Brasil, pelo anuário da Anac, são 32% do custo total da empresa. No mercado internacional, eu não teria essa informação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Qual é o *benchmarking* do combustível?

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Isso aí a IATA certamente tem condições de nos fornecer e nós vamos buscar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Seria o comparativo do valor do Brasil por litro de combustível de aviação com o dos outros países.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Isso. Perfeito...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas não na composição...

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Mas nós traremos essa informação para a Comissão, o percentual de custo internacional.

Em termos de custo operacional de uma linha aérea, em torno de 40% – de uma rota. Mas, no total, chega a 32% das empresas domésticas. Nós vamos verificar internacionalmente. Isso é tanto a questão do preço quanto a questão do imposto. Sobre a redução das tarifas aeroportuárias e de navegação aérea, nós sabemos que têm sido feito estudos em nível regional, mas precisa ser encarada não só a tarifa de embarque, mas também a tarifa de pouso, de permanência, as tarifas de navegação aérea, para permitir o crescimento da aviação regional.

A superação das restrições da infraestrutura, seja por meio da readequação da regulação, mas, principalmente, pelos investimentos sistemáticos, que é o que a Dr^a Fabiana nos apresentou, que a Secretaria de Aviação tem prometido. Por último, a revisão do marco regulatório, principalmente incluindo também e pensando na aviação regional, inclusive na questão da jornada dos tripulantes, que precisam... Muitas vezes, não temos nem locais com a devida condição sanitária para alojar os tripulantes da empresa aérea. Então, é necessário que se tenha uma jornada diferenciada.

Sr. Presidente, lamento por ter ultrapassado meu tempo, mas essas eram as contribuições que gostaríamos de trazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Sr. Victor.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Dr. Tarik Pereira de Souza.

O SR. TARIK PEREIRA DE SOUZA – Boa tarde.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a oportunidade de vir aqui tratar desse tema que considero de bastante relevância para o País, especialmente por ter trabalhado na região amazônica durante dez anos, especificamente nessa área de infraestrutura.

Próximo.

Vou tratar, então, nesse painel de logística aeroportuária, da parte de infraestrutura aeroportuária, quer dizer, os aeródromos que são voltados para a aviação regional.

Próximo.

O objetivo é apresentar as principais características sobre infraestrutura aeroportuária para esse tipo de aviação, tendo como foco a regulação e a fiscalização exercida pela Anac. Eu não poderia aqui deixar de tocar nessas duas palavras. A Anac, por força legal, deve regular e fiscalizar, e é isso que pretendemos fazer e fazemos todos os dias.

Próximo.

Um breve roteiro. Vou fazer uma pequena introdução, dando um panorama geral sobre esses aeródromos que servem a aviação regional, falando um pouco dessa infraestrutura aeroportuária, o que eu vi em campo, nesses aeródromos, e o que acredito que sejam os principais desafios a serem vencidos.

Próximo.

Escolhi essa imagem, que considero bastante significativa, porque mostra o que a Anac, no dia a dia, busca evitar. Buscamos evitar acidentes, perdas de vidas humanas. Esse é o nosso foco, o nosso trabalho no dia a dia. Para isso, nós atuamos nos dois pilares: na parte de regulação e fiscalização.

Por favor.

O nosso foco, então, não poderia deixar de ser outro: segurança operacional, tanto da parte de *safe*, que é a segurança operacional nas operações aéreas quanto na parte de *security*, a parte de segurança da aviação contra atos de interferência ilícita.

Bem, vou fazer um panorama geral dessa infraestrutura, por favor. Antes de mais nada, gostaria apenas de alinhar um conhecimento. Eu retirei essas definições do Código Brasileiro de Aeronáutica e só lembrando que:

Aeródromo é toda área destinada a pouso e decolagem, movimentação de aeronaves

Aeroporto, necessariamente tem que ser um aeródromo público, dotado de instalações e facilidades e os nossos focos aqui são aeródromos civis públicos, ou seja, aqueles que precisam de um processo de homologação para que seja aberto ao tráfego.

Bem, o panorama geral: atualmente, no cadastro de aeródromos da ANAC nós temos 729 aeródromos públicos cadastrados. Vejo claramente que a aviação regional está passando por um momento muito positivo, há uma valorização das diversas esferas do Governo para que esse tópico de aviação regional seja ressaltado nesse momento às vésperas dos grandes eventos que estão por vir.

Também não poderia deixar de citar a importância da aviação regional em termos de integração nacional. Acho que isso também é um fator muito importante a ser ressaltado. Como o próprio Celestino e Fabiano informaram ainda há pouco, a demanda está crescente por aviação civil. Isso é importante e gera algumas consequências, especialmente para esse tipo de aviação. Também foi mostrado ainda há pouco que há uma pluralidade de companhias aéreas – especialmente para a aviação regional essa pluralidade é bem acentuada.

Também isso é notório. Os veículos da imprensa comentam com bastante frequência a saturação dos aeroportos e o Governo, então, decidiu partir para a concessão de três grandes aeroportos, tendo sido realizado o leilão em fevereiro último.

É também interessante citar o programa federal de auxílio a aeroportos, que vai ser englobado pelo Fundo Nacional de Aviação Civil, mas até esses dias é o programa que estava fomentando a infraestrutura aeroportuária especialmente essa voltada para aviação regional.

Pode passar, por favor.

Vou falar um pouco sobre essa infraestrutura, vou citar alguma legislação, apresentar algumas fotos para que os senhores possam vislumbrar um pouco do que eu vi desses aeródromos voltados para aviação regional.

Por favor.

A legislação da ANAC é diversa, vem sendo revisado ano após ano, especialmente em função da extinção do Departamento de Aviação Civil e criação da ANAC, e obviamente não teria outra ação senão a revisão dessa legislação.

Eu deixei alguma legislação aqui apenas a título de destaque. Existem, obviamente, diversas outras, mas essas legislações tocam em pontos que estão vinculados a esse assunto de aviação regional.

Essa primeira legislação é instrução de aviação civil IAC 107-1004A, que vai tratar do controle de acesso a áreas restritas dos aeródromos, ou seja, ali vai dizer quais os requisitos que devem ser seguidos em termos de acesso às áreas restritas dos aeródromos.

Temos também a resolução ANAC nº 63, de novembro de 2008, que trata do Programa Nacional de Instrução e Segurança da Aviação Civil (PNIASEC). Nessa legislação, os senhores encontrarão a qualificação dos agentes que trabalham com segurança da aviação contra atos de interferência ilícita.

Pode passar, por favor. Também gostaria de citar o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC 154) de 2009, que trata de projeto de aeródromos, especificamente a legislação que eu tenho contato diariamente; a resolução ANAC 115, que foi citada pelo Celestino,

estabelece os critérios para implantação, operação e manutenção do serviço de salvamento e combate a incêndio de aeródromos.

Vejam um detalhe importante. É uma resolução de 2009. A Resolução Anac nº 153 vai tratar de planos diretores aeroportuários, ou seja, como os aeródromos devem crescer ou o que devem apresentar nesses planos diretores aeroportuários. E a última resolução que eu gostaria de comentar é a Resolução Anac nº 158, que vai tratar sobre a autorização prévia para a construção de aeródromos e seu cadastramento junto à Anac.

Pode passar, por favor.

Quais são os pontos comuns que vejo nessa regulamentação normativa da Agência? O primeiro ponto que gostaria de ressaltar é a flexibilidade dos requisitos. Como assim flexibilidade? Nessa legislação, tenta-se – e acredito que se consegue – tratar os aeródromos de menor porte de forma diferenciada. Se analisarmos essas legislações, poderemos ver que os aeródromos de menor porte têm requisitos diferenciados em relação aos de maior porte.

No entanto, já ouvi diversos representantes, principalmente das empresas aéreas, questionando a flexibilização desses requisitos, mas não podemos esquecer o limite intransponível da nossa regulamentação, que é a segurança operacional. Temos que chegar a um limite, mesmo para os aeródromos de pequeno porte e esse limite não pode ser ultrapassado. A segurança operacional tem que ser sempre mantida. De qualquer forma, como falei ainda há pouco, a Anac vem fazendo a revisão constante de sua regulamentação, especialmente aquela oriunda do extinto Departamento de Aviação Civil.

Outro ponto que é sempre observado nessa legislação é a questão do impacto regulatório. Nesses últimos anos, esse assunto de impacto regulatório vem ganhando forte destaque, pelo menos dentro dos setores técnicos da Agência. E outro ponto que é sempre bom lembrar é que os nossos requisitos, muitos deles, têm que ser harmonizados com os requisitos constantes da legislação internacional, porque a aviação civil, como os senhores devem imaginar, é algo que transcende as fronteiras do nosso País.

Pode passar, por favor.

Falei um pouco da parte regulatória. Gostaria, então, de falar sobre a fiscalização dessa infraestrutura. O que é que eu, quando realizei as inspeções, e os outros inspetores de aviação civil da Anac, ao realizar inspeções nesses tipos de aeródromos, encontramos? Infelizmente, não encontramos as melhores condições. Vou citar, então, alguns dos pontos que foram encontrados.

O primeiro ponto: ausência de administração aeroportuária permanente. Já fiz inspeção em diversos aeródromos, especialmente na Região Amazônica. Ao chegar lá, perguntava quem era o administrador e não tinha um administrador ou ele tinha acabado de ser designado para aquele cargo e não tinha o mínimo conhecimento de infraestrutura aeroportuária. Isso, infelizmente, é uma realidade em muitos desses aeródromos que atendem a aviação regional.

Outro ponto verificado é que os equipamentos de segurança contra atos de interferência ilícita são em quantidade reduzida ou sequer existem nos aeródromos.

Outra falta de conformidade comum nas inspeções realizadas é a cerca de segurança rompida, permitindo o acesso de pessoas ou animais não autorizados.

Outro ponto de destaque que também já foi comentado aqui é a questão do serviço de salvamento e combate a incêndio. Realmente, fazemos inspeções e detectamos que esse serviço não está de acordo com a legislação.

E voltando a falar da administração, quando existe a administração, ela não tem a capacitação técnica mínima para podermos dialogar, apresentar os requisitos e perguntar de ações de correção desses requisitos. Infelizmente, isso é bastante comum nesse tipo de aeródromo.

Pode passar, por favor.

O pavimento desses aeródromos também é relativamente comprometido. Vejo que – e este é um ponto que eu gostaria de ressaltar aqui e que vou citar isso mais à frente –, talvez, mais importante que construir um aeródromo seja mantê-lo em condições operacionais mínimas.

Nós observamos vários aeródromos construídos. Gastam-se milhões de reais para a construção deles e depois eles simplesmente são deixados quase abandonados.

A sinalização horizontal, que são aquelas pinturas nas pistas, encontramos desgastada. Há ausência de sinalização vertical. Outro ponto interessante é a questão da drenagem insuficiente. E mais um ponto que gostaria de destacar é a questão do pessoal técnico dos Estados e Municípios, sem capacitação técnica específica para infraestrutura aeroportuária. Já conversei com diversos técnicos dos Estados, especialmente dos Estados, e os colegas engenheiros têm boa vontade, mas não têm a capacitação técnica para tratar de assuntos de infraestrutura aeroportuária. Então, por exemplo, vamos discutir assuntos relacionados a projetos de aeródromos, projetos de infraestrutura, mas, realmente, falta a eles essa capacitação. Não fal-

ta vontade nem competência, apenas a capacitação para atuar numa área tão específica da engenharia.

Pode passar, por favor.

Um outro ponto que a gente constata nas inspeções é uma faixa de pista, que é uma área em torno da pista de pouso, comprometida por obstáculos, principalmente vegetação; o terminal de passageiros incompatível com requisitos mínimos de segurança contra atos de interferência ilícita. Este é um ponto que eu acho crucial, que deve ser de grande relevância, que é a presença de obstáculos nas circunvizinhanças dos sítios aeroportuários. Ou seja, o aeródromo é construído, gastam-se recursos públicos e, depois de alguns anos, tem-se de tomar uma ação de restrição operacional porque existem obstáculos, prédios, caixas d'água, torres de transmissão construídos em torno desse aeródromo, inviabilizando assim as suas operações.

Eu já comentei um pouco sobre o desconhecimento dos administradores aeroportuários a respeito dos requisitos de infraestrutura. Outro ponto que nós também verificamos é que, após a inspeção propriamente dita, há uma descontinuidade no processo de fiscalização por parte do administrador, especificamente desse administrador que atua na infraestrutura voltada para a aviação regional.

Pode passar, por favor.

Estou trazendo umas fotos de infraestruturas aeroportuárias que nós encontramos durante as inspeções da Anac.

Trincas no pavimento, isso é bastante comum.

Pode passar, por favor.

Também outra foto de trincas no pavimento, numa pista de táxi.

Pode passar, por favor.

Aqui é a faixa de pista que citei anteriormente, que é uma área adjacente à pista de pouso. Nesse caso, está até dentro dos parâmetros, está livre de obstáculos.

Pode passar, por favor.

Aqui é uma caixa de passagem com batente acima da cota nula, dentro da faixa de pista. Essa faixa de pista não pode ter esse tipo de obstáculo.

Pode passar, por favor.

Essa sinalização horizontal, como eu citei, está desgastada.

Pode passar, por favor.

O indicador de direção de ventos, biruta, algo simples, mas que nós encontramos com pendências.

Pode passar, por favor.

Empoçamento de água na pista de pouso e decolagem. Isso é bastante comum.

Pode passar, por favor.

Valas de drenagem com vegetação. Aí deveria existir uma vala de drenagem para fazer a drenagem das águas pluviais. Os senhores podem ver que está bastante obstruída.

Pode passar, por favor.

Cerca patrimonial rompida. Essa é uma não conformidade típica nas nossas inspeções.

Pode passar, por favor.

Mais uma foto de cerca patrimonial rompida.

Pode passar, por favor.

Incursão em pista. Está aqui uma pessoa dentro da área do aeródromo. Inclusive, é interessante, eu mesmo fiz a inspeção nessa localidade, que não se tinha acesso de avião. Eu e mais outros inspetores fomos de barco até essa localidade no Amazonas – 12 horas para ir e 12 horas para voltar. Em Novo Aripuanã.

Pode passar, por favor.

Isso aqui é um veículo contra incêndio utilizado nos serviços de salvamento e combate a incêndio, foi doado, os senhores podem ver o símbolo do comando da Aeronáutica – pelo comando da Aeronáutica para algumas prefeituras. Só que o veículo estava fora do aeródromo. Ele estava, nesse caso, numa delegacia.

Pode passar.

De forma bem rápida, pois meu tempo já está se extinguindo, eu gostaria de apresentar os desafios que vejo que devem ser vencidos sobre esse assunto.

Por favor.

Da parte da Anac, eu acho que não há dúvidas de que vamos continuar revisando a nossa legislação, especialmente avaliando o impacto regulatório e a aplicabilidade desses requisitos aos diversos aeródromos, sempre respeitando o porte de cada um dos aeródromos.

Outro ponto que também tem de ser definido são aqueles aeródromos que vão ser utilizados pela aviação regional. No estudo da Abetar, eles listam os aeródromos que eles consideram importantes.

A parte da profissionalização da administração aeroportuária. Como eu citei, não adianta construir um aeródromo para atender às nossas localidades, aos Municípios no interior, se depois não vai haver uma administração aeroportuária com conhecimento técnico para operacionalizar um aeródromo, mesmo de pequeno porte. Isso é fundamental. Acredito que vão ser feitos agora, com mais veemência, os investimentos nessa infraestrutura destinada à aviação regional. Aí é o ponto que eu gostaria de ressaltar: em especial na manutenção e na operação. É com tristeza que, quando visitamos esse tipo de aeródromo, nós encontramos uma infraestrutura que poderia estar plenamente utilizável pelas empresas aéreas. Se há demanda e a empresa tem disponibilidade, ela vai àquela localidade,

mas, se a infraestrutura não estiver de acordo, se estiver deficiente, ela não poderá ir. Então, entendo que este é o ponto principal: temos de investir na manutenção da infraestrutura portuária e na sua operação.

Pode passar.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer, em especial o apoio da Dr^a Ilma Lima, assessora parlamentar da Anac.

Eu deixei três frases, mas eu gostaria de ler apenas esta do meio: leve é a tarefa quando muitos dividem o trabalho. Entendo que a aviação regional tem de ser realmente abraçada por todos, tanto o Governo, quanto o Legislativo e as empresas aéreas, para que possamos desenvolver esse assunto e levar a aviação a todos os rincões do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Dr. Tarik, pela sua explanação.

Como último palestrante, eu concedo a palavra ao Dr. Walter.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – Boa tarde a todos.

Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui falando para esta Comissão.

A Infraero tem sido colocada diante de um desafio tremendo. O Tarik falou de 720 aeroportos públicos no Brasil. A Infraero opera 66 aeroportos que significam quase 97% do movimento de passageiros. Quando se fala de aviação regional, para a Infraero, a aviação regional está integrada aos aeroportos de médio e grande porte, até porque o grosso do que se chama de aviação regional, que está por ser mais bem sistematizada e definida, se dirige aos aeroportos de médio e grande porte.

Mas o desafio começa justamente dessa demanda enorme. Nós tivemos, em 2010, em relação a 2009, 26% de aumento de tráfego de passageiros. No ano passado, tivemos mais 16%, ou seja, o crescimento nos últimos quatro anos foi ainda maior que aquele que a Fabiana mostrou de 2003 a 2011. Estamos trabalhando com a média de 20% nos últimos quatro anos. Esse aumento impôs um desafio muito maior do que se imaginava ao nosso plano de investimentos.

O que tem sido feito para atacar esses desafios? Os desafios foram colocados aqui. Os desafios são de normatização, de novos procedimentos. E eu gostaria de colocar aqui o que está acontecendo: o sistema de aviação civil está se reestruturando. Ao mesmo tempo em que esses desafios são enormes, temos um sistema que está se reestruturando. A Anac, a partir de 2005, 2006, tem instituído uma série de novas normatizações, novos regulamentos, que têm obrigado todos os operadores de aeroportos a se adequarem de uma

maneira muito mais rápida. Isso envolve os custos decorrentes que não são poucos.

No caso dos aeroportos, outra coisa que acontece são os investimentos são muito altos e o período para se fazer todo o processo – termos de referência, licitação, projeto e obra – é muito grande.

Não quero aqui falar uma coisa que todo mundo sabe, mas só como exemplo é interessante colocar que a Administração Pública pode demorar até... Nós temos demorado até um ano e meio num processo de licitação. Um dos motivos que foi levantado para a concessão dos aeroportos à iniciativa privada foi justamente tentar diminuir esse prazo de execução do orçamento.

Os aeroportos que foram concedidos significam 30% do movimento de passageiros e 55% do movimento de carga, processados pelos aeroportos da Infraero. Ou seja, a Infraero fatalmente está passando por um processo de transformação, e o que se chama de movimento regional – que imagino que vá ser redefinido – vai ter um foco cada vez mais importante para as operações dos aeroportos.

Essa adequação de infraestrutura passa por um processo muito grande de ter sido feita na Infraero, junto com a SAC, com a Anac – a nova SAC, colocou a SAC já reestruturada, já com *status* de Ministério, que é uma coisa muito recente – e com a criação da Conaero, que está juntando todas as empresas aéreas – a SAC, a Anac, a Infraero – e os outros órgãos de atuação do setor.

Apesar de a Polícia Federal, a Anvisa e a Receita Federal não serem propriamente e diretamente ligadas aos setor de aviação civil, elas têm um ponto importantíssimo nessa atuação em operação dos aeroportos. Os custos para eles também são muitos elevados. Alguns desses custos têm sido repassados ao operador aeroportuário de maneira sempre acordada entre as áreas, mas imagino que passaremos por um processo de modificação radical nessa nova estrutura de operação de aeroportos.

Daí, o Plano Aeroviário Nacional, que deve ser realmente o foco em que aparecerá essa nova diretriz de investimento e de hierarquização de movimento e de infraestrutura, vai dar o norte – imagina-se –, para que possamos continuar o acompanhamento do plano de investimentos.

Focando aqui, basicamente pegando uma carona no que o Tarik falou sobre os desafios, eu queria colocar em ponto de destaque o que ele falou em termos dos obstáculos.

Nós temos hoje vários aeroportos com plena condição de operar. Quanto às operações, inclusive, até em termos de manutenção, eles têm sido bastan-

te bem mantidos, mas a questão dos obstáculos em volta do aeroporto tem sido uma coisa bastante séria.

Outro ponto, sobre o qual eu queria falar também, é o da acessibilidade terrestre, do acesso aos aeroportos. Hoje começamos a ver em vários aeroportos do Brasil – aeroportos bem mantidos, com infraestrutura compatível, eventualmente sem obstáculos, mas com problemas de acessibilidade terrestre muito sérios.

Esse tempo para poder resolver esse problema também é muito, muito custoso, e é um desafio muito grande. Ele extrapola a operação de aeroportos e vai para as prefeituras e governos de Estado.

Nesse item, a Infraero tem feito um programa muito grande com as prefeituras e governos de Estado, em termos de tentar abraçar esta ideia do que é importante para que os aeroportos se mantenham em operação. Isso que o Tarik colocou aqui, o fator dos recursos humanos, ou seja, não temos em nossas prefeituras e governos de Estado às vezes áreas específicas, com conhecimento específico na área de desenvolvimento de aviação civil e infraestrutura de aeroportos.

A Infraero tem tentado, junto às prefeituras, estabelecer alguns acordos de cooperação técnica, para aprender a digerir e explicar melhor essa legislação, que é muito específica, nacional e internacional, e para tentar junto às prefeituras, fazer com que essas passem suas legislações municipais, de uso do solo e de investimento no entorno dos aeroportos, para que ajudem os aeroportos a terem um futuro de crescimento e desenvolvimento.

Outro foco que é bastante sério é a questão ambiental. No caso, hoje, nem os aeroportos que têm áreas suficientes para se desenvolverem, hoje, a questão das licenças ambientais e da análise da questão ambiental tem demorado muito tempo também, ou tem tomado o tempo que é necessário e isso faz com que a infraestrutura aeroportuária fique a reboque do desenrolar desse tipo de estudos.

Eu gosto sempre de dar o exemplo do novo aeroporto de Ilhéus. Nós, brasileiros, há dez anos tentamos estudar um novo aeroporto para Ilhéus e por “n” questões tem sido bastante difícil uma solução de curto e médio prazo.

Nos últimos tempos, as três áreas que haviam sido estudadas como possíveis áreas em termos de acesso, por serem perto das cidades que serão atendidas, foram todas vetadas do ponto de vista ambiental e voltamos à estaca zero. São dez anos, pois começou desde a época do DAC, IAC e depois pegando a Anac. E a Infraero participou como convidada do sistema de aviação civil, porque opera hoje o aeroporto de Ilhéus e os novos aeroportos são atribuições da Secretaria de Aviação Civil. Então, esse exemplo do aeroporto

de Ilhéus é interessante e serviria como uma boa aula para tentarmos ver para onde temos de ir com o desenvolvimento aeroportuário.

Muitos dos nossos sítios estão chegando aos seus limites em termos de desenvolvimento. Alguns que têm desenvolvimento possível esbarram em questões de obstáculos externos ou ambientais para se desenvolver uma nova pista, um aumento de pátio ou novas áreas de carga, de passageiro, de hangaragem, além do aspecto dos acessos ao aeroporto.

Outra questão que tem chamado muita atenção, quando se vê a médio e longo prazo, é a necessidade de mais pistas. A Infraero, como operadora das áreas da União que são colocadas para que desenvolva, tem acompanhado a demanda e trabalhado, juntamente com a Conaero, para fortalecer novos procedimentos de aumento de capacidade.

Todos nós do sistema de aviação civil estamos muito felizes por termos conseguido estabelecer essa harmonia e orquestração no sentido vermos o problema juntos e propormos soluções que possam atender a todo o sistema. Como resultado, pudemos ver, nos últimos anos e nos momentos de maior pico da aviação, que tem sido menos traumática a operação e o equilíbrio entre a capacidade e a demanda do sistema de aviação civil.

Outra colocação interessante a se fazer aqui, do ponto de vista da aviação regional, é o envolvimento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, Decea, que ficou subordinado ao sistema militar porque... Isso aí também está sendo alvo de uma revisão de todo o controle do espaço aéreo, com novas regulamentações e diretrizes e uma maior tentativa de ver de uma maneira mais estratégica, a médio e longo prazo, como vamos dar conta de toda essa demanda que já acontece e deverá aumentar.

Também estou pegando carona na sua palestra, Tarik, mas gostei muito quando você falou da parte de manutenção. Os custos envolvidos em uma manutenção aeroportuária costumam ser muito maiores do que os de qualquer outro sistema de transporte. Não digo na Infraero, mas considerando os 720 aeroportos, nós temos encontrado justamente esse tipo de problema. O fundo para investimento fala de um investimento novo ou de acréscimos de investimentos já existentes, mas não temos um fundo para manutenção.

A Infraero tem operado os aeroportos há quase 40 anos e esse foco na manutenção tem sido um dos principais motivos de orgulho para a Infraero, por ter conseguido manter essa infraestrutura com os recursos que se tem.

Pegando outro foco da palestra do Tarik, os recursos humanos têm sido bastante reduzidos. No Brasil

há um grande crescimento e um enorme desafio, pois essa área exige uma atenção especial por ser muito específica e não estar conseguindo acompanhar a formação de mão de obra especializada.

Queria também tocar noutro foco, que tem a ver com essa reestruturação das novas normatizações. A Infraero, hoje em dia, está, a partir de novas portarias da Anac, revendo hoje todos os seus planos diretores de desenvolvimento, mas tem esbarrado justamente na falta dessas diretrizes estratégicas mais abrangentes para o país. Hoje, temos tentado atender, na falta dessas diretrizes estratégicas, usando as diretrizes que temos e com um foco junto com a SAC, tentando estabelecer, ainda, junto com os governos do Estado, quais seriam essas diretrizes para darmos conta desse desenvolvimento.

Essas novas instruções da Anac – só para terminar a minha participação – antes de abrir para o círculo de debates, têm sido um foco bastante importante dos partícipes do sistema de aviação civil – o que o Tarik falou aqui – de vermos como é que essa legislação vai conseguir acompanhar esse desafio e os desafios de todos nós, brasileiros, de estarmos dando conta de estar com esses investimentos para atender a essa legislação.

A aviação civil no Brasil tem crescido a taxas muito superiores a qualquer país do mundo, tem surpreendido a todos nós, e imagino que, a médio e longo prazo, vamos ter os desafios aumentados aos de hoje.

Muito obrigado, estou aberto a participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Dr. Walter pela exposição, como já agradei aos demais palestrantes.

Gostaria, antes de abrir o debate, conceder a palavra às Senadoras Ana Amélia, autora do requerimento, Lídice da Mata e Vanessa. Queria fazer aqui uma comunicação às Sras e aos Srs. Senadores.

Estabelece o art. 89, item 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Presidente das Comissões Permanentes tem autoridade, competência, melhor dizendo, para designar membros para as Subcomissões.

Nesta oportunidade, tomo a iniciativa de designar o Senador Cássio Cunha Lima como membro efetivo desta Comissão. Ele vai, inclusive, recheiar a Comissão de S. Ex^a, Senadora Lídice da Mata, para compor a Subcomissão da Copa, que vocês, da Subcomissão, deviam estar...

Gostaria de fazer uma observação, apenas, Lídice. Ouvi uma querela entre o Governo brasileiro e o representante da FIFA. As pessoas ficam cobrando, realmente, que as coisas aconteçam em termos de infraestrutura para receber os jogos da Copa do Mun-

do. Até agora, não vi ninguém se manifestar, nem a imprensa especializada, esportiva, nem as comissões desta Casa se preocuparem com a seleção brasileira. O que adianta você ter Copa do Mundo no Brasil e não ter seleção?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, Sr. Presidente, ele está dizendo que o Brasil está só se preocupando em ganhar o jogo, não está se preocupando com a infraestrutura...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas não existe seleção brasileira, ela jogou com a Bósnia e, colocando a última gota de sangue, ganhou de 1 X 0 porque o cara fez um gol contra. Então, é isso que quero ver, como vão preparar. Como é que nós vamos preparar belíssimos estádios, uma infraestrutura extraordinária para chegar aqui e ver a festa dos europeus porque, com essa seleção que está aí, são eles que vão ganhar essa copa do futuro.

Então, é preciso cobrar da CBF essa seleção que não existe. Com esses que estão aí só vai passar das oitavas de final porque não tem como eliminar. Nas oitavas de final o time chega até o último jogo, pode apanhar os quatro jogos e entrar, mas, quando chega às quartas de final para frente...

Era isso o que queria solicitar à minha querida Presidente da Subcomissão da Copa, agora com a presença recheada de V. Ex^a.

Dando continuidade, gostaria de conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, que terá o tempo regimental para que faça...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que, pela ordem, a Senadora Vanessa quer sugerir que as três requerentes façam as primeiras três perguntas e, depois...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas, pela ordem, é V. Ex^a. Se V. Ex^a abre mão...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sei. Estou me antecipando porque adivinho pensamentos. As três requerentes perguntam, os depoentes respondem. Era isso?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É isso mesmo, vou fazer o bloco.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Adivinho pensamentos. Caro Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Fica mais prático, ganha-se tempo. Cada uma faz as suas indagações e vocês terão o mesmo tempo para responder. Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, caros Colegas Senadores, queria, em primeiro lugar, cumprimentar e agradecer a presença de todos que vieram aqui abordar essa questão da logística aeroportuária brasileira, que

impacta diretamente sobre não só a questão do transporte aéreo, mas, de um modo geral, sobre a logística em nosso País, o que retira a competitividade inclusive na área do turismo.

Não é preciso nem pensar nas críticas que as autoridades da FIFA fizeram a respeito da preocupação sobre a questão específica dos estádios, mas especialmente aeroportos e hotelaria, o sistema aeroportuário e o sistema hoteleiro. Isso já seria, digamos, um gargalo para 2014, mas, com o crescimento de 20% ao ano, que é a previsão anunciada aqui, que não estava – imagino – nos planos, embora, com o aumento do poder aquisitivo da população brasileira, determinada por uma política de remuneração e de reajuste de salário, isso, em algum momento, iria acontecer, até porque, na comparação com o preço do transporte terrestre, com o risco que tem, com a economia que tem viajar de avião, com as vantagens que tem, isso, em algum tempo, iria acontecer.

O quadro que foi apresentado me preocupou muito. Sinceramente, não tinha ideia da gravidade da situação. O Dr. Tarik falou sobre a situação do que chamamos de campo de pouso, campo de aviação, não é nem aeródromo. Lá no Sul, quando é ruim assim, chamamos de campo de pouso, campo de aviação.

Eu queria saber do Senhor, primeiro, o que são essas trincas no asfalto? O que um outro setor, que acontece muito, com muita frequência, que são aves que estão em torno, como corvos e outros tipos de aves, o que acontece em vários lugares do Brasil, o perigo que elas podem representar?

O princípio que o Senhor citou de que não adianta construir um aeroporto se ele não tiver manutenção e um funcionamento adequado, senão ele vira um elefante branco, e temos isso no Brasil, o que vale para um hospital, vale para uma escola, vale para qualquer princípio. Então, nessa questão da segurança, os investimentos previstos para ampliar essa rede regional e também a rede de Porto Alegre, que tem um aeroporto relativamente novo, mas que já está com incapacidade para pousos e decolagens. Já está obsoleto, apesar de ter menos de dez anos de inauguração, o aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre. Mesmo que eu seja do Rio Grande do Sul, interessa-me também outro aeroporto, por ser muito usado pelos gaúchos, que é o aeroporto de Florianópolis. Eu, desde que era jornalista, cobria esse aeroporto de Florianópolis e até hoje ele não saiu do papel.

Queria saber do Dr. Celestino, voltando à questão da concentração das companhias aéreas. Ali, o Senhor colocou as duas companhias que tem maior percentual de participação no transporte e, depois, outras companhias. A Web Jet está no segundo campo, só que ela

foi comprada pela Gol. Então, a rigor, teria de ter um percentual maior. Qual é a posição das companhias aéreas sobre a permissão, pelo Governo brasileiro de companhias estrangeiras operarem no Brasil não só no transporte internacional, mas também no mercado interno. Qual é a visão dos Senhores sobre isso?

Gostaria que o senhor me respondesse à pergunta que lhe fiz sobre qual é a participação do *venture market* combustível nas companhias internacionais e por que, e vou me valer de um exemplo do Senador Jorge Viana, que estava alarmado, fez até um pronunciamento, com o preço de um bilhete aéreo de Brasília a Rio Branco, ida e volta, que estava em torno de R\$ 6.000,00. É um valor complicado de entender. Então, para o senhor é isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/ PP – AL) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/ PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, é o senhor quem está dizendo, Presidente, eu só perguntei. Agora, queria perguntar para o Dr. Tarik e para o Dr. Valter, da ANAC, e talvez para a Dr^a Fabiana, sobre o seguinte: os leilões de privatização dos aeroportos foram em fevereiro deste ano. As regras que balizam as concessões foram fixadas na Medida Provisória nº 551. Só que essa medida provisória não foi votada ainda, está dependendo de votação no Congresso. O que acontece? Cria-se uma situação de indefinição, porque essa medida pode ser modificada. Ela pode ser aprovada, mas também pode ser rejeitada no projeto de resolução do Senado Federal.

Então, como fica o investidor que está interessado em participar desses investimentos, em relação à segurança jurídica? Já depende dessa... Por que a realização desses leilões, Dr. Fabiano, não ocorreu depois da votação dessa matéria, uma vez que se esperou tanto tempo quanto à questão do marco regulatório dos aeroportos?

Até o momento o Governo não divulgou nenhum plano abrangente de concessões aeroportuárias. Foram concedidos à iniciativa privada quatro aeroportos, os maiores, mas não se sabe se outros terão o mesmo destino – é o caso de Porto Alegre. O Governo pretende elaborar – para a Dr^a Fabiana – um plano de outorgas para o setor aeroportuário? Quando esse plano poderá ser divulgado?

Aí também lembro que, no caso dessas concessões feitas, a lata, que é o organismo internacional, fez críticas muito severas a respeito dos preços, que teria de aumentar muito o preço da passagem aérea, por conta do investimento pesado que terá de fazer para ganhar, quando da concorrência, essa concessão. Quanto a isso, talvez o Dr. Celestino possa fazer algum comentário, também.

Para terminar, no modelo adotado, Dr. Walter, a Infraero será a sócia minoritária em todos os aeroportos concedidos, isso implica aporte de recursos para a realização dos investimentos exigidos dos concessionários. A Infraero dispõe de capital para tanto? Não seria melhor direcionar os recursos da Infraero para os aeroportos administrados diretamente por ela? Qual será a participação da Infraero na gestão dos aeroportos concedidos? Ela participará das decisões ou apenas receberá dividendos?

São essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria de fazer uma sugestão aos demais Senadores.

Como nós temos três Senadores inscritos, depois dos autores, eu gostaria de sugerir que ouvíssemos todos e depois eles responderiam a todos, para evitar a interrupção e o esvaziamento.

Então, seria a Senadora Lídice da Mata, mas S. Ex^a se ausentou. Então, concedo a palavra à Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, a Senadora tem hora em um programa na TV Senado. Como não tem como esperar, S. Ex^a pediu desculpas.

Eu vou ser breve e sucinta. Neste momento, não vou abordar o amplo assunto da aviação nacional. Poderia falar de preço, de custo, de segurança, mas quero me ater à questão muito simples dos aeródromos. Só nisso, para não desviar o foco.

Há muitos anos tenho trabalhado, Sr. Presidente, pelo menos tenho tentado trabalhar em busca da solução desse problema e eu quero aqui exatamente pegar o exemplo do meu Estado, o Amazonas, que, não por acaso, ilustrou aqui a apresentação do Dr. Tarik, que aqui representa a Agência Nacional de Aviação Civil.

Dr. Tarik, é preciso agendar uma visita do Diretor-Presidente e de todos os Diretores da Anac ao interior do meu Estado. Não precisa só ser ao interior do Amazonas. Podemos visitar um aeródromo de Roraima, outro do Pará, mas é preciso visitá-los, porque não podemos mais conviver com a situação do interior do Amazonas.

Na Amazônia, o meio de transporte não é uma opção das pessoas que lá vivem, mas, muitas vezes, é uma imposição. Quando a pessoa está doente, não pode ficar 30 dias em um barco, na calha no Juruá ou do Purus, para chegar até a capital e obter assistência. Ela tem que vir de avião.

Se os senhores observarem uma planilha de custo, de gastos de uma prefeitura do interior, o item passagem, transporte aéreo é assustador, porque não são técnicos de saúde, de educação que viajam, mas

é o povo doente, que bate na porta da casa do Prefeito, que tem de arrumar a passagem – temos aqui o Governador Cássio, que sabe como funcionam essas coisas –, para salvar uma vida. Em muitos Municípios, sequer há médicos. E não são Municípios pequenos, são Municípios de 30, 40 mil pessoas, não há sequer médico. Então, o transporte aéreo é necessário.

Estou aqui com uma matéria do dia 2 de março – hoje são 6 –, que relata que, mais uma vez, a Associação Amazonense de Municípios reúne os Prefeitos. Qual o tema principal? Aeródromos. Aqui, ele dizem que vão devolver para a União todos os aeródromos. Dos 62 Municípios que temos, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, dos 38 aeródromos, só 11 funcionam e mais ou menos.

Eu fui a Parintins, a terra do boi-bumbá. Quem assiste ao Carnaval pela TV, ouve muito falar de Parintins, porque o Carnaval no Rio de Janeiro, apesar de belo, era estático. Mas agora tudo se mexe porque Parintins, aquele povo maravilhoso da terra que faz o boi-bumbá ajuda a realizar o Carnaval do Rio de Janeiro. Mas lá o aeroporto não funciona. Em Itacoatiara, do lado de Manaus, onde há uma atividade econômica importante, um importante porto graneleiro, está fechado o aeroporto.

Lembro um dos *slides* que o Presidente da Anac apresentou, onde estão as regras. São elas: flexibilidade dos requisitos, tratando os aeródromos de menor porte de forma diferenciada, dentro da segurança,...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Resolução nº 158.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...mas não pode tratar igual. Não pode porque, a continuar na mão das prefeituras, porque são elas que administram – elas até concordam em administrar –, mas que sejam passados recursos. Os recursos não são repassados, e os aeroportos funcionam. Não adianta o senhor dizer que não é para funcionar, ele vai funcionar. O doente está lá quase morrendo, então, desce o avião, sobe o avião, e vai funcionar. Assim, a vida corre ainda mais perigo.

Então, queria saber do senhor só isso e mais nada. Dentro desse novo plano, essa situação é tão emergente que há uma subcomissão, não sei no âmbito de que Comissão, para tratar da aviação regional, criada e instalada agora aqui no Senado Federal.

Como poderemos resolver isso? Eu vou apoiar os Prefeitos e, até disse a eles que, quando eles forem lá devolver, vou junto. Porque o PROFAA não vai para lá, não dá recursos para essas localidades. Se observarmos as aplicações dos recursos do PROFAA, elas não se destinam ao Norte, para quem está precisando. Eu

sei porque já estive na Anac discutindo com a direção, e não é para lá que vão os recursos.

Então, quero dizer que apoio os Prefeitos quanto à devolução, porque a administração é municipalizada, mas os recursos também têm de ser municipalizados. Municípios que não têm condições de pagar piso para o professor, investir 25% na saúde e manter aeroporto, que custa dinheiro, fica difícil.

Então, qual seria a solução que essa nova política – sei que está em fase de debate –, uma nova política de aviação regional para o Brasil, como irá resolver o problema dos aeródromos? Ficará com o Governo Federal? Ou será descentralizada, descentralizando também os recursos?

Em conversa com o Presidente da Infraero, Senadora Ana Amélia, sobre as privatizações, ele me disse que os recursos serão para manter outros aeroportos do País.

Então, gostaria de ouvir dos senhores e da senhora qual seria a alternativa para resolver definitivamente esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AI) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Dando continuidade, tem a palavra o Senador Vital do Rêgo, inscrito.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento todos os convidados, alguns de longa convivência, como o Celestino, Dr^a Fabina, Tarik, Walter, e dizer da satisfação em participar deste ciclo, de um assunto recorrente nesta Comissão.

Efetivamente, o nível de reclamação nacional contra as empresas aéreas é algo escandaloso. V. Ex^a, agora mesmo, fez uma pública.

A presença dessas entidades públicas e privadas nesta Comissão nos aponta uma possibilidade de enfrentamento desse desafio, que está tardiamente posto no País. Eu posso falar com isenção de ânimo, porque fui Presidente, quando Deputado Federal, de uma frente nacional em defesa da aviação regional. Naquela oportunidade, tive um conhecimento mais profundo desse escandaloso quadro de rotas que está tão atrasado quanto nós esperávamos.

O Brasil – aqui se falou em números com relação à explosão de demandas – teve, Senadora Vanessa, Senadora Ana – autoras do requerimento para a realização deste encontro –, uma explosão superior as 20%, principalmente nas regiões onde o olhar da aviação geral, da aviação civil é menor, como a região Norte e Nordeste do País. A explosão dessa demanda, desse consumo das empresas é inversamente proporcional ao preço da tarifa.

Há pessoas que nunca tiveram acesso e estão viajando pela primeira vez. Isso é belo, belíssimo. Semana passada, anteontem, vim para Brasília com um cidadão de 70 anos que estava voando pela primeira vez. Foi lindo estar ao lado dele, porque ele descobriu algo que para nós é habitual. É como descobrir um desafio, um horizonte novo. Mas é onde se gasta, onde há uma tarifa mais onerosa, exatamente por força dessa composição de custo. Onde há a explosão da demanda é de onde se cobra mais e são penalizadas as pessoas que ascenderam à condição de poder voar.

Então, a primeira indagação que faço à Mesa é no sentido de como fazer justiça, o equilíbrio e a justiça social nessa questão das tarifas, levando em conta as composições de custo, aquilo que os senhores palestrantes lembraram aqui quanto ao preço do combustível e as diversas variantes da formação dessa tarifa final.

Fabiana, há pelo menos dois anos eu estive com o Ministro Jobim. Fui na condição de Presidente da Frente de Aviação Civil Regional. Lá, o Ministro empossado, como bom gaúcho que é – não é Ana –, estava entusiasmado. Eu tenho uma relação com o Jobim que vem da época do meu pai. Ele me dizia: “Vitalzinho, em 6 meses eu estarei encaminhando à Casa Civil o projeto revolucionário da aviação civil do Brasil”. Até hoje eu não vi. Até hoje, não tivemos notícias. A Copa está chegando, enfim, as necessidades estão aí, elas não são futuras, mas atuais, e não tivemos notícias desse projeto.

A Presidente Dilma, em boa hora, criou a Secretaria de Aviação Civil e colocou lá um gestor, um executivo extremamente eficiente e espero e gostaria de saber como anda.

Havia um técnico, o Fernando, com quem conversava muito e me empolgava muito. Ele dizia: “Está saindo, está saindo”. Mas esse parto não sai nunca e eu gostaria de ver o resultado final desse esforço da Secretaria de Aviação Civil.

Eu não estava aqui, cheguei um pouco atrasado, e não ouvi a SAC falar sobre os investimentos na manutenção, aquilo que o Walter falou há pouco. Dos recursos bilionários provenientes dos leilões de concessão, o que irá para a manutenção dos aeródromos já existentes? São, pelo menos, 720.

Já pergunto à Anac e o farei, Tarik, com toda a liberdade que fiz ao Marcelo Guarani anteontem. Venho conversando – a Ilma é a minha confidente –, falo muito com a Anac sobre os aeródromos do meu Estado, a Paraíba, meu e o do Cássio – somos paraibanos –, onde temos um aeródromo semipronto, o de Cajazeiras. Há algum tempo, pedi a sua homologação. O Marcelo me informou que vai encaminhar um documento relacionando o que é preciso para homologá-lo.

Temos dois aeródromos importantes para o nosso Estado: o de Patos, que tem a governança da Prefeitura Municipal de Patos e o aeródromo de Sousa, que tem a governança do Governo do Estado.

Vai uma pergunta para a Anac, pedindo a você que não fique apenas na região Norte. Você disse que conhece 50 aeródromos da região Norte. Vamos conhecer os aeródromos da Paraíba também. Eu o convido aqui para uma visita a esses três aeródromos, fora de João Pessoa e Campina Grande, que são aeródromos suficientemente importantes para receber a aviação regional. Todos os três têm condições. Agora, realmente, precisam de investimentos. Aí, eu me vejo num conflito de competências - e eu estava tratando disso com Guarany's na semana passada. Há um conflito claro de competências, como na própria aviação civil. Há uma superposição de tarefas. Agora, a Secretaria está tentando arrumar as coisas, mas há uma superposição de tarefas. Isso se reflete nos Estados. Não temos o PROFAA. Vanessa, no Nordeste, o PROFAA nunca esteve, nunca passou nem por longe. Quando conseguimos recursos para dois aeródromos, um em Araruna, para balizamento, e outro em Cajazeiras, tivemos seriíssimas dificuldades. Então, nesse fundo que está se criando para substituir o PROFAA, precisamos delimitar como ele pode servir exatamente para essa interligação e otimização das rotas, como, aqui, o Senador Lauro Antonio, que conhece muito bem aviação, estava me dizendo. Precisamos otimizar essas rotas e enfrentar esses custos com a possibilidade de integração nacional. A Paraíba é um Estado que, pela sua condição geográfica e pelos aeródromos que já citei, é fundamental para a interligação dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Alagoas... Nós estamos no meio do Nordeste e estamos muito, muito, muito atrasados, porque não temos nenhum tipo de investimento nessa área. Então, eu queria saber dos senhores a quem compete, nesses casos de relação do governo com essa superposição de funções, a governança desses aeródromos, como a Anac acabou de colocar.

Vou terminar, Presidente.

Uma das coisas que, quando Presidente da Frente de Aviação Civil, eu me batia é a Resolução nº 158, Celestino, que disciplina a flexibilização dos aeroportos ou aeródromos com relação ao carro de incêndio. O Tarik mostrou que tinha um na delegacia, mas, como a Vanessa colocou agora há pouco, há dificuldades, porque esses aeródromos ou aeroportos têm sustadas suas movimentações, já que não têm um carro de incêndio. Para ter carro de incêndio, tem de ter brigada de bombeiros; para ter brigada de bombeiros, precisa efetivamente ter convênio com o Estado que tem

recursos humanos para a administração do corpo de bombeiros. Aí, vai se criando uma montanha de dificuldades e precisamos otimizar esses resultados. Tarik e companhia, nesses aeródromos para aviação regional, é indispensável o carro contra incêndio? Se o é, como a Secretaria de Aviação Civil, através do fundo, pode fazer para viabilizar pelo menos esses carros de incêndio, porque é o mínimo necessário dentro dessa composição.

Já convidei Tarik para fazer uma visita à Paraíba.

Não sei quem está presidindo a Abetar, mas lá prometeram a inclusão dos aeródromos de Patos, Sousa e Cajazeiras na lista. Celestino, estou cobrando um compromisso, porque o Presidente da Abetar à época... Não sei Lack ainda o é. Continua?

(Intervenção fora do microfone.)

Continua. Ele esteve em Cajazeiras comigo, fazendo uma inspeção na pista de Cajazeiras, que é uma das melhores da região, como o Senador Cássio sabe muito bem. Então, queremos que a Paraíba seja contemplada na inclusão desses três aeródromos que correspondem efetivamente às três grandes cidades do eixo do nosso interior.

(Intervenção fora do microfone.)

Eixo do bem. É verdade.

É só, Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima. (Parei aqui, 108:24) Marilda

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Palestrantes, vou tentar sintetizar a minha fala porque em instantes teremos a Ordem do Dia e, por determinação regimental, provavelmente teremos que encerrar esta audiência pública.

Refiro-me inicialmente aos dois Aeroportos do Estado da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, além da observação feita de forma absolutamente pertinente pelo Senador Vital do Rêgo dos Aeródromos de Cajazeiras, Passos e Souza. E vai aqui, permita-me, Senador, uma extensão do convite ao Dr. Tarak para que ele possa olhar também para o Aeródromo de Guarabira, que exerce função regional importante no nosso Estado.

Quando prefeito e na sequência governador, Prefeito de Campina Grande por três mandatos, Governador da Paraíba em duas oportunidades, sempre tive olhar muito atento ao desafio do transporte aéreo do nosso Estado. Tanto que quando governador, tive a iniciativa de, Celestino, de apresentar também à Assembleia Legislativa do meu Estado projeto de lei que reduzia a carga tributária do ICMS do combustível, numa tentativa de atrair maior volume de voos para

melhorar nossa grade aérea, além de uma luta que hoje o Senador Vital também abraça para melhorar o sistema de navegação dos nossos aeroportos, principalmente lá em Campina Grande, onde há décadas, posso dizer, luta por um ILS (*Instrument Landing System*) que está prestes a chegar finalmente, o que vai melhorar as condições operacionais do aeroporto. Além do pleito já antigo que realizamos como paraibanos.

A Paraíba, a rigor, é credora do Brasil ao longo da história da nossa República. Se olharmos de *per si* Estado por Estado, o governo federal, ao longo dos séculos, de uma forma ou de outra, sempre fez investimentos estruturantes em cada uma das unidades federativas do nosso País. A Paraíba talvez seja um dos poucos Estados que até hoje, passados todos esses governos, nunca recebeu um investimento estruturante que alavanque o seu desenvolvimento, que possibilite de maneira efetiva o seu crescimento econômico. E temos na nossa infraestrutura de maneira geral algumas carências, começando, portanto, pelo Aeroporto de João Pessoa, que já não comporta mais a demanda. Talvez sejamos hoje o único aeroporto da Infraero do Nordeste que não tem sequer um *finger*. Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguimos a elaboração dos projetos de reforma do Aeroporto Castro Pinto e na sequência, já no governo do Presidente Lula, sob a presidência do meu amigo e de tantos aqui Carlos Wilson, as obras de reforma do Aeroporto Castro Pinto, que já se mostram absolutamente obsoletas para a demanda atual. E ficando João Pessoa no final da fila dos investimentos realizados durante os últimos anos em todos os aeroportos do Nordeste brasileiro, sem que eu precise falar aqui da importância para o turismo e para nosso desenvolvimento de forma geral.

Em Campina Grande, da mesma maneira, ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, conseguimos o início das obras de recuperação e de melhoria do Aeroporto de Campina Grande e, já com a presença física do Presidente Lula em nossa cidade, inauguramos as melhorias ali realizadas. Mas carecemos ainda de apoio, por exemplo, para a instalação de equipamentos para abastecimento das aeronaves; temos carência dessa ordem de grandeza ainda no aeroporto de uma cidade importante como Campina Grande.

O que fica aqui, como questionamento de minha parte para objetivar esta minha participação, diz respeito aos critérios para aplicação do fundo que agora se avoluma em termos de recursos porque, mesmo com a posição de outrora e com o retardamento de hoje, o Governo finalmente percebeu que, como o modelo de concessão é um modelo bom, que já defendíamos

há muitos anos, e por questões políticas menores que terminam atrasando a chegada do Brasil a esse rol de países modernos que todos nós queremos – e a política brasileira tem este cacoete lamentável – nós, do PSDB, abro um parêntese, vamos aprovar, sim, aqui no Senado, um fundo complementar de previdência do servidor público, porque defendemos esse fundo há quinze anos e, chega com atraso de quinze anos, como chega com atraso enorme o modelo que defendíamos no passado e que, agora, está sendo finalmente, antes tarde do que nunca, reconhecido como modelo positivo, para que o Brasil entre na modernidade que todos nós desejamos.

A pergunta, portanto, Dr^a Fabiana, quais são os critérios para que não haja, como dito aqui pela Senadora Vanessa, uma concentração ou quase uma exclusividade na aplicação dos recursos do fundo, como vem acontecendo historicamente, para que Estados, como a Paraíba, que faz parte deste Brasil, que compõe a nossa Federação, possam ser lembrados e, mais uma vez, não fiquem esquecidos como tem sido nos últimos anos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, só queria complementar que não vou ficar sem convidar também, como fizeram meus colegas da Paraíba, as autoridades da Anac, da Infraero, da SAC, das companhias aéreas, a visitarem os nossos aeródromos, no Rio Grande do Sul: em Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Caxias do Sul, e Chapecó, que é Santa Catarina, mas é pertinho também. E um projeto que é uma alternativa em Porto Alegre. Não sei se o Governo está examinando isso. E também o famoso pedido do Aeroporto da Serra, que é uma reivindicação muito antiga, que a Dr^a Fabiana já sabe do que se trata.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a lista de inscrições, concedo a palavra para iniciar, assim como começou, à Dr^a Fabiana para as respostas que forem de sua competência.

FABIANA TODESCO – Bom, queria agradecer. É uma oportunidade, diante de V. Ex^{as}, de esclarecer como realmente está sendo o trabalho na Secretaria.

Senadora Vanessa Grazziotin, é um prazer conhecê-la. Com relação à Amazônia será rapidinho. Sei que a senhora...

Eu sempre recebi o requerimento, recebemos o Estado do Amazonas, segunda-feira agora. Essa questão da aplicação dos recursos, nós estamos repensando. Temos um tratamento diferenciado com o Estado do Amazonas. Entendemos que lá não é uma questão só de aplicação de recursos por parte de investimento. Tem muita questão de gestão e custeio.

A nossa preocupação é a forma, como viabilizar, de que forma traremos uma solução no aspecto até de gestão do aeroporto.

A Comar tem feito algumas obras, mas não tem se apresentado como uma solução suficiente a aplicação de recursos para investimento e adequação dos aeroportos. Há todo um requisito também na gestão aeroportuária, a capacidade institucional, como o Tarik colocou. Conversamos muito com Estado e o Estado nos demonstrou que não tem interesse em estar administrando.

Estamos à disposição. Sei que V. Ex^a tem que sair. Estamos à disposição. Posso lhe garantir que estamos dando um tratamento especial para região Norte, devido à logística e à importância do transporte aéreo para aquela região. Estamos à disposição para apresentar como está sendo o nosso plano.

Com relação a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, eu peço mil desculpas, realmente, com relação às perguntas feitas, gostaria de poder responder de forma imediata a V. Ex^a.

Sou da área do Departamento de Gestão do PROFAA, da Secretaria de Aeroportos. Existe uma Secretaria que ficou responsável por toda a elaboração do contrato e das regras de concessão. E até foi a Secretaria que trabalhou na elaboração da MP nº 551.

Vou levar essa informação para o Rogério, que é o Secretário de Política e Regulação, vou entrar em contato com o Pablo para que o Rogério entre em contato com V. Ex^a e explique todos esses pontos que foram colocados.

O que posso adiantar é que, havendo um evento da Copa, com prazo já definido, a Secretaria procurou trabalhar em tempo recorde para viabilizar a concessão desses aeroportos e que a iniciativa privada tivesse um tempo suficiente e hábil para investir e adequar esses aeroportos para a demanda da Copa. Então, esse foi o principal norte. Mas, com relação a toda essa questão da segurança jurídica, por que não aguardou a aprovação, eu preferiria deixar para o Secretário, porque ele teria a informação mais correta e com maiores detalhes.

Com relação ao Plano de Outorgas, a Secretaria está trabalhando também junto à Presidência com relação a essa questão, principalmente a questão da gestão aeroportuária. Ainda não sabemos como se dará, como se materializará, se vai ser um plano como ocorreu em outros setores, ou será um trabalho aí caso a caso, porque sabemos que cada aeroporto, em cada região, tem uma particularidade muito grande, e queremos dar a melhor solução, a melhor forma. Então, não teria essa informação de prazo.

Com relação também ao valor das outorgas sobre o custo das operações, isso é muito particular das

regras que estão estabelecidas no contrato. Aí, eu deixaria com o Rogério.

Com relação ao Estado da Paraíba e à questão do PROFAA.

V. Ex^a, Senador Cássio, colocou: quais serão os critérios para aplicação dos recursos do Fenac?

Primeiramente, tem toda uma metodologia que está sendo validada junto aos governos estaduais pelas particularidades de cada Estado, das regiões. Não foi validada ainda internamente, por isso não houve a possibilidade de estar apresentando. Então, quando a Secretaria fechar esse planejamento, será divulgado.

Com relação a essa questão dos critérios, temos essa preocupação do PROFAA. Acompanho o PROFAA desde 2008. E, uma das questões, um dos pontos críticos observados é que os Estados que possuem capacidade institucional e projetos de engenharia prontos têm uma capacidade maior de utilizar esse recurso, como é o caso do Estado do Rio Grande do Sul, que é o Estado que mais recebe. É impressionante a capacidade do Estado do Rio Grande do Sul com relação aos recursos do PROFAA.

Mas, não queremos continuar nessa situação de sempre beneficiar os Estados. Queremos levar esses recursos, agora, não somente que são do PROFAA, porque, antes, só tínhamos o PROFAA como política para aplicação dos recursos, para os aeródromos, de interesse regional e federal. Agora, nós temos o Fundo, que não tem tantas amarrações e regras como tem o PROFAA, que é somente por convênio, celebrado com o Estado, que tem que dar contrapartida, tem toda aquela regra da legislação que tem que ser respeitada, projeto de engenharia, autorização da Anac, licenciamento ambiental, tudo isso. Então, outros recursos que estão dentro do Fundo não possuem todas essas amarrações.

A pergunta, além dos critérios, é: qual a melhor forma de aplicar esses recursos nos Estados, diante da particularidade de cada Estado?

No caso, por exemplo, da Amazônia, devido à logística de obra, a dificuldade que existe lá, estamos pensando até numa parceria, quem sabe, com o Comar, que tem todo um conhecimento da região, tem executado as obras. Estamos pensando em várias formas e, uma delas também, é de não acontecer o que aconteceu no PROFAA, de sempre estar indo recurso para alguns Estados.

Com relação à pergunta do outro Senador, ele pediu para encaminhar.

Acho que, da minha parte, é isso. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Dr. Victor.

O SR. VÍCTOR RAFAEL R. CELESTINO – Sr. Presidente, primeiramente, endereçando à Senadora Ana Amélia, nas suas questões, em relação à questão da concentração do mercado.

Senadora, a Anac publica o Índice de Herfindahl-Hirschman, que é um índice usado internacionalmente para a verificação da concentração. Infelizmente, não tenho esses dados aqui, agora, mas posso lhe encaminhar. Mas o índice de concentração baseado no Índice de Herfindahl-Hirschman tem mostrado que temos cada vez mais competitividade no nosso mercado, nos últimos cinco anos. Isso é evidente, pela evolução do índice. Perdão, maior competição. Essa é a palavra adequada.

Esse indicador é internacional e quando comparado mais uma vez com clientes *venture markets* internacionais, a gente mostra que, por exemplo, no mercado norte-americano, onde está havendo movimentação muito grande de consolidação. Hoje, o último caso é o da American Airlines que está em vias de ser consolidado; esse nosso índice é muito bom, mas pediria que pudesse encaminhar esses indicadores posteriormente para a senhora, mostrando a comparação do nosso mercado com o mercado internacional.

A questão da cabotagem, que a senhora colocou: não existe nenhum país do mundo que autorize a cabotagem, ou seja, é a sétima, oitava e nona liberdade, é permitir que empresas estrangeiras façam voos entre dois destinos nacionais. O que nós estamos sendo muito revolucionários aqui no Brasil é a questão de permitir a quinta e a sexta liberdade, que é, por exemplo, o que faz a Pluna e a Copa; a Pluna tem um *hub* em Montevideu, que ela está ligando várias cidades do Brasil, através de Montevideu, com Buenos Aires, com BQB também, sendo que é mais voo charter, não tanto voo regular.

Com a abertura do espaço aéreo na América do Sul, o que as empresas vêem com muito bons olhos é a possibilidade de fazer a quinta e a sexta liberdade. O voo de cabotagem, como eu coloquei para a senhora... A quinta e a sexta liberdade praticamente todos os acordos bilaterais brasileiros já permitem a quinta e a sexta liberdade. Por exemplo, no caso da Gol, ela faz para Caracas e Aruba, ela tem essas possibilidades. E essas empresas estrangeiras dos outros países sul americanos estão usando muito essas possibilidades. Nós vemos com muito bons olhos, como uma forma de integração sul-americana e latino-americana. Realmente, essa é uma iniciativa que a Superintendência de Relações Internacionais – Anac – está perseguindo e nós vemos com muito bons olhos.

Em relação ao custo do combustível das companhias internacionais, também vamos enviar esses dados à senhora.

Em relação a valores de passagens aéreas, que foi abordado, o que temos a colocar? Como mostrei em um dos gráficos, o *wild* nosso, em 2003, era da ordem de 0,8, 0,9. Se considerarmos que a distância entre Brasília e Rio Branco é da ordem, eu não sei números exatos, mas que sejam três mil quilômetros, com o *wild* de 0,8 que era o que se praticava em 2003, teríamos uma tarifa R\$2.400,00, tarifa num único sentido. Isso estou colocando só para dizer que esse tipo de tarifa já foi praticada no País em 2003.

O que está acontecendo particularmente com Rio Branco e com vários outros aeroportos? Posso citar, por exemplo, Tefé e Eirunepé, na Amazônia. O que acontece é que a infraestrutura limitada faz com que naturalmente a oferta seja limitada. Às vezes, empresas aéreas voam para aonde dá e não para aonde querem. Essa oferta limitada, ela obriga, num regime de tarifária, onde eu tenho tarifas de todos os tipos, tenho tarifa mais barata para quem compra com antecedência, até a tarifa de última hora a se buscar uma tarifa média para equilibrar o voo. Essa tarifa média para equilibrar o é que muitas vezes faz com que haja esse tipo de ocorrência.

O que nós estamos realmente buscando é aumentar a capacidade da infraestrutura, porque se pudermos aumentar a capacidade da infraestrutura podemos ter mais oferta e, se tivermos mais oferta, naturalmente, vai ter um *wild* médio mais baixo. É a única forma, não existe alternativa. Isso é o que o mundo todo está fazendo e é o que precisamos buscar, nos aeroportos regionais, mas nos aeroportos das capitais também, que muitos deles têm esse aspecto.

Em relação às concessões, como a senhora colocou, realmente existe uma preocupação grande, que foi manifestada, das empresas aéreas quanto ao custo de operação nesses aeroportos. Existem experiências internacionais que mostraram que os custos aumentaram muito e, naturalmente, acabam sendo repassados para as tarifas aéreas. Na Europa é muito comum repasse de tarifas aéreas, inclusive de aumento de combustível, ainda não temos essa... O nosso consumidor não está disposto a pagar isso, mas é comum internacionalmente.

Então, essas são as considerações para a senhora. Para os demais Senadores, busco a orientação do Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só queria acrescentar, a propósito de tarifa. Dr. Celestino, que apresentei um projeto de lei, porque percebo, foi mencionado aqui alguns abusos. É o seguinte: você com-

pra um bilhete aéreo – viajei muito profissionalmente –, mas nos Estados Unidos, não sei se é assim ainda, por exemplo, você está com um bilhete de uma companhia, vai embarcar e chegou mais cedo, no mesmo aeroporto, e você pode embarcar, chega, apresenta e embarca na companhia aérea, e não precisa do famoso endosso da outra companhia. Isso é uma coisa que no Brasil a gente tem dificuldade. Mas, falo da mesma companhia. Eu emito um bilhete – e nós, como aqui temos uma vida muito, digamos assim, marcamos, mas alteramos por conta de um compromisso que se sobrepõe ao outro – a gente altera de um dia para o outro, no mesmo horário, com a mesma companhia, e a tarifa é sempre alterada. E alterada para muito mais.

Então, é isso que eu penso. Para o usuário, se fosse, digamos, usar num horário de maior demanda, que é mais caro; aí... Mas, não; é no mesmo horário. Então, estou estabelecendo que se resguarda o direito de a companhia aérea cobrar 10% de multa. Uma pessoa que comprar uma passagem aérea, em um ano, se ela não usar, ela pode receber o dinheiro com 10% de deságio que é a multa para o passageiro. Se ela alterar, no mesmo horário, a passagem, também a multa será de 10%. Isso é razoável. Hoje, cada uma cobra o que quer. É uma confusão danada isso.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Com a devida vênia, Senadora, se me permite, o Presidente, o regime tarifário, a forma de aplicação de tarifas aéreas hoje é bastante dinâmica e complexa. Hoje, dentro de um avião, eu tenho uma gestão de cada assento, a cada dia, de uma forma muito dinâmica.

Realmente, nós tínhamos uma realidade de dez, quinze anos atrás, em que praticamente tínhamos um regime tarifário controlado. Então, era muito fácil que o mesmo horário, em dias diferentes, tivesse a mesma tarifa. Hoje, a demanda tem uma sazonalidade não só mensal, mas até semanal, e, ao longo da semana, tem uma diferença.

O que a Senhora está constatando é por conta dessa... E não estou dizendo que existem formas de aumentar e melhorar a oferta e até as condições em termos de endosso entre as empresas aéreas. Acho que nisso existe muito campo para melhorar. Mas eu gostaria de recomendar à Senhora que fosse feito um maior estudo de como é feita a gestão tarifária das empresas aéreas hoje em dia, porque essa é uma questão internacional. Não estamos fazendo somente no Brasil. No mundo todo, é assim que se gerem hoje as tarifas aéreas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu vou, antes de conceder a palavra ao Dr. Tarik, concedo a palavra ao Senador Lauro para fazer uma indagação aos palestrantes.

O SR. LAURO ANTÔNIO (PR – ES) – Boa tarde.

Eu observei bem todas as colocações e quero só fazer duas perguntas. Uma, sobre as rotas. Então, um dos custos hoje da aviação – 32% – está nos combustíveis. Então, uma parte dos combustíveis é o ICMS, que encarece hoje esse custo do combustível; a outra, é a otimização das rotas no nosso País. Vejo um desperdício muito grande em cima das rotas. Há um plano de otimizar essas rotas no nosso País? Por exemplo, ao sair de Aracaju para ir a Salvador, o avião poderia tirar vinte minutos e, muitas vezes, ele tira quarenta minutos. Então, isso onera o usuário e onera também a companhia aérea.

O segundo é o plano que tem o Governo Federal sobre a ampliação do aeroporto de Aracaju, e o terceiro é sobre a regionalização das rotas no Nordeste. Por exemplo, você sair hoje de Aracaju para João Pessoa, para Natal, para Fortaleza, nós temos uma dificuldade muito grande. E o Nordeste, hoje, em total crescimento que tem, com essa demanda toda de turistas para receber do exterior, é muito importante montar as rotas dessas cidades, para que facilitem a vida desses turistas e facilite também o turismo de negócios.

SR. TARIK PEREIRA DE SOUZA – Vou me referir aos questionamentos da Senadora Ana Amélia, para falar especificamente sobre dois assuntos: as trincas nos pavimentos e a questão das aves, do perigo aviário. Das trincas dos pavimentos é interessante inicialmente dizer que um projeto de um aeródromo é feito para um período de vinte anos. E, após a construção, esse pavimento, obviamente, sofre as intempéries, tanto de chuvas, como de sol, principalmente, além da utilização pelas aeronaves. Então, é natural surgir essas trincas. O que não é natural é essas trincas não serem devidamente consertadas, porque inicialmente é uma trinca; depois, ela aumenta, vira um buraco e vai diretamente na estrutura do pavimento. Se você atingir a estrutura do pavimento, você vai ter que refazer, então o custo é muito mais elevado.

Lembro muito bem de um gráfico que um professor meu de faculdade apresentou, que mostrava que o custo de um remendo simples, que seria uma trinca, é muito mais rápido, muito mais barato que depois que estiver totalmente comprometido. Então, a crítica que fiz em relação às trincas é porque nós detectamos as trincas e, muito provavelmente, aquilo vai se agravar. Depois, a solução será apenas a reconstrução do pavimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu fico observando como passageira tudo o que acontece. E isso é meio ruim, a gente sofre mais. Em alguns lugares em que a gente chega parece que a aeronave está dando saltinhos. O que é? É da trinca?

O SR. TARIK PEREIRA DE SOUZA – Perfeito.

Na verdade, a trinca é uma das patologias do pavimento. Existem outras patologias que podem acometer o pavimento. Um dos requisitos que o pavimento aeroportuário deve atender é o conforto ao rolamento durante um pouso, uma decolagem ou mesmo um taxiamento. Com o passar do tempo, se o pavimento não for devidamente tratado, vai causando ondulações no pavimento e causa esse desconforto. Eu até digo que, enquanto for só desconforto, está tudo tranquilo, o problema é quando impacta diretamente na segurança das operações.

Em relação às aves, esse é um assunto relevante. É um assunto de difícil resolução porque o aeródromo é fixo num determinado local. Só que um aeródromo tem uma área de influência muito grande, não é só dentro do sítio aeroportuário, ele envolve áreas de aproximação, áreas de proteção desse aeródromo. E essas aves não ficam obviamente paradas em um determinado canto. Se há um foco atrativo de pássaros em um local e ele se dirige por qualquer motivo para o aeródromo causa restrição operacional.

Esse é um assunto que é de competência da Anac. A Anac vem estudando uma regulamentação a respeito, infelizmente não consegui aqui contato com o coordenador dessa área para dar uma posição da previsão de quando sairá essa legislação. Mas é um assunto que a Anac observa com muito destaque.

Dos assuntos que a senhora levantou, esses são os dois que eu vi que são relacionados com a Anac.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Walter, você gostaria de falar, então, de Porto Alegre e de Florianópolis?

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – Antes, tocando nesse assunto das trincas e das aves, eu queria lembrar que a nova Anac, desde 2005, está revendo as legislações, mas elas existem: de controle de lixões, de tipos de plantações que possam atrair pássaros. E um dos trabalhos que a Infraero faz é exatamente o de alertar e, junto com as prefeituras, tentar instruir a respeito disso. Temos inclusive no nosso quadro de funcionários biólogos para tratar especificamente desse tipo de problema: urubus. Agora isso extrapola – como o Tarik falou – o sítio do aeroporto. É uma questão que envolve até 40km além do sítio aeroportuário.

Para lhe tranquilizar, como passageira, eu sempre falo para todo mundo o seguinte: a segurança na área de aviação é extrema. Quando ela não existe, o avião não decola ou não pousa. Então, temos casos de aeroportos fechados. Eu gostaria de citar o caso do aeroporto de Tefé no Amazonas que ficou 45 dias fechado. O aeroporto de Tefé é um aeroporto impor-

tantíssimo no Amazonas, com infraestrutura impecável. O que aconteceu? Por problema de pássaros, foi interditado o aeroporto por 45 dias. Foi, realmente, uma das grandes tragédias que nós temos na área de infraestrutura na Amazônia, e isso foi para garantir que a segurança estivesse totalmente cumprida.

Então, essa questão das patologias do pavimento acontece, mas se ela chegar a esbarrar – é isso que o Tarik falou –, se ela cruzar a fronteira da segurança, não decola nem pousa. Então, essa questão da segurança é crucial.

O SR. TARIK PEREIRA DE SOUZA – Só fazendo um parêntese aqui sobre essa questão de pavimento, que na semana passada foi levantada, especialmente em Santa Catarina, quando a Anac restringiu operacionalmente o aeroporto de Chapecó, foi exatamente por problemas no pavimento.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – Então, o aeroporto pode fechar por esses problemas: problema do pavimento, problema de obstáculo, problema de aves; quer dizer, vários assuntos podem fechar o aeroporto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não só o tempo.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – Não só tempo exatamente. Todas essas questões têm que ser levadas em consideração.

No caso de Porto Alegre – V. Ex^a falou de Porto Alegre e de Florianópolis. Florianópolis é uma questão bastante mais estratégica e muito sistêmica. O Brasil, a Infraero fez o primeiro concurso público de arquitetura nacional, há mais de 9 anos. Sendo que, antes desse, do novo terminal de Florianópolis, o último havia sido feito no aeroporto Santos Dumont, na década de 40. Ou seja, o instituto de Arquitetos do Brasil foi conclamado a ajudar o sistema de aviação civil, para que nós tivéssemos um concurso público de arquitetos para fazer o novo terminal de passageiros de Florianópolis.

O projeto foi vencido por um grupo de São Paulo, um grupo de arquitetos muito bom de São Paulo. E se trabalhou no projeto. Ou seja, o projeto está pronto há mais de oito anos. A questão não foi falta de projeto, falta de área, falta de recursos e falta de verbas para construir. Ou seja, foram problemas mais sistêmicos. Ou seja, as questões ambientais são um dos pontos; questões de licitações, que eu estou falando. Ou seja, uma série de coisas que eu falei aqui, mas que todo mundo sabe... O enfoco do debate que eu vi, quais são os entraves para o desenvolvimento.

Eu não quero discorrer sobre isso, porque eu acho que todo mundo nesta sala tem conhecimento sobre quais são os entraves. Então, eu gosto apenas de lembrar que os entraves da infraestrutura aeropor-

tuária são inúmeros. E às vezes eu vejo uma análise de uma maneira mais pontual, esquecendo de ver toda a parte sistêmica.

Quanto a Florianópolis, não é projeto, não é recurso, não é terreno, não é engenheiro. Tudo isso tinha. Houve outros problemas que não foram... Houve problema de acesso. Aí extrapola o novo terminal.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A mobilidade.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA

– Mas aí está fora do aeroporto.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está em uma ilha.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA

– É uma ilha e o acesso também tinha problemas ambientais: flora, fauna. Há uma série de questões que leva muitos anos.

Porto Alegre. O que acontece lá? Acabamos de rever o plano diretor de Porto Alegre. Está sendo submetido à última análise da Anac. E nesse novo plano, vimos que Porto Alegre tem condições de absolver uma demanda. Claro que não por muito mais tempo. Porto Alegre é um sítio bastante restrito, mas temos condições de implementar uma segunda pista em Porto Alegre; aumentar bastante os terminais de passageiros.

Em relação ao terminal de passageiros, já temos projeto para ampliação desse terminal. Ou seja, esse terminal já tem um projeto quase pronto para quase duplicá-lo. Colocação de mais pontes de embarque; aumentar as salas de embarque, número de *check in*...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No mesmo local?

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA –

E, ainda no mesmo local. Quer dizer, o Augusto Severo tem condições de crescer. Ele tem área para crescer e tem condições de crescer. Onde esbarra? Navegar as coisas que eu falo: obstáculo. Aí vem a questão do Decea, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo detectou uma série de obstáculos, que são impedimentos para... São edifícios, torres, como se chama a torre de uma igreja lá?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Navegantes?

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA

– Não. Há uma igreja, uma torre de igreja que é um obstáculo, árvores que eventualmente podem ser derubadas. Mas, aí, esbarra na questão ambiental. E os obstáculos podem ser desde um edifício até a folha de uma árvore. Há obstáculos registrados que são 5 cm. Quando nós vamos lá observar, é uma folha de árvore. Pela Topografia, está sendo considerada como um obstáculo. Ou seja, é uma questão de se podar essa árvore, cortar a árvore, tirar essa folha.

Agora, claro que há outros obstáculos que são mais sérios de serem negociados, mas não impossíveis.

Em Brasília, há o caso de Samambaia. Há um prédio lá que está sendo rebaixado em quatro andares. É um prédio de mais de 20 andares, que era considerado um obstáculo. Está sendo negociado o rebaixamento.

Esses obstáculos têm de ser vistos, porque o custo de um novo aeroporto é muito elevado. É isso o que estamos vendo aqui. Um novo aeroporto, um novo acesso, um novo metrô. Estou nesta semana indo a São Paulo ver aquele novo *monorail* em Congonhas. É um custo astronômico, se você ficar pulverizando vários aeroportos, você não viabiliza o empreendimento de acesso, de melhora de acesso de massa, de um metrô, de um VLT e até de um monotrilho, como está sendo previsto em Congonhas. Então, o aspecto da capacidade aeroportuária passa por várias questões. A questão do sítio propriamente dito e dessas questões que envolvem o aspecto de fora.

Na questão que está sendo colocada em Porto Alegre, o Governo Federal está vendo isso aqui, a Infraero é apenas uma operadora, ela participa por ser um *player* importante do sistema, mas os estudos apontam que é sempre interessante uma grande metrópole ter um grande aeroporto; ter vários aeroportos pequenos dificulta para as próprias companhias aéreas e uma série de fatores. Isso sem considerar a distância do centro. Porto Alegre, fala-se do aeroporto da Serra, não sei a que distância fica em relação ao centro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da Serra?

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – É.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cento e...

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA

– Não, mas há esse outro que se fala, na área da Vale dos Sinos, 35, 30 quilômetros...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, o do Vale dos Sinos, sim, 25, 30, 35 quilômetros.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA

– Ou seja, é uma distância razoável do centro gerador. Então, isso tem que ser gerenciado.

Outra questão que a senhora colocou foi a dos projetos. Do leilão a Fabiana falou, dos planos de outorga; a lata, o Celestino comentou das críticas; e a sua última pergunta foi em relação à gestão desses aeroportos que foram concedidos.

Nós estamos ainda no processo de assinatura. Ou seja, o Governo Federal... Falo, porque a Infraero participa com 49. Então, nós participamos, a reboque, do Governo Federal da SAC e da Anac. Então, a Infraero, até onde está colocado na...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É uma meia privatização?

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA –

Não, são 49%. Hoje, a Infraero vai participar com 49%. Ela vai ser o sócio minoritário, e a gestão vai ser entregue ao sócio majoritário. Era uma das suas dúvidas. E isso está colocado bem claro no edital de concessão.

Quanto à participação de investimento e às outorgas, inclusive, a participação da Infraero é bem especificada nos editais, está muito claro lá, e todos os participantes sabiam como seria gerenciado com isso aqui.

É claro que é uma coisa que vamos ter que ver. Os contratos serão assinados; a partir daí, há um período também de repasse, a Infraero vai continuar seis meses... Há todo um processo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para terminar, já que o senhor está falando.

Há uma crítica de que aeroporto se transformou em um *shopping center*...

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – Não...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quer dizer, ele tem menos prioridade para a questão do serviço para um passageiro entrar e sair, e está mais preocupado com aluguel de espaços, porque ali há uma boa rentabilidade, deve ser...

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – Esse é um tema que dá para uma reunião, futuramente, isso sozinho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É só um comentário.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – O comentário é o seguinte: basicamente, os custos maiores dos aeroportos estão na área de movimento, ou seja – isso é o que estamos falando –, pistas, pátios, radares, torres de controle, a parte do ILS. São equipamentos caríssimos, de manutenção caríssima e de recursos humanos muito caros.

O terminal de passageiros é a ponta da ponta do *iceberg* que o passageiro vê. Então, o que acontece? Ele acaba se detendo mais ao problema do terminal, sem ver todas as outras áreas. Isso que lhe falei, de que nós temos biólogo, nós temos tratamento de esgoto, uma série de outros fatores que são muito caros.

O que acontece? Hoje o passageiro exige uma série de coisas, ele fica mais tempo. Para a senhora ter uma ideia, hoje as companhias exigem até três horas de antecedência para chegar. Se ele vai ficar, como em São Paulo, três horas no trânsito, ele tem que sair de casa seis horas antes. Ele tem um tempo em que tem que ficar no aeroporto; ele quer tomar o café, ler a revista. Isso o passageiro busca. E...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu não reclamo, não.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA

– Não, mas o fato do recurso... É uma tendência dos aeroportos serem autossustentáveis...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, sim.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA

– Então, a área comercial externa, de hangares, de hotel e a parte comercial, ela atende ao passageiro, porque ele fica lá seis horas, e atende a propiciar recursos para que o aeroporto possa ser autossuficiente nos seus gastos, que estão lá na área de movimento, que são muito grandes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL)

– A pergunta que o Lauro lhe formulou eu gostaria que o senhor respondesse para encerrarmos.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Pois não, Presidente.

O Senador Lauro colocou duas questões. Primeiro, a questão da otimização de rotas aéreas. O ICMS é óbvio. A otimização de rotas aéreas é extremamente necessária, uma vez que hoje, como o senhor mesmo colocou, há determinadas ligações que têm até 40% a mais de consumo de combustível pelo fato de não estarem otimizadas.

Existe um trabalho em curso pelo Decea que se chama “navegação baseada em desempenho”. Isso está obrigando as empresas aéreas a terem um custo adicional, tanto na parte de calibração dos equipamentos de aeronaves como na de treinamento de tripulações. Até onde o Decea tem colocado, há alternativa para que se possa fazer essa otimização.

A grande preocupação das empresas aéreas é no sentido de que, sim, as empresas aéreas estão investindo para buscar navegação baseada em desempenho, que vai permitir a otimização de rotas; isso vai aumentar o custo das operações; e, ao mesmo tempo, estamos enfrentando um aumento de até 150% nas tarifas de navegação. Então, isso está trazendo uma grande preocupação. A gente entende que é necessário o aperfeiçoamento do sistema de navegação aérea, mas não deveria ser ao custo das empresas domésticas. Talvez tivesse algum tipo de... No passado houve uma tarifação maior das empresas internacionais pelas domésticas. Então precisa ser revista essa questão. É necessária a navegação por desempenho. O Decea alega que precisa de mais recursos em função da MP nº 551 e da redução do Ataero, no entanto, o aumento de custos para as empresas aéreas está sendo muito preocupante.

Por último, a questão que o senhor formulou sobre a regionalização das rotas do Nordeste. O que ocorreu de 2003 para cá foi que, com o aumento, com a grande

pressão de custos das empresas aerias aumentaram demais o tamanho das aeronaves. O aumento do tamanho das aeronaves teve duas consequências. Primeiro, que nem todo aeroporto tinha mais infraestrutura para que essas aeronaves operassem, e o segundo, que é a demanda entre duas cidades, não era suficiente para que aquelas aeronaves fossem suficientemente cheias e pudessem ter viabilidade econômica. Esse é um assunto que a aviação regional pode tratar de uma maneira muito objetiva.

Hoje, nós temos aeronaves adequadas que são os jatos da Embraer, são turbo-hélices importados. No entanto, mesmo para os jatos da Embraer, hoje nós enfrentamos dificuldades muito grandes em vários aeroportos. Vou citar Barreiras, na Bahia, que é um aeroporto que tem uma demanda muito grande e hoje é um aeroporto que está com dificuldade de ter crescimento nos seus voos.

Todos os aeroportos que os senhores citaram, na Paraíba, nos demais Estados do Nordeste, no interior do Nordeste, há diversos que nós temos conhecimento, as empresas aéreas têm conhecimento, que tem demanda e poderiam ser ligados. Só que nós enfrentamos o problema da infraestrutura, adequação da infraestrutura, que vai permitir com que essa malha seja implementada.

Obviamente, que tem a contrapartida, que é a demanda, e a demanda a gente percebe claramente que com o aumento da renda da classe média, das cidades do interior, essa demanda surge. Só que a infraestrutura não avança na mesma velocidade. Então, mais uma vez, estamos depositando muita esperança no Plano de Aviação Regional da Secretaria de Aviação Civil, que as empresas aéreas vão dar todo apoio, para que, por meio desse plano, nós possamos implementar essa malha intranordeste, que é o desejo das empresas aéreas.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Só um minutinho aqui, por favor. Coincide muito que, às vezes, numa pista chegam quatro ou cinco aeronaves ao mesmo tempo e ficam naquele tumulto no aeroporto. E, às vezes, passa três, quatro horas de relógio sem receber nenhuma aeronave. Então, eu gostaria, também, que houvesse um estudo nesse sentido. Acredito que vai otimizar muito a parte de pátio.

O SR. TARIK PEREIRA DE SOUZA – Eu gostaria de ressaltar que esse comentário do senhor foi perfeito.

Em muitos aeroportos, muito se comenta que a capacidade instalada está saturada mas o que se verifica é exatamente isso aí. Uma sala de embarque que foi projetada para uma aeronave de grande porte, de repente ela é utilizada, no intervalo de uma hora, para três aeronaves e passa as outras onze horas sem

ninguém no aeroporto. Então esse é um ponto importantíssimo. Na área técnica da Anac a gente discute isso com frequência.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Outro ponto que eu coloquei, para deixar mais claro, em cima da otimização das rotas, é um sistema do, não sei se seria o DAC, não sei quem gerencia na parte aérea é a otimização da rota – o Decea – a otimização da rota. Então o que é? Às vezes o avião vai até Itaparica para poder descer na pista Luiz Eduardo Magalhães. Será que isso não poderia ser encurtado?

Acredito que também tenha que se ter uma infraestrutura nesse investimento. Tem que ter um investimento maior nessa parte de *software*, não sei o que seria. Mas acredito que vocês estão trabalhando nisso e espero que essa otimização realmente aconteça.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Perfeito. Sr. Presidente, só com a devida vênua à colocação do companheiro da Anac, eu só queria colocar que hoje a aviação é muito conectada.

O que acontece muito é que os passageiros não desejam só voar para a capital; eles desejam voar, e a aviação hoje lá é um exemplo. Quer dizer, hoje o senhor sai de uma cidade do interior, por exemplo, Alta Floresta, no Mato Grosso, de forma conectada, inclusive comprando um único bilhete aéreo, esse passageiro pode chegar à Nova Iorque.

Então, hoje, a aviação regional não é só uma solução de destino entre a capital e o interior e, por isso, a questão da coincidência dos voos é pela questão da conectividade. Esse é um desafio para o aeroporto ter que gerenciar alta capacidade de pico, no entanto, é o que o passageiro deseja. Por isso que acontece senão seria dessa forma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – Aracaju é o aeroporto que está tendo atenção da Infraero, do governo do Estado e o ponto que nós estamos hoje – foi feito acordo de cooperação com o governo do Estado e o governo do Estado ficou responsável de fazer o projeto da nova pista –, e nós estamos esperando o projeto para ser licitado. Ou seja, nós temos já a área nova, as revisões dos estudos de plano diretor foram feitos, novo terminal, novo pátio e ampliação da pista.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Então está dependendo do governo do Estado.

O SR. WALTER AMÉRICO DA COSTA SOUZA – É aquele negócio, hoje o passo está com o governo do Estado para terminar os projetos e encaminhar para Infraero começar a licitação da obra.

O SR. VICTOR RAFAEL R. CELESTINO – Ok! Só queria colaborar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria de agradecer a presença da Dr^a Fabiana, que na sua explanação foi muito prática e cumpriu religiosamente o tempo estabelecido, como agradeço a presença do Dr. Tarik, ao mesmo tempo em, que o cumprimento pela desenvoltura nas explicações apresentadas, ao Dr. Walter Américo da Costa também, Superintendente de Planejamento que deu uma série de explicações que convenceram a todos nós, e por fim, ao Dr. Vitor Rafael, Diretor de Relações Institucionais do Sindicato Nacional da Aviação das Empresas Aeroviárias.

Esta Comissão se sente muito feliz em ter participado deste encontro – promovido melhor dizendo – esse encontro. Nós vamos fazer um resumo de tudo aquilo que foi tratado aqui, porque é o objetivo maior da Comissão, fundamentalmente, é fazer com que a aviação regional ela possa ser consolidada, não apenas no projeto, na intenção e na vontade, mas exatamente na prática porque nós temos...Eu conversava, há poucos instantes, com a Dr^a Fabiana e dizia a ela que nós estamos com uma equipe nossa criando um projeto do Turismo Sustentável para o Nordeste, com a especialidade, mas nós estamos carentes e com as dificuldades no que diz respeito a Aviação Regional.

Não adianta você vender o Nordeste, que é uma região que, na verdade, oferece uma oportunidade extraordinária para a prática do turismo, e uma região carente que precisa realmente desse tipo de investimento, mas quando nós nos deparamos e paramos em função das dificuldades que tem o passageiro, do turista doméstico ao turista internacional em chegar aquela região.

Eu dava como exemplo, quantas vezes nós precisamos chegar... Vamos dar um exemplo: eu moro em Maceió e quero ir a Fortaleza, eu saio de Maceió, monto num carro e passo três horas e meia nas estradas porque eu não tenho voo de Maceió para Recife. Quando eu chego no aeroporto de Recife passo quatro, cinco, seis horas esperando uma conexão de São Paulo ou de Brasília para poder chegar em Fortaleza. Então, é um dia perdido, muitas vezes você quer fazer um turismo e passar três dias numa cidade como Fortaleza, você já perdeu um dia nos aeroportos. E isso realmente dificulta muito.

Por isso eu queria agradecer a todos e dizer que nós vamos continuar perseguindo essa meta de fazer com que a Aviação Regional possa ser implantada consolidadamente no Brasil para que a gente possa realmente – e às vezes eu digo: nós somos a sexta economia do mundo, já anunciado recentemente, mas já estão dizendo que podemos ser a quinta, e eu digo sempre, que coisa maravilhosa, um país rico, mas

praticamente com a metade da sua população de miseráveis e de pobres.

Lá no Nordeste, por exemplo, tem 18 milhões de brasileiros que não tem três refeições por dia. E o que é que pode motivar aquela região? É exatamente se fazer incrementos para que a gente possa ter o turismo efetivo na região Nordeste, o que é fantástico. Então é isso que precisamos fazer. Infelizmente a infraestrutura aeroportuária do nosso país ela está ainda muito a desejar.

De resto eu quero agradecer a presença da jovem senhora e dos demais companheiros que aqui vieram, e encerro a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para a próxima terça-feira.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 06 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE MARÇO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia treze de março do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Lauro Antônio, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Vicentinho Alves, José Pimentel, Lobão Filho, Ivonete Dantas, Armando Monteiro, e ainda, o Senador Renan Calheiros que, não compõe esta Comissão. Deixam de comparecer os Senadores João Durval, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senador Wellington Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A presidência registra a presença dos Deputados Federais Leonardo Gabeira, Romero Rodrigues, Wilson Filho, Joaquim Beltrão, Efraim Filho, Damiano Feliciano, Rui Carneiro e Julio Cesar. Dando prosseguimento, esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 17/2011-CDR, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Ana Amélia, aprovados em 20/04/11 e 25/05/11, respectivamente, que propõem “debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, as dívidas

dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil". A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Andrade Costa, Superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil – BNB; Sr. Jair Pereira Guimarães, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural do Estado da Paraíba; Dr. João Rabelo, Secretário Adjunto de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e o Deputado Estadual Francisco Quintans, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo, Cássio Cunha Lima, Ivonete Dantas, Lídice da Mata, Lauro Antônio e Renan Calheiros; os Deputados Federais Efraim Filho, Joaquim Beltrão, Leonardo Gabeira, Julio Cesar, Damião Feliciano, e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e onze minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à apreciação das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores a dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Submeto a ata à votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, suspendo a discussão e votação.

São as atas da 2ª e da 3ª reuniões da Comissão.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Srs. Senadores e Senadoras, a Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste realizará visita técnica ao Estado de Sergipe no dia 29 de março de 2012, das 8h30 às 13 horas, conforme convite e cronograma encaminhados aos gabinetes dos Srs. e Sr^{as} Senadoras.

Será a quinta visita, que terá como tema "Bacia de Irrigação, Canal Xingó, Turismo e Cultura".

Eu queria, aproveitando a oportunidade, reforçar o convite.

É muito importante para esta Comissão que o maior número possível de Senadores possa comparecer a esse encontro de Sergipe, porque nós estamos trabalhando com a direção de, amanhã, após a última visita ao último Estado do Nordeste, formularmos um documento e, através dessas visitas, Senador Cássio, nós estamos dispostos a propor algumas alterações em matérias de projeto de lei e formulação de alguns projetos.

Antes, porém, de fazermos essas tratativas, nós chamaremos, aqui, o Ministro do Turismo e chamaremos, aqui, o Ministro da Integração Nacional, porque as matérias são correlatas com os dois Ministérios.

Primeiro, o de Turismo, para que possamos implementar um projeto turístico para o Nordeste brasileiro. Em segundo lugar, através do Ministério da Integração Nacional, que nós possamos propor algumas matérias com especialidade, no que diz respeito à irrigação para o Nordeste brasileiro.

É fundamental a presença dos companheiros lá, em Sergipe. Os nossos anfitriões já estão organizando a recepção aos Senadores e faremos essa reunião no dia 19 de março, a começar pelas 8h30 da manhã.

Eu acho que o eminente Senador, meu querido internacional Cícero Lucena, deverá já estar de retorno.

V. Ex^a é um entusiasta desse projeto do Nordeste e eu gostaria muito de contar com a sua presença lá, no Estado de Sergipe, a partir das 8h30 do dia 19, com encerramento previsto para as 13 horas. Logo em seguida, retorno para a Capital da República.

Conforme pauta previamente apresentada, a reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 17, de 2012, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Ana Amélia, destinada a debater as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

Há alguns esclarecimentos: devido ao grande número de convidados para a audiência em questão, esta Presidência, em conjunto com a assessoria do Senador Vital do Rêgo, decidiu por reduzir o número de palestrantes para esta audiência de hoje. Caso o assunto não se esgote, convidaremos os demais indicados para uma próxima audiência em uma data a ser oportunamente marcada.

O Senador Vital do Rêgo, que é autor do requerimento, comunicou à Comissão que, tendo em vista ainda ser Presidente da Comissão de Orçamento, foi até lá para tomar algumas providências, mas retornará imediatamente.

Já se encontram em nosso ambiente as pessoas elencadas para a audiência na tarde de hoje. Eu tenho

a alegria e o prazer de convidá-los para compor a mesa: o Deputado Francisco Quintans, Deputado Estadual pelo Estado da Paraíba (*Palmas.*); o Sr. José Andrade Costa, Superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil, representando o Presidente do BNB (*Palmas.*); o Sr. Jair Pereira Guimarães, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural do Estado da Paraíba (*Palmas.*); e o Sr. João Rabelo, Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, representando o Sr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Políticas Econômicas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, quero pedir desculpas a todos que compõem a mesa e aos Senadores, mas, como V. Ex^a disse, devido a um compromisso internacional em que tenho de representar o Senado num encontro sobre meio ambiente que vai ter em Berlim a partir de amanhã, eu vou ter de me retirar. Peço desculpas, mas trago a minha solidariedade e a renovação, mais uma vez, do meu apelo em defesa do pequeno agricultor do Nordeste, em particular do meu Estado da Paraíba.

Presidente, só para que V. Ex^a tenha ideia do quanto isso vem se arrastando, eu tenho um projeto de lei de 2007 já tratando desse assunto. Ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e falta ser aprovado na CAE, em que o relator é o Senador Romero Jucá. Só para que V. Ex^a e os demais entendam por quanto tempo vem se arrastando esse problema do pequeno agricultor.

Eu queria, Deputado Quintans, em seu nome, cumprimentar todos que compõem a mesa e renovar o meu compromisso e a minha disposição de colaborar na busca de encontrar uma solução para esse problema, que está deixando o Banco do Nordeste como o maior fazendeiro do Nordeste e deixando o pequeno agricultor sem ter o que comer.

Então, meu muito obrigado. Estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a presença do Senador Cícero Lucena. É evidente que...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – ... em Aracaju. Eu estou retornando, na sexta-feira, à noite, de Berlim.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Considerando que nós o estamos dispensando desta audiência pública, o senhor tem o compromisso de estar em Sergipe.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Pronto. Então, eu quero dizer que vou concluir essa viagem internacional à Alemanha na sexta, retornando no sábado, de manhã. E farei a outra para Aracaju.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É verdade. Isto não é para todo Senador, não, viu? Sair daqui e ir para a Alemanha. Só para o Senador da Paraíba

Eu gostaria de dar algumas informações aos Srs. palestrantes, aos convidados.

Nós vamos dar a palavra a cada um. Vamos estabelecer o tempo de 15 minutos para cada palestrante, para que faça sua exposição. Depois, abriremos o debate, para a indagação dos Srs. Senadores, que terão, para formular as perguntas, três minutos. A quem for endereçada a pergunta terá o mesmo tempo para responder. Se houver réplica, o Senador terá dois minutos e o interpelado igual tempo. Se houver uma tréplica, o indagado terá mais dois minutos para responder.

Assim que for iniciada a manifestação de cada um dos nossos convidados, abriremos uma lista de inscrição para o Senador ou Senadora que desejar se inscrever.

Há uma ordem estabelecida pelos próprios palestrantes. Em primeiro, falará o Sr. Deputado Francisco Quintans, Deputado Estadual pelo Estado da Paraíba. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FRANCISCO QUINTANS – Boa tarde, Srs. Senadores, com a permissão de V. Ex^{as}, desejo, de público, agradecer o gesto de solidariedade do Senador Vital Filho, meu amigo, por ter absorvido a iniciativa de trazermos um assunto que vive angustiando a população não da Paraíba, mas – por que não dizer – do semiárido nordestino.

Precisamos ter a coragem, Senador Cássio Cunha Lima, de dizer, neste momento histórico, que há mais de vinte anos acompanho, *pari passu*, essa luta sem sucesso. Mas hoje brotou uma esperança de que as coisas ainda têm jeito.

Na Paraíba e nos Estados do Nordeste, onde tenho tido o prazer de conversar sobre esse assunto, as coisas estão sempre para acontecer, Mário Borba.

Hoje, neste momento, precisamos fazer alguns registros, para que haja uma reflexão da classe política do semiárido nordestino e, por que não dizer, do País.

Oitenta por cento do território da Paraíba está assentado sobre um cristalino. Todos nós sabemos que esse cristalino tem suas limitações de solo raso, com pedregulhos, ondulações, mas a limitação forte mesmo é da água. Há limitações quanto à qualidade, à quantidade.

Ouvi V. Ex^a falar de irrigação, no que tem a minha solidariedade. Tive o prazer e a honra de trabalhar com

um governo sério, que implantou um projeto que é referência nacional em Sousa, na Paraíba. Mas preciso deixar claro, neste ambiente, que não temos água para irrigar 2% da nossa área geográfica. Aqui, essas terras secas, o bolsão seco é o nosso desafio. Isso é que precisa ser informado aos Senadores da República, ou seja, que na Paraíba, Vereador Vicente, temos 223 Municípios e destes 223, 208 estão em alta fase de desertificação. Isso quer dizer que estamos diminuindo a produtividade, a produção e, conseqüentemente, está ocorrendo uma diminuição da renda do homem do campo que não tem vinculação com prefeitura, com Estado, não tem estabelecimento comercial.

Além disso, Sr. João Rabelo, temos que informar ao senhor que neste País, meu querido Senador Vitalzinho, precisamos de uma política de crédito agrícola voltada para o semiárido que leve em consideração uma variável que é constante, é cíclica, recorrente, que são as secas.

Na década de 90, tivemos sete secas. Na hora que tivemos sete secas, identificamos o declínio das receitas e um crescimento expressivo nas despesas. É hora de fazermos uma reflexão para que tenhamos mecanismos e uma política de crédito rural para o semiárido que leve em consideração a variável seca. Caso contrário, vamos ficar a vida toda patinando, tatiando, amassando barro, tendo em vista que estamos presenciando um empobrecimento daqueles que ainda teimam em ficar nas terras secas, nos bolsões secos do semiárido nordestino.

Permitam-me, Srs. Senadores, trazer algumas informações que não são verbalizações, são simplesmente informações concretas. O que vejo na Paraíba, meu querido Andrade, é o Tribunal de Justiça com quatro mil ações daqueles que não têm alternativa para viver. E ninguém pode dizer que Quintans vem verbalizando. E a reação dos quatro mil produtores rurais da Paraíba se encontra aqui. Assim, com a permissão de V. Ex^a, peço que fique registrado para a história do Senado da República.

Srs. Senadores, não quero aqui discutir vigência de lei, mas acho que posso fazer algumas sugestões. Se não prestarem, vocês arquivam, vocês rasgam. O que precisamos é sair daqui com uma posição firme, criando uma comissão, Sr. João Rabelo, de técnicos a fim de termos condição de discutir e não apenas verbalizar, não apenas conversar, porque de boca só tem uma coisa que é boa: beijo. Aqui temos que discutir em profundidade um roteiro, Vitalzinho – permita-me chamá-lo assim –, um roteiro do item 1 ao item 24. Essa contribuição é a assembleia legislativa, essa contribuição são os movimentos sociais, essa aqui é uma contribuição feita pela FAEPA, pela CNA, todos os

segmentos querendo sentar com o governo federal, com o Banco do Nordeste, as instituições financeiras – que eu não gosto de falar, fazer denominação – para nós discutirmos item por item e deixar de tergiversar para nós alcançarmos uma saída definitiva para este problema.

A assembleia não tem mais o que fazer, Senador Cássio. No ano passado nós participamos em mais de sessenta reuniões; tem palestra nas assembleias legislativas deste Nordeste; estive com o Presidente do Tribunal de Contas da União, as portas foram abertas pelo Senador Vitalzinho – eu nunca na minha história, com mais de 30 anos de vida pública, fui tão bem recebido por um Presidente de um Tribunal de Contas; estive com o Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba; estive com o Corregedor de Justiça; estive na OAB. Eu não sei onde bater mais, eu não sei a quem recorrer – a não ser pedir a Deus e vocês Senadores para tomarem uma decisão com relação ao homem do campo do Nordeste. Muito obrigado. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Deputado Francisco Quintans pela sua apresentação. Quero parabenizá-lo pela sucinta, pela brevidade de sua manifestação.

Dando seguimento, concedo a palavra ao Sr. Jair Pereira Guimarães, presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural do Estado da Paraíba.

O SR. JAIR PEREIRA GUIMARÃES – Exm^o Sr. Senador Benedito de Lira e os demais Senadores que se encontram aqui presentes, e a nossa delegação da Paraíba, os vereadores com os componentes da associação: Aquino, Junior, o Cartaxo e os vereadores, que, em nome de João Batista, vereador da cidade de Santo André, agradecer a presença dele – esse homem fez um sacrifício e rodou o Brasil todo para chegar aqui hoje ao Senado, e ele merece porque veio aqui lutar pelo agricultor – Sr. Senador, existia um vídeo, mas talvez esse vídeo seria a melhor forma para a gente divulgar o que é que o Banco do Nordeste – vou direto ao assunto. O vídeo seria a melhor coisa para o Brasil assistir as monstruosidades do Banco do Nordeste, a maneira que ele está agindo contra o pequeno agricultor. Mas, graças ao Senador Vital do Rêgo Filho, está tramitando hoje aqui no Senado um Projeto de Lei nº 688. Esse é o projeto, essa é a solução do agricultor, não precisa mais discutir nada com o Banco do Nordeste. Esse projeto tem de ser aprovado rapidamente porque se o Banco do Nordeste chegar junto a esse projeto acaba muito mais como agricultor nordestino, porque esse Banco do Nordeste não obedece à lei Srs. Senadores, Srs. presentes.

Eu vou só citar alguns casos, quem é o Banco do Nordeste, o que é que ele está cometendo contra o pequeno agricultor, as monstruosidades. Só para que

os senhores terem uma ideia, esse banco vem executando os agricultores – hoje o agricultor nordestino, o pequeno agricultor que sofre das monstruosidades do Banco do Nordeste por não cumprir a lei, que muitas leis já passaram e a gente tem de citar, a Lei nº 11.322, foi a melhor lei. Esse banco nunca comunicou ao agricultor que ele tinha direito ao perdão – ao perdão não, a 15% – da dívida original; e esse banco jamais fez isso.

O que eu quero dizer a vocês é o seguinte: esse Banco do Nordeste é o inimigo número 1 do agricultor nordestino. E esses agricultores hoje estão sofrendo, sabe por que meus senhores? Porque não fizeram empréstimo acima de R\$100 mil; se eles tivessem feito empréstimos acima de R\$100 mil o Banco do Nordeste teria perdoado, como perdoou – mais adiante eu vou dizer aos senhores. Vou citar poucas frases de um acordo do TCU. Seria bom que todos os senhores procurassem ler esses acordos do TCU. O que o TCU disse não é para um banco oficial, não, porque se fosse um banco particular esse Banco Central já tinha fechado o Banco do Nordeste. O TCU diz aqui o seguinte: “Falta transparência no Banco do Nordeste”. Em outras palavras, lá no nosso Nordeste, a gente diz outras coisas, mas em respeito aqui ao Senado eu não quero dizer aos senhores. Isso é o Acórdão nº 944, página 6, Srs. Senadores, isso é a página 6, item 17.

Houve uma auditoria no Banco do Nordeste em apenas 14 agências. Sabe qual foi o prejuízo que esse banco causou ao FNE? R\$7 bilhões! Vou repetir, R\$7 bilhões, com “b”, R\$599.939.546,21. Eu falo em cruzeiro porque esse banco vem executando o agricultor desde a época do cruzeiro. Isso está no Acórdão do TCU, na página 81, item 596.

Meus senhores, eu estou citando essas coisas do Banco do Nordeste porque, primeiro, ele está massacrando todos os pequenos agricultores nordestinos. Mas esse banco, no próprio TCU, tem aqui um dos itens que o TCU fala, esse banco é remunerado por valores indevidos, uma vez que o patrimônio líquido do FNE é artificialmente elevado e isso incrementa a base de cálculo da taxa de administração, que é calculado à base de 3% ao ano sobre o patrimônio líquido do FNE. Eu pergunto até: onde anda esse FNE? Com um prejuízo desses ninguém fala, ninguém diz nada? Ora, nós estamos no Brasil! Isso é Brasil, tem de haver fiscalização até no próprio FNE. Agora o culpado disso tudo aqui também é Banco Central, Ministério da Fazenda porque todos os contratos do Banco do Nordeste são ilegais, e eu vou mostrar por que todos os contratos do Banco do Nordeste são ilegais.

Eu estou trazendo o Decreto-Lei. É preciso a gente citar a lei também para o Banco do Nordeste

aprender. O Decreto-Lei nº 167, de 1967, no seu art. 5º, parágrafo único, diz o seguinte: O juro de mora é 1% ao ano. Sabem quanto eles cobram no contrato do agricultor? Doze por cento (12%). Não tem agricultor no mundo que pague a dívida do Banco do Nordeste.

E tem mais, as irregularidades do Banco do Nordeste são tão grandes – isso ainda é do Decreto – porque ele faz escritura pública de confissão de dívida, faz contrato particular. Isso é um banco oficial, do governo federal! Mas está aqui. O art. 9º, diz o quê? Cédula rural pignoratícia, Cédula rural hipotecária, Cédula rural pignoratícia e hipotecária, nota de crédito. Esse banco, nada disso ele faz, ele só faz acabar com o agricultor.

Estou citando as leis, para chegar a dizer mais adiante quem é o Banco do Nordeste. O que é que nós estamos pedindo? É que seja transferido o FNE para o Banco do Brasil, porque o próprio Banco do Brasil já disse – aliás, o TCU disse que o Banco do Brasil é honesto. E esse banco do Nordeste, que ele recebe do FNE, os senhores sabem que é transferido 1.8% para o FNE para injetar no Banco do Nordeste e ele não cumpre nada disso aqui senhores. Aqui diz o seguinte: O Banco do Nordeste deveria ter um – deveria não – tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais, pequenas e microempresas. Infeliz do pequeno empresário que vai procurar o Banco do Nordeste.

Agora, por que, meus senhores, hoje o agricultor não paga suas dívidas? Isso aqui, meus senhores – desculpem-me chamá-los, Senadores, de senhores – Srs. Senadores e Srs. Senadoras, é isso aqui. Isso foi a seca de 96, com esses contratos irregulares que esse banco comete, esses contratos ilegais. Isso é uma vergonha para este meu País, para meu Brasil. Lá no Nordeste esses agricultores não pagam por isso; com a seca que eles vêm lutando, e a seca mata, e a fonte é isso. Agora sabe o que aconteceu? São os financiamentos apenas para financiar só para gado e não para cerca, são financiamentos mal elaborados. Eu desafio o Banco do Nordeste para dizer se o juro de mora não é 1%.

Senhores, esse agricultor aqui, para que tenham uma ideia, ele fez um empréstimo ainda da época do cruzeiro. E vou dizer mais como é a situação desses agricultores, porque estamos mostrando imagem para os senhores, e imagem maior era do vídeo aqui, mas vamos mais adiante.

Esse Banco do Nordeste, nas ações no Nordeste, executa contra o pequeno agricultor. E olhem, senhores, essas execuções, que já atingem como o próprio Deputado falou, que são 3.623, porque diminuiu, esse Banco do Nordeste vem executando o agricultor que tinha direito ao perdão e à lei. A Lei nº

12.249, os senhores, aqui o Congresso Nacional deu um cheque em branco ao Banco do Nordeste. Mas adiante eu vou lhe dizer por que foi um cheque em branco, porque o governo federal disponibilizou R\$1 bilhão para o Banco do Nordeste para suprir a dívida desses pequenos agricultores – R\$1 bilhão. Isso é o artigo 63, da Lei nº 12.249. E muitas vezes lá na Paraíba alguém do Banco do Nordeste foi entrevistado e disse que não sabia disso não. Veja como o Banco do Nordeste é inocente. E mais inocente aqui é quando ele entra com ação com esses agricultores, cobrando desses agricultores R\$40 mil.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vejam quem é o Banco do Nordeste!

Esses pobres agricultores – pasmem – já tiveram que pagar a esse banco R\$6.500, e a dívida dele é uma dívida, na época do cruzeiro, que vou lhe mostrar, e outra de R\$11 mil. Porque sempre eles dizem e eles sabem, o banco sabe que não pode ser executado nenhum agricultor quando o empréstimo original dele é até R\$15 mil. O que fez o banco? Eu vou mostrando para chegar ao ponto. Veja aqui o que é que o Banco está fazendo com esse agricultor: está cobrando do agricultor R\$13.900. Isso aqui é o Banco do Nordeste que fornece, porque eles não fornecem com papel timbrado do Banco do Nordeste. Está cobrando do agricultor – para liquidar, o agricultor tem que renovar – vejam bem, R\$44.755. Uma dívida de R\$11 mil, ele já pagou seis, o banco quer que pague mais sete para completar treze; e ainda ficar para o resto da vida, penando pela vida com esse banco querendo receber desse pobre agricultor que os senhores viram.

Mas, mais adiante, quando a gente diz que os contratos do Banco do Nordeste são ilegais é por esse motivo. Aqui ele ainda diz e colocou o nome. Essa é a dívida da época do cruzeiro. Esse banco é o seguinte, ele ainda está no passado. O cruzeiro já está em R\$20.

Agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse agricultor que os senhores viram e estão me ouvindo, sabe qual é o empréstimo que ele fez ao Banco do Nordeste? Um milhão, 605 mil, 109 reais. Na época do real.

Quando houve a conversão, em 1º de julho de 1994, sabe qual era esse agricultor pagar ao Banco do Nordeste que hoje ele está cobrando do agricultor R\$20 mil? R\$598,37.

Mas, hoje é dia 13 de março de 2012.

Então, Srs. Agricultores, o banco está cobrando... Perdão, é o costume de estar lá nas nossas reuniões. A associação já fez 61 reuniões. Por sinal, Senadora Ivonete, já estivemos em Acari e, por último, agora, em Lagoa d'Anta.

Hoje, como são 13 de janeiro de 2012 – o Banco do Nordeste está cobrando do agricultor R\$20 mil –,

se esse agricultor fosse pagar o Banco do Nordeste, pagaria R\$1.201,24. Esse é o Banco do Nordeste que diz que é honesto.

Mas, meus senhores, eu ouvi a campainha? Porque, para falar do Banco do Nordeste, não sei se o meu tempo ainda está...

Eu vou me adiantar. Eu só queria dizer aos senhores que todos os contratos do Banco do Nordeste são ilegais – todos eles. E por aí em diante.

Agora, eu quero dizer aos senhores que o problema da dívida do Nordeste depende só dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras. A solução, como se diz, é o projeto de lei do Senador Vital Filho. Não deixem o Banco do Nordeste chegar perto, não! Porque, se chegar, acaba mais uma vez com o agricultor.

Seria bom se pudéssemos passar o vídeo aqui, para mostrar esse Banco do Nordeste tomando terra de agricultor. O Banco do Nordeste toma terra de agricultor, executa agricultor que não deveria executar. Agora só tem uma solução: o TCU fiscalizar muito mais esse Banco do Nordeste. E outra, transferir o FNE para o Banco do Brasil. É a única solução, pelo menos de imediato.

O que a gente pede aqui aos Senadores e às Senadoras é que não desprezem o agricultor nordestino, porque o maior inimigo do agricultor nordestino é o Banco do Nordeste. Todos esses saldos que o Banco do Nordeste menciona são ilegais e imorais. Tem mais essa.

Tem agricultor presente cujo pai tirou R\$105 mil e tem hoje uma dívida de R\$1,5 milhão. Ele está presente. O pai faleceu. Muitos agricultores estão falecendo por culpa dessa dívida do Banco do Nordeste.

Então, senhores agricultores... Perdão. O senhor me desculpe porque é a eles que eu sempre me dirijo lá na nossa reunião. Nós da Associação fizemos 61 reuniões em cada cidade da Paraíba, penetramos no Rio Grande do Norte e vamos penetrar muito mais, porque estamos formando a Frente Parlamentar em Defesa do Agricultor Nordestino, do Vereador ao Senador. Porque quem resolve hoje a situação do agricultor nordestino não é a Justiça não. Não é o Banco do Nordeste, porque ele não resolve jamais. O Banco do Nordeste só faz mentir. Agora, para mentir para o agricultor e até para vocês aqui...

No dia 15 de dezembro de 2010, o representante do Banco do Nordeste esteve aqui mentindo. Então, eu vou parar um pouco, porque estou pronto para responder a tudo que os senhores quiserem a respeito do Banco do Nordeste e das leis.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Sr. Jair Pereira Guimarães,

Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural do Estado da Paraíba, pelas suas informações.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que as manifestações do presidente são perfeitamente naturais. É a angústia do dia a dia, porque, como líder dos pequenos agricultores do Nordeste brasileiro, do semiárido, ele sente isso como reflexo das reclamações que chegam de cada um. Por isso, é perfeitamente natural a maneira como ele se manifesta, e o Bando do Nordeste haverá de compreender.

Dando sequência, eu concedo a palavra agora ao representante da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Sr. José Andrade Costa.

O SR. JOSÉ ANDRADE COSTA – Boa tarde, Senador Benedito de Lira, Senador Lauro Antônio, que está presente, Senador Vital do Rêgo, Senador Cássio Cunha Lima e Senadora Ivonete Dantas.

Dr. Jair, prazer em revê-lo aqui mais uma vez.

O SR. JAIR PEREIRA GUIMARÃES – É uma satisfação.

O SR. JOSÉ ANDRADE COSTA – Boa tarde, Deputado Francisco Quintans, Deputado João Rabelo, demais presentes. Boa tarde a todos.

O meu objetivo aqui é fazer alguns esclarecimentos, e não rebater essa indignação expressada aqui pelo Dr. Jair, até porque nós já discutimos isso em um momento lá na Assembleia Legislativa da Paraíba. Eu já tinha ouvido falar dessa indignação dele e o nosso superintendente da Paraíba já havia conversado com ele essas questões. Mas é bom, para que a gente traga isso a público e possa discutir e formatar alguma ação ou alguma melhoria que possa ser realizada na legislação, de forma que o Banco venha a cumpri-la, evitando que certas coisas, certas questões colocadas aqui pelo Dr. Jair deixem de acontecer, vamos assim dizer.

Senador Vital do Rêgo, obrigado pelo convite.

O nosso objetivo maior aqui é fazer um breve relato, rapidamente, das ações do Banco e abrir para o debate, porque eu acho que seria mais relevante.

Eu lembro que o Banco do Nordeste tem em sua carteira de crédito rural mais de R\$21 bilhões aplicados, hoje, em toda a sua área de atuação, em todo o Nordeste, no norte de Minas e no norte do Espírito Santo. Desse total, R\$14 bilhões foram destinados a mini e pequenos produtores rurais. É um número bastante significativo desses R\$21 bilhões, uma vez que desses R\$21 bilhões, hoje, ele representa 71% de todo o crédito rural aplicado no Nordeste brasileiro, sendo 79,2% na Paraíba, da participação dos financiamentos que são realizados na área rural.

Hoje, nós temos mais de 1,8 milhão de operações de crédito rural aplicadas, sendo 1,769 milhão somen-

te com mini e pequeno. Ou seja, 97% das operações realizadas pelo Banco são com mini e pequenos produtores rurais. É um trabalho feito hoje principalmente voltado para a agricultura familiar, por meio do Agro-amigo ou mesmo dos nossos gerentes de Pronaf que temos em todas as agências do Banco.

Em 2010 e 2011, o Banco realizou operações de crédito com mini e pequenos em todos os 1.990 Municípios da área de atuação do Banco. O Banco tem somente 186 agências nessa área de atuação, mas nós contratamos operações em todos os Municípios, e o Banco é obrigado a exercer a sua atividade de desenvolvimento.

Quanto às taxas de juros, hoje, mais de 90% do nosso crédito são operações realizadas com recursos do FNE. A taxa varia de 5% a 10% ao ano, com bônus de adimplência – caso o cliente, o beneficiário do crédito, pague em dia – de 15% se for fora do semiárido esse financiamento realizado, e de 25% se ele for no semiárido.

Então, no caso dos miniprodutores rurais, a taxa é de 5% ao ano. Se ele pagar em dia e for fora do semiárido, tem uma redução 15% e a taxa cai para 4,25% fixa ao ano. Se for no semiárido, a taxa cai 25% e fica 3,75% ao ano. É uma taxa bastante reduzida.

No caso dos pequenos, a taxa hoje dos fundos – não é só FNE, serve para todos os fundos constitucionais, o FNO e o FCO – é de 6,75%; com o bônus de 15%, ela fica em 5,74%. No caso de bônus de 25%, ela fica em 5,06%. Ou seja, acho que não há hoje taxa mais reduzida para se trabalhar no Brasil em relação à área produtiva, em que o Banco atua; e o Basa e o Banco do Brasil no caso do FCO.

O Banco tem umas limitações de renegociações de dívidas e nós adotamos dois procedimentos no caso de ter havido algum problema naquele financiamento realizado pelo Banco. Nós temos a alternativa que chamamos lá dentro de administração usual de crédito, que são aqueles casos em que o cliente chega para o Banco e identifica para o gerente ou para quem está acompanhando aquele financiamento que ele teve um problema e o Banco pode reescalonar essa dívida, mesmo sendo recurso do FNE. O que o Banco não pode fazer – e aí foi determinação do Tribunal de Contas; um entendimento da AGU, que foi validado pelo CGU e pelo TCU também – é redução de dívidas se não houver previsão legal para isso. Não é, Dr. João? Ou seja, se eu constatei um problema: após a operação atrasar e eu cobrar o encargo inadimplemento, porque hoje o máximo que o banco realiza é o encargo previsto pela Justiça, mesmo os contratos antes realizados no passado quando não havia jurisprudência sobre essa questão, ou seja, o sistema financeiro trabalhava com

encargo inadimplemento bastante elevado; mas, para todas essas operações que nós executamos recentemente de 2010 para cá, em função do Acórdão 944, de 2010, do TCU, nós trouxemos para o encargo previsto na legislação, ou seja, mora de 1% ao ano. Então, todos eles hoje já estão sendo executados com essa mora de 1% em função dessa jurisprudência montada.

Nas renegociações com base em lei, o banco, sim, pode estabelecer o prazo máximo previsto na lei e a redução do encargo inadimplemento ou até mesmo bônus, se a lei prever, se não prever o bônus, o banco não tem autonomia. Geralmente, as leis são editadas e saem no sentido de que o banco recalcule aquelas dívidas pelos encargos normais, dispensando o inadimplemento, dando uma redução para a liquidação. Eu não conheço o caso, mas deve ser esse caso que o Jair mostrou de que cliente poderia pagar R\$11 mil, se ele pagar com redução ou alongar essa dívida pelos R\$44 mil, se ele não pagar com essa redução prevista na lei. Aí o alongamento seria por uns 12 anos, depende da regulamentação específica.

Bom, com relação às leis, nós temos editadas recentemente várias leis permitindo o enquadramento dessas operações da área rural, e o banco, na verdade, faz uma série de mobilizações no sentido de trazer o produtor para dentro do banco, para que ele tenha direito àquele benefício. Por exemplo, nós fazemos parcerias com a CNA. Está aqui presente o Dr. Mário Borba. O nosso parceiro Dr. Edvaldo, aqui presente também, sabe disso. Fazemos parceria com outras entidades prestadoras de assistência técnica. No caso, as Ematers são parceiras do banco no sentido de divulgar o máximo possível.

O MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário, é um parceiro muito forte na área de agricultura familiar, em que nos tem ajudado nessa mobilização de adesão a essas leis. Inclusive, eu vou citar só um exemplo: além desse trabalho de parceiras que nós utilizamos nesses órgãos governamentais e essas entidades associativas, nós também divulgamos na imprensa. O banco leva às emissoras de rádio locais, aos jornais locais. Nós pedimos que o gerente se desloque às emissoras para dar entrevista, dizendo dos benefícios que a lei dando a oportunidade ao cliente para ele regularizar aquela dívida. Por exemplo, na Paraíba, Lei nº 12.249, Dr. Jair, nós fizemos 22 inserções – eu tenho todas elas aqui – em rádios, em jornais, até em TV. O superintendente Chicão esteve na TV divulgando essa lei. E as campanhas que são feitas no sentido de que divulguemos o máximo possível. Os gerentes, inclusive, são deslocados para fazer visitas a esses clientes que têm enquadramento nessas leis.

Com relação à lei em vigor, nós temos hoje a 11.775, que é uma das alternativas pela qual o banco pode renegociar dívidas, pela qual um cliente que tem uma operação a ser realizada com os encargos pós-fixados. No caso, o FNA, nós chegamos a contratar operações com o GPDI, com o TR, que foi a legislação permitia na época. Se o cliente estiver em atraso e quiser se beneficiar dessas taxas de juros de que falei agora, ele pode aderir, fazer a conversão dessa dívida da taxa de juros para o encargo pré-fixado, recalculando a dívida pelos encargos normais, com os recursos do FNE.

Para o pequeno produtor, essa lei também traz o benefício de o banco poder converter a operação no FNE. O banco chegou a realizar várias operações. Foi na época em que um recurso do FNE tinha sido esgotado com recurso do BNDES e do FAT. Só que os fundos de recursos o banco teve que honrar. O banco chegou a cumprir o calendário de reembolso que o BNDES estabelece, mesmo que o cliente não pague o banco, o banco tem que pagar com recursos próprios, os capitais para o mercado. E então a Fazenda, sensibilizada, mandou para o Congresso, que aprovou a conversão dessas dívidas até R\$200 mil para o Fundo Constitucional. E ela está em vigor ainda.

Nós temos também quatro resoluções que enquadram operações do Pronaf e do Banco da Terra, a Resolução do Conselho Monetário, a 4.028, a 4.029, 4.030 e 4.031, que vão trazer uma série de melhorias, uma série de regularizações de dívidas que o banco tem hoje na nossa carteira de inadimplemento. E nós estamos fazendo campanha em cima dessas quatro resoluções. Fora isso, nós temos a Resolução hoje do Conselho Deliberativo da Sudene, que regulamentou o art. 15-B, da Lei do FNE 7.827, em que se permite a liquidação nos bens alcançáveis da execução judicial. Ou seja, eu posso trabalhar também uma liquidação com base nos bens que o banco alcançaria na execução. Isso é limitado a um piso de 30% da dívida atualizada pelos encargos de normalidade.

E a Lei 12.249 que foi a mais abrangente recentemente, que venceu agora em dezembro. Nós chegamos a fazer o enquadramento de 318 mil operações nessa lei, quando foram remetidas todas as dívidas até R\$10 mil, atualizadas pelos encargos contratuais, conforme prevê a lei. Destas 318 mil, 192 mil foram remissões de dívidas e as demais foram renegociações.

Ficaram de fora quase 300 mil operações, porque o cliente teria que arcar, ou com 15% da dívida atualizada pelos encargos normais, ou 40%, ou até 60%. Então muitos desses clientes, infelizmente, não tiveram esses recursos para pagar e liquidar essa dívida até o dia 31 de dezembro de 2011, que foi o prazo esta-

belecido por essa lei. Essa foi a última que estava em vigor e tem até um projeto tramitando aqui e que vai permitir que a gente prorrogue esse prazo de validade até março de 2013, para que os clientes possam vir ao banco liquidar isso. Seria interessante que fosse prevista lá a execução judicial, porque o banco não tem poderes para deixar de executar essas dívidas, mesmo que elas tenham enquadramento na lei, Senador. É uma decisão do Tribunal de Contas.

Com relação à execução de dívidas, esse é o último momento em que o banco cobra do cliente. Ou seja, nós mandamos para o cliente um boleto de aviso, com cinco dias de antecedência; pedimos que alguém da agência vá fazer uma visita; o assessor do Agro-amigo, que é o Pronaf B, ele vai visitar esse cliente, no sentido de avisá-lo que essa parcela está vencendo e que ele não perca o bônus de adimplência que ele tem no dia do pagamento da parcela; mandamos correspondência com cinco, com trinta, com sessenta dias de atraso e, conforme previsto no Acórdão 944 do Tribunal de Contas da União, nós refizemos o nosso fluxo de execução de dívidas. As nossas operações eram todas executadas com sessenta dias de atraso. Então nós fizemos uma revisão, automatizamos esse processo. Até essa determinação veio em função de que o banco não estava cumprindo a legislação, segundo o Tribunal de Contas. Ou seja, nós deixamos de executar 40 mil operações de pequenos produtores rurais, porque tinha enquadramento em lei no passado, na 11.775, na 11.322, e o banco deixou de executar para que esse cliente viesse a ser enquadrado e não tivesse o custo, que, na Paraíba, é altíssimo, o custo cartorário, para pagar também no momento da renegociação. E o Tribunal entendeu que o banco não tem autonomia para deixar de executar essas dívidas se elas estiverem em atraso. Então nós refizemos; estivemos no Banco do Brasil; conhecemos como é administrado esse fluxo lá e alteramos nosso processo de execução, estabelecendo que as dívidas de pequenos produtores fossem executadas, daqui para frente, somente com atraso superior a 150 dias, só acima de 150 dias. As dívidas maiores, ou seja, maiores do que R\$200 mil, são executadas pelo banco com 120 dias, e as menores, de R\$200 mil, com 150 dias de atraso somente. Ou seja, nós temos aí um prazo bastante longo para que o cliente venha e tente renegociar essa dívida, dentro dessa administração usual, se não tiver uma previsão legal para isso.

E aí, aproveitando uma colocação feita aqui pelo Dr. Jair também no sentido de que no Acórdão 944, na página 6, o Tribunal de Contas disse que o banco causou um prejuízo de R\$7 bilhões ao Fundo Consti-

tucional, só complementando, porque são mais de 70 páginas nesse acórdão, não é? *(Pausa.)*

São 222 páginas. Estes R\$7 bilhões se referem a 38.530 mil operações que o banco deixou de executar, exatamente onde estão esses pequenos produtores. Então ele entendeu que o banco, ao deixar de executar, causou um prejuízo ao Fundo Constitucional de R\$7 bilhões e determinou que nós executássemos todas elas. Nós cumprimos esse acórdão no dia 1º de março de 2012, ou seja, alguns dias atrás, quando não executamos somente as 38.530 mil que ele determinou. Executamos 90 mil operações, porque ele determinou também no próprio acórdão que, quando você executar uma dessas operações, se o cliente tiver outra, você deve executar as demais. Você não pode executar somente uma, deixando as outras sem executar. Então, Dr. Jair, nós tivemos que executar, infelizmente, 90 mil operações; implantamos o novo fluxo e hoje o banco está com esse acórdão cumprido. Ou seja, executamos todas aquelas operações que o Tribunal de Contas carimbou e essas do arrasto

Para finalizar, eu fico aqui à disposição para maiores esclarecimentos. Eu não sei se dá para aproveitar aqui algumas outras questões feitas pelo Dr. Jair.

Quanto à taxa de administração que ele falou que o banco cobra irregularmente, mas o banco cobra hoje em cima do ativo do FNE; ou seja, o ativo do FNE é composto pelas operações em si, deduzidas as operações que são prejudizadas, conforme determinado pela Portaria 21 dos Ministérios da Integração e Fazenda, uma portaria interministerial. Inclusive nesse próprio acórdão o TCU disse que o banco estava errado, e já saiu um novo acórdão dizendo que o banco estava correto na forma de prejudicar. Então essa taxa de administração está sendo cobrada exatamente conforme estabelece a lei. Infelizmente, não teria nada a acrescentar fora isso.

Eu gostaria só de complementar dizendo que achei bem interessante essas sugestões que foram apresentadas aqui pela Assembleia Legislativa, mas não me aprofundi e agora vou me aprofundar nessas questões; vou discutir com o Dr. João Rabelo e outras pessoas. Ele está sugerindo aqui agregar um grupo de trabalho ou uma comissão para que a gente possa estudar essas propostas apresentadas pela Assembleia da Paraíba.

Estou aqui à disposição de todos vocês e agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Dr. José Andrade Eduardo Costa, Superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste.

Antes de dar a palavra ao representante do Ministério da Fazenda, eu gostaria de cumprimentar os Deputados Federais Leonardo Gadelha, da Paraíba, Romero Rodrigues, também da Paraíba; Wilson Santiago Filho, e o Deputado Joaquim Beltrão, do Estado de Alagoas, todos envolvidos diretamente nessa maratona, nessa cruzada. Quando tiver oportunidade, nós vamos tecer alguns comentários logo que termine a apresentação dos representantes da agricultura; aliás, do Ministério da Fazenda, do Banco do Nordeste, do representante dos pequenos agricultores e da Assembleia Legislativa da Paraíba.

Concedo a palavra ao Dr. João Rabelo, Secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda.

O SR. JOÃO RABELO – Boa tarde a todos; boa tarde, Presidente Benedito de Lira, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. convidados; muito obrigado, antes de mais nada, ao Senador Vital do Rêgo pelo convite ao Ministério da Fazenda para que nós possamos apresentar as ações que já foram feitas.

Neste momento, Senador Vital do Rêgo, eu entendi que o melhor seria que nós colocássemos, compilássemos as leis que já saíram, que já foram aprovadas por esta Casa em relação a esses temas, para que nós possamos discutir já conhecedores de todos os antecedentes que se passaram. Eu vou fazer uma breve apresentação que fala sobre isso.

Eu só gostaria de fazer um pequeno adendo ao que o meu colega Andrade falou. O Andrade falou das taxas de juros do FNE, as taxas de juros normais para operações de crédito rural, para aqueles clientes que estão fora, para aqueles produtores que já não são do Pronaf. Para aqueles produtores que são do Pronaf, as taxas de juros variam de 0,5% a 4% ao ano, sendo que a maior parte das operações que são feitas lá no Nordeste são do Pronaf B; cerca de 80% das operações que foram feitas nessa safra passada foram feitas no Pronaf B, com uma taxa de 0,5% ao ano.

Fazendo um pequeno recapitulativo, e vou ser bastante breve, Senador Benedito de Lira, para que possamos ter tempo para discutir, eu vou passar só pelas leis mais importantes, pelos regulamentos mais importantes que foram aprovados por esta Casa ou pelo Conselho Monetário Nacional.

Infelizmente ficou bem pequeno e eu vou pegar só os pontos principais. Nós pegamos as leis de 2000 para cá, logo depois do período de grandes secas que houve no Nordeste.

A Lei 10.696 estabelece, primeiro, o recálculo de todas as operações que estavam em inadimplemento pela taxa de 3% ao ano, taxas de juros fixas de 3% ao ano. Em cima dessa operação recalculada com taxa de 3% ao ano foi oferecido um rebate de 8,8% sobre

o saldo devedor. Depois disso, essas operações foram renegociadas em até dez anos, com dois anos de carência, com bônus de adimplência em cada parcela que variavam de 30 a 70%. Além disso, para aquelas operações que fossem liquidadas até 2006, tinha ainda um bônus de adimplência, ao final, de 10%.

Logo em seguida, em 2006, foi aprovada a Lei 11.322 que basicamente repete as condições da Lei 10.696. São para operações até R\$35 mil.

Depois nós tivemos a edição da Lei 11.775, em especial para resolver o problema daqueles que já ...

A 11.775 agregou um fator a mais, que é também a possibilidade de rebate naqueles produtores que já estavam incluídos na dívida ativa da União; concede também a possibilidade de renegociação; reabre a renegociação para a Região Nordeste, com o recálculo das dívidas vencidas por encargo de normalidade, que variam aí nessas faixas que nós estamos conversando. Essas renegociações foram feitas pelo prazo de 3 a 4 anos

A próxima, por favor.

Depois disso, a última lei publicada, que estava em vigor até dezembro, é a 12.249, que, de uma maneira inovadora, permitiu inclusive a remissão de parte das dívidas dos devedores até R\$10 mil; e para aqueles que passassem desse valor, tinha um rebate que variava de 45% a 85% do saldo devedor.

Bom, continuando nas medidas. O Conselho Monetário Nacional aprovou a medida de composição das operações de custeio em especial com foco na hortifruticultura dos Municípios do Vale do São Francisco, em até 12 anos.

E agora, em 2011, foram editadas quatro resoluções do Conselho Monetário Nacional que estão em vigor. Na verdade elas estão tendo efeito nesse momento e permitem a renegociação de até R\$30 mil dos agricultores enquadrados como agricultura familiar, recalculando também de novo as dívidas, retirando todos os encargos que majoram essa dívida, todos os encargos de anormalidade, colocando tudo em encargo de adimplência e renegociando em até dez anos, com parcelas anuais. Isso serve tanto para as dívidas adimplentes como para as dívidas inadimplentes. A data de corte é 28 de outubro de 2011. Perdão, 18 de novembro de 2011 é a data.

Essa medida foi estendida às operações do Fundo de Terras, ao Pronaf Grupo B e também ao Pronaf Grupo A e Grupo C.

Bom, basicamente, apenas como recapitulativo, essas são as legislações que foram feitas ao longo desse tempo, onde se tenta retirar esse processo, esses encargos de anormalidade que dificultam efetiva-

mente a recuperação, e esta Casa concedeu rebate em vários desses casos.

Recebi aqui também do Deputado Quintans um documento que, como disse o meu colega Andrade, é bastante interessante, não tinha recebido ainda essa documentação. Comprometo-me, Presidente, Senador Vital, a estudar esse documento e de verificar o que podemos implantar aqui.

Muito obrigado pelo tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Dr. João Rabelo, representante do Ministério da Fazenda. Quero cumprimentá-lo pela brevidade de suas manifestações.

Antes de passar a palavra ao Senador Vital do Rêgo, como autor do requerimento, gostaria de cumprimentar os palestrantes, os agricultores e os representantes dos agricultores que compareceram a este encontro, bem como os Parlamentares.

Na verdade, minha visão de tudo isso é a de que a agricultura do Brasil é um sacrifício de vida. Na verdade, o que representa o agricultor? A força do trabalho para colocar na mesa de quem está na cidade, no campo ou nos grandes centros urbanos, o alimento necessário.

Caro Vital, V. Ex^a, em boa hora, propôs essa audiência pública. É uma coisa que chama a atenção de todos nós, representantes do Governo. Dr. João Rabelo, representante do Banco do Nordeste, o Banco do Nordeste nada mais é do que um agente financeiro. Lógico que os bancos, não só os oficiais, mas também os privados, não pegam os recursos de seus acionistas – quando privado – para fazer esse tipo de operação. Recebem dinheiro do Governo por meio de dois fundos importantes: o FAT e o FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para, então, financiar a agricultura familiar, do médio até o grande.

O Governo, nesses últimos anos, pela crise de desemprego, pela crise internacional, criou um sistema de socorrer as empresas para evitar um caos maior: o desemprego, com as desonerações que somam alguns bilhões de reais. Isso tem vindo aqui para o Congresso Nacional e nós temos aprovado. Pergunto? E o homem que está no campo com sua família? Se formos somar o pai, a mãe e dois filhos deve haver em torno de, no mínimo, aproximadamente, 300, 400, 500 milhões de pessoas vivendo no campo. O que é melhor? Manter esse povo no campo ou deixar que venha, para ser favelado, para as grandes cidades?

Minha gente, quero dizer o seguinte, aos agentes do Governo, aos agentes financeiros e aos companheiros do Congresso Nacional: o pequeno agricultor familiar e o médio agricultor não podem pagar juros de empréstimo agrícola, principalmente no semiárido.

Ele pode ter hoje e amanhã não ter nada. Vou dar um exemplo meu.

Dr. Vital, meu querido Cássio, minha querida Ivonete, eu, que tenho uma condição de vida diferente dos pequenos agricultores familiares, tive uma propriedade no semiárido do meu Estado, parece-me que em 1999. Fiz um empréstimo ao Banco do Nordeste para produzir leite, criar vaca de leite. O Banco fez um projeto dizendo o quanto eu iria receber, o que eu iria faturar, o que ia acontecer. Arranjou-me o dinheiro para eu plantar capim, palma, para fazer barragens. Fiz o dobro do que estava previsto no projeto do banco. Comprei umas vacas de leite. Toda semana eu chegava à fazenda e tirava quase 4 mil litros de leite. Toda semana quando eu chegava à fazenda tinha de tirar dinheiro do meu salário para completar a folha e os insumos. Eu gastava R\$0,38 para vender um litro de leite por R\$0,25. Aonde é que se vai com isso?

Para encurtar a história, dos R\$220 mil que tirei em 99, caro Dr. Andrade, paguei R\$145 mil. Depois olhei e disse: vou terminar com uma cuiazinha na porta de um mercado desses para poder sobreviver. Tempos depois, também deixei de pagar, fiquei inadimplente. Um dia cheguei, Senador Cássio, e disse: Banco do Nordeste, faça a minha conta. Tenho até vergonha de dizer: minha conta estava beirando os R\$4 milhões. Disse a eles: agora é que não pago. Primeiro porque não tinha; segundo porque achei tudo aquilo um absurdo, uma desgraça. Mas, naquela época se pagava juros de mercado e uma tal de TJLP, o que dava quase 20%. Quem é que paga? Não tem como pagar.

Doutor Representante do glorioso Ministério da Fazenda, sabe o que foi que aconteceu? Perdi a propriedade pela cepa, uma propriedade de mil e seiscentas tarefas. Arranji ainda um filho de Deus que teve a coragem de dizer – e eu era Deputado Federal: “Quero comprar a sua propriedade.” Disse-lhe: Você não vai comprar nada. Vamos ao Banco do Nordeste, você faz uma assunção de dívida e lhe dou a propriedade. Não quero nem saber. Eu estava no Cadin, na Serasa, era um homem perdido. Não tinha crédito para comprar uma banana. E enfrentando, também, um processo de execução. Tive de ir para a contestação. Resultado: estava com mais ou menos 40 ou 60 dias que assinei a escritura de assunção de dívida. O cara assumiu a dívida e tomou conta da propriedade. Fiquei livre daquele abacaxi, mas perdi a propriedade que comprei. Não ganhei de herança não, comprei. Perdi também os investimentos que fiz. Tiro um exemplo daí.

Imaginem um homem que tem cinco, dez tarefas de terra, cinco hectares, dez hectares, que faz agricultura de subsistência? Se sobrar alguma coisa é para criar uma galinha, um porco, um bode. Ele vai ver o

oficial de justiça chegar à sua porta com uma execução, para tomar a terrinha dele.

Agora, acho muita graça quando o Tribunal de Contas faz algumas referências com relação a isso. Ele é o primeiro a dizer que executem, é o primeiro a dizer que é um prejuízo para o Erário. Tenho certeza disso, já vi muito isso. Eles não têm absolutamente a visão nem a sensibilidade do homem que acorda às 4h da manhã, coitado, muitas vezes sem um café. Chega em casa perto do meio dia para comer um feijãozinho velho que não tem nem sequer um pedacinho de batata. É isso o que ocorre no Nordeste brasileiro.

Então, Doutor, Srs. Senadores, é preciso que nós, aqui da Casa...E hoje ouvi uma frase extraordinária da Presidenta Dilma. Sua Excelência quer igualdade de condições para todos os brasileiros: ricos, pobres, brancos, pretos, negros etc. Ao mesmo tempo, também diz que quer igualdade regional. É um ponto no qual batemos muito aqui nesta Casa: a igualdade regional.

Senador Cássio, Senador Vital, Senadora Ivo nete, meus caros Parlamentares Federais, vamos ter, brevemente, uma ação para “melhorar” (entre aspas) o Nordeste. Tenho informações, Vital, de que por conta das ações que têm sido desenvolvidas pelo Governo Federal de taxar carros importados com uma taxa maior para evitar que o carro brasileiro não valha nada é que brevemente teremos mais 55 indústrias de fabricação de carros e a ampliação das que temos hoje. Das 55, duas (2) vão para o Nordeste, duas (2) para o Norte, 51 para o Sul e o Sudeste. Pergunto: onde é que está aí o estreitamento das desigualdades regionais? Vão empilhar mais em São Paulo, no Sudeste e no Sul do País, as 51 indústrias automobilísticas, quando deveriam ir para o Nordeste, das 51, 20 ou 30, para poder então melhorar a condição do nordestino, porque desse jeito, plantando batata, macaxeira, um pé de milho, um pé de feijão – e quando chega a seca não sobra nada, absolutamente nada.

Então, foi muito bom quando meu prezado companheiro, Senador Vital do Rêgo, apoiado pelos Senadores desta Comissão, propôs esta audiência pública.

Senador Vital, quero conversar com V. Ex^{as}, Senadores desta Comissão, para que este encontro não fique entre quatro paredes. Assim não se resolve nada. Não estamos aqui para ter holofotes, não nos interessam os holofotes. O Governo manda R\$1 bilhão para atendermos a indústria branca, a que fabrica fogão, geladeira, liquidificador, ter a desoneração. Para quê? Manter o emprego. Pergunto: por que esse pequeno agricultor, esse homem da agricultura familiar, esse cara que tirou 20 contos, 30 contos, 50 contos, não pode ser perdoado? Ué, amigo, vamos perdoar você. A partir de hoje, o banco vai ter uma linha de crédito.

Agora, o Estado brasileiro que pague os juros. A agricultura familiar não pode pagar juros. Ou fazem isso ou não existirá nada, absolutamente nada. Os outros países fazem. A agricultura de outros países desenvolvidos é subsidiada. O cara, nos Estados Unidos – vou dar um exemplo a você porque já li isso em relatórios – produz amendoim. Se a safra de amendoim do ano de 2011 for uma super safra o governo americano diz o seguinte: o senhor é plantador de amendoim. Vou dar-lhe 70% da safra que o senhor plantou em 2011 para que não plante um caroço em 2012. Mas o Governo dá a sustentação. Aqui não, aqui a gente paga. Sobre um copo de leite que é tirado se paga imposto; sobre um copo de leite que é tirado se pagam juros. Os insumos sobem todos os dias e o leite tem o preço estacionado. Um litro de leite, hoje, parece-me que custa R\$0,60, R\$0,70, R\$0,80.

[Intervenção fora do microfone.]

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Hoje, amanhã não. É do dólar.

Pronto, farelo de milho. Porcaria que não tem valor nutritivo para nada. É verdade. O saco de milho que o sujeito compra em uma bodega é R\$40,00, R\$45,00. Mas, o cabra que vai comprar do agricultor compra por R\$10,00, por R\$15,00. Essa é a fórmula.

Pois bem, minha gente, vocês me desculpem, mas sou um daqueles que defendem essa tese há muito tempo. A agricultura não pode pagar juros, o Governo deveria patrocinar, como patrocina muita coisa. Nós temos condições de fazer isso. Graças a Deus o País está vivendo um momento muito bom.

Por isso, concedo a palavra ao meu querido amigo e companheiro – vocês da Paraíba estão de parabéns, mandaram para cá esse cidadão Vital do Rêgo e esse outro que passou um bocado de tempo esperando uma decisão, mas chegou, que é o Cássio, e agora tem aqui esta senhora que é suplente do Ministro da Previdência, meu querido amigo Garibaldi.

Eu queria, Vital, cumprimentar V. Ex^a e lhe conceder a palavra como autor do requerimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Benedito.

Quero cumprimentar os membros da Mesa, o João, cujo engajamento nesta questão já conheço, é especialista nesta matéria; o meu queridíssimo Deputado Francisco de Assis Quintans, uma das referências e meu consultor especializado em agricultura. Em todas as minhas ações no Senado na área agrícola, eu antes consulto Quintans porque participei ativamente como seu amigo, correligionário e companheiro de longos anos na Assembleia Legislativa e sei da sua experiência, sei da sua dinâmica no trato dessas coisas. Andrade, que vem representando o Banco do

Nordeste, ninguém melhor que V. S^a para representar o banco. Eu falava com o seu presidente anteontem, ele me pedia desculpas por não estar aqui, mas que o senhor viria representá-lo. Eu disse que não haveria nenhum problema com a sua representatividade porque ninguém melhor que o senhor para tratar de todo esse emaranhado de leis e resoluções que estão dispostas ao nosso estudo. Cumprimento o Jair, esse bravo combatente companheiro que foi quem me trouxe esta questão, em abril de 2011, no início da minha vida legislativa aqui no Senado. Eu abracei esta causa com o presidente e todos os mutuários de crédito rural.

Senhoras e senhores, quero cumprimentar os nossos deputados federais paraibanos, alagoanos e pernambucanos que estão aqui nos dando a honra de suas presenças, os deputados estaduais, os nossos vereadores. É uma causa do Nordeste e tanto é assim que temos a oitiva, a assistência de tantos companheiros da região. É uma causa que envolve o Nordeste. A Paraíba, em boa hora, por meio da Assembleia Legislativa, por meio da CNA, por meio da Associação dos Mutuários, está liderando, mas a cada encontro que eu tenho com os 26 Senadores da região, Benedito, eu vejo o engajamento, inclusive suprapartidário nesta questão. Porque se estou no Sergipe a causa sempre é a mesma, se estou em Alagoas a causa é a mesma, e essa nossa luta parece não ter fim.

Eu estava nesse emaranhado de documentos que trouxe mostrando um pouco da nossa história – acaba de chegar a aniversariante de ontem, Senadora Lídice da Mata, da Bahia (*Palmas*) – nesse emaranhado de dados, eu gostaria de, antes de perguntar, rapidamente tecer algumas considerações. Apenas para aclarar o quadro desolador da política rural brasileira, principalmente no Nordeste e especialmente na região do semiárido, para os senhores terem uma ideia, segundo a nota informativa do Ministério da Fazenda, em 22 de novembro de 2011, mandada ao meu gabinete, sobre este assunto, a Paraíba decresceu de 1.942.000 habitantes para 927.000 habitantes na zona rural. Caímos exatamente em razão do que Quintans colocou, do que Benedito colocou dessa aridez de vida do homem do campo. Caímos de 1.942.339 mil habitantes para 927.000, resultado do Censo entre 2000 e 2010.

Enquanto os reajustes dos preços, neste mesmo período, na área agrícola – só esses dados mostram a situação de penúria que vive o pequeno, principalmente o agricultor de subsistência – foram levantados pelo Ministério da Agricultura, cresceram entre 2001 e 2007, 78% o preço dos insumos na agricultura, a dívida rural cresceu 280%. Então, é uma conta fácil de fazer, Benedito, você colocou aí o exemplo da sua fazenda. Enquanto o leite que você tentava comercia-

lizar teve um crescimento, a sua dívida teve um crescimento três, quatro vezes maior. Esses são dados também que mostram a nossa inadimplência. Eu me assustei quando vi. Quando pedi aqui essa reunião, Quintans, entendo que já estamos conseguindo resultados. Vocês me apresentaram um problema, e eu os levei ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União nos recebeu – e Quintans disse com muita propriedade – e lavrou de forma extra-autos ou extraprocessual, nós provocamos, o BND provocou, houve uma mesa redonda entre nós, o Banco do Nordeste, nós provocamos o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas remeteu em 17 de agosto de 2011 um acórdão, com base em normativo – João Rabelo, não sei se você conhece esse acórdão que é do Ministro Walton Aguiar, que tratou da matéria –, determinando 60 dias para o Banco do Nordeste definir normativos com base na legislação que precisaria tomar em relação às operações inadimplentes. A minha primeira pergunta é se foi feito algum normativo desta decisão do Banco do Nordeste.

O que eu vi – trouxemos dados, todos nós, mais os dados do Andrade aqui – ainda há 300 mil pelo menos de pessoas que não foram atingidas pela última legislação, a Lei 12.249. Então, ainda há 300 mil. Naquela época, e depois nos últimos meses, eu senti que havia um desconhecimento total dessas legislações ao mutuário de crédito rural. O Banco do Nordeste havia pactuado, no grupo de trabalho que nós firmamos, para tentar chegar a todos os mutuários. E aí, por falta ou de eficiência das suas superintendências regionais ou por falta de uma maior compreensão da gravidade desse problema, o Banco do Nordeste não chegou ao pequeno. Entendam-me: essa é uma questão de sobrevivência para o pequeno agricultor. Tem gente morrendo. Já aconteceram casos de problemas seriíssimos na família, por quê? Porque esse pequeno agricultor tinha como último patrimônio a sua pequena propriedade, lá no semiárido de Alagoas, da Paraíba, e ele se viu com essa avalanche de execuções motivadas por uma decisão do Tribunal de Contas, essa avalanche de 90 mil execuções, ele se viu com o único patrimônio que para eles era bem de família, muitas vezes bem de família que ele herdava dos seus ancestrais, ele se viu perdido. Então, se estabeleceu um contencioso entre Banco do Nordeste e mutuário. E esse contencioso, João Rabelo, fez com que o pequeno produtor não passe nem pela calçada do Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste passou a ser aquele que estava destruindo a família dele. Então a razão pela qual eu acho que nós não conseguimos como nós queríamos – e falo nós porque eu, Quintans, Mário Borba, outros companheiros fizemos um grupo de trabalho com o

Banco do Nordeste e TCU para chegar... E até aquele momento o Andrade me dizia: Senador, vou levar essa informação do direito que o mutuário tem até de jumento, mas essa informação vai chegar. Essa informação não chegou, João, e o processo de execução é alarmante, ele precisa parar. E cumprimento a Assembleia Legislativa da Paraíba por este material, que trago aqui, mostrando a capacidade de a liderança do meu Estado enfrentar esta questão. Contemplo aqui, João, com a sensibilidade de nós da base, mas mais que isso, de todos os 27 Senadores do Nordeste, uma medida que imediatamente o Governo pare com o processo de execução, determine ao Banco do Nordeste a suspensão do processo de execução numa grande pactuação, que aí a gente envolve novamente o TCU, porque o TCU tem se mostrado, embora em várias razões insensível, nesta aqui do Banco do Nordeste parceiro ele quer ajudar. Nós precisamos parar. Tem gente morrendo por causa disso.

Qual é a ideia que trago aqui? Não é mais a gente buscar fórmulas no Ministério do Planejamento. Sai João Rabelo com uma missão, ele já se prontificou a fazê-lo, estudar esse material. Aqui nós recebemos MPs à vontade. MPs que saem do planejamento de um jeito, passam pela Câmara e recebem um bocado de contrabando, como já colocamos aqui. Ontem eu já falava isso, Lídice, que a gente tem que acabar com os contrabandos na MP. Contrabando são aqueles assuntos diferentes do texto original que vêm para voto e chegam ao Senado em dois dias. E aí a gente tem que votar. Qual o compromisso que eu queria do Banco do Nordeste, da Secretaria do Ministério da Fazenda, e falei isso ao Ministro Guido Mantega, falei isso ao Secretário Nelson Barbosa, que na próxima MP que trate – e vem aí agora em poucos dias – de matéria financeira e tributária, nós adaptemos o meu projeto, que não é mais meu, é de 27 Senadores do Nordeste. Adaptemos o meu projeto para incluir, dentro dele, que é muito mais um projeto provocativo, porque sei que para passar aqui em cinco comissões, depois em cinco comissões na Câmara, nós vamos estar totalmente liquidados. O projeto que entramos, o 688, é um projeto de provocação do debate. Eu trago esse projeto. E com o apoio da Presidência da CDR, que viveu na pele este problema, nós vamos mobilizar os 27 Senadores do Nordeste. É um peso muito grande, porque esta causa, repito as palavras iniciais, nos une. E o Governo da Presidente Dilma, que é sensível, que entende essa realidade e que precisa mostrar a sensibilidade na prática, a gente precisa ter de você, João, que conhece essa matéria, a adesão à proposta. Nós precisamos parar com o processo de renegociação, repactuarmos com os mutuários. Ainda há, pelas con-

tas do Banco do Nordeste, 300 mil órfãos de qualquer informação ou distantes de uma realidade. E o dia a dia está consumindo a vida dessas pessoas.

Por isso, faço uma conclamação, faço um apelo. O Brasil que já tem história de perdão, eu peguei agora e a minha assessoria trouxe: Banco Central perdoa 18 bilhões de dívida de quatro bancos quebrados, Banorte, Econômico, Nacional e Mercantil. Tiveram aquelas liquidações do Proer. Depois: Banco do Brasil perdoa dívida de 504 milhões de um usineiro. Então, estamos tratando aqui de milhares de nordestinos, paraibanos, de todos na região do Nordeste que estão hoje vivendo. Porque a palavra final, Benedito, Andrade, João, a nossa realidade é muito diferente da realidade do sul do País. Então isso colocou que em 10 anos nós tivemos sete secas. Você imagina o que é isso? Somente nós, que sabemos das dificuldades. É seca de índices pluviométricos quase desérticos e nós não temos a menor capacidade ainda de conviver com essa realidade.

Então, agradeço profundamente a presença de todos aqui. Acho que a gente precisa continuar. O Senado é, como órgão federativo do Legislativo, a Casa especializada nessa matéria. O pacto federativo passa, efetivamente, para diminuir as desigualdades. As desigualdades nos fazem, efetivamente, sermos maiores para enfrentá-las.

Por isso, muito obrigado, Benedito, por você ter feito esta sessão com tanto carinho, sentindo na pele os problemas dos mutuários do meu Estado e do Nordeste. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A gente vai ter essa conversa para poder suspender essas execuções. Isso é uma coisa absurda! Queria cumprimentar aqui os Deputados Ruy Carneiro, também da Paraíba, e o Sr. Mário Antônio Pereira Borba, representante da Paraíba, do Senai e da Faep. O Deputado Efraim Filho também se encontra presente e gostaria de cumprimentá-lo.

Dando sequência concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, minha saudação a todos os palestrantes desta audiência pública e os meus cumprimentos inaugurais ao Senador Vital do Rêgo Filho pela louvável, oportuna e sensível iniciativa de propor esta audiência pública, além de saudar, também de forma muito fraterna, todos os Deputados Federais que aqui se encontram, prestigiando este importante encontro que visa a tratar conjuntamente de um problema crônico do Nordeste brasileiro.

Ontem, ainda em João Pessoa, na Paraíba, para uma referência histórica da nossa capital, prestar dupla

homenagem ao Senador Vital do Rêgo, pai do Senador Vitalzinho, como também a Manoel Dantas Vilar Filho, Manoelito Vilar, com quem conversei demoradamente, com quem tenho dialogado ao longo dos últimos anos, numa reflexão permanente, constante, posso dizer quase que aflita sobre os destinos do semiárido nordestino. O fato é que tenho convicção absoluta de que encontraremos, como já ocorreu, Sr. Presidente, em outras oportunidades, uma solução para essa dificuldade. É inimaginável que, só na Paraíba, quatro mil execuções em curso transformaram o Banco do Nordeste no maior latifundiário do nosso Estado. Isso se repete em outros Estados da Federação.

A provocação que foi feita pelo Senador Vital, não tenho dúvida, resultará numa solução de um debate mais intenso no Senado e no Congresso Nacional, e toda essa luta que Quintans encabeça, que Jair lidera com emoção, com força, com coragem cívica, coragem brasileira, nordestina, sertaneja, de trazer todo esse sentimento de indignação, onde temos duas faces de uma mesma moeda, não podemos nos distanciar disso. O produtor rural continuará sendo vítima e o Banco do Nordeste jamais poderá ser denominado vilão desse processo, porque há, também no que diz respeito ao Nordeste do Brasil, um equívoco no modelo de tentativa de desenvolvimento. Vamos resolver essa questão como outras tantas já foram resolvidas no passado. Esse não é um assunto novo no Congresso Nacional. De tempos em tempos estamos discutindo o mesmo problema e, mesmo com a reincidência da dificuldade, não somos capazes de construir um modelo de desenvolvimento porque nós temos, para usar uma expressão muito nossa, nordestinamente nossa, Lídice – e não sei qual é o seu pensamento com relação ao ponto de vista que vou defender agora – nós temos um encabulamento de colocar talvez a solução definitiva nesse desafio de desenvolver a agropecuária no Nordeste, que é fazer aquilo que países desenvolvidos, a exemplo do já citado pelo Presidente Benedito de Lira, como os Estados Unidos, a tão proclamada Europa faz, em relação à sua agricultura, à sua pecuária, sobretudo nas áreas inóspitas: subsídio. Não há outro caminho, e não há porque se arrepiar. Subsídio virou uma palavra quase que criminosa no Brasil dos últimos anos, das últimas décadas.

O Banco do Nordeste deve estar vocacionado para estimular atividades que não estejam, primeiro, expostas a intempéries da natureza, como é o caso da agricultura e da pecuária no Nordeste, e os governos, porque o problema não é de hoje, compreenderem que financiamento para a agricultura é um insumo tão importante quanto a semente, porque quem trabalha numa pequena, numa média ou mesmo numa grande

propriedade vai ter uma receita durante três, quatro meses, que é o período da colheita, e vai ter despesa o resto do ano e que, portanto, se o dinheiro não chegar na hora certa, no momento certo, não haverá atividade agrícola sustentável numa região com processos avançadíssimos de desertificação, como constatamos no semiárido nordestino. E a diversificação já vai para outro capítulo desse debate, é outro tema para quem sabe discutirmos aqui nesta Comissão. Temos de olhar para esse desafio do semiárido do Nordeste.

Portanto, a primeira palavra que trago, além do louvor e da solidariedade a toda essa iniciativa, e me engajo, claro, de corpo e alma, com toda ênfase, com toda lealdade à luta para que as execuções, por exemplo, sejam suspensas, mas eu, que já fui conselheiro do Banco do Nordeste, na condição de superintendente da Sudene, fico a imaginar a espada que pesa na cabeça de todo servidor, que poderá mais adiante, pelo Ministério Público Estadual, pelo Ministério Público Federal, sobretudo, ser acusado de prevaricação, porque se há uma legislação produzida por este Congresso Nacional, e temos essa mania, esse defeito terrível, peço desculpas por não poder olhar para a assistência que aqui comparece, porque este Congresso tem um defeito terrível: ele cria as normas, cria as regras e termina depois querendo lavar as mãos diante das regras estabelecidas. Temos de ter a compreensão de que o problema não será resolvido, no meu entendimento, com mais uma solução paliativa. Estamos buscando um socorro emergencial, sim, e ele não pode faltar, ele não pode retardar, ele terá de vir. Na medida em que esse caldo de cultura for crescendo, e hoje mais um passo importante foi dado, o Governo Federal vai se manifestar sobre o problema porque não vai permitir que a situação perdure e que milhares de produtores percam as suas propriedades, desequilibrando a nossa região sob o seu aspecto sócio-econômico, e não precisamos discorrer sobre isso.

Portanto, o que queremos neste instante é, de forma objetiva, sustar as execuções. É possível? Sim, desde que o Congresso Nacional ou o Governo, mediante o seu instrumento de legislar, que é a medida provisória, possa autorizar o banco ou os bancos a sustarem essas execuções. E aqui vai o apelo para que toda a bancada de sustentação do Governo, e me incorporo como membro da oposição, possa levar o apelo, seja ao Ministro Mantega, que esteve nesta Casa, ou à Presidenta Dilma, para que, de forma rápida, de maneira ágil, possa editar uma medida provisória criando mecanismos que sustentem, pelo menos no curtíssimo prazo, as execuções. A partir daí vem uma solução relativamente simples na sequência da iniciativa do Senador Vital, e quero cumprimentar o Senador

por ter, na sua fala, comentado os contrabandos da medida provisória, que mitigam este Congresso, que mitigam este Senado, que não permitem que possamos continuar exercendo o nosso papel constitucional de ser a Casa da Federação, porque é inadmissível que o Brasil continue convivendo com essa realidade. Mas, esse também é outro assunto a ser discutido pelo Parlamento, pelo Senado da República.

A solução talvez já pronta seja repristinar todas essas leis que já foram utilizadas no passado. Temos a louvável iniciativa do Senador Vital, podemos, *mutatis mutandis*, fazer a repristinação de todas essas legislações e, a partir daí, definitivamente, abraçarmos uma discussão sobre política agrícola no Nordeste, e aí, no meu entendimento, para concluir – teremos em breve a Ordem do Dia, outros Senadores devem se manifestar – incorporar no debate uma palavra que ficou criminalizada, que ficou abandonada, mas que deve ser sempre lembrada para o semiárido do Nordeste – aí me refiro ao semiárido do Nordeste: subsídio. Sem ele resolveremos essa questão agora e, daqui a alguns anos, estaremos com outros Senadores, com outros atores, com outros representantes dos agricultores endividados, do Banco do Nordeste, discutindo o tema da mesma forma que já fizemos décadas atrás.

Ou encontramos um mecanismo de definitivamente subsidiar a agricultura e a pecuária do Nordeste semiárido ou dificilmente vamos vencer as intempéries climáticas que caracterizam a nossa região, que transformam o Nordeste semiárido num grande potencial, mas numa área de extremo risco lotérico em se praticar atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária. Aqui fica, concluindo, Sr. Presidente, a minha palavra de respeito e louvor ao povo nordestino, simbolizando a minha admiração à distância, para que fique registrado nos Anais desta Casa, a Manoelito Dantas Vilar, que é uma referência histórica da luta por um Nordeste melhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Exmº Sr. Senador Cássio Cunha Lima.

Gostaria de saber se a Senadora Ivonete gostaria de fazer uso da palavra, se gostaria de fazer alguma manifestação, assim como a Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra à Senadora Ivonete.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Sr. Presidente Benedito de Lira, demais autoridades que compõem esta Mesa, a minha saudação aos representantes do Governo e ao representante financeiro, Senadoras e Senadores, graças a Deus, os nordestinos levantando esta bandeira em prol dos agricultores, do homem do campo, deputados federais, deputados estaduais, eu gostaria de manifestar aqui a minha so-

lidariedade a esta propositura vital, como foi dito aqui pelo Deputado Quintans, Vitalzinho é muito querido lá. Geralmente, quando os nomes denominam o nome dos pais usa-se no diminutivo. O meu filho, por exemplo, é Ivanildinho, porque o pai chama-se Ivanildo, mas são, na verdade, homens muito fortes. Saudar daqui a nossa querida mulher, guerreira, nordestina da Bahia, filha de agricultores, avô, bisavô, pai, e ainda fui metida a besta de ser uma pequena agricultora. Concordo plenamente, Senador Benedito, que quando a gente tem aquela paixão pela terra... E o meu avô já dizia que é um empobrecimento feliz, porque é o verdadeiro amor, a gente quer manter aquela tradição, aquela história dos nossos familiares.

Quero parabenizar Vital pela iniciativa e me somar, me congratular com essa iniciativa, porque todo e qualquer projeto que trate de homem do campo, de agricultura familiar, de subsistência, eu apoio plenamente.

Estou aqui, neste momento, para me somar a todos vocês, a todos esses representantes que são determinados, incansáveis nessa luta para que a gente possa realmente dirimir, tentar minimizar esse sofrimento, que é do homem do campo.

Muito obrigada, e parabenizo todos vocês por este momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Ivonete, pelas suas manifestações de apoio e solidariedade aos companheiros do semiárido nordestino.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, que deverá também fazer a sua manifestação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, caros companheiros de trabalho, Srs. Senadores, quero saudar os representantes do Banco do Nordeste, da Assembleia Legislativa da Paraíba, do Ministério da Fazenda, nesta audiência hoje.

Infelizmente, Presidente, V. Exª sabe da pauta que tivemos hoje, da agenda muito corrida aqui no Senado Federal, inclusive com a participação da Presidente Dilma recebendo as homenagens com o Diploma Bertha Lutz, na verdade uma comemoração do 8 de março, que envolveu todos, especialmente nós mulheres Senadoras. Outro motivo foi a presença do Ministro Guido Mantega na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu não pude ouvir o início do debate porque estava no plenário falando, mas ouvi atentamente os oradores que me antecederam, especialmente o Senador Vital do Rêgo, autor da formulação dessa audiência pública.

E não tenho dúvida sobre a importância de a nossa Comissão se debruçar sobre essa discussão. Esta discussão não se limita a uma realidade da Paraíba, mas alcança todo o Nordeste brasileiro. Falando do

semiárido, temos que lembrar que, territorialmente, a Bahia é o maior dos Estados nordestinos e que tem 69% do seu território no semiárido.

Recentemente em contato com pequenos agricultores da região de Canudos, Euclides da Cunha, Uauá, inclusive estive falando com o Superintendente do Banco na Bahia, Dr. Nilo, para que pudéssemos ter uma representação do Banco na reunião com 43 entidades que formam o Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Região. Uma das discussões essenciais que se travava naquele local foi justamente o financiamento, o crédito e o tratamento da dívida do pequeno agricultor.

Portanto, caminhar na direção de levantar a bandeira de uma renegociação da dívida com imediata suspensão da execução das dívidas dos pequenos agricultores para que possamos ganhar tempo e apresentar uma proposta de negociação mais permanentemente, creio estar realmente acertada.

É muito difícil, por mais sensibilidade que tenha o Ministro da Fazenda ou do Planejamento do Brasil, compreender a realidade do Nordeste. É muito difícil, a não ser que fosse nordestino. E nós ainda não tivemos muito sorte em conseguir na República, tivemos uma vez o ministro Ciro Gomes, aqui e ali em alguns momentos alguns ministros nordestinos, mas é muito difícil para o conjunto do Brasil entender as particularidades de fazer uma agricultura de sobrevivência naquela região.

Nós tínhamos como dívida da agricultura também nordestina outro tipo de agricultura também a tratar. Refiro-me ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, que é outro grave problema que a agricultura na Bahia enfrenta. A agricultura cacaueira é marcada por sua capacidade de incorporação de mão de obra diferente de áreas de agricultura desenvolvida do agronegócio que, no entanto, emprega pouca mão de obra. A agricultura do cacau é uma grande empregadora. Portanto, pela marca na nossa região, pela importância que teve e ainda tem na produção do cacau no Brasil, tem uma centralidade nas nossas preocupações. E principalmente, voltando-me mais para o semiárido, que é o centro da discussão dos pequenos agricultores, recebi só agora essa proposta, que, parece-me, foi apresentada pelo Deputado Francisco Quintans, da lavra do debate da Assembleia legislativa do Estado da Paraíba, a qual quero parabenizar pelo esforço de se debruçar sobre um assunto dessa natureza e apresentar, trazendo inclusive, ao Senado Federal, essa contribuição.

Não tive a oportunidade ainda de poder ler e tomar conhecimento de fato da proposta. Recebi há pouco, o assessor me entregou quando iniciei a minha fala. Só

o fato de ela ter sido elaborada nesse esforço comum já revela o seu mérito e a preocupação real, o impacto que tem sobre a economia da Paraíba, a situação dos pequenos agricultores.

Creio que em Alagoas também nós temos pequenos agricultores que não são os usineiros, que já receberam e, quando recebem perdão, recebem em bloco, fazem parte de uma produção já hoje de combustível. O Brasil inteiro, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, as grandes instituições de crédito, Banco do Brasil, preocupam-se em ter a atenção para esses grandes produtores, mas nós precisamos da atenção para o Banco do Nordeste, e eu não gostaria de vê-lo como vilão, porque, por si só, já é um dos elos fracos da cadeia de crédito do Brasil. Com todas as suas dificuldades, o Banco do Nordeste tem buscado representar e representa ainda uma das poucas possibilidades de amparo ao pequeno agricultor do Nordeste brasileiro.

Portanto, creio que, sem nos confrontarmos nem transformarmos o Banco do Nordeste em nosso vilão, mas, tendo o banco do Nordeste como parceiro, nós precisamos sentar e encontrar um caminho de negociação, negociação que passa neste momento, pelo que pude compreender da emergência, que nós pudéssemos suspender de fato as execuções e discutir com o Ministério da Fazenda uma medida provisória, algo que resultasse desse processo de entendimento a que o Senador Vital do Rêgo aqui se referiu. E os outros dois Senadores que falaram antes de mim também mostraram preocupação.

Eu creio que, Presidente, V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, não deve se afastar da condição de negociador, como representante nosso nesse debate. Além de tudo, esta Comissão tem uma maioria de integrantes de Senadores nordestinos que demonstra a preocupação com o distanciamento regional no desenvolvimento do Brasil. Difícil aqui, nesta comissão, ter representantes do Sudeste, que já estão bastante contemplados no desenvolvimento da Nação. É uma comissão quase que totalmente preenchida por Senadores do Nordeste e do Norte, e, às vezes, algum do Sul, mas por aqueles que sentem na pele o que é o desenvolvimento desigual do nosso País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer a manifestação da Senadora Lídice da Mata.

Tendo em vista que não há mais Senadores inscritos, gostaria de cumprimentar o Deputado Júlio César, Deputado Federal do Estado do Piauí, um dos grandes companheiros da Casa vizinha e estudioso dessa matéria de economia neste País.

Gostaria de comunicar aos Deputados Federais que aqui se encontram que vamos abrir o debate para que V. Ex^{as} possam, sinteticamente, por cinco minutos, fazer as suas manifestações.

O Senador Lauro gostaria de se manifestar?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Boa tarde. A situação da Paraíba é semelhante à de Sergipe. Então, há muitos pequenos agricultores sofrendo muito há muitos anos. Espero, neste debate, que possamos encontrar um caminho melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer o companheiro Lauro Antonio. Dando sequência, concedo a palavra ao primeiro Deputado inscrito, Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM – PB) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, quero agradecer a oportunidade e a tolerância de V. Ex^a em nos conceder a palavra, não como membros do Senado Federal, mas parlamentares da Câmara dos Deputados e, em nome do Deputado Francisco Assis Quintans, esse grande baluarte da agricultura paraibana, e do Sr. Jair Pereira Guimarães, saudar todos os presentes na Mesa, Senador Cássio, Senador Vitalzinho, saudar os Senadores e Senadoras aqui presentes.

E dentro do tempo regimental que V. Ex^a nos estabeleceu, quero deixar registrada uma posição bem clara. Aqui, nós temos vários parceiros da Paraíba que vieram e saíram das suas casas, de seus Estados, nosso amigo Derócio, que saiu da região de Paulista; Presidente Mário Borba, da Federação de Agricultura; o Prefeito Galego, da cidade de São Bento, que saíram de suas cidades para poder acompanhar este momento, porque, aqui, nós estamos falando de uma atividade agrícola, de agronegócio, que é a que garante o PIB do Brasil. Precisa sim ter um tratamento diferenciado e precisa ser aprofundada. Hoje, se não fosse a agricultura e o agronegócio, o Brasil estaria passando por um momento não tão bom quanto agora.

Então, o que esses homens e mulheres, verdadeiros heróis do sertão, do Nordeste fazem merece um reconhecimento em termos de políticas públicas, porque, ser formos permanecer, Deputado Quintans, simplesmente na base dos dados, estatísticas, números, matemáticas, juros, vamos ficar sempre nessa bola de neve que se torna irreversível.

O que se requer aqui, Senador, e V. Ex^a tem a capacidade de ser esse mediador, Presidente, é uma decisão política do Governo. É preciso ter sim decisão política, de políticas públicas, para garantir o desenvolvimento regional, que é princípio da Constituição Federal, princípio pétreo. Nos seus primeiros artigos, está lá. A Constituição Federal vem para diminuir as desigualdades regionais. E é preciso ter esse olhar

para o Nordeste, porque o Governo Federal, e de forma acertada, teve essa visão com países, perdoou a dívida da Bolívia, do Peru, de países africanos, do Paraguai, anistia de dívidas. Por que não ter essa adesão política de anistia das dívidas dos pequenos agricultores do Nordeste? Porque não é só perdoar por perdoar. O momento agora exige. Nós temos, com a transposição do rio São Francisco, bater nas portas como investimento estruturante do País. De que adianta chegar água aos pequenos agricultores se eles não têm crédito para avançar, para investir? (*Palmas.*)

É essa a pergunta e a decisão política que se quer. É essa sim a decisão política que tem que vir. E quando falo em diminuir as desigualdades, é porque é preciso, sim, o Nordeste ter um tratamento diferenciado. Os agricultores do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, esses grandes produtores, esses grandes agricultores, já tiveram seus subsídios, seus apoios; os do Nordeste, não, têm essa carência. E por quê? Porque não adianta querer comparar em competitividade. O Nordeste não consegue ter o mesmo nível de competitividade com o Sul e com o Sudeste, em todas as áreas. Então, é preciso, sim, ter números diferenciados. E aí entra a fala do Senador Cássio Cunha Lima: é preciso sim ter o subsídio, porque o subsídio é a garantia realmente de compra por parte do Governo Federal, que vai realmente estabelecer esse espaço. Falo aqui com o Sr. José Andrade, com o Sr. João Rabelo, que são pessoas que estão acompanhando essas políticas públicas. Quando falamos em transposição do rio São Francisco e financiamento, o Governo tem, sim, que estabelecer metas, porque não adianta estar, Deputado Assis Quintans, no Serasa da Agricultura, com o nome na ficha suja da agricultura, se está vindo a água.

Então o governo vai ter que dar essa anistia, estabelecer metas de produção para garantir essa geração de renda, emprego e, acima de tudo, oportunidade, porque, se não há – para concluir, Sr. Presidente – essa decisão política que se requer neste momento, qual é o resultado? Migração, inchaço dos grandes centros, precariedade dos serviços públicos e falta do desenvolvimento regional, que é princípio pétreo da nossa Constituição Federal.

Então, parabéns a vocês que defendem essa bandeira! Mais uma vez, apelo a V. Ex^a, Senador, na condição de Presidente desta comissão, grande mediador dessa decisão política que todos nós requeremos ao Governo Federal deste País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Deputado Efraim Filho.

Dando sequência, concedo a palavra ao Deputado Joaquim Beltrão, por Alagoas

O SR. JOAQUIM BELTRÃO (PMDB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Benedito, nós vimos lutando há vários anos com a questão da dívida dos agricultores. Nós vivemos também junto com os agricultores a angústia que cada um sente. Agora mesmo, no mês de fevereiro, um agricultor da região agreste tomou um copo de veneno. É a junção da depressão com o sentimento de fracasso perante a família. E quando ele, mais uma vez, recebeu a intimação da Justiça, pensou: “Eu vou morrer, mas pelo menos a propriedade fica para a família”, como outros e outros que tiveram AVC, infarto e assim por diante.

Mas, venho acompanhando essa questão da dívida e tive o prazer de sentar junto ao Presidente Lula e à equipe econômica, representada por Gilson Bittencourt, e o MDA, representado na época por Adaniram Sanches, para negociar a questão da Lei nº 12.249.

Naquele momento, quando saímos da sala do Presidente, juntamo-nos novamente com o Gilson para debater até que ponto poderíamos chegar. Eu disse: isso não chega a lugar nenhum, Gilson. Você só está aqui privilegiando o FNE até R\$35 mil. E o FAT, o que vai fazer com o FAT? O que vai fazer com a securitização. Ele disse: “Não, securitização em “PES” só tem em grande agricultor”. Mentira. Tem pequeninho e muitos que são da securitização em “PES”.

Quem está na dívida ativa da União vai fazer o quê, Gilson? Não sabe responder, porque já é o risco da União. Mas, se tiver na dívida ativa da União, for até R\$10 mil e não for agricultor, já está perdoado; se for agricultor, vai para execução. Vai fazer o quê, Gilson? Aí ele disse: “Você está querendo que eu perca o emprego?” Essa foi a resposta dele.

Mas, ainda bem que o Banco do Nordeste não está trazendo mais aqueles *slides* mostrando as negociações de tanto, de tanto, e a gente vê e fica até tonto, achando que está errado, que se está diante de um monte de caloteiro no Nordeste e está tudo certo ali, porque ‘tanta gente negociou!’ Na verdade, até lhe parabenizo por não trazer nenhum *slide* mostrando o impossível. O possível é o que está lá na nossa realidade, é o agricultor sofrendo.

Aqui está presente, Presidente Benedito, um conterrâneo do Canapi, alto sertão alagoano. Vou dar só o exemplo dele aqui: ele tomou R\$65 mil. Na época, o Banco do Nordeste emprestou R\$46 mil pelo FNE e R\$19 mil pelo FAT. Mais adiante, depois de várias intimações, o banco mandou chamá-lo: “Há aqui uma oportunidade para você negociar. Você renegocia a dívida do FAT e a do FNE, que é mais leve, você vai deixar para depois”. Eram R\$19 mil do FAT e R\$46 mil do FNE. Para os R\$19 mil do FAT, ele deu para renegociar R\$8 mil de entrada, dos quais só tinha R\$6

mil, vendendo tudo o que ele podia vender – tomou emprestado no banco para pagar em 12 parcelas de R\$2 mil. Deu os R\$8 mil e renegociou o restante, praticamente R\$11 mil, se fosse na origem.

Três, quatro anos depois, ele recebeu o aviso com um pouco de atraso. Ele, que, quando vai à feira, busca a sua correspondência, já foi com atraso. Quando foi renegociar, eram R\$1,6 mil, mas o banco estava cobrando R\$4,6 mil, porque passou três dias do vencimento. E então foi preparar-se para pagar. Passou o resto do ano se ajeitando, uma parcela por ano. Conseguiu pagar esses R\$4,6 mil.

Mais adiante, o Banco do Nordeste entrou em greve. E então ele atrasou mais uma parcela, porque, segundo o banco, era para ter pago no primeiro dia que acabou a greve. Iria pagar R\$1,8 mil, mas estavam cobrando R\$6,8 mil.

E, assim, dos R\$19 mil do FAT, quando terminar de pagar em 20 anos, 20 parcelas, vai pagar mais de R\$65 mil, que é toda a dívida que ele contraiu. E os R\$46 mil do FNE ele, no ano passado, recebeu uma correspondência que pagaria com R\$120.450 mil. Mas entregou a um advogado amigo dele. Ele foi ao fórum. Disseram: “Não. Você paga R\$180 mil, porque há as custas advocatícias, custas disso e daquilo outro”.

Então, na verdade, João Rabelo, a equipe econômica do Governo – não estou falando da sua pessoa; estou falando da equipe econômica do Governo – está brincando de querer fazer lei. Está brincando de querer mostrar que consegue negociar como a gente negocia. Não está tentando resolver o problema do agricultor. Um cidadão lá de Piranhas, que me procurou, tomou R\$26 mil pelo FAT e está devendo R\$450 mil. Como é que pode a gente querer achar que é séria uma proposta do Governo de renegociação, que está propondo a ampliação do prazo da Lei 12.249, porque o próprio Governo não conseguiu executar? Não é porque o agricultor não foi lá atrás. É porque o próprio Governo não conseguiu executar. Era até novembro. Em outubro, ainda não havia disponibilizado o recurso para o Banco do Brasil e o restante para o Banco do Nordeste. Por isso que o Governo mesmo quis que ampliasse o prazo. Não é nem o agricultor que quer. É o próprio Governo que quer ampliar o prazo.

Então, Sr. Presidente, para encurtarmos a conversa. Só tenho cinco minutos. Já passei disso aí. Eu acho que só há uma solução prática para essa reunião. Devemos sair daqui com a proposta de conversar com a equipe econômica do Governo junto com o representante da Presidente da República, para que o Governo diga o que efetivamente quer fazer com o agricultor nordestino, o que efetivamente vai propor para o agricultor nordestino, qual é a oportunidade

que ele vai dar. Medidas provisórias, temos várias. Se não me engano, é a 545 ou número parecido, cujo relator é o Deputado Heleno Silva, por Sergipe. Ele não consegue chegar nem perto da Casa Civil para tentar negociar. Ele não consegue chegar nem perto de uma negociação, porque o Governo não quer negociar. Então, ou nós, ou os Srs. Senadores com nós, Deputados, arrancamos do Governo uma reunião entre a equipe econômica do Governo com o representante da Presidente da República e aí chegar a uma negociação e o Governo dizer, como um médico de pronto-socorro lotado diz para um paciente: este eu vou salvar; esse, infelizmente, não consigo salvar, vou deixá-lo morrer, então, o Governo tem que dar essa solução.

Gostaria que o Governo não fosse um hospital de pronto-socorro superlotado e quisesse matar a maioria e só salvar a minoria, mas que fosse um hospital onde pudesse salvar todos os agricultores nordestinos.

É isso que esperamos. E esperamos que V. Ex^a, como Presidente desta Comissão tão importante, como nordestino e conhecedor da palavra, juntamente com o Senador Vitalzinho e outros, tome essa iniciativa e peça ao Governo Federal que sente no banco de negociação conosco para achar uma solução.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Deputado Joaquim Beltrão. Gostaria de cumprimentar o Senador Renan Calheiros, que é um dos parceiros nessa luta dos pequenos agricultores do Nordeste, particularmente de Alagoas.

Para tanto, vou conceder a palavra a S. Ex^a para que possa, como Líder da maior bancada no Senado Federal, o PMDB, fazer as suas manifestações, o que é uma alegria muito grande para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Somente os agricultores poderiam puxar o Senador Renan Calheiros para cá; ele não passou por aqui nem de avião, na minha Comissão, nesta Comissão. Por isso, quero cumprimentá-los e mostrar o valor e o prestígio que os senhores têm frente aos parlamentares do Nordeste brasileiro.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Antes de mais nada, quero cumprimentar V. Ex^a e todos os Senadores que fazem parte desta Comissão pela audiência pública que realizam.

Esse é um assunto que se arrasta no Brasil e que penaliza, sobretudo, a nossa região. Nós já avançamos. Tivemos avanços tímidos, mas tivemos alguns avanços. Mas precisamos, definitivamente, encontrar uma solução.

Quero, portanto, como eu disse, somar os meus esforços aos esforços aqui existentes para que cami-

nemos no sentido da suspensão da execução da dívida, que é a coisa mais urgente do ponto de vista do nosso agricultor, e caminhemos no sentido de ampliar a legislação para que, na renegociação, possamos incluir todos os empréstimos que foram feitos, independentemente do que o originou.

Agora, na última medida provisória que votamos no Congresso Nacional, conseguimos reabrir o prazo da renegociação que havia encerrado em 30 de outubro e suspender também a execução em relação àquelas pessoas que eram beneficiadas pela renegociação. A Presidente Dilma deverá – e esse foi o acordo com a área econômica e com a Presidência da República – sancionar essa suspensão de execução. Mas precisamos evoluir com relação à solução das dívidas como um todo. É por isso que quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que o PMDB e a bancada do PMDB vão estar à disposição para que possamos caminhar nessa direção.

O Nordeste precisa muito disso e não tem sentido, absolutamente nenhum sentido, que essas coisas continuem a acontecer e a mobilizar a atenção do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado da República. Temos que suspender a dívida dos nossos agricultores, renegociá-la definitivamente e garantir, como consequência de tudo isso, o acesso ao crédito para que eles continuem mantendo em funcionamento esse sistema produtivo.

De modo que a razão da minha presença é exatamente essa, Presidente Benedito de Lira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero cumprimentar o Senador Renan Calheiros. Não tenho dúvida de que iremos encontrar uma forma de começar a trabalhar essas teses que são fundamentais para resolver a vida dos pequenos agricultores, particularmente do semiárido brasileiro.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC – PB) – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de saudar V. Ex^a e, por seu intermédio, todos os demais Senadores da República. Quero cumprimentar a Mesa por intermédio do meu colega, companheiro, amigo, Deputado Estadual Assis Quintans. E dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que em virtude de todos os oradores que me antecederam terem defendido em uníssono a necessidade de que cessemos imediatamente a cobrança dessas dívidas, das dívidas que incidem sobre os pequenos agricultores do Nordeste, vou me permitir fazer uma pequena digressão e fugir um pouco desse tema mais imediatista.

Penso, nobre Presidente, que o Banco do Nordeste, assim como outros organismos desenhados para promover o desenvolvimento do Nordeste, vive

uma crise existencial. Ele é premido entre a lógica financeira, a lógica econômica, e a lógica social. Acho que esse é um falso dilema.

Para começo de conversa, o Banco do Nordeste, a Sudene, o Dnocs são todos filhos da mesma linhagem genética, foram constituídos com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico do Nordeste. Eles têm, talvez, como grande mentor um conterrâneo nosso, Celso Furtado. Por conta disso, os paraibanos têm um sentimento muito telúrico em relação ao Banco do Nordeste, à Sudene, ao Dnocs, enfim, a todos os órgãos que foram desenhados para promover o desenvolvimento da nossa região.

Repito, eles vivem premidos entre as duas lógicas: entre a lógica econômica e a lógica social. Mas é um falso dilema. E a história recente do Nordeste mostra que esse dilema não existe porque foi a partir do momento em que se deu liquidez ao Nordeste, em que se colocou meio circulante, em que se colocou dinheiro circulando, que o Nordeste começou a se desenvolver.

Havia um grande debate sobre a propriedade ou não dos programas de assistência direta, as famosas bolsas e elas tiveram um impacto fenomenal no Nordeste, pois o dinheiro passou a circular. Foi a partir do momento em que surgiu o meio circulante e o dinheiro começou a circular no Nordeste que a região pôde dar vazão ao gênio criativo da sua população, pôde começar a empreender, pôde começar a produzir. Então, as duas lógicas em momento algum se chocam. E é isso talvez o que o Banco do Nordeste precise compreender. E é isso, talvez, o que os órgãos financeiros precisem compreender.

Não podemos, em momento algum, esquecer que o Nordeste é desigual em relação ao restante do País. E o que preconiza o bom Direito? Que tratemos os desiguais de forma desigual. O Nordeste precisa, sim, de subsídios. Precisamos compreender isso para que o País se desenvolva de uma maneira uniforme, de uma maneira global.

Foi dito que está no Ato das Disposições Transitorias, está nas Cláusulas Pétreas, mas também nos artigos que dizem respeito às espécies orçamentárias. Se estudarmos do art. 163 ao art. 167 da Constituição, todos eles falam da necessidade de utilizar as espécies orçamentárias, o PPA, a LOA, a LDO, para haver a diminuição das desigualdades regionais.

Então, há que se desenvolver também um debate do ponto de vista conceitual. O Banco do Nordeste precisa compreender que é vetor do desenvolvimento social também. Não posso desconhecer a lógica econômica, é um órgão de crédito, tem que dar lucro, ou tem que fazer as suas operações serem lucrativas, mas há que se entender que ele foi desenhado antes disso para

promover o desenvolvimento social. E há que se compreender também que tem que se fazer um novo desenho na forma de se empregar esse dinheiro no Nordeste.

Não tenho a menor dúvida de que os índices que são empregados sobre os empréstimos são menores do que aqueles que são aplicados sobre empréstimos contraídos em outras regiões. Mas ainda assim o *spread* é muito grande para o agricultor nordestino. O *spread* é muito grande para quem não sabe, por exemplo, se vai contar com água para colher a safra que plantou. O *spread* tem que ser visto quase com nulidade nesse caso.

Não acho que se trata de dar dinheiro a fundo perdido. Isso também não é benfazejo. A pessoa precisa ter responsabilidade sobre aquilo que adquire. Mas tem que se compreender que existe essa contrapartida social. Penso que é uma discussão mais profunda que precisa ser feita.

Peço perdão por ter feito essa digressão, mas ela é importante. Temos que lutar pela suspensão desses pagamentos. Existem milhares e milhares. Foi dito aqui, talvez 90 mil sertanejos. Se utilizarmos a metodologia clássica do IBGE, que coloca quatro pessoas por família, é quase meio milhão de brasileiros que podem perder tudo nos próximos meses. Então, temos que encontrar uma solução. Mas também temos que fazer esse debate de longo prazo. Qual o papel do Banco do Nordeste? Qual o papel da Sudene? A Sudene praticamente existe para custear sua máquina. A única razão de existência da Sudene é manter 180 funcionários lá em Recife. Não existe nenhuma outra atividade sendo promovida pela Sudene neste momento em território nordestino.

Então, Banco do Nordeste, Sudene, Dnocs, que têm, todos, essa mesma linhagem genética, precisam fazer parte de uma concertação de esforços. E a gente precisa incluir também o TCU, porque o TCU há de dizer sobre cada uma dessas premissas que foram discutidas aqui hoje. *Dura lex sed lex*. É para cumprir. Se existe a lei, se foi pactuado dessa forma, a gente tem que cumprir.

Mas onde ficam as vidas de milhões e milhões de nordestinos, de milhares e milhares de brasileiros que podem perder o que construíram ao longo de suas vidas, num átimo, por conta de uma decisão que se baseia na letra fria da lei?

Então, tem que se chamar o TCU para esse debate, tem que se chamar os órgãos de crédito do Nordeste, tem que se chamar a inteligência econômica do País, mas a gente precisa definir um novo *modus operandi* para o Banco do Nordeste, para a Sudene, para o Dnocs, para todos os órgãos que foram desenhados para promover o desenvolvimento do Nordeste.

Era isto, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao nobre Deputado Leonardo

Gadelha e concedo a palavra ao Deputado Júlio César, como último orador inscrito.

O SR. JÚLIO CÉSAR (PSD – PI) – Sr. Presidente, senhores conferencistas, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, minha vida é estudar o Nordeste, é estudar o desequilíbrio social e regional do nosso País. Estudo todos os dias. Não tem um só dia que eu não reserve pelo menos três horas para estudar os problemas brasileiros. E o foco principal é o Nordeste.

Eu estou com a Constituição, Sr. Presidente, que diz o seguinte:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais do País.

O Nordeste, Sr. Presidente, há 70 anos, segundo estudos do Etene (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), que é do Banco do Nordeste, publicados no ano passado, tinha 47% da renda *per capita* brasileira. Hoje tem o mesmo percentual. E diz que o Nordeste cresceu. Cresceu em relação a ele próprio.

Quando se colocam os problemas e o crescimento – às vezes cresce num indicador, cresce em outro, depois outro passa na frente –, há sempre um desequilíbrio.

Em 1989, criaram os fundos de desenvolvimento regional, 3%, que este ano vai dar em torno de R\$9 bilhões, mais ou menos. Cada ponto vai dar entre R\$2 bilhões e R\$3 bilhões. Mas são exatamente esses fundos que têm contribuído para o crédito agrícola, principalmente para investimento para financiar o pequeno, o médio e o grande produtor rural, o industrial e o comércio.

E o Nordeste, diferentemente das outras regiões, toda vez que se toma um empréstimo, já deveria haver uma previsibilidade de uma cláusula de insucesso, porque a probabilidade de insucesso é mais ou menos meio a meio. Em 16 anos, segundo estudos da CNA, sete secas e duas enchentes. Agora nós estamos na seca. Como é que se produz sem chuva? Só se for irrigado. Aí o risco diminui.

Então, esse problema do Nordeste é porque nós somos pobres, e os pobres têm uma tendência a ficar felizes com pouca coisa. É isso.

Veja bem, Sr. Presidente. Com todo respeito, a Senadora Grazziotin saiu daqui agora. O desenvolvimento regional do Nordeste tem de renúncia menos de R\$4 bilhões. O Nordeste tem 53 milhões de habitantes, tem a menor renda *per capita* do Brasil, os piores indicadores econômicos e sociais e tem uma renúncia tributária regional – está aqui o representante do Ministério da Fazenda – de menos de R\$4 bilhões. Uma só cidade, a Zona Franca de Manaus, que, no

ano passado, tinha R\$17 bi de renúncia, aumentou para R\$21 bi este ano. E lá só tem 1 milhão e 800 mil habitantes; aqui tem 53 milhões.

Então, nós precisamos tratar os desiguais desigualmente. O fundo constitucional do Centro-Oeste e do Norte, o risco é bem menor, porque as instabilidades climáticas são muito mais confiáveis do que aqui – aqui que falo é do Nordeste. Eu acho que estou falando para nordestinos. Eu estou em Brasília.

Então, o que nós queremos, Sr. Presidente, é que tenha um mecanismo que resolva, definitivamente, o problema do pequeno, do mini, do médio e do grande. Nós votamos aquela lei autorizativa do Condel. O Condel editou a Resolução nº 30, que autoriza a negociação pelo ativo do mutuário, seja pessoa física ou pessoa jurídica, pelo ativo. Aí o banco faz o levantamento do ativo, porque lá tem TJLP, tem TR. Houve ano que cresceu quase 100%: 80%. O ativo dele foi anulando, anulando, anulando; e seu passivo com o banco crescendo em progressão geométrica. Hoje, com muitos ativos, não chega a 10% do estoque da dívida, mesmo expurgando a mora, aquilo que a lei confere.

Então, o banco tem mais de R\$5.500 bilhões, que ele não falou, porque veio falar para pequenos produtores. E é bom que fale e que resolva, até porque o universo é bem maior do que do grande e do médio, mas tem mais de R\$5 bilhões impactados no balanço do banco, e não pode negociar porque tem uma norma. O dinheiro é de origem do Tesouro e tem que ser orientado por uma lei e regulamentado por uma resolução do Condel – Conselho Deliberativo da Sudene.

Então, nesse ano e tanto de vigência da lei, Sr. Presidente, apenas 40 empresas de 24 empresas e pessoas físicas, de 24.300, mais ou menos, negociaram. O estoque é mais de 5 bilhões, e o que o banco recebeu foi 4,5. Então, se o ativo é só 10% do valor do estoque, não pode quitar porque limitou em 30. Ele tem que arrumar. Como ele arruma se tudo o que ele tem só vale 10, ou só vale 15 ou só vale 20 ou 25? Eu não sei quanto é. É o banco que vai avaliar.

Outro problema, Sr. Presidente: participei, exaustivamente, da renegociação dos débitos dessa medida provisória. E, na época, disseram que tão logo fosse editada, publicada e convertida em lei, seria editada outra medida provisória para reabertura do prazo de conversão das debêntures em ações. Não é novidade, porque já aconteceu no passado, só que o tempo dessa conversão não foi suficiente porque era condição do CEI. O que é CEI? Certificado de Implantação. Muitas empresas correram, mas perderam o prazo. Não chegaram a tempo de fazer essa conversão. E as que andaram na frente ou já tinham o CEI conseguiram. Não é privilégio, até porque já foi concedido no passado. Nós precisamos

resolver o problema do Nordeste. O Nordeste é Brasil. O Nordeste tem que ser tratado de forma diferenciada, e a diferença não é para tirar de nós, não, como estão fazendo, inclusive no crédito. Em toda poupança do Nordeste, de cada um real e meio, Sr. Presidente, só fica aqui um real; meio vai lá para o Sul e Sudeste – tudo que é poupado aqui. É justo? É justo?

Então, nós temos que ter um tratamento diferenciado para podermos ter, um dia, a pretensão de dizer: “Conseguimos diminuir a diferença entre os pobres e os ricos do nosso País”.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está aqui uma luzinha amarela. Quando acende a luzinha amarela, a Ordem do Dia começou.

Eu gostaria de, antes de encerrar esta audiência pública, dizer ao Dr. João Rabelo, ao Deputado Francisco Quintans, ao José Andrade e ao Jair que nós vamos tomar uma providência. Quando nós decidimos arregimentar os Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste para fazer com que o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, tomasse a decisão ou de apresentar o veto do Presidente Lula para que nós pudéssemos apreciá-lo e derrubá-lo ou, então, de estabelecer uma norma nova para resolver o problema dos *royalties*, a Fazenda, no primeiro momento, não estava desejosa de participar, considerando que teria que participar para abrir mão de um determinado percentual do que ela recebia de *royalty* para a União. Quando percebeu que a coisa estava realmente para acontecer, a Presidenta Dilma determinou que o Ministro Mantega se sentasse à mesa de negociação. E a coisa aconteceu. Nós precisamos, agora, resolver isso com relação à Câmara dos Deputados, que está agora com o projeto para definição.

No último encontro que houve entre os Presidentes das duas Casas e os governadores do Norte e Nordeste ou dos Estados que não têm recebido absolutamente nada com relação aos *royalties* – apenas Rio de Janeiro e Espírito Santo –, tomou-se a decisão de que, até o final deste mês, a Câmara deverá definir essa matéria.

Então, quero comprometer-me aqui com os agricultores e com os representantes das instituições oficiais, pois nós vamos trabalhar no sentido de arregimentar os Senadores do Nordeste para que possamos ter um encontro com o Governo, com o Ministério da Fazenda, na pessoa do Ministro Mantega, e com seus órgãos auxiliares e começar a trabalhar o processo de negociação com relação a essas dívidas dos agricultores do Nordeste brasileiro.

Não é uma coisa paliativa, porque já participei, assim como o Júlio César – cheguei aqui em 1994 –, de alguns projetos, de discussão e votação no plenário do Congresso Nacional para encontrarmos paliativos,

e o resultado continua o mesmo. É aquela história: no primeiro momento, acontece uma alegria, todo mundo ri, bate palma, mas, dois anos depois, três anos depois, continua o mesmo problema. Então, nós temos que encontrar o caminho.

Há uma coisa aqui que eu vou dizer para os senhores. Na eleição ou na reeleição, melhor dizendo, da Senadora Kátia Abreu para a Confederação Nacional da Agricultura, ela teve uma conversa com a Presidente Dilma, porque a Senadora representa a maior instituição do agronegócio nacional. A Presidenta Dilma perguntou-lhe qual era o caminho para resolver esse problema, e ela disse: “Só há um, Presidenta: anistia”. E a Presidenta Dilma não negou. Acho que ela, naquele momento, também não fez pronunciamento a respeito.

Agora, quando não há contestação, há uma presunção de consentimento. O que é preciso agora é tomarmos essa providência, os Senadores do Nordeste, e convocar os Deputados do Nordeste, porque assim a coisa tem força. Se os Deputados do Nordeste e os Senadores do Nordeste entenderem a força que têm, as coisas acontecerão, porque, juntando, essa região é a maior bancada do Congresso Nacional, quer na Câmara, quer no Senado Federal.

Então queria dizer aos amigos que aqui vieram que os cumprimento pela persistência, pela perseverança, pela força de trabalho e por aquilo que todos nós dizemos, que é o seguinte: o nordestino é um forte, mas, de tanto se dizer que é forte, vai terminar ficando fraco, fragilizado e não vale nada.

Então eu quero assumir este compromisso, aquilo que eu acabei de dizer aqui, Júlio, de que essa conversa não pode ficar apenas nessas quatro paredes. Vamos encontrar os caminhos.

Acho que todos os processos políticos são negociação política. O Governo tem essa sensibilidade, espero que tenha, porque isso é natural. Nunca ouvi dizer, na minha vida, que um secretário de finanças, um secretário de fazenda, um ministro da fazenda fosse um cara fácil de a gente arrancar um centavo. É sempre não, não, não.

Vou dar um exemplo: o Presidente Lula era Presidente da República e veio um projeto de aumento dos aposentados. A Fazenda disse que só poderia aumentar seis ponto alguma coisa. Não me recordo exatamente de qual foi a fração do seis, a não ser que o Dr. João queria me ajudar se ele estiver lembrado disso. (Pausa.) Não está lembrado. E o Congresso Nacional alterou. Em vez de seis, nós aprovamos sete vírgula alguma coisa, 7,16% ou 7,46%. E o Ministro Mantega, ao tomar conhecimento – o projeto foi para o Presidente Lula sancionar –, com toda a equipe econômica do Governo, disse que o Presidente teria que vetar. E o Presidente ficou calado.

Eu era Vice-Líder do Governo. Conversando um dia com o Vaccarezza na Câmara dos Deputados, ele disse: “Olha, nós vamos defender a tese do veto do Presidente da República a esse projeto de aumento do aposentado”. E eu disse: Vaccarezza, você conhece bem mais do que eu o Presidente Lula. Ele não vai vetar absolutamente nada. “Ah, mas não tem recurso, a Fazenda já deu a informação a ele, a nota técnica”. Eu disse: olha, uma coisa eu aprendi na minha vida pública, apesar de nunca ter ser executivo. Eu acho o seguinte: o técnico diz como fazer e o Governo o que vai fazer.

Então o Presidente Lula, no momento oportuno, chama o Ministro Mantega para dizer: “Ministro, eu vou sancionar a lei e arranje a forma de pagar; é problema seu”. E não deu outra. No dia da sanção, na véspera, ele chamou o Ministro Mantega e disse, não com essas palavras, é lógico: “Olha, eu vou sancionar o projeto, porque eu não vou prejudicar o aposentado, que já é um discriminado nesse processo de aumento salarial e o senhor, como Ministro da Fazenda, encontre o caminho, a forma”. No outro dia, o Ministro Mantega estava na televisão dizendo que o Governo tinha como pagar. O Presidente da República sancionou e ele pagou. Acabou.

Então, não se pode esperar que ele diga: “Pode ficar tranquilo que vai acontecer”. Ele vai sempre dizer à Presidenta que não pode acontecer. É o óbvio, é o natural. Faz parte do ministério dele, da função dele. Eu nunca vi ministro da fazenda, secretário da fazenda assim. São assim: mão de figa da peste.

Então eu queria dizer aos senhores que esta audiência pública vai ter sequência e vai ter consequência.

Eu queria, João, agradecer-lhe pela presença. Muito obrigado pela exposição que o senhor fez. Queria agradecer ao eminente parlamentar, Deputado da Paraíba, Deputado forte...

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT – PB) – Sr. Presidente, antes de o senhor encerrar, eu queria, primeiro, ter a alegria de ter o senhor como Presidente da CDR aqui. O senhor foi meu colega lá na Câmara dos Deputados – excelente parlamentar – e Alagoas fez justiça eleitoral quando mandou o senhor aqui para o Senado Federal. De tal forma que ganhou o Senado, perdeu a Câmara, mas o Congresso continuou rico com a presença de V. Ex^a. Vê-lo como Presidente desta audiência é uma honra e, para mim, é uma honra poder estar aqui. Eu queria me congratular com o povo brasileiro por ter o senhor aqui na presidência desta Comissão.

Eu queria agradecer também a todos os paraibanos que estão aqui presentes. Eu sou médico, não sou da área, mas sei da importância da agricultura no País. Qualquer país que quer desenvolver-se começa pela sua própria agricultura.

Mas, Presidente, e Deputado Quintans, estive neste instante, acabei de sair de uma audiência com o Ministro da Agricultura. Como eu estava vindo aqui para esta audiência, fiz questão de perguntar sobre o assunto dos quatro mil produtores da Paraíba que estavam com dívida perante a União. Ele me falou que o Governo estava estudando caso a caso, já tinha dado o pontapé inicial em relação à questão dos devedores e que iria dar uma solução. Era, inclusive, a instrução que ele recebia e era intenção do Governo solucionar esse problema. Disse que iria, inclusive, recuperar agricultores que estavam já na margem, Senador Benedito, para que pudessem recuperá-los e integrá-los novamente no próprio sistema que estava aqui.

Então, era essa a notícia que vim trazer. Eu estive agora, saí direto lá do Ministério da Agricultura, com o Deputado Mendes Ribeiro, que prometeu, Deputado Quintans, ir à Paraíba provavelmente o mês que vem. Eu pedi a ele que fosse visitar a Paraíba, sentir de perto. Eu disse até que, se ele fosse, nós o levaríamos para comer uma buchada. Ele disse que buchada não comia, não sei por que ele não estava ainda com apetite de comer buchada, mas aí eu ofereceria outra culinária. Um churrasquinho bom ou outra gastronomia paraibana ele disse que aceitaria.

Quero também dizer aos senhores que nós estamos nesse encaminhamento. O Ministro deve ir à Paraíba e lá nós vamos discutir isso mais diretamente.

Para encerrar, Senador e Presidente Benedito, quero dizer que o senhor veio para cá. Mas agora me lembrei de um detalhe interessante. O senhor, que é um homem público inteligente, para que a gente não sentisse falta de V. Ex^a lá, deixou o seu filho, que está conduzindo muito bem os trabalhos, substituindo-o – me desculpa, até melhor do que o senhor, quando estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas, olha, esta audiência pública não poderia se encerrar melhor se não tivesse a presença deste extraordinário companheiro que é o Damião. Quero cumprimentar o Damião. Muito obrigado pelas suas observações. É mais um guerreiro que se engajará nessa luta.

Mas eu dizia aos senhores que nós vamos tomar essas providências. Tenho certeza absoluta de que vamos encontrar o caminho. Eu queria agradecer, como estava dizendo ao Deputado, pelas manifestações que fez, pelo bom trabalho que está fazendo. Conhece profundamente e deixou uma contribuição sobre a qual possamos nos debruçar.

Queria agradecer aqui ao José Andrade, que foi extraordinariamente competente; não aceitou a provocação do Jair. E o Jair, com absoluta desenvoltura, cumpriu com o papel dele como representante

dos angustiados produtores, pequenos produtores do semiárido brasileiro e, particularmente, do Nordeste.

O Banco do Nordeste, como eu disse e outros disseram, na verdade é um agente financeiro. Queremos apenas que, no momento das negociações, Júlio, todos possam compartilhar sem colocar terra. Muito pelo contrário, com a enxada, abrir a vala para que a água comece a escoar, para melhorar a qualidade da agricultura do semiárido brasileiro.

Meus amigos, muito obrigado pela presença de todos.

Com a certeza de que vamos encontrar o caminho, está encerrada esta reunião.

Convoco as Sras Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima reunião na próxima terça-feira.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE MARÇO DE 2012.

Às oito horas e trinta minutos do dia oito de março de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, LAURO ANTONIO, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, CLÉSIO ANDRADE e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Benedito de Lira, Sérgio Souza e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 4 de 2012-CRA**, aprovado em 08/02/2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de analisar e discutir a situação das demarcações das reservas indígenas no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação e delimitação de novas áreas, com a presença dos seguintes convidados: **Sra. Giovana Acácia Tempesta** – Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção Territorial – **MJ/FUNAI**; **Sr. Anaximandro Doudement Almeida** – Assessor Técnico da Comissão Nacional

de Assuntos Fundiários e Indígenas – **CNA**; **Sr. José Ramalho de Lima** – Conselheiro e Segundo Tesoureiro da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia – **FECOMÉRCIO/RO**; **Sr. Cleber Buzatto** – Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário – **CIMI**; e **Sr. Tarso Gonçalves Vieira** – Advogado e Representante do Sindicato dos Pecuáristas de Porto Velho – **SINPEC**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Delcídio do Amaral e Jayme Campos. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, concede a palavra ao Sr. Eliseu Lopes, guarani kaio-wá, representante da articulação dos povos indígenas brasileiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informamos à Comissão o recebimento dos seguintes expedientes:

– Ofício Circular nº 02, de 2012, datado de 09 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Sr. Caio Rocha, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual solicita à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal avaliações e propostas voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário, que possam vir a compor o elenco de medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, que está sendo elaborado pelo Ministério da Agricultura;

– Ofício nº 11, de 2012, datado de 22 de fevereiro do corrente ano, subscrito pela Sra Maria Helena Costa Signorelli, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura, encaminhando cópia da Moção nº 53, por meio da qual os conselheiros manifestam apoio ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2010, que reconhece a profissão de vaqueiro em todo o território nacional.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2012,

aprovado em 08/02/2012, de minha autoria, com a finalidade de analisar e discutir a situação das demarcações das reservas indígenas no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação e delimitação de novas áreas, com a presença da Dr^a Giovana Acácia Tempesta, Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, e representando, também, o Ministério da Justiça; do Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Vice Advogado-Geral da União, AGU; do Dr. José Ramalho de Lima, Conselheiro e Segundo Tesoureiro da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia, Fecomercio; do Dr. Tarso Gonçalves Vieira, Advogado e representante do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho, Sinpec; do Dr. Anaximandro Doudement Almeida, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; e do Dr. Cléber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cimi.

Nós estamos aguardando a chegada dos demais.

Vamos iniciar a nossa audiência pública, não sem antes cumprimentar todas as mulheres aqui presentes e aquelas que nos assistem também, pelo Dia da Mulher, desejando sucesso e que todos os dias sejam o dia da mulher.

Parabéns pelo trabalho, pelo avanço que tem tido a mulher na profissão, não só na profissão comercial e industrial, mas também na política, a exemplo da nossa Presidenta Dilma Rousseff. O Brasil dá o maior exemplo de que tem o maior respeito pela mulher na sua profissão.

Portanto, nossos cumprimentos a todas as mulheres.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a demarcação e ampliação de reservas indígenas, via de regra, tem causado impactos substanciais sobre a atividade agrícola e comunidades tradicionais de todo o Brasil.

Essa situação tem colocado as entidades representativas dos produtores rurais em alerta.

A sociedade brasileira, em toda sua diversidade, tem acompanhado com atenção a ampliação de reservas indígenas, sem saber, ao certo, os critérios adotados para se destinar, por exemplo, uma área de 1,7 milhão de hectares para cerca de 20 mil índios, como ocorreu na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Ao mesmo tempo, o processo de regularização fundiária na Amazônia legal não avança conforme a necessidade da população rural.

Por conta disso, milhares de agricultores são colocados na marginalidade, vivendo em completa situação de insegurança jurídica, em acampamentos,

assentamentos e propriedades rurais que aguardam o reconhecimento legal do Governo brasileiro.

Essa situação levou alguns setores da sociedade, notadamente os agricultores, a se engajarem em ações com o objetivo de modificar etapas do processo de identificação e demarcação de terras indígenas.

Algumas dessas ações resultaram em propostas de emendas constitucionais e projetos de lei que tramitam aqui, no Congresso Nacional. Uma delas é a PEC 38, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que condiciona a demarcação de terras indígenas à aprovação no Senado.

Temos, também, a PEC 215, de 2000, de autoria do Deputado Almir Sá, que atribui ao Congresso Nacional, com votação na Câmara e no Senado, a competência para a demarcação de novas terras indígenas.

Entre os projetos de lei, um dos mais recentes, o PLS 417, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, do qual sou relator, estabelece que a demarcação de terras indígenas somente seja realizada após realização de trabalhos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena da comunidade interessada.

Esse trabalho deve ser completado, complementado por estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, bem como por levantamento fundiário especializado, que atestem a efetiva condição indígena da comunidade interessada e o caráter tradicional da ocupação em 05 de outubro de 1988.

Entendo que esses estudos até podem ser coordenados pela Funai, mas devem ter uma abordagem multissetorial, envolvendo todos os segmentos da sociedade.

A questão é complexa e multifacetada, e exige que sua análise seja feita em diversas perspectivas. Mais do que simplesmente criar ou ampliar reservas indígenas, o Brasil precisa discutir a sua política indigenista, orientando-a para uma melhor integração das populações indígenas à sociedade regional onde os povos indígenas estão localizados.

O Brasil possui cerca de 688 reservas indígenas, uma área total de 110 milhões de hectares, o que representa 13% do território nacional brasileiro e onde vivem 817 mil índios. No entanto, ainda existe um grande número de terras indígenas em processo de demarcação ou ampliação de área.

Olhando com cuidado os Municípios nos quais essas terras estão localizadas e cruzando essa informação com a área dos estabelecimentos do censo agropecuário de 2010, nota-se que muitas das áreas se sobrepõem, o que, certamente, resultará em conflito e perda na produção agrícola brasileira.

Para compreender melhor essa problemática, tendo como objetivo encontrar caminhos que apontem para uma solução que atenda às necessidades da promoção de justiça social com os povos indígenas e agricultores, é que estamos promovendo esta audiência pública aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Entendemos que somente com diálogo, com respeito aos povos tradicionais, mas também com respeito ao direito de propriedade adquirido pelos agricultores ao longo do processo de colonização do nosso País, é que poderemos avançar nessa questão.

O impasse atual interessa a poucos e é prejudicial à Nação brasileira.

No que diz respeito ao meu Estado de Rondônia, estamos na iminência de um conflito entre índios e agricultores, por conta da proposta de ampliação da reserva dos índios karitianas dos atuais 90 mil hectares para 180 mil hectares.

A comunidade karitiana é formada por cerca de 400 índios. Ela está situada entre os Municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari.

No entorno da reserva, existem cerca de 500 propriedades rurais. Esses agricultores, muitos deles assentados pelo Incra, estão apreensivos e se preparam para resistir à ameaça de desapropriação de suas terras. Creio que esse conflito pode ser evitado com o bom senso dos órgãos responsáveis pela questão fundiária e indígena brasileira. Não será o aumento da reserva a solução dos caritianas, que realmente vivem em condições subumanas. O que falta para eles é o que também falta para muitos brasileiros pobres que sobrevivem nos rincões e nas periferias deste País. Falta assistência em saúde, educação, trabalho, infraestrutura e políticas de inclusão, para que possam desenvolver suas habilidades e promover a cidadania.

A intenção com esta audiência pública é promover um amplo debate, ouvindo os representantes de todos os setores envolvidos e os órgãos responsáveis, para que toda a abertura de terra indígena seja discutida com todos os setores da sociedade e aprovada pelo Congresso Nacional.

Tenho algumas questões gerais sobre a política de demarcação de terras indígenas para fazer, além de algumas questões específicas sobre a situação em Rondônia, mas antes vamos ouvir os nossos convidados. Agradeço a presença do Dr. Tarso Gonçalves Vieira, advogado representante dos pecuaristas de Porto Velho, Sinpec, que se faz presente conosco nesta manhã, dando início à nossa audiência pública enquanto os demais convidados chegam.

A Dr^a Giovana já chegou. Convido o Dr. Anaximandro para fazer parte da Mesa; a Dr^a Giovana Acácia também convido para fazer parte da nossa Mesa.

E passo a palavra ao Dr. Tarso Gonçalves para a sua explanação.

O SR. TARSO GONÇALVES VIEIRA – Agradeço, Senador. Gostaria de parabenizar também pelo Dia da Mulher, esse dia tão importante, e de uma figura tão importante para o nosso País, a figura da mulher.

Gostaria de parabenizar a Casa pela iniciativa, gostaria de parabenizar a Comissão, principalmente na figura do Senador Acir Gurgacz, e relatar aqui alguns pontos específicos.

O Senador salientou alguns dados acerca da situação indígena no País, e eu, como represento aqui o Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho, lançarei aqui alguns dados específicos acerca da revisão da demarcação da terra indígena caritiana.

Como dito pelo Senador, a terra indígena atualmente possui quase 90 mil hectares. A pretensão é de que ela alcance uma área próxima a 200 mil hectares. A população indígena na área é de 320 índios, o que – podemos concluir – acarreta 280 hectares para cada indivíduo, para cada índio. A população do Município é próxima a 20 mil habitantes. Então, essa revisão ampliatória irá acarretar uma queda de quase 26% do PIB do Município de Candeias do Jamari. Isso irá gerar diretamente uma queda de 35% no nível de desemprego no Município.

Estou aqui representando o Sindicato dos Pecuaristas, mas sou advogado também e represento uma banca especializada aqui em Brasília. Represento o Município de Candeias do Jamari numa demanda judicial, e inclusive conseguimos uma liminar suspendendo todo e qualquer estudo de revisão e ampliação dessa terra indígena.

Essa liminar foi concedida pela 21^a Vara Federal da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília, em dezembro do ano passado.

Um caso que gera ainda mais preocupação por parte do Estado é uma revisão da demarcação da terra indígena Kaxarari, também situada no Estado de Rondônia. Essa terra indígena abrange três Estados: o Estado de Rondônia, o Estado do Acre e o Estado do Amazonas. A nossa banca de advogados está representando, no momento, o Município de Lábrea, localizado no Estado do Amazonas. Uma situação aqui, Senador Acir, que é algo novo no cenário dessas pretensões demarcatórias no País, é que a revisão dessa terra indígena... Atualmente, a terra indígena Kaxarari possui próximo de 146 mil hectares. A pretensão é que seja ampliada para perto de um milhão de hectares – isso para 323 índios, ou seja, cada índio terá, mais ou

menos, um perímetro de 450 hectares. A população do Município de Lábrea é composta de 38 mil habitantes. Com a revisão, teremos uma queda do PIB do Município de quase 65%; desemprego, quase 40%. E essa pretensão acabou se deflagrando de uma forma nova nesse cenário das revisões e demarcações das terras indígenas. Ela é oriunda de uma ação civil pública intentada pelo Ministério Público da União, em que o Ministério Público da União pleiteia que a Funai e a União iniciem a revisão ampliatória da reserva indígena Kaxarari e a encerre no prazo de 120 dias. Houve uma decisão judicial da Vara Federal de Porto Velho determinando que essa revisão seja levada a efeito o quanto antes. O que ocorre? Sem a participação dos entes federados envolvidos... Nenhum Município foi notificado acerca dessa pretensão demarcatória, tomou conhecimento. Nenhum dos produtores da região tomou conhecimento. Ou seja, é uma demanda que ocorreu à revelia de todos aqueles que serão afetados pela revisão. O relatório que fundamenta essa decisão é fabricado de forma unilateral pelo Cimi – Conselho Indigenista Missionário, sem também qualquer participação, ou seja, não houve uma busca de dados em qualquer dos Municípios onde a terra indígena se situa, porque, certamente, esses Municípios também teriam dados importantes para fundamentar esse relatório e esse laudo antropológico que foi fabricado. Então, o que ocorre?

Diante desse cenário, em que temos a Funai intentando as pretensões de demarcação e revisão das demarcações já existentes, e o próprio Ministério Público da União ingressando com uma demanda judicial, pleiteando que a Funai inicie o quanto antes essas revisões, podem estar me perguntando como, ainda, diante desse cenário, estamos conseguindo êxito nas demandas judiciais para impossibilitar que essas revisões sejam, efetivamente, realizadas.

Vou falar de forma muito singela aqui, Senador e demais presentes, acerca da legislação que rege a matéria. Nós temos os arts. 231 e 232 da Constituição, a Lei nº 6.001, de 1973, que é o Estatuto do Índio, e o Decreto nº 1.775, de 1993. O próprio decreto, que vai tratar de forma mais específica acerca dos passos a serem adotados no estudo de delimitação e reconhecimento da área, garante a participação efetiva dos entes federados desde o início dos estudos antropológicos na região. Isso não tem sido observado pela Funai.

Temos – certamente é de reconhecimento notório – o emblemático caso da Raposa Serra do Sol, em que o Supremo Tribunal Federal, prestigiando a segurança jurídica e a estabilidade das relações sociais, tudo isso em busca do tão almejado bem comum, que é o maior intuito do Estado democrático de direito...

Nessa decisão, no acórdão, ficaram consignadas algumas condicionantes, ou seja, alguns pontos a serem observados nas próximas pretensões demarcatórias após aquela decisão.

Essa decisão também tratou de conceituar o que é terra indígena, o que é terra tradicionalmente ocupada por índios, ou seja, terras que os índios habitam desde tempos imemoriais e com continuidade, ou seja, mantiveram-se permanentes naquela região até a promulgação da Constituição de 1988. Essa condicionante veda...O julgamento da Raposa Serra do Sol entende que as terras indígenas existentes no País são aquelas existentes quando da promulgação da Constituição de 1988. E veda, de forma expressa, qualquer tipo de ampliação de reserva indígena, tudo em prestígio da segurança jurídica, tão necessária ao nosso Estado.

Contudo, a Funai, após a decisão da Raposa Serra do Sol, já exarou mais de 180 portarias, a grande maioria delas com o intuito de revisar e ampliar as terras indígenas já existentes, após a decisão. A própria AGU, por intermédio do Parecer nº 153, de 2010, relativizou a aplicação das condicionantes descritas no acórdão do caso Raposa Serra do Sol, julgado pelo Supremo, trazendo, assim, mais insegurança jurídica aos produtores rurais, aos pequenos Municípios, aos pequenos entes federados que veem o seu território reduzido basicamente ao seu centro urbano. Tudo isso sem, como dito aqui, a possibilidade de ampla defesa, de contraditório, por parte tanto desses Municípios como de todos os pequenos produtores, na grande maioria, ali presentes.

Essa questão está deflagrada em todo o País. Vários Estados estão passando por isso. Temos percebido que não tem sido levada a efeito uma maior cautela por parte da Funai, bem como uma oportunidade para que os entes federados se manifestem, forneçam dados, porque certamente os possuem. Essa situação tem assolado país afora, tem estado na pauta de discussão da Câmara dos Deputados, tem estado na pauta de discussão desta Casa, como já parabenizei, porque, de fato, é um tema relevante.

Hoje, existe, em trâmite na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, como bem colocado aqui pelo Senador, que traz essa competência para o Congresso Nacional. Nada mais coerente, nada mais razoável, ou seja, se são tantos interesses...Quero, desde já, dizer que os pecuaristas de Porto Velho não tem nada contra os índios, nós não temos nada, pelo contrário, respeitamos sua cultura, sua tradição. Vivem naquela região sem conflito, há mais de 80 anos, sem qualquer tipo de conflito. E é exatamente essa situação deflagrada pela Funai que

tem acarretado toda essa situação, inclusive de iminentes conflitos, conflitos estes que nunca ocorreram na própria região.

Então, em nome do Sindicato de Pecuaristas de Porto Velho, em nome dos produtores do Município de Candeias do Jamari e do próprio Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, peço a todos os Senadores, a todos os parlamentares que nos representam no Congresso Nacional que analisem com cuidado e com carinho específico essa questão de trazer essa competência para o Congresso Nacional, porque certamente a discussão aqui, como a discussão que estamos tendo hoje, esta oportunidade, irá tão somente prestigiar decisões mais maduras, mais coerentes acerca de que terras, que áreas indígenas precisamos demarcar e quais precisam ser revistas.

Agradeço a oportunidade e desde já me coloco à disposição de todos os parlamentares para qualquer tipo de explanação acerca de detalhes da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Dr. Tarso, pela sua presença e pela sua explanação.

Vamos destinar dez minutos para cada um. Não sei se serão suficientes, mas não são rígidos os dez minutos, apenas para termos uma base. O importante é debatermos o assunto e deixarmos os nossos Senadores bastante informados sobre essa questão tão importante que são as áreas indígenas e as áreas produtivas brasileiras.

Dou boas-vindas ao representante da Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Eliseu Lopes, da etnia Guarani Kaiowá, e as demais lideranças regionais indígenas de todo o nosso País, que estão presentes aqui conosco.

Sejam todos bem-vindos.

Passo a palavra à Dr^a Giovana Acácia, Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI.

Muito obrigado pela sua presença. Seja bem-vinda. E parabéns pelo Dia da Mulher.

A SR^a GIOVANA ACÁCIA TEMPESTA – Bom dia. Sou Giovana. Sou antropóloga. Estou como Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção de Terras Indígenas da Funai – Fundação Nacional do Índio. Gostaria de dar bom dia a todos, especialmente aos representantes indígenas que estão aqui.

Estou contente de também poder falar sobre um assunto que interessa a vocês e na presença de vocês. Dentro de um Estado democrático de direito, fui chamada por esta Casa para prestar esclarecimentos e dar maiores informações sobre os procedimentos

de identificação e delimitação das terras indígenas, o que vou fazer seguindo a pauta.

Aproveitando o que o palestrante anterior disse, vou focar nas regras e nos critérios que pautam os processos de demarcação de terras indígenas. Também para iniciar o diálogo, pois acho que estamos aqui para isso, penso que dois pontos levantados são convergentes. Um deles é a segurança pública e o outro é o bem comum.

O procedimento de demarcação de terras indígenas é todo feito de maneira a resguardar e ampliar o bem comum, na medida em que as terras indígenas são propriedade da União para usufruto exclusivo dos indígenas, que são cidadãos de direito como todos os demais, dentro de um Estado pluriétnico de direito. E neste Estado de direito em que vivemos, existe uma especificidade dentro da legislação que não foi a Funai que criou e que se chama direito originário. Os povos indígenas neste País têm direito originário às terras que tradicionalmente ocupam. Isso está na Constituição Federal, para citar o mesmo caso da terra indígena Raposa Serra do Sol, que foi mencionado anteriormente pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, que fez questão de enfatizar que a nossa Constituição de 1988 é uma Constituição Cidadã, já que corrige erros históricos que foram cometidos no País desde a chegada dos portugueses.

Então, todos os procedimentos da Funai, independentemente do rótulo que eles tenham – ampliação, revisão – todos eles são conduzidos de acordo com uma legislação, que deriva do art. 231 da Constituição Federal, que é o Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, um decreto presidencial que não foi inventado pela Funai, assim como a Constituição Federal.

O Decreto nº 1.775, eu montei para vocês o quadrinho esmiuçando, porque o Decreto todo mundo pode encontrar pela Internet, enfim, ele é de fácil acesso.

Mas, a Funai, há 50 anos, é o órgão do Estado brasileiro que faz a parte administrativa do procedimento de regularização de terras indígenas, atendendo, acompanhando a legislação vigente.

Eu trabalho, nesse momento, no quadradinho verde. Eu trabalho dentro do primeiro quadrado, o quadrado verde, que é a primeira fase do procedimento, que é a identificação e delimitação das terras indígenas. Então, a gente separou em conceitos e atividades. Eu vou ler, porque a letra está um pouco pequena, e eu gostaria que todos ouvissem.

A primeira fase, a fase da identificação, é aquela que se inicia com a formação do Grupo Técnico, conhecido como GP, que irá, juntamente com a comunidade indígena envolvida, identificar e delimitar, nos

termos do art. 231 da Constituição Federal – está um pouco apagado –, definir os limites da terra indígena.

Por que juntamente com a comunidade indígena? Isso está previsto também no Decreto nº 1.775. Isso não é uma invenção da Funai.

Quando a gente fala em identificar e delimitar a terra indígena, em geral vem à tona um conceito que não é amparado na legislação, que é a criação de terras indígenas. A legislação não fala em criação. A legislação é clara e fala em reconhecimento. Por que reconhecimento? Porque o direito originário significa que o direito dos índios é anterior à própria Constituição do Estado brasileiro. Ou seja, ele é anterior às nossas leis. E ele foi assim respaldado em todas as Constituições Federais deste País desde o século XIX. A Constituição de 1988 não criou isso. Ela simplesmente endossou o entendimento que já era vigente desde o século XIX. Então, dentro dessa fase, a gente faz o reconhecimento dos limites das terras que os indígenas ocupam de maneira tradicional.

Feito esse procedimento, o GT produz um relatório circunstanciado. Este relatório circunstanciado é analisado dentro da Coordenação que eu hoje coordeno. Ele é analisado com base na Portaria nº 14, do Ministro da Justiça, também de 1996, que também não foi a Funai quem criou. Na Portaria nº 14 há todos os critérios que o relatório deve contemplar. Esse relatório é analisado por outros antropólogos, e, constatada a adequação desse relatório à Portaria nº 14, de 1996, esse relatório, então, é aprovado, dentro da minha coordenação. Ele segue para a diretora de proteção territorial que, por sua vez, faz uma nova análise e o aprova. Na sequência, ele vai para o presidente da Funai que, se entender que o procedimento todo foi produzido de acordo com essa legislação aqui, encaminha os autos do processo para o Sr. Ministro da Justiça, que é quem assina a portaria declaratória, ou seja, dá o reconhecimento do Ministro da Justiça àqueles limites com base no processo administrativo que a Funai conduziu.

A portaria que constitui o GT é publicada no *Diário Oficial da União*. O *Diário Oficial da União* é o órgão de divulgação dos atos oficiais do Estado brasileiro. Portanto, a publicação da portaria em *Diário Oficial* responde a todas as ansiedades de publicidade do procedimento.

A partir do momento da publicação da portaria que constitui o GT no *Diário Oficial da União* até 90 dias após a publicação do resumo do relatório, circunstanciado igualmente no *Diário Oficial da União*, qualquer cidadão brasileiro tem o direito de apresentar provas, documentação, contralaudos, absolutamente tudo o que vulgar pertinente relativo àquele procedimento. A Fu-

nai acolhe toda essa documentação, analisa toda essa documentação, autua em processo e faz um parecer relativo a essas contestações. Tudo isso é encaminhado para o Ministro da Justiça, que vai fazer a análise ante de expedir a portaria declaratória. Portanto, a publicidade do procedimento é integral desde o seu início. Não há ato imotivado. Todos os atos de identificação de terras indígenas são motivados, conforme as normas da Administração Pública, e todos eles se respaldam na Constituição Federal, na tese do direito originário e na necessidade que o Estado brasileiro entende de fazer respeitar os direitos dos povos indígenas.

Como eu disse antes, a Constituição Federal de 88 não inventou o direito originário, mas ela deu um respaldo muito importante para a diversidade cultural, coisa que não aparecia nas Constituições anteriores. Então, além de respaldar um entendimento que vinha desde o século XIX sobre direitos dos povos indígenas, ela coloca a diversidade cultural como valor positivo, que deve ser respeitado e promovido, não apenas respeitado, mas promovido.

Quando se diz que os limites da terra indígena devem respeitar a ocupação tradicional de acordo com os usos, costumes e tradições dos povos indígenas, a Constituição Federal está dizendo isto: os povos indígenas tem direito a permanecerem em suas terras da maneira como fazem tradicionalmente. Por isso o tamanho de uma terra indígena não pode ser matéria de mesa, de discussão. O tamanho exato de uma terra indígena é fruto de estudos técnicos levados a cabo dentro de toda a publicidade, com critérios claros, transparentes, respaldados na legislação vigente.

Uma vez que a gente está tratando do primeiro quadrado, eu não sei se eu tenho tempo para ler os demais, mas posso também. Se eu tiver, eu vou ler. Sobre aquela primeira fase, que é a que eu trabalho, eu já falei.

Na sequência, expedida a portaria declaratória, assinada a portaria declaratória pelo ministro da Justiça, procede-se a demarcação física dessas terras, que é a colocação de marcos e placas. Como propriedade da União, ela tem que ser sinalizada e essa terra observa um regime de trânsito diferenciado. Não se pode entrar, não se pode fazer uma série de atividades dentro de terra indígena, que é uma terra da União.

Pode voltar um pouquinho.

Eu já passei para a demarcação física. Eu estou avançando um pouco.

Feita a demarcação física, aí vem a fase de homologação. Tudo isso que estou dizendo, todos esses atos eles são autuados em processo. O processo sempre é público e ele pode ser consultado a qualquer momento; pode ser pedido vista, podem ser feitas cópias.

Tudo isso feito, o Ministro da Justiça tendo expedido a portaria declaratória, tendo sido colocados os marcos e abertas as picadas, tudo isso segue para o Presidente da República, que expede um decreto homologatório, ratificando, se assim entender, todo esse procedimento, que foi, primeiro, procedimento administrativo e, depois, um procedimento que se desenrolou no Ministério da Justiça.

O último ato relativo a uma terra indígena é o registro dessa terra indígena no cartório da comarca onde ela se situa e na Secretaria de Patrimônio da União. Como bem da União que ela é, ela tem que ser registrada na Secretaria de Patrimônio da União mediante uma nova documentação, e é aí que aparecem os limites exatos, o memorial descritivo, tudo direitinho.

Eu acho que para fechar, como eu disse, essa legislação pode ser consultada facilmente, discutida. Todo esse procedimento é extremamente transparente e visa à manutenção da segurança jurídica e à manutenção do bem público. Nós estamos falando da mesma coisa aqui, a questão é reconhecer os direitos dos povos originários desse país.

Então, encerro a minha fala e fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr^a Giovana Acácia, pela sua presença conosco e pelas suas colocações.

Nós vamos ouvir todos os convidados e, depois, passaremos a palavra aos Senadores para que a gente possa dinamizar melhor.

Passo a palavra ao Dr. José Ramalho de Lima, para sua explanação. O Sr. tem dez minutos para fazer o seu pronunciamento. Obrigado.

O SR. JOSÉ RAMALHO DE LIMA – Em nome do Senador Acir Gurgacz, eu quero cumprimentar os Senadores.

Eu vou falar pouco aqui, mas o que eu tenho a falar sobre a nossa região lá dos Caritianos, é que realmente eles vão atingir uma área de produção equivalente a quatrocentas propriedades rurais. Não é pouco. Por exemplo, vai deixar de criar duzentas mil cabeças de gado, por exemplo, vou dar um número na minha cabeça aqui que, mais ou menos nós já fizemos essas contas lá. Entre outras, a produção de leite. Ou seja, com essa expansão e demarcação deve isolar totalmente Porto Velho e Candeia do Jamari do mapa. Vai ser um desastre, porque está próximo 20% do Município de Porto Velho e 80% do município de Candeia do Jamari que estão incluídos nessa demanda.

Eu acho que os índios têm direito, mas a exemplo da Serra do Sol os índios não estão satisfeitos lá, e também não vão ficar satisfeitos ali porque só tem capim... Eles não vão conseguir, eu acho que é melhor

eles pegarem outra área. Nós até sugerimos aquela frona do Jamari, já é próximo dos Caritianos, eu acho que seria de bom tamanho porque deixaria...

Imagina hoje, quatrocentas propriedades com duas mil pessoas enchendo a cidade de Porto Velho, porque eles vão ficar sem terra para trabalhar, são as famílias que vivem da terra. Então, nós da Federação do Comércio, eu sou pecuarista, estamos ajudando nesse processo Senador, desde a outra reunião que tivemos no Congresso, que deu algum resultado e acredito que esse resultado deve seguir e nós, da Fecomércio, acho que deve se fazer alguma coisa, reconhecendo também que quando começar a demarcar essas, pensar em demarcação que convide o Estado e o Município, porque não foram convidados, foi feito aleatoriamente na época, os cidadãos entravam nas fazendas, não davam nem bom dia e aí faziam o que bem entendiam e não é bem assim. Eu acho que tem que ser ouvido também o Município, que é a raiz da situação e o estado. É a nossa posição da Fecomércio, Senador.

Nós nunca tivemos conflitos com esses índios, sempre boa convivência, não são muitos, são 320 índios para quase 100 mil hectares, e agora querem mais 100 mil hectares. O que a gente pensa, é que devem ser respeitadas as leis sim, mas já existe uma lei e cumpra-se a lei, que as demarcações e aumento de terras estão proibidas – novas demarcações eu não sei –, mas as que já estavam demarcadas, já estão em lei proibindo as demarcações. E o Senador Ivo Cassol sabe muito bem, porque é próximo da capital, nós estamos ali a 100 km em média, dessa região, que é problemática. Eles estiveram no Candeiro do Jamari, na prefeitura, uns vinte índios, querendo entrar no peito e na raça depois daquela reunião nossa aqui, insistiram e disseram que iriam voltar. Se eles voltarem com todos os índios vai ser um desastre Senador. Isso pode acontecer porque já estiveram lá. Nós não somos contra os índios, nós queremos que os índios vivam bem, mas já está demonstrado hoje em outras regiões em que foi feito isso aí, que os índios estão passando fome, estão doentes, estão com uma série de problemas com a terra nas mãos.

Eu quero só dizer aqui Senador, que Nova Califórnia vai perder, inteirinha – o senhor conhece muito bem – parece que já estão começando a mediação lá; Ji-paraná também tem uma outra que está medindo. Então, é um negócio sério no Estado de Rondônia. E estamos aqui para pedir aos Senadores, já pedimos aos Deputados que interfiram e, como muito bem fez o Senador Acir Gurgacz em nos convidar hoje aqui, e espero que essa reunião Senador surta um bom serviço, porque se continuarem a demarcação, vocês

podem fechar as porteiras da capital, daquela região toda ali e ir embora. Não têm nem onde botar o povo.

Era só isso que eu tinha que falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. José Ramalho de Lima pela sua presença e pela sua explanação.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Cleber Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário.

O SR. CLEBER BUZATTO – Bom dia Senador, bom dia aos demais membros da mesa, cumprimento também aos demais Senadores presentes especialmente cumprimento as lideranças indígenas que se fazem presentes, vindas de todas as regiões do País justamente para acompanhar os debates aqui nesta Casa e também na outra Casa do Parlamento brasileiro em temáticas que lhes dizem respeito de forma direta e objetiva, temáticas que influem diretamente na vida das populações que essas lideranças aqui representam.

Neste sentido, Senador, eu faria uma solicitação, não sei se é o caso, de abrir um espaço também para um representante dos povos indígenas – eles tinham pensado num representante da Apib, que é uma organização indígena –, não sendo possível, eu gostaria de dividir o meu espaço com a representação indígena, até para contemplar nessa mesa a participação dos povos indígenas, que são diretamente os interessados, uma vez porque o Cimi não representa os povos indígenas. O Cimi é uma entidade na sociedade vinculada a Igreja Católica que presta apoio, solidariedade aos povos indígenas, mas não advoga e nem os representa oficialmente.

Nós gostaríamos, fundamentalmente, de abordar algumas questões que dizem respeito à atual conjuntura. Em nosso entendimento, temos, inclusive feito críticas ao Governo brasileiro devido ao fato de que ele não tem dado o suporte financeiro e de pessoal suficiente ao órgão indigenista, no caso a Funai, para que essa proceda com a devida agilidade de acordo com o que preveem as normas e a legislação brasileiras no reconhecimento da tradicionalidade das terras indígenas que são por estes reivindicadas.

Nós temos observado, Sr. Senador, que os procedimentos de demarcação sempre foram muito lentos no País e, nós últimos anos, isto tem se intensificado, haja vista, os dados objetivos que nós temos em termos de demarcação nós últimos dois anos quanto no ano de 2010. O Presidente Lula homologou apenas duas terras indígenas, em 2011 a Presidenta Dilma só homologou três terras indígenas. E, ao mesmo tempo, em âmbito nacional o Ministério da Justiça declarou como terra tradicional em todo país, nós últimos dois anos somados, treze terras indígenas e apenas onze

foram identificadas e delimitadas por meio de portarias da presidência da Funai. Então, isso demonstra que a tese, segundo a qual, as demarcações são muitas no País, não se sustenta com os dados da realidade.

Outro aspecto que é importante observar é que nós refutamos a tese, segundo a qual, demarcação de terra indígena signifique quebradeira de Municípios ou de Estados. Essa tese, no nosso entendimento, não se sustenta, haja vista, terras demarcadas não significam terras não produtivas. Não há, no nosso entendimento, essa dicotomia. As terras indígenas são terras produtivas para os padrões da sociedade ocidental e, principalmente, para os padrões dos povos que a ocupam, e esse é que deve ser o critério de análise da sociedade brasileira, do Estado brasileiro, porque este é um Estado, como foi dito, ocupado por pessoas que têm culturas diferentes e que, têm essas culturas, legitimidade para serem da forma como são, porque são culturas tradicionais, culturas milenares e que o Estado brasileiro, um Estado democrático, para ser efetivamente democrático precisa ter essa compreensão de respeito a essa diversidade, a essas formas diferentes de ocupação no território e também de produção.

O conceito de produção, ele é um conceito... Não é apenas o conceito ocidental de produção que é legítimo no nosso entendimento. No nosso entendimento, o conceito de produção ele é legítimo a partir de cada povo, a partir da cultura de cada povo. Mesmo assim, os povos indígenas no Brasil, na sua grande maioria hoje produzem também muito no que diz respeito a compreensão de produção ocidental. Foi citado aqui Raposa Serra do Sol. A Raposa Serra do Sol hoje, terra indígena, os povos indígenas produzem mais de 40 mil cabeças de gado. Então, tem uma alta produção naquela terra e, isso, refuta, também, nesse aspecto, essa tese de que a demarcação ou reconhecimento das terras indígenas ela acarretaria, digamos assim, prejuízos ou quebradeiras nos Municípios. Essa é a nossa compreensão.

Outro aspecto, rapidamente, também para considerar, é o fato de que as demarcações, o reconhecimento das terras indígenas, como foi dito aqui, é feita por um órgão do Estado brasileiro, a Funai, a partir da legislação vigente, e sempre a partir da reivindicação dos povos indígenas. Então a tese das pretensões de demarcações, no nosso entendimento, também não se sustenta, porque não são, no nosso entendimento, pretensões. São direitos que precisam ser reconhecidos pelo Estado brasileiro, sobre terras que são reivindicadas pelos povos que entendem e as ocupam tradicionalmente e que foram ou estão sendo ocupadas por outras pessoas. E, aí, não vamos entrar no mérito da discussão do processo histórico que resultou nes-

sa posse por outras pessoas e não os povos que as reivindicam no momento, porque aí entraríamos num campo que há diferentes fatores: há ocupações no Brasil de boa fé, de pessoas que compraram títulos, a partir de processos de colonização impetrados pelos Estados federados e pela própria União, e há outros casos que, infelizmente, são áreas em que os indígenas foram expulsos violentamente de suas áreas e que, hoje, estão fora dessas áreas e as reivindicam, pedem que o Estado brasileiro proceda de acordo com o que determina a lei, o processo legal para que a terra lhes seja devolvida. Bom, essas são as questões.

Outro aspecto importante no nosso entendimento a ressaltar, é a questão da PEC 215, a própria PEC 038. No nosso entendimento, essas PECs não devem ter prosseguimento nesta Casa e nem na Câmara dos Deputados, uma vez que, no nosso entendimento, elas constituem uma espécie de atentado à intenção do constituinte originário, que, no nosso entendimento, delegou essa tarefa, esse poder de reconhecimento de demarcação de terras indígenas ao Poder Executivo justamente por entender que este é o Poder mais legítimo e que teria as condições mais adequadas para efetivar o art. 231 da Constituição Federal brasileira.

No nosso entendimento, a participação do Congresso brasileiro, certamente, em função das características próprias e legítimas do Congresso brasileiro, traria para os povos indígenas um dificultador muito grande nos processos de reconhecimento desse direito, que foi garantido pelo constituinte originário.

Então seriam essas as questões. Eu gostaria só de um pequeno tempo a mais, porque o Cimi foi citado pelo colega de mesa como tendo sido o produtor de um relatório de identificação de uma terra que foi citada. Então é só para esclarecer que o Cimi é um organismo de apoio aos povos indígenas, que expressa isso nos mais diferentes espaços, tem essa legitimidade histórica inclusive para fazer isso, mas não produz nenhum relatório de identificação e delimitação de terra indígena. O Cimi não atua nesse campo. Esse é um trabalho técnico que é feito a partir de portaria criada pela Funai, na qual o Cimi não se envolve. É importante fazer esse esclarecimento até para não passar a ideia aos Srs. Senadores de que o Cimi esteja produzindo relatórios de identificação. O Cimi não faz isso. O Cimi não se envolve nesses procedimentos. Certo?

A gente reforça, então, o pedido para que haja um espaço para que a representação indígena possa também se manifestar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Cléber Buzatto, pela sua explanação.

Passo a palavra, antes de consultar o Plenário, para o Dr. Anaximandro Doudement Almeida, assessor técnico da CNA.

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA

– Eu gostaria de inicialmente agradecer o convite para estar aqui, feito à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Na pessoa do Senador Acir Gurgacz, eu cumprimento os demais, bem como as pessoas presentes.

Vejam, eu vou procurar, nesta rápida explanação, colocar um cenário geral e, depois, sob a nossa óptica, a questão da demarcação, os entraves, as dificuldades, os gargalos. Principalmente, quando o produtor é abordado, o que ele tem de ferramentas para se precaver, se acautelar em relação ao fato – no caso, quando se apresenta uma demarcação – que é a perda do seu imóvel e a mudança total de sua vida.

Focando então no objetivo da audiência pública, de analisar e discutir a situação das terras de demarcação de reserva indígena no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação de novas áreas, eu vou falar das condições dos índios, a forma de produzir ou não, se é ocidental ou não, como foi colocado pelo colega anterior. Este não é o foco. O foco é basicamente a questão dos processos de demarcação, como são feitos.

Vejam bem, o primeiro ponto que nos chama atenção, o eixo principal, seria em relação à criação e à demanda por ampliação das terras indígenas que se apresentam atualmente.

O próximo.

O primeiro ponto, em um rápido panorama, é colocar aqui que nós temos... Hoje eu não estou aqui para falar do agronegócio, mas, enfim, são 851 milhões de hectares, hoje, segundo o IBGE (dados do último censo, 2006), quase 15%, considerando que 156 milhões de hectares já estão nas mãos dos indígenas. E a área destinada para a produção agropecuária são 329 milhões de hectares, segundo o próprio IBGE.

Então, nessa área, eu tenho todos os produtores rurais aqui entendidos: os assentados, os agricultores familiares pequenos, médios e grandes. Nós temos a área de produção destinada: 329 milhões de hectares.

O seguinte.

Aqui também há mais dados. Mais ou menos são, segundo a própria Funai, 460 mil índios que vivem em aldeias. Em torno de 100 a 190 mil estariam nas cidades, nos Municípios, ou seja, estariam já nas áreas urbanas, mais aculturados, evidentemente. Uma população então estimada em 560 ou 660 mil; uma estimativa de 270 hectares por índio; um número aproximado aqui de 115 mil famílias vivendo em aldeias, a média de índios sendo de quatro pessoas por família.

Quantos hectares por família indígena? Em torno de quase 1,1 mil hectares por família indígena.

Outro parâmetro é a reforma agrária. Mas esse você pode passar.

Aqui é uma rápida visualização da questão da demarcação. Ela não é nova, permeia vários governos. Temos dados até abril do ano passado. Vejam que eu coloquei já a reta final, as homologadas, mas nós temos em curso uma série de estudos para a demarcação de terras, então a quantidade é significativa.

Vamos ver a seguir. Podemos passar.

Aqui é uma rápida visualização do mapa da Funai. A tonalidade amarela seria: concluído, demarcado, homologado, com registro público em cartório, etc. Não dá para visualizar bem, mas o que está verde seria o que está em estudo. Então eu tenho aqui a região Norte, Mato Grosso; desço aqui por Mato Grosso do Sul, que tem vários pontos. No sul do País – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná –, nós temos uma série de estudos. Vocês podem acessar o *site* da Funai e dar um *zoom* no Estado de origem de vocês, para verificar perfeitamente isto aqui. O sul da Bahia, o Nordeste também. Enfim, em todo o País eu tenho estudos que estão sendo trabalhados pela Funai e discutidos.

O próximo.

A legislação já foi comentada.

Pode ir passando. Pode ir mais rápido. Esse aí é só uma visualização.

Há dispositivos constitucionais, infraconstitucionais, atos administrativos, ou seja, a regulamentação está aí posta para todos apreciarem.

Pode seguir.

Aí eu vou com mais vagar nesse ponto que fala do processo administrativo. Eu tenho, é claro, a Constituição, arts. 231 e 232. Não vou ler. Já foi comentado aqui: "...as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

Aí eu tenho o Estatuto do Índio, a Lei nº 6.001/73 e o Decreto nº 1.775. Este, sim, nós vamos aqui comentar, destacar um pouco mais, para entender como é essa abordagem do processo, quais são os efeitos para os produtores rurais. E, recentemente, a decisão da Raposa Serra do Sol, através da Petição nº 3.388, de Roraima.

O próximo.

Aqui já há um destaque em relação ao voto do Ministro Ayres Brito. Destacamos aí. Permitam-me ler rapidamente:

Aqui, é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) como insubstituível referencial para reconhecimento, aos índios, "dos di-

reitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Terras que tradicionalmente ocupam, atente-se, a não aquelas que venham a ocupar. Tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988.

Numa palavra, o entrar em vigor da nova Lei Fundamental Brasileira é a chapa radiográfica."

Ou seja, eu teria uma espécie de fotossatélite que identificaria essas terras indígenas. Então, aí está a questão da permanência e das terras tradicionalmente ocupadas, mediante essa chamada chapa radiográfica ou, se preferirem, uma foto de satélite que identifique isso aí. O Supremo trabalhou, fixou uma data, um marco temporal da ocupação indígena. Assim, a ausência dessa ocupação ou habitação indígena, na data supra-mencionada, desclassifica as terras como indígenas. E, aí, a nossa preocupação quando se fala em ampliar terras indígenas nessa data que não coincide com isso que está no acórdão da Raposa Serra do Sol.

O próximo.

E ainda as famosas ressalvas. Há 19 ressalvas, trago aqui duas a destacar nesse mesmo julgamento, no voto do Ministro Menezes Direito, que ampliou as salvaguardas constitucionais.

Então na XVII é vedada a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Isso aí está posto lá, foi colocado.

Na XIX é assegurada a participação dos entes federados no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas encravadas em seus territórios, observada a fase em que se encontrar o procedimento.

Então, essas duas ressalvas são elementos novos que nós devemos considerar quando se fala na demarcação de terras indígenas, nos procedimentos.

A seguinte.

Destaco aqui uma recente portaria em relação àquela ressalva XIX, uma portaria do Ministério da Justiça, de outubro de 2011, que fala dessa participação; já regulamenta pelo menos em relação ao levantamento fundiário, considerando então o Acórdão da Raposa Serra do Sol, a PET 3.388, de Roraima, especialmente em relação àquela condicionante XIX, como já comentei, oriunda do Parecer 153, da AGU, aprovada então pelo Consultor-Geral da União e Advogado-Geral da União, nos termos da Lei Complementar 73, de 1993.

Basicamente, foi acatada, talvez não integral, mas pelo menos parcialmente, a participação dos Municípios e Estados. E, nessa abordagem, quando houver um estudo, está aí pleiteado o efeito. Todavia, em relação àquela ressalva XVII, da não ampliação, isso não foi acolhido, pelo menos nesse parecer, até o presente momento.

O seguinte.

Aqui é um relatório do Cimi, de 2011. Nós já visualizamos o quanto está aí, qual é a pretensão. O próprio levantamento do Cimi fala na existência de 322 terras indígenas que ainda não estariam no plano fundiário da própria Funai. Então, isso nos preocupa muito. E o que seria dessas terras indígenas sem providências? Seriam aquelas reivindicadas pelos povos indígenas, pelas comunidades indígenas, que já pleiteiam, há algum tempo, que a Funai envie alguma grupo técnico para estudar a área.

Então, é preocupante e, como eu comentei, nós temos só 329 hectares de área destinada à agropecuária em que estão os assentados; 85 milhões de hectares dos assentamentos estão nessa área, pequenos produtores, médios produtores, grandes produtores; enfim, todo o escopo de quem produz está nesse espaço, que ainda tem que ser dividido, reservadas as áreas ambientais. Há uma tendência de redução, claro, natural de competição por um insumo, que seria a questão de terras. Preocupa, sim, quando você tem ainda uma demanda ainda não devidamente caracterizada, aferida. Não estou dizendo se este valor de 322 terras indígenas está certo ou está errado. Não cabe a mim dizer isso aqui agora. Mas é uma pretensão, uma sinalização.

O seguinte.

Do processo administrativo.

Srs. Senadores, resalto aqui, esta parte vou detalhar um pouquinho mais, embora já tenha sido comentada anteriormente, mas ela se faz importante pelo seguinte: como é que se dá esse processo? Ele é muito célere. Vejam bem, a Funai nomeia um antropólogo para elaborar o estudo antropológico, para coordenar essa investigação de uma determinada área pleiteada pela comunidade indígena em geral. Constitui, então, um grupo técnico especializado, com a finalidade de realizar estudos complementares e o levantamento fundiário.

Vejam bem, produz-se, logo em seguida, um relatório circunstanciado, que é avaliado, se houver consistência, pelo Presidente da Funai. Esse é o primeiro passo, após a confecção do estudo, que no prazo de 15 dias faz com seja publicado o seu resumo no *Diário Oficial*, na unidade federada, afixando a publicação na sede das prefeituras.

O seguinte.

Nesse momento, a prefeitura toma ciência e muitos produtores. As manifestações de todos os interessados, como já foi comentado anteriormente também, tem 90 dias após a publicação desse relatório de identificação dessa terra indígena, um estudo laudoantropológico que define as dimensões, enfim, dessa terra

indígena, com suas razões, com o fim de demonstrar vícios. Então a maioria dos Municípios, especialmente os produtores até mais interessados, tomam conhecimento nesta fase aqui. Eles tem 90 dias apenas para produzir o chamado contralaudo, para contestar o laudo produzido pela Funai. Esse tempo é muito exíguo.

A questão da ampla defesa, a Funai trabalha, produz lá o laudo antropológico, mas os produtores normalmente tem esse prazo exíguo, com exceção, vejam bem, se os produtores estiverem atentos a essa possibilidade aqui no § 8º, do art. 2º, que é de pleitear, tanto os Estados quanto os Municípios, desde o início do processo demarcatório até 90 dias da publicação desse relatório, a participação. Mas isso normalmente é feito com advogados, com antropólogos que devem ser contratados, existe um preço alto para que se tenha alguma possibilidade eventual de um mandado de segurança, de uma suspensão desses estudos antropológicos. Enfim, para não perder suas terras, ele teria que estar atento desde o início, do início do processo da constituição da portaria.

O seguinte.

Feita a contestação do contralaudo, ainda no processo administrativo, eu tenho 90 dias subsequentes para contestações. A Funai então, após analisar, encaminhará o respectivo processo ao Ministro da Justiça que pode, de posse desse laudo já, com a aprovação do Presidente da Funai, ter três possibilidades: expedir a portaria já delimitando os limites da área, determinando sua demarcação física; pedir mais diligências eventualmente, dentro do prazo de 90 dias; ou desaprovar a identificação. Estão aqui 99% dos casos, e já se expede a portaria delimitando os limites dessa terra indígena.

O seguinte.

Uma vez então expedida a portaria, a Funai promove a demarcação física; logo em seguida, vem a homologação pelo presidente da República e, em seguida, caso os produtores tenham sorte, sejam os pequenos produtores, e se encaixem no enquadramento da previsão de pequenos produtores da reforma agrária, podem ser até reassentados. Mas a grande maioria é desintrusada; saem da área; é uma desocupação por não índios, e há o eventual saneamento das pendências. É esse o processo que é posto e em que se o produtor não se acautelar com medidas judiciais, ele perde suas terras.

O seguinte.

Em relação a esse procedimento, como eu comentei, tudo que eu disse está resumido, foi discutido lá em 99, vejam bem, são praticamente doze anos, em que se tem a seguinte situação: a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a atuação da Funai em

12 de dezembro de 99. Eu só destaco este texto aqui. O processo dito por eles, na época, pela Comissão, “o processo de demarcação de terra indígena é notoriamente arbitrário”. Por quê? Concentrado o poder na decisão de um único órgão, órgão de assistência técnica ao índio, os demais entes públicos não participam do processo.

A única possibilidade para manifestação da sociedade brasileira encontra-se na brecha, na abertura do Decreto 1.775, de 96, que prevê, ainda na fase de identificação da área, a contestação das áreas atingidas pelos estudos desenvolvidos no âmbito da Funai, o que se torna inócuo diante do fato de que a própria Funai é quem aprecia e dá parecer sobre a contestação do seu próprio ato. Ou seja, a Funai produz o laudo antropológico – não estou aqui discutindo o mérito disso –, todavia, o contralaudo é apreciado pela própria Funai. Se eu produzo o próprio laudo, para onde é que o vou pender? Então, fica a Funai apreciando o laudo que ela mesma produziu.

Rejeitados os fundamentos da contestação pela Funai, nenhum outro recurso está previsto, a não ser o ingresso em juízo. É essa a questão principal. Como o ato administrativo é discricionário em sua essência, a possibilidade de sua anulação, mesmo na instância judicial, é mínima. Temos, então, em nosso ordenamento jurídico, uma das maiores manifestações de arbitrariedade.

É inacreditável que, no momento de vigência das mais democráticas constituições de todos os tempos, os atos da Funai não possam ser contestados, efetivamente, em outra instância da Administração Pública, com a devida imparcialidade. Isso não foi dito pela CNA, isso não foi dito por mim, e sim por uma comissão, na época, que analisou esse processo.

Então, destaco que o Decreto nº 175 tem uma pequena janela. Essa janela poderia ser ampliada, sim, é o que vamos ver mais à frente.

Seguinte.

Em termos de propostas – já foi comentado pelo colega anterior –, uma delas, realmente, é a 215, que prevê basicamente o quê? Inclui como possibilidade a competência exclusiva do Congresso Nacional para aprovar as demarcações de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação de demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios de procedimento de demarcação serão regulados por lei.

Então, temos a 215, de 2000, com dez outras PECs apensadas. A PEC nº 71 já é um pouco diferente. Ela prevê alterações no art. 6º e a inclusão, o acréscimo do dispositivo 67-A, do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização dos possuidores de títulos dominiais.

Como falou o Cléber, representante do SINE, aqueles que teriam títulos expedidos pelos Estados ou títulos expedidos pela União seriam indenizados.

Hoje, o produtor de boa-fé recebe apenas indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias. Nesse caso, tendo o título expedido pelo Estado, tanto o Estado federado quanto a União, esse produtor teria direito à indenização, porque comprou de boa-fé aquela área e porque tem o registro. Então, essa talvez fosse uma forma de atenuar eventuais conflitos e de pelo menos minimizar o impacto que isso causa na perda do imóvel pelos produtores rurais.

O próximo, por favor.

Outro projeto de lei. São várias propostas legislativas, mas esse não é uma PEC. Também, a mesma ideia de o Congresso Nacional apreciar os requisitos do 231 – se se atendem ou não aqueles requisitos constitucionais –, podendo aprová-la, determinar novas diligências suplementares, realizar audiências públicas, conhecer impugnações, alterar a área demarcada ou rejeitá-la no todo ou em parte.

Então, aqui volto a frisar as possibilidades. Essas são possibilidades legislativas, que cabem aos senhores discutirem.

Existiria também a possibilidade de o próprio Executivo eventualmente revisar o Decreto nº 175, dentro desta linha de contemplar a amplitude do direito do contraditório e da ampla defesa, possibilitando, aí sim, que outro ente público analisasse os contralaudos que são produzidos, ou seja, uma outra esfera dentro do próprio Executivo, para que não houvesse esta incidência de se ter um ente que produza uma peça e que analise, ele mesmo, sua própria peça.

E a última possibilidade – um pouco diferente – seria o Estado trabalhar uma ação discriminatória, ou seja, dentro do âmbito de ações discriminatórias, separando o público do que é o privado. Esse é um processo mais elaborado, que daria segurança jurídica a quem está sendo eventualmente desapropriado, a quem está perdendo suas terras.

Então, seria dentro desse contexto. Como coloquei, o foco aqui é basicamente a análise das demarcações, não se vendo as outras condições da questão indígena, e sim, propriamente, a apreciação de todo esse procedimento da desintrusão ou da criação da desintrusão dos proprietários e da criação das terras indígenas.

Eu agradeço aqui, por ora, e fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Anaximandro pela sua colocação.

Antes de passar a palavra aos Senadores, quero dizer que temos aqui um pedido do representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que gostaria de fazer uma intervenção por dez minutos.

Eu sugiro que ela seja feita após a fala dos Senadores.

Se todos concordarem, assim será feito. *(Pausa.)*

Então, aprovado.

Passo a palavra ao Senador Moka, que pediu urgência para se pronunciar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Hoje haverá uma reunião da Mesa Diretora do Senado e eu relato vários projetos de interesse da Casa. Vou ser bem objetivo, bem breve.

Em Mato Grosso do Sul, temos várias demandas. Penso, Senador Presidente Acir Gurgacz, que é preciso uma decisão. A AGU já tem um parecer exarado a respeito, um documento público que foi enviado ao Ministério da Justiça. O que precisa é o Governo, a partir do parecer da AGU, dizer qual vai ser o seu comportamento em relação a isso. A Funai não pode ter um procedimento que não seja procedimento do Governo. Não é possível mais isso, ou então vamos ficar estimulando exatamente esses conflitos.

No Mato Grosso do Sul, produtores e índios sempre viveram harmonicamente. Agora, a partir do momento que sai um pedido de demarcação, a primeira providência – e aí me perdoe o Dr. Cleber Busato – é que eles se comportem como se o CIMI não tivesse nada com isso. Não, não é assim na prática. O CIMI participa, organiza e dá apoio. Se faz relatório ou não, eu não posso dizer, mas tem uma participação e é legítima. Agora, precisa assumir essa posição e não dizer aqui que vocês não têm nada a ver com isso porque tem.

O SR. CLEBER BUZATTO – É evidente, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Bom, tudo bem.

O SR. CLEBER BUZATTO – Justamente porque o CIMI é uma unidade de apoio que apoia os movimentos...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, vamos deixar claro isso. Outra coisa: você afirmar que não tem nenhum impacto nos Municípios e nos Estados é desconhecer a realidade. Pelo amor de Deus! Quando você faz uma demarcação de terra num valor, você tem, sim, um impacto muito grande.

Veja bem, Presidente, essa é uma questão importante. Nós não podemos é estimular. Eu sou um que defende. A sociedade brasileira tem uma dívida com os povos indígenas? Tem, eu reconheço isso. Agora,

essa dívida é da sociedade. Não pode ser essa dívida de toda a sociedade cobrada apenas de um segmento dessa sociedade que é o produtor rural. Então, basta colocar recurso no Orçamento da União. E o Orçamento da União é vergonhoso para a Funai – a representante da Funai sabe disso –, é desse tamanho, não tem recurso absolutamente para nada. A partir do recurso, chega e diz: “olha, essa terra foi demarcada, está comprovado que é terra indígena, vamos fazer a desapropriação.” Essa é a forma de você evitar conflito. Fora disso, vamos continuar estimulando, porque a demarcação...

E veja o que está acontecendo: com as decisões já colocadas, depois da Raposa Serra do Sol, todos os produtores que entraram em demanda judicial estão ganhando a causa. E a população indígena está com demandas há vinte, trinta anos, estimulados: “não, vocês vão conseguir, vão conseguir.” Enquanto isso, a população indígena fica aí absolutamente desguarnecida e sem nenhum tipo de recurso. Nós temos que evitar isso.

Nós já fomos até o Ministro da justiça. Uma comissão de doze Senadores fomos até o Ministro Luís Adams, que disse que já tem um parecer da Advocacia Geral da União, com base na decisão do Supremo sobre a Raposa Serra do Sol. O que precisa é o Governo tomar uma decisão política, se vai manter o parecer, o que entende a Advocacia geral da União, o entendimento jurídico deles, se vai fazer alguma modificação. E a partir daí, Presidente Acir Gurgacz, com uma decisão de governo, as demarcações não serão mais contestadas juridicamente, porque aí você vai ter uma decisão de governo.

Mais uma vez dizendo, eu acho que esta Casa tem legitimidade para propor legislação, até para evitar esses conflitos, porque uma demarcação homologada pelo Congresso Nacional não teria esse tipo de demanda que tem da Justiça. Ao contrário do que o Dr. Cleber defende, é exatamente aqui que está a representação popular. Ninguém está aqui sem o voto de toda a população brasileira. A sociedade brasileira está representada no Congresso Nacional. Eu tenho certeza de que temos que tirar essa coisa de que os produtores rurais têm alguma coisa contra os índios. Nunca tiveram. Ao contrário. Conviveram a vida inteira em harmonia. Agora, é claro que, se você tem uma propriedade que está em sua terceira geração, são 50 anos de trabalho e, de repente, sem mais nem menos, dizem que essa terra não é sua, essa fazenda não é sua, você vai ter que sair daí de mão abanando, e vão ser pagas somente as benfeitorias... No Mato Grosso do Sul, nós não temos grileiros, nós não temos invasores. No Mato Grosso do Sul, as pessoas que estão

lá têm títulos comprados do próprio governo do então Mato Grosso. Como é que fica essa situação?

Então, essas questões são questões muito claras. Acho legítimo que os representantes dos índios venham aqui, porque são eles que tem que falar. Em vários casos, eu já conversei lá em Mato Grosso do Sul e eles falam assim: “A terra é importante, mas nós queremos ter acesso à universidade, à escola, à boa formação”. E fica um grupo alimentando para que os povos indígenas continuem vivendo ainda em suas aldeias e tal. Veja o caso dos afrodescendentes, que vieram também como escravos, mas que, hoje, fazem parte da sociedade brasileira. Por que os índios tem que ficar relegados lá? Eles tem que ter as suas terras, são legítimas, tem que ter recursos para isso e tem que ter... Imagine essas terras com os índios, com autonomia, com produção, dando trator, dando estímulo para eles produzirem! A qualidade de vida dos índios seria muito melhor.

Temos o exemplo dos Kadiwéus lá em Mato Grosso do Sul. São milhares e milhares de hectares, dos índios, já delimitados. Nem por isso a vida deles é melhor do que a dos outros, embora sejam proprietários de uma grande extensão de terra. O que falta é uma política, sobretudo da Funai, de melhor assistência. Nós estamos, hoje, gastando todo o tempo da Funai na discussão das terras, em vez de ter uma política para ajudar a melhorar a qualidade de vida dos índios nas suas aldeias, nas suas habitações.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que costume permanecer até o último minuto nessas audiências, mas hoje, lamentavelmente, um compromisso – sou da Mesa do Senado – vai me impedir de estar aqui por mais tempo.

Deixo aqui duas coisas claras: a sociedade tem uma dívida com os povos indígenas; a sociedade brasileira como um todo tem que dar qualidade de vida e dignidade aos índios. O que não pode, está errado, é debitar essa conta somente nas costas de um segmento, que é o produtor rural. Porque aí você vai fazer justiça à população indígena e vai cometer injustiça com aqueles que estão lá há 50 anos, 60 anos, responsáveis muitas vezes por terem ido lá desbravar uma região e, hoje, são acusados de invasores e de grileiros. Isso nós não podemos aceitar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua participação sempre muito importante.

Com a palavra, agora, o Senador Ivo Cassol, para fazer suas considerações.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É com alegria que quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar os nobres colegas e também o Senador Moka, que usou da palavra.

Ouvi atentamente parte de todo o procedimento que é feito pela Funai, pelos órgãos responsáveis. Quero aqui só registrar o seguinte. Aqui muito se fala em Diário Oficial, mas, se você perguntar a cada um que está na Mesa: Quantos de vocês leem, na verdade, o Diário Oficial? A maioria não lê, só a senhora. Mas, provavelmente, a senhora não lê, a senhora deixa o seu assessor ler. Porque a senhora não tem tempo de ler todo o Diário Oficial. A senhora deixa alguém procurar, vai à página. Mas já ganha para isso, porque tem que pegar os decretos de interesse de vocês que estão publicados. Mas a maioria da sociedade brasileira não lê. E quando a gente se vê, a gente é pego de surpresa. Não estou aqui divulgando para lado nenhum, mas é isso o que acontece. Essa é a pura realidade. E muitas das vezes os atos que são feitos são feitos já para que ninguém fique sabendo. Mas aí tudo em nome da legalidade.

Eu fui governador e fui prefeito. Infelizmente a Funai está 24 horas por dia, 7 dias por semana, 30 dias por mês, 365 dias por ano à disposição para remarcar e dizer que na verdade defende os índios. Estou falando da entidade que representa os índios, mas só que falta mais. O Moka aqui expressou a pura verdade, falou de coração. Precisamos, na verdade, tratar o índio como verdadeiro ser humano. Ele tem os mesmos direitos que nós.

Se pegarmos os dados das terras indígenas, são as terras mais ricas do Brasil. São as terras que têm diamante. É a maior jazida de diamante do mundo. É a terra que tem ouro, é a terra que tem cobre, é a terra que tem madeira. E os índios vivem com um pires na mão pedindo esmola. O Governo Federal – me desculpem, sou da base – não trata o índio com decência. Não adianta, não trata.

Para vocês terem uma ideia, lá em Rondônia, se os índios quisessem uma escola, quem tinha que construir era o Estado, porque a Funai sequer liberava recurso para fazer uma escola. Quando libera um posto de saúde manda o dinheiro para a Funasa, que ainda rouba o dinheiro no meio do caminho. É verdade. Rouba o dinheiro que é para tratar os índios. É a pura verdade. Então, temos que mudar esse conceito de criar conflito entre o branco e o índio e começar a tratar o índio com decência.

A primeira coisa que esta Casa tem que fazer, Presidente, é criar uma lei para que o índio tenha direito de explorar essa riqueza lá. Eles tem direito de andar de carro, eles têm direito de ter uma casa boa, eles têm direito de faculdade para os filhos, sem pedi-

rem esmola, sem precisarem se prostituir para cima e para baixo, sem precisarem sair com um pires pedindo, desde o vereador ao deputado estadual e ao deputado federal, alguma coisa. Muitas vezes falo pelo Estado de Rondônia, mas vejam a imprudência, a falta de respeito com a sociedade brasileira. Simplesmente chegam lá e propõem o seguinte: vamos ampliar a sua área de cem mil hectares de terra para um milhão de hectares de terra. Mas, gente do céu, o que já tem aí, se dessem tratamento digno e respeitoso para eles, não precisavam fazer isso. Cadê os recursos, cadê o dinheiro? E aí o que o índio tem que fazer para sobreviver?

Vou dar um exemplo aqui, lendo um documento que está na minha mão, eu já denunciei isso: Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Memorando nº 108. Cacoal, 15 de setembro de 2005. Sr. Trajano Azevedo Fonseca...

Vou deixar para a senhora aqui que representa a Funai. E olha que ninguém tomou providência, se o índio quiser viver e melhorar um pouco a sua vida, ele tem que trabalhar de bandido, tem que vender a madeira clandestinamente, tem que criar riqueza clandestinamente, aí é explorado por bandido safado, sem vergonha, não é explorado pelo banco não. Porque o cara que tem bens ele não bota o seu CPF lá, ele bota o bandido na frente, o criminoso. E aí fica o pior para nós. Ficam a criminalidade e as doenças.

Vejam o documento que tenho nas mãos. Ninguém tomou providência, nem o Ministério Público tomou providência. Nem o Ministério Público que tanto fala em moralidade para cima e para baixo tomou providência, foi conivente. E o Ministério Público Federal é conivente até hoje com a extração ilegal de diamante no meu Estado. E sabem quem foi investigado como contrabandista de diamante? Fui eu. Alguém tinha que servir de cobaia para a incompetência dos poderes para fazer essa gestão. Eu falo isso indignado porque eu sempre quis que pudesse legalizar para poder dar dignidade para todas as pessoas. Olha o documento que tenho nas mãos aqui:

Senhor administrador, como já é do conhecimento de todos que participo da reunião realizada no dia 19/08/05...[filmada, o índio entregou para nós essa fita, e até na época foi entregue um documento para a comissão de Senadores, o Senador Jayme Campos estava presente lá, e nenhum dos órgãos tomou providência, ainda falavam que estavam fazendo isso em nome da lei] ...onde estiveram presentes lideranças indígenas e demais membros da comunidade indígena, etnia Suruí, representantes do Ibama, representantes da Funai, o Sr. Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador do Ministério Público Federal do Estado

de Rondônia, que trataram de assunto relacionado à exploração ilegal de madeira.

[Olha só, escreveu aqui:]

No interior das terras indígenas, 7 de setembro, jurisdição regional decidindo, por consentimento verbal pelo Procurador, a comunidade indígena ali presente a continuidade na retirada de madeira em áreas, atendimento e solicitação de liderança indígena na necessidade de se dar continuidade da retirada de madeira, para que pudessem assim, saldarem seus débitos... [olha o que os caras estão fazendo, cometendo um crime, uma ilegalidade, para poderem saldar os débitos dentro da comunidade] ...perante as partes interessadas na ilegalidade.

[Mediante esse argumento, lhe fora homologada verbalmente autorização até que as comunidades envolvidas pudessem sanar os débitos com os credores.]

No entanto, solicito de V. S^a ver a possibilidade de consultar o nobre procurador se o prazo concedido aos silvícolas já for expirado. Caso positivo, sugiro que seja oficializado o órgão repressor do Ibama e do DPF para realização de possíveis operações [e, aí, trata o madeireiro como bandido, você vê como a coisa aqui é destorcida, Sr. Presidente] uma vez que o fluxo de madeira vem causando grande impacto ambiental.

E eu era governador na época. E aí estava na mídia nacional como se nós estimulássemos a extração ilegal de madeira. Então eu quero deixar esse documento aqui para a coordenadora. Tenho declaração dos índios, tenho fita, tenho tudo, está à disposição.

Faço uma pergunta à Funai. Quais providências vocês tomaram contra essa ilegalidade?

E no dia um líder Suruí falou para o Procurador, para todo mundo: o senhor sabe que isso é legal, eu podia lhe denunciar. Falou para o cara da Funai, ele disse: a obrigação é de vocês. E o resultado, ninguém tomou providência, ficou tudo dentro da legalidade. Se fosse a prefeitura que tivesse autorizado, o prefeito estava até hoje processado até as tampas, com o CPF todo sujo. Se fosse o Ivo Cassol, aí nem se fala, é pior ainda.

Então, do que precisamos? Precisamos de uma vez por todas dar autorização para que os indígenas consigam usufruir das riquezas que há nas suas terras legalizadas. O Município ganha com isso, o Estado ganha com isso e o Governo Federal ganha com isso. A maior jazida de diamante, Sr. Presidente, do Brasil está em Mato Grosso e em Rondônia, na Reserva Roosevelt, que é a maior do mundo. Pergunta para alguém se parou a extração ilegal de diamante? Continua lá até hoje. Pergunta para os índios como estão? Estão se matando, porque eles têm que vender por 10%, 20%, 30% do valor da pedra. Quem compra essa pedra?

Com certeza é o bandido, é o cara foragido. Mas quem legaliza? É lógico: quem tem um garimpo de diamante legalizado em outra região. E muitos desses diamantes vão para outros países.

Então, nós precisamos, de uma vez por todas, a Funai, o Cimi, os órgãos responsáveis por isso, pararmos de querer buscar chifre em cabeça de cavalo, e começarmos a atender, de verdade, os índios como verdadeiros cidadãos brasileiros. Dar a eles o que é de direito. Como disse o Moka, nós temos obrigação, Sr. Presidente. Temos uma dívida imensa com os índios. Mas o que podemos fazer hoje se a própria Funai e o Governo Federal não tem capacidade e competência para construir uma escola?

Eu recebi um representante dos índios da Aldeia do Rio Branco, de Alta Floresta do Oeste, eles estão precisando de escola, estão precisando de um barco para tirar castanha e não tem. Temos que colocar emenda para poder tirar. Mandeí-o ao MEC, à Funai ver o que tem. E não tem nada, não tem nada. Então, do que precisamos? Paz entre os brancos e índios. Somos todos seres humanos e somos brasileiros. Não precisa mais ampliar a demarcação de terra. Se for assim, vou sugerir uma solução para a Funai. Vou a Porto Seguro e crio uma área indígena dentro de Porto Seguro, porque foi por lá que começou o Brasil. Terra já tem bastante, agora o que precisamos é dar condições para que esse povo consiga viver com dignidade na sociedade. E o índio sabe se comportar, o índio é inteligente, todo mundo sabe disso. Olha lá a questão de Porto Velho, a confusão que está dando. Olha a confusão lá em Nova Califórnia, na Ponta do Abunã, mas não é só isso não.

Poucos dias atrás nós fomos ao Ministério da Justiça, à Advocacia-Geral da União, e estão querendo ampliar uma área indígena no Mato Grosso, que faz 160 e poucos anos que foi demarcada, e o cara já mora lá há quatro, cinco gerações. Criaram uma área indígena em Chapecó, em Santa Catarina, que não tem índio. Muitas vezes há interesse, porque há riqueza embaixo do solo. Pega algum índio de outra área e leva para aquela região.

Então, eu só queria expressar, como ex-governador que fui do Estado de Rondônia, que não vi assistência da Funai. Todo o dinheiro que vai para a Funasa é roubado. E os índios estão morrendo à míngua porque não tem cibalena para dar para eles lá. A não ser que mudou da semana passada para cá.

Sinceramente, quero aqui fazer uma defesa para os homens de bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu queria cumprimentar o Presidente Senador Acir Gurgacz, cumprimentar também todos os convidados desta audiência pública, cumprimentar os Senadores e as Senadoras.

Meu caro Presidente, esse tema é um dos temas mais importantes do País. Sou de um Estado, o Mato Grosso do Sul, onde esse tema é recorrente. E acho que o assunto demarcação de terras indígenas e políticas na região de fronteira, no meu ponto de vista, é o maior desafio que o Brasil, sem dúvida alguma, enfrentará ao longo dos próximos anos.

Precisamos ter paz. E eu participei, com o Senador Mozarildo, de uma comissão temporária feita nos idos de 2004, 2005. Nós andamos por vários Estados brasileiros. Andamos por Roraima, até para olhar a questão da Raposa Serra do Sol, andamos no Amazonas, fomos a Rondônia, na reserva Roosevelt, conversamos inclusive com as lideranças Cinta-Larga lá presentes, fomos a Mato Grosso, do Senador Jayme, a Mato Grosso do Sul, nosso Estado, fomos a Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, então, tivemos um retrato razoável da situação das demarcações das terras indígenas no Brasil.

E, claramente, cada Estado tem uma característica, cada região tem uma característica e merece um tratamento muitas vezes diferenciado. Muitos projetos surgiram não só em função do trabalho desta comissão temporária, mas, *a posteriori*, alguns mexendo no art. 231 da Constituição, que é uma grade conquista das etnias indígenas, um dos grandes avanços da Constituição de 88.

Outros projetos tramitaram ou tramitam aqui, trazendo para o Senado a deliberação sobre as demarcações, como o próprio Senador Moka assim o disse, mas a realidade é que essa situação precisa ter um fim, ela precisa ter um fim não só para que as etnias indígenas vivam em paz, Mato Grosso do Sul tem a segunda maior produção indígena no Brasil, como também os produtores rurais.

É importante destacar que precisamos voltar aqui a um processo de colonização. Aí falo especificamente da Região Centro-Oeste, quando o Presidente Getúlio Vargas assentou muitas famílias ali, e muitas famílias se estabeleceram, tem terras tituladas. Isso é um problema de fato. Esse não é um assunto político, apesar de muitas pessoas tentarem politizar essa discussão, colocando as etnias indígenas de um lado e os produtores rurais do outro. Isso não agrega e não soma absolutamente nada. Os instrumentos para disciplinar essas questões estão aí disponíveis. O art. 231 é claro. Se se tratar de famílias assentadas durante décadas, em determinados Estados brasileiros,

por uma política de Governo, não precisamos mudar o art. 231. Como são casos específicos, a decisão é uma decisão, é uma política de governo.

O Governo assumiu o equívoco, e aí aquelas terras que forem consideradas, efetiva e tradicionalmente, indígenas, esses produtores seriam indenizados não só pela terra nua, mas pelas benfeitorias, sem ferir o art. 231, porque esse caso não é especificamente, ele não leva necessariamente à mudança do art. 231, mas foi uma política de governo implementada. Alguns Estados brasileiros já fizeram isso – vou citar especificamente o Rio Grande do Sul. Então, depende é de vontade.

Eu considero o parecer do STF, com relação à Raposa Serra do Sol, um verdadeiro marco, sob o ponto de vista jurídico, a decisão que foi tomada, e as orientações emanadas quando da demarcação contínua de Raposa Serra do Sol. Nós andamos por ali tudo na época. Então, eu acho que os instrumentos estão disponíveis, falta vontade política para resolver. Eu sei que tem muita gente, de um lado e de outro, que sobrevive ou vive desse conflito; nós precisamos acabar com isso. Todos nós somos brasileiros. Temos que preservar a nossa história, a nossa cultura, as nossas etnias, como também nós temos, mais do que nunca, valorizar quem produz, e, se produz legalmente, é dentro desse contexto que nós temos que fazer e encontrar as soluções. Então, as soluções estão à mão – foi dito aqui pelo Senador Cassol e pelo Senador Moka. Já existe um parecer da Advocacia-Geral da União, vinculante a todo o programa de demarcação de terras indígenas.

Eu estive, inclusive, com o Ministro José Eduardo Cardoso para saber qual o encaminhamento que a isso está sendo dado no Ministério da Justiça. Eu espero que cheguemos a um denominador comum ou será que nós precisamos ter vítima? Eu disse ao Ministro José Eduardo Cardoso que nós precisamos ter vítimas para que o País, efetivamente, e o Governo entendam essa situação de risco que nós efetivamente convivemos, conflituosa; daí para as coisas ficarem numa situação pior é muito rápido, e eu convivo e eu tenho uma relação muito pacífica com as etnias indígenas do meu Estado: os terena, os guarani-caiua. Nós temos, por exemplo, algumas situações, como Dourados: os índios vivem num campo de concentração, e isso não pode continuar também. Portanto, nós temos os meios jurídicos institucionais para promover os ajustes necessários, mas aí o que estou sentindo é que parece que quem investe na divergência é que está vencendo.

Então, quero aqui registrar: nós sistematicamente temos ido ao Ministério da Justiça. Há duas semanas, estive com o Advogado-Geral da União, o Ministro Ada-

ms, exatamente para tratar desse assunto, e as coisas não caminham. Vemos uma Funai absolutamente desestruturada, sem recursos, sem equipamentos, sem pessoal. O Governo fez um movimento – inclusive eu trabalhei bastante com relação a essa questão – de ter uma secretaria específica para tratar da saúde indígena – e isso também foi um debate intenso aqui, Senador Cassol –, mas a realidade é que as instituições que devem atuar não tem estrutura, e, lamentavelmente, eu até agora não senti vontade política para equacionar isso definitivamente. É triste isso, mas não existe.

Eu quero, Dr^a Giovana, registrar aqui que, para se marcar uma audiência com o Presidente da Funai, é mais fácil eu marcar uma audiência com a Presidenta Dilma do que com o Presidente da Funai. É impossível. É o homem mais difícil de dialogar na Esplanada dos Ministérios. E nós não queremos criar qualquer tipo de dificuldade; nós queremos ajudá-lo, nós queremos ser instrumentos para uma política competente da Funai no Brasil, nos nossos Estados, na Federação. Ele é simplesmente inalcançável, e eu estou dizendo isso não é porque isso é de agora, eu já inclusive reclamei para o ex-Ministro Tarso Genro, quando era Ministro da Justiça, das nossas dificuldades e agora falei ao Ministro José Eduardo Cardoso de novo. Nós queremos ajudar, nós queremos ser proativos para trazer paz, para preservar as nossas etnias, para respeitar a nossa história, a nossa cultura e também para preservar quem produz, muitos deles trabalhando por décadas e décadas, inclusive com áreas tituladas. Se é erro do Governo, o Governo que reconheça o erro para que essas áreas venham a ser devolvidas para as etnias e sem mexer em art. 231. O Governo assumindo isso, o Governo paga também as benfeitorias.

As soluções estão na mão, mas precisa determinação política, porque, se não houver a determinação política, nós não vamos caminhar, nós vamos ficar eternamente nesse embate daqui a dois, três, quatro, cinco, seis anos e nós não avançamos, lamentavelmente.

Então, eu queria deixar esse registro, porque eu acho que nós, em função dessa audiência pública, temos que agora com determinação tentar tirar uma posição em definitivo para equacionar essas questões. Nós não podemos conviver mais com isso, é absolutamente impossível nós convivemos com esse cenário que, lamentavelmente, nós enfrentamos em alguns Estados brasileiros. As etnias não merecem, quem vive no campo trabalhando também não merece.

Queria, portanto, deixar esse registro e me colocar, meu caro Senador Acir Gurgacz, à disposição, porque esse tema é um tema fundamental para o desenvolvimento econômico-social e para a cidadania no Brasil, e o Brasil, que avançou muito em vários

setores, está deixando muito a desejar com relação a uma solução definitiva no que se refere à demarcação de terras indígenas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral, pela sua experiência, pela sua contribuição para com a nossa audiência pública. V. Ex^a ajudou muito a esclarecer pontos que estavam – e ainda estão – em dúvida para com relação à população brasileira, aos indígenas e aos não indígenas.

Com a palavra nosso colega Senador Jayme Campos, do Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Acir Gurgacz.

Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados aqui presentes e representantes dos povos indígenas que comparecem a esta audiência pública, quero dizer, Sr. Presidente, primeiro que na medida em que para esta audiência pública foram convidadas autoridades que representariam a Advocacia-Geral da União – lamentavelmente, não compareceram –, particularmente, tenho a sensação de que eram pessoas que teriam que estar presentes aqui para naturalmente responder às perguntas que este momento exige.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Jayme, se V. Ex^a me permite, acho que, na emoção, eu troquei as bolas aqui de terra nua e benfeitoria. Só para registrar que o art. 231 é benfeitoria, e todo o meu raciocínio, respeitando o art. 231, é em cima de terra nua, até porque não podia ser diferente, porque, a partir do momento que a terra nua venha a ser reconhecida, quebra-se a espinha dorsal do art. 231. Só para registrar que, na emoção, eu troquei as bolas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Então, voltando a meu raciocínio, eu, particularmente, gostaria que os representantes da Advocacia-Geral da União estivessem aqui nesta mesa para que, de forma mais concreta, pudéssemos fazer alguma indagação. Entretanto, aqui ouvi atentamente aos colegas Senadores que já praticamente o que eu teria que falar já foi dito. Todavia, cabe-me também dizer que, no mesmo raciocínio feito pelos Senadores que manifestaram aqui, expressaram a verdade.

Há um conflito, que hoje se percebe com muita clareza, de interesses de pessoas que nada tem a ver com os povos indígenas. Eu, particularmente, fui governador do meu Estado, o meu irmão foi governador, fui governador por quatro anos, fui prefeito por três anos, e, naquela oportunidade, Senador Delcídio, o compromisso nosso era tão grande que, como governador, criei a coordenadoria indígena vinculada ao gabinete do governador e à Casa Civil para que os povos indí-

genas tivessem um tratamento talvez diferenciado do branco diante do que, por minhas andanças, por meu conhecimento, sobretudo nessas áreas onde estão as aldeias, eu via ali as dificuldades.

Mantinha-se um relacionamento perfeito e parece que, passados os anos, houve um aumento sensível, notadamente lá, em Mato Grosso, na questão de confronto em relação à ampliação da reserva indígena. Isso é muito ruim para o País. Particularmente, aqui quero fazer apenas uma observação a Giovana.

Lá, na região do apiacás, tinha uma reserva de 117 mil hectares para 63 índios ali, a etnia kayabi. Sabe o que aconteceu, Giovana? Aumentaram agora para 1 milhão e 47 hectares, ou seja, fizeram lá 338 mil hectares no território mato-grossense e 554 mil hectares do outro lado, no Estado do Pará. Não é isso que o povo indígena quer, como foi bem dito aqui. Eles estiveram comigo, fiz uma audiência pública lá com várias autoridades do Estado. Não é isso que o índio quer; o índio quer respeito, quer dignidade e quer, acima de tudo, segurança, não quer ser usado como uma massa de manobra.

Eu percebo com muita clareza que o que o índio quer é uma oportunidade de ter seus filhos realmente recebendo uma educação de boa qualidade, de ter uma saúde pública a seu alcance, de ter um meio de transporte para se locomover, de ter realmente uma renda para que ele possa dar dignidade também a sua família, mas o que se vê hoje é o índio sendo usado por aqueles que defendem os povos indígenas. É inconcebível num País como o nosso hoje, em que nós já temos mais ou menos algo parecido em torno de 110 a 120 milhões de hectares de terra à disposição de povos indígenas, ainda quererem mais alguma ampliação. Eu imagino que, em alguns casos – é pontual –, teria que ser ampliado, mas não é de forma generalizada.

Só um dado para a senhora – e a senhora deve ter esse conhecimento –: em Mato Grosso, tem mais ou menos mapeada hoje a ampliação de 45 reservas indígenas. Pessoas que estão ali, não é há quarenta anos, há setenta anos que eu conheço, oitenta anos, que vem a quarta, a quinta geração, com documento titulado, ou seja, o cidadão é proprietário daquela área, está ali produzindo, um está plantando alguma coisa, outro está criando seu rebanho bovino e agora causa essa insegurança jurídica, até porque isso traz um transtorno tão grande – e eu defendo aqui a tese do Ivo Cassol – para a cidade e para o campo, na medida em que algumas cidades de Mato Grosso, se acontecer alguma ampliação ou demarcação, vão ser tiradas do mapa, vão ter que mudar, como é um conflito que hoje está instalado na região da BR–158.

Ali é uma região do suiá-missu; ali vai limpar três ou quatro cidades.

Chegou-se ao cúmulo do absurdo agora – e você vê que está havendo dedo de quem não tem compromisso com os povos indígenas – que o governo de Mato Grosso ofereceu 250 mil hectares no Xingu para acabar esse conflito lá, na reserva, ou seja, na gleba Suiá-Missu, e dotando de toda essa infraestrutura, ou seja, levando energia, fazendo estrada, construindo escola, construindo postos de saúde. Foi feita uma proposta ao Ministério da Justiça e, lamentavelmente, não chegamos à conclusão nenhuma.

Lá está armado, ou seja, está em pé de guerra, está mais ou menos agora mais calmo diante de que o próprio índio está entendendo que, na verdade, o que eles querem é realmente, mas vêm aqueles cidadãos que estão com interesses particulares ali ganhando alguma coisa dizendo: “Você não vai aceitar 250 mil hectares de terra”. Como, gente? E tirar dali 1.400 famílias que estão lá há vinte, 25 anos. Essa demanda iniciou, Presidente Acir, quando fui governador. Em 1993, 1994, iniciou-se essa demanda e até hoje não chegou a lugar nenhum, só insegurança jurídica.

De maneira que são temas recorrentes que estão acontecendo todos os dias em relação a essa ampliação e que nos causa muita preocupação e até a desvalorização das áreas. O cidadão está ali, tem uma boa propriedade, quando se fala em ampliar uma reserva indígena, se o hectare ou o alqueire vale R\$2.000,00, R\$3.000,00, passa a valer R\$ 100,00, quando acha quem queira comprar. Caso contrário, ninguém quer nem passar por perto porque está comprando briga, e o cidadão de bem não quer comprar briga.

Quando o Ivo Cassol fala aqui da reserva Roosevelt, é verdade. Eu tinha um bom relacionamento com os povos indígenas de lá. Naquela oportunidade, fizemos até uma usina hidrelétrica, claro que com a participação da Funai etc., e eles começaram a receber participação do grupo que explorava o setor elétrico de Mato Grosso. Eles tiveram, e tem até hoje, imagino, uma participação no que aquela usina hidrelétrica produz em termos de geração de energia. É isso o que o índio quer. Ele não quer mais ser engabelado e usado como massa de manobra.

De maneira, Sr. Presidente, que essa é uma preocupação de todos nós. Tem de prevalecer o que a Advocacia-Geral da União já concordou, ou seja, prevalecer aquela decisão do Supremo Tribunal Federal para que, amanhã ou depois, tenhamos segurança jurídica. Isso é fundamental para todos os Estados, não só para os que se manifestaram aqui, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, mas para outros Estados,

como Santa Catarina, Bahia e assim por diante. Ouvi também a manifestação do Senador Casildo Maldaner.

De maneira que quero dizer que é fundamental que a Funai tome algumas providências. Primeiro, o Sr. Márcio Meira. Foram feitas algumas observações a cerca do seu nome hoje nos jornais, meu caro Cleber. Está anunciado que ele já pediu a exoneração há três meses – está nos jornais de hoje, de circulação nacional –, que está indo, mal e porcamemente, despachar um caso ou outro na Funai, porque não quer continuar mais no órgão. Ainda bem que ele não quer continuar. Agora, precisamos colocar um novo gestor para o órgão, que está à deriva hoje. Ele não está indo lá, segundo palavras dele, dizendo que pediu exoneração, e até agora o Ministério da Justiça não procurou outro nome, que certamente poderia dar um novo direcionamento à política em relação à Funai.

A Funai, infelizmente, não tem cumprido com a sua obrigação. Fizeram um desmonte. Fui procurado por um grupo de índios. Eles tiraram, na região do médio e do baixo Araguaia no Mato Grosso, eles praticamente limparam a pouca estrutura que a Funai tinha lá dizendo que era para diminuir os custos da Funai. Fundiram, onde já existia uma estrutura da Funai, oito localidades e diminuíram para dois, ou seja, o índio tem de andar 600 Km para ir a um posto da Funai hoje, porque não tem a quem recorrer. Até o deslocamento deles hoje está inviabilizado, pois não tem dinheiro para pagar transporte, pagar ônibus, a estrada é precária, atoleiro por dois, três, quatro dias nesta época do ano. Os postos de saúde não estão onde deveriam estar, remédio para atender à demanda que necessariamente se faz. É uma pena!

Eu, como Senador da República, ando muito no Estado e sei das suas dificuldades. De maneira que o Governo Federal tem de ter uma política clara, definida, e, acima de tudo, dar segurança jurídica para o índio e dar segurança também para o cidadão que é proprietário dessas áreas. É o caso particular desse aqui, onde tem uma jazida de calcário na reserva de Itaiabi onde já há 200 famílias de produtores. Se essa reserva for explorada de forma racional, sustentável, é o suficiente para atender a região em termos de calcário, toda aquela região norte do Estado, que é grande, e, com certeza, se o índio tiver participação, vai sustentar 63 índios que moram lá de forma decente, com cidadania, com justiça social.

O que precisávamos ver era esse intercâmbio, essa interface ser feita no sentido de compatibilizarmos o interesse do índio e, naturalmente, do produtor, do homem branco, porque todos somos brasileiros e queremos respeito. Agora, lamentavelmente, a política pratica hoje pelo Governo Federal, sobretudo pela

Funai, que, para mim, é um órgão superado, ultrapassado, venceu no tempo e no espaço. Precisa ser revisto o conceito da Funai de fazer política indígena no Brasil. Caso contrário, vão viver nesse marasmo a vida inteira, muitos usufruindo, tirando proveito para si próprio, sem nenhum compromisso nem com o branco nem com o índio.

Então, faço aqui a minha manifestação. Queria, Sr. Presidente, que o pessoal da AGU, da Advocacia-Geral da União, estivesse aqui para que eu fizesse as indagações de forma mais concreta diante de fatos que tem acontecido, sobretudo das audiências que tivemos com o Ministro da Justiça. Ele mesmo mostrou um documento, um parecer da AGU, em que estava concordando, dentro da legalidade, que prevalecesse a decisão do Supremo Tribunal Federal quando o saudoso Ministro Carlos Alberto Direito deu o seu despacho de que, diante daquela decisão sua, nenhuma ampliação teria de ser feita sem a participação do Congresso Nacional.

Essa é a minha manifestação, são as minhas pequenas observações. Espero que esta audiência seja a mais proveitosa possível e algo de concreto possa ser feito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, por sua contribuição. V. Ex^a tem uma experiência vasta na Administração Pública, tanto no Executivo quanto no Legislativo. O Estado de Mato Grosso tem uma proximidade muito grande com os povos indígenas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, estou tentando ficar até o final, mas tenho um compromisso.

A Subcomissão da Belo Monte está se deslocando agora, às 11h30min, para Altamira, no Pará. Como é avião da FAB, e avião não nos espera, nós é que o esperamos, eu peço licença para me retirar, sob pena de, por causa do trânsito de Brasília, perder o avião e não poder participar, já que sou Vice-Presidente dessa Comissão da Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a contribuição de todos os Senadores, contribuíram bastante para o nosso debate.

Quero aqui reforçar, mais uma vez, Senador Jayme Campos, a intenção desta Comissão em realizar esta audiência pública, de ajudar a equacionar os problemas de demarcação de terras indígenas em todo o nosso país, resguardando os direitos de toda a população brasileira, índios ou não índios, todos

somos brasileiros e a nossa intenção aqui, na Comissão de Agricultura, é promover justiça para que toda a população brasileira sinta-se acobertada pela justiça do nosso Executivo e tenha a participação do Legislativo também.

Agradeço mais uma vez a presença dos povos indígenas e agradeço a presença e a participação do Eliseu Lopes, que é guarani kaiowá, representando a articulação dos povos indígenas brasileiros. O Senhor tem dez minutos para fazer essa colocação, podendo se estender. Como todos aqui tiveram a sua participação de maneira muito tranqüila, o senhor também tem o mesmo direito, como brasileiro que o é.

O SR. ELISEU LOPES – Obrigado. Primeiramente, quero cumprimentar o Sr. Presidente e a todos os Senadores que estão aqui e falo também, em nome de todas as lideranças indígenas do Brasil, que estão aqui representando as regionais do País.

Cada qual aqui veio para dizer a verdade, porque quem vai ter de dizer a verdade somos nós, porque nós, que somos oriundos da terra originária, que vivemos nas nossas terras, que sabemos da realidade. Nós que temos de dizer a verdade, o que o nosso povo, a nossa comunidade, as nossas crianças, os nossos anciões estão passando, sendo massacrados, violentados nos nossos direitos, principalmente pela demarcação de terras.

Quero, principalmente, dizer, na ausência do Senador Delcídio, que nos conhece, que é da minha região, do Estado de Mato Grosso, assim como o Moka, queria tanto que ele escutasse a minha fala, mas nos criticaram e saíram daqui. Tenho certeza de que eles colocaram que não tem problemas com os nossos indígenas no Mato Grosso do Sul.

Vou falar um pouco da região de Mato Grosso do Sul, incluindo também os parentes de outras regiões, que estão na mesma situação que nós, guarani kaiowás, que temos a maior população em Mato Grosso do Sul, estão sofrendo. O Moka, quando disse que não tem problema, tem problema, sim. Nossa comunidade, nossas lideranças estão sendo massacradas, mortas, violentadas. Nossa comunidade está sendo expulsa de suas terras, das terras tradicionalmente nossas, dia a dia está enfrentando pistoleiros. Eles falaram que não existe pistoleiro no Mato Grosso do Sul, mas as lideranças estão sendo mortas, o que é uma vergonha para o Brasil, para o nosso país, para todos (*palmas*), porque estamos sendo massacrados, lideranças estão sendo mortas, os corpos das lideranças estão sumindo.

Para nós, indígenas, pessoas que somem com corpos não são seres humanos. Então, para dizer que, aqui no Brasil, um gado vale mais do que uma criança, soja vale mais do que um pé de cedro (*palmas*). Para

nós, a terra é a nossa mãe, porque é da terra que nós vivemos. Nós nos sentimos bem nas nossas terras originárias, nós nos sentimos bem não com um trator, não com soja, com canavial, com usina, nós nos sentimos bem, temos a nossa vida, a nossa dignidade quando temos o mato, os rios, porque indígena defende a natureza. É isso o que as autoridades competentes do Brasil tem de entender, que somos povos diferentes, mas que estamos defendendo a natureza, que foi destruída. Isso é o que foi colocado, que para nós não são importantes milhões e milhões de hectares de soja, de canavial. A nossa vida é a terra, a mãe terra.

O Brasil tem de entender que terra, para nós, indígenas, é a nossa mãe, e isso está sendo destruído. É isso o que nossas lideranças no Brasil, em cada regional, estão passando, sendo ameaçados por causa da demarcação de terras, que não está acontecendo. Quero também dizer que quando falaram que nós, indígenas, estamos invadindo as nossas terras, não é verdade, estamos apenas ocupando o que é nosso. E outra, quando ocupamos um pedaço de terra tradicionalmente nosso, onde foram mortos nossos anciões, onde foram enterrados, não é qualquer fazenda, não é qualquer propriedade que estamos ocupando, para dizerem que estamos invadindo. Nós não estamos invadindo, estamos apenas ocupando aquele pedacinho que é nosso, onde nossos anciões se sentem bem, onde podemos educar as crianças a nossa maneira diferenciada. Não somos invasores, nós queremos...

Claro que vocês, autoridades, senhores, sabem muito bem que, historicamente, nós estamos aqui no Brasil muito antes de vocês, que nós já existíamos aqui. Para onde que nós vamos? Aqui é a nossa terra, o Brasil é a nossa terra. Claro que nós não vamos recuperar mais tudo, mas nós queremos demarcar, queremos essa demarcação pelo menos naquele pedacinho onde nós queremos viver em paz, viver tranquilos com as nossas crianças, com nossos anciãos, com nossa comunidade.

Então, isso, quero deixar principalmente que não matem mais nossas lideranças por causa dessas lutas porque estamos lutando pelo nosso direito, porque nós, guarani-caiua, que é a maior população em Mato Grosso do Sul, porque nós já perdemos mais de quarenta lideranças por causa dessa luta de demarcação que não está acontecendo. Se forem mortos de novo nossas lideranças, nós vamos trazer aqui em Brasília, enterrar aqui em Brasília. Nós vamos fazer isso, que vai ser feito isso mesmo, porque não está sendo respeitado o nosso direito, não está sendo respeitado nossa comunidade e ainda estão matando, além disso estão expulsando dos seu (tecurrá), o qual tem mais de 34, 36 acampado na BR, nossa comunidade, o que

está acontecendo não só em Mato Grosso do Sul, em toda a região está acontecendo isso. Então, isso eu, como representante, que tenho uma voz aqui, nós é que temos que falar a verdade. Não são outros por nós.

Foi citado também que o Cimi e a Funai que está empurrando nós para invadir as fazenda. Não é isso não, não é isso não. Nós que sabemos, nós que vivemos massacre, nós que vivemos essa ameaça dia-a-dia, nós que sabemos a nossa situação, por isso que, lá em Dourados, em Mato Grosso do Sul, são mais de quinze mil população indígena em três mil hectare. Não tem mais espaço. Por isso a nossa terra nós estamos ocupando. E nós queremos essa demarcação, pelo menos esses pedaços, a qual não vai prejudicar ninguém, não. Que, como falei, nós queremos aquele pedaço onde tem ainda esse mato, rio, pelo menos para nós ter uma casa própria nossa.

Então, era isso que quero, representantes, quero deixar. E muito obrigado. E espero que sai a demarcação para as nossas terras, não só em Mato Grosso do Sul, mas em toda a região, porque nós não vamos calar, nós vamos continuar sempre buscando o nosso direito. Era isso que queria dizer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao indígena Eliseu Lopes, guarani-caiua.

Quero dizer a vocês que esta Comissão está sempre de portas abertas e todos terão apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Brasileira do Senado Federal, para que a justiça seja levada a toda a população brasileira, aos índios, aos não índios, que sejam todos tratados da mesma forma. Esta é a nossa intenção.

Quando ouço dizer que pessoas estão morrendo em conflitos de terra, isso nos preocupa muito. Esse é um dos motivos pelo qual esta audiência pública está sendo realizada hoje, para contribuímos para que não haja esses conflitos, Eliseu, para aquilo que é de direito dos povos indígenas seja mantido ao povo indígena. Aquilo que é de direito dos brancos seja mantido aos brancos, para que ambos possam viver e conviver em harmonia, como acontece no meu Município de Ji-Paraná, em Rondônia, com os índios araras, os gaviões. Temos uma convivência harmônica, e é uma parceira muito grande entre as lideranças do meu Estado e a população indígena daquele Estado.

Nós queremos que isso aconteça em todo o País, mas que haja justiça. Nós sabemos, como disse aqui o Senador Moka, que temos uma dívida com os índios, mas toda a sociedade brasileira precisa saudar essa dívida, não apenas um agricultor aqui, outro acolá. Temos que fazer isso de forma justa, envolvendo toda a

sociedade. E o Governo tem os elementos para fazer isso. O Governo precisa realmente ter vontade política, como disse aqui o Senador Jayme, o Senador Delcídio Amaral. Tem que ter vontade política para resolver. Instrumentos nós temos. Temos é que fazer justiça, fazer valer a justiça para a população brasileira.

Agradeço mais uma vez a participação de Eliseu, dos nossos Senadores.

E vou fazer aqui uma sessão rápida, obedecendo a sequência inicial, passando a palavra ao Dr. Tarso Gonçalves, na sequência, Dr^a Giovana, depois Dr. Cleber, depois, Dr. José e Anaximandro.

Com a palavra o Dr. Tasso Gonçalves Vieira.

O SR. TARSO GONÇALVES VIEIRA – Esclarecendo aqui representante do Cimi, na verdade, o que foi produzido no processo que tramita em Porto Velho foi o laudo antropológico. O Cimi produziu o laudo antropológico. E com base nesse laudo antropológico, produzido de forma unilateral pelo Cimi, que a juíza federal de Porto Velho fundamentou a sua decisão, para que a Funai levasse em efeito a ampliação da demarcação em 120 dias.

Senador Acir, demais Senadores, acredito que o cerne da questão é segurança jurídica, segurança jurídica esta que já foi percebida pelo Poder Judiciário, na sua mais alta cúpula, que é a decisão da Raposa Serra do Sol; segurança jurídica que também já foi percebida pelo Congresso Nacional, porque existe uma lei federal, a Lei 9.784, de 1999, que determina que a administração pública tem prazo decadencial, tem cinco anos para rever os seus atos, ou seja, prestigiando a segurança jurídica, ainda que esse ato seja nulo de pleno direito.

Para citar um exemplo, a revisão da demarcação da terra indígena kaxarari, de 146 mil hectares para quase um milhão de hectares, essa reserva foi demarcada originariamente em 1986, foi revista e ampliada em 1991. E, agora, existe uma nova pretensão em 2011. Então, o que ocorre? A insegurança que esses produtores e que os próprios entes federados, os próprios Municípios estão na área sentem, ou seja, a todo o momento, *ad eternum*, a Funai pode vir reiterando, reiterando, reiterando, e a segurança de quem está ali na área?

Então, em observação até ao que o Senador Delcídio comentou, acredito, a banca que represento aqui acredita, que nós já temos normas para garantir essa segurança, ou seja, nós temos as condicionantes do acórdão da Raposa Serra do Sol, temos uma lei federal, que fala que a Administração Pública tem um prazo decadencial de cinco anos para rever os seus atos, ou seja, porque a própria Administração Pública tem que prestigiar a segurança jurídica. Ela não pode

ficar revendo os seus atos a qualquer momento de forma reiterada *ad eternum*. Isso não pode ocorrer num Estado Democrático de Direito.

E com relação ao Parecer 153 da AGU, tão comentado aqui. Então, por parte do Poder Judiciário, nós temos a decisão do Supremo, prestigiando a segurança jurídica. Por parte do Poder Legislativo, nós temos uma lei federal impedindo a revisão dos atos da Administração Pública, passado o prazo de cinco anos.

E, discordando aqui, com as devidas vênias, do Senador Delcídio, é que o Parecer 153 da AGU não prestigia essa segurança, porque, na verdade, ele relativiza as condicionantes, ou seja, o parecer não é “vamos cumprir as condicionantes do julgamento da Raposa Serra do Sol, vamos cumprir a lei federal e vamos prestigiar a segurança jurídica”. O parecer da AGU não é nesse sentido. E concordo com o Senador que é uma pena não termos aqui o representante da AGU exatamente para discutir isso, porque vou ler um trecho rápido e singelo, Senador Acir, do Parecer 153, acerca da condicionante 17: “É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada”.

A condicionante impede a revisão do ato da demarcação, não havendo falácia, inconveniência ou oportunidade de ser revisto um ato discricionário por parte da administração pública, mas não impede sua anulação por vício insanável de ilegalidade de ordem formal ou material, apurado mediante instauração de novo procedimento administrativo, procedimento novamente deflagrado pela Funai, em que sejam adotadas as mesmas cautelas empregadas anteriormente.

Então, é Lei Federal que impede essa revisão num prazo decadencial de cinco anos, ou seja, o Legislativo, por intermédio do Congresso Nacional, já prestigiou a segurança jurídica por intermédio de uma lei federal. O Poder Judiciário também a prestigiou por intermédio dessa decisão, que tem inclusive sido um norte para as decisões que nós temos conseguido. Nós temos conseguido decisões favoráveis em sede liminar, para suspender qualquer tipo de trabalho, exatamente fundamentando com base na decisão da Raposa Serra do Sol e da Lei 9.784.

Então, diferentemente do que foi dito aqui, Senador, os mecanismos existem. Eles estão aqui. E, nesse ponto, eu vou concordar com o Senador Delcídio. O que falta de fato é vontade política. E eu reitero a situação da PEC 215, porque é necessário que um tema de tamanha relevância e que gera efeitos tão graves, tanto à população indígena quanto, como foi dito pelo Líder da comunidade indígena de conflitos, tem como consequência a própria morte de cidadãos brasileiros, que são os índios. Isso não pode ocorrer.

Temos que prestigiar a segurança jurídica, e nada melhor para prestigiar a segurança jurídica do que o debate no Congresso Nacional, que a competência seja do Congresso Nacional, porque aqui vai haver um amadurecimento melhor e maior da matéria. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Tarso Gonçalves Vieira.

Antes de passar a palavra à Dr^a Giovana, eu lhe pergunto, Dr. Giovana, se há algum estudo da Funai que determina ou apura em que melhorou a qualidade de vida da população indígena quando aumentou ou ampliou as terras indígenas, se existe algum levantamento mostrando que houve melhora na qualidade de vida da população quando houve essa mudança, quando da ampliação das áreas, por exemplo, Raposa Serra do Sol, melhorou a qualidade de vida dos índios daquela região.

A informação que nós temos é exatamente o contrário: diminuiu ou piorou a qualidade de vida dos índios que vivem lá na Raposa Serra do Sol. Eu quero saber se existe algum estudo concreto com relação a isso.

Passo a palavra a V. S^a.

A SR^a GIOVANA ACÁCIA TEMPESTA – Se existe um estudo concreto da Funai em relação a isso eu desconheço. Acredito que não. Mas, enfim, posso me informar melhor a respeito disso tudo, da Funai especificamente sobre áreas revisadas eu não conheço, mas eu acho que a fala do representante indígena foi muito clara. Para que os povos indígenas possam ter direito, eles precisam ter a terra primeiro. É muito difícil você conseguir respeitar... Enfim, ainda há muitas terras indígenas para serem demarcadas neste País. E eu acho que é um ganho realmente a representação indígena estar aqui porque essa pergunta pode ser feita diretamente a eles, e não a mim, se existe melhora de qualidade de vida quando a terra é revisada ou não.

Bom, então eu queria só fazer algumas observações a respeito do documento que o Senador Ivo Cassol entregou relativo à denúncia de retirada ilegal de madeira na terra indígena sete de setembro. Eu vou encaminhar esse documento que ele me passou para o setor competente na Funai para ver se houve apuração disso ou se ainda vai haver. Não respondo por esse setor, assim como não respondo pela agenda do Presidente da Funai, mas também vou transmitir o convite de uma reunião a ele e gostaria de esclarecer que o presidente tem cumprido seu expediente

Não sei de onde retiraram essa informação de que ele não tem ido. Ontem mesmo ele esteve na Funai. Ele está cumprindo expediente normal, tem uma agenda extensa. Se a Funai está sucateada em alguma medida, ela está há muito tempo. Eu acho que isso não

é argumento para dizer que as terras não têm que ser demarcadas. Eu acho que, nas diferentes falas, muitas coisas foram confundidas e distorcidas, mas eu acho que não há tempo para rebater cada uma delas. Também acho que a representação indígena pode expor as suas questões, as suas avaliações sobre o resultado da demarcação de terras indígenas.

Eu queria comentar só alguns pontos muito específicos a respeito da última portaria do dia 31 de outubro de 2011, do Ministério da Justiça, sobre a participação dos entes federativos nos procedimentos. A Funai está cumprindo à risca o que foi determinado naquela portaria que se observasse o momento do procedimento para fazer a notificação aos entes federativos. Absolutamente todos os GTs que têm sido constituídos, desde o dia 31 de outubro de 2011, os entes federativos estão sendo imediatamente notificados, conforme diz a portaria.

Uma coisa que eu não posso deixar de observar como antropóloga é que várias vezes foi dito aqui que nunca houve problema entre índios e brancos no Brasil e que regiões como Mato Grosso do Sul são muito tranquilas e não índios vivem em perfeita harmonia.

Bom, só endossando o que o Eliseu disse e os 14 anos de estudo que eu faço sobre a História da Formação deste País, isso não corresponde exatamente à realidade. A gente sabe que, como foi dito pelo Senador Mokka, os não índios desbravaram regiões. Desbravar regiões do Brasil – é preciso que fique muito bem entendido – significou em 100% dos casos genocídio, esbulho territorial e escravização dos índios sobreviventes. Então, é disto que nós estamos falando aqui, de uma história do Brasil documentada – eu não estou inventando isso novamente –, cujos sobreviventes estão aqui contando para nós como é que eles estão vivendo hoje e cobrando providências nossas.

A Funai, a Administração Pública está fazendo sua parte, com todas as limitações que ela tem, de pessoal, de recurso, de estrutura. E é por isso que o Presidente não tem todo o tempo que talvez gostaria para atender todos os convites para reunião, porque ele conta com uma estrutura que tem todas as suas limitações, trata do País todo e está tentando fazer a legislação ser cumprida, especificamente sobre demarcação de terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr^a Giovana. Obrigado por sua colocação.

Passo a palavra ao Dr. José Ramalho de Lima. Eu acho que é essa a sequência.

O SR. JOSÉ RAMALHO DE LIMA – Senador, eu acho que o que eu tinha a dizer eu já disse. O nosso advogado muito bem esclareceu todas as dúvidas.

Eu só queria lembrar que, quando o Senador Jayme Campos, falou da desvalorização das terras, nós já estamos com esse problema seriíssimo. E vou te dizer: o Basa, Banco da Amazônia, já suspendeu todos os financiamentos da região. Naquela reunião que nós tivemos o mês passado lá, o Basa tomou a decisão de suspender todos os financiamentos agrícolas da região. Claro que está certo o banco, porque não sabe o que vai acontecer com as terras. Todas aquelas terras estão financiadas pelo Basa, todas.

Mais outra coisa que eu gostaria de lembrar é que, onde está sendo pleiteado esse aumento de demarcação, são terras em que foi assentado todo aquele pessoal da Usina de Samuel há muitos anos. São quase todos os assentamentos. Todas as pessoas que estão ali foram assentadas pelo Governo para poder abrir a Usina de Samuel. Então, é preciso rever isso porque é um crime atrás do outro. É preciso rever isso.

Eu acho que podemos, como eu disse ainda há pouco, podemos mudar a direção dessa demarcação, que vai satisfazer também os índios com certeza absoluta e também os produtores. Já imaginou você perder uma produção enorme daquela. E onde colocar os produtores? Vão para a cidade? Fazer o quê, Senador? Então, era só isso o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. José Ramalho de Lima.

Passo a palavra ao Dr. Cleber Buzatto.

O SR. CLEBER BUZATTO – Obrigado, Senador. Só para finalizar, algumas considerações em torno também das questões que foram explanadas.

Começo recuperando um pouco a fala do Eliseu, ele usou uma palavra – digamos assim – muito compreensível para todos nós, porque os povos indígenas reivindicam hoje, embora o direito, no nosso entendimento, inclusive seria em áreas maiores. A palavra que ele usou foi um pedacinho e é disso mesmo que nós estamos tratando, quando falamos de demarcação de terras indígenas no Brasil ou reconhecimento do direito das terras tradicionais dos povos indígenas no Brasil, em relação a um pedacinho daquilo que é de direito desses povos. E acho que o mapa usado pelo representante da CNA, no meu entendimento, comprova muito bem isso. Quando ele mostrou o mapa do Brasil projetando as áreas que estariam em demarcação, nós podemos observar que nem aparece no mapa, olhando daqui.

Então, é disso mesmo que nós estamos falando: de pedacinhos, de pequenas porções, aquelas que são suficientes para a sobrevivência física e cultural desses povos. Nós não estamos falando do território brasileiro ou das cidades. Os povos indígenas não reivindicam isso. Este é o conhecimento que nós temos. Então, este é um primeiro elemento. Não se fala de

demarcações generalizadas no sentido de que todo o território ou grande parte do território, a maior parte do território brasileiro seria demarcada. São pedaços, são áreas suficientes para a sobrevivência física e cultural desses povos.

Outra questão que é importante a gente observar, Sr. Senador, até para que fique esclarecida para o Senado e para os demais também é em relação à tese apresentada pelo representante da CNA, segundo a qual, o marco temporal para a demarcação de terras indígenas seria o dia cinco de outubro, dia da promulgação da Constituição, a tese defendida pela qual os indígenas estariam na posse da terra. Então, teriam direito. Onde não estariam, não teriam mais direito.

Cabe observar, portanto, que no acórdão da decisão Raposa Serra do Sol, é muito explícito também que essa tese precisa ser complementada e não se aplica, Sr. Senador, às terras das quais os índios foram expulsos mediante coerção e violência. Isso está muito claro. E é preciso, para que tenhamos coerência com a verdade, que seja explícito.

Considera-se o dia cinco de outubro como um marco, mas a tese não se aplica aos casos em que os índios foram expulsos ou retirados de forma violenta. E aí nós precisamos caso a caso tratar – e recuperamos um pouco na fala do Eliseu – grande parte das populações junto com essa questão e trazermos também essa idéia, até para discordar da tese da coerência harmônica com os povos indígenas, o fato de que a história do Brasil, a colonização brasileira, junto com os processos de colonização, infelizmente, foi acompanhada de uma série de massacres. Eu lembro o caso do povo xocling, em Santa Catarina, em que os chamados bugreiros, que eram os que caçavam bugres, recebiam por par de orelhas que eles traziam dos índios xocling que eram caçados no mato, para fazer o que a antropologia chama de limpeza étnica, para possibilitar a colonização desses espaços.

Então, a convivência harmônica, no nosso entendimento, não existe. A história do Brasil é marcada por essa perspectiva dos massacres, dos genocídios na colonização. E hoje em dia, a fala do Elizeu também demonstra que essa tese, no nosso entendimento, não tem fundamento na realidade.

Outra questão também importante de se destacar é a indenização pela terra, que é possível – nesse aspecto concordamos com o Delcídio – sem haver necessidade de mudança na legislação. O Cimi sempre defendeu que as terras podem ser indenizadas, desde que os entes federados assumam a responsabilidade pelas emissões dos títulos. Então, se a União emitir os títulos, não precisa mudar a Constituição brasileira para que a União faça a indenização das áreas titu-

ladas. Se os estados emitirem os títulos, não precisa mudar a Constituição para que os estados façam a indenização dos títulos emitidos.

Essa negociação política entre estados federados e União é uma questão de construção política que pode ser feita. E também importamos e defendemos a tese de que não há necessidade de mudança constitucional para atender essa demanda – digamos assim – dos atuais proprietários ou das pessoas que ocupam as terras indígenas.

Também para esclarecer, pois na fala do Senador Ivo Cassol ele fez referência ao Cimi como um órgão que pudesse ser responsável por legalizar questões de exploração em terras indígenas. O Cimi não tem nenhuma competência – digamos assim – para atuar nesse campo. É para deixar claro que não atuamos. Existe uma legislação. O próprio art. 231 também prevê essa questão na forma da lei e os povos indígenas exigem que seja tratada como parte do Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita no Congresso brasileiro há mais de 20 anos.

Desde 1991, tramita o PL 2.057, mais conhecido como Estatuto dos Povos Indígenas, que tem num dos seus capítulos a questão da exploração mineral das terras indígenas. E é nesse espaço que os povos indígenas sempre defendem que seja feita a regulamentação desse processo.

Sabemos que tramita também no Parlamento o PL 1.610, que aborda especificamente a questão da mineração, de que, atualmente, tem uma comissão especial tratando, na Câmara dos Deputados. Mas os povos indígenas defendem que a legislação indigenista não seja fatiada. Portanto, defendem que essa questão seja regulamentada dentro do processo do PL 2.057.

Bom, algumas questões também o Elizeu já abordou e não há sentido nenhum em fornecer tratores para comunidades indígenas que vivem em beiras de estradas, ou em campos de concentração, como foi o termo usado pelo Delcídio Amaral. É preciso fazer o reconhecimento.

Outra questão também falada e sobre a qual é importante fazer um comentário é a do Congresso, que se aplica um pouco mais à questão da PEC 215. O Congresso como a Casa do Povo, a representação do povo, o que entendemos ser legítimo. Ao mesmo tempo em que todos nós sabemos que o Congresso também representa a exploração mineral, enfim, das terras indígenas. É nesse espaço, nesse processo que os povos indígenas sempre defendem que seja feita a regulamentação desse processo.

A gente sabe que também tramita no Parlamento o PL nº 1.610, que aborda especificamente a questão da mineração. Atualmente há uma comissão especial

tratando do assunto na Câmara dos Deputados, mas os povos indígenas defendem que a legislação indigenista não seja fatiada e, portanto, defendem que essa questão seja regulamentada dentro do processo do PL nº 2.057.

Bom, algumas questões o Eliseu já abordou. No nosso entendimento, não há sentido nenhum em fornecer tratores para comunidades indígenas que vivem em beiras de estradas ou em “campos de concentração”, termo usado pelo Senador Delcídio do Amaral. É preciso fazer o reconhecimento.

Outra questão que também foi falada e que é importante comentar é a questão da PEC nº 215, o Congresso como a Casa do povo, da representação do povo. Entendemos ser legítima essa tese, ao mesmo tempo em que, todos nós sabemos, o Congresso também representa setores da sociedade com mais ou menos poder aquisitivo, poder econômico. Então, a questão do poder econômico também influi na representação do Congresso brasileiro. No nosso entendimento, essa é uma questão muito evidente. Para citar essa questão da sociedade brasileira, se formos usar as pesquisas realizadas, por exemplo, em relação a mudanças no Código Florestal, a ampla maioria da população brasileira se manifestou contra essa mudança, mas essa mudança está sendo feita no Congresso brasileiro.

A tese da massa de manobra também já é uma tese antiga, mas é importante salientar que ela se fundamenta numa outra tese, que é a tese da incapacidade dos povos indígenas, que também nós, evidentemente, refutamos. Refutamos essa tese da incapacidade dos povos indígenas e afirmamos que os povos indígenas são povos capazes, são pensadores, são sujeitos de suas decisões. É importante que o Estado brasileiro, que a sociedade brasileira, que os representantes da sociedade brasileira tenham ciência e tenham consciência disso. Esta é uma realidade no Brasil: são cerca de 240 povos, todos eles capazes, pensam, decidem, têm capacidade de decisão. São sujeitos, portanto, de suas decisões.

Finalizando, também defendemos que a retração dos procedimentos de demarcação de terras indígenas tem como consequência a potencialização dos conflitos fundiários em relação a essa temática. Então, a Funai, nos últimos dois anos – de acordo com o que está no Orçamento da União, inclusive no site do Senado –, para ação de demarcação de terras indígenas, gastou, nos últimos dois anos, em 2010 e em 2011, tão somente R\$ 29 milhões. Isso é algo irrisório, se consideramos a amplitude do território brasileiro, toda a parte do processo de demarcação, indenizações e assim por diante. Então, nós entendemos que o orçamento da Funai para esses procedimentos, como também foi dito pelo Senador Campos, precisa ser fortalecido, ampliado.

Acho que o Senado também tem um papel importante nesse sentido, porque o Orçamento da União passa pela aprovação das Casas do Poder Legislativo. Acho que o Poder Legislativo, o Senado em particular, pode contribuir no sentido de ampliar esses orçamentos. Nos últimos anos, tem havido um decréscimo bastante grande no orçamento específico da demarcação de terras indígenas. No ano de 2010, também por questões de gestão ou por questões de conflito, a Funai não gastou também todo o orçamento que foi disponibilizado para ela.

Por fim, agradeço a oportunidade do convite ao Cimi e me coloco à disposição sempre que tiver outras audiências. Estamos aí para fazer o debate e o diálogo com o Poder Legislativo brasileiro, sempre reforçando o indicativo de que, também nestes momentos, nestas audiências públicas, como sugestão final, os povos indígenas também possam ser diretamente convidados para se fazerem representar. Além do órgão indigenista e das entidades de apoio, que eles também possam fazer parte diretamente da mesa de diálogo e de discussão sobre a temática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Cleber Buzatto, pela sua presença e pelas suas colocações.

Passo a palavra ao Dr. Anaximandro, para fazer as suas colocações finais.

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – Inicialmente, eu gostaria de contestar o que foi dito em relação ao mapa, do pouquinho que seriam essas terras. A quantidade em si não é tão importante. O importante é o que significa tanto para o produtor quanto para o índio, que sempre vão ser vizinhos.

Para o produtor, a primeira ótica, nós conversaremos aqui. Foi citado tanto Mato Grosso do Sul. Ali, se não me falha a memória, temos seis estudos em andamento. A Funai ainda não concluiu esses estudos, mas já se fala que a primeira dimensão foram 26 Municípios atingidos. Esses 26 Municípios talvez compoñham em torno de 9 milhões. Então, se a pretensão for 9 milhões, não é pouquinho. Esse é o primeiro ponto. Independentemente disso, o que vale isso para o produtor ou o que vale isso para o não índio? Muitas vezes, estamos falando da vida do sujeito. Ele se dedicou e tem gerações em cima daquela terra. Então, o que é pouquinho?

Vamos um pouquinho mais para o sul do País. No Paraná e em Santa Catarina, há situações que estão sendo estudadas, pleiteadas, enfim, com todo o processo normal, legal em tramitação, em estudo. Todavia, eu tenho colonos, colonos com 10 hectares, com 20 hectares, que vão sair de lá, se a Funai reconhecer

aquela área como indígena. Aquele pouquinho de 10 hectares – realmente, 10 hectares é um valor irrisório – vai representar muito para o não índio. Então, a questão de muito ou pouco... Além do mais, aquele mapa é da Funai, um mapa oficial, que compõe uma série de redes e hidrovias. Realmente, fica difícil visualizar. Então, recomendo que os Senadores e demais participantes visualizem ali o seu Estado, o seu Município, a sua região e, então, vão ter a ideia de como é. Mesmo assim, reforço: esse pouquinho tem de ser observado em relação a quem está de posse da terra e ao quanto isso significa. Coloco não só essa medida que foi comentada para o não índio como para o próprio índio, da necessidade ou não... É isso que o laudo vai compor. Então, eu não me apressaria tanto em quantificar.

Hoje, são 15% no Brasil e, dependendo desses procedimentos, pode ser mais. O atual...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – São 13%, 13,5%...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA – É divergente o dado do Funai. Pela Funai, são 109 milhões, se não me falha a memória. E nós estamos trabalhando usando o dado do IBGE, do Censo Agropecuário de 2006.

Em relação ao que foi comentado a respeito do marco temporal, da chapa radiográfica, realmente, concordamos parcialmente que, no caso das invasões, do esbulho, não seria a regra geral, mas a regra geral é que a chapa radiográfica tem, como uma das condicionantes, a permanência. Então, sim, como regra geral, vale isto: os índios têm de estar naquela data de 5 de outubro de 1988. Aí, vale a chapa radiográfica, vale a imagem de satélite etc.

Em relação a esse último ponto também, se for esbulho, os proprietários, os não índios foram levados para lá com autorização do Estado. Aqui falo “Estado” como ora o Estado federado, o respectivo Estado federado, a unidade da Federação, ora a própria União. Então, que cada um se responsabilize por seus atos e pelas respectivas indenizações.

Nessas considerações preliminares, eu colocaria toda a audiência em cenários ou hipóteses. A primeira é que, como já foi comentada a questão da segurança jurídica, partindo-se do pressuposto de que há todo um regramento já constituído, principalmente, mais recentemente, com a questão da Raposa Serra do Sol, com as ressalvas, no sentido de que não precisaria mexer em nada, que bastaria só a observância da Constituição, dos demais regramentos e do acórdão da Raposa Serra do Sol, então realmente estaria tranquilo: observar-se-ia o que já está posto na Lei – como foi já comentado – nº

9.784, do prazo decadencial para revisar, não haveria revisões das terras indígenas, não haveria as ampliações, que são frequentemente aventadas, colocadas, não haveria a história dos índios ressurgidos. Os índios que estou vendo estão aqui, e não os ressurgidos; não sei que fato é esse tipo de criação, não há definição pelo menos jurídica em relação a esse componente. Então, esse seria o primeiro cenário.

O outro cenário é que acho que ainda, sim, existe espaço para modificação da legislação. Os produtores têm pouco prazo – são 90 dias –, os entes federados, também, os Municípios e Estados, para se defenderem e produzirem a peça, o chamado contralaudo, para dizerem e comporem todo o arcabouço, para que se possa, aí sim, tanto no aspecto administrativo quanto no judiciário, reconhecer, mostrar, comprovar a posse da terra, o respectivo domínio e o direito de permanecer nessa terra.

E, ainda dentro desse aspecto, diria, sim, que cabe espaço – vocês viram a CPI de 1999, que coloquei – para essa revisão. Aí ressalto a necessidade de que, como uma das oportunidades, o Executivo reveja a possibilidade de colocar outro ente para analisar o contralaudo e o laudo da própria Funai. Aí, sim, teríamos mais justiça nesse parâmetro. Tudo bem, a Funai continuaria com seu papel, com sua função, com suas atribuições, mas o processo administrativo da análise do contralaudo requer a revisão e a colocação de um outro ente, que poderá ser até mesmo do Executivo e uma outra entidade pública federal. Vejam bem, então, esse seria um dos cenários, e o terceiro e último cenário acho que, partindo-se, então, do pressuposto...

Ah, sim, dentro desse segundo cenário, visualiza-se, sim, a eventual alteração da legislação em relação à participação do Congresso. Pode ser, o Congresso é soberano para tentar, dentro das suas competências, avocar uma eventual revisão, para pedir mais diligências e participar como terceiro ente, regulamentando ou sendo revisor das demarcações, dos pleitos, das demarcações em terra indígena.

E, como último cenário, seria, sim, aquilo que o Senador Delcídio comentou como terceiro cenário, que é, partindo-se do pressuposto de que há toda a legislação, todo o ordenamento, eu teria o reconhecimento ou não de que aquela área é terra indígena ou, em outras palavras, eu teria o reconhecimento de que aquela terra é particular ou de que não é particular.

Então, o que o Senador Delcídio colocou foi o seguinte: uma vez reconhecido que aquela área é particular, que há o título expedido pelo Estado federado ou pela União, eu partiria não mais para declarar aquela terra como indígena, mas para comprá-la como reserva indígena, ou seja, aí utilizando o decreto da desapropriação por interesse social; e passaria a indenizar

os produtores, os legítimos proprietários, atendendo à necessidade social de uma eventual ampliação da demanda por recurso indígena.

Não quero entrar no mérito em relação a outros fatores, a recursos necessários aos índios. A gente vê, não é objeto desta discussão, a diagnose dos índios, de suas aldeias, como estão, se estão nos acampamentos ou não, o objeto desta audiência.

Em linhas gerais, eu colocaria que é urgente a necessidade de segurança jurídica, de paz para índios e não-índios. Vir aqui falar só do passado, olhar toda a situação só com o retrovisor não é mais cabível. Nós estamos em outra realidade, o arcabouço jurídico está mudando. Portanto, eu acho que há necessidade, sim, de mais diálogo, e é preciso também evitar que haja mais conflitos. Isso passa, sim, por esse respeito, pela ampliação da necessidade de se ouvir também essa correção geral da legislação e ouvir melhor os contralaudos antropológicos da demanda dos proprietários.

Essas são as considerações gerais e, aí, eu falo novamente da necessidade do bom senso e de se contemplar todas as vertentes.

Agradeço a participação e o convite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Anaximandro, por suas colocações e por sua presença.

Agradeço mais uma vez ao Dr. Tarso por sua presença, ao Dr. Kleber, à Dr^a Giovana, ao Dr. José Ramalho, ao Eliseu Lopes e a todos os indígenas presentes. Agradeço a todos pela presença e pela participação e reitero que nossa intenção é ouvir toda a sociedade brasileira. Eu estou acompanhando...

O SR. ELISEU LOPES – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só um momento.

Agradeço a presença de todos e repito: a nossa função aqui é ouvir toda a sociedade brasileira e a nossa intenção é levar paz ao campo, levar justiça ao campo, para os índios e para os não-índios, para que todos possam conviver em harmonia. Não há uma harmonia 100% hoje no campo, mas o nosso interesse é nesse sentido, o nosso trabalho é nesse sentido, para que os produtores possam continuar produzindo e para que os indígenas possam continuar tendo sua vida melhorada a cada momento, para que melhore a qualidade de vida da população indígena.

Pois não, Eliseu.

O SR. ELISEU LOPES – Sr. Presidente, gostaria de apresentar minhas considerações finais.

Em nome das lideranças que vieram ao Congresso, ao Senado, em nome dos movimentos indígenas do Brasil, quero pedir aos Senadores que marquem uma audiência com a Presidente Dilma, que até agora não

recebeu o movimento indígena, desde que assumiu o comando do nosso País. Então, este é o nosso pedido. Em nome dos movimentos indígenas do Brasil, estou pedindo que nos ajudem a marcar uma audiência, para que o nosso movimento indígena do Brasil seja recebido. Esse é o pedido que eu quero fazer.

Há outro pedido: que os representantes de todas as regionais do Brasil venham também a Brasília se manifestar contra a votação da PEC que está aí para ser votada e contra a qual nos manifestamos e nos posicionamos.

Era isso que queria colocar em minhas considerações finais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Sr. Eliseu Lopes. Muito obrigado por sua presença aqui.

Quero dizer que a Comissão de Agricultura está de portas abertas sempre, está sempre à disposição para ouvir o que vocês acharem que é importante. Que nós possamos ajudar, que possamos sempre ser parceiros também dos indígenas brasileiros, assim como somos parceiros dos produtores. Nós não diferenciamos ninguém, todos somos brasileiros, nós temos de nos ajudar uns aos outros.

Nós vamos fazer essa interface junto à Casa Civil para que esse seu pedido chegue à nossa Presidenta Dilma. Sempre que quiser o nosso apoio, a porta está aberta para conversarmos, para dialogarmos. O sistema aqui da Comissão de Agricultura é ouvir toda a sociedade brasileira, e é nesse sentido que entendemos que o Congresso Nacional, principalmente o Senado Federal, deve participar sempre quando houver uma demarcação indígena.

Essa é a nossa posição. Para que o Congresso... Assim como a democracia é importante para todos nós – nós conquistamos essa democracia – gostaríamos de participar, em nome da democracia, das discussões de tudo aquilo que for importante para o cidadão brasileiro, principalmente no campo. Entendo que essa é uma matéria importante e que o Congresso precisa se posicionar. O Congresso precisa participar dos debates, das discussões, de audiências públicas, aqui no Senado, lá no campo, nas aldeias indígenas, onde for, mas a presença do Congresso é tão importante quanto a presença dos senhores aqui na nossa audiência pública.

Antes de concluir os nossos trabalhos, aviso que, amanhã, a Comissão de Agricultura do Senado estará em Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, com a presença de vários Senadores e sob a presidência da Senadora Ana Amélia, que estará realizando audiência pública naquela cidade tão importante do nosso País. Desejo sucesso à Senadora Ana Amélia, aos demais

Senadores que irão a esta cidade tão importante, Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul. Sucesso na realização dessa audiência pública, que acontecerá amanhã, às 14 horas, horário de Brasília, com transmissão ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado, lembrando sempre que a população que quiser participar pode mandar *e-mail*, pode telefonar para o 0800612211, e fazer sugestões e questionamentos para quem estiver debatendo na audiência pública.

Outra informação também: o Senado Federal finalizou, no último dia 6 de março de 2012, a votação da MPV nº 545, de 2011, por meio da aprovação do PLV nº 3, de 2012, cujo relator foi o Senador Eunício Oliveira. Com isso, nós, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, acompanhamos, monitoramos e ajudamos a aprovar a reabertura de condições de renegociação das dívidas de pequenos e médios produtores rurais do Nordeste.

Em síntese, as principais medidas são as seguintes:

a) reabertura de prazo de renegociação de dívidas rurais e previsão para suspensão das execuções judiciais e respectivos prazos processuais. Consequentemente, propõe-se também a suspensão da prescrição das ações judiciais. O prazo passa de 30 de novembro de 2011 para 29 de março de 2013;

b) individualização de operações para o Pronaf, com renegociação. O prazo passa de 30 de junho de 2006 para 30 de junho de 2011 – 2012 deve ser;

c) individualização de contratos de financiamentos celebrados pelos beneficiários do Fundo de Terras da Reforma Agrária, Banco da Terra. Além disso, passam de 5% para 15% os custos decorrentes do processo de individualização que podem ultrapassar o teto de financiamento do programa e que poderão ser incluídos nos respectivos contratos de financiamentos. O prazo de individualização passa de, até 31 de dezembro de 2004 para até 31 de junho de 2011, ano passado.

e) possibilidade de ampliação de prazo de financiamento do processo de regularização fundiária. Trata do art. 7º do LC nº 93, de 1998.

Essas eram as informações.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos aqui.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 340 páginas
(OS: 11165/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

